

Rainer Zitelmann

EM DEFESA DO CAPITALISMO

Um antídoto
para os mitos
anticapitalistas



Rainer Zitelmann

EM DEFESA DO **CAPIT TALIS MO**



Um antídoto
para os mitos
anticapitalistas

 **ALETHEIA** 
EDITORES

 **+Liberdade**



*«(...) aquilo que os gregos chamam alêtheia,
a desocultação, o descobrimento.
Aquele olhar que às vezes está pintado
à proa dos barcos.»*

Sophia de Mello Breyner Andresen

Título original: *Die 10 Irrtümer der Antikapitalisten: zur Kritik der Kapitalismuskritik* • Título da edição inglesa: *The 10 greatest Fallacies of Anti-Capitalists* © 2022 by Rainer Zitelmann, Berlin, Germany / All Rights Reserved. Agenciamento de direitos para Portugal: Maria Pinto-Peuckmann, Literary Agency, World Copyright Promotion, Kaufering, Germany • Todos os direitos reservados para publicação em Portugal por Alêtheia Editores e Instituto Mais Liberdade • Tradução: José Mendes Lopes • Revisão: Pedro Almeida Jorge e Bruna Fialho • Colaboração: Ana Bela Nobre • Avenida do Atlântico, 16 – Escritório 5.07 – 1990-019 Lisboa • Tel.: (+351) 21 093 97 48/49 • E-mail: aletheia@aletheia.pt • www.aletheia.pt • Capa: Paula Catalão • Paginação: Raquel Oliveira • ISBN: 978-989-9077-67-6 • janeiro 2023

ÍNDICE

[PREFÁCIO](#)

PARTE A

[MITO 1](#)

[MITO 2](#)

[MITO 3](#)

[MITO 4](#)

[MITO 5](#)

[MITO 6](#)

[MITO 7](#)

[MITO 8](#)

[MITO 9](#)

[MITO 10](#)

PARTE B

[CAPÍTULO 11](#)

PARTE C

[CAPÍTULO 12](#)

[CAPÍTULO 13](#)

[CONCLUSÃO](#)

[ECONOMIA DE MERCADO E PROSPERIDADE COMUM](#)

[POR WEIYING ZHANG](#)

[INQUÉRITO](#)

[BIBLIOGRAFIA](#)

[O AUTOR](#)

PREFÁCIO

Para o senso comum, o capitalismo está associado a tudo o que de mal aconteceu no mundo. Para muita gente, que não apenas os seguidores da religião política do anticapitalismo, a própria palavra é sinónimo do pior dos males. Olhe-se para onde se olhar, o capitalismo não parece gozar de muitos amigos ou aliados, apesar de ter sido o sistema económico que maior sucesso teve na história da humanidade.

O principal artifício a que os anticapitalistas recorrem é o de compararem a realidade em que vivemos com o ideal do mundo perfeito dos seus sonhos, um ideal que não existe nem nunca existiu em nenhuma parte do mundo. Os anticapitalistas contam com o facto de a maioria das pessoas pouco saber sobre história e sobre a extrema pobreza e as circunstâncias desumanas em que os nossos antepassados viviam antes do advento do capitalismo. E sabem que a maioria das pessoas muito pouco terá aprendido com os seus professores na escola ou na universidade sobre as condições cruéis e desumanas do socialismo.

Por último, pintam o futuro com as cores mais negras, atribuindo a causa de cada problema e crise não a falhas do Estado mas a alegadas deficiências do mercado. E o facto de todos os sistemas anticapitalistas, sem exceção, terem redundado em fracasso é um argumento que os socialistas não estão dispostos a aceitar. Têm sempre uma resposta pronta – “Isso não foi o ‘verdadeiro’ socialismo!” – e dão convictamente a entender que, após 100 anos de experiências socialistas frustradas, encontraram a receita para fazer com que o socialismo finalmente funcione.

O capitalismo é, essencialmente, um sistema económico baseado na propriedade privada e na concorrência, no qual as próprias empresas são livres de determinar o quê e quanto produzir, auxiliadas nas suas decisões pelos preços formados no mercado. Os papéis principais nas economias

capitalistas são desempenhados pelos empresários, no desenvolvimento de novos produtos e na descoberta de novas oportunidades de mercado, e pelos consumidores, cujas decisões individuais acabam por determinar o sucesso ou o fracasso do empresário.¹ No seu cerne, o capitalismo é um sistema económico empresarial. Em bom rigor, economia empresarial seria o termo mais adequado para o descrever.

No socialismo, pelo contrário, reina a propriedade estatal, e não há nem concorrência real nem preços reais. Não há, sobretudo, empreendedorismo. São as autoridades de planeamento do Estado centralizado e não os empresários privados quem determina que produtos são produzidos e em que quantidade.

Contudo, em lado nenhum existem sistemas destes na sua forma mais pura. Na realidade, todos os sistemas económicos são sistemas mistos. Nos sistemas socialistas do mundo real, havia e há alguma propriedade privada de bens de capital e de meios de produção, bem como vestígios de uma economia de livre mercado (se assim não fosse, teriam entrado em colapso muito mais cedo). E nos países capitalistas modernos existem numerosos componentes do socialismo e da economia planificada (que frequentemente dificultam o funcionamento da economia de mercado e, consequentemente, distorcem os seus resultados).

No meu livro *The Power of Capitalism* [“A Força do Capitalismo”], desenvolvi uma “teoria” a que agora chamo a “Teoria do Tubo de Ensaio”. Não é tanto uma teoria; é mais uma metáfora que pode ser usada para compreender melhor os desenvolvimentos históricos: Imagine um tubo de ensaio contendo os elementos do Estado e do mercado, do socialismo e do capitalismo. Acrescente-lhe mais mercado, como os chineses têm vindo a fazer desde os anos 80. O que é que observamos? Uma diminuição da pobreza e um aumento da prosperidade. Ou ponha mais Estado no tubo de ensaio, como os socialistas têm vindo a fazer na Venezuela desde 1999. O que acontece então? Mais pobreza e menos prosperidade.

Vemos esta luta de opostos por todo o lado: o mercado contra o Estado, o capitalismo contra o socialismo. É uma contradição dialética, e o desenvolvimento de um país – experimente ele mais ou menos prosperidade

– depende do modo como se desenvolve a relação entre mercado e Estado. Se nos anos 80 e 90, assistimos a um reforço das forças de mercado em muitos países (Deng Xiaoping na China, Margaret Thatcher e Ronald Reagan na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, reformas na Suécia e no início dos anos 2000 na Alemanha), hoje é o outro lado – o Estado – que parece estar a ganhar vantagem. Ao nível das ideias, o anticapitalismo voltou a estar na moda e está a ter uma crescente influência no moldar do pensamento de uma nova geração de jornalistas e políticos.

Na volta que dei ao mundo para o lançamento de *The Power of Capitalism*, fui frequentemente questionado sobre temas que não tratei nesse livro, como sejam: e a degradação do ambiente? Ou: não estarão os valores humanos perdidos no capitalismo, e será que tudo o resto não fica subjugado à procura do lucro? Será que não existe uma contradição fundamental entre democracia e capitalismo? Afinal, ao olhar para os Estados Unidos, as pessoas perguntam-se: não é evidente que os resultados políticos não são determinados pela maioria dos eleitores, mas sim pelo dinheiro? E o fosso entre ricos e pobres, que, como os *media* não se cansam de informar, está sempre a aumentar? E o que é que tem a dizer sobre monopólios globais, como Google e Facebook, que estão a tornar-se cada vez mais poderosos? Será que o capitalismo não tem culpa dos conflitos militares em todo o mundo e do surgimento de terríveis ditaduras – incluindo o regime nacional-socialista de Hitler na Alemanha? Por fim, as pessoas que duvidam do capitalismo ou estão desesperadas com ele, perguntam: Não deveríamos tentar alternativas ao capitalismo? São estas algumas das questões que abordo neste livro.

Ao lerem os capítulos que se seguem, rapidamente se darão conta de que não o faço a um nível teórico. Os opositores do capitalismo adoram discutir teorias porque sabem que, nas discussões conceptuais, nem sempre é fácil decidir quem está certo e quem está errado, e porque lhes agrada elevarem-se às alturas da abstração. Para a maioria das pessoas, contudo, as teorias e os modelos económicos abstratos são demasiado intangíveis e difíceis de compreender. Esta é a primeira desvantagem.

A segunda, ainda mais significativa, é que algumas teorias são sedutoras

porque vão ao encontro do que pensamos que sabemos, dos nossos preconceitos sobre o mundo. Se forem coerentes, cativantes na sua formulação, bem-apresentadas e, acima de tudo, alinhadas com o que pensamos que já sabemos, exercem uma grande atração. Penso ser mais importante começar por verificar se os factos em que uma teoria se baseia são realmente verdadeiros. E este é o calcanhar de Aquiles das teorias promovidas pelos anticapitalistas: não se ajustam aos factos históricos; limitam-se a reforçar os nossos preconceitos sobre o mundo.

Alguns defensores do capitalismo também gostam de discutir modelos económicos. Nada tenho contra isso, e tais modelos têm a sua justificação. No entanto, penso que faz muito mais sentido discutir factos históricos do que envolvermo-nos num debate sobre modelos teóricos antes de se decidir a quem cabe a razão sobre tais factos.

Neste livro, adotei a seguinte abordagem: na Parte A, concentro-me em detalhe sobre os argumentos que são repetidamente lançados contra o capitalismo; na secção intermédia, Parte B, trato a questão das alternativas ao capitalismo: o socialismo é muito bonito no papel – exceto no dos livros de história; a terceira secção deste livro, Parte C, trata das perceções das opiniões públicas sobre o capitalismo.

Talvez já tenha lido o livro de Steven Pinker, *O Iluminismo Agora*, ou o de Hans Rosling, *Factfulness*. Fiquei fascinado com estes livros porque demonstram o quanto a maioria das pessoas está errada quando acredita que tudo foi melhor no passado e que o mundo inteiro está a piorar. Existe uma contradição flagrante entre, por um lado, os resultados dos inquéritos sobre como a maioria das pessoas vê o mundo à sua volta e, por outro, os factos. O mesmo acontece no que toca às opiniões sobre o capitalismo, onde existe uma acentuada divergência entre os factos históricos e económicos, por um lado, e as perceções das pessoas, por outro. Sei que assim é porque, no âmbito de um projeto de investigação conduzido em larga escala a nível internacional, inquiri pessoas de 33 países sobre o que pensavam do capitalismo.

O objetivo principal deste livro não é o de entrar em polémicas com outros académicos, mas sim o de questionar as opiniões públicas sobre o

capitalismo. Porém, em alguns capítulos, abordo diretamente argumentos avançados por diversos intelectuais anticapitalistas de renome – como Thomas Piketty, Naomi Klein e Noam Chomsky – e em livros e artigos escritos por académicos críticos do capitalismo. Faço-o sobretudo quando considero que as suas teses acabaram por encontrar eco junto de setores significativos da opinião pública. É claro que muitas das pessoas que têm opiniões anticapitalistas nunca leram as obras de Karl Marx ou as dos modernos críticos do capitalismo. Mas muitas destas teses – que meios de comunicação social, universidades e escolas se encarregam de difundir – entraram na consciência coletiva e acabam por ser consideradas, pelo menos em parte, como verdades adquiridas, apesar dos inúmeros erros que contêm.

Também se verá que, embora algumas destas teses possam ser apresentadas como recentes e inovadoras (por exemplo, a crítica ao consumo), são de facto muito antigas. Ainda que a argumentação que suporta

o anticonsumismo possa ir mudando – umas vezes o movimento preocupa-se com a destruição da cultura, outras com os alegados perigos do “consumo alienado”; hoje são as alterações climáticas – o alvo permanece o mesmo: o capitalismo. Esta constante mudança de argumento por parte dos anticonsumistas sugere que a lógica não é para eles tão importante como o verdadeiro alvo. Alguns anticapitalistas, incluindo Naomi Klein, admitiram mesmo, e sem reboço, que só se interessaram por questões como as alterações climáticas quando descobriram que esta questão era uma arma nova e eficaz na luta contra a única coisa que detestavam acima de tudo: o capitalismo.

Os críticos irão provavelmente acusar-me de “parcialidade”, porque um grande número de factos e argumentos que apresento neste livro irá desafiar muitas das “verdades” sobre o mundo em que a maioria das pessoas passou a acreditar. Irá também contradizer a narrativa que é veiculada por muitos dos meios de comunicação social (lá chegarei dentro de momentos).

É por isso que a leitura deste livro tem como pré-requisito uma mente aberta aos factos que possam desafiar a sua visão do mundo. No nosso

inquérito internacional, confrontámos os inquiridos em 33 países com 18 afirmações que visavam conhecer as suas opiniões sobre o capitalismo. Uma afirmação que colheu pouca anuência foi a de que o capitalismo melhorou a vida do cidadão comum em muitos países de todo o mundo – a maioria dos inquiridos acredita que o capitalismo é responsável pela fome e pela pobreza. Os números que apresento no Capítulo 1 deste livro deixam claro que sucede exatamente o contrário.

No entanto, em relação à fome e à pobreza, é muito difícil ter uma discussão assente em factos. Quanto maior for a carga emocional de um tema, menos dispostas estarão as pessoas a aceitar dados empíricos que contradigam as suas próprias opiniões, um facto que tem sido repetidamente confirmado por experiências e estudos científicos.

Por exemplo, numa série de inquéritos representativos, quase idênticos, feitos ao longo das últimas três décadas, os investigadores mostravam aos inquiridos uma folha de papel com a fotografia de uma pessoa e um balão de discurso, para os quais davam o seguinte enquadramento: “Gostaria de lhe falar sobre um incidente que aconteceu no outro dia num painel de discussão sobre [seguiram-se variados tópicos: engenharia genética, alterações climáticas, energia nuclear, poluição atmosférica, etc., todos eles emocionalmente polarizantes]. Os especialistas estavam a falar sobre os riscos e os últimos desenvolvimentos nesse campo. De repente, um membro da audiência salta e grita algo aos membros do painel e à audiência.”

Os investigadores pediam então aos inquiridos que olhassem para a pessoa e para o balão de discurso no papel, que continha o seguinte: “O que é que me interessam os números e as estatísticas neste contexto? Como é que conseguem tratar tão friamente um assunto destes, quando a sobrevivência da humanidade e do nosso planeta está em causa?” Abaixo do balão estava uma pergunta: “Diria que esta pessoa está certa ou errada?” Esta pergunta foi feita repetidamente ao longo de 27 anos em 15 diferentes inquéritos representativos sobre uma variedade de temas altamente emotivos e controversos. De um modo geral, a maioria dos inquiridos concordou com o interpelante que não estava interessado nos factos. Em média, 54,8% disse que o interpelante resistente aos factos estava certo;

apenas 23,4% discordou.²

Ao escrever este livro, não estou de modo algum interessado em adotar uma posição artificialmente “centrista” ou em acomodar as opiniões erradas de um grande número de pessoas quando os factos são indiscutíveis. Dito isto, e dadas as centenas de livros que já foram escritos para denunciar o capitalismo, não haverá certamente nada de errado em escrever um livro em sua defesa. Em qualquer julgamento, o réu tem sempre direito a um advogado de defesa. O juiz – que, neste caso, é o meu estimado leitor – só profere a sentença quando todos os factos foram apresentados. Ora, isso inclui os factos a favor do capitalismo.

Um julgamento em que não há defesa e a acusação e o juiz estão conluiados é um julgamento de fachada. Infelizmente, o debate sobre o capitalismo assemelha-se mais frequentemente a um julgamento de fachada do que a um julgamento justo.

Fiquei muito impressionado com a clareza e a simplicidade da linguagem usada na defesa da economia de mercado pelo meu amigo Professor Weiyang Zhang, um conceituado economista da Universidade de Pequim. Incluí, neste livro, um artigo da sua autoria. Àqueles que não se tenham ainda debruçado sobre o tópico do capitalismo, recomendo a prévia leitura deste capítulo – logo após este prefácio – em vez de o lerem no fim.

Finalmente, gostaria de agradecer aos académicos e amigos que me ajudaram com o seu encorajamento e com os seus comentários críticos. Alguns leram apenas alguns capítulos, outros todo o manuscrito.

Os meus agradecimentos vão para o Prof. Jörg Baberowski, o Dr. Daniel Bultmann, o Prof. Jürgen W. Falter, o Prof. Thomas Hecken, o Dr. Christian Hiller von Gaertringen, o Dr. Helmut Knepel, o Prof. Eckhard Jesse, o Prof. Hans Mathias Kepplinger, o Prof. Wolfgang König, o Dr. Gerd Kommer, o Prof. Stefan Kooths, o Prof. Wolfgang Michalka, Reinhard Mohr, o Dr. Kristian Niemietz, o Prof. Werner Plumpe, o Prof. Martin Rhonheimer, o Prof. Walter Scheidel, o Prof. Hermann Simon, o Prof. Frank Trentmann, o Prof. Bernd-Jürgen Wendt e o Prof. Erich Weede.

Os meus agradecimentos especiais vão para o Dr. Thomas Petersen do Instituto Allensbach, que dirigiu o projeto de investigação internacional

durante muitos meses, e para o meu amigo Ansgar Graw, que mais uma vez investiu toda a sua competência na cuidadosa edição deste livro.

O economista chinês Weiyang Zhang, na senda da Escola Austríaca de Economia (e em particular a economia Schumpeteriana), enfatiza o papel do empreendedorismo. Ver Weiyang Zhang, *Ideas for China's Future*, e Weiyang Zhang, "A Paradigmatic Change".

Cf. *Kepplinger; Risikofallen*, 62–63.

PARTE A

Os Dez Maiores Mitos Anticapitalistas



MITO 1



“O capitalismo é responsável pela fome e pela pobreza”

O capitalismo é frequentemente acusado de ser responsável pela fome e pela pobreza no mundo. Concorda? A percentagem da população mundial que vive na pobreza diminuiu, aumentou ou manteve-se estável durante as últimas décadas?

Em 2016, 26.000 pessoas em 24 países foram chamadas a pronunciar-se sobre o crescimento da pobreza absoluta nos últimos 20 anos. Apenas 13% dos inquiridos acreditavam que a taxa de pobreza tinha diminuído, contrastando com os 70% que acreditavam que tinha aumentado. Esta deficiente perceção era particularmente acentuada nos países altamente industrializados. Na Alemanha, por exemplo, apenas 8% dos inquiridos acreditavam que a proporção de pessoas que viviam na pobreza absoluta em todo o mundo tinha diminuído. Um estudo conduzido pela Ipsos MORI em 2017 chegou a resultado idêntico. Concluiu que apenas 11% dos inquiridos na Alemanha estavam convencidos de que a pobreza absoluta tinha diminuído a nível mundial, em comparação com 49% dos inquiridos chineses.³ A pobreza absoluta é definida com referência ao custo de um cabaz de bens e serviços essenciais. Quem não conseguir adquirir este cabaz de bens é considerado pobre em termos “absolutos”.⁴

Antes da emergência do capitalismo, a maioria das pessoas no mundo vivia em extrema pobreza. Em 1820, cerca de 90% da população mundial vivia em pobreza absoluta. Hoje, este número reduziu-se a 10%. E eis o mais notável: nas últimas décadas, desde o fim do comunismo na China e noutros países, o declínio da pobreza acelerou a um ritmo sem paralelo em qualquer período anterior da história humana. Em 1981, a taxa de pobreza absoluta era de 42,7%; em 2000, tinha caído para 27,8% e, em 2021, estava abaixo dos 10%.⁵

É esta tendência dominante, que persiste há décadas, que é crucial. É verdade que – ao contrário das expectativas iniciais do Banco Mundial, que compila estes dados – a pobreza voltou a aumentar nos últimos anos. Mas isto é em grande parte devido à pandemia global da Covid-19, que exacerbou a situação em países onde a pobreza já era relativamente elevada.

Outras tendências de longo prazo também são animadoras. Por exemplo, o número de crianças sujeitas a trabalho infantil em todo o mundo diminuiu significativamente, passando de 246 milhões em 2000 para 160 milhões apenas vinte anos mais tarde, em 2020.⁶ E este declínio verifica-se apesar de a população mundial ter aumentado de 6,1 para 7,8 mil milhões durante o mesmo período.

Para compreender a questão da pobreza, precisamos de olhar para a história. Muitas pessoas acreditam que o capitalismo é a causa fundamental da pobreza e da fome a nível global. Têm uma imagem completamente irrealista da era pré-capitalista. Johan Norberg, o autor de *Progresso*, foi ele mesmo um anticapitalista na sua juventude. Contudo, admite que nunca tinha pensado a sério na forma como as pessoas viviam antes da Revolução Industrial: “imaginava que a vida era então uma espécie de excursão moderna ao campo.”⁷ E no seu livro *Die Selbstgerechten*, Sahra Wagenknecht, a proeminente política de esquerda alemã, escreve que, antes do capitalismo, as pessoas “viviam, sem dúvida, em austeridade”, mas glorifica tais condições como contribuindo para uma “vida muito mais calma, mais amante da natureza, integrada em comunidades coesas” que era “positivamente idílica” em comparação com o capitalismo.⁸

Na sua famosa obra sobre a condição da classe operária em Inglaterra,

Friedrich Engels denunciou as condições de trabalho sob o capitalismo primitivo com termos muito drásticos e traçou um quadro idílico dos trabalhadores artesãos antes de o trabalho mecânico e o capitalismo aparecerem para destruir esta bela vida: “Assim, os trabalhadores viviam uma existência em geral suportável e levavam uma vida honesta e tranquila, em tudo piedosa e honrada; a sua situação material era bem melhor que a dos seus sucessores; não tinham necessidade de se matarem a trabalhar, não faziam mais do que lhes apetecia e, no entanto, ganhavam para as suas necessidades e tinham tempos livres para um trabalho sã no jardim ou no campo, trabalho que era para eles uma forma de descanso, e podiam, por outro lado, participar nas distrações e jogos dos seus vizinhos; e todos estes jogos, chinquilha, pela, etc., contribuíam para a manutenção da sua saúde e para o seu desenvolvimento físico.

“Eram, na sua maior parte, pessoas vigorosas e bem constituídas, cuja constituição física era muito pouco ou nada diferente da dos camponeses, seus vizinhos. As crianças cresciam no bom ar do campo e, se tinham que ajudar os seus pais no trabalho, faziam-no ocasionalmente, e nunca durante um dia de trabalho de oito ou doze horas.”²

Engels prossegue: “Eram pessoas ‘respeitáveis’ e bons pais de família; viviam segundo a moral, porque não tinham ocasião de viver na imoralidade, pois nenhum *cabaret* ou casa de má fama se encontrava nas proximidades, e o estalajadeiro, em cuja loja, de tempos a tempos, acalmavam a sede, era igualmente um homem respeitável, e, na maior parte das vezes, um grande fazendeiro que fazia questão em ter boa cerveja, boa ordem e que não gostava de se deitar tarde. Tinham os filhos durante o dia em casa e inculcavam-lhes a obediência e o temor de Deus...” Os jovens, escreve Engels, “cresciam com os seus amigos de infância numa intimidade e numa simplicidade idílicas até ao casamento.” A única nota negativa só surge quando Engels, continuando, escreve: “estavam intelectualmente mortos; só viviam para os seus interesses privados, mesquinhos, para o tear e para o jardim, e ignoravam tudo do forte movimento que, no exterior, sacudia a humanidade. Sentiam-se à vontade na sua pacífica existência vegetativa e, sem a revolução industrial, nunca teriam abandonado esta

existência de um romantismo patriarcal, mas apesar de tudo indigna de um ser humano.”¹⁰

A imagem que muitas pessoas têm da vida nos tempos pré-capitalistas foi transfigurada muito para lá da realidade por estas e por outras descrições romantizadas. Por isso, olhemos de forma mais objetiva para a era pré-capitalista nos anos e séculos anteriores a 1820.

A pobreza não foi de modo algum causada pelo capitalismo; já existia há muito tempo e havia moldado a vida das pessoas durante milénios. Não há causas da pobreza – há causas da prosperidade. Fernand Braudel, o famoso historiador francês, escreveu uma das obras mais conceituadas sobre a história social dos séculos XV a XVIII, *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, onde refere que, mesmo na Europa relativamente abastada, havia constantes depressões e fomes. A produção de cereais era tão diminuta que duas más colheitas consecutivas redundavam num desastre.¹¹ Em França, ainda assim um país privilegiado na altura, registaram-se onze grandes fomes no século XVII e dezasseis no XVIII. Como Braudel observa, é até provável que estes cálculos sejam excessivamente otimistas. E todos os países da Europa estavam na mesma situação. Na Alemanha, por exemplo, onde tanto nas cidades como nos campos se vivia em constante penúria, a uma grande fome seguia-se outra.

Muita gente acredita que foram a industrialização e a urbanização que conduziram à fome e à pobreza. Mas Braudel escreve que as pessoas no campo experimentavam por vezes um sofrimento ainda maior: “Como vive na dependência dos mercadores, das cidades, dos senhores, o camponês não dispõe de quaisquer reservas. Em caso de má colheita, não lhe resta outra solução senão recuar para a cidade, enfiar-se para lá custe o que custar, mendigar nas ruas... Em breve as cidades começam a ter que se defender destas invasões regulares que não eram obra apenas dos necessitados dos arredores, antes punham em marcha verdadeiros exércitos de pobres, por vezes vindos de bem longe.”¹²

Se as condições nas cidades fossem, em geral, piores do que as das zonas rurais, milhões de pessoas não teriam acorrido às cidades. O historiador alemão de economia Werner Plumpe escreve: “Não foram os comércios e

indústrias emergentes que criaram um proletariado; pelo contrário, o proletariado surgiu apenas porque havia um subemprego generalizado, na sua maioria rural... Na verdade, a industrialização ajudou um grande número de pessoas a escapar ao subemprego estrutural e à pobreza e a sobreviver como mão-de-obra industrial... Dito de outro modo, o capitalismo encontrou uma população pobre que literalmente não tinha nada a perder e muito a ganhar.”¹³

É claro que isto só era válido para pessoas que encontravam emprego nas cidades e que eram capazes de trabalhar. Para todos os outros, o destino era cruel. Em Paris, os doentes e inválidos tinham sido sempre postos em hospitais, enquanto os que estivessem suficientemente aptos para trabalhar eram acorrentados aos pares e empregados na dura, nojenta e interminável tarefa de limpar os esgotos da cidade.¹⁴

A fome era um dos maiores problemas em muitos países. Na Finlândia, houve uma grande fome em 1696-97. As estimativas apontam para a morte de um quarto a um terço da população. Também na Europa Ocidental as pessoas viviam frequentemente em condições desumanas. Em 1662, os Eleitores da Borgonha informavam o rei que “a fome deste ano acabou com mais de dez mil famílias da vossa província e obrigou um terço dos habitantes mesmo das cidades boas a comer ervas”, e um cronista acrescenta que: “Houve quem comesse carne humana.”¹⁵

As pessoas alimentavam-se à base de papas, caldos e pão feito de farinhas de má qualidade, que só era cozido uma vez por mês ou de dois em dois meses, quase sempre a saber a mofo, e tão duro que em algumas regiões tinha de ser cortado a machado.¹⁶ A maioria das pessoas, mesmo nas cidades, tinha de sobreviver com 2000 calorias por dia, sendo que os hidratos de carbono representavam bem mais de 60% da sua ingestão alimentar expressa em calorias.¹⁷ De um modo geral, a alimentação consistia numa vida inteira a consumir pão, mais pão, e papas.¹⁸ O consumo de pão era particularmente elevado entre a população rural e os estratos mais baixos da classe trabalhadora. Segundo Le Grand d’Aussy, em 1782 um trabalhador ou camponês em França comia entre 900 a 1300 gramas de pão por dia, “mas quem tiver outra coisa para comer não consome estas

quantidades.”¹⁹

Nessa altura, as pessoas eram magras e de pequena estrutura óssea – ao longo da história, o corpo humano adaptou-se a uma ingestão calórica inadequada. “Os trabalhadores de estatura baixa do século XVIII”, escreve Angus Deaton no seu livro *A Grande Evasão*, “viviam efetivamente presos numa armadilha nutricional; não tinham como ganhar mais em virtude da sua extrema debilidade física e não tinham como comer porque, sem trabalho, não dispunham do dinheiro necessário para comprar comida.”²⁰ Há quem se entusiasme com as harmoniosas condições pré-capitalistas onde a vida era muito mais lenta, mas esta lentidão resultava principalmente da debilidade física causada pela permanente desnutrição.²¹ Estima-se que, há 200 anos, cerca de 20% dos habitantes de Inglaterra e França eram totalmente incapazes de trabalhar. “Na melhor das hipóteses, tinham energia para poucas horas de marcha lenta por dia, o que os condenava a uma vida de mendigação.”²²

Em 1754, um autor inglês relatava: “Longe de abastados, os camponeses de França nem sequer têm a necessária subsistência; é uma espécie de homens que começa a morrer antes dos quarenta anos... Nos lavradores franceses, basta o aspeto para denunciar a decadência do corpo.”²³ A situação era semelhante noutros países europeus. Braudel afirma: “Tal é o conjunto de factos – ao todo, uma igualdade entre morte e vida, uma elevadíssima mortalidade infantil, fomes, sub-nutrição crónica, poderosas epidemias – que constitui este *Ancien Régime* de que falámos.” Em certas décadas, eram mais as pessoas que morriam do que os bebés que nasciam.²⁴ As “posses” individuais estavam reduzidas a alguns bens rudimentares, como se pode ver em pinturas da época: uns quantos tamboretos, um banco corrido e um barril a servir de mesa.²⁵

E as pessoas morriam como viviam. Um relatório de Paris refere que os mortos eram enfiados em sacos de serapilheira que eram depois cosidos e atirados para valas comuns em Clamart, mesmo à saída da capital, sobre as quais era depois espalhada cal viva. A única procissão fúnebre dos pobres tinha “Um padre imundo, uma sineta, uma cruz.” E esta despedida era precedida pelas condições indescritíveis dos asilos, onde apenas 1200

camas estavam disponíveis para 5000 a 6000 pessoas doentes, pelo que, desse modo, “deita-se um que acaba de chegar ao lado de um moribundo ou de um cadáver.”²⁶

A razão para ter descrito a realidade da vida das pessoas em tanto detalhe foi o querer mostrar o que significa ter 90% da população mundial a viver em extrema pobreza. E, noutras partes do mundo, as pessoas viviam em condições ainda piores do que as das populações da Europa Ocidental. O ilustre economista britânico Angus Maddison especializou-se em documentar o crescimento e o desenvolvimento económicos durante longos períodos de tempo. Com base numa série de cálculos altamente complexos, estimou o produto interno bruto (PIB) histórico *per capita* para algumas das principais economias mundiais. Em 1820, este ascendia a 1202 dólares internacionais²⁷ na Europa Ocidental, a região em que nos concentrámos até agora neste capítulo. Segundo Maddison, o PIB *per capita* tinha um nível semelhante noutros países Ocidentais, ou seja, América do Norte, Austrália e Nova Zelândia. No resto do mundo, no entanto, o PIB *per capita* em 1820 ascendia a apenas 580 dólares internacionais, o correspondente a cerca de metade do valor no mundo Ocidental.²⁸

O impacto positivo do capitalismo torna-se mais evidente quando se adota uma perspetiva histórica de longo prazo. No ano 1 da nossa era, o PIB *per capita* na Europa Ocidental era de 576 dólares internacionais, enquanto a média global era de 467, o que significa que, na Europa, pouco mais que duplicou no período anterior ao capitalismo, desde o ano 1 até 1820. E no curto período entre 1820 e 2003, o PIB *per capita* na Europa Ocidental aumentou de 1202 para 19.912 dólares internacionais e nos outros países capitalistas ocidentais para 23.710 dólares internacionais.²⁹

Na Ásia, pelo contrário, o PIB *per capita* subiu de apenas 581 para 1718 dólares internacionais nos 153 anos entre 1820 e 1973. E depois, nos 30 anos até 2003, subiu de 1718 para 4434 dólares internacionais.³⁰

Então, o que foi que desencadeou este desenvolvimento dinâmico? Bem, o crescimento do PIB *per capita* na Ásia deve-se principalmente ao facto de, após a morte de Mao Tsé-Tung em 1976, a China ter paulatinamente decidido começar a adotar os princípios do capitalismo. Uma vez que a

redução da pobreza global resulta em grande parte deste desenvolvimento na China, gostava de o apresentar um pouco mais em detalhe.

Em 1981, 88% da população chinesa vivia em extrema pobreza; atualmente, é menos de um por cento. Nunca na história do mundo tantas centenas de milhões de pessoas passaram da pobreza abjeta para a classe média num período tão curto. Assim, e tomando a China como exemplo, podemos aprender muito sobre como a pobreza é superada – não em teoria, mas na realidade histórica.

Mas, primeiro, olhemos um pouco mais atrás. No final da década de 1950, 45 milhões de pessoas morreram na China em resultado do Grande Salto em Frente de Mao. É espantoso como a maioria das pessoas que aprendem na escola sobre os problemas reais (ou imaginários) associados ao capitalismo nunca ouviu falar do Grande Salto em Frente, a maior experiência socialista da história.

Escrevi em maior detalhe sobre este assunto no meu livro *The Power of Capitalism*, onde citei o jornalista e historiador chinês Yang Jisheng: “A fome que precedeu a morte foi pior do que a própria morte. Os cereais tinham desaparecido, as ervas tinham sido todas comidas, até a casca tinha sido arrancada às árvores, e excrementos de pássaros, ratazanas e sumaúma serviam para encher os estômagos. Nos campos de argila de caulino as pessoas esfomeadas mastigavam a argila enquanto a escavavam.”³¹ Houve casos frequentes de canibalismo. No início, os aldeões desesperados só comiam os cadáveres dos animais, mas não tardou a começarem a desenterrar os vizinhos mortos para os cozinhar e comerem. Carne humana era vendida no mercado negro juntamente com outros tipos de carne.³² Um levantamento feito – e prontamente suprimido – após a morte de Mao a respeito do condado de Fengyang “registou sessenta e três casos de canibalismo só na Primavera de 1960, incluindo o de um casal que estrangulou e comeu o filho de oito anos”.³³

Em 1958, antes do Grande Salto em Frente de Mao, a esperança de vida era de pouco menos de 50 anos. Em 1960, no entanto, tinha caído abaixo dos 30! Cinco anos depois, após a fome e a matança terem parado, a esperança de vida voltou a subir para quase 55. Quase um terço dos

nascidos durante a fase mais negra da maior experiência socialista da história humana não sobreviveu para lhe ver o fim.³⁴

Na sequência da catástrofe humana e económica da era Mao, os chineses começaram a enviar representantes a outros países, em missões de averiguação. Queriam ver por si próprios como eram estes países e se havia algo que a China pudesse aprender com eles. A partir de 1978, houve uma série de viagens de destacados políticos e economistas chineses. Fizeram 20 viagens a mais de 50 países para procurarem identificar as políticas que poderiam levar a China ao sucesso económico. Caiu-lhes a venda dos olhos quando viram, por exemplo, o que os trabalhadores no Japão estavam a alcançar. Perceberam que a propaganda comunista lhes tinha mentido durante anos quando comparava as “gloriosas” conquistas do socialismo na China com a “miséria” nos países capitalistas. Na verdade, era exatamente o contrário, como qualquer um dos que fizeram essas viagens pôde constatar. “Quanto mais vemos do mundo exterior, mais nos damos conta do nosso atraso”, observou repetidamente Deng Xiaoping, o pai das subsequentes reformas capitalistas da China.³⁵

Mas seria errado pensar que a China foi “convertida” ao capitalismo da noite para o dia ou que começou imediatamente a abolir a sua economia planificada em prol de uma economia de mercado. O governo chinês começou lento e hesitante, aumentando gradualmente a autonomia das empresas estatais. A transição de uma economia socialista e estatal para uma economia de mercado não ocorreu abruptamente. Foi, pelo contrário, um processo que durou anos, décadas – e que ainda está longe de concluído. E pelo menos tão importantes como as medidas implementadas de cima para baixo, ou seja, pelo Partido, foram-no as iniciativas de baixo para cima, por exemplo as dos agricultores.

Após a amarga experiência do Grande Salto em Frente, um número crescente de camponeses tomou a iniciativa e decidiu explorar terras agrícolas em regime privado, apesar de tal ser oficialmente proibido. No entanto, rapidamente se tornou evidente que os rendimentos das explorações agrícolas privadas eram muito superiores, e por isso os funcionários do Partido deixaram as pessoas prosseguirem com a iniciativa.

As primeiras experiências foram conduzidas em “aldeias de mendigos”, particularmente pobres, onde os funcionários concluíram que “se as coisas correrem mal aqui, não é assim tão mau, porque não se pode cair quando já se está no fundo do poço.” Numa destas pequenas aldeias, a liderança do Partido autorizou os agricultores a cultivarem campos muito pouco férteis em regime privado. Assim que lhes foi permitido fazê-lo, a terra produziu três vezes mais do que quando tinha sido cultivada em regime coletivo.

Muito antes de a proibição da agricultura em regime privado ter sido oficialmente abolida em 1982, houve iniciativas espontâneas de agricultores por toda a China para reintroduzir a agricultura privada, contrária ao credo socialista. O resultado foi extremamente positivo: as pessoas já não eram obrigadas a passar fome e os rendimentos agrícolas aumentaram significativamente.

E tais mudanças não se verificaram apenas nas zonas rurais. Para além das grandes empresas estatais, havia numerosas empresas municipais, que pertenciam formalmente às cidades e aos municípios, mas cuja gestão se aproximava cada vez mais da das empresas privadas. Estas empresas provaram frequentemente serem superiores às pesadas empresas estatais, porque não estavam sujeitas às diretrizes restritivas de uma economia planificada. Nos anos 80, foi surgindo um número crescente de empresas cuja gestão era de facto privada. O sistema socialista, sob cuja égide a propriedade estatal supervisionada por autoridades de planeamento central era a única opção, foi sendo cada vez mais erodido a partir da base.

As Áreas Económicas Especiais, entretanto criadas, onde o sistema económico socialista foi suspenso e as experiências capitalistas foram permitidas, vieram a revelar-se de grande importância. A primeira zona económica especial foi criada em Shenzhen, próximo da então política e economicamente independente Hong Kong capitalista, que na altura ainda era uma colónia da coroa britânica. Tal como na Alemanha, onde um crescente número de pessoas foi fugindo de Leste para Oeste antes da construção do Muro de Berlim, cada vez mais pessoas tentavam trocar a socialista República Popular pela capitalista Hong Kong através da então pequena cidade piscatória de Shenzhen.

Deng Xiaoping foi suficientemente inteligente para perceber que a intervenção militar e controlos fronteiriços mais rigorosos não resolveriam a questão subjacente e que as razões que levavam as pessoas a fugir do País tinham de ser analisadas e eliminadas. Quando a liderança do Partido na província de Guangdong, da qual Shenzhen fazia parte, investigou a situação com mais detalhe, encontrou refugiados da China continental a viver numa aldeia que tinham criado no território de Hong Kong, no lado oposto do rio Shenzhen, onde ganhavam 100 vezes mais do que os seus compatriotas do lado socialista.

A resposta de Deng foi a de defender que a China precisava de aumentar o nível de vida no lado chinês do rio, se quisesse conter o fluxo. Shenzhen, que na altura tinha menos de 30.000 habitantes, tornou-se o local da primeira experiência de mercado livre da China, promovida por quadros do Partido que tinham estado em Hong Kong e Singapura e observado diretamente que o capitalismo funcionava muito melhor do que o socialismo.

Antes um lugar onde muitos arriscavam as suas vidas para fugir do País, esta antiga vila piscatória tornou-se uma metrópole próspera de 12 milhões de pessoas com uma economia florescente assente na indústria eletrónica e de telecomunicações e um rendimento *per capita* mais elevado que o de qualquer outra cidade chinesa, à exceção de Hong Kong e Macau. O modelo das Áreas Económicas Especiais foi rapidamente posto em marcha noutras regiões. Impostos baixos, rendas baratas e poucos obstáculos burocráticos tornaram estas Áreas Económicas Especiais extremamente atrativas para os investidores estrangeiros. As suas economias eram menos regulamentadas e mais orientadas para o mercado do que o são hoje as de muitos países europeus.

Visitei esta região pela primeira vez em agosto de 2018 e novamente em dezembro de 2019. Nesta segunda viagem, falei com representantes de um *think tank* privado. O diretor deste *think tank* é um professor que não pertence ao Partido Comunista nem a nenhum dos outros oito “partidos” na China. “Talvez venhamos a ser os últimos defensores do capitalismo”, observou ele. Ao longo da conversa, deu conta do seu espanto por o

pensamento socialista estar a ressurgir na Europa e nos Estados Unidos: “Aqui na China, já quase ninguém acredita nas ideias de Karl Marx.”

A proclamação oficial da economia de mercado no Décimo Quarto Congresso do Partido Comunista Chinês, em outubro de 1992 – um passo que teria sido impensável apenas alguns anos antes – revelou-se um marco no caminho da China para o capitalismo. Embora o Partido não tenha abandonado totalmente o planeamento económico centralizado, os preços das matérias-primas, dos transportes e dos bens de capital, que eram todos fixados pelo Governo, baixaram drasticamente.

Paralelamente, foram feitas tentativas para reformar as empresas estatais. Anteriormente sob propriedade exclusivamente pública, aos particulares e investidores estrangeiros estava vedado o tornarem-se acionistas. A privatização continuou a bom ritmo durante a década de 1990, e algumas empresas foram cotadas na bolsa de valores. Houve numerosas privatizações espontâneas e OPI [ofertas públicas iniciais] promovidas pelos governos locais. Tornou-se evidente que muitas das empresas estatais eram inviáveis em ambiente de concorrência.

Os desenvolvimentos na China provam que o aumento do crescimento económico – mesmo quando acompanhado por um aumento da desigualdade – beneficia a maioria da população. Há hoje mais multimilionários na China do que em qualquer outro país do mundo, com exceção dos Estados Unidos; vivem mais multimilionários em Pequim do que em Nova Iorque. Isto prova a falácia inerente ao “pensamento de soma nula” anticapitalista, que proclama que os ricos só o são porque tiraram alguma coisa aos pobres. Centenas de milhões de pessoas vivem hoje muito melhor na China, não *apesar de* haver tantos milionários e multimilionários, mas precisamente *porque* – após a morte de Mao – Deng Xiaoping deu instruções para “que se deixe alguns enriquecerem primeiro”.

Deng tinha razão em dar prioridade ao crescimento económico, como se pode ver pelos seguintes factos: as províncias chinesas onde a pobreza mais diminuiu nas últimas décadas são as mesmas que experimentaram o maior crescimento económico.

Weiying Zhang, que é certamente o mais acutilante analista da economia

chinesa, rejeita a noção de que o extraordinário sucesso da China resulte do papel significativo desempenhado pelo Estado. Este equívoco está generalizado no Ocidente, mas também começa a ter aceitação na própria China, onde alguns políticos e académicos acreditam que a explicação para o sucesso do País reside num particular “modelo chinês”. “Os defensores do modelo chinês estão errados porque confundem ‘*apesar de*’ com ‘*por causa de*’. A China cresceu rapidamente, não *por causa*, mas *apesar do* Governo ilimitado e do grande setor estatal ineficiente.”³⁶

Com efeito, a mercantilização e a privatização são as forças motrizes do tremendo crescimento económico da China. Zhang analisou dados de diferentes regiões chinesas e concluiu que “quanto mais a reforma feita numa província foi orientada para o mercado, maior foi o crescimento económico alcançado, e os retardatários na reforma da mercantilização são também retardatários no crescimento económico.”³⁷ As áreas onde as reformas orientadas para o mercado foram mais consistentemente implementadas, como Guangdong, Zhejiang, Fujian e Jiangsu, foram também as que alcançaram o maior crescimento económico.

A este respeito, e este é um aspeto essencial, “a melhor medida do progresso das reformas são as *mudanças* nos índices de mercantilização durante os períodos em causa, e não as pontuações absolutas de um determinado ano.”³⁸ A taxa de crescimento é maior onde as empresas privadas desempenham um papel decisivo. Os dados de Zhang comprovam-no: “As províncias cujas economias estão mais ‘privatizadas’ tendem a crescer mais rapidamente. Foram os setores não estatais, e não o setor estatal, que impulsionaram o elevado crescimento.”³⁹

O processo de reforma na China ao longo das últimas décadas nunca foi uniforme, nunca seguiu apenas uma direção. Houve fases em que as forças de mercado ganharam força rapidamente, tal como houve fases em que o Estado reafirmou a sua primazia. Mesmo que a longo prazo a tendência dominante fosse “Estado-sai-privado-entra” (*guo tui min jin*), houve também períodos e regiões em que a tendência foi de sentido contrário, ou seja, “Estado-entra-privado-sai” (*guo jin min tui*). Zhang examina as diferentes taxas de crescimento nas regiões “Estado-sai-privado-entra” e

nas regiões “Estado-entra-privado-sai”. Mais uma vez, os resultados são claros: a produção económica cresceu significativamente mais depressa nas regiões “Estado-sai-privado-entra”. Como Zhang explica, isto prova “que o rápido crescimento da China ao longo das últimas quatro décadas foi impulsionado pelo poder do mercado e dos setores não estatais, e não pelo poder do Governo e do setor estatal, como alegam os teóricos do modelo chinês.”⁴⁰

O fator mais crucial para o futuro desenvolvimento da economia chinesa é o nível de inovação. Uma análise da intensidade da investigação e desenvolvimento na indústria, das patentes concedidas *per capita* e da percentagem de vendas de novos produtos no total das receitas industriais torna claro que todos estes indicadores fundamentais da inovação têm uma clara correlação positiva com o grau de mercantilização.⁴¹

Quando conheci Weiying Zhang em Pequim, ele chamou-me a atenção para o grande perigo que pode resultar de uma deficiente interpretação das razões do crescimento da China, não só para a China, mas também para o Ocidente. Se as pessoas no Ocidente concluírem erroneamente que o sucesso económico da China se baseia numa singular “terceira via” entre capitalismo e socialismo, também conhecida como “capitalismo de Estado”, Zhang receia que tirem conclusões erradas para os seus próprios países. Em *Ideas for China's Future* [“Ideias para o Futuro da China”], publicado em 2020, Zhang recorre a uma metáfora muito apropriada: “Imagine que vê uma pessoa sem um braço a correr muito depressa. Se concluir que a velocidade resulta da falta do braço, então, naturalmente, apelará aos outros para que serrem um dos seus próprios braços. O que seria um desastre... Os economistas não podem confundir ‘*apesar de*’ com ‘*por causa de*’.”⁴²

Os que pugnam por um Estado forte na Europa e nos Estados Unidos querem que todos acreditem que o sucesso económico da China confirma que o crescimento económico está intrinsecamente associado a um Estado forte. As análises de Weiying Zhang provam exatamente o contrário.

Em muitos aspetos, segundo Zhang, a via chinesa é muito menos excecional do que à primeira vista possa parecer: “Na verdade, o desenvolvimento económico da China é fundamentalmente o mesmo que

ocorreu em países ocidentais – como o da Grã-Bretanha durante a Revolução Industrial, o dos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX, e o de alguns países da Ásia Oriental, como o Japão e a Coreia do Sul, após a Segunda Guerra Mundial. Uma vez introduzidas as forças do mercado e criados os incentivos certos para as pessoas procurarem a riqueza, o milagre do crescimento seguir-se-á mais tarde ou mais cedo.”⁴³

De facto, são muitos os paralelos entre a China e o desenvolvimento do capitalismo primitivo na Europa e nos Estados Unidos. “Capitalismo primitivo” soa horrivelmente aos ouvidos anticapitalistas, apesar de ter sido uma época de significativas melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora. Thomas J. DiLorenzo ilustra isto mesmo com os seguintes dados para os Estados Unidos: “De 1820 a 1860, os salários cresceram a uma taxa anual de cerca de 1,6 por cento e, durante este período, o poder de compra do salário médio de um trabalhador aumentou entre 60 e 90%, conforme a região do País em que o trabalhador residia. Entre 1860 e 1890, durante o que os economistas chamam a ‘segunda revolução industrial’, os salários reais – ou seja, os salários ajustados à inflação – aumentaram 50 por cento na América. A semana de trabalho média também foi encurtada, o que significa que os ganhos reais do trabalhador médio americano aumentaram provavelmente cerca de 60 por cento durante esse período.”⁴⁴ No próximo capítulo, mostrarei que algo semelhante aconteceu no período do capitalismo primitivo em Inglaterra, período que é frequentemente citado como um exemplo particularmente mau de condições desumanas e degradantes.

O capitalismo fez mais para vencer a fome e a pobreza do que qualquer outro sistema na história mundial. As maiores fomes causadas pelo homem nos últimos 100 anos ocorreram sob o socialismo. Na sequência da Revolução Bolchevique, a fome russa de 1921/22 custou a vida a 5 milhões de pessoas, segundo números oficiais da *Grande Enciclopédia Soviética* de 1927. As estimativas mais altas situam o número de mortos pela fome entre 10 e 14 milhões. Apenas uma década depois, a coletivização socialista da agricultura de Joseph Estaline e a “liquidação dos culaques” (falaremos

sobre isto no Capítulo 11) desencadearam a grande fome seguinte, que matou entre 6 e 8 milhões de pessoas. Em termos relativos, o Cazaquistão foi particularmente afetado, tendo morrido um terço da sua população.⁴⁵ O excesso de mortalidade na União Soviética atingiu os 3,9 milhões na Ucrânia, os 3,3 milhões na Rússia e os 1,3 milhões no Cazaquistão.

“Quando o termo ‘fome’ é usado”, escreve o sinólogo alemão Felix Wemheuer no seu livro *Der große Hunger* [“A Grande Fome”], “a primeira coisa que a maioria das pessoas pensa é em África. No século XX, porém, 80% de todas as vítimas da fome morreram na China e na União Soviética.”⁴⁶ Ele não se refere aos milhões de vítimas de subnutrição e falta de assistência médica, mas define a fome como um evento que faz com que as taxas de mortalidade disparem face à média “normal” num dado país.⁴⁷ O fim do comunismo foi um fator decisivo para o declínio da fome global em 42% entre 1990 e 2017.⁴⁸

Quando pensam em “fome e pobreza”, é típico as pessoas caírem no equívoco de pensarem no capitalismo e não no socialismo, o sistema que foi realmente responsável pelas maiores fomes do século XX.

Na Coreia do Norte, um dos poucos países socialistas que restam no mundo, várias centenas de milhares de pessoas morreram de fome entre 1994 e 1998. Jang Jing-sung, um membro da elite norte-coreana, descreve as suas experiências pessoais na Coreia do Norte no final dos anos 90, antes de ter fugido para o Ocidente. Os famintos eram enviados para os parques, feitos mendigos, antes de morrerem. Havia uma “Divisão de Cadáveres”, cujos membros se encarregavam de espetar corpos com paus para ver se já estavam mortos. Viu-os carregar cadáveres em riquexós, de onde pés descalços e esqueléticos se estendiam em estranhas direções. Num mercado cheio de gente, uma mulher cujo marido já tinha morrido à fome tentava vender a sua filha por 100 won (menos de 10 cêntimos).⁴⁹

Voltando aos números: O “Índice de Liberdade Económica”, compilado anualmente pela Heritage Foundation, mostra que os países mais capitalistas têm um PIB *per capita* médio de \$71.576. Para os países “predominantemente livres” do mundo o valor é de \$47.706. No outro extremo da escala, os países “sobretudo não livres” e “reprimidos” têm um

PIB *per capita* de apenas 6834 e 7163 dólares, respetivamente.⁵⁰

O Índice Global de Pobreza Multidimensional (IPM)⁵¹ das Nações Unidas mede várias formas de pobreza (incluindo saúde, nível de vida e educação) em 80 países em desenvolvimento. Ao comparar este IPM com o Índice de Liberdade Económica, vê-se que 35,3% das populações dos países em desenvolvimento “maioritariamente reprimidos” vivem em “pobreza multidimensional”, em comparação com apenas 7,9% das pessoas nos países em desenvolvimento “maioritariamente livres”.⁵² A crença de que tudo seria melhor se “redistribuíssemos” o dinheiro dos países ricos pelos países pobres é ingénua. A economia não é um jogo de soma nula, no qual basta retirar a um indivíduo, grupo ou país rico e distribuir pelos outros para que todos fiquem mais ricos. O que realmente vence a pobreza, como demonstrado pelos desenvolvimentos na Europa Ocidental desde 1820 e em países asiáticos como a China, a Coreia do Sul e o Vietname nos últimos 40 anos, é mais liberdade económica.

Inúmeros estudos comprovam, e os economistas têm-no sublinhado, que a ajuda ao desenvolvimento tem feito mais mal do que bem aos países de África.⁵³ É um facto que explorei em detalhe no Capítulo Dois do meu livro *The Power of Capitalism*. Entre 1970 e 1998, os anos em que o fluxo da ajuda ao desenvolvimento em África atingiu os valores mais altos, a pobreza no continente aumentou de 11% para 66%.⁵⁴ A ajuda externa apoiou governos corruptos, que não sentiram a mínima obrigação em assegurar o bem-estar do seu povo. Os desembolsos da ajuda externa também significaram que estes governantes não dependiam do consentimento do seu povo e isto permitiu-lhes interferir descaradamente no funcionamento do Estado de Direito, no estabelecimento de instituições civis transparentes e na proteção das liberdades civis. Por outro lado, este estado de coisas desincentivou o investimento local e estrangeiro nestes países pobres. A ajuda ocidental ao desenvolvimento contribuiu em muito para um efetivo atraso no desenvolvimento de muitos países africanos.

A ajuda externa inibiu o desenvolvimento de uma economia capitalista capaz de funcionar, e os elevados níveis de corrupção tornaram o investimento em países pobres pouco atrativo, conduzindo à estagnação e

ao débil crescimento económico.⁵⁵ Os funcionários corruptos do Governo estavam mais interessados em servir os seus próprios interesses do que o bem comum. Grandes somas de ajuda externa e uma cultura de “ajudodependência” também encorajaram os governos africanos a expandirem ainda mais os setores públicos improdutivos, o que foi apenas mais uma forma de recompensar os amigos.⁵⁶

É claro que os países ricos devem ajudar os países pobres numa emergência, como por exemplo quando uma catástrofe natural ou uma pandemia ocorrem. Nesses casos, deveria ser por demais evidente que um país deve ajudar outro, por exemplo, fornecendo equipamento, medicamentos, alimentos e o mais que seja. O mesmo se aplica a pessoas que, apesar de viverem num país próspero, tenham caído na pobreza sem culpa própria, devido, por exemplo, a uma doença ou a um qualquer outro revés da sorte. São situações em que deve ser prestada uma ajuda generosa, sem reservas, tanto por particulares como pelo Estado. Mas tal ajuda em nada debela a pobreza induzida estruturalmente.

Na Europa ou nos Estados Unidos, o debate sobre os métodos mais eficazes para erradicar a pobreza, a fome, o trabalho infantil e outros problemas tem vindo a ser dominado por ideias ingénuas. Algumas pessoas sentem-se bem por se recusarem a comprar produtos que foram fabricados com recurso a trabalho infantil. Mas, muitas vezes, as “vitórias” antitrabalho infantil celebradas por “ativistas” tornam a situação das pessoas nos países pobres ainda pior. Johan Norberg dá conta do seguinte exemplo: Em 1992, foi revelado que a cadeia retalhista americana Wal-Mart estava a comprar vestuário fabricado por crianças trabalhadoras. O Congresso dos EUA ameaçou então proibir as importações de países com trabalho infantil. Em resultado dessa ameaça, muitos milhares de crianças no Bangladesh foram imediatamente despedidos pela indústria têxtil. Quando organizações internacionais conduziram uma investigação para descobrir o que se tinha passado com estas crianças, tornou-se evidente que muitas delas tinham mudado para ocupações mais perigosas e menos bem remuneradas, e em muitos casos tinham-se tornado prostitutas. Um boicote semelhante à indústria de tapetes nepalesa resultou em que mais de 5000

raparigas se viram forçadas a prostituir-se, de acordo com a UNICEF.⁵⁷

No verão de 2014, uma nova lei sobre o trabalho infantil na Bolívia encheu as manchetes e desencadeou um debate feroz. A lei permite que crianças com apenas dez anos de idade trabalhem, sob certas condições. Os grupos que ajudaram a escrever a lei até integraram crianças trabalhadoras. Um escândalo? A UNICEF comentou: “Temos de aceitar que o trabalho infantil é uma realidade em muitos países de baixo e médio rendimento. Na Bolívia, muitas raparigas e rapazes disseram que precisavam dos seus salários para sobreviver. Os defensores da lei acreditam que, sem ela, as crianças trabalhariam ilegalmente e correriam um risco muito maior de exploração. Os críticos, por seu lado, receiam que a lei enfraqueça a proteção das crianças.”⁵⁸

A situação não é, portanto, tão clara como poderia parecer à primeira vista. Como já foi referido, o trabalho infantil diminuiu imenso em todo o mundo, não graças a proibições ou boicotes, mas porque as condições de vida das pessoas em muitos (antigos) países em desenvolvimento melhoraram. Os pais que antes dependiam do trabalho dos seus filhos estavam agora em condições de ganhar mais para si próprios e de financiar uma educação para os seus filhos. Não menos, mas mais capitalismo, tem ajudado na luta contra o trabalho infantil.

Porém, e os pobres nos países ricos desenvolvidos? Aqui é importante, antes de mais, distinguir entre pobreza “relativa” e “absoluta”. Quando as pessoas falam de pobreza em países como a Alemanha ou a Suécia, referem-se normalmente a pobreza “relativa”, à qual voltaremos no próximo capítulo. A pobreza relativa refere-se a pessoas que, por exemplo, ganham menos de 60% do rendimento mediano do seu país. Esta pobreza nunca poderá ser eliminada, porque, independentemente de qualquer aumento do rendimento mediano, haverá sempre pessoas que ganham apenas 60% desse valor, ou menos. Este é um resultado inevitável da construção estatística do rendimento mediano, que não é o rendimento médio, mas o rendimento que divide uma população em dois grupos iguais, metade com um rendimento acima desse montante, e metade com um rendimento abaixo desse montante.

Os anticapitalistas argumentam sempre como se todas as pessoas (relativamente) pobres que vivem num país rico se tivessem tornado pobres sem qualquer culpa própria. Ficam muito indignados quando alguém refere que também há pessoas pobres em países como a Alemanha, Grã-Bretanha, Suécia ou os Estados Unidos que são total ou parcialmente responsáveis pela sua própria situação. No entanto, não há como negar que, para além das pessoas necessitadas que não têm culpa disso, há também pessoas que preferem tirar partido do sistema de segurança social do Estado em vez de se empenharem num emprego. Em certa medida, até é possível compreendê-las: se os elevados impostos e contribuições para a segurança social fazem com que lhes sobre muito pouco do seu rendimento bruto e, ao mesmo tempo, são distribuídos pelo Estado Social benefícios comparativamente generosos, como é o caso, por exemplo, na Alemanha, então haverá sempre pessoas que preferem viver destes benefícios e talvez fazer uns biscates “por fora”. Afinal de contas, sabem que ganharão tanto ou até mais, sem terem de trabalhar, como outros, 40 horas por semana. Antes de nos indignarmos com estas pessoas, devemos fazê-lo com o sistema que permite que o seu comportamento surja como economicamente racional.

Mas será que encorajar as pessoas a verem-se sobretudo como vítimas as ajuda de facto? Será que isso não as faz apenas sentirem-se desamparadas e sem capacidade de iniciativa? A mensagem é: “A tua vida está como está devido a razões estruturais, pelo que não tens qualquer hipótese de a mudar enquanto essas estruturas não forem deitadas abaixo.” Em primeiro lugar, tais mensagens são erradas e, em segundo, desencorajam as pessoas.

Os pró-capitalistas encorajam as pessoas a tomarem o seu destino nas suas próprias mãos, a não esperarem que os outros as ajudem ou que a sociedade mude. E uma das principais razões porque o fazem é o saberem que as promessas dos anticapitalistas, nomeadamente que a pobreza e as dificuldades só podem ser minoradas através da abolição do capitalismo, não são, de forma alguma, confirmadas pela história. Na verdade, o contrário sempre foi verdade: onde quer que o capitalismo tenha sido abolido, a pobreza aumentou – como veremos no Capítulo 11.

Fink / Kappner.

O Banco Mundial define pobreza absoluta como os rendimentos abaixo da linha de pobreza internacional de 1,90 dólares (PPP) por dia. Este é o tipo de pobreza mais severo, caracterizado pela privação extrema de bens essenciais (incluindo, e sobretudo, alimentos). A medição da pobreza em dólares (PPP) tem em conta as variações do poder de compra em diferentes países (PPP = Purchasing Power Parity/Paridade de Poder de Compra).

Cf. Pinker, 110, Rosling, 62, Fink / Kappner, <https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-shared-prosperity>

Melcher, “Kinderarbeit: Alarmierende Entwicklung laut UN-Studie” in FAZ, June 10, 2021.

<https://www.faz.net/aktuell/wirtschaft/kinderarbeitalarmierende-entwicklung-laut-un-studie17380670.html>

Norberg, *Progresso*, 12. [Nota da edição: Faz-se referência direta às edições portuguesas das obras citadas pelo autor sempre que estas tenham sido publicadas em Portugal.]

Wagenknecht, 58.

Engels, *A situação da classe trabalhadora*, 32-33.

Engels, *A situação da classe trabalhadora*, 33-34.

Braudel, 55.

Braudel, 55-56.

Plumpe, *Das kalte Herz*, 149–150.

Braudel, 56.

Braudel, 58.

Braudel, 58-59.

Braudel, 104.

Braudel, 104, 106.

Citado em Braudel, 107.

Deaton, 117.

McCloskey, Carden, 41.

Norberg, *Progresso*, 24.

Citado em Braudel, 70.

Braudel, 70.

Braudel, 245.

Citado em Braudel, 432.

O dólar internacional é uma unidade monetária hipotética que tem a mesma paridade de poder de compra que o dólar EUA tinha em 1990, nos Estados Unidos.

Maddison, 70.

Maddison, 70.

Maddison, 70.

Citado em Lee, 80.

Dikötter, *Mao's Great Famine*, 320–321.

Chang / Halliday, 491.

Deaton, 60.

Lee, 159.

Zhang, *The China Model*, 18-19. Itálicos no original.

Zhang, *The China Model*, 9-10.

Zhang, *The China Model*, 10. Itálicos no original.

Zhang, *The China Model*, 11-12.

Zhang, *The China Model*, 13.

Zhang, *The China Model*, 14.

Zhang, *Ideas for China's Future*, 229.

Zhang, *The Logic*, 158.

DiLorenzo, 95-96.

Wemheuer, 17-18, 59.

Wemheuer, 17.

Wemheuer, 235.

<https://www.bpb.de/nachschlagen/zahlen-und-fakten/globalisierung/52693/unterernaehrung>

Norberg, *Progresso*, 37-38.

Miller, Kim, Roberts, *Index of Economic Freedom 2021*, 22.

Oxford Poverty & Human Development Initiative, Global MPI 2021: <http://hdr.undp.org/en/2021-MPI>

Miller, Kim, Roberts, *Index of Economic Freedom 2021*, 25.

Cf. Zitelmann, *The Power of Capitalism*, Capítulo 2.

Moyo, 8.

Moyo, 55.

Moyo, 67.

Norberg, *Global Capitalism*, 199.

UNICEF “Kinderarbeit weltweit: Die 7 wichtigsten Fragen und Antworten”:
<https://www.unicef.de/informieren/aktuelles/blog/kinderarbeit-fragen-undantworten/166982>

MITO 2



“O capitalismo conduz a uma desigualdade crescente”

“Os pobres estão cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos” – vimos no último capítulo que pelo menos a primeira parte desta afirmação frequentemente repetida não corresponde à verdade. As fortunas de milhares de milhões de dólares dos super-ricos são normalmente contrastadas com o que a maioria das pessoas possui. Essas fortunas são de facto espantosamente elevadas, mas a grande maioria dessa riqueza está associada a ativos empresariais e produtivos. Há quem imagine Jeff Bezos com 100 ou 200 mil milhões de dólares na sua conta bancária. Mas, na realidade, a maior parte da sua fortuna – provavelmente mais de 95% – encontra-se imobilizada em ações da sua empresa, a Amazon, que emprega cerca de 1,3 milhões de pessoas em todo o mundo. Esta é a fonte da sua gigantesca fortuna.

Mas, primeiro, vamos fazer uma pergunta mais fundamental: o que dizer da questão da desigualdade? É verdade que, no capitalismo, o fosso entre ricos e pobres está a aumentar? Antes de respondermos a esta pergunta, cabe perguntar: Vale sequer a pena lutar pela igualdade? E o que é que se entende por igualdade? E porque é que há tanta gente mais preocupada com a questão da desigualdade do que com a pobreza?

Os autores da literatura utópica clássica eram obcecados pela noção de

igualdade. Em quase todas as idealizações de sistemas utópicos, a propriedade privada dos meios de produção (e, por vezes, mesmo toda a propriedade privada) encontra-se abolida, à semelhança de qualquer distinção entre ricos e pobres. Já em 1517, o romance *Utopia* do inglês Thomas More, que deu nome a este género, afirmava: “[E]stou convencido de que, a menos que a propriedade privada seja completamente abolida, não pode haver uma distribuição justa de bens, nem o mundo pode ser governado com felicidade. Enquanto a propriedade privada existir, a maior e a melhor parte da humanidade será oprimida por uma inelutável carga de cuidados e de ansiedades.”⁵⁹

No romance do filósofo Tommaso Campanella de 1602, *A Cidade do Sol*, quase todos os habitantes da cidade, sejam homens ou mulheres, usam o mesmo tipo de roupa. E na utópica descrição da República de Cristianópolis, de Johann Valentin Andreä, há apenas dois tipos de roupa. “Têm apenas dois fatos, um para o trabalho, outro para os dias santos; e são feitos da mesma maneira para todas as classes. O sexo e a idade são identificados pelo feitio do traje. O tecido é de linho ou lã, consoante seja para verão ou para inverno, e a cor de todos é branco ou cinzento; ninguém tem adornos pessoais vistosos.”⁶⁰ Até a arquitetura das casas é inteiramente uniforme em muitos romances utópicos.

Serão muito poucos os que, queixando-se de “injustiça social”, defenderiam hoje um tal igualitarismo radical. Quase toda a gente aceita como razoável que existam diferenças nos rendimentos, mas muitos acrescentam: estas diferenças não devem ser “demasiado grandes”. Porém, o que é que se considera “demasiado grande” e o que é que se considera razoável? Muitos críticos da desigualdade social salientam que as diferenças aumentaram nas últimas décadas – por exemplo, os administradores ganham hoje muito mais em relação aos seus empregados do que antes. Mas, assim sendo, estaria a proporção certa “antes”? Dificilmente, pois muitas das pessoas que hoje se queixam de “demasiada desigualdade” faziam então exatamente as mesmas queixas.

Tanto nas filosóficas “teorias da equidade” como no que muita gente pensa no dia a dia, a recompensa que alguém recebe pelo seu trabalho deve

ser proporcional à quantidade de trabalho investido. “Se esta relação for desigual, ou seja, se alguém recebe mais recompensa com menos esforço, surgem sentimentos de injustiça.”⁶¹ Inquéritos têm vindo consistentemente a demonstrar que entre 88 e 95% dos europeus ocidentais acreditam que o “desempenho” deve ser um importante fator a ter em conta na determinação do rendimento.⁶² Mas a literatura ensina-nos que, especialmente para indivíduos com baixo estatuto socioeconómico, “desempenho” é geralmente entendido como a “execução conscienciosa de uma quantidade definida de tarefas em determinado período de tempo”⁶³.

Para a maioria das pessoas, “desempenho” significa tanto o tempo gasto como a intensidade do esforço ou do empenho individuais. Chamo a isto a “mentalidade do empregado”, pois a experiência pessoal dos empregados ou trabalhadores indica-lhes que o seu salário ou vencimento é proporcional ao esforço despendido: quem trabalha mais tempo ou mais intensamente ganha normalmente mais. É isto que a maioria das pessoas vê como “justo”.

O que estas pessoas não compreendem é que esta relação se aplica – se é que se aplica mesmo – apenas a operários, funcionários, trabalhadores agrícolas e pescadores, mas certamente não se aplica aos empresários. O que mais conta no caso dos empresários é a qualidade da sua ideia de negócio, a sua criatividade, as suas inovações.⁶⁴ O economista austríaco Joseph Schumpeter escreveu que o lucro empresarial “*surge na economia capitalista sempre que um novo método de produção, uma nova combinação comercial, ou uma nova forma ou organização são introduzidos com sucesso. É o prémio que o capitalismo atribui à inovação.* A implementação da inovação na economia nacional é a verdadeira função empreendedora, aquela que efetivamente constitui a atividade empresarial e a distingue da mera administração e dos aspetos repetitivos da rotina de gestão.”⁶⁵

Se olharmos para a lista das pessoas mais ricas do mundo, constatamos que elas geralmente se tornaram ricas porque tiveram uma ideia empresarial distintiva e introduziram no mercado um produto que foi considerado útil por muitos consumidores. Este é o princípio capitalista, mas há muitas pessoas que não o compreendem. Não é a quantidade de trabalho que

importa, mas sim o benefício proporcionado à sociedade. Este benefício tem muito pouco, e muitas vezes até nada, a ver com o tempo e o suor que um empresário investiu na sua ideia de negócio.

Outro mal-entendido que surge neste contexto é o que se traduz em desvalorizar essas ideias de negócio em retrospectiva, por a maioria das inovações, ao fim de algum tempo, seja após um ano ou após 50, parecerem banais e obsoletas devido ao surgimento de inovações melhores e mais recentes. Quem vê a criatividade empresarial desta forma não compreende que o que distingue as melhores ideias de negócio raramente é o seu génio técnico, mas sim o serem as primeiras a comercializar algo que é verdadeiramente relevante para as pessoas.

Atualmente, o Grupo Oetker emprega mais de 30.000 pessoas e gera milhares de milhões em vendas. Fundado em 1891, dez anos mais tarde August Oetker registou a patente de um fermento em pó que viria a fazer dele um dos homens mais ricos da Alemanha. Mais tarde, Oetker citaria muitas vezes a seguinte frase: “Na maior parte dos casos, só é preciso uma boa ideia para enriquecer um homem.”⁶⁶ Essa “boa ideia” nem sequer precisa de ser uma invenção do próprio empreendedor. Oetker não inventou o fermento em pó, mas foi o primeiro a ter ideias engenhosas sobre como ele poderia ser melhorado e, acima de tudo, transformado num produto que satisfaria as necessidades de milhões de pessoas.

Brian Acton e Jan Koum inventaram o WhatsApp e venderam-no ao Facebook por 19 mil milhões de dólares em 2014. Dois mil milhões de pessoas em todo o mundo utilizam hoje o WhatsApp, não só para enviar mensagens e ficheiros, mas também para fazer chamadas telefónicas gratuitas. Graças à sua ideia inovadora, os dois fundadores do WhatsApp acumularam uma fortuna que, entre os dois, ascende a 13 mil milhões de dólares. Ficaram ricos graças a uma ideia. Será que a desigualdade aumentou porque existem agora mais dois multimilionários? Certamente que sim. Mas será que prejudicou alguém, para além das operadoras com tarifários telefónicos caros?

As ideias e o momento em que ocorrem são cruciais, e nem sequer interessa se foi o próprio empreendedor a desenvolver a ideia. Muitos

empresários de sucesso, seja Sam Walton do Walmart, Steve Jobs da Apple ou Bill Gates da Microsoft, não desenvolveram eles próprios as ideias-chave dos seus negócios, mas foram buscá-las a outros. Por seu lado, muitos inventores, seja da Coca-Cola ou do sistema operativo mais tarde chamado MS-DOS, não ficaram ricos com as suas invenções. Os que ficaram ricos foram aqueles que tiveram ideias engenhosas sobre como tais invenções poderiam ser transformadas em novos produtos que satisfizessem as necessidades de muitas pessoas num determinado momento. É óbvio que a questão de saber quanto tempo ou quão arduamente estes empresários trabalharam não tem qualquer significado. Muitas pessoas esforçam-se tanto quanto eles – ou talvez até mais – e trabalham durante tanto ou mais tempo, mas não ficam ricas.

Mas então e os executivos de topo das grandes empresas? Os seus salários elevados são fortemente criticados pelos opositores do capitalismo, muitas vezes até mais criticados do que os rendimentos (geralmente muito mais elevados) dos empresários. Isto deve-se sobretudo ao facto de a informação relativa aos salários dos executivos ser muitas vezes do domínio público. Qualquer pessoa pode saber quanto ganha o CEO, ou diretor executivo, de uma empresa cotada em bolsa, o que normalmente não acontece no caso dos empresários. Além disso, muitas pessoas (mesmo aquelas com simpatias capitalistas) têm os gestores de topo em menor conta do que os empresários.

Os salários na área da gestão costumam ser muito elevados porque são determinados pelos princípios da oferta e da procura, num mercado onde a escassez de executivos de topo é grande – comparável à do mercado dos atletas de topo, onde frequentemente se pagam somas ainda mais elevadas. Ainda assim, um inquérito por mim contratado e realizado em onze países revelou que a maioria das pessoas acredita que os gestores de topo não merecem os seus elevados salários. Fiquei intrigado e quis saber porque é que tantas pessoas pensavam assim.

Os meus inquéritos revelaram que 63% dos alemães acham inadequado os gestores ganharem mais de 100 vezes o que os empregados assalariados ganham – afinal de contas, os gestores não trabalham muito mais tempo ou

mais arduamente do que os seus empregados. Esta foi a opinião que mais apoio colheu quando se perguntava aos inquiridos porque é que os gestores não deviam ganhar tanto como ganham, e reflete a predominante “mentalidade do empregado”, anteriormente mencionada, segundo a qual os salários devem ser determinados sobretudo pelas horas de trabalho e pelo esforço exigido ao trabalhador.⁶⁷

Constata-se assim que os empregados projetam os seus próprios padrões de desempenho e de remuneração nos gestores de topo e acreditam que deve haver uma relação estreita entre o grau de dificuldade e o tempo de trabalho, por um lado, e o salário da pessoa, por outro. Porém, no que respeita aos salários dos gestores de topo, os inquiridos não veem tal relação. Concluem, portanto, que os salários dos gestores são excessivos, porque nenhum gestor pode trabalhar 100 vezes mais tempo ou com mais afínco do que um empregado médio. Os inquiridos não compreendem que os salários dos gestores de topo são determinados pela oferta e procura no respetivo mercado. Apenas um em cada cinco inquiridos alemães concordou que as empresas só podem contratar e manter os melhores gestores se pagarem salários muito elevados (o inquérito especificava salários 100 vezes mais elevados do que o de um empregado médio), porque, de outro modo, esses gestores iriam para outra empresa que lhe pague mais ou trabalhariam por conta própria.⁶⁸ Na maioria dos outros países onde decorreu o inquérito, o cenário foi idêntico: a maior parte dos inquiridos (especialmente, mas não só, de grupos de rendimentos mais baixos) parece ter uma intuição salarial segundo a qual o salário é, por assim dizer, um “prémio de suor” que os compensa pelas horas que trabalharam.

Quem quer que defenda salários elevados para os administradores deve preparar-se para se tornar bastante impopular. Mesmo alguns defensores do capitalismo criticam os salários excessivos dos administradores, porque, no fim de contas, os administradores não estão sujeitos aos elevados níveis de risco a que estão os empresários. O que muitas vezes não é tido em conta é que essa é precisamente a razão por que os gestores ganham muito menos do que os empresários. Como proprietário de uma pequena ou média

empresa (PME) na Alemanha, eu ganhava tanto como um membro da administração de uma das maiores empresas alemãs.

Um outro argumento que se ouve bastante é que os administradores recebem grandes indenizações por rescisão mesmo quando não tiveram um bom desempenho. No entanto, as indenizações por rescisão são negociadas antes de um administrador começar a trabalhar para uma empresa. Fazem parte do pacote salarial global de um gestor de topo. Claro que pode vir a acontecer que o pacote tenha sido demasiado generoso, por o gestor não ter tido um desempenho tão bom como todos esperavam. De igual modo, o pacote salarial de um gestor pode ser demasiado parco, se ele acabar por ter um desempenho acima do esperado – a diferença, neste último caso, é que podemos ter a certeza que isso nunca aparecerá nos meios de comunicação social. É o que sucede com os atletas de elite, a quem estão associados enormes valores de transferência, valores esses que podem vir a revelar-se excessivos se o atleta não tiver um desempenho tão bom quanto o esperado. Este ponto merece ser repetido: sempre que uma empresa contrata um gestor de topo ou uma equipa assina com um atleta de topo, não há garantias sobre os seus desempenhos futuros. Os seus salários baseiam-se em *previsões* e estas previsões baseiam-se no desempenho *passado*. E tais previsões podem estar certas, mas também podem estar erradas.

Se compararmos o que os gestores de topo fazem pelas suas empresas em termos de desempenho, ou seja, em termos de valor acrescentado para as suas empresas, então, em média, eles não ganham de mais, mas sim de menos, e isto resulta da incerteza. É o que demonstram estudos que analisaram o que acontece ao valor de uma empresa quando um diretor executivo morre inesperadamente ou adoece: o valor da empresa cai.⁶⁹ A literatura, de acordo com Tyler Cowen, mostra que “os diretores executivos apenas ganham cerca de 68 a 73% do valor que acrescentam às suas empresas. Para efeitos de comparação, uma estimativa recente sugere que os trabalhadores em geral não recebem, em média, mais de 85% do produto marginal... Por outras palavras, parece que os trabalhadores até são menos mal pagos do que os diretores executivos, pelo menos quando ambos são

julgados em termos percentuais.”⁷⁰

A falta de compreensão destas interrelações acaba por ser uma razão para o ressentimento acerca da “desigualdade social” ou “injustiça social”. E não deixa de ser revelador que muita gente use ambos os termos em sinonímia. Aderiram, sem dúvida, à ideia pouco convincente de que só a igualdade pode ser justa.

O próprio conceito de “distribuição justa da riqueza social” é enganador. Não há riqueza produzida “pela sociedade”; a riqueza numa sociedade é, sim, a soma do que os indivíduos produzem e trocam. O economista Thomas Sowell escreve: “Se houvesse realmente alguma quantidade de rendimento ou de riqueza pré-existente, vinda sabe-se lá donde – maná caído do céu, por assim dizer – então haveria naturalmente uma questão moral quanto ao tamanho da parcela que cada membro da sociedade deveria receber. Mas a riqueza é *produzida*. Não *cai do céu*.”⁷¹

Se Robinson Crusoe e Sexta-feira vivem numa ilha e Crusoe tem uma colheita de sete abóboras e Sexta-feira uma colheita de três, não faz sentido dizer que Crusoe se apropriou de 70 por cento da riqueza da ilha. “Se tivermos em mente que a riqueza é algo que os indivíduos *produzem*, então não há razão para pensar que a igualdade económica é algo ideal e que a desigualdade económica é algo que requer uma justificação especial”, escrevem Don Watkins e Yaron Brook no seu livro *Equal is Unfair* [“Igualdade é Injusta”].⁷²

E, a propósito, até Marx criticou outros socialistas que defendiam uma “repartição justa”. Para ele, era “em geral erróneo fazer da chamada *repartição* algo de essencial e pôr nela o principal acento.”⁷³ De acordo com Marx, a repartição ou distribuição numa sociedade que assenta na propriedade privada é, em tais circunstâncias, “a única repartição ‘justa’ na base do modo de produção atual”⁷⁴. “Se as condições materiais [*sachliche*] da produção forem propriedade cooperativa dos próprios trabalhadores, segue-se, do mesmo modo, uma repartição dos meios de consumo diversa da atual.” Por outro lado, os socialistas vulgares, como Marx se lhes referia, consideram a distribuição como independente do modo de produção e, portanto, apresentam o socialismo como se fosse principalmente uma

questão de distribuição.⁷⁵

Para além desta questão, os igualitários dão como garantido que mais igualdade torna as pessoas automaticamente mais felizes. Mas será que é mesmo assim? Os sociólogos americanos Jonathan Kelley e Mariah D. R. Evans, do International Survey Center, em Reno, no Nevada, exploraram esta questão num estudo em grande escala, a partir de uma base de dados que incluía 169 amostras representativas de 68 nações, nas quais foram inquiridas 211.578 pessoas.

Por um lado, o estudo baseou-se em perguntas desenvolvidas pela chamada “investigação da felicidade”. Aos inquiridos foram colocadas questões como, por exemplo: “Considerando todos os aspetos, até que ponto está satisfeito com a vida que atualmente leva em geral?”, e pedia-se-lhes que classificassem a sua satisfação numa escala de 1 (insatisfeito) a 10 (satisfeito). Era-lhes ainda perguntado: “Tudo considerado, diria que é: Muito feliz, feliz, pouco feliz ou nada feliz?”⁷⁶

Os dados destes inquéritos foram analisados em conjunto com os da desigualdade de rendimentos em cada um dos países onde decorreram. A base para medir a desigualdade de rendimentos é o chamado coeficiente de Gini. O coeficiente de Gini, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, mede a percentagem de rendimentos auferidos por diferentes grupos da população e a igualdade da sua distribuição na sociedade. É zero se a distribuição for igualitária, e um se apenas uma pessoa receber todos os rendimentos e, portanto, existir a maior desigualdade possível.

Metodologicamente falando, o estudo de Kelley e Evans foi altamente sofisticado, porque os investigadores mantiveram constantes nos seus cálculos todos os outros fatores que também têm influência na felicidade (idade, estado civil, educação, rendimento, género, PIB *per capita*, etc.). “Por exemplo, comparamos alguém que vive em Israel com uma pessoa em tudo idêntica, que aufer o mesmo rendimento, mas que vive na Finlândia, sendo que as duas nações têm o mesmo PIB *per capita*, mas diferem acentuadamente quanto à desigualdade (0,36 versus 0,26).”⁷⁷

Além disso, os investigadores também diferenciaram entre as sociedades avançadas (principalmente os Estados Unidos e países da Europa), por um

lado, e as sociedades em desenvolvimento (principalmente em África e na Ásia), por outro. Apenas os antigos países comunistas não foram incluídos neste estudo, uma vez que aí se aplicam relações diferentes (que os investigadores analisaram num estudo à parte).

As conclusões do estudo são claras: não é, como os anticapitalistas nos querem fazer crer, que mais desigualdade corresponda a menos felicidade, mas precisamente o contrário – mais desigualdade significa que as pessoas são mais felizes: “Em geral, juntando os inquiridos nos países em desenvolvimento com os dos países avançados, e desconsiderando as importantes diferenças existentes entre eles, mais desigualdade está associada a *maior* bem-estar.”⁷⁸

Mas, analisando em maior detalhe, surgem diferenças claras: Nas sociedades *em desenvolvimento*, existiu uma correlação estatisticamente clara entre felicidade e desigualdade – mais desigualdade significou maior felicidade. A explicação dos cientistas é o “fator esperança”: As pessoas nos países em desenvolvimento veem frequentemente a desigualdade como um incentivo para melhorar a sua própria condição, através, por exemplo, de uma melhor educação. Alguns grupos da sociedade conseguem por esta via subir no elevador social e ganhar mais, o que, por sua vez, estimula os restantes.

Nos países *desenvolvidos*, pelo contrário, esta correlação não se verifica. Mas, mesmo aqui, maior desigualdade não significou menor felicidade; pelo contrário, ficou claro que haver mais ou menos igualdade em determinado país em nada influencia a felicidade. Por exemplo, não há praticamente nenhuma diferença na perceção de felicidade entre as pessoas da Suécia e dos Países Baixos, por um lado, e as de Singapura e Taiwan, por outro, embora a igualdade (medida pelo coeficiente de Gini) seja muito maior na Suécia e nos Países Baixos do que em Taiwan e Singapura.⁷⁹

Claro que é difícil medir objetivamente níveis de felicidade e bem-estar, sobretudo por existirem muitas diferenças culturais entre países, as quais influenciam a forma como as pessoas respondem às questões acima referidas. Mas, por outro lado, a suposição autoevidente de que maior igualdade conduz a maior felicidade é simplesmente um dos muitos

infundados preconceitos anticapitalistas. Porque é que o tema da desigualdade está carregado de tantas emoções?

Os críticos dos defensores da igualdade citam frequentemente a inveja como uma causa, mas os igualitários, indignados, repudiam tal ideia. A inveja é a emoção mais comumente negada, reprimida e “mascarada”. Quando a inveja se torna reconhecível como tal, ou é abertamente comunicada, a pessoa invejosa invalida automaticamente as suas intenções. O antropólogo George M. Foster pergunta porque é que as pessoas são capazes de admitir sentimentos de culpa, vergonha, orgulho, ganância, e até raiva sem perda de autoestima, mas é-lhes quase impossível admitir sentimentos de inveja. Ele avança esta explicação: qualquer pessoa que assume perante si própria e perante os outros que tem inveja, está também a admitir que se sente inferior. É precisamente por isso que é tão difícil reconhecer e aceitar a sua própria inveja. “Ao reconhecer inveja em si própria, uma pessoa está a reconhecer inferioridade *em relação a outra*; compara-se a outra pessoa e acha-se pior. É, penso eu, esta admissão implícita de inferioridade, e não a admissão da inveja, que nos é tão difícil de aceitar.”⁸⁰

Foster cita o psicólogo americano Harry Stack Sullivan e levanta uma questão que é fundamental para encontrar as raízes da inveja provocada pelos ricos. A inveja começa quando uma pessoa reconhece que outra pessoa tem algo que ela também gostaria de ter. Este reconhecimento leva necessariamente à pergunta “Porque é que eu não tenho? Porque é que eles conseguiram o que eu não consegui?” Esta perspetiva explica porque é que a maioria das pessoas não está disposta a admitir que tem inveja: “A inveja não é agradável porque qualquer maneira de a formular – qualquer processo implícito a ela associado – tem necessariamente o seu começo na ideia de que precisamos de algo, alguma coisa material que, infelizmente, outra pessoa tem. Isto leva facilmente à pergunta: Porque é que não a tenho? E isso é, em si mesmo, o suficiente para, em alguns casos, provocar insegurança, pois, aparentemente, o outro indivíduo é melhor do que nós a conseguir esses bens de segurança materiais, o que nos inferioriza ainda mais.”⁸¹

É claro que os críticos da “desigualdade social” negam a pés juntos serem, seja de que modo for, motivados pela inveja. No seu livro *Reichtum als moralisches Problem* [“A Riqueza enquanto Problema Moral”], o filósofo alemão Christian Neuhäuser escreve: “Penso que muitos fenómenos que podem parecer inveja podem, na verdade, ser entendidos como sentimentos de justiça ofendidos.”⁸² Ao mesmo tempo, Neuhäuser é, ele próprio, um excelente exemplo do facto de aquilo a que ele chama “sentimentos de justiça” serem sentimentos de inveja: aquilo que, acima de tudo e de um modo explícito, mais preocupa Neuhäuser não é o destino dos pobres, não é melhorar a sua situação, mas sim tirar aos ricos a sua riqueza.

É por isso que se opõe a uma atitude que apenas tenha em mente “uma sociedade em que os mais pobres têm mais bens” e *critica* explicitamente a crença de que uma sociedade onde os mais pobres possam receber 15.000 euros anuais, mas em que as outras pessoas são milionárias, é melhor do que uma sociedade em que os mais pobres recebem apenas 12.000, mas todos os outros recebem apenas um pouco mais.⁸³ Ele preferiria uma sociedade em que os mais pobres tivessem menos, mas o fosso entre eles e os ricos fosse relativamente pequeno, a uma sociedade onde os mais pobres estão melhor e, portanto, menos pobres, mas o fosso entre eles e os ricos vai aumentando.

Levando este argumento à sua conclusão lógica, qualquer pessoa que aceite a linha de pensamento de Neuhäuser terá de aprovar as condições da China do tempo de Mao, quando milhões de pessoas passavam fome e viviam numa pobreza abjeta. Isto porque, nessa altura, a desigualdade na China era mais baixa do que a de hoje, onde há milionários e multimilionários – mas ao mesmo tempo centenas de milhões ascendem da pobreza para a classe média. O coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de rendimentos, era de 0,31 quando Mao morreu em 1976 – um valor de sonho do ponto de vista de todos os igualitários. Nas cidades, chegava a 0,16 (mas era mais alto no campo). Com a introdução da propriedade privada e da economia de mercado, o coeficiente de Gini na China mais do que duplicou nos 20 anos seguintes, passando de 0,23 para 0,51.⁸⁴

Neuhäuser acredita ser necessário *proibir* a riqueza, se uma parte da sociedade enriquecer mais depressa do que as restantes, porque isso representa um aumento da “pobreza relativa”⁸⁵. O problema da pobreza relativa também se pode resolver se, em vez de melhorarmos a situação dos pobres, simplesmente retirarmos uma parte da riqueza aos ricos. Na opinião de Neuhäuser, um tal “nivelamento por baixo” poderia ter um impacto muito positivo.⁸⁶ Mesmo sem aliviar a pobreza dos pobres, muito se poderia ganhar com o simples facto de tirar alguma coisa aos ricos. E prossegue afirmando que beneficiaria a sociedade de uma forma “substancial se os ricos fossem menos ricos, pois isso daria mais espaço de ação às pessoas pobres, permitindo-lhes verem-se a si próprias em pé de igualdade na sociedade.”⁸⁷ É bastante errado afirmar, escreve ele, “que não haveria qualquer vantagem, mas apenas prejuízo, em os ricos serem menos ricos. Tal teria um impacto positivo na dignidade dos pobres.”⁸⁸

Neuhäuser admite abertamente que a sua principal preocupação não é ajudar os pobres, mas sim abolir o que vê como o problema moral da riqueza, embora Neuhäuser não queira, naturalmente, ser acusado de ser uma pessoa invejosa. No entanto, a sua opinião enquadra-se precisamente na definição clássica de inveja: a pessoa invejosa não é primordialmente motivada por um desejo de melhorar a sua própria situação ou a dos que estão pior, mas procura agravar a situação daqueles que inveja (neste caso: os ricos).

Eu, pelo contrário, sou de opinião que um aumento da desigualdade social não é de modo algum digno de crítica se for acompanhado por uma redução da pobreza. O Prémio Nobel da Economia Angus Deaton vai ao ponto de dizer que o progresso é sempre acompanhado por desigualdade. Os frutos do progresso raramente foram equitativamente distribuídos ao longo da história.⁸⁹ Entre 1550 e 1750, a esperança de vida das famílias ducais inglesas era comparável à da população em geral, possivelmente até ligeiramente inferior.⁹⁰ Após 1750, a esperança de vida da aristocracia aumentou bastante em comparação com a da população em geral, criando-se uma diferença que era de quase 20 anos em 1850. Com o início da Revolução Industrial no século XVIII e o início gradual de uma ordem

social hoje chamada capitalismo ou economia de mercado, a esperança de vida também aumentou para a população em geral de 40 anos em 1850 para 45 em 1900 e quase 70 anos em 1950.²¹ “Um mundo melhor promove um mundo de diferenças; as evasões promovem a desigualdade”, observa Deaton.²²

Há muitos relatos antigos da situação miserável do proletariado industrial criada pelo surgimento da industrialização, que sabemos agora serem falsos. Ficou célebre, por exemplo, a obra de Friedrich Engels, *A Situação da Classe Trabalhadora*, já mencionada no capítulo anterior, onde o autor faz um relato emocionado das condições da classe trabalhadora. Embora, como já vimos, glorifique as condições de vida dos trabalhadores antes do início da Revolução Industrial, pinta um quadro das condições de vida da classe trabalhadora naquela época que não se baseava nem em investigação sociológica *in loco* nem em análise estatística e que era mais polémico do que científico. Sabemos hoje, por meio de análises empíricas precisas, que a situação da classe operária em Inglaterra melhorou consideravelmente entre 1781 e 1851. Numa análise publicada em 1983, os historiadores de economia Peter H. Lindert e Jeffrey G. Williamson calcularam que os “ganhos em nível de vida” para os operários, nestes anos, atingiram 86%. Ao mesmo tempo, porém, os investigadores observam que era evidente uma crescente desigualdade social ao longo deste período.²³ Isto é, mesmo durante esta fase inicial do capitalismo em Inglaterra, o aumento do nível de vida das pessoas comuns e o aumento da desigualdade andaram de mãos dadas.

Portanto, é sempre uma questão de saber qual o aspeto que se considera mais importante: a diminuição da pobreza e o aumento do nível de vida da maioria das pessoas numa sociedade, ou o aumento da desigualdade? A esperança de alguns de que, à medida que a igualdade aumente, a insatisfação para com a “injustiça social” irá diminuindo não se encontra, a meu ver, bem fundamentada. Por exemplo, nas últimas décadas a igualdade de género na maioria dos países ocidentais tem aumentado tanto como a insatisfação sobre as desigualdades remanescentes. E, na Alemanha de hoje, as despesas do Estado Social totalizam um bilião de euros por ano. Em

percentagem do produto interno bruto da Alemanha, a despesa pública com programas sociais aumentou de 18,3% (1960) para 24,1% (1990) e para mais de 30% na atualidade.⁹⁴ No entanto, as queixas dos meios de comunicação social e dos políticos alemães sobre os níveis ultrajantes de injustiça social são cada vez mais estridentes.

O forte impacto que o tema da desigualdade e o “fosso entre ricos e pobres” tem nos *media* – e não só – foi demonstrado pelo notável sucesso do livro *O Capital no século XXI* do economista francês Thomas Piketty, publicado em 2013. O livro recebeu uma resposta invulgarmente entusiástica dos meios de comunicação social e tornou-se um *best-seller* mundial. Piketty critica o facto de hoje – pelo menos a seu ver – “a distribuição da riqueza” já não se encontrar no centro da ciência económica e das ciências sociais. “É mais que tempo de repor a questão das desigualdades no centro da análise económica”, escreve ele.⁹⁵

Entretanto, os dados usados por Piketty e os graves erros metodológicos na abordagem que adotou têm sido amplamente criticados⁹⁶ e ele foi forçado a recuar na sua tese principal.⁹⁷ Piketty afirmou ter encontrado uma fórmula mágica segundo a qual o capital dos ricos cresce mais rapidamente do que a economia, o que inevitavelmente aumenta a desigualdade. Piketty parece ter-se deixado influenciar pelas exageradas afirmações de alguns gestores de fundos sobre o desempenho dos seus veículos de investimento. E, mais importante ainda, ignora completamente o facto de os ricos de hoje serem pessoas muito diferentes dos ricos de há 10, 20, ou 30 anos atrás – veremos abaixo que confundir categorias estatísticas e pessoas reais é um erro constantemente cometido no debate sobre a desigualdade. Uma rápida vista d’olhos à lista das pessoas mais ricas do mundo há 20 anos atrás revela que elas não se encontram hoje no escalão de topo dos super-ricos.

Ao contrário daquilo em que Piketty aparentemente acredita, a maioria das pessoas super-ricas não são “rentistas”, cuja riqueza aumenta fabulosa e “passivamente” graças a engenhosos investimentos financeiros, mas sim empresários que subiram a pulso e cuja riqueza consiste predominantemente na empresa que ajudaram a construir. E isto é ainda mais verdade hoje do que no passado, como demonstra uma análise da

Forbes: em 1984, menos de metade dos que constavam da lista *Forbes* 400 dos americanos mais ricos eram empreendedores que tinham construído a sua própria fortuna [*self-made men*]. Em 2020, o número era de 69,5%. Esta análise baseia-se num sistema de pontuação que atribui 1 a 10 pontos a cada um dos 400 americanos mais ricos, consoante a forma como se tornaram ricos. Uma pontuação de 1 significa que uma pessoa herdou tudo e não fez nada para aumentar a sua riqueza. Um 10 é atribuído a quem se tenha erguido de origens humildes e superado todos os obstáculos para construir a sua riqueza e tornar-se um multimilionário. Os indivíduos que pontuam entre 6 e 10 entram na categoria dos *self-made*.⁹⁸

De acordo com o *Wealth X Report* de 2019, dos 2604 multimilionários existentes no mundo, 56% tinham construído eles próprios as suas fortunas, 31% tinham construído em parte as suas fortunas, e apenas 13% se tinham limitado a herdar a sua riqueza. Entre os IPLUs (Indivíduos com Património Líquido Ultraelevado, nomeadamente aqueles com um património líquido de pelo menos 30 milhões de dólares), a proporção de fortunas que foram criadas pelos seus detentores foi ainda mais elevada, 68%. Vinte e quatro por cento dos IPLUs construíram em parte as suas fortunas e apenas oito por cento herdaram toda a sua riqueza.⁹⁹

A importância da herança é sobrestimada porque, na realidade, a maioria dos herdeiros são incapazes de preservar os seus ativos, quanto mais de os aumentar. A este respeito, não só é errado afirmar que “os pobres estão cada vez mais pobres” – como demonstrado no capítulo anterior – como é igualmente falso afirmar que “os ricos estão cada vez mais ricos”. Esse não é normalmente o caso das pessoas que herdam a sua riqueza. Em 1901, o escritor alemão Thomas Mann publicou um dos seus romances mais célebres, *Os Buddenbrook: O Declínio de uma Família*, que conta a história de como uma rica família de negociantes, os Buddenbrook, esbanjou lenta, mas empenhadamente, a sua fortuna ao longo de quatro gerações. Como tão frequentemente acontece, a realidade espelha a ficção, e isso mesmo demonstram os cientistas Robert Arnott, William Bernstein e Lillian Wu no seu artigo de investigação, “The Myth of Dynastic Wealth: The Rich Get Poorer” [“O Mito da Riqueza Dinástica: Os Ricos Empobrecem”]. Colocam

a seguinte questão: “Que é feito dos atuais descendentes dos hiper-ricos das dinastias empresariais do passado – os Astor, os Vanderbilt, os Carnegie, os Rockefeller, os Mellon, e os Getty?... Os criadores de grandes fortunas são génios de um num milhão... Em contraste, são muitíssimo poucos os descendentes dos hiper-ricos que possuem essa rara genialidade... Descobrimos que, normalmente, os descendentes reduzem para metade a sua riqueza herdada – em relação ao crescimento do PIB *per capita* – a cada 20 anos ou menos... Nos dias de hoje, as grandes fortunas do século XIX estão em grande parte esgotadas e quase todas as fortunas geradas há apenas meio século atrás também desapareceram.”¹⁰⁰

Voltando a Piketty: Ele não afirma que o capitalismo *per se* conduz sempre ao aumento da desigualdade. Pelo contrário, durante a maior parte do século XX, de acordo com Piketty, as coisas correram de modo diferente – a desigualdade social diminuiu. Só nos anos 1990 a 2010 é que a desigualdade aumentou, embora ele admita que “não é certo que as desigualdades patrimoniais consideradas no seu conjunto [estejam a aumentar] verdadeiramente no plano mundial.”¹⁰¹

Para começar, a tese do aumento da desigualdade não é verdadeira à escala global – e não será o mundo um plano geográfico de análise mais relevante do que um único país? A nível mundial, a desigualdade não aumentou nos últimos anos; diminuiu significativamente, como demonstra o investigador canadiano-americano Steven Pinker.¹⁰² Os anos que são particularmente maus do ponto de vista de Piketty foram de facto os melhores para centenas de milhões de pessoas em todo o mundo. Na sua crítica a Piketty, o economista francês Jean-Philippe Delsol salienta que, nos 20 anos em que Piketty afirma ter a desigualdade aumentado (1990 a 2010), 700 milhões de pessoas foram retiradas da pobreza extrema.¹⁰³

Mas Piketty, e outros críticos da desigualdade, aparentemente não se importam muito com o destino de centenas de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento. As suas críticas visam principal ou exclusivamente a evolução da desigualdade em países capitalistas desenvolvidos, como os Estados Unidos da América.

Como acima referido, outros estudiosos analisaram os números de Piketty

relativos à evolução da desigualdade nos Estados Unidos e, em muitos casos, deram-nos como incorretos ou imprecisos. De acordo com os dados que Piketty e os economistas Emmanuel Saez e Gabriel Zucman apresentam na Base de Dados Mundial da Desigualdade, a percentagem do rendimento norte-americano obtida pelo 1% dos americanos mais ricos aumentou de 10% para 15,6% entre 1960 e 2015. Os economistas norte-americanos Gerald Auten e David Splinter mostraram que estes dados estão enviesados por excesso e que, na verdade, a percentagem do rendimento norte-americano obtida pelos 1% mais ricos aumentou mais moderadamente, de 7,9% para 8,5% entre 1960 e 2015. O mesmo se diga para a parte da riqueza dos EUA detida pelos 1% mais ricos, que Piketty e colegas afirmam ter aumentado de 22,5% para 38,6% entre 1980 e 2014. De acordo com os cálculos de Matthew Smith, Owen Zidar e Eric Zwick, no entanto, o aumento cifrou-se entre os 21,2% e os 28,7% durante este período.¹⁰⁴

E isto nem sequer tem em conta o facto de os dados sobre a riqueza excluïrem o valor presente dos planos de pensões de benefício definido e dos programas de segurança social, o que distorce a comparação em desfavor das camadas mais pobres da população.¹⁰⁵ Ao calcular o valor dos ativos, é também importante lembrar que estes dependem, acima de tudo, do quanto os preços das casas subiram em relação aos preços das ações. Quando os preços das ações crescem muito mais depressa do que os preços das casas (o Dow Jones subiu de 8772 pontos no início de 2009 para 36 338 no final de 2021), as pessoas ricas beneficiam mais porque detêm uma maior percentagem de títulos do que as pessoas menos ricas.

O economista Thomas Sowell mostra que muitas “estatísticas” sobre o aumento da desigualdade são enganadoras, quanto mais não seja por não conseguirem distinguir entre a evolução das categorias estatísticas ao longo do tempo e o que tem acontecido aos seres humanos reais, os de carne e osso.¹⁰⁶ Se se diz, por exemplo, que o rendimento ou a riqueza do *top* 1%, ou mesmo das 100 pessoas mais ricas de um país, aumentou *x* por cento na última década, isso refere-se a uma categoria estatística, mas não ao rendimento ou à riqueza de indivíduos específicos. Há dez anos, o *top* 1%

integrava gente completamente diferente da que hoje o integra. O mesmo se diga, por exemplo, quando se referem os 10% mais pobres, que terão perdido x por cento. Mais uma vez, isso refere-se a uma categoria estatística, não a indivíduos específicos. Dos que pertenciam aos 10% mais pobres há dez anos, muitos passaram, entretanto, para um escalão de rendimento mais elevado – já não pertencem aos 10% mais pobres porque, por exemplo, adquiriram mais competências e experiência e recebem mais, acumularam ativos ou têm um emprego diferente. Aquelas afirmações assentam, quase sempre, na confusão entre o que tem vindo a acontecer ao longo do tempo nas categorias estatísticas e o que tem vindo a acontecer ao longo do tempo com as pessoas de carne e osso.¹⁰⁷ Muitos dos estudos sobre riqueza são metodologicamente frágeis, porque lhes falta o “elemento dinâmico”: a movimentação entre grupos de rendimento ou riqueza ao longo do tempo, também chamada mobilidade social (falarei mais adiante sobre isto). Faz uma grande diferença – económica, ética e moral – saber se o grupo dos 10% da população que menos rendimentos auferiu no país X na década 1 ainda inclui as mesmas pessoas na década 2, ou se este decil é na década 2 composto por pessoas completamente diferentes. O problema é que muitas das pessoas com grandes convicções acerca da desigualdade pouco ou nada percebem de estatística. Isso leva a uma exaustiva repetição de números extremamente imprecisos.

Damien Knight e Harry McCreddie demonstraram, no seu estudo de 2019, “Understanding the ‘Facts’ About Top Pay” [“Compreender os ‘Factos’ sobre os Mais Bem Pagos”], que muitas das estatísticas publicadas na comunicação social sobre a inflação da remuneração dos administradores ou sobre a evolução da relação entre a remuneração dos administradores e a dos empregados comuns são extremamente defeituosas, porque quem faz estes cálculos carece muitas vezes da mais elementar compreensão de metodologias matemáticas ou estatísticas. Por exemplo, médias e medianas são frequentemente confundidas, ou não é feita qualquer distinção entre os prémios de desempenho atribuídos e os efetivamente pagos, e assim por diante. Tomando o Reino Unido como exemplo, os autores explicam como é que um aumento real dos salários dos administradores de 6% num

determinado período se torna rapidamente um aumento de 23% na comunicação social, ou um aumento de 2% se torna um aumento de 49%.¹⁰⁸

Eis o que concluem: “Somos da opinião de que investigações e análises de fraca qualidade têm provocado mais dano à coesão social do que o que as próprias empresas possam ter provocado ao pagarem salários elevados aos seus gestores de topo.”¹⁰⁹ Segundo os autores, a parte das compensações pagas aos gestores de topo nas empresas do FTSE-100 do Reino Unido representou, enquanto percentagem do rendimento absoluto dos acionistas, apenas 0,19% no quartil inferior, 0,40% na mediana e 0,67% no quartil superior.¹¹⁰

Assim, os números sobre o aumento da desigualdade nos EUA e noutros países são frequentemente exagerados, mas isso não altera o facto de a desigualdade estar a aumentar em muitos países. Walter Scheidel mostra que a desigualdade aumentou na Grã-Bretanha a partir de 1973, nos EUA a partir de 1976, e depois em muitos outros países. Numa amostra de 26 países, as parcelas dos rendimentos de topo cresceram 50% entre 1980 e 2010, enquanto a desigualdade dos rendimentos de mercado aumentou 6,5 pontos Gini, aumento este que apenas parcialmente foi compensado pela redistribuição.¹¹¹ Em 11 dos 21 países para os quais Scheidel analisou dados sobre as parcelas dos rendimentos dos grupos de topo, a parcela de todos os rendimentos obtida pelos grupos de topo aumentou, de 1980 a 2010, entre 50% e 100%.¹¹²

Algumas explicações para esta tendência são mais banais de que o que se poderia esperar. Scheidel mostra, por exemplo, que o “acasalamento seletivo” (ou seja, a crescente similaridade económica dos parceiros matrimoniais) alargou as disparidades entre os agregados familiares e terá sido responsável por cerca de 25% a 30% do aumento global da desigualdade dos rendimentos americanos entre 1967 e 2005.¹¹³

O economista germano-britânico Kristian Niemietz refere-se ao progresso tecnológico como um dos “principais motores do aumento da desigualdade”: nas economias ou setores económicos de alta tecnologia, o diferencial salarial é maior do que nas economias ou setores tecnologicamente menos apetrechados. “Uma forma concebível, mas que

difícilmente gozaria de muita popularidade, de contrariar o diferencial salarial seria, portanto, erguer obstáculos adicionais ao progresso tecnológico.”¹¹⁴

Outras causas da desigualdade de riqueza podem ser encontradas onde quase ninguém suspeitaria que estivessem, nomeadamente na expansão do Estado Social. Chris Edwards do Cato Institute dos Estados Unidos e Ryan Bourne do Institute for Economic Affairs do Reino Unido mostram que os aumentos na providência social levam a que as pessoas poupem menos, ou seja, a que acumulem menos ativos para a sua própria reforma. E isto por duas razões: por um lado, os impostos e as contribuições para a segurança social deixam-nas com menos recursos, tornando mais difíceis as poupanças pessoais; mas, por outro lado, à medida que o Estado Social se expande, as pessoas apoiam-se cada vez mais no Estado para as sustentar em tempos de necessidade e quando se reformam. Os esquemas públicos de reforma, saúde e outros benefícios reduziram os incentivos e a capacidade das famílias não ricas acumularem poupanças, o que, por sua vez, contribuiu para aumentar a desigualdade de riqueza.¹¹⁵

Outra razão para o aumento da desigualdade nos países desenvolvidos é a globalização. Por um lado, a globalização e a digitalização estão a criar oportunidades de carreira para os mais qualificados; mas, por outro lado, os trabalhadores indiferenciados enfrentam a concorrência de robôs ou de trabalhadores na China e noutros países emergentes.

Estas pessoas são muitas vezes chamadas “vítimas da globalização”, e, no que respeita ao crescimento do seu rendimento, isso é verdade. Pinker assinala, contudo, que as coisas parecem bem diferentes se definirmos pobreza não em termos dos rendimentos das pessoas, mas em termos do seu consumo. Com esta abordagem, diz ele, a taxa de pobreza nos EUA diminuiu em 90% desde 1960, de 30% da população para apenas 3%. “... a globalização pode produzir vencedores e derrotados no que concerne ao rendimento, mas torna quase todos vencedores relativamente ao consumo.”¹¹⁶

Isto torna-se claro quando se atenta no número de horas que um americano teve de trabalhar para poder comprar certos produtos: em 1973,

trabalhava mais de 100 horas para poder comprar uma televisão a cores, 30 anos mais tarde bastavam 21 horas. Em 1973, trabalhava 72 horas para poder comprar uma máquina de lavar; três décadas mais tarde, trabalhava 23 horas. Don Watkins e Yaron Brook indicam 11 aparelhos domésticos para os quais um americano tinha de trabalhar um total de 575 horas em 1973 – em 2013 bastavam 170 horas.¹¹⁷ E isto nem sequer tem em conta que a qualidade dos produtos melhorou consideravelmente durante o mesmo período: a qualidade de uma televisão a cores em 1973 era incomparavelmente inferior à de uma televisão a cores em 2013, e as máquinas de lavar gastavam muito mais eletricidade e água do que atualmente.

Em especial, as famílias com rendimentos mais baixos beneficiam desproporcionalmente, enquanto consumidoras, da liberalização e da concorrência. Na Europa, por exemplo, as indústrias das telecomunicações e da aviação foram desregulamentadas e privatizadas. Daí resultou mais concorrência, que tornou os telefonemas e os voos muito mais baratos e acessíveis, mesmo para quem auferia baixos rendimentos. Quando eu era jovem, as viagens aéreas eram tão caras que, para muita gente, o máximo que se podia permitir eram umas férias no estrangeiro de anos a anos. Voei pela primeira vez quando tinha 30 anos, e apenas porque uma instituição pública pagou a minha passagem aérea para que eu pudesse dar uma palestra científica nos Estados Unidos. Já as chamadas de longa distância (isto é, feitas para fora da sua própria cidade) tinham de ser rápidas, pois caso contrário ficavam demasiado caras. Atualmente, as pessoas têm voos para outros países por menos de 100 euros, em alguns casos, e as chamadas telefónicas custam apenas uma pequena fração daquilo que custavam – e isso deve-se a mais capitalismo nestas áreas.

Os próprios críticos da globalização acabam por confirmar esta evolução – mas, surpreendentemente, dão-lhe um pendor negativo. Um exemplo é o do investigador de consumo Carl Tillessen, que cita os seguintes números para a Alemanha: no início dos anos 70, o vestuário era ainda tão caro que as pessoas tinham de gastar 10% do seu rendimento disponível num conjunto decente de vestuário.¹¹⁸ Mas graças à deslocalização da produção

para países de baixos salários, podemos agora pagar cinco vezes aquela quantidade de vestuário com menos de 5% do nosso rendimento disponível, ou seja, com menos de metade da despesa.¹¹⁹

Leio estes números da seguinte maneira: no que respeita ao consumo, somos quase todos vencedores na globalização, porque hoje conseguimos obter com o nosso dinheiro muito mais coisas do que anteriormente. Tillesen, que é crítico do consumismo (ver Capítulo 8), lê os números de forma bastante diferente. Para ele, são provas de um desenvolvimento negativo, nomeadamente de estarmos a comprar cada vez mais coisas de que realmente não precisamos – e, supostamente, apenas porque um enorme grupo de pessoas está a ser mantido em escravatura; os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres,¹²⁰ e “surgiu uma idade das trevas” para as pessoas nos países mais pobres devido à globalização.¹²¹ Os anticapitalistas também criticam o que materialmente se traduz em desenvolvimentos claramente benéficos, como seja o facto de a maioria das pessoas no mundo contarem como vencedores na globalização quando a medida é o seu nível de consumo.

Então, porque é que há tantas pessoas tão insatisfeitas? Ouvimos repetidamente que o elevador social já não funciona como deve ser, que a promessa de progresso, a promessa de que as gerações futuras teriam uma vida melhor do que as de hoje, não se está a cumprir. Contudo, desigualdade e mobilidade social são duas questões diferentes. O aumento da desigualdade pode muito bem estar associado ao aumento da mobilidade social. Na Alemanha, arreigou-se a opinião de que o elevador social costumava funcionar, mas que agora está avariado. Os números contradizem esta tese. No 6.º Relatório sobre Pobreza e Riqueza (2021) do Governo Alemão, consta: “Em termos de estatuto profissional, as pessoas continuam a progredir mais do que no tempo dos seus pais; ter o mesmo ou até um estatuto inferior ao do pai é cada vez menos comum.”¹²²

Ainda assim, a situação não deve ser menosprezada. O argumento deve ser levado a sério, porque, se as pessoas têm a sensação de que o esforço e a iniciativa pessoais já não valem a pena, e que o caminho para o progresso social se encontra bloqueado para elas ou para os seus filhos, isso alimenta

a insatisfação. As perspectivas de progresso podiam efetivamente ser melhores; a perceção de não ser esse o caso é razão para críticas justificadas por parte de muitas pessoas nos países ocidentais. Porém, se o progresso social não é hoje tão fácil em países como os EUA, tal não se deve ao capitalismo, mas sim ao Estado.

A primeira razão é o facto de os sistemas educativos serem fracos em muitos países ocidentais. Entre os dez primeiros no *ranking* PISA estão numerosos países asiáticos como a China, Singapura, Taiwan e a Coreia do Sul, enquanto países como a Alemanha e os EUA já lá não têm lugar.¹²³ O fracasso do Estado no setor da educação não é, no entanto, o único obstáculo ao progresso. Por muito importante que seja a educação, ela é apenas um caminho possível para ascender socialmente e ganhar mais. Outro caminho é o trabalho por conta própria e o empreendedorismo. Mas também aqui as coisas parecem sombrias para países como a Alemanha e os EUA, onde a crescente burocracia governamental e os impostos se atravessam no caminho das empresas que se querem lançar. É absurdo que, na classificação dos países em que é mais fácil criar uma empresa, os Estados Unidos só surjam em 11.º lugar e a Alemanha em 25.º. Os primeiros cinco lugares são todos ocupados por países asiáticos.¹²⁴

O Estado Social nos países ocidentais está a castrar as pessoas da sua responsabilidade individual. Os americanos costumavam ver-se como senhores do seu próprio destino, mas, nas últimas décadas, muitos deles – tal como na Europa – desenvolveram uma atitude de expetativa relativamente ao Estado, o qual agora veem como responsável por garantir o seu bem-estar. Isso paralisa a iniciativa individual. E, politicamente, leva ao reforço das correntes que dizem às pessoas que outros países – como a China – são os culpados da sua situação. A isto chama-se mentalidade de vitimização. O jornalista Charles Sykes lamentou este desenvolvimento nos Estados Unidos há cerca de 30 anos.

Em muitos países, o Estado é demasiado forte onde deveria ser fraco – ou seja, na área da economia. E é muito fraco onde deveria ser forte. Na educação, muitos países deveriam seguir o exemplo da Coreia do Sul, onde não só os gastos do Estado na educação são muito elevados, como as

peças também investem somas significativas na sua própria educação. Quando os anticapitalistas culpam o capitalismo em vez do Estado pelo facto de a mobilidade ascendente muitas vezes já não funcionar como deveria, tal não encontra respaldo nos factos.

Outra questão que muito raramente é colocada: Qual seria o preço de eliminar a desigualdade? Em 2017, o famoso historiador e estudioso da história da antiguidade, Walter Scheidel, de Stanford, apresentou uma impressionante análise histórica desta questão no seu livro *A Violência e a História da Desigualdade. Da Idade da Pedra ao Século XXI*, onde conclui que: “Tanto quanto sabemos, os ambientes que escaparam aos grandes choques violentos e às suas repercussões mais amplas quase nunca assistiram a grandes reduções da desigualdade.”¹²⁵

Reduções substanciais da desigualdade só foram alcançadas em resultado de choques violentos, consistindo sobretudo em:

- Guerras;
- Revoluções;
- Falhas do Estado e colapso dos sistemas;
- Pestes.

Segundo Scheidel, os maiores niveladores do século XX não incluíram reformas sociais pacíficas, mas sim as duas guerras mundiais e as revoluções comunistas. No Capítulo 9, mostrarei como as duas guerras mundiais reduziram a desigualdade; no Capítulo 11, veremos como as revoluções comunistas – por exemplo, na Rússia, na China e no Camboja – levaram à redução da desigualdade.

O preço da redução da desigualdade tem, portanto, incluído choques e catástrofes violentas, cujas vítimas não têm sido apenas os ricos, mas milhões e milhões de pessoas que tiveram de pagar com a perda das suas vidas, da sua liberdade, do seu rendimento ou da sua propriedade. Nem as reformas agrárias pacíficas, nem crises económicas, nem a democratização tiveram um efeito de nivelamento tão grande em toda a história registada como aquelas violentas convulsões. “Se quisermos reequilibrar a atual distribuição dos rendimentos e da riqueza a favor de uma maior igualdade”, escreve Scheidel, “não podemos simplesmente ignorar os esforços que

foram necessários no passado para alcançar esse objetivo. Temos de nos perguntar se a grande desigualdade alguma vez foi reduzida sem grande violência.”¹²⁶ A resposta de Scheidel a esta pergunta é um retumbante “Não”. Tal pode ser uma descoberta deprimente para muitos adeptos de ideias igualitárias.

No entanto, se mudarmos de perspetiva, e em vez de perguntarmos “Como reduzir a desigualdade?” perguntarmos “Como reduzir a pobreza?” – a questão colocada no capítulo anterior – aí sim, podemos dar uma resposta otimista: não foram ruturas violentas como as que levaram à redução da desigualdade, mas sim mecanismos muito pacíficos, nomeadamente inovações e crescimento, desencadeados pelas forças do capitalismo, que conduziram às maiores diminuições da pobreza. Ou, dito de outra forma: os maiores “niveladores” da história têm sido acontecimentos violentos como guerras, revoluções, colapsos do Estado e dos sistemas, e pandemias, mas os maiores “redutores” da pobreza da história têm sido processos pacíficos.

More, *Utopia*, 49.

Andreä, 171.

Sachweh, 45.

Sachweh, 235.

Sachweh, 68.

A inovação não deve ser aqui confundida com invenção. As inovações são novidades criativas para as quais existe uma procura real. As invenções podem ser “criativas” e “fantásticas”, mas ainda assim não ter sucesso comercial, por os consumidores não as acharem atrativas quando surgem ou porque o inventor não as comercializa bem.

Schumpeter, “Unternehmerfunktion und Arbeiterinteresse,” 229. Itálicos no original.

Citado em Jungbluth, Oetkers, 62.

Zitelmann, *The Rich in Public Opinion*, 307.

Zitelmann, *The Rich in Public Opinion*, 157.

Cowen, 54-55.

Cowen, 55.

Sowell, *Intellectuals and Society*, 50-51. Itálicos no original.

Watkins / Brook, *Equal is Unfair*, 10. Itálicos no original.

Marx, “Crítica do Programa de Gotha”, *Obras Escolhidas*, Tomo III, 17.

Marx, “Crítica do Programa de Gotha”, *Obras Escolhidas*, Tomo III, 13.

Marx, “Crítica do Programa de Gotha”, *Obras Escolhidas*, Tomo III, 18.

Kelley / Evans, 7.

Kelley / Evans, 3.
Kelley / Evans, 15. Itálicos no original.
Kelley / Evans, 14.
Foster, 184. Itálicos no original.
Sullivan, citado em Foster, 184.
Neuhäuser, 107, nota de rodapé 1.
Neuhäuser, 32.
Scheidel, 316.
Neuhäuser, 145.
Neuhäuser, 146.
Neuhäuser, 147.
Neuhäuser, 147.
Deaton, 102.
Deaton, 107.
Deaton, 108.
Deaton, 113.
Lindert, Williamson, 198.
http://www.sozialpolitik-aktuell.de/files/sozialpolitik-aktuell/_Politikfelder/Finanzierung/Datensammlung/PDF-Dateien/abbII1a.pdf
Piketty, *O Capital no Século XXI*, 35.
Cf. os contributos em Delsol / Lecaussin / Martin.
Cf. Palmer, xv.
Ponciano, <https://www.forbes.com/sites/jonathanponciano/2020/09/08/self-made-score/?sh=6a41b14d41e4>
Edwards / Bourne, 10.
Arnott / Bernstein / Wu, 2.
Piketty, *O Capital no Século XXI*, 657.
Pinker, 128-129.
Delsol, 8.
Todos os números provêm de Edwards / Bourne, 3.
Edwards / Bourne, 5.
Sowell, *Intellectuals and Society*, 36.
Sowell, *Intellectuals and Society*, 36.
Knight / McCreddie, 49, 51.
Knight / McCreddie, 55.
Knight / McCreddie, 46.
Scheidel, 541-545.
Scheidel, 546.
Scheidel, 553.
Niemietz, “Mythos vom Globalisierungsverlierer,” 155.

Edwards / Bourne, 16-17.

Pinker, 141.

Watkins / Brook, Equal is Unfair, 40.

Tillessen, 46.

Tillessen, 47.

Tillessen, 56.

Tillessen, 30.

Governo da República Federal da Alemanha, XVI.

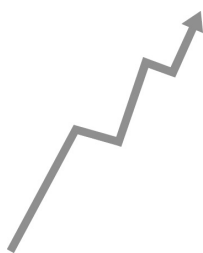
<https://schoolinreviews.com/pisa-results-published-in-dec-2019-which-countries-score-the-highest-and-why/>

<https://schoolinreviews.com/pisa-results-published-in-dec-2019-which-countries-score-the-highest-and-why/>

Scheidel, 32.

Scheidel, 48-49.

MITO 3



“O capitalismo é responsável pela destruição do ambiente e pelas alterações climáticas”

Em 1977, quando tinha 20 anos e era marxista, escrevi num ensaio: “A tarefa da política ambiental de esquerda não deve, pois, ser a de combater a destruição do ambiente que é inerente ao sistema capitalista, pois – como ficou demonstrado – capitalismo e proteção ambiental são fundamentalmente contraditórios. O objetivo não é, portanto, o de reforçar quaisquer ilusões sobre a viabilidade da proteção ambiental no contexto de um sistema capitalista, mas a destruição sistemática dessas ilusões e mostrar que a proteção do ambiente só é possível num sistema económico inteiramente novo, um sistema em que os meios de produção são socializados e a produção é orientada para a utilidade e para a satisfação das necessidades naturais.”¹²⁷

Argumentos semelhantes tornaram-se hoje, quase meio século depois, populares. A conhecida crítica do capitalismo e da globalização, Naomi Klein, admite que começou por não ter qualquer interesse particular nas alterações climáticas. Depois, em 2014, escreveu um pesado livro de 500 páginas intitulado *Tudo Pode Mudar – Capitalismo vs. Clima*. De onde veio este súbito interesse? Na verdade, antes de escrever este livro, o principal

interesse de Klein era a luta contra o livre-comércio e a globalização. Ela diz claramente: “fui empurrada para um empenho mais profundo nela em parte porque me dei conta de que podia ser um catalisador para formas de justiça social e económica em que já acreditava.”¹²⁸ Klein ansiava por “um novo tipo de movimento climático entrar na luta contra o chamado comércio livre.”¹²⁹ Ela faz questão de rejeitar soluções altamente eficientes, como a energia nuclear amiga do ambiente, porque não está de todo interessada em soluções inseridas no capitalismo.

Klein escreve que reconheceu que as alterações climáticas representam uma oportunidade para “em termos coletivos, usarmos a crise para saltar para algum lugar que, francamente, parece ser melhor do que o sítio onde nos encontramos atualmente”¹³⁰ e que “as alterações climáticas se podiam tornar uma força catalisadora de mudança positiva – como podiam ser o melhor argumento que os progressistas alguma vez tinham possuído... para resgatar as nossas democracias da influência empresarial corrosiva; para bloquear novos acordos de comércio livre prejudiciais... para abrir as fronteiras aos migrantes.”¹³¹ A crise climática poderia “constituir a base de um poderoso movimento de massas”¹³² e tal movimento deveria propor-se os seguintes objetivos:

- “expandir radicalmente os comuns” (ou seja: propriedade e recursos estatais);¹³³
- introduzir uma “economia cuidadosamente planeada”;¹³⁴
- “mudar praticamente tudo na nossa economia”;¹³⁵
- introduzir “novos impostos, novos programas de obras públicas”;¹³⁶
- garantir a “anulação das privatizações”;¹³⁷
- assegurar a “extinção da mais rica e mais poderosa indústria que o mundo jamais conheceu – a indústria do petróleo e do gás”;¹³⁸
- estabelecer orientações governamentais sobre “a frequência com que andamos de carro, a frequência com que andamos de avião, se a nossa comida tem de ser transportada de avião para chegar até nós, se os produtos que compramos são feitos para durar... a dimensão das nossas casas”;¹³⁹

- promover “uma reordenação fundamental dos elementos do produto interno bruto”;¹⁴⁰
- procurar “menos investimento privado na produção destinada ao consumo excessivo”;¹⁴¹
- garantir “acréscimo da despesa pública”;¹⁴² e
- conseguir “uma redistribuição muito maior”.¹⁴³

Klein adere à sugestão de que os 20% mais abastados da população devem suportar os maiores cortes, a fim de criar uma sociedade mais justa.¹⁴⁴ Argumenta que estamos agora perante “uma batalha entre o capitalismo e o planeta”¹⁴⁵ e que a única resposta adequada só pode ser uma “mudança revolucionária da hegemonia política e económica.”¹⁴⁶

Estas citações – a que poderiam ser acrescentadas muitas outras afirmações deste tipo retiradas do livro de Klein – confirmam que o objetivo primordial de anticapitalistas como Klein não é melhorar o ambiente ou encontrar soluções para as alterações climáticas. O seu verdadeiro objetivo é o de eliminar o capitalismo e estabelecer uma economia planificada controlada pelo Estado. É por isso que ela rejeita sistematicamente toda uma série de medidas capazes de proteger o ambiente e mitigar os riscos das alterações climáticas – porque tais medidas seriam compatíveis com o sistema económico prevalecente: o capitalismo.

Mas qual é a verdadeira relação entre capitalismo, destruição ambiental e alterações climáticas? Se compararmos a classificação dos países com os padrões ambientais mais elevados com o Índice de Liberdade Económica da Heritage Foundation, a relação que encontramos é diferente da alegada por Klein.

Há mais de 20 anos que investigadores da Universidade de Yale têm vindo a publicar o Índice de Desempenho Ambiental (IDA), que classifica os países de acordo com a sua saúde ambiental e a vitalidade dos seus ecossistemas. O IDA socorre-se de um total de 32 indicadores de desempenho, organizados em onze categorias:¹⁴⁷

- Qualidade do Ar

- Saneamento e Água Potável
- Metais Pesados
- Gestão de resíduos
- Biodiversidade e Habitat
- Serviços de Ecossistema
- Pesca
- Alterações Climáticas
- Emissões Poluentes
- Recursos Hídricos
- Agricultura

Segundo as análises da Universidade de Yale, a Dinamarca, o Luxemburgo, a Suíça, o Reino Unido e a França são os países mais bem classificados, seguidos pela Áustria, a Finlândia, a Suécia, a Noruega e a Alemanha. O relatório de 2020 afirma: “Uma das constantes lições do IDA é que a sustentabilidade só se alcança com prosperidade económica suficiente para financiar infraestruturas públicas ao nível da saúde e do ambiente.”

Os investigadores consideram que existe uma clara correlação positiva entre o desempenho ambiental e o PIB *per capita*.¹⁴⁸

Uma comparação interessante pode ser feita entre o IDA e o Índice de Liberdade Económica da Heritage Foundation, que tem vindo a medir a liberdade económica em todo o mundo desde 1995. O Índice, também designado “índice de capitalismo” pelo sociólogo Erich Weede,¹⁴⁹ analisa o nível de liberdade económica em 178 países e aplica doze critérios, todos com o mesmo peso:

1. Direitos de Propriedade
2. Eficácia Judicial
3. Integridade do Governo
4. Carga Fiscal
5. Gastos do Governo
6. Saúde Fiscal

7. Liberdade Empresarial
8. Liberdade Laboral
9. Liberdade Monetária
10. Liberdade de Comércio
11. Liberdade de Investimento
12. Liberdade Financeira

Os dez países economicamente mais livres do mundo no Índice 2021 são:

1. Singapura
2. Nova Zelândia
3. Austrália
4. Suíça
5. Irlanda
6. Taiwan
7. Reino Unido
8. Estónia
9. Canadá
10. Dinamarca

De acordo com o Índice de 2021, os países com os mais baixos níveis de liberdade económica são a Coreia do Norte, a Venezuela, Cuba, o Sudão e o Zimbabué. Os 178 países são agrupados em cinco categorias: “Livre”, “Maioritariamente Livre”, “Moderadamente Livre”, “Maioritariamente Reprimido” e “Reprimido”. Os investigadores da Heritage Foundation compararam os dois índices – o Índice de Desempenho Ambiental da Universidade de Yale e o seu próprio Índice de Liberdade Económica – para o ano 2020 e constataram que os países com os níveis mais elevados de liberdade económica também tinham as pontuações mais elevadas no IDA, com uma média de 76,1, enquanto os países “Maioritariamente Livres” tinham uma média de 70,2. Seguem-se, a grande distância, os países “Moderadamente Livres”, classificados muito abaixo (59,6 pontos) pelo seu desempenho ambiental. Os países “Maioritariamente Reprimidos” e

“Reprimidos” registaram, de longe, o pior desempenho ambiental (46,7 e 50,3 pontos no IDA, respetivamente).¹⁵⁰

Para compensar a natureza dinâmica do Índice de Liberdade Económica, faz sentido apurar a pontuação média de cada país ao longo dos 15 anos que vão de 2006 a 2020. Compensa-se assim o tipo de efeitos pontuais que podem resultar de medidas políticas de curto prazo. Estas médias podem então ser comparadas com as pontuações do Índice de Desempenho Ambiental de 2020. Os dados revelam uma correlação positiva clara (o coeficiente de correlação é de 0,67). Uma análise de regressão também confirma que há um aumento de 1,06 pontos no Índice de Desempenho Ambiental para cada aumento de um ponto no Índice de Liberdade Económica. Um coeficiente tão alto, em conjunto com a forte correlação entre os índices, sugere uma relação estatística clara. Esta correlação pode ser explicada pela causalidade entre um aumento do capitalismo e um maior progresso tecnológico e prosperidade.

O economista Daniel Fernández Méndez abordou a potencial objeção de que os países com maior liberdade económica podem “estar a ‘exportar’ as suas indústrias poluentes para o terceiro mundo (menos livre), mantendo as indústrias não poluentes nos seus países.”¹⁵¹ No entanto, tal não é manifestamente o caso. A sua análise dos investimentos feitos por países com elevados padrões ambientais revela que apenas 0,1% dos seus investimentos estrangeiros fluem para países com baixos padrões ambientais. As conclusões de Méndez são claras: “Com os dados analisados, podemos ver que o capitalismo tem uma boa relação com o ambiente. Quanto maior a liberdade económica, melhores os índices de qualidade ambiental. Os países ‘mais limpos’ não exportam a sua poluição através da deslocalização de empresas.”¹⁵²

Os investigadores da Universidade de Yale descobriram que não só existe uma correlação entre o Índice da Heritage Foundation e o seu próprio IDA, mas também entre o IDA e o Índice de Facilidade em Fazer Negócios, que é publicado anualmente como parte do Relatório *Doing Business* do Banco Mundial.¹⁵³ Este índice é geralmente considerado o indicador mundial mais abrangente e fiável sobre a facilidade em fazer negócios, com as

classificações mais elevadas a indicarem melhores (e geralmente mais simples) regulamentações para as empresas e melhor proteção dos direitos de propriedade. De acordo com os investigadores da Universidade de Yale, a correlação entre o Índice de Facilidade em Fazer Negócios, a que se referem como um medidor do “liberalismo económico” (ou seja, um indicador de quão capitalista é uma economia), e o IDA é de 0,72. A correlação é assim significativamente mais pronunciada do que em relação à “Estabilidade Política e Ausência de Violência”, por exemplo, que tem uma correlação de apenas 0,52.¹⁵⁴

Em 2016, os investigadores publicaram um estudo na revista *Sustainability* que incluía uma avaliação da correlação entre o IDA e o Índice de Mercado Aberto (IMA) compilado pela Câmara de Comércio Internacional (CCI). O IMA mede a abertura de um país ao comércio livre, sendo assim um indicador importante da liberdade económica. Os investigadores encontraram um elevado grau de coincidência entre o IMA e o IDA: 19 dos 27 países com maior pontuação no IMA aparecem também nos 27 primeiros classificados do IDA. O inquérito abrangeu um total de 75 países, incluindo todos os membros do G20 e da UE. Em conjunto, estes países representam mais de 90% do comércio e investimento internacionais. Os investigadores concluem: “É evidente que existe uma forte ligação entre as pontuações do IMA e do IDA, o que sustenta a nossa hipótese de que os países com uma economia aberta têm uma pontuação mais elevada no desempenho ambiental. De um modo geral, os nossos dados revelam que o nível de abertura de uma economia está associado à proteção ambiental verificada nesse país.”¹⁵⁵

Outro estudo, “Is Free Trade Good for the Environment?” [“Será o Livre-Comércio Bom para o Ambiente?”], de Antweiler, Copeland e Taylor, utiliza modelos matemáticos sofisticados para explorar a correlação entre o livre-comércio – uma característica essencial do capitalismo – e a poluição ambiental. O estudo constata: “As nossas estimativas das elasticidades de escala e de técnica apontam no seguinte sentido: se a abertura aos mercados internacionais aumentar a produção e o rendimento em 1%, as concentrações de poluição caem aproximadamente 1%. Associando este

cálculo aos nossos anteriores resultados sobre os efeitos de composição, chega-se a uma conclusão algo surpreendente: quanto mais livre o comércio, melhor o ambiente.”¹⁵⁶

Obviamente, pode argumentar-se que o capitalismo induz um crescimento económico mais robusto, que por sua vez provoca um aumento no consumo de recursos. Seguindo esta lógica, os sistemas economicamente mais ineficientes deveriam, na verdade, ser os melhores para o ambiente, dado resultarem num crescimento mais lento. No entanto, as análises acima referidas mostram “que, numa fase inicial do crescimento económico de um país, observa-se um elevado nível de degradação ambiental, para depois, ultrapassado um ponto crítico de crescimento económico, se registar um declínio gradual da degradação ambiental.”¹⁵⁷

Acrescem duas observações do mundo real que também refutam o argumento de que um crescimento económico mais forte conduz automaticamente a uma maior poluição ambiental:

1. Nos países não capitalistas, a degradação ambiental tem sido um problema muito mais grave do que nos países capitalistas.
2. A correlação entre o crescimento económico e o crescente consumo de recursos tem vindo a enfraquecer na era da desmaterialização.

Comecemos pelo primeiro ponto. Em parte alguma a degradação ambiental tem sido tão má como nos antigos estados socialistas. Será este um argumento relevante? Sim, porque se uma ordem económica baseada na propriedade privada, na concorrência e na livre fixação de preços fosse a causa da poluição ambiental, então, logicamente, teria de haver muito menos poluição em países que não têm estas características – o que não é o caso. Além disso, e como vimos, ativistas climáticos anticapitalistas, como Naomi Klein, querem vir a estabelecer uma ordem económica em que o Estado tenha um poder desproporcionalmente maior do que aquele que tem no capitalismo. A receita que prescrevem contra as alterações climáticas e a poluição é mais planeamento estatal. No entanto, nos países onde o Estado deteve um maior poder sobre a economia, os níveis de degradação

ambiental não eram mais baixos. Pelo contrário, eram muito mais elevados do que em qualquer outro país. Claro que não está para lá da imaginação humana sonhar com inúmeros sistemas ideais em que o Estado comanda a economia e resolve todos os problemas da poluição e das alterações climáticas. Contudo, já sabe que me recuso a lidar com meras conjecturas ou com modelos utópicos, porque creio ser mais instrutivo lidar com a história e aprender com ela. Por isso, vou continuar com a demonstração detalhada de que os Estados não capitalistas e as economias planificadas pelo Estado não só não conseguiram resolver os problemas ambientais como, na realidade, os tornaram muito piores do que nos países capitalistas.

Em 1990, Zhores A. Medvedev fez um balanço da União Soviética: “A União Soviética perdeu mais pastagens e terras agrícolas devido à contaminação radioativa do que a superfície total de terras cultivadas na Suíça. Mais terras foram inundadas por barragens hidroelétricas do que a área total dos Países Baixos. Mais terra foi perdida entre 1960 e 1989 devido à salinização, a alterações nos lençóis freáticos e a tempestades de poeira e sal do que toda a área de terras cultivadas na Irlanda e na Bélgica juntas. Em plena escassez aguda de alimentos, a área total de terra cultivada diminuiu um milhão de hectares por ano desde 1975. A União Soviética está a perder as suas florestas ao mesmo ritmo que as florestas tropicais estão a desaparecer no Brasil. No Uzbequistão e na Moldávia, o envenenamento químico com pesticidas provocou níveis tão elevados de atraso mental que os programas educacionais das escolas secundárias e universidades tiveram de ser modificados e simplificados.”¹⁵⁸ No livro que publicaram em 1992, *Ecocide in the USSR* [“Ecocídio na URSS”], Murray Feshbach e Alfred Friendly Jr. concluíram que “nenhuma outra civilização industrial envenenou tão sistematicamente e durante tanto tempo a sua terra, o seu ar e as suas gentes.”¹⁵⁹

Um exemplo bem conhecido do estado lamentável e perigoso da proteção ambiental na URSS [União das Repúblicas Soviéticas Socialistas] é a catástrofe nuclear de 26 de abril de 1986, no reator quatro da Central Nuclear de Chernobyl. O que a maioria das pessoas provavelmente não sabe é que esta central nuclear ostentava orgulhosamente o nome oficial de

“Central Nuclear Vladimir Lénine” (Чернобыльская АЭС им. В. И. Ленина), em honra desta figura de proa do comunismo e fundador do Estado soviético. Este desconhecimento generalizado resultou do facto de, após o acidente, Chernobyl se ter tornado sinónimo dos perigos generalizados da energia nuclear e não do aumento dos riscos ambientais permitido pelo socialismo. Na sua bem fundamentada e exaustiva obra de 560 páginas, *Meia-Noite em Chernobyl*, o jornalista e escritor britânico Adam Higginbotham demonstra que o maior desastre nuclear de sempre resultou diretamente de problemas endémicos verificados em quase todos os níveis do sistema económico soviético. Este facto ficou claro logo no início da construção da central nuclear: “Componentes mecânicas essenciais e materiais de construção chegavam muitas vezes com atraso, ou não chegavam de todo, e a mercadoria entregue tinha muitas vezes defeitos. Aço e zicórnio – essenciais para os quilómetros de tubagens e para as centenas de elementos de combustível que alimentariam os reatores gigantes – escasseavam; canos e betão armado destinados a uso nuclear eram, por vezes, de tão má qualidade que tinham de ser deitados fora.”¹⁶⁰

O telhado da sala de turbinas da central elétrica foi revestido com betume altamente inflamável, embora tal fosse contra os regulamentos. A razão: material mais ignífugo, que deveria ser utilizado, não era sequer fabricado na URSS.¹⁶¹ O betão apresentava anomalias e os trabalhadores não dispunham de ferramentas adequadas – uma equipa de agentes e informadores do KGB na central reportou uma contínua série de falhas de construção.¹⁶² Já o quarto reator da central estava quase pronto e um demorado teste de segurança às turbinas ainda não tinha sido terminado na data limite estabelecida por Moscovo para a sua finalização, o último dia de dezembro de 1983.¹⁶³

Investigações levadas a cabo na União Soviética após o acidente confirmaram que o reator tipo RBMK não cumpria as normas de segurança modernas e, mesmo antes do acidente, nunca teria sido autorizado fora das fronteiras da URSS.¹⁶⁴ “O acidente era inevitável ... Se não tivesse acontecido aqui e agora, teria acontecido noutro lugar”, admitiu o Primeiro-Ministro da URSS Nikolai Ryzhkov.¹⁶⁵

As autoridades soviéticas começaram por tentar encobrir toda a dimensão do acidente, tal como tinham encoberto uma longa série de anteriores acidentes em centrais nucleares. Sendo um dos doze membros fundadores da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), desde 1957 que a União Soviética tinha a obrigação de comunicar qualquer acidente nuclear que tivesse ocorrido dentro das suas fronteiras. No entanto, de entre as dezenas de acidentes graves que ocorreram em instalações nucleares soviéticas durante as décadas seguintes, nenhum foi alguma vez mencionado à AIEA. “Ao longo de quase trinta anos, tanto o público soviético como a maior parte do mundo foram levados a acreditar que a URSS possuía a indústria nuclear mais segura do planeta.”¹⁶⁶ Em contraste, o acidente comparativamente inofensivo na central nuclear de Three Mile Island, perto de Harrisburg, Pensilvânia, a 28 de março de 1979, foi explorado pelas autoridades soviéticas como um exemplo do quão inseguras eram as centrais nucleares capitalistas.¹⁶⁷ Muitos meios de comunicação social na Europa Ocidental alinharam acriticamente nesta distorção dos factos.

Após o acidente na Central Nuclear Vladimir Lênine, em Chernobyl, os responsáveis soviéticos tentaram encobrir a situação e afirmaram que o desastre se devera apenas a erro humano. Num julgamento-espetáculo, a que foi dada grande projeção, alguns dos funcionários da central foram condenados. Mas Valery Legasov, vice-diretor do Instituto Soviético de Energia Atómica, acabou por chegar à conclusão de que era ao “profundo fracasso da experiência social soviética, e não apenas a um punhado de operadores imprudentes,... [que] cabia a culpa pela catástrofe.”¹⁶⁸ Numa entrevista à revista literária *Novy Mir*, avisou que outra catástrofe como a de Chernobyl poderia acontecer em qualquer outra central nuclear RMBK da URSS a qualquer momento.¹⁶⁹

O perito, dizimado pela doença e desesperado pelo que tinha acontecido, tendo estudado o acidente e as suas causas mais a fundo do que provavelmente qualquer outra pessoa, gravou um depoimento, que foi publicado no *Pravda* logo após a sua morte (o que só foi possível por então, no início de 1986, se estar no auge das liberdades concedidas pela *glasnost*

de Gorbachev aos editores dos meios de comunicação social controlados pelo Partido). No artigo de setembro de 1988, Legasov declarou: “Depois de ter visitado a Central Atômica de Chernobyl, cheguei à conclusão de que o acidente foi a inevitável apoteose do sistema económico que se desenvolveu na URSS ao longo de muitas décadas... É Meu Dever Dizer Isto.”¹⁷⁰

As causas estavam tão profundamente enraizadas na estrutura do sistema de planeamento económico que os esforços de políticos e cientistas soviéticos para mudar as coisas após a catástrofe fracassaram. Um relatório interno dirigido ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, preparado um ano após o acidente em Chernobyl, fez notar que, nos doze meses que se seguiram à catástrofe, 320 falhas de equipamento tinham ocorrido nas centrais nucleares soviéticas, das quais 160 implicaram paragens de emergência dos reatores.¹⁷¹ Todos estes – tal como os muitos acidentes que os precederam – foram ocultados. Na RDA, o órgão central da organização comunista juvenil FDJ, *Junge Welt*, fez a seguinte manchete a 2 de maio de 1986: “Alarmismo Ocidental Tenta Desviar as Atenções das Iniciativas para a Paz.”¹⁷²

Não foi só o histórico ambiental da União Soviética que foi desastroso; o do segundo maior país socialista, a República Popular da China, também o foi. O livro de Steven Pinker, *O Iluminismo Agora*, inclui um gráfico que acompanha a evolução da intensidade de carbono, medida em emissões de CO₂ por dólar do PIB, desde 1820 a 2014.¹⁷³ À medida que países como os Estados Unidos e o Reino Unido começaram a industrializar-se, iam emitindo cada vez mais CO₂ por dólar do PIB. A partir da década de 1950, contudo, o gráfico não deixa dúvidas de que estas emissões por dólar do PIB têm estado em constante declínio.

Uma análise mais atenta do gráfico confirma que a China se encontrava extremamente desalinhada do resto dos países nos finais dos anos 50, com a intensidade de carbono a aumentar mais drasticamente do que em qualquer outro país e em qualquer outro momento desde 1820. Isto ficou a dever-se inteiramente à maior experiência socialista da história da humanidade, o Grande Salto em Frente de Mao. Esta experiência não só causou a maior

fome da história e matou 45 milhões de pessoas,¹⁷⁴ como foi também um desastre ecológico. Para o mundo exterior, a propaganda de Mao proclamava constantemente novos recordes em todas as áreas, com a China a procurar comprovar o progresso e a superioridade do socialismo. Foi sobretudo a produção de aço a métrica eleita para demonstrar o progresso do País sob o socialismo. Mao era obcecado pelo aço e conseguia dizer de cor os valores da produção de aço de todas as grandes economias mundiais. Em 1957, a produção de aço da China foi de 5,35 milhões de toneladas; em janeiro de 1958, Mao definiu a meta de 6,2 milhões de toneladas; e, em setembro, duplicou-a para 12 milhões.¹⁷⁵ Estas metas colossais deveriam ser atingidas sobretudo com recurso a altos-fornos improvisados e operados por aldeões nos terreiros das comunas populares. Muitos destes altos-fornos não funcionavam corretamente, razão pela qual produziram sobretudo material de má qualidade. Os lingotes de ferro produzidos pelas comunas rurais empilhavam-se por todo o lado, e eram tão pequenos e frágeis que não podiam ser utilizados em laminadores modernos.¹⁷⁶ Nos finais de dezembro de 1958, o próprio Mao teve de admitir a um alto funcionário que só 40% do aço era utilizável. O aço que podia ser usado tinha sido todo produzido em siderurgias convencionais, e os inúteis 60% provinham dos altos-fornos improvisados.¹⁷⁷ Enquanto isso, devido aos fornos dos terreiros, as emissões aumentaram drasticamente e a produção económica diminuiu, o que explica o desalinhamento da China no gráfico de Pinker sobre a intensidade de carbono.

Não foi a “procura desenfreada do lucro” por parte dos capitalistas, mas sim a economia planificada e o socialismo que causaram a maior destruição ambiental verificada, não só na União Soviética e na China, mas em todos os países socialistas.

A China está a seguir os países ocidentais no caminho para a descarbonização, embora tenha demorado um pouco mais a começar. O mesmo, aliás, é válido para a Índia. Na China, as emissões de CO₂ por dólar do PIB atingiram o seu máximo nos finais da década de 1970, enquanto as da Índia atingiram o pico em meados da década de 1990, altura em que o subcontinente, que até então seguia uma política dirigista,

avançou para uma economia de mercado. Resultado: a intensidade de carbono para o mundo como um todo tem vindo a diminuir desde há meio século.¹⁷⁸

Após o colapso do socialismo, foi finalmente possível fazer um balanço. Os países socialistas há muito que se orgulhavam do seu papel pioneiro na proteção ambiental. Logo em 1968, a Alemanha de Leste conferiu garantia constitucional à proteção do ambiente, consagrando-a como um objetivo de Estado. Depois, em 1972 – adiantando-se 15 anos à Alemanha Ocidental – criou o seu próprio Ministério do Ambiente.¹⁷⁹ A propaganda da Alemanha de Leste afirmava constantemente que o capitalismo era o culpado pela destruição ambiental e que só o socialismo, com a sua economia estatal e planificada, poderia assegurar um ambiente limpo. Mas será que a realidade se ajustava a tais declarações?

Em 1990, foi publicado um relatório pela Fundação Federal criada para gerir o legado da RDA. Nele afirmava-se: “Os problemas ecológicos... são devastadores. A população da RDA confronta-se com poluição ambiental em quase todo o lado. Particularmente grave é a poluição do ar causada por dióxido de enxofre e dióxido de carbono resultantes da queima de lenhite. A lenhite é a maior fonte de energia na RDA, mas as centrais de produção de energia elétrica estão obsoletas; há falta de equipamento de dessulfuração. A poluição é tão grave que muitas pessoas nas regiões mais afetadas, por exemplo ao redor dos centros industriais de Leipzig, Halle, Karl-Marx-Stadt e Dresden, sofrem de graves doenças respiratórias e eczema. O ‘nevoeiro industrial’ faz os alarmes de poluição dispararem com frequência nas cidades e aldeias, e deixa camadas de poeira nos carros, nos parapeitos de janela e na roupa pendurada a secar. Os recursos hídricos estão também altamente poluídos. A indústria química liberta águas residuais não tratadas que poluem rios e lagos. A piada ‘Tudo é cinzento na RDA, exceto os rios’, que era frequentemente dita na RDA, é a isto que se refere. O ‘Lago de Prata’, próximo de Bitterfeld/Wolfen, oferece uma imagem ilustrativa de uma poluição hídrica particularmente drástica. A antiga pedreira a céu aberto serviu de poço de recolha de águas residuais da fábrica de película fotográfica Wolfen, para onde eram despejados os resíduos. Em 1990, a

camada de lodo contaminado com metais pesados chegava a ter 12 metros de espessura em alguns locais. Contudo, não são apenas as águas residuais industriais que contribuem para a poluição da água, mas também o uso desregrado de fertilizantes na produção agrícola. De um modo geral, muitos rios e lagos na RDA encontravam-se ecologicamente dizimados em 1990.”¹⁸⁰

Ainda segundo o relatório, o solo em muitas áreas da antiga RDA também foi contaminado com uma grande variedade de poluentes, provindos, quer da agricultura intensiva ou da agricultura industrial, quer do despejo anárquico de resíduos tóxicos industriais e domésticos em aterros “selvagens”.¹⁸¹

Noutra zona da RDA, os mineiros de urânio em Wismut trabalhavam em condições que eram extremamente perigosas para a sua saúde. Em compensação, recebiam até sete litros de aguardente por mês. Ninguém estava autorizado a mencionar a palavra “urânio”, e mesmo as brochuras destinadas a promover Wismut e os seus arredores evitavam escrupulosamente a palavra.¹⁸² Esta tática de silêncio foi concebida para evitar os receios do público acerca dos riscos para a saúde associados ao urânio.

Os dados sobre o desempenho ambiental tornaram-se “informação classificada” na RDA pelo menos a partir de 19 de março de 1974, altura em que uma decisão ministerial conferiu a Günther Mittag, Secretário para a Economia no Comité Central do partido estadual SED [*Sozialistische Einheitspartei Deutschlands* – Partido Socialista Unificado da Alemanha de Leste], competências para gerir as avaliações ambientais anuais da RDA. A partir de 1982, apenas ele, o Presidente do Conselho de Estado, Willi Stoph, e Erich Mielke, o chefe da *Stasi* (agência de segurança estatal da Alemanha de Leste) estavam autorizados a receber o relatório ambiental anual. Muitos cidadãos só souberam toda a verdade sobre o estado catastrófico do ambiente na RDA após a reunificação.

Eis alguns factos para efeitos de comparação:

- Ameaça climática: O historiador Hubertus Knabe, proeminente

especialista na história da RDA, afirma: “A nível mundial, um dos maiores assassinos do clima foi, de facto, um país que tinha abolido o capitalismo – a RDA.”¹⁸³ Em 1989, a RDA emitiu três vezes mais CO₂ por unidade de PIB do que a República Federal.¹⁸⁴

- Poluição atmosférica, dióxido de enxofre: Em 1988, a RDA emitiu 10 vezes mais dióxido de enxofre por km² do que a República Federal (48,1 toneladas/km² contra 4,6 toneladas/km²).¹⁸⁵
- Poluição atmosférica, partículas suspensas: O valor médio de 20,3 toneladas por km² na RDA era mais de dez vezes superior ao da República Federal (1,8 toneladas/km²).¹⁸⁶
- Fogões a carvão: Quase dois terços dos apartamentos na RDA eram aquecidos com combustíveis sólidos, como briquetes de lenhite, aquando da reunificação.¹⁸⁷
- Poluição dos rios: Quase metade dos principais rios da RDA estavam biologicamente mortos em 1989 e de 70% deles já não se podia extrair água potável.¹⁸⁸
- Quase metade dos residentes da RDA não tinham água potável, temporária ou permanentemente, quando abriam a torneira, devido às elevadas taxas de azoto, fósforo, metais pesados e outros poluentes presentes nas águas.¹⁸⁹

O historiador Knabe afirma: “Tal como muitos dos atuais ativistas do clima, a liderança da RDA entendia que só a abolição do capitalismo poderia resolver os problemas ambientais. Acreditavam ser a ganância das empresas que levava à destruição impiedosa da natureza. Nesta lógica, a motivação do lucro precisava de ser substituída pela razão e pelo planeamento da sociedade como um todo. E, do ponto de vista deles, tal só é possível no socialismo.”¹⁹⁰

Muita gente admitirá que o socialismo é ainda pior para o ambiente do que o capitalismo, embora continue a ter dúvidas razoáveis sobre se o crescimento económico em geral não será mau para o ambiente. Há um argumento em particular que parece lógico, pelo menos à primeira vista: sendo as matérias-primas da Terra finitas, o crescimento infinito é

impossível. Isto leva muitos a concluir que o crescimento terá de ser limitado.

Os avisos sobre os limites do crescimento não são novos; existem há séculos. Eis apenas alguns exemplos dos últimos 80 anos: em 1939, o Departamento do Interior dos EUA declarou que as reservas de petróleo dos EUA durariam apenas mais 13 anos. Em 1949, o Secretário do Interior anunciou que as reservas de petróleo dos EUA iriam esgotar-se em breve. Nada tendo aprendido com as anteriores falsas alegações, em 1974, o Observatório Geológico dos Estados Unidos [United States Geological Survey, USGS] afirmou que os EUA dispunham de gás natural só para mais 10 anos.

Em 1970, o cientista Harrison Brown publicou um gráfico na *Scientific American*, no qual estimava que a humanidade ficaria sem cobre pouco depois do ano 2000. Chumbo, zinco, estanho, ouro e prata deveriam desaparecer antes de 1990.¹⁹¹ Também em 1970, o ecologista Kenneth Watt previu que o mundo ficaria sem petróleo: “Vai conduzir até à bomba e dizer, ‘É pr’atestar!’, e dir-lhe-ão ‘Tenho muita pena, mas já não há.’”¹⁹²

Publicado nesse mesmo ano, o estudo do Clube de Roma *Limites do Crescimento* atraiu muita atenção. Até hoje, foram vendidos mais de 30 milhões de exemplares do estudo, em 30 línguas.¹⁹³ O livro alertava as pessoas para a necessidade de mudarem de rumo e tinha uma mensagem forte: as matérias-primas do planeta esgotar-se-iam em breve, sobretudo o petróleo. Dentro de 20 anos, previam os cientistas, gastar-se-ia a última gota de petróleo. E não foi apenas em relação ao petróleo, mas a quase todas as matérias-primas relevantes, que as previsões do relatório do Clube de Roma se revelaram completamente erradas quanto à data em que se esgotariam. Gás natural, cobre, chumbo, alumínio, tungsténio: de acordo com as previsões da altura, nenhum destes recursos naturais deveria ainda hoje poder ser encontrado na Terra – assumindo crescimento económico contínuo entre a década de 1970 e os dias de hoje. Já todos deveriam encontrar-se esgotados; em alguns casos, já há décadas. A prata deveria ter-se esgotado em 1985. No entanto, em janeiro de 2020, o Observatório Geológico dos Estados Unidos estimou as reservas de prata a nível mundial

em 560.000 toneladas.

Antes que alguém comece a abanar a cabeça com todas estas falsas previsões, vale a pena salientar que, desde o início da industrialização até cerca da década de 1970, havia de facto uma estreita correlação entre o crescimento económico, por um lado, e o consumo de energia e de matérias-primas, por outro.¹⁹⁴

Mas, com base em numerosas séries de dados, o cientista americano Andrew McAfee prova no seu livro *More from Less* [“Mais com Menos”], publicado em 2020, que o crescimento económico se dissociou do consumo de matérias-primas. Dados para os EUA mostram que, de 72 matérias-primas, apenas seis ainda não atingiram o seu pico de consumo. Embora a economia dos EUA tenha crescido fortemente nos últimos anos, o consumo de muitas matérias-primas está em declínio.¹⁹⁵

Já em 2015, o cientista ambiental americano Jesse H. Ausubel confirmou no seu artigo “The Return of Nature: How Technology Liberates the Environment” [O Regresso da Natureza: Como a Tecnologia Liberta o Ambiente] que os americanos estão a consumir cada vez menos matérias-primas *per capita*. O consumo total de aço, cobre, fertilizantes, madeira e papel, que sempre tinha aumentado a par com o crescimento económico, atingiu o seu pico e tem vindo a diminuir desde então.

Estas evoluções ficam a dever-se às leis do muito vilipendiado capitalismo: as empresas estão constantemente à procura de novas formas de produzir mais eficientemente, ou seja, de produzir o mesmo com menos matérias-primas. Fazem-no, evidentemente, não porque queiram sobretudo proteger o ambiente, mas para reduzir os custos.

Além disso, a inovação tem promovido uma tendência a que chamamos miniaturização ou desmaterialização. Um exemplo desta tendência é o *smartphone*. Pense só em quantos dispositivos contém o seu *smartphone* e na quantidade de matérias-primas que a sua produção implicaria:

Calculadora

Telefone

Câmara de vídeo

Relógio despertador

Gravador de voz
Sistema de navegação
Câmara
Leitor de MP3 (em substituição do leitor de cassetes / CD)
Bússola
Atendedor de chamadas
Scâner
Fita métrica
Rádio
Lanterna
Calendário
Enciclopédia
Dicionário
Dicionários de línguas estrangeiras
Livro de endereços

Hoje em dia, muitas pessoas já não têm fax nem usam mapas das estradas em papel porque têm tudo isso no seu *smartphone*, e algumas até prescindem de um relógio de pulso. Antigamente, precisava de quatro microfones: um no seu telefone, outro no gravador de cassetes, outro no ditafone e outro ainda na câmara de vídeo. Agora, um único microfone no seu *smartphone* substituiu todos estes dispositivos.

Eu tinha bastante orgulho na minha grande coleção de discos de vinil, que se estendia por várias prateleiras. Com o avanço da tecnologia, adquiri CDs que cabiam todos numa só prateleira – e consumiam muito menos matéria-prima. Hoje, a minha namorada goza comigo porque ainda compro CDs – toda a música que ela ouve está em ficheiros digitais, que não ocupam espaço nenhum. Reconheço que sou um pouco antiquado e possuo vários milhares de livros. Não tenho espaço para os ter todos em estantes, por isso a maioria dos meus livros estão armazenados. O meu pai, apesar de ter 92 anos de idade, é mais moderno do que eu e lê imensos livros em formato eletrónico no seu Kindle.

Estes são apenas alguns dos muitos exemplos de uma tendência para a desmaterialização.¹⁹⁶ A realidade é mais complexa do que à primeira vista

possa parecer quando as pessoas dizem: “O nosso planeta tem recursos limitados, por isso não podemos crescer indefinidamente.”

Então, será que tudo isto quer dizer que o mundo pode passar sem regulamentação governamental para proteger o ambiente? Claro que não. Até apoiantes do capitalismo tão convictos como os dois vencedores do Prémio Nobel da Economia, Friedrich August von Hayek e Milton Friedman, sempre afirmaram que o Estado deveria estabelecer as regras – o enquadramento legal – do jogo económico. Hayek salientou que o pensamento de mercado livre não devia ser confundido com uma política de “*laissez-faire*”.¹⁹⁷

E foram alguns dos mais entusiastas defensores do capitalismo quem resolveu um dos maiores problemas ambientais de sempre à escala mundial, o “buraco na camada de ozono”. Eis a história: Em meados dos anos 70, os cientistas americanos Mario Molina e Sherwood Rowland alertaram para que as substâncias químicas de longa duração, como os clorofluor carbonetos (CFC), tinham o potencial de destruir a camada de ozono protetora da Terra. E a diminuição da camada de ozono, advertiram, levaria a um aumento acentuado dos cancros da pele e afetaria os ecossistemas terrestres e aquáticos. Na altura, os CFC estavam presentes em muitos artigos domésticos, incluindo frigoríficos, desodorizantes e *sprays* para o cabelo.

Em meados da década de 1980, a investigadora americana Susan Solomon descobriu que os CFC eram responsáveis por um buraco na camada de ozono sobre a Antártida. O então Presidente dos EUA Ronald Reagan (um fã de Milton Friedman) e a Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher (uma admiradora de Friedrich August von Hayek) tomaram a iniciativa e apelaram à comunidade internacional para trabalharem em conjunto. A 16 de setembro de 1987, mais de 30 países concordaram em eliminar progressivamente os CFC. O “Protocolo de Montreal”, fruto deste acordo, continua a ser um exemplo notável de proteção ambiental à escala global e ajudou a garantir a redução significativa do buraco na camada de ozono. O ex-Secretário-Geral das Nações Unidas Kofi Annan descreveu mais tarde o “Protocolo de

Montreal” como sendo “talvez o acordo internacional sobre o ambiente que, até à data, maior sucesso obteve”. Bastou esta iniciativa para que Reagan e Thatcher, os dois arquitecapitalistas, tenham feito mais pela proteção do ambiente do que a Greenpeace e todos os outros “ativistas ambientais” de esquerda alguma vez fizeram.

Os regulamentos governamentais não são, portanto, maus *per se*, mas muitas vezes as diretrizes governamentais sobre proteção ambiental não atingem os seus objetivos bem-intencionados e, em vez disso, resultam exatamente no contrário. A política ambiental e energética alemã é disso um exemplo: entre 1957 e 2004, foram encomendadas cerca de 110 centrais nucleares. Nas décadas de 1970 e 1980, o principal alvo da ação dos ambientalistas na Alemanha era a exigência de uma eliminação gradual da energia nuclear. Nenhuma questão era tão importante para os ativistas ambientais do País como a desativação de todas as centrais nucleares.

Em 1998, foi formado um governo de coligação entre sociais-democratas e verdes que, dois anos mais tarde, em 2000, determinou o fim da energia nuclear, inicialmente num contrato entre a República Federal e as empresas que operavam as centrais nucleares. Em 2002, a Lei Alemã da Energia Atômica foi revista com base neste contrato. Em 2010 foi tomada a decisão de prolongar a vida operacional das centrais nucleares, mas a mesma foi revertida em 2011 na sequência da catástrofe natural em Fukushima. Está previsto que a última central nuclear alemã seja desativada em 2022.

Foi o desastre de Fukushima, em 2011, que levou o governo de Angela Merkel a tão rapidamente decidir o encerramento das centrais nucleares alemãs muito mais cedo do que o inicialmente acordado. No entanto, não foi o acidente em si (que nem sequer levou o Japão a virar as costas à energia nuclear), mas o facto de irem ocorrer eleições no estado alemão de Baden-Württemberg cerca de duas semanas depois, que motivou esta reviravolta política de Angela Merkel. No tenso clima pré-eleitoral, Merkel quis roubar aos verdes uma das suas principais bandeiras eleitorais. Mas nem isso funcionou e os verdes conseguiram um número recorde de votos e, pela primeira vez na história da política alemã, um Estado elegeu um político verde para ministro-presidente.

Uma das principais razões pelas quais a Alemanha não fez maiores progressos na luta contra as alterações climáticas, apesar do muito que se esforçou, foi esta decisão de eliminar progressivamente a energia nuclear. O resultado foi o país não ter conseguido reduzir as suas emissões de CO₂ tanto quanto poderia. Em termos de proteção ambiental, a França, por exemplo, não está, em muitos aspetos, melhor do que a Alemanha, mas enquanto a Alemanha foi sucessivamente encerrando as suas centrais nucleares, a quota de energia nuclear da França no seu cabaz energético nacional é superior à de qualquer outro país em cerca de 70% (2019). A Alemanha ocupa a 10.^a posição na classificação global do *Índice de Proteção Ambiental (IPA)* de 2021, enquanto a França ocupa a 5.^a. E isto deve-se sobretudo à energia nuclear, porque no *Índice de Proteção Climática 2021* do IPA, a Alemanha ocupa apenas o 14.^o lugar, com a França no 4.^o lugar.

No IPA de 2021, os investigadores de Yale explicam, cautelosa e diplomaticamente, que “alguns analistas” poderão ser da opinião de que a desativação nuclear da Alemanha prejudicou o progresso do País em termos de desempenho ambiental. Menos diplomático, mas mais preciso, o *Wall Street Journal* afirma que a Alemanha está a seguir a política energética mais tola do mundo.¹⁹⁸

A principal justificação para a desativação do nuclear na Alemanha são os riscos associados à utilização da energia nuclear. Mas estes riscos são demasiado exagerados. Uma comparação de mortes por unidade de energia gerada (TWh) mostra que a energia nuclear mata 0,07 pessoas, o petróleo 18,4 e o carvão 24,6.¹⁹⁹ Até mesmo a energia hidroelétrica é significativamente mais perigosa do que a energia nuclear. E a “taxa de mortalidade” é na realidade mais alta para a energia eólica, fotovoltaica e para combustíveis renováveis do que para a energia nuclear.²⁰⁰

Bill Gates argumenta convincentemente a favor da energia nuclear no seu livro sobre alterações climáticas, insistindo que “é difícil vislumbrar um futuro em que a descarbonização da rede elétrica seja financeiramente viável sem recurso à energia nuclear.”²⁰¹ Isto porque “a energia nuclear é a única energia isenta de emissões de carbono que podemos usar em quase

todo o lado, 24 horas por dia, sete dias por semana.”²⁰²

Os opositores da energia nuclear têm vindo a sugerir, quer diretamente quer recorrendo a formulações vagas, que 20.000 pessoas morreram em resultado do colapso do reator em Fukushima em 2011. O número 20.000 é aproximadamente correto, mas estas pessoas morreram devido a um terramoto seguido de tsunami e não devido à radioatividade.²⁰³

É muito raro alguém fazer referência ao facto de a última geração de centrais nucleares ser mais segura do que as suas antecessoras – a maioria das pessoas nem sequer tem noção dos avanços que foram feitos. Acresce que os problemas com a eliminação dos resíduos radioativos são extremamente exagerados,²⁰⁴ e é dada pouca publicidade aos novos reatores, que ultrapassaram quase totalmente este problema.²⁰⁵

Como observa sucintamente o cientista climático Kerry Emanuel do Massachusetts Institute of Technology (MIT), em Cambridge: “Não pode ser uma coisa e o contrário. Se dizem que isto [as alterações climáticas] é apocalíptico ou é um risco intolerável e, depois, viram-se para outro lado e excluem uma das formas mais evidentes de o evitar [a energia nuclear], não são só incongruentes, são hipócritas.”²⁰⁶

Durante muito tempo, não houve construção de novas centrais nucleares, nem nos Estados Unidos nem em qualquer outro lugar – mas isso nada teve a ver com o capitalismo. Pelo contrário, o movimento anticapitalista que gira em torno do advogado norte-americano Ralph Nader promoveu uma grande campanha que alimentou deliberadamente os receios das pessoas e levou a uma paragem quase completa na construção de novas centrais nucleares.²⁰⁷ Nos últimos anos, as discussões sobre a energia nuclear têm vindo a tornar-se mais objetivas em alguns países. Por isso, um número crescente de ativistas ambientais até já se manifesta a favor da construção de novas centrais nucleares. Na Califórnia, umas boas 50 *startups* estão atualmente a trabalhar no desenvolvimento de novas tecnologias nucleares. Os peritos já falam em “Vale do Nuclear” [“Nuclear Valley”] como uma extensão do “Vale do Silício” [“Silicon Valley”].²⁰⁸ Bill Gates fundou a empresa TerraPower em 2008 e, se for bem sucedida, os seus reatores poderão funcionar com resíduos nucleares de outras instalações

nucleares.²⁰⁹

O exemplo da energia nuclear mostra que a intervenção governamental na economia, mesmo quando a proteção ambiental surge como motivo, não tem muitas das vezes a ver com considerações ambientais racionais, mas sim com populismo e ideologia. A energia nuclear não é o único exemplo. O autor Alexander Neubauer cita dezenas de exemplos de regulamentos ambientais governamentais cuja aplicação resultou no oposto do que se pretendia. O *Deutsches Ärzteblatt* (jornal médico alemão) tem vindo a publicar numerosos artigos dando conta de que a utilização de isolamento térmico para isolar hermeticamente as casas tem provocado um aumento significativo de infestações por bolor em apartamentos, de que resultam asma, pneumonia e outras doenças perigosas. Alguns Estados americanos já proibiram este tipo de isolamento devido aos riscos para a saúde que lhe estão associados – na Alemanha, é obrigatório.²¹⁰ Isto não quer dizer, no entanto, que devamos livrar-nos de todos os regulamentos governamentais de proteção ambiental, mas prova que a liberdade económica como um todo é muito melhor do que o dirigismo governamental a proteger o nosso ambiente.

Para muitos dos chamados “ativistas climáticos”, o ambientalismo pouco mais é que um pretexto para a sua luta contra o capitalismo. Alguns defendem soluções extremamente radicais que, na prática, levariam a uma ecoditadura. Argumentam que, quando a sobrevivência da humanidade está em jogo, não deveria haver tabus. Seguindo esta lógica, deveríamos acolher as soluções mais radicais e prescindir de valores como a liberdade e a democracia. Quando está em causa a sobrevivência, segundo esta argumentação, não podemos dar-nos ao luxo de reticências. No entanto, como mostrei acima, as economias planificadas falharam sempre, sobretudo quanto está em causa a proteção ambiental.

Quando confrontado com utopias e soluções radicais, adoto geralmente uma atitude de ceticismo. No entanto, se o leitor estiver disposto a uma breve participação numa experiência de pensamento radical, talvez aceite considerar os argumentos apresentados pelos apoiantes radicais do capitalismo. Entre eles está o economista alemão Thorsten Polleit, que

argumenta que a degradação ambiental provém da utilização excessiva, do desperdício e do desvio de recursos escassos por parte do Estado:

“O Estado não tem qualquer interesse ou incentivo em trabalhar para uma gestão eficiente de recursos escassos; além de, normalmente, também carecer dos conhecimentos (e competência) necessários.”²¹¹ Isto, escreve ele, é evidente nas economias planificadas socialistas, mas é igualmente válido para Estados do mundo Ocidental que também nacionalizaram uma série de recursos naturais – terra, parques, estradas, águas e espaço aéreo. Ao monopolizarem a legislação e a jurisprudência, diz Polleit, os Estados têm estado na origem de muitos problemas ambientais: “Por exemplo, ao permitirem que empresas e consumidores despejem poluentes para as estradas e para os rios, para os oceanos e para o ar, sem qualquer custo. Por vezes, esta prática é justificada com o “bem comum”, que coloca os direitos dos poluidores acima dos direitos dos lesados (os proprietários). Por exemplo, os proprietários de casas localizadas perto de um aeroporto têm que suportar o ruído crescente dos aviões sem serem compensados pelo operador do aeroporto.”²¹²

Polleit propõe uma solução capitalista radical com base no seguinte argumento: se considerarmos, por um lado, o mau desempenho do Estado enquanto proprietário e gestor dos recursos naturais, e, por outro, as potencialidades de encarregar o livre-mercado da gestão de recursos escassos, levanta-se a questão: “*Porque não privatizar tudo? Porque não converter cada lote de propriedade estatal em propriedade privada?*”²¹³ No utópico “capitalismo puro” idealizado por Polleit, tudo estaria em mãos privadas – terra, estradas, rios e oceanos. Os proprietários de cursos de água e parcelas oceânicas, ou de qualquer outro recurso, explica Polleit, seriam escrupulosos em garantir que os seus recursos não fossem de forma alguma danificados por outros. Afinal de contas, os seus recursos têm um valor de mercado – podem ser comercializados, por exemplo, como água potável ou para uso recreativo e desportivo. A premissa de Polleit é a de que qualquer pessoa responsável por danificar o recurso/propriedade de outrem seria processada e responsabilizada pelos proprietários. E delineia princípios semelhantes para outros problemas ambientais, como a poluição

atmosférica e a poluição sonora.²¹⁴

Como já referi, sou, por princípio, cético em relação às utopias. No entanto, a utopia do Polleit parece ser mais eficaz na resolução dos problemas ambientais mundiais do que os modelos promovidos pelos estatistas, que consistem numa economia ecoplanificada, a qual, podemos estar cem por cento seguros, exacerbaria os problemas ambientais em vez de os resolver. No mínimo, talvez valha a pena considerar como poderemos incorporar algumas das ideias propostas por pensadores capitalistas, como Polleit, nas nossas tentativas de encontrar soluções assentes no mercado para os problemas ambientais mais prementes do planeta.

Zitelmann, “Zur Argumentationsstrategie”, 28.

Klein, N., 80.

Klein, N., 112.

Klein, N., 19.

Klein, N., 19.

Klein, N., 19.

Klein, N., 22.

Klein, N., 123.

Klein, N., 36.

Klein, N., 57.

Klein, N., 57.

Klein, N., 86.

Klein, N., 118.

Klein, N., 120.

Klein, N., 121.

Klein, N., 121.

Klein, N., 121.

Klein, N., 119.

Klein, N., 37.

Klein, N., 77.

Wendling / Emerson, et al., EPI, 2020, 1.

Wendling / Emerson, et al., EPI, 2020, 10.

Weede, “Wirtschaftliche Freiheit”, 448.

Miller/ Kim/ Roberts, *Index of Economic Freedom 2021*, 26.

Méndez.

Méndez.

O relatório Doing Business foi descontinuado em 2021 pelo Banco Mundial, mas, em 2022, um conjunto de organizações internacionais lideradas pelo Fraser Institute do Canadá, e entre as quais se

encontra o Instituto Mais Liberdade, decidiram voltar a promover a sua produção. Ver mais detalhes em: <https://maisliberdade.pt/biblioteca/doing-business-2.0-a-better-guide-for-policy-makers/> (Nota da edição).

Wendling/ Emerson et al., EPI, 2020, 44.

Mavragani / Nikolaou / Tsagarakis, 8.

Antweiler / Copeland / Taylor, 41.

Mavragani / Nikolaou / Tsagarakis, 1.

Medvedev, *The Ecologist*, 20, 1, Jan/Feb, 1990, 24.

Feshbach / Friendly, Jr., 1.

Higginbotham, 34.

Higginbotham, 41.

Higginbotham, 42.

Higginbotham, 41.

Higginbotham, 278.

Higginbotham, 279.

Higginbotham, 64.

Higginbotham, 92-93.

Higginbotham, 329.

Higginbotham, 328-329.

Higginbotham, 332.

Higginbotham, 473.

Beleites, 152.

Pinker, 170.

Zitelmann, *The Power of Capitalism*, Capítulo 1.

Dikötter, *Mao's Great Famine*, 57.

Dikötter, *Mao's Great Famine*, 61.

Chang / Halliday, 485.

Pinker, 170.

Fink / Kurz, "Umweltdesaster DDR": <https://www.insm-oekonomenblog.de/22661-bitteres-aus-bitterfeld-das-umweltdesaster-der-ddr-und-seinelehren/>

Relatório da Fundação Federal para a Gestão da Herança da RDA: <https://deutsche-einheit-1990.de/ministerien/muner/verschmutzung/>

Idem.

Beleites, 163.

Knabe, "Klimakiller DDR".

Fink / Kurz, "Umweltdesaster DDR": <https://www.insm-oekonomenblog.de/22661-bitteres-aus-bitterfeld-das-umweltdesaster-der-ddr-und-seinelehren/>.

Idem.

Idem.

Idem.

Knabe, “Klimakiller DDR”.

Knabe, “Klimakiller DDR”.

Knabe, “Klimakiller DDR”.

Williams, “Environmentalists are Dead Wrong.”

Follett, “7 Enviro Predictions.”

Publicado em Portugal nos anos 70 pela editora Dom Quixote [Nota da edição].

McAfee, 59.

McAfee, 80.

Kreutzer / Land.

Hayek, *O Caminho para a Servidão*, 63.

Wall Street Journal, “World’s Dumbest Energy Policy”:

<https://www.wsj.com/articles/worlds-dumbest-energy-policy-11548807424>.

Gates, 96. Mortes por Terawatt/hora (TWh). Os valores aqui mostrados abrangem todo o processo de produção energética, desde a extração dos combustíveis até à sua transformação em eletricidade, bem como os problemas ambientais que provocam, como por exemplo a poluição atmosférica.

Graw, 184-185.

Gates, 94.

Gates, 209.

Ruprecht, Lüdecke, 58. Foram confirmados 15 895 óbitos e 2539 pessoas continuam desaparecidas, Cf. Graw, Grüne, 180.

Shellenberger, 205 ss.

Ruprecht / Lüdecke, 46 ss., 126.

Kerry Emanuel, citado in Shellenberger, 209.

Shellenberger, 220 ss.

Weimer, “Sogar Bill Gates...”

Gates, 96-97.

Neubauer, *Ökofimmel*.

Polleit, *Antikapitalist*, 48.

Polleit, *Antikapitalist*, 48.

Polleit, *Antikapitalist*, 49. Itálicos no original.

Polleit, *Antikapitalist*, 49 ss.

MITO 4



“O capitalismo provoca sucessivas crises económicas e financeiras”

Há séculos que os anticapitalistas têm antecipado a grande crise que haverá de provocar o colapso final e irreversível do capitalismo. Karl Marx acreditava ter descoberto várias “leis” económicas que levariam necessariamente à derrocada do capitalismo, entre elas a “tendência de queda da taxa de lucro” ou o empobrecimento do proletariado. Na sua principal obra, *O Capital*, Marx formula a ideia da seguinte forma: “Com o número continuamente decrescente de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens deste processo de transformação, cresce a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe operária, sempre a engrossar e ensinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo de produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que com ele e sob ele floresceu. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com o seu invólucro capitalista. Este é rompido. Soa a hora da propriedade privada capitalista... Mas a produção capitalista engendra com a necessidade de um processo natural a sua própria negação.”²¹⁵

Marx referiu-se a esta sua “lei” da tendência de queda da taxa de lucro

como, “a todos os níveis, a lei mais importante da economia política moderna, essencial para compreender as relações mais complicadas. É a lei mais importante desde um ponto de vista histórico.”²¹⁶ Escreveu estas frases nos seus *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie* [“Fundamentos para uma Crítica da Economia Política”] e acrescentou orgulhosamente: “É uma lei que, apesar da sua simplicidade, nunca foi compreendida nem, muito menos, conscientemente articulada.”²¹⁷ Desta lei, explica Marx, resulta o inevitável colapso do capitalismo, “em amargas contradições, crises, espasmos.”²¹⁸ Em *The Making of Marx’s ‘Capital’* [“A Elaboração de ‘O Capital’ de Marx”], uma obra tida em grande conta pelos marxistas, o economista Roman Rosdolsky refere-se a esta lei como o “prognóstico do colapso”.²¹⁹

Marx formulou o seu prognóstico em meados do século XIX. Mas o colapso, a última e grande crise do capitalismo, que ele e outros previram repetidamente, continua sem acontecer. As suas outras previsões, tais como a já mencionada “tendência de queda da taxa de lucro” enquanto prenúncio do colapso do capitalismo, ou o crescente empobrecimento dos trabalhadores, também se revelaram erradas – o que, no entanto, não impede os marxistas de continuarem a considerar correta a sua teoria, da qual decorrem necessariamente estas previsões.

Para os anticapitalistas, as crises económicas foram sempre, e acima de tudo, um motivo de esperança – de que o capitalismo ia finalmente desmoronar-se. Infelizmente para eles, as suas esperanças têm sido repetidamente frustradas. Em certo sentido, os anticapitalistas são um pouco como um culto do apocalipse, anunciando teimosamente novas datas para o fim do mundo quando as suas profecias anteriores ficam por cumprir e a vida prossegue com normalidade.

Na crise financeira de 2008 – à qual chegaremos mais adiante – os anticapitalistas acreditaram que o fim do capitalismo, há muito esperado, tinha finalmente chegado. Tendo o capitalismo sobrevivido a esta crise, foram obrigados a esperar e a depositar esperanças na crise do coronavírus de 2020. Ainda a pandemia de Covid-19 dava os primeiros passos e já os intelectuais de esquerda expressavam frequentemente as suas sábias

expectativas de, com a pandemia, alcançarem finalmente aquilo por que ansiaram durante a crise financeira de 2008, nomeadamente uma reorganização profunda da sociedade e a derrota final do capitalismo.²²⁰ William Davies, um sociólogo britânico, publicou um artigo no diário britânico de esquerda *The Guardian* com o título “The Last Global Crisis Didn’t Change the World. But This One Could” [“A Última Crise Global Não Mudou o Mundo. Mas Esta Talvez Mude”]: “São já visíveis algumas diferenças entre 2020 e as suas consequências e a crise dos anos 70. Primeiro, embora a sua transmissão tenha seguido as rotas do capitalismo global – viagens de negócios, turismo, comércio – a sua causa principal não está na economia. O grau de devastação que irá provocar deve-se a características bastante elementares do capitalismo global, mas que quase nenhum economista questiona – elevados níveis de conectividade internacional e dependência da maioria das pessoas do mercado de trabalho. Não se trata de características fundamentais de um determinado paradigma de política económica, como o foram as taxas de câmbio fixas e a contratação coletiva para o keynesianismo. São características do capitalismo enquanto tal... Serão necessários anos ou décadas para que o significado de 2020 seja plenamente compreendido. Mas podemos ter a certeza que, como crise autenticamente global que é, é também um ponto de viragem global. Haverá uma grande dose de sofrimento emocional, físico e financeiro no futuro imediato. Mas uma crise desta escala nunca será verdadeiramente ultrapassada enquanto muitos dos fundamentos da nossa vida social e económica não forem refeitos.”²²¹

De um ponto de vista económico, é perfeitamente óbvio que a crise desencadeada pela pandemia do coronavírus resultou de um choque exógeno que nada teve a ver com a estrutura do sistema económico capitalista. Desde a Idade da Pedra que a humanidade tem lutado contra as epidemias mais graves e severas – e embora a globalização tenha de facto permitido que o vírus da Covid-19 se espalhasse (mais) rapidamente, foi, em última análise, o capitalismo que levou ao rápido desenvolvimento e disponibilidade de equipamento, tratamentos e vacinas tão pouco tempo após o início da crise – desde máscaras de proteção e testes até às vacinas

desenvolvidas pelas detestadas “Grandes Farmacêuticas” [“*Big Pharma*”] capitalistas.

Na sua obra *Teoria do Desenvolvimento Económico*, de 1912, o economista austríaco Joseph Schumpeter dedicou um capítulo ao “Ciclo da Conjuntura”. O termo “crise”, segundo Schumpeter, engloba fenómenos bastante distintos, que mais não têm em comum “do que o elemento do qual partimos, a saber, que todas elas são acontecimentos que fazem parar o desenvolvimento económico que existia até aí.”²²² Opôs-se à “convicção popular e científica de que as crises são sempre o mesmo fenómeno.”²²³ Schumpeter estabeleceu a diferença entre duas categorias de crises: as que são “fenómenos puramente económicos,... [cuja] causas... podem entender-se através dos elementos explicativos proporcionados pelo estudo da economia” e “crises que não são fenómenos puramente económicos”.²²⁴ A primeira destas categorias, segundo Schumpeter, integra elementos ou incidentes regulares ou, até, necessários, pois “o comboio do desenvolvimento não segue continuamente o seu caminho”, mas sim com “solavancos” de “prosperidade e depressão”.²²⁵ Schumpeter teria considerado a crise desencadeada pela pandemia de coronavírus como integrando a segunda categoria, cujas causas se encontram “fora do domínio do puramente económico.”²²⁶

O capitalismo difere dos “estacionários” processos económicos anteriores, escreveu Schumpeter na sua obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, de 1942, pelo seu dinamismo: “O capitalismo é, por natureza, uma forma ou método de mudança económica e não só nunca está como nunca pode estar estacionário.”²²⁷ Proferiu a famosa afirmação de que o capitalismo “revoluciona incessantemente a estrutura económica *a partir de dentro*, destruindo incessantemente a antiga, criando incessantemente uma nova. O processo da *destruição criadora* é o facto essencial do capitalismo.”²²⁸ E acusou os economistas de olharem apenas para o problema de como o capitalismo administra as estruturas existentes, “enquanto o problema relevante é como é que ele as cria e as destrói.”²²⁹

Por isso, as crises são algo de positivo – como uma trovoadas que deixa o ar limpo. Numa crise, as empresas que não são capazes de uma boa gestão

afundam-se, e outras, mais inovadoras, com melhores produtos, melhores processos de produção, melhores estruturas de distribuição e custos mais baixos, substituem-nas.

Schumpeter faz notar que, numa fase de expansão, muitos empresários incompetentes conseguem obter lucros de curto prazo e erros e comportamentos incorretos são comuns. Um dos elementos de uma crise, escreveu ele, é “que tudo o que é inconsistente, seja porque razão for, vem ao de cima quando os preços caem e o crédito deixa de se expandir devido à quebra da procura”.²³⁰ No seu trabalho *Der moderne Kapitalismus*

[“O Capitalismo Moderno”], de 1927, o sociólogo e economista alemão Werner Sombart observou que períodos de declínio serão porventura essenciais ao desenvolvimento da economia capitalista: um “processo de seleção” filtra empresários e empresas – as empresas fracas desaparecem e as fortes sobrevivem.²³¹ “Assim, bênção após bênção é derramada sobre o capitalismo, graças à existência e ao progresso da economia em expansão.”²³² Quanto à questão de saber como surgem as crises económicas no capitalismo, existem hoje em dia tantas teorias como teóricos – e não temos aqui espaço para as apresentar a todas. Porém, gostaria de pelo menos distinguir entre duas classes de crises: as que resultam de ciclos económicos normais e as que têm as suas raízes em fraquezas estruturais – sobretudo no que respeita à relação entre o Estado e a economia.

O problema que hoje mais nos aflige é o desta segunda classe de crises. Por princípio, as sociedades de livre-mercado tendem, com o correr do tempo, a contrair o mercado e a expandir o papel do Estado na vida económica. Uma razão – para além da defesa de interesses instalados e das esperanças de políticos em conseguirem mais votos ao fazerem grandes promessas sociais – são as inevitáveis ondas e crises cíclicas do capitalismo, às quais os governos frequentemente respondem com programas de estímulo, novas regulamentações e uma expansão generalizada da ação governamental.

As crises fazem tanto parte da vida económica como as debilidades físicas e as doenças fazem da própria vida – humana, animal e vegetal. No caso da maioria das doenças de que as pessoas sofrem ao longo das suas

vidas, os sistemas de defesa e os poderes de regeneração dos seus organismos garantem-lhes a recuperação. Mesmo que nada façamos perante uma constipação, a não ser descansar durante uns dias, voltamos a ficar bem. As crises capitalistas fortalecem a economia a médio e longo prazo, porque as empresas improdutivas são varridas do mercado. As crises têm uma função positiva, de limpeza, mesmo que os seus efeitos imediatos sejam desagradáveis para as empresas e empregados mais duramente atingidos.

Porém, tal como muitas pessoas haveriam de achar incompetente o médico que as mandasse voltar para casa sem uma receita e apenas com o conselho de uns dias de cama para curar uma constipação vulgar, também os eleitores haveriam de duvidar da competência de um político que lhes dissesse: “Vamos esperar até a crise passar. A longo prazo as coisas ficarão muito melhores, mesmo que algumas grandes empresas vão à falência durante a crise.” A oposição denunciaria um tal político como insensível ou incompetente, e a maioria das pessoas provavelmente concordaria.

E a analogia pode estender-se ainda mais um pouco: algumas pessoas descreverão um médico que prescreve antibióticos para uma constipação, antipiréticos para a febre, ou medicamentos para a tosse como um bom médico, porque os tratamentos as ajudam. Não se dão conta de que esta “ajuda” médica de curto prazo está frequentemente associada a efeitos secundários indesejáveis, a um processo de cura mais lento ou ainda

a complicações mais graves a longo prazo. A febre e a tosse são as respostas naturais do organismo no combate que trava contra a infeção. Embora existam – como é óbvio – situações em que a medicação é necessária, muitas vezes o melhor é não fazer nada. Isto porque quem suprime as respostas naturais do seu organismo para se sentir melhor está a atrasar o processo de autocura. Se tomar antibióticos sempre que tiver tosse ou espirrar em vez de confiar nos poderes autocurativos do seu corpo, arrisca-

-se não só a sofrer uma série de efeitos secundários indesejáveis, como também a acelerar o crescimento da resistência aos antibióticos.

A maioria das pessoas interiorizou a convicção de que tomar medidas é

quase sempre melhor do que “não fazer nada”, não só no que toca aos cuidados de saúde, mas também na política e nos negócios. Muitos doentes não compreendem que uma inação consciente pode muitas vezes ser melhor do que uma resistência ativa. E é também improvável que a maioria dos cidadãos compreenda que, em crises económicas normais, esperar e confiar nos poderes autocurativos do sistema seja muitas vezes o melhor remédio – pelo menos melhor do que programas de estímulo económico, intervenção governamental e impressão de moeda, medidas que podem ajudar no curto prazo, mas que provocarão, em primeiro lugar, efeitos secundários indesejáveis; em segundo, atraso na recuperação económica por um tempo desnecessariamente longo; e, em terceiro, enfraquecimento do crescimento económico a longo prazo.

Para Schumpeter, qualquer estímulo artificial da economia para mitigar uma crise, mesmo com a melhor das intenções morais, só iria piorar as coisas, porque impediria a crise de corrigir os desajustes, criando assim novos desajustes. E realçava “que a recuperação só é eficaz se se gerar a si própria.”²³³

O economista americano Thomas J. DiLorenzo compara o modo como o governo americano do Presidente Martin Van Buren lidou com a depressão de 1837 com a resposta do Presidente Franklin D. Roosevelt à Grande Depressão de 1929. Van Buren prosseguiu uma política de inequívoco *laissez-faire* e resistiu a todas as propostas de ação e intervencionismo governamentais diretos, o que resultou num fim muito rápido da crise.²³⁴ Em contrapartida, Franklin D. Roosevelt lançou o seu “New Deal”, assente numa vasta série de programas governamentais, e adotou uma política anticapitalista e intervencionista. Ao contrário do mito difundido pelos anticapitalistas de que o “New Deal” acabou com a crise, o que as políticas de Roosevelt fizeram foi prolongá-la. O desemprego, que se tinha ficado pelos 3,2% em 1929, disparou para os 14,6% em 1940. A taxa média de desemprego entre 1933 e 1940 foi de 17,7%.²³⁵ O PIB *per capita* nos Estados Unidos tinha sido de 857 dólares em 1929, mas estava pouco acima desse nível onze anos mais tarde, em 1940, ano em que foi de 916 dólares. A despesa de consumo privado, que tinha totalizado 78,9 mil milhões de

dólares em 1929, caiu para 71,9 mil milhões de dólares em 1940.²³⁶

O Japão, ao tentar sobreviver à crise resultante do rebentamento das suas bolhas bolsistas e do imobiliário em 1990, oferece outro triste exemplo de como a intervenção governamental pode ser prejudicial. Em vez de confiar nos poderes autocurativos do mercado e promover reformas de livre-mercado, o Japão tentou aliviar a “dor” causada pela crise com aumentos sucessivos da sua dívida pública. Em 2020, esta ascendia a uns incríveis 266% do PIB, superior às dívidas nacionais da Grécia (200%), da Itália (155%) e dos Estados Unidos (131%). Não deixa de ser significativo que, de 1980 a 2003, a despesa com apoio social, ajustada à inflação, tenha crescido a uma taxa anual de 4,37%, mais depressa do que em qualquer país comparável (EUA 2,84%, Alemanha 1,94%).²³⁷

Ainda que seja melhor os políticos ficarem quietos quando os ciclos económicos invertem e as bolhas especulativas rebentam, essa receita não é adequada no caso de crises com causas estruturais profundas. Perante tais crises estruturais, os políticos devem de facto agir, pois também não se pode esperar que doenças ou lesões graves se venham a curar por si próprias. No meu livro *The Power of Capitalism*, mostrei como Margaret Thatcher e Ronald Reagan resgataram os seus países de crises profundas nos anos 80. Fizeram-no não pela via do recurso a programas sociais e a aumentos de impostos, mas abrindo mais espaço para as forças de mercado, através de medidas decisivas como privatizações, cortes de impostos e desregulamentação.

A uma escala menor, este tipo de reformas foi posto em prática na Suécia nos anos 90 para inverter o excesso de tributação e regulamentação deixado pelos governos anteriores. Esta abordagem relançou a Suécia na via do crescimento. O mesmo vale para muitos outros países onde as reformas capitalistas resultaram em mais crescimento e prosperidade. Também na Alemanha, as reformas de livre-mercado iniciadas por Gerhard Schröder no início do milénio ajudaram a economia a recuperar e conduziram a um desemprego cada vez mais baixo.

Infelizmente, reformas capitalistas são muito raras. É mais fácil ganhar eleições com promessas de apoio social e programas de redistribuição do

que com o anúncio de reformas de liberalização do mercado, que as mais das vezes implicam cortes nas despesas sociais.

Do ponto de vista da maioria dos políticos, não há limite à expansão do Estado Social, porque, qualquer que seja o nível que atinja, depressa é considerado insuficiente. Os políticos estão sempre a descobrir novas “injustiças” (i.e., desigualdades) que, segundo afirmam, só podem ser corrigidas através de redistribuição ou de mais empréstimos. Fazem-no com o fito de, nas eleições seguintes, os beneficiários de tais “medidas generosas” se lembrarem de quem foram os políticos que lutaram por elas. Mas a vantagem para quem recebe esses apoios sociais do Governo é mais do que questionável.

O capitalismo até chega a ser acusado por crises que, manifestamente, nada têm nada a ver com o capitalismo. E isso aplica-se tanto à crise do coronavírus como à crise financeira global de 2008, que atingiu o seu auge com a falência do Lehman Brothers. No meu livro *The Power of Capitalism* dediquei um capítulo inteiro a esta crise – aqui apresentarei uma análise resumida.

O banco central dos EUA, a Reserva Federal – ou Fed, abreviadamente – tinha cortado drasticamente as taxas de juro após o estouro da bolha das “Dot Com” em 2000. Esta resposta pode ter aliviado a dor de uma crise, mas também desencadeou uma nova bolha, desta vez no setor imobiliário. A nova bolha imobiliária não se desenvolveu uniformemente por todos os Estados Unidos – tornou-se um problema sobretudo nos Estados que tinham condicionado o mercado imobiliário através de pesadas regulamentações da edificação urbana. Muito antes de ter rebentado a bolha dos preços das casas americanas, já vários economistas previdentes tinham alertado para a relação entre as baixas taxas de juro e o aumento dos preços das casas. William R. White, um apologista da escola austríaca da economia orientada para o mercado, advertiu em agosto de 2003 que “o comportamento invulgarmente pujante dos preços das casas na atual fase de abrandamento económico pode muito bem estar relacionado com a substancial flexibilização monetária empreendida pelos bancos centrais... [que] incentivou um incremento do endividamento das famílias em vários países,

aumentando o risco de sobrealavancagem dos balanços, sobretudo se os preços das casas começarem a baixar.”²³⁸

É interessante notar como um destacado economista americano mais favorável a intervenções ativas no mercado do que White encarou o problema. Paul Krugman, vencedor do Prémio Nobel em 2009, *recomendou* à Fed precisamente a estratégia contra a qual White tinha alertado: “Para combater a recessão, a Fed precisa de algo mais do que de uma “retoma”; precisa de uma alta na despesa das famílias, para compensar o investimento empresarial moribundo. E para isso, como Paul McCulley da Pimco disse, Alan Greenspan [à época Presidente da Fed] precisa de criar uma bolha do imobiliário para substituir a bolha do Nasdaq.”²³⁹ Uma das causas da bolha dos preços do imobiliário foi o facto de os bancos terem começado a conceder um número crescente de empréstimos garantidos por hipotecas a devedores que manifestamente nunca viriam a ser capazes de reembolsar os seus empréstimos. Na verdade, empréstimos para minorias provenientes de sectores sociais com baixos rendimentos eram justamente o que os políticos queriam, incluindo o Presidente Bill Clinton. Esses empréstimos foram promovidos pela legislação e garantidos por companhias hipotecárias semipúblicas como a Freddie Mac e a Fannie Mae. Os bancos em toda a América corriam efetivo risco de serem processados por discriminação, caso não cumprissem certas quotas de empréstimos às minorias.

Na sua autobiografia, Alan Greenspan, admitiu que tais políticas de crédito tinham aumentado o nível de risco financeiro. “Na altura pensava, e ainda penso, que os benefícios de haver mais famílias a habitar em casa própria compensavam os riscos.”²⁴⁰ Não foram os “mercados com rédea solta” que causaram a crise das hipotecas de alto risco – *subprime* –, mas sim as quotas governamentais com fins políticos e sociais, auxiliadas pelas baixas taxas de juro da Reserva Federal.

Os empréstimos *subprime* foram titularizados como obrigações de dívida com garantia (CDOs) e vendidos aos investidores, incluindo bancos estatais na Alemanha (os americanos até se referiam ao “estúpido dinheiro alemão”). Assim que os preços das casas começaram a cair, o valor destas CDOs entrou em colapso, dado muitos dos devedores já não conseguirem

pagar os seus empréstimos. Isto causou sérios problemas aos bancos, às companhias de seguros e aos fundos de investimento, e levou a uma reação em cadeia que culminou no colapso do Lehman Brothers em setembro de 2008.

Como acima referido, as companhias Fannie Mae e Freddie Mac tiveram um importante papel nestes acontecimentos. A Federal National Mortgage Association (FNMA) [em português, Associação Federal de Crédito Hipotecário] foi fundada em 1938 e formalmente “privatizada” em 1968. Nessa altura, a companhia foi rebatizada como Fannie Mae, a partir da abreviatura FNMA. Graças a privilégios regulamentares e benefícios fiscais, a companhia manteve o seu estatuto de empresa patrocinada pelo Governo, mesmo depois de ter sido formalmente privatizada. A sua parceira, Freddie Mac (Federal Home Loan Mortgage Corporation) [em português, Companhia Federal de Empréstimos Hipotecários], adquire empréstimos hipotecários aos bancos e reestrutura-os para o mercado financeiro como títulos garantidos por hipoteca.

As duas companhias dispunham de uma linha de crédito extremamente alargada e barata junto do Tesouro dos Estados Unidos. Como eram garantidas pelo Estado, as suas obrigações de refinanciamento eram tratadas como “títulos do Estado”, com taxas de juro baixas semelhantes às da dívida pública. Em 2008-2009, ambas as companhias hipotecárias tiveram de acionar esta garantia estatal.

Fannie Mae e Freddie Mac eram as maiores companhias hipotecárias do mundo e garantiam a maior fatia dos empréstimos hipotecários dos EUA. Sem elas, a rápida expansão dos empréstimos *subprime* – ou seja, empréstimos hipotecários de risco a compradores de casa com baixo rendimento – nunca teria sido possível. Ambas tinham uma relação próxima com a Countryside, um fornecedor de serviços financeiros conhecido pelas suas atividades com *subprime* e que, no seu auge, chegou a ter 60.000 empregados e 90 sucursais, sendo o maior vendedor de hipotecas à Fannie Mae. Na altura, quem estava por dentro dos meandros do setor imobiliário brincava dizendo que a Countryside era, de facto, uma subsidiária da Fannie Mae.²⁴¹

As duas empresas hipotecárias quase-estatais desempenharam um papel importante na implementação dos requisitos governamentais para empréstimos politicamente corretos. Já em setembro de 1999, o *The New York Times* relatava que a Fannie Mae tinha flexibilizado os requisitos para os empréstimos que comprava, tornando assim possível “estender os empréstimos à habitação a pessoas cujas garantias de crédito não eram de um modo geral suficientes para lhes permitirem aceder a empréstimos convencionais”. A Fannie Mae estaria “sob pressão crescente da administração Clinton para expandir os empréstimos hipotecários a pessoas com rendimentos baixos e médios”. Um dos objetivos da política da administração Clinton era o de “aumentar o número de proprietários oriundos de minorias e de sectores com baixos rendimentos, que [tendiam] a ter piores avaliações de crédito do que os brancos não-hispânicos”. Já nessa altura, o *The New York Times* apontou os riscos consideráveis que isto implicaria, especialmente durante uma recessão económica.²⁴²

Em 1996, o Departamento de Habitação e de Desenvolvimento Urbano exigiu que 12% de todas as hipotecas adquiridas pela Fannie e pela Freddie fossem empréstimos “particularmente acessíveis”, tipicamente concedidos a adquirentes com rendimentos muito baixos. Esta percentagem subiu para 20% em 2000 e, novamente, para 22% em 2005. O objetivo para 2008 teria sido de 28%. As duas empresas patrocinadas pelo Governo aplicaram estes requisitos. A Fannie Mae comprou 1,2 mil milhões de dólares de empréstimos *subprime* em 2000, 9,2 mil milhões de dólares em 2001 e 15 mil milhões em 2002. Em 2004, Fannie Mae e Freddie Mac juntas já tinham gastado 175 mil milhões de dólares em empréstimos *subprime*.²⁴³ Em 2008, Paul Krugman defendeu as duas companhias contra os seus críticos e salientou que nunca tinham efetivamente concedido um único empréstimo *subprime*.²⁴⁴ É verdade que a concessão propriamente dita de empréstimos hipotecários não era um serviço que qualquer das companhias prestasse. No entanto, sem elas, a crise imobiliária nunca teria ocorrido, pois foram elas, de longe, os maiores e mais imprudentes compradores de empréstimos *subprime*. Mais de 40% dos empréstimos hipotecários que as duas companhias adquiriram entre 2005 e 2007 eram empréstimos *subprime*, ou

os chamados empréstimos Alt-A, o que não passava de um rótulo mais bonito para os empréstimos *subprime*.²⁴⁵

Assim que os preços das casas começassem a cair, todos os cálculos estatísticos em que assentava o valor das CDOs e dos títulos garantidos por hipoteca deixariam de valer o papel em que estivessem impressos. E foi exatamente isto que aconteceu nos anos seguintes: o Índice de Preços de Habitação Case-Shiller para 20 regiões nos EUA caiu 35% entre julho de 2006 e fevereiro de 2012. Em São Francisco, o preço das casas caiu 46%, em Tampa 48%, em Detroit 49% e em Miami 51%. Quando ajustadas à inflação, as quedas foram ainda mais acentuadas.

Muitos compradores que tinham comprado as casas no auge da bolha ficaram sem elas e sem todo o capital que nelas tinham investido. O valor de mercado de muitas das casas chegou frequentemente a ser menor do que o montante ainda em dívida, pelo que os proprietários que não conseguiam reforçar a garantia viam a sua casa ser penhorada pelos bancos.

Foi isto que desencadeou a Crise Financeira Global de 2008. O valor dos empréstimos imobiliários titularizados, aos quais as agências de rating tinham atribuído tão boas notações, colapsou porque os preços das casas caíram e muitos dos devedores já não conseguiam pagar os seus empréstimos. Isto causou sérias dificuldades aos bancos, às companhias de seguros e aos fundos de investimento, e levou a uma reação em cadeia que culminou no colapso do Lehman Brothers em setembro de 2008.

Os anticapitalistas afirmam que a crise financeira resultou de uma desregulamentação excessiva. Fazem um retrato da indústria financeira como se ela tivesse representado um “mercado livre”, com pouca regulamentação. Se tal fosse o caso, como é que Yaron Brook e Don Watkins identificaram oito autoridades reguladoras diferentes?

- U.S. Securities and Exchange Commission (SEC) [Comissão de Mercado e de Valores Mobiliários]
- Financial Industry Regulatory Authority (FINRA) [Autoridade Reguladora da Indústria Financeira]
- Commodity Futures Trading Commission (CFTC) [Comissão do

Mercado de Futuros]

- Federal Reserve (Fed) [Reserva Federal]
- Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) [Companhia Federal de Garantia de Depósitos]
- Office of the Comptroller of the Currency (OCC) [Gabinete do Supervisor da Moeda]
- National Credit Union Administration (NCUA) [Administração Nacional de Cooperativas de Crédito]
- Office of Thrift Supervision (OTS) [Gabinete de Supervisão da Poupança]

Brook e Watkins comentam: “Se quiser dar uma volta pelo inferno, passe algum tempo a desfolhar o espesso mar de regulamentos emitidos por estas agências. Se é isto um mercado livre, como é que será um regulamentado?”²⁴⁶ No seu livro, incluem uma tabela de 28 medidas diferentes destinadas a regulamentar ou desregulamentar a indústria financeira entre 1980 e 2009, os anos em que é suposto ter havido uma desregulamentação desenfreada da indústria financeira dos EUA. Das 28 medidas, apenas cinco reduziram a burocracia; as restantes 23 acrescentaram regulamentos.²⁴⁷

De facto, não havia nada que se parecesse a um capitalismo *laissez-faire* nos mercados financeiros. Imediatamente antes da crise financeira, 12 190 pessoas trabalhavam a tempo inteiro na regulação do mercado financeiro, só em Washington, D.C. – cinco vezes mais do que em 1960. Além disso, as despesas anuais dos EUA com agências federais encarregadas da regulação do mercado financeiro haviam aumentado de 725 milhões de dólares para 2,3 mil milhões de dólares ajustados à inflação desde a década de 1980, que é quando se diz que a fase do *laissez-faire* terá começado.²⁴⁸

Até os economistas britânicos Paul Collier e John Kay, que erradamente argumentam que o “fundamentalismo de mercado” passou a dominar a política económica nas sociedades ocidentais nas últimas décadas,²⁴⁹ são obrigados a admitir: “Aqueles para quem a culpa da crise financeira é da desregulamentação não se dão conta de que existe hoje, e existia em 2008,

muito mais regulação financeira do que alguma vez existiu: o Estado estava cada vez mais ativo, embora cada vez menos eficaz.”²⁵⁰

Em lado nenhum existem menos princípios económicos de livre-mercado do que no mundo financeiro, e nenhum outro setor é tão fortemente regulamentado e supervisionado pelo Estado, com a possível exceção da indústria da saúde. O facto de precisamente as duas áreas da economia que são mais estritamente reguladas pelo Estado serem as mais instáveis deveria levar os críticos do capitalismo a parar para pensar. É claro que são necessárias regulamentações em ambas as áreas. Mas o slogan “quanto mais regulamentação, melhor” está manifestamente errado. O oposto é que é verdade. Numa análise detalhada, o economista americano Richard Bookstaber conclui que o aumento da regulamentação tem exacerbado os problemas no mercado financeiro.

“Tentativas... de acrescentar elementos de segurança, de criar mais camadas de regulamentos e de salvaguardas, só irão aumentar a complexidade do sistema e tornar mais frequentes os acidentes.”²⁵¹ É muito frequente as regulações criarem precisamente o efeito oposto ao pretendido, o que constitui um problema muitas vezes negligenciado quando se discute a generalidade das intervenções governamentais. É por isso que não devemos sobrestimar os efeitos positivos da intervenção regulamentar e subestimar o problema dos efeitos secundários indesejáveis.

Em *The Power of Capitalism*, escrevi: “Um diagnóstico errado das causas da crise financeira leva a que as terapias propostas sejam também erradas. A crise financeira foi provocada por taxas de juro excessivamente baixas, intervenções excessivas no mercado e sobre-endividamento. Acreditamos mesmo que a terapia certa envolve taxas de juro ainda mais baixas, intervenções no mercado ainda mais fortes e ainda mais endividamento? Estas medidas podem ter um impacto a curto prazo, mas os mercados estão a ficar cada vez mais dependentes de taxas de juro baixas. Tais taxas de juro baixas nada fazem para resolver os problemas subjacentes – apenas os empurram com a barriga e lhes mascaram os sintomas.”²⁵²

O maior problema dos nossos dias não é que o capitalismo cause crises, mas sim a forma como o Estado e os bancos centrais lidam com elas. “Cada

crise, recessão ou depressão”, escreve o economista alemão e pensador libertário Roland Baader, “apenas se torna mais prolongada e exacerbada quando os bancos centrais, agindo segundo os princípios de uma economia planificada, tentam combatê-la com os mesmos meios com que provocaram a catástrofe, nomeadamente com taxas de juro ainda mais baixas e uma oferta ainda maior de dinheiro e crédito. Isto impede a correção de desequilíbrios na estrutura de produção, acrescentando-lhe outros ainda maiores.”²⁵³

Algumas crises são desencadeadas por intervenções de políticos e bancos centrais; outras são agravadas pelas suas ações. No fundo, isto acaba por ser um problema do Estado Social, que promete constantemente aos seus cidadãos que os protegerá de todos os riscos. No momento em que o Governo se declara responsável por todos os aspetos do bem-estar dos seus cidadãos, incluindo o seu bem-estar financeiro, coloca-se na situação de ter de agir em cada crise, suprimindo o mais possível todo e qualquer sintoma. Pseudossoluções de curto prazo podem ser racionais do ponto de vista de um político que quer ser reeleito, mas normalmente agravam os problemas a longo prazo. E este é um jogo que não vai poder ser indefinidamente jogado. Quando deixar de funcionar, podemos ter a certeza de que os políticos e grande parte dos *media* procurarão culpar o capitalismo e os grupos que sempre foram os bodes expiatórios mais populares, a saber, os “ricos”, os “banqueiros gananciosos” e os “gestores com ordenados chorudos”. Uma crise que é essencialmente causada pela intervenção do governo e dos bancos centrais é assim reinterpretada, para a opinião pública, como uma crise do capitalismo.

Tudo visto, só se pode chegar a uma conclusão: Sim, as crises sob a forma de crescimento económico temporariamente negativo – acompanhado de um aumento temporário do desemprego – fazem parte integrante do capitalismo. Estas crises podem ser desencadeadas por fatores puramente relacionados com o mercado ou por “choques exógenos”, como sejam catástrofes naturais, epidemias, guerras ou intervenções políticas,²⁵⁴ que pouco ou nada têm a ver com a estrutura ou com o sistema da economia de livre-mercado.

A grande maioria das crises são simplesmente características do fluxo e refluxo regular das ondas económicas, ou seja, intensificações e abrandamentos cíclicos do crescimento económico, que se desvanecem após alguns meses ou um ano. Para além disso, é indiscutível que muitas das crises que ocorreram nos últimos cerca de 120 anos foram desencadeadas, ou pelo menos consideravelmente agravadas e prolongadas, pelo intervencionismo populista dos líderes políticos.

Marx, *O Capital*, Livro Primeiro, Tomo III, 861-862.

Marx, *Grundrisse*, 748.

Marx, *Grundrisse*, 748.

Marx, *Grundrisse*, 749.

Rosdolsky, 382.

Zitelmann, “Left-Wing Intellectuals,”
<https://www.forbes.com/sites/rainerzitelmann/2020/03/30/left-wing-intellectuals-are-thrilled-corona-and-dreams-of-the-end-of-capitalism/?sh=678ad2fe7420>.

Davies, “The Last Global Crisis.”

Schumpeter, *Teoria*, 468.

Schumpeter, *Teoria*, 470.

Schumpeter, *Teoria*, 472-473.

Schumpeter, *Teoria*, 480.

Schumpeter, *Teoria*, 469.

Schumpeter, *Capitalismo*, 121.

Schumpeter, *Capitalismo*, 122. Itálicos no original.

Schumpeter, *Capitalismo*, 123.

Schumpeter, citado em Hagemann, 444.

Sombart, *Der moderne*, III.2., 585.

Sombart, *Der moderne*, III.2., 586.

Schumpeter, citado em Hagemann, 444. Hagemann acrescenta, no entanto, que Schumpeter relativizou parcialmente esta tese no seguimento da Grande Depressão.

DiLorenzo, 156 ss.

DiLorenzo, 181.

DiLorenzo, 183.

Voegeli, 47.

White, citado em Tempelman, 5.

Krugman, citado em Ravier / Lewin, 57.

Greenspan, 256. A tese de Greenspan é absurda. O índice de habitação própria não é um indicador de prosperidade, como Greenspan então afirmava, e muitos decisores políticos hoje acreditam ou afirmam. O índice de habitação-própria é quase consistentemente muito mais elevado nos países pobres do que nos países ricos. A próspera Suíça tem um dos índices mais baixos do mundo, com 41

por cento, que comparam, por exemplo, com 88 por cento no Nepal e 96 por cento na Roménia.

Norberg, *Financial Fiasco*, 30.

Woods, *Meltdown*, 15.

Norberg, *Financial Fiasco*, 33.

Norberg, *Financial Fiasco*, 41.

Norberg, *Financial Fiasco*, 42.

Brook / Watkins, 53.

Brook / Watkins, 54–55.

Norberg, *Financial Fiasco*, 132.

Collier / Kay, 14.

Collier / Kay, 69.

Bookstaber, 257.

Zitelmann, *The Power of Capitalism*, 146.

Baader, *Geldsozialismus*, 94.

Considere-se, por exemplo, as duas crises petrolíferas dos anos 70, ambas desencadeadas pela então poderosa Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O preço do petróleo, ajustado à inflação, aumentou cerca de 1000% em menos de dez anos em resultado destas políticas, precipitando graves recessões em muitos países, incluindo países em desenvolvimento, e causando um aumento acentuado do desemprego e da inflação.

MITO 5



“O capitalismo é dominado pelos ricos; são eles que ditam a agenda política”

“Os verdadeiros governantes do mundo” são os super-ricos, escreve o sociólogo suíço Jean Ziegler, no seu livro de 2018 *Was ist so schlimm am Kapitalismus?* [*“O que é que há assim de tão mau no Capitalismo?”*]. “Esse pequeno grupo de homens e mulheres de diferentes nacionalidades, religiões, origens, mas semelhantes na energia, na ganância, no desprezo pelos fracos, na indiferença pelo bem comum, na cegueira quanto ao destino do planeta e das pessoas que nele vivem.”²⁵⁵ Os super-ricos são, segundo Ziegler, “monstros frios”²⁵⁶, “oligarcas do capital financeiro globalizado” que se tornaram “o verdadeiro governo mundial”.²⁵⁷ Mas muito poucos se dão conta desta verdade chocante, porque “um punhado de multimilionários controla a maior parte dos *media*... Eles garantem que nenhuma informação demasiado chocante sobre as vítimas da sua ordem mundial canibal passa para a consciência coletiva.”²⁵⁸

Todos os dias os meios de comunicação publicam artigos e reportagens sobre poderosos grupos de pressão que influenciam a política ou chegam até a dizer aos Governos a legislação que devem aprovar. Hollywood retrata recorrentemente a batalha entre os inconformistas (os bons), que descobrem conspirações sinistras iniciadas por capitalistas poderosos (os maus), os

quais, na maioria das vezes, são quem puxa os cordelinhos de políticos corruptos, as suas marionetas. Nas campanhas eleitorais americanas, tem larga aceitação a tese de que, se alguém quiser ser presidente, só terá sucesso se conseguir angariar centenas de milhões de dólares em donativos – de Wall Street, de poderosas empresas farmacêuticas e de defesa, do lóbi das armas e dos grandes sindicatos e outros grupos de interesses. Na cabeça dos teóricos da conspiração de direita, a política é controlada por multimilionários (de esquerda) como George Soros; já do ponto de vista dos teóricos da conspiração de esquerda, os cordelinhos são puxados por multimilionários libertários, como os irmãos Koch. Até os *media* estão nos bolsos de um punhado de multimilionários. Veja-se o caso do *The Washington Post*, por exemplo, que pertence a um dos homens mais ricos do mundo, o fundador da Amazon, Jeff Bezos, desde 2013. Face a tão esmagadoras provas, parece já não poder haver qualquer dúvida: O dinheiro manda!

E não é tudo: Os críticos da “desigualdade social” afirmam que o problema está a agravar-se; que, com o aumento da desigualdade, a influência exercida pelos ricos na política está a aumentar. Há dez anos atrás, o economista Paul Krugman escreveu no *The New York Times* que vivemos numa “sociedade em que o dinheiro está cada vez mais concentrado nas mãos de alguns, e onde essa concentração de rendimento e riqueza ameaça transformar-nos numa democracia apenas de nome”.²⁵⁹ E o seu colega Joseph Stiglitz, também Prémio Nobel da Economia, afirmou, na sua coleção de ensaios de 2015, *O Fim da Desigualdade*, que a política está “cada vez mais representativa dos interesses do 1 por cento”.²⁶⁰ Noam Chomsky, porventura o mais popular crítico do capitalismo nos EUA, escreve que “a verdadeira concentração de poder está numa fração de 1 por cento” da população: “Os muito ricos obtêm exatamente o que pretendem porque são basicamente eles que mandam.”²⁶¹

Gostaria de contrariar este entendimento dominante com três teses, que ilustrarei com alguns exemplos:

1. Os ricos exercem de facto influência política, mas estão longe de ser

tão poderosos como os meios de comunicação social, os filmes de Hollywood e alguns académicos com preconceitos anticapitalistas nos querem fazer crer.

2. Os ricos ajudarem a moldar a agenda política, por exemplo através do lóbi, é não só legítimo numa democracia pluralista, como importante. E não é invulgar que leis que são do interesse dos ricos beneficiem também os membros mais fracos da sociedade (por exemplo, cortes de impostos e desregulamentação).
3. Quem quer que acredite que os lobistas ricos, na prossecução dos seus próprios interesses, exercem demasiada influência sobre a política, deve certamente defender *menos* e não *mais* Estado, ou seja, mais capitalismo. Afinal, quanto mais o Estado intervém na economia (através de subsídios e excesso de regulamentação), maior é a influência que os lobistas podem exercer.

Se os ricos fossem assim tão onnipotentes e estivessem a reforçar cada vez mais a sua influência sobre o poder, seria de esperar que estivessem muito satisfeitos com os recentes desenvolvimentos políticos. No entanto, pelo menos na Alemanha, esse não é, de todo, o caso (mais adiante centrar-me-ei nos Estados Unidos). Em 2013/2014, alguns investigadores conduziram um total de 160 entrevistas detalhadas (60-90 minutos) com os principais membros da comunidade empresarial alemã.²⁶² Os investigadores depararam-se, entre a elite empresarial, com uma atitude francamente negativa em relação à política: “O tom dominante é pessimista. Hoje, [a Alemanha] ainda está bem – em grande medida também graças ao papel das empresas enquanto motores da sociedade – mas, se não forem tomadas contramedidas a breve trecho, corre-se o risco de desperdiçar este estado de coisas, em resultado de medidas adiadas ou simplesmente erradas... Falsidade, incompetência, egoísmo – são algumas das acusações e comentários depreciativos frequentemente ouvidos no seio da elite empresarial alemã a respeito dos principais políticos.”²⁶³ Vários empresários e gestores chegaram a referir-se aos líderes políticos do País como “um punhado de tagarelas, ignorantes chapados e egoístas que estão a arruinar o

País.”²⁶⁴ Os investigadores – com inclinações de esquerda – ficaram tão chocados com o que ouviram que sugeriram que alguns membros da elite empresarial estavam a precisar de uma “formação política aprofundada”.²⁶⁵

No início de abril de 2021, um dos gestores mais influentes da Alemanha deu uma entrevista que causou grande reboço. Wolfgang Reitzle, presidente da Linde, uma das empresas mais valiosas da Alemanha, disse: “Após quase 16 anos de Merkel, a Alemanha encontra-se, em muitos aspetos, em situação precária. Há deficiências em quase todo o lado: a nossa burocracia ficou presa na era do fax, há um atraso na digitalização, um vazio na Internet de alta velocidade, enormes deficiências nas infraestruturas e escolas em dificuldades. E estes são apenas alguns exemplos de falhas que são vergonhosas para uma nação industrial de topo.”²⁶⁶

Com os seus comentários, Reitzle tocou em questões que são importantes não só para a economia, mas para a sociedade em geral, e que há muito são negligenciadas pela elite política alemã. Nos países do mundo Ocidental, as despesas sociais dispararam nas últimas décadas, ao passo que muito pouco tem sido gasto em infraestruturas e educação. Se são as “grandes empresas” quem define a agenda política, então as prioridades políticas deveriam ser com certeza muito diferentes. A exasperação da elite empresarial para com a política e os políticos é compreensível.

Durante 15 anos beneficiei de uma perspetiva privilegiada porque fui o proprietário da principal consultora de relações públicas da indústria imobiliária alemã. Entre os nossos clientes contavam-se duas das principais associações (“lobistas”) da indústria imobiliária alemã, a Immobilienverband Deutschland (que aconselhámos durante 14 anos) e o Comité Central do Imobiliário – ZIA (que aconselhámos durante oito anos). Ao longo destes 15 anos, nunca tive a impressão, mínima que fosse, de que empresas poderosas estivessem a dominar a agenda política do Governo.

Muito pelo contrário. As empresas e associações imobiliárias estavam constantemente a defender-se dos políticos, que cada vez mais lhes dificultavam a vida. O trabalho dos “lobistas” da indústria não era o de promoverem uma agenda focada nos negócios, mas sim o de lutarem para

evitar que o pior acontecesse. Até onde pude observar diretamente o funcionamento da política, as associações não exerciam grande influência. Longe disso. Infelizmente, eram mais as vezes em que não conseguiam que o Governo aprovasse as suas propostas. Por exemplo, as associações estavam constantemente a avançar com propostas para a melhoria e simplificação do regime jurídico da edificação, mas aconteceu o contrário – existem neste momento 25.000 (!) regulações diferentes no direito imobiliário alemão.

É claro que as associações anunciam orgulhosamente cada uma das suas pequenas vitórias. Há aqui uma peculiar convergência de interesses: os críticos do capitalismo adoram pintar os lobistas empresariais como sendo todo-poderosos e os grupos lobistas têm interesse em se apresentarem como sendo mais poderosos do que realmente são. Afinal de contas, estão sob a pressão das elevadas expectativas dos seus membros, que ficam muitas vezes desapontados quando os seus lobistas não conseguem melhores resultados, e nem sempre compreendem os meandros dos processos de decisão política.

É uma característica essencial das sociedades pluralistas que vários grupos de interesse – empresas, sindicatos, organizações ambientais, entre outros – defendam, todos, os seus interesses e pontos de vista. E o facto de os ricos também ajudarem a moldar a agenda política nem sempre é criticável, mesmo que geralmente seja visto como tal. No passado, a Prússia e outros Estados tinham um sistema eleitoral de três classes em que os votos dos cidadãos que pagavam mais impostos valiam mais do que os dos que pagavam pouco ou nenhum imposto. Esses dias estão há muito ultrapassados. Mas o facto de os ricos – na sua maioria empresários – tentarem garantir que a sua voz minoritária seja ouvida é tão legítimo como o é para outros grupos. Ao contrário do mal-entendido generalizado, a democracia não corresponde a um regime de domínio irrestrito da maioria sobre a minoria, nem mesmo sobre os ricos. Tal seria uma “ditadura do proletariado”, nos moldes propagados por Marx e Lénine, e não uma democracia pluralista.

Aqueles que querem limitar a influência dos ricos deveriam, antes de

mais, limitar o poder do Governo e da classe política. A verdade é que só quando o Governo reforça o seu controlo sobre a distribuição dos recursos económicos é que os ricos ficam mais propensos a tentar ganhar influência ou mesmo subornar os políticos.

Os Estados Unidos são geralmente considerados como o país onde os ricos exercem uma influência particularmente forte sobre os desenvolvimentos políticos. Durante anos, anticapitalistas como os políticos Bernie Sanders, um senador formalmente apartidário, e Alexandria Ocasio-Cortez, uma democrata de esquerda, têm rufado os tambores por causa da influência cada vez maior dos ricos na política americana.

Mas se o dinheiro por si só comprasse poder político, Donald Trump nunca se teria tornado o candidato republicano à presidência dos Estados Unidos em 2016. Era muito mais provável essa honra ir para Jeb Bush, que foi capaz de angariar muito mais em donativos políticos. Até Benjamin I. Page e Martin Gilens, cientistas políticos e dois dos mais proeminentes proponentes da tese de que a política dos EUA é determinada pelos ricos, admitem que “a maioria dos grandes doadores – e a maioria dos republicanos membros de grupos de reflexão e detentores de cargos – apoiaram outros candidatos.”²⁶⁷ E: “As posições de Trump eram manifestamente contrárias às opiniões dos doadores ricos e dos americanos ricos em geral.”²⁶⁸

Além disso, se fosse o dinheiro a determinar os resultados políticos, Trump não teria ganho as eleições de 2016. Teria sido a candidata democrata Hillary Clinton, como os próprios Page e Gilens reconhecem: “O candidato mais bem financiado por vezes perde, como foi o caso da própria Hillary Clinton.”²⁶⁹ Clinton e os seus aliados, incluindo os seus comités conjuntos com o Partido Democrata e os super PACs [*Political Action Committees*, em português Comitês de Ação Política] que a apoiaram, angariaram mais de 1,2 mil milhões de dólares para todo o ciclo eleitoral, de acordo com a Comissão Federal de Eleições (FEC – *Federal Election Commission*). Trump e os seus aliados angariaram cerca de 600 milhões de dólares.

Acresce que “nem um único dos executivos de topo da Fortune 100 tinha

doado para a campanha eleitoral de Trump até setembro de 2016. A sua vitória não resultou da influência dos ricos, mas sobretudo da oposição popular às abastadas elites costeiras.”²⁷⁰

Se o dinheiro por si só conseguisse comprar o poder político, então Joe Biden também não teria sido presidente. Talvez a Casa Branca tivesse ido para o abastado empresário Michael Bloomberg, que, quando concorreu à candidatura Democrata, era o oitavo homem mais rico do mundo, com uma fortuna avaliada em 61,9 mil milhões de dólares, segundo a *Forbes*. Com toda a probabilidade, Bloomberg gastou mais (e mais rapidamente) do seu próprio dinheiro na sua corrida eleitoral do que qualquer outro candidato na história, nomeadamente mil milhões de dólares em pouco mais de três meses. Isto foi revelado no relatório da Comissão Federal de Eleições sobre o financiamento das campanhas.²⁷¹ Bloomberg financiou ele próprio a sua campanha e não aceitou quaisquer donativos.

Bloomberg está longe de ser o único candidato cuja riqueza o não ajudou a concretizar as suas ambições políticas. O republicano Steve *Forbes* gastou 69,2 milhões de dólares nas suas candidaturas para as nomeações de 1996 e 2000, mas ficou-se por um punhado de delegados. Em 2020,

o multimilionário gestor de fundos de investimento Tom Steyer investiu 200 milhões de dólares da sua própria fortuna e acabou sem um único delegado.²⁷² Nas primárias do Partido Republicano de 2008, Mitt Romney gastou mais do dobro que John McCain – a maior parte dinheiro seu – mas desistiu da corrida em fevereiro e McCain continuou e garantiu a nomeação republicana.²⁷³ Os irmãos Koch sempre foram retratados pelos críticos do capitalismo como estando entre os mais perigosos pró-capitalistas do planeta, mas David Koch aprendeu, em 1980, o quão difícil é transformar dinheiro em poder político, quando era um dos principais apoiantes do Partido Libertário e se lançou na corrida a candidato a vice-presidente: ganhou apenas 1% dos votos.²⁷⁴

Na história das eleições americanas, alguns candidatos democratas angariaram dinheiro sobretudo junto de grandes doadores, e outros, como Bernie Sanders, privilegiaram donativos menores. Nas primárias de 2016, 60% dos donativos para a campanha Sanders vieram de pessoas que doaram

menos de 200 dólares.²⁷⁵

O mesmo também se aplica, naturalmente, aos candidatos republicanos. Barry Goldwater e Patrick Buchanan, por exemplo, mobilizaram ambos um grande número de pequenos doadores, enquanto candidatos como Jeb Bush foram sobretudo apoiados por grandes doadores.

Num artigo de opinião no *The New York Times*, em 2016, Bradley A. Smith, o antigo presidente da Comissão Federal de Eleições, concluía que “O Poder do Dinheiro Político está Sobrevalorizado”: “Mas embora o dinheiro seja fundamental para informar o público e permitir que todas as opiniões sejam escutadas, esta eleição vem mais uma vez provar que o dinheiro não pode fazer com que os eleitores gostem das opiniões que ouvem. Jeb Bush não é o único candidato generosamente financiado a abandonar a corrida... O mal do ‘dinheiro na política’ é em grande medida exagerado.”²⁷⁶

No seu livro *Unequal Democracy* [“Democracia Desigual”], Larry M. Bartels critica a desigualdade e a influência dos ricos nos Estados Unidos. Examinou o “efeito estimado de despesas de campanha desiguais” em 16 eleições presidenciais americanas de 1952 a 2012, concluindo que “os candidatos republicanos gastaram mais do que os seus opositores democratas em 13 dessas eleições”. Mas só em duas delas, nomeadamente a de Richard Nixon em 1968 e a de George W. Bush em 2000, é que Bartels conclui que “os candidatos republicanos ganharam eleições renhidas que muito provavelmente teriam perdido se não tivessem sido capazes de gastar mais do que os seus opositores democratas.”²⁷⁷ E, com Hillary Clinton – como demonstrado acima – a angariar consideravelmente mais donativos do que Donald Trump nas eleições de 2016, houve apenas duas em 17 eleições nos últimos 64 anos em que despesas de campanha desiguais foram o fator decisivo.

No entanto, a tese de que “o dinheiro faz girar o mundo” continua em voga, sobretudo nos Estados Unidos. Um dos mais citados estudos académicos a pretenderem demonstrar o poder do dinheiro nos EUA é o artigo de 2013 “Democracy and the Policy Preferences of Wealthy Americans” [“Democracia e as Preferências Políticas dos Americanos

Ricos”], de Benjamin I. Page, Larry M. Bartels e Jason Seawright.²⁷⁸ Na verdade, é até bastante surpreendente que este documento seja tão repetidamente citado como prova do domínio dos ricos na política. Afinal de contas, com apenas 83 inquiridos, a base de pesquisa para um estudo quantitativo foi muito pequena, além de todos os inquiridos provirem da área metropolitana de Chicago. E muitos deles não eram verdadeiramente ricos, pois apenas 36 dos 83 possuíam bens com um valor superior a 10 milhões de dólares.²⁷⁹

Este estudo foi publicado em 2011. Seria certamente interessante saber, dez anos depois, se os inquiridos ricos conseguiram o que queriam dos políticos da América. Como o título do estudo indica, os investigadores quiseram identificar, acima de tudo, as “Preferências Políticas dos Americanos Ricos”. Dos onze itens mencionados pelos inquiridos ricos, os “défices orçamentais” suscitaram a maior preocupação. Assim, na perspectiva de 87% dos ricos, esta era a principal questão que os decisores políticos dos EUA deveriam abordar. Em último lugar, com uma pontuação de apenas 16%, surgiam as alterações climáticas. Os autores concluem que “a ênfase agora dada em Washington à redução do défice orçamental federal vai ao encontro daquele que é, de longe, o problema mais importante para os americanos ricos – embora não para a generalidade do público americano.”²⁸⁰

Dez anos mais tarde, a dívida pública, cuja redução, segundo o inquirido, seria o principal objetivo dos ricos na América, aumentou de 15,6 biliões de dólares para 28,4 biliões, quase duplicando. Na altura do inquirido, a dívida pública era de pouco menos de 100% do PIB dos EUA; atualmente é superior a 133%. Se os ricos queriam, acima de tudo, uma redução significativa da dívida pública, não a receberam de Barack Obama ou Donald Trump – e certamente não a receberão de Joe Biden.

Com efeito, a agenda política de Joe Biden é dominada precisamente pelo tópico que os americanos ricos mencionaram com menos frequência no inquirido de há dez anos atrás: a luta contra as alterações climáticas, através do Green New Deal [“Novo Pacto Ecológico”] (que vai de mãos dadas com um aumento significativo da dívida pública).

Então, será que os ricos têm alguma influência na política? Claro que têm, mas não a exercem nas questões de fundo, que são objeto de aceso debate público e determinam o curso da política. Os autores do estudo acima citado afirmam: “Uma das principais conclusões foi que, relativamente aos contactos que nos foi possível abordar, quase metade (44%) reconheceu focar-se no seu estrito interesse económico.” Assim, os ricos não estavam realmente preocupados com as “grandes questões”, preferindo tratar dos seus interesses económicos imediatos. Os autores citam, por exemplo: “tentar que o Tesouro honre o seu compromisso de estender o financiamento TARP [*Troubled Asset Relief Program* – Programa de Apoio a Créditos Problemáticos] a um determinado banco em Chicago”, “compreender melhor os novos regulamentos da Lei Dodd-Frank [de Reforma de Wall Street e Proteção dos Consumidores, em resposta à crise financeira de 2007-8] e como isso afetará o meu negócio [bancário/financeiro]”, “Peixes e fauna selvagem... licenciamento para construção” ou “conseguir aprovações regulamentares” para os seus clientes.²⁸¹

O analista político americano John York, que colocou a questão “Será que o aumento da desigualdade de rendimentos ameaça a democracia?” num ensaio de 2017, concluiu que as atividades dos lobistas serão mais dirigidas à promoção de interesses específicos do que à redefinição dos traços gerais da política governamental. E isto, argumentou ele, seria mais eficazmente prevenido se se limitasse a influência do Governo na economia: “Restringir o âmbito da ação do Governo teria ainda a vantagem de reduzir a quantidade de dinheiro que circula na política... Revogar regulamentos que distorcem o mercado livre e manipulam o jogo a favor de quem tem ligações políticas, acabar com os contratos governamentais esbanjadores e os subornos para os amigos, e responsabilizar os políticos que se dedicam a estas práticas iria estancar, logo na nascente, o rio de dinheiro que desagua em Washington.”²⁸²

York cita vários exemplos de empresas que, ao recusarem-se a fazer grandes donativos ou envolver-se em lóbi, sofreram desvantagens políticas e acabaram por se ver forçadas pelos políticos a mudar de atitude. Tais

práticas seriam muito provavelmente evitadas com a limitação do poder do Governo. “Se o governo federal fosse mantido nos seus limites constitucionais, conhecer os meandros em Washington deixaria de contar tanto.”

Em 2017, o autor também não viu qualquer sinal de que a influência política exercida pelos cidadãos mais ricos da América tivesse aumentado: “Não há provas de que a influência dos ricos nas principais decisões políticas tenha aumentado a par do crescimento da desigualdade de rendimentos. Ao contrário do que seria de esperar quando se leem os estudos sobre desigualdade e democracia, as despesas com programas de apoio social a favor dos pobres dispararam e a carga fiscal sobre os ricos aumentou nas últimas décadas.”²⁸³ Nos Estados Unidos, que são sempre apontados como o maior exemplo de gritante e crescente desigualdade, as despesas sociais em percentagem do PIB aumentaram de 9,6% para 14,3% entre 1980 e 2018, um aumento de 50%.²⁸⁴

No seu livro *Affluence and Influence* [Riqueza e Influência], de 2012, Martin Gilens argumenta que os eleitores mais ricos têm mais influência sobre a política nos Estados Unidos do que os eleitores de grupos de rendimento mais baixo. Examinou 1923 questões de inquéritos de opinião realizados nos EUA entre 1981 e 2002, complementadas por dados respeitantes aos períodos de 1964 a 1968 e 2005/2006.²⁸⁵ De seguida, analisou as opiniões políticas de membros dos grupos de rendimento baixo, médio e alto, comparando depois as suas respostas nos inquéritos de opinião com as políticas governamentais nos anos que se seguiram a cada eleição. Destacou aquilo a que chamou “desigualdade de representação”, que, segundo ele, era evidente no facto de as opiniões dos grupos de rendimento baixo e, em alguns casos, médio, terem menos probabilidade de serem implementadas pelo Governo do que as do grupo de rendimento alto. Vale a pena notar, no entanto, que embora esta “desigualdade de representação” se reflita em questões religiosas, de política externa e política económica, o mesmo já não se verifica nas questões de bem-estar social, como Gilens reconhece: “O domínio dos apoios sociais é o único domínio político examinado em que a divergência de preferências entre

grupos de rendimento não conduz a um declínio substancial no acolhimento das preferências dos americanos menos abastados.” Segundo Gilens, isto deve-se ao facto de “os americanos pobres e de rendimento médio terem aliados poderosos que tendem a alinhar com as suas preferências nestas matérias”, tais como, por exemplo, a Associação Americana de Reformados e Pensionistas (AARP), um dos grupos de pressão mais influentes nos Estados Unidos.²⁸⁶

No domínio da política económica, por outro lado, Gilens refere que as opiniões dos grupos de menores rendimentos são menos suscetíveis de serem ouvidas. Mas, então, quais são as políticas que Gilens pensa que levariam a uma “maior igualdade representativa na esfera económica”? Bem, Gilens sugere que, para enfrentar a desigualdade de representação, as políticas teriam de “resultar num salário mínimo mais elevado, em subsídios de desemprego mais generosos, numa regulamentação empresarial mais rigorosa... e num regime fiscal em geral mais progressivo.”²⁸⁷

Mas é duvidoso que um salário mínimo mais alto, impostos mais pesados sobre os ricos e uma regulamentação mais rigorosa sejam realmente do interesse das classes trabalhadoras. Os dois presidentes americanos que foram mais veementemente castigados nas últimas décadas por representarem unilateralmente os interesses dos ricos e por eliminarem demasiada burocracia foram Ronald Reagan e Donald Trump. Ambos promoveram, de facto, cortes substanciais nos impostos dos ricos e desregulamentação em algumas áreas, mas isto traduziu-se numa ajuda mais substancial a quem auferia rendimentos baixos do que muitas políticas na área social.

O sonho americano de mobilidade salarial, que para muitos se transformou num pesadelo de descontentamento, estava vivo e de boa saúde na década de 1980: 86% das famílias que se encontravam no quintil de rendimento mais pobre em 1981 tinham subido a escada económica para um quintil mais alto em 1990. A percentagem de famílias pobres que subiram até ao quintil de rendimento mais rico entre 1981 e 1990 foi até ligeiramente superior à percentagem das que permaneceram no quintil mais

pobre. O número de americanos que ganhavam menos de 10.000 dólares por ano diminuiu 5% durante a década de 1980, enquanto o número daqueles que ganhavam mais de 50.000 dólares aumentou 60% e o número daqueles cujo rendimento anual ultrapassava os 75.000 dólares aumentou uns espantosos 83%.²⁸⁸

São muitas as fábulas sobre os anos Reagan, como a da persistente e perniciosa acusação de que os brancos ricos eram os únicos beneficiários das políticas de Reagan, à custa dos afro-americanos mais pobres.²⁸⁹ Durante a presidência de Donald Trump – antes da pandemia do coronavírus – o desemprego nos Estados Unidos caiu para um mínimo histórico, e a situação económica melhorou para quem auferia os rendimentos mais baixos – os afro-americanos e os latinos – o que permitiu a Trump, na sua segunda campanha presidencial, em 2020, obter ganhos significativos nestes grupos de eleitores, que tradicionalmente evitam o partido republicano. Daí que sejam manifestamente falsas as afirmações dos críticos do capitalismo de que as políticas que beneficiam os ricos são inevitavelmente más para os pobres.

Mas então é o argumento de que a maioria dos membros do Congresso dos Estados Unidos são eles próprios muito ricos? “Quase todos os membros do Senado, e a maioria dos da Câmara dos Representantes, já pertencem ao 1 por cento do topo quando chegam aos seus cargos... No geral, também os principais responsáveis pela política comercial e económica pertencem ao 1 por cento do topo”, critica o economista de esquerda Joseph Stiglitz.²⁹⁰ Então, em que medida é que a sua riqueza pessoal influencia as políticas destes decisores?

Tem havido muita investigação sobre a relação entre a riqueza dos congressistas americanos e a sua tendência de voto. Martin Gilens, crítico regular da influência dos ricos na política dos EUA, admite que, neste âmbito, não há provas de uma ligação entre a sua riqueza e as decisões políticas tomadas pelos membros do Congresso ou da Câmara dos Representantes: “No seu conjunto, as análises acima descritas sugerem que os interesses e preferências pessoais dos legisladores podem influenciar o seu voto no Congresso, mas a preocupação com a crescente riqueza dos

membros do Congresso é provavelmente descabida. Pelo menos no que respeita à política económica em sentido lato, é tão provável encontrar liberais e conservadores [no sentido americano] entre os membros mais ricos do Congresso como entre os que têm menos recursos. É impossível dizer com um mínimo de certeza se os representantes dos EUA se comportariam de forma diferente caso os seus salários os colocassem na média da distribuição de rendimentos dos EUA em vez de mais para cima. Mas parece ser possível afirmar que as substanciais diferenças de estatuto económico entre os membros do Congresso não estão relacionadas com significativas tendências de voto no tocante a política económica.”²⁹¹

A propósito, os representantes do Congresso Popular Nacional da China, que inclui vários multimilionários, provavelmente rir-se-iam das fortunas dos seus colegas americanos. Por outro lado, noutros países ocidentais, incluindo a Alemanha, os membros da assembleia legislativa não são de modo algum tão ricos como os dos Estados Unidos. Mas será sempre uma desvantagem ter políticos ricos?

Um político rico é muitas vezes muito mais independente e menos sujeito a pressões nas suas decisões do que um que depende inteiramente do seu partido. Um exemplo da Alemanha seria o do veterano representante da CSU Peter Gauweiler, que é um advogado brilhante e declarou frequentemente o rendimento mais elevado de todos os membros do parlamento alemão, o Bundestag. A sua independência financeira permitiu-lhe agir segundo as suas próprias convicções e ter opiniões ao total arrepio da linha do partido. Um representante que tenha passado toda a sua vida na política – e que não saiba fazer mais nada – não possuirá esta independência intrínseca.

Em tempos idos, a riqueza era mesmo um requisito explícito para o exercício de cargos políticos. Desde os primeiros dias de Roma até à Antiguidade tardia, passando pela República Romana e pelo período imperial, era sobretudo a riqueza que determinava a posição e influência de um cidadão. A elite económica sempre foi também a elite política. Por exemplo, o Imperador Augusto estipulava que apenas quem possuísse um milhão de sestércios podia ser senador; 400.000 sestércios eram o pré-

requisito para entrar na nobreza.

O problema de muitos parlamentos de hoje não é o de lá estarem muitos empresários, mas exatamente o contrário. Após as eleições federais de 2017 na Alemanha, o *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (FAZ) publicou um artigo intitulado “Duas vezes mais empresários no Bundestag”.²⁹² O seu número tinha aumentado de apenas 35 na legislatura anterior para 76 nas eleições de 2017 (de um total de 706 representantes). Mais experiência económica e pensamento empreendedor certamente não fariam mal à política. No Bundestag eleito em 2021, a percentagem de empresários entre os representantes recém-eleitos caiu de 2% para 1,4%.²⁹³

Se alguma coisa pode ser censurada aos ricos dos países ocidentais não é com certeza o estarem excessivamente envolvidos na política, mas sim o não estarem suficientemente envolvidos nela. Pelo menos, isso é válido para os ricos que defendem o capitalismo. Enquanto as vozes de críticos do capitalismo, como George Soros ou Tom Steyer, que defendem com veemência impostos mais altos para os ricos, são ouvidas por todo o lado, os apoiantes do capitalismo raramente falam em público. Page e Gilens falam do “silêncio público da maioria dos multimilionários”. David Koch, que apoia financeiramente os pontos de vista libertários, limitou-se a um comentário público sobre política fiscal num período de 10 anos; o seu irmão, Charles Koch, não fez qualquer comentário público sobre estas questões.²⁹⁴ “O silêncio público da maioria dos multimilionários”, relatam Page e Gilens, “contrasta flagrantemente com o afã de um pequeno e invulgar grupo deles – incluindo Michael Bloomberg, Warren Buffett e Bill Gates – em falar sobre políticas públicas específicas... Todos os três se têm pronunciado a favor de uma substancial rede de segurança social, impostos progressivos e regulação moderada da economia. Um americano comum que tentasse avaliar o que os multimilionários americanos pensam e fazem da política com base no que Bloomberg, Buffett ou Gates dizem enganar-se-ia redondamente.”²⁹⁵

Esta observação é correta e aponta para um aspeto crucial do problema: a pressão pública na crítica ao capitalismo é tal que até silencia multimilionários, enquanto os ricos que defendem impostos mais elevados

sobre os ricos e mais regulamentação governamental são livres de dizer o que pensam sem problemas. As pessoas ricas que acreditam que o capitalismo é o melhor sistema e são céticas quanto ao excessivo papel do Governo deveriam claramente ser mais ousadas e participar mais ativamente no debate público.

A relação entre dinheiro e política é particularmente problemática em países onde a riqueza não depende sobretudo de ideias empreendedoras, mas de influência política, do acesso às alavancas do poder e da corrupção. Isto é verdade, por exemplo, na Rússia, onde, após o colapso do comunismo, um punhado de oligarcas se apoderou das fontes de matérias-primas – especialmente petróleo e gás – e onde as indústrias “rentistas” têm um papel decisivo. Esses são também frequentemente os mesmos países onde a corrupção é generalizada. A Rússia, por exemplo, ocupa o 129.º lugar entre 176 no *Índice de Percepções de Corrupção* da Transparency International e está até em primeiro lugar no índice de capitalismo de compadrio [crony capitalism] de 2016 da revista *The Economist*.²⁹⁶ No *Índice de Liberdade Económica*, o índice de capitalismo da Heritage Foundation, a Rússia ocupa um remoto 92.º lugar. Muitos outros países são tão maus, se não piores, que a Rússia. A partir destes exemplos, torna-se evidente que o mundo precisa de mais capitalismo, e não menos, para conseguir desapertar os laços que unem a política aos negócios. Muitas pessoas associam o “capitalismo” à “corrupção”. E, no entanto, segundo o economista americano Alan H. Meltzer: “Delitos como o suborno podem ser públicos ou privados e são comuns em muitas nações, mas são-no mais onde os funcionários governamentais têm mais autoridade.”²⁹⁷ A ideia de que a corrupção se encontra particularmente disseminada nos países capitalistas é simplesmente errada, como o atesta uma comparação do *Índice de Percepções de Corrupção* (IPC) da Transparency International com o *Índice de Liberdade Económica*. Os países com os níveis de corrupção mais baixos são os mesmos países que têm altos níveis de liberdade económica. Todos os 10 países com os níveis mais baixos de corrupção estão nas categorias “Livre” ou “Maioritariamente Livre” do *Índice de Liberdade Económica*. A Dinamarca, Nova Zelândia, Finlândia e Singapura

são os países com os níveis mais baixos de percepção de corrupção no mundo. Três destes países (Dinamarca, Nova Zelândia e Singapura) estão também entre os dez países economicamente mais livres do mundo, enquanto a Finlândia ocupa um respeitável 17.º lugar no *Índice de Liberdade Económica* (à frente de países como os Estados Unidos e a Alemanha, por exemplo).²⁹⁸

Em sentido inverso, os países que ocupam os últimos dez lugares no IPC são também classificados como “Reprimidos” no *Índice de Liberdade Económica*, nomeadamente a Coreia do Norte (170.º no IPC e 178.º no *Índice de Liberdade Económica*) e a Venezuela (176.º no IPC e 177.º no *Índice de Liberdade Económica*). Quanto mais o Governo intervém na vida económica, mais oportunidades há para subornar os seus funcionários. Quem quiser limitar a influência pouco ética ou mesmo criminosa de cidadãos ricos na política deve, portanto, pugnar por *menos* e não por *mais* Estado.

Ziegler, 45.

Ziegler, 56.

Ziegler, 119.

Ziegler, 97–98.

Krugman, “Oligarchy”.

Stiglitz, 22.

Chomsky, *Requiem*, 136.

Walter / Marg, 19.

Walter / Marg, 129.

Walter / Marg, 130.

Walter / Marg, 130.

Boldt, “Top-Manager Reitzle”.

Page / Gilens, *Democracy*, 100.

Page / Gilens, *Democracy*, 101.

Page / Gilens, *Democracy*, 104.

Edwards / Bourne, 22.

<https://www.n-tv.de/politik/Wahlkampf-kostet-Bloomberg-eine-Milliarde-article21727861.html>.

Kamarck, “If money can’t buy you votes”,

<https://www.brookings.edu/blog/fixgov/2020/03/05/if-money-cant-buy-you-votes-what-can-it-buy-lessons-from-michael-bloombergs-2020-run/>

Edwards / Bourne, 25.

Page /Gilens, *Democracy*, 98.

Page /Gilens, *Democracy*, 96.

Smith, B.A. “The Power of Political Money”.

Bartels, 98, quadro na pág. 100.

Page / Bartels / Seawright, “Democracy and the Policy Preferences of Wealthy Americans”:
<https://faculty.wcas.northwestern.edu/~jnd260/cab/CAB2012%20-%20Page1.pdf>.

Page / Bartels / Seawright, 53. É admitidamente difícil realizar estudos que envolvam os muito ricos. Eu próprio realizei um com base em 45 alemães ricos, todos com fortunas superiores a 10 milhões de euros – a maioria entre 30 milhões e mil milhões. Mas tratou-se de um estudo qualitativo e não quantitativo. Cf. Zitelmann, *The Wealth Elite*.

Page / Bartels / Seawright, 68.

Page / Bartels / Seawright, 54.

York, “Does Rising”.

York, “Does Rising”.

Edwards / Bourne, 24.

Gilens, *Affluence*, 57, 53.

Gilens, *Affluence*, 121.

Gilens, *Affluence*, 117.

Niskanen / Moore.

Niskanen / Moore.

Stiglitz, 134-135.

Gilens, *Affluence*, 238.

Frankfurter Allgemeine Zeitung, “Doppelt so viele Unternehmer,”
<https://www.faz.net/aktuell/wirtschaft/deutlich-mehr-unternehmer-im-bundestag-15225816.html>.

<https://www.welt.de/wirtschaft/article234058756/Bundestagswahl-Das-sinddie-Berufe-der-neuen-Abgeordneten.html>.

Page / Gilens, 106.

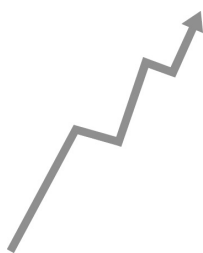
Page / Gilens, 106.

Transparency International, *Corruption Perceptions Index* 2020,
<https://www.transparency.org/en/cpi/2020/index/nzl>,
<https://www.transparency.org/en/cpi/2020/index/rus>,
https://infographics.economist.com/2016/Cronyism_index/.

Meltzer, 13.

Transparency International, *Corruption Perceptions Index (CPI)* 2020:
<https://www.transparency.org/en/cpi/2020/index/nzl> and Miller / Kim, / Roberts, *2021 Index of Economic Freedom*.

MITO 6



“O capitalismo leva a monopólios”

A irracionalidade do debate sobre “monopólios” era já em 1922 assinalada pelo economista Ludwig von Mises no seu clássico *Socialismo*: “A simples menção da palavra monopólio”, escreveu Mises, “suscita quase sempre emoções que tornam impossível um julgamento claro e que desencadeiam, em vez de argumentos económicos, a habitual indignação moral que é timbre da literatura estatista e de outras literaturas anticapitalistas.”²⁹⁹ Mises observa que o potencial monopolista numa economia capitalista livre de interferência governamental é muito menor do que os “escritores populares sobre cartéis e conglomerados” tendem geralmente a assumir.³⁰⁰

Na verdade, a suposta tendência para o monopólio é um dos mais antigos argumentos contra o capitalismo. Esta tese afirma que a livre concorrência acabará por se autodestruir e que, no fim do processo de concentração e centralização do capital, um pequeno número de monopólios remanescentes dominará toda a economia. Lénine descreveu este processo na sua obra de 1917, *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*, onde escreve que: “Esta transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenómenos mais importantes – para não dizer o mais importante – da economia do capitalismo dos últimos tempos.”³⁰¹ Lénine prossegue,

afirmando que o monopólio é uma “lei geral e fundamental” da fase atual do capitalismo.³⁰²

Quando Lênine e outros teóricos falam de monopólios, não se estão a referir apenas a empresas que controlam 100% de um determinado mercado, o que, de qualquer maneira, é muito raro para empresas não estatais. Também Adam Smith, na sua obra *A Riqueza das Nações*, empregou o termo “monopólio” para se referir não só a empresas comerciais que são os únicos fornecedores no seu ramo, mas também a empresas que nunca satisfazem “a procura efetiva”, para conseguirem vender as suas mercadorias “muito acima do preço natural”. Para Smith, o “preço natural” era o preço que poderia ser obtido em condições de livre concorrência.³⁰³ Alguns economistas modernos também definem os monopólios neste sentido mais amplo, como “empresas que exercem algum controlo sobre o preço através do controlo da oferta no mercado, embora possam não ser o único vendedor no seu ramo.”³⁰⁴

Lênine escreveu que, nos Estados Unidos em 1904, quase metade da produção total de todas as empresas do País estava nas mãos de um centésimo do número total de empresas: “Daqui se infere claramente que, ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de empresas gigantescas, é muito fácil chegarem a acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas.”³⁰⁵

Lênine não via nesta tendência nada de negativo. A consequência da formação de monopólios era “um gigantesco progresso na socialização da produção.”³⁰⁶ Na sua fase superior, o capitalismo “conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspetos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa.”³⁰⁷ Opunha-se asperamente à “crítica filistina reacionária” do capitalismo, que sonhava com o regresso à livre concorrência.³⁰⁸

O historiador de economia alemão Werner Plumpe salienta que análises como as de Lénine eram inexatas porque generalizavam tendências nuns quantos setores caracterizados por serem de capital intensivo, como a indústria pesada, e extrapolavam-nas para o futuro.³⁰⁹ Como Plumpe salienta, já quase nada resta das grandes empresas que foram dominantes do início a meados do século XX e que estiveram na base das previsões de Lénine. Algumas delas ainda hoje existem sob os mesmos nomes históricos, embora, como Plumpe observa, já muito pouco tenham a ver com os seus antepassados.³¹⁰

Joseph Schumpeter escreveu no seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, de 1942, que os casos puros de monopólio a longo prazo devem ser muito raros e “até as aproximações razoáveis ao conceito devem ser mais raras do que os casos de concorrência perfeita.”³¹¹

Nas condições do capitalismo, um monopólio dificilmente consegue manter-se intacto “por um período suficientemente longo para ter importância para a análise da produção total, a não ser que seja sustentado pelas autoridades públicas, por exemplo, no caso dos monopólios fiscais.”³¹²

Porque é que, pergunta Schumpeter, se fala tanto de monopólio? A resposta, supõe ele, deve estar no campo da “psicologia da discussão política”.³¹³ Nos Estados Unidos, afirma, economistas, funcionários governamentais, jornalistas e políticos demonstram uma atração óbvia pela palavra, por esta se ter tornado um “anátoma” e as pessoas atribuírem praticamente tudo aquilo que abominam no mundo dos negócios a esse poder sinistro.³¹⁴ Porém, reconhece que, no curto prazo, “as verdadeiras posições monopolistas ou que se aproximem de um monopólio” são muito mais frequentes, embora tal não signifique que tenham um impacto totalmente negativo ou que, como também observa, os monopólios tenham forçosamente de ter um “efeito soporífero”.³¹⁵

Schumpeter foi um dos poucos economistas que não encarou a função económica dos monopólios de um modo totalmente negativo, pois também descreveu a sua contribuição positiva para o processo de “destruição criadora”. Os economistas americanos Richard B. McKenzie e Dwight R. Lee, na sua obra *In Defense of Monopoly* [“Em Defesa do Monopólio”],

referem Schumpeter nestes termos: “Escondida na análise de Schumpeter está uma teoria de um *monopólio ótimo* necessário ao maior crescimento económico possível.”³¹⁶ Ambos os economistas adotam uma visão em nada acrítica dos monopólios e admitem que tais posições de mercado podem muito bem ser prejudiciais ao crescimento económico. Acrescentam, no entanto, “que nem todos os monopólios e nem todos os níveis de monopolização são destruidores de bem-estar, uma perspetiva que sugere que os economistas deveriam prestar mais atenção às condições institucionais daquele que poderia ser designado *monopólio ótimo*.”³¹⁷

Distinguem, em particular, os monopólios de bens que *já existem* – isto é, que não são efetivamente criados pelo monopólio – os quais avaliam negativamente, “porque o monopólio não teve qualquer papel na criação do bem e na criação do valor líquido”, dos monopólios de bens que são *desenvolvidos* pelos indivíduos e empresas em questão e que podem ter uma função útil.³¹⁸ Do seu ponto de vista, uma situação de “concorrência perfeita” – na gíria dos economistas – é, em primeiro lugar, inalcançável no mundo real e, em segundo, indesejável.³¹⁹

A perspetiva de lucros monopolistas é um motor fundamental da inovação. A concorrência é um fator essencial no progresso económico; não no sentido de concorrência perfeita ou de um mercado perfeito – que só é possível em modelos económicos abstratos, não na realidade – mas sob a forma de concorrência que está sempre sujeita a tendências monopolistas temporárias. Schumpeter enfatizou que um sistema perfeito “que *em qualquer momento* utiliza na plenitude as suas possibilidades” pode, a longo prazo, ser inferior a um sistema imperfeito que não o faz *em nenhum momento*, “pois a incapacidade deste último em fazê-lo pode ser uma condição para o nível ou a rapidez do desempenho a longo prazo.”³²⁰

Os monopólios possibilitam lucros extraordinários – e estes lucros extraordinários promovem a eficiência e a inovação, como Marx muito bem reconheceu no Livro Terceiro d’*O Capital*: “Mais: o sobrelucro que de ordinário um capital individual realiza numa esfera particular de produção – pois os desvios das taxas de lucro entre as esferas particulares de produção igualizam-se continuamente na taxa média de lucro – brota, abstraindo dos

desvios apenas fortuitos, de uma diminuição do preço de custo, portanto, dos custos de produção, que ou é devida à circunstância de o capital ser empregue em massas maiores do que as médias, e assim os *faux frais* da produção diminuïrem, enquanto as causas gerais da subida da força produtiva do trabalho (cooperação, divisão, etc.) podem operar em grau superior, com mais intensidade, porque num maior campo de trabalho; ou, então, [é devida] à circunstância de, abstraindo do volume do capital que funciona, serem empregues métodos de trabalho melhores, novos inventos, máquinas melhoradas, segredos químicos de fabrico, etc., em suma, meios de produção e métodos de produção novos, melhorados, que estão acima do nível médio.”³²¹

O desenvolvimento de produtos e mercados completamente novos envolve riscos e exigências muito diferentes dos de operar em mercados já estabelecidos. É mais provável que os empresários aceitem este risco acrescido quando existe a perspectiva – pelo menos temporária – de lucros monopolistas significativamente acima das margens de lucro normais. “Assim, numa economia mais dinâmica, como a do mundo real, na qual o *desenvolvimento* ou *progresso* têm de ser antecipados de um modo sistemático, deve haver margem para alguns lucros extraordinários, e esse nível de rentabilidade deve estar acima do nível alcançável num ambiente de concorrência perfeita.”³²²

Quando se pede às pessoas que comparem as vantagens e desvantagens dos monopólios, são geralmente referidas as seguintes desvantagens:³²³

- Preços mais altos e menos escolha para os consumidores;
- Menos incentivo para cortar custos;
- Menos incentivo para inovar e investir;
- Possibilidade de obter poder político para proteger os seus interesses instalados.

Existem, no entanto, numerosas vantagens que são frequentemente ignoradas:

- Economias de escala – aumentando a escala, diminuem os custos médios;
- O lucro elevado pode ser utilizado em investigação e desenvolvimento;
- A recompensa da concessão (de um poder monopolista) pode encorajar o investimento.

Estas vantagens e desvantagens não devem, no entanto, ser entendidas como aplicáveis a todas as empresas que sejam consideradas monopólios. Por exemplo, empresas que são agora tidas como monopólios podem ser excecionalmente inovadoras. Amazon, Facebook e Google, por exemplo, estão entre as empresas que viram numerosos concorrentes – incluindo empresas que em tempos foram consideradas monopólios – perderem rapidamente a sua posição de monopólio ou desaparecerem completamente do mercado devido a inovações tecnológicas e ao aparecimento de novos concorrentes (voltarei a este assunto com alguns exemplos). Mesmo não havendo hoje uma concorrência séria, estas empresas sabem que novos concorrentes com tecnologias inovadoras podem surgir e usurpar as suas posições dominantes.³²⁴ É esta, por sua vez, uma das razões para estas empresas estarem tão determinadas em continuar a inovar, apesar de já dominarem os seus mercados. Se não conseguirem inovar, se subestimarem este perigo, irão perder a sua posição no mercado.

Qualquer empresa que hoje pareça onipotente está, na realidade, longe dessa onipotência – e sabe-o. O economista franco-belga Nicolas Petit cita como principais ameaças as inovações tecnológicas que depressa tornam obsoletas as soluções existentes, a entrada de novas e inovadoras empresas no mercado, e as regulamentações governamentais que põem em causa os modelos de negócio existentes.³²⁵ Os monopólios, reais ou aparentes, são normalmente muito menos estáveis do que podem parecer à primeira vista, sobretudo quando estão no auge do seu poder.

As funções positivas dos monopólios só muito raramente são reconhecidas, e isto apesar de estes não serem apenas as empresas gigantescas normalmente associadas ao termo, pois a designação pode

também caber a empresas mais pequenas que detenham uma posição de monopólio *de facto* num nicho de mercado. Eu próprio criei uma empresa num nicho de mercado na Alemanha (Dr. ZitelmannPB. GmbH, hoje PB3C), que deteve uma posição de monopólio *de facto* durante quinze anos – como fornecedor de serviços de relações públicas no setor imobiliário alemão. Foram mais de dez anos sem quase nenhum concorrente, o que significava que podíamos cobrar honorários elevados e impor condições contratuais que nos permitiam planear as nossas receitas com um elevado grau de certeza. É claro que acabou por se saber que a nossa empresa estava a ter lucros muito elevados (o retorno nas vendas foi em média de 48% nos quinze anos anteriores à venda da empresa), e novos fornecedores com preços mais baixos e condições contratuais menos restritivas entraram no mercado para competir connosco.

Mas, sem o exemplo da minha empresa, é provável que estes concorrentes nunca tivessem surgido. Diga-se, a propósito, que o “monopólio” da minha empresa ajudou a criar um mercado de serviços de relações públicas profissionais na indústria imobiliária alemã. E certas inovações, como a oferta de uma gama alargada de serviços e o aumento do nível de especialização profissional em diferentes departamentos, de que, até então, quase não se tinha ouvido falar no seio das empresas de relações públicas, só puderam ser implementadas protegendo este quase-monopólio. Este monopólio resultou – como frequentemente acontece – de um superior posicionamento de mercado por parte da minha empresa.

Isto mostra que, mesmo em mercados altamente especializados e de nicho, os monopólios podem desempenhar uma função positiva. A empresa que vendi em 2016 ainda hoje continua a fazer negócios e a ser líder de mercado, mas é claro que, devido à concorrência, as elevadas margens de lucro de que beneficiámos nos primeiros tempos já não são alcançáveis. Este exemplo mostra que a palavra *monopólio* abarca muito mais do que as gigantescas empresas internacionais em que normalmente pensamos quando a ouvimos.

Mas voltemos a focar-nos nos principais gigantes tecnológicos. Em todo o mundo, empresas como Google, Amazon, Facebook, Microsoft e Apple são

consideradas uma ameaça. Quase toda a gente as usa, mas quase ninguém gosta delas. Algumas preocupações têm razão de ser, sobretudo no tocante ao preconceito político de empresas como o Facebook – voltarei a este assunto mais tarde. Mas muitas das críticas normalmente feitas aos monopólios não se aplicam a estas empresas. O economista americano Tyler Cowen usa o exemplo da Google, do Facebook e da Apple para mostrar que estas empresas estão longe de ser hostis à inovação – bem pelo contrário. “Ainda assim, na prática, as principais empresas de tecnologia provaram ser líderes na inovação. Além disso, a perspectiva de serem compradas pela Google ou qualquer outro dos gigantes da tecnologia aumentou o incentivo para que outros inovassem, e deu às empresas em dificuldades acesso a capital e experiência quando, de outra forma, poderiam ter falido ou nunca ter começado.”³²⁶ As grandes empresas de tecnologia gastam hoje vastas somas em investigação e desenvolvimento – só em 2018, as seis gigantes Amazon, Google, Microsoft, Netflix, Facebook e Apple terão gasto pelo menos 22,6 mil milhões de dólares em investigação e desenvolvimento.³²⁷

Não é somente este número que contradiz muitas das características normalmente atribuídas aos monopólios. Num grande estudo publicado em 2020, “Big Tech and the Digital Economy” [“As Grandes Tecnológicas e a Economia Digital”], Nicolas Petit apresentou uma série de argumentos que relativizam o conceito comum de monopólio e cunhou o termo “moligopólio”. Gigantes tecnológicas como a Amazon, a Google, a Microsoft, a Netflix, o Facebook e a Apple estão ativas num número crescente de domínios, e competem entre si e com outros sérios concorrentes em vários segmentos de mercado: “A Google desenvolveu um serviço de correio eletrónico, um navegador, um sistema operativo móvel e uma rede social. A Amazon cresceu de livraria especializada *online* para loja generalista *online*, a par de fornecedor de serviços de *cloud computing* [computação na “nuvem”], e é agora proprietária de uma cadeia física de lojas. E o Facebook é uma empresa estruturada em dois segmentos de mercado: redes globais e serviço de mensagens.”³²⁸ E as gigantes tecnológicas continuam a abrir novos segmentos onde disputam ferozmente

um lugar, quer entre si quer com outras empresas – a Microsoft no segmento dos jogos, a Google no segmento de carros de condução automática, o Facebook nos sistemas de pagamento e a Amazon na produção de vídeo e no *streaming*. É interessante olhar para estas empresas não de uma perspetiva anticoncentração, mas de uma perspetiva de analista financeiro. Em qualquer das análises surgem referências a alguns concorrentes existentes ou potenciais, como Petit demonstra com uma série de diferentes exemplos.³²⁹

Li recentemente a biografia de Jeff Bezos escrita por Brad Stone, onde são relatadas as constantes batalhas que Bezos teve de travar contra concorrentes desde o primeiro dia.³³⁰ Envolveram operadores em áreas especializadas, desde um fornecedor *online* de fraldas, até grandes empresas como o eBay, a Apple, a Barnes & Noble, o Walmart, entre outras. Dizer-se que uma empresa como a Amazon é capaz de eliminar os seus concorrentes é completamente absurdo.

Petit conclui: “Pintar as grandes empresas de tecnologia como monopolistas é intuitivamente atraente, mas analiticamente errado. Descobrir monopólios no facto de haver rivalidade limitada no mercado original das diferentes gigantes tecnológicas traduz uma visão limitada do que é a concorrência. Apesar da posição dominante de que desfrutam, as grandes empresas de tecnologia não têm uma vida fácil. O seu intenso grau de esforço não se coaduna com a teoria de monopólio convencional. Uma imagem mais adequada será a de ver as grandes empresas de tecnologia como moligopolistas, ou seja, empresas que coexistem como monopolistas e oligopolistas.”³³¹

O que a maioria dos críticos que apelam aos Governos para que reforcem a regulamentação de certos mercados ou para que desfaçam os monopólios ignora é que estes tendem a durar muito menos do que as pessoas pensam. Os economistas belgas Dirk Auer e Nicolas Petit analisaram a cobertura mediática dos monopólios durante um período de 150 anos. Avaliaram um total de 1399 artigos de 1850 a 2000.³³² De entre as conclusões, retira-se a confirmação de que a cobertura mediática dos monopólios é esmagadoramente negativa: 61% dos artigos que os dois investigadores

analisaram tinham uma inclinação negativa, 30% eram neutros e apenas 9% mencionavam um ou outro aspeto positivo dos monopólios.³³³ Isto, por si só, não é surpreendente, uma vez que os meios de comunicação social são mais dados a publicar histórias negativas do que positivas. No entanto, deveria dar que pensar o facto de o surgimento de monopólios ser relatado muito mais extensa e frequentemente do que o seu desaparecimento.³³⁴ “Se os artigos de imprensa cobrissem uma amostra aleatória de monopólios, então deveríamos ver aproximadamente tantos artigos sobre o desaparecimento de monopólios como sobre monopólios emergentes. Isto porque muito poucos monopólios duraram todo o período da investigação.”³³⁵ Esta análise da cobertura de imprensa confirma o que Milton Friedman escrevia sobre os monopólios já em 1962, nomeadamente que a sua relevância é muito exagerada, em parte porque o “monopólio é mais capaz de ser notícia e gera mais atenção do que a concorrência.”³³⁶

Nem sequer é preciso ir tão longe na história para provar que Friedman tinha razão. Em 2019, Tyler Cowen escreveu, no seu livro *Big Business* [“Grandes Empresas”], que as seguintes empresas, entre outras, foram criticadas como monopólios nos Estados Unidos nas últimas décadas: Kodak, IBM, Microsoft, Palm, BlackBerry, Yahoo, AOL, Digital Equipment Corporation (DEC), General Motors, e Ford. “Dessa lista, apenas a Microsoft continua a ser uma entidade dominante.”³³⁷

O economista americano Ryan Bourne, no seu artigo “Is This Time Different? Schumpeter, the Tech Giants, and Monopoly Fatalism” [“Será desta vez diferente? Schumpeter, as Gigantes Tecnológicas e o Fatalismo do Monopólio”]³³⁸ fornece numerosos exemplos de empresas que foram identificadas como monopólios e viram a sua posição dominante no mercado desvanecer-se. A rede social Myspace, por exemplo, foi fundada em 2003 e granjeou rapidamente milhões de utilizadores. Em junho de 2006, o Myspace era o *website* mais visitado nos Estados Unidos, estando até à frente do Google. Em 2007, o principal jornal britânico de esquerda *The Guardian* perguntava: “Alguma vez o Myspace virá a perder o seu monopólio?” No início de 2008, o Myspace tinha uma quota de 74,4% do mercado das redes sociais e, em dezembro de 2008, só nos Estados Unidos,

teve 75,9 milhões de visitantes. Mas, apenas seis meses depois, o Facebook ultrapassou o Myspace nos EUA, e a quota de mercado da empresa tinha caído para apenas 30% no final de 2009. Atualmente, o Myspace tornou-se quase totalmente irrelevante. Bourne conclui: “É importante notar que a história do Myspace mostra como os próprios efeitos de rede que levam a um crescimento exponencial também podem levar a um rápido desaparecimento quando surge um produto superior.”³³⁹

Em novembro de 2008, a revista *Forbes* publicou uma grande reportagem sobre o fabricante de telemóveis Nokia. O título da reportagem de capa era “One Billion Customers – Can Anyone Catch the Cell Phone King?” [“Mil Milhões de Clientes – Alguém Consegue Agarrar o Rei dos Telemóveis?”]. Depois de ter sido consistentemente o maior fabricante mundial de telemóveis de 1998 a 2011, a Nokia foi ultrapassada pela Samsung no primeiro trimestre de 2012, tendo a empresa sul-coreana conquistado uma quota de mercado estimada de 25,4%. A Nokia representava ainda uns respeitáveis 22,5% do mercado e a Apple tinha 9,5%. No entanto, a quota da Nokia diminuía em mais de um terço desde 2008. E o que é espantoso é ter sido a Nokia a desenvolver o primeiro *smartphone* do mundo nos anos 90, “mas só se deu conta da importância das *apps* para tornar o telefone mais apelativo quando era demasiado tarde.”³⁴⁰ Em 2013, a Microsoft comprou a divisão de telemóveis da Nokia, que na altura tinha uma quota de mercado global de apenas 3%.³⁴¹

Outro exemplo é a Xerox, que inventou a primeira fotocopiadora em 1960 e dominava o mercado em 1970 com uma quota de quase 100%. Tal como as pessoas hoje dizem “Googlar” quando pesquisam na Internet, na altura (e, até certo ponto, ainda hoje nos EUA) diziam “fazer um Xerox” sempre que fotocopiavam algo. Em 1973, a Xerox foi acusada de violar as leis antimonopólio e seguiu-se uma longa batalha legal. Mas então, mais ainda do que hoje, o problema foi resolvido pelo mercado, uma vez que empresas como a IBM, Eastman-Kodak, Canon, Minolta, Ricoh e outras, todas lançaram fotocopiadoras mais pequenas e mais baratas.³⁴² As máquinas da concorrência utilizavam *toner* líquido, com baixos custos de manutenção, e eram construídas com peças baratas e padronizadas. Eram vendidas pelas

comuns lojas de material de escritório e não através de uma dispendiosa rede própria de lojas. De um momento para o outro, os japoneses estavam a vender fotocopiadoras de gama baixa a preços abaixo do custo de fabrico das máquinas da Xerox, enquanto a Xerox queria continuar a ganhar dinheiro com base numa subscrição de volume de cópias, como sempre tinha feito. A quota de mercado da Xerox diminuiu de 95% em 1972 para 49% em 1979, antes de mergulhar abaixo da marca dos 30% pela primeira vez entre 1998 e 1999.³⁴³ Hoje a Xerox está estagnada com menos de 2% do mercado global de fotocopiadoras.³⁴⁴

Outro exemplo é o da Kodak, que em 1976 detinha mais de 90% do mercado de películas nos EUA e 85% do mercado de câmaras.³⁴⁵ A Kodak subestimou por completo a mudança para as câmaras digitais, antes mesmo de o mercado voltar a evoluir e vir a ser dominado pelas câmaras de telemóvel de alta resolução. Em 2012, a empresa pediu insolvência e mais tarde tentou a sua sorte com outros modelos de negócio. A Kodak é um exemplo de como algumas empresas conseguem ter uma posição de monopólio durante bastante tempo, o que não acontece com a grande maioria dos monopolistas, como confirmam as histórias do Myspace e da Nokia.

Em alguns casos poder-se-ia argumentar que um monopólio não é mais que um *fenómeno* temporário, que apenas existe até ser substituído por outro monopólio, como o Myspace e o Facebook exemplificam. Estes tipos de monopólio são referidos como “monopólios em série”. Há inúmeros exemplos de indústrias em que os consumidores acorrem a um fornecedor tido como “o melhor” num determinado momento. “Em tais mercados, as empresas competirão para serem o monopolista. É nesta concorrência que os produtos que criam mais valor para os consumidores prevalecem face aos que criam menos valor. Repare no que isso significa. As práticas concorrenciais que promovem o teste destes produtos no mercado são precisamente... as que se assemelharão a práticas monopolizadoras. E são-no. Porque irão determinar qual o monopólio que prevalece até que produtos melhores suscitem novas campanhas para capturar um mercado de retornos crescentes.”³⁴⁶

Uma empresa que é hoje frequentemente criticada como monopolista é a Amazon. Desde as suas origens como livraria *online*, a Amazon foi expandindo os seus serviços de modo a ir incluindo no seu catálogo cada vez mais produtos. Claro que os livreiros mais tradicionais reclamam que não conseguem competir lucrativamente contra a Amazon, mas isto deve-se apenas ao facto de a Amazon oferecer uma variedade muito maior de produtos – incluindo livros usados – do que qualquer livraria normal. Porém, tal não significa que a Amazon seja imbatível no longo prazo. Em grande parte escondidos do olhar do público, estão já em gestação novos modelos de sucesso que funcionam sem a Amazon e que “a longo prazo poderão até vir a morder os calcanhares da empresa mais valiosa do mundo. O princípio parece simples, mas há muitas coisas que têm de funcionar em conjunto: os fabricantes de bens de consumo contactam diretamente os clientes através das redes sociais e organizam todas as fases do processo até à entrega dos bens à porta deles. Isto garante às empresas o controlo de todos os elos da cadeia de valor. Os especialistas referem-se a este modelo como ‘direto ao consumidor’, ou D2C, para abreviar. Resultado: os fabricantes contornam as principais plataformas de comércio eletrónico e livram-se de todos os intermediários. A tendência D2C, acreditam os especialistas de mercado, poderá vir a tornar-se a semente de um movimento capaz de minar, a longo prazo, o presente domínio da Amazon no comércio eletrónico.”³⁴⁷

Algumas grandes empresas já deram passos pioneiros no D2C, como é o caso das de artigos desportivos Nike e Adidas. Mas claro que isto não passa do retrato do momento e pode dar-se o caso de, quando lerem este livro, a Amazon também já ter ultrapassado estes novos modelos de negócio.

Concorrência e monopólio não são opostos absolutos, mas são uma contradição dialética: a concorrência cria o monopólio, porque estimula a prevalência do melhor produto. Aí, os elevados lucros monopolistas atraem novos concorrentes, que gradualmente destroem o monopólio, mas a certa altura podem eles próprios tornar-se temporariamente um monopólio, apenas para virem a ser também destruídos pelos seus concorrentes. Só com os monopólios públicos é que isto não pode acontecer, porque o poder do

Governo os protege dos efeitos da concorrência. Milton Friedman sublinhou que a principal desvantagem, tanto da regulação pública como do monopólio público, reside na extraordinária dificuldade em reverter tais processos: “Concluo com relutância que, se tolerável, o monopólio privado talvez seja o menor dos males”, observou Friedman.³⁴⁸

Mais tarde ou mais cedo, os monopólios que não sejam monopólios públicos acabam por desaparecer, tanto porque os monopolistas se tornam excessivamente burocráticos à medida que crescem, como porque estão sujeitos a pressões competitivas residuais e a sua mentalidade torna-se cada vez mais parecida com a das empresas estatais. “Tornam-se mais burocráticos, não conseguem antecipar produtos novos e importantes, as condições de mercado voltam-se contra eles, concorrentes estrangeiros entram no mercado, tecnologias disruptivas ‘mudam tudo’, ou então os seus custos aumentam à medida que vão perdendo o seu dinamismo.”³⁴⁹ E no seio de tais empresas há mentes criativas que podem acabar por sair para criar empresas novas.

Um exemplo bem ilustrativo deste fenómeno é o aparecimento da SAP, a empresa alemã líder em desenvolvimento de *software*. Tudo começou quando a IBM cometeu o erro de deixar frustrados alguns dos seus melhores funcionários, que tinham mais talento para reconhecer oportunidades de mercado do que os próprios gestores da empresa. Um destes funcionários descontentes era Claus Wellenreuther, que tinha começado a trabalhar para a IBM como consultor de sistemas em 1966, depois de se formar na Universidade de Mannheim. Wellenreuther, que como licenciado em administração de empresas estava algo deslocado no meio de todos aqueles físicos, matemáticos e engenheiros da IBM, tornou-se especialista no desenvolvimento de sistemas de contabilidade financeira. “Na IBM, contabilidade e Wellenreuther eram como pão e manteiga”, explica o cofundador da SAP, Dietmar Hopp.³⁵⁰

Na altura, a IBM concentrava-se quase exclusivamente na venda de *hardware*, e foram precisos muitos anos até que a empresa reconhecesse a importância do *software*. Em meados de 1971, a IBM decidiu centralizar o desenvolvimento de um *software* de contabilidade financeira, privando

Wellenreuther do seu brinquedo. “Eu pensava”, explica Wellenreuther, “que seria escolhido para gerir o projeto. Afinal de contas, nunca tinha feito praticamente mais nada que não fosse trabalhar em sistemas de contabilidade financeira.”³⁵¹ No entanto, foi informado que não seria ele a desempenhar esse novo papel, o qual caberia antes a um dos gestores consagrados da IBM. Wellenreuther percebeu que a sua carreira estava num beco sem saída e que já não ia conseguir subir nas fileiras da IBM. Decidiu tirar os dois meses que tinha acumulados em férias e considerar as suas opções. Tendo-o feito, despediu-se e montou o seu próprio negócio no início de outubro de 1971. Na campainha da sua porta lia-se agora “*System Analysis Program Development*” (SAP) [No original alemão, *Systemanalyse und Programmentwicklung*].

Outro dos funcionários da IBM, Dietmar Hopp, estava também a começar a pensar num futuro fora da empresa. Na IBM, Hopp era considerado um especialista no campo da programação de diálogo – um método clássico de programação que permite aos computadores executar comandos imediatamente após a ordem, eliminando assim os atrasos no processamento que eram uma característica comum nos primeiros PCs.

Até então, a IBM tinha deixado o desenvolvimento de programas de aplicação sobretudo a cargo dos seus clientes e consultores, prestando-lhes apoio individual caso a caso. Os engenheiros de *software* tinham de reinventar constantemente a roda, com custos consideráveis para os clientes da IBM. “O que fazemos na IBM”, percebeu Hopp, “é sempre o mesmo para cada cliente. E isso é algo que podemos padronizar.”³⁵² Hopp encarregou-se de desenvolver *software* padronizado que pudesse ser utilizado no maior número de empresas possível. E foi com esta ideia que ele, Wellenreuther, Hasso Plattner e dois outros ex-funcionários da IBM se lançaram no negócio por conta própria.

Era claro para os fundadores da SAP que tinham de ser muito rápidos. Sabiam que, se tivessem sucesso, outras empresas – talvez até a própria IBM – copiariam a sua ideia. Não bastava ter uma ideia brilhante de *software* padronizado e ser capaz de programar eficientemente; também precisavam de uma abordagem profissional às vendas. Os fundadores da

SAP cedo perceberam que não fazia muito sentido apresentar as suas ideias aos especialistas em informática dentro das grandes empresas, que à primeira vista pareciam ser as pessoas certas com quem falar. Esses especialistas em IT [tecnologias de informação] teriam medo que o novo *software* da SAP os tornasse redundantes, a eles e às suas equipas. Também receavam que os programas da SAP pusessem a nu os erros e deficiências nos processos existentes, que ninguém nas suas empresas tinha ainda notado, pois o pessoal de IT era o único a perceber alguma coisa de computadores. Assim, em vez de oferecerem o seu novo *software* aos gestores de IT, a SAP começou pelo topo, pelos membros da administração das empresas e pelos diretores financeiros. Foi esta a primeira boa ideia de vendas que tiveram. Mas mais importante ainda foi o facto de, desde o início, a empresa ter estabelecido parcerias com grandes empresas de auditoria e com fabricantes de *hardware*. Afinal, era muito mais fácil vender *software* a uma empresa se não tivessem de ser eles próprios a comercializá-lo, sendo antes recomendado por consultores independentes que já tinham a confiança da chefias.

Dessa forma, a SAP pôde concentrar-se sobretudo num contínuo desenvolvimento e otimização do seu *software*. “Para nós, a capacidade de inovar”, diz Hopp, “é sinónimo de rentabilidade.” Ao mesmo tempo, diz ele, a dúvida constante sobre nós próprios, “sobre se os outros conseguirão ser melhores do que nós e ultrapassar-nos”, faz parte da cultura da SAP. “Foi esta incerteza o que sempre nos motivou.”³⁵³ Como exemplo do que não deve ser feito, cita o caso da Nixdorf, que se concentrou inteiramente nas vendas, negligenciando flagrantemente a otimização dos seus produtos – e por isso falhou.

A SAP era mais consistente e rápida do que os seus concorrentes porque se centrava exclusivamente no desenvolvimento de *software* padronizado. “Durante anos, os nossos concorrentes continuaram a vacilar entre, por um lado, a produção de pacotes de *software* standardizados e, por outro, o desenvolvimento de *software* por medida em áreas especializadas.”³⁵⁴ A SAP conseguiu rapidamente garantir negócios com quase todas as empresas líderes da Alemanha, e em poucos anos tinha essencialmente criado um

monopólio no mercado alemão. Atualmente, a SAP é a maior empresa europeia de desenvolvimento de *software*. Apenas os EUA têm três empresas maiores neste segmento. E tudo começou porque a monopolista IBM não se apercebeu dos novos desenvolvimentos com suficiente rapidez e também não deu a empregados competentes, mais habilitados a reconhecerem tais desenvolvimentos do que os diretores há muito “enraizados”, a oportunidade ou a liberdade para crescerem dentro da empresa.

Com efeito, segundo Thomas J. DiLorenzo, a IBM é um belo exemplo de como o mercado faz um trabalho muito melhor a prevenir monopólios do que a legislação governamental: “O governo federal passou 13 anos, a partir de 1969, a processar a IBM por esta alegadamente monopolizar o mercado informático. O Governo acabou por deixar cair o processo depois de ter feito a IBM gastar muitos milhões de dólares e um número incalculável de horas a responder aos seus pedidos. Entretanto, a posição competitiva da IBM tinha sido eclipsada por empresas como a Microsoft e a Wang Computers.”³⁵⁵ Wang Computers? Sim, muito provavelmente nunca ouviu falar desta outrora poderosa marca, porque desapareceu completamente em 1999, após quase meio século de existência.

Não foi apenas a gigante informática IBM que cometeu erros que a levaram a perder a sua posição de monopólio. Outra empresa, a Xerox, que já mencionei, fez o mesmo. A Xerox tinha um laboratório de desenvolvimento ultrassecreto, o Palo Alto Research Center [Centro de Investigação de Palo Alto], a que a indústria reverentemente se referia como “Xerox PARC”. O fundador da Apple, Steve Jobs, andava “em pulgas” para ver o que lá estava a ser investigado. E, com o seu habitual poder de persuasão, conseguiu finalmente dar uma espreitadela ao santuário, juntamente com alguns dos melhores peritos de informática da Apple.

Jobs ficou nas nuvens com o que viu. Andou de um lado para o outro na sala, aos pulos, experimentando uma emoção como nunca tinha sentido. Ali, exposto pela primeira vez, estava tudo o que agora esperamos encontrar num computador, incluindo janelas individuais no ecrã para cada

documento e um dispositivo que mais tarde viemos a conhecer como o rato. Hoje em dia, é impossível imaginar um PC de outra forma, mas, naquela altura, o que Jobs viu era absolutamente revolucionário e sensacional. O empregado da Xerox que mostrou a invenção a Jobs e à equipa da Apple ficou encantado com tanto entusiasmo e com as perguntas tão inteligentes com que o bombardearam. Podemos imaginar o que ia na cabeça do funcionário da Xerox que, apesar de ter noção daquilo que a sua equipa tinha criado, não recebia a atenção e o reconhecimento adequados na sua própria empresa. Quando a apresentação terminou, o funcionário da Xerox tinha decidido abandonar a sua empresa e juntar-se à Apple.

Estas histórias da IBM e da SAP, da Xerox e da Apple, têm uma coisa em comum: as grandes empresas tinham funcionários muito inteligentes com ideias incríveis, mas não foram capazes de reconhecer-lhes o potencial e transformá-las rapidamente em produtos comercializáveis.

Empresas como a Google, o Facebook, a Amazon e a Apple parecem-nos hoje onnipotentes – como era o caso de monopólios anteriores. Mas a história ensina-nos que, mais frequentemente do que se poderia pensar, os monopólios são muito menos duradouros do que aparentam no auge do seu poder. Todas as vezes os críticos nos dizem: desta vez, tudo vai ser muito diferente; desta vez o monopólio perdurará, a menos que o Governo intervenha para lhe cortar as asas.

Existem bastas provas de que medidas decretadas pelo Governo para eliminar monopólios reais ou imaginários são quase sempre supérfluas ou contraproducentes. “Uma agência governamental”, escreve Martin Rhonheimer, “não está à altura de avaliar se um monopólio – e o mesmo se diga dos cartéis – é prejudicial ou útil... Por conseguinte, parece mais adequado deixar a avaliação da sua eficácia ao mercado livre.”³⁵⁶

Enquanto o economista Israel M. Kirzner sublinha que os monopólios que surgem da concorrência, onde uma empresa cria oportunidades atrativas de compra e venda no mercado e satisfaz melhor as necessidades dos consumidores do que outras, não são de todo prejudiciais, mas sim um fator importante para alcançar o crescimento económico,³⁵⁷ alguns pensadores pertencentes à tradição ordoliberal, como o economista alemão Walter

Eucken, veem um grande perigo em qualquer monopólio ou cartel. Alguns destes ordoliberais – a par de Eucken, o economista Alexander Rüstow merece aqui uma menção particular – imaginam um estado ideal de livre-concorrência entre um grande número de pequenas empresas. Este modelo utópico irrealista, combinado com o pressuposto de que os cartéis e monopólios são sempre prejudiciais, leva os ordoliberais a defenderem a existência de poderosas autoridades da concorrência para quebrar monopólios e cartéis. Embora os ordoliberais sejam, de um modo geral, céticos quanto a uma excessiva intervenção do Governo nos assuntos económicos, neste caso reclamam agências governamentais onipotentes que impeçam concentrações de poder na economia.

A autora russo-americana Ayn Rand adotava uma posição contrária e – criticando a legislação antimonopólios dos EUA – escreveu cinicamente: “O conceito de *livre* concorrência *imposto* pela lei é uma grotesca contradição de termos. Significa: forçar as pessoas, com uma arma apontada, a serem livres. Significa: proteger a liberdade das pessoas através de um primado arbitrário de decretos burocráticos inquestionáveis.”³⁵⁸ É impossível legislar concorrência, argumentou Rand, porque não existem normas que permitam aferir quem deve competir com quem, quantos concorrentes devem existir em determinada área, qual deve ser a sua força relativa ou o chamado “mercado relevante”, que preços devem cobrar e que métodos de concorrência são “justos” ou “injustos”. “Não há resposta para nenhuma destas questões, porque *estas* são precisamente as questões que só podem ser respondidas pelos mecanismo de um mercado livre.”³⁵⁹ O único sentido e propósito das leis antimonopólio, escreve Rand, é “a penalização da habilidade enquanto tal, a penalização do sucesso enquanto tal, e o sacrifício do génio produtivo às exigências da mediocridade invejosa.”³⁶⁰

O economista chinês Zhang Weiyong rejeita a ficção da “concorrência perfeita”. “A chamada ‘concorrência perfeita’ é uma falta de concorrência.”³⁶¹ A legislação antimonopólio, continua ele, é quase inteiramente também anticoncorrência: “De acordo com as teorias atualmente disponibilizadas pela economia, não há maneira de as empresas poderem ser competitivas. Se se fixam preços mais altos do que os dos

outros, constituem preços monopolistas. Se se fixam preços mais baixos do que os dos outros, constituem *dumping*. Se se fixam preços equivalentes aos dos outros, constituem conspiração. Qualquer tipo de comportamento na fixação de preços pode ser apodado de comportamento monopolista.”³⁶²

As grandes empresas que ocupam (ou supostamente ocupam) uma posição de monopólio não têm vida fácil, pois estão rodeadas de imensos opositores: os concorrentes menos bem-sucedidos, ou seja, aqueles que não tiveram tanto sucesso na produção de produtos de boa qualidade a preços razoáveis, são seus inimigos, tal como os meios de comunicação social, que são frequentemente guiados por ressentimentos anticapitalistas. As empresas menos bem-sucedidas e os meios de comunicação social formam uma aliança profana com as agências e reguladores governamentais que partilham a tarefa de quebrar o “poder dos monopólios”. Fazem-no ostensivamente em nome dos consumidores, embora na realidade os seus esforços sejam em grande parte motivados por interesses instalados ou ideologia. Os monopólios têm dificuldade em fazer frente a estes ataques porque têm oponentes ferrenhos mesmo nas fileiras dos que normalmente são fervorosos apoiantes da economia de mercado. Ludwig Erhard, cujo maior feito enquanto Ministro da Economia foi assegurar uma economia de livre-mercado na Alemanha Ocidental após a Segunda Guerra Mundial, é uma dessas pessoas. Erhard opôs-se tenazmente a todos os monopólios e cartéis, que considerava serem prejudiciais *per se*.³⁶³ Os monopólios – e as grandes empresas em geral – têm assim muitos opositores e muito poucos defensores.

Muitos dos críticos que atacam ferozmente os monopólios privados não deixam de simultaneamente aceitar, ou até justificar, a existência de monopólios públicos. Os ataques a monopólios reais ou imaginários levados a cabo por Governos e anticapitalistas também desempenham um papel de distração, porque o monopólio mais perigoso é o monopólio público. Como escreve Thomas J. DiLorenzo: “Ou seja, o Governo atrai uma tremenda publicidade sobre si próprio ao perseguir empresas mediáticas, principalmente por adotarem comportamentos *competitivos*. Enquanto isso, o próprio governo é a principal causa de verdadeiro

monopólio – com as suas taxas alfandegárias protecionistas, com a sua regulamentação de certas indústrias (desde a televisão por cabo aos serviços de táxi) que cria monopólios concessionados; com a sua regulamentação de licenças profissionais, que torna difícil ou impossível entrar em centenas de profissões; e com a própria regulamentação antimonopólio, que é frequentemente utilizada como arma política contra as empresas mais bem sucedidas.”³⁶⁴

No que toca aos monopólios, o Governo é muito mais um causador do que um solucionador de problemas, não só por se tornar frequentemente um monopolista, mas também por a sua regulamentação excessiva favorecer o surgimento de monopólios ou oligopólios em certos setores. Afinal de contas, quanto mais obstáculos regulamentares um Governo introduzir, mais difícil é para os recém-chegados entrar no mercado. É por demais evidente que só empresas muito grandes podem dar-se ao luxo de afetar uma quantidade exorbitante de empregados ao cumprimento dos requisitos regulamentares, em vez de se ocuparem em atividades produtivas. “Há algumas provas”, explica Tyler Cowen, “de que os aumentos observados nos rácios de concentração estão correlacionados com a crescente regulamentação governamental das empresas.”³⁶⁵ Em alguns casos, a regulamentação governamental restringe diretamente a concorrência e provoca subida de preços, como Cowen demonstra com o exemplo da indústria aeronáutica dos EUA, onde o Governo proíbe as transportadoras aéreas estrangeiras de operarem voos domésticos.³⁶⁶

Mesmo algumas das práticas mais criticáveis de empresas como o Facebook são mais causadas pela regulamentação governamental do que pelas próprias empresas. Veja-se o caso da censura de conteúdo político, um incómodo que motiva, e bem, uma repulsa generalizada. O que é certo é que esta ideia não veio nem do Facebook nem de outras empresas. Para elas, a censura é dispendiosa e implica um grande esforço. Tiveram de contratar mais milhares de funcionários e de estar constantemente a desenvolver novos algoritmos para detetar ou eliminar conteúdos indesejáveis. Só censuram conteúdos nesta escala porque os legisladores de vários países os obrigam a fazê-lo. Se não o fizerem, correm o risco de

serem processadas.³⁶⁷ Assim, o destinatário mais correto para estas pertinentes críticas ao Facebook e a outros seria, muitas das vezes, o Governo – e não, em primeira linha e sobretudo, as próprias empresas.

Contudo, o maior paradoxo nas críticas aos monopólios feitas pelos anticapitalistas é que eles são precisamente as mesmas pessoas que tão frequentemente defendem a nacionalização, apesar de os monopólios públicos serem os mais duradouros e menos vulneráveis de todos. Não veem os anticapitalistas o absurdo que é criticar as grandes empresas por restringirem a concorrência, enquanto defendem mais empresas estatais que eliminam a concorrência não só temporária e parcialmente, mas permanentemente e por completo? O inimigo do monopólio permanente não é o socialismo, mas sim o capitalismo.

Mises, *Socialism*, 344.

Mises, *Socialism*, 351.

Lénine, “O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo”, Tomo 301.

Lénine, “O Imperialismo”, 304.

Smith, A., *Riqueza*, 168-169.

McKenzie / Lee, 5.

Lénine, “O Imperialismo”, 301.

Lénine, “O Imperialismo”, 308.

Lénine, “O Imperialismo”, 308.

Lénine, “O Imperialismo”, 310.

Plumpe, *Das kalte Herz*, 233.

Plumpe, *Das kalte Herz*, 626.

Schumpeter, *Capitalismo*, 141.

Schumpeter, *Capitalismo*, 141.

Schumpeter, *Capitalismo*, 142.

Schumpeter, *Capitalismo*, 142.

Schumpeter, *Capitalismo*, 144.

McKenzie / Lee, 23. Itálicos no original.

McKenzie / Lee, xxi. Itálicos no original.

McKenzie / Lee, xx.

McKenzie / Lee, xix.

Schumpeter, *Capitalismo*, 122. Itálicos no original.

Marx, *O Capital*, Livro Terceiro, Tomo VIII, 723.

McKenzie / Lee, 222. Itálicos no original.

Pettinger, “Advantages and Disadvantages of Monopolies”.

McKenzie / Lee, 51-52.

Petit, 121 ss.
Cowen, 102-103.
Petit, 130-131.
Petit, 116.
Petit, 53 ss.
Stone, *Amazon Unbound*.
Petit, 257.
Auer / Petit, 112.
Auer / Petit, 117.
Auer / Petit, 119.
Auer / Petit, 119.
Friedman, *Capitalismo*, 169.
Cowen, 84.
Bourne, “Is This Time Different?”
<https://www.cato.org/sites/cato.org/files/2019-09/Is%20This%20Time%20Different%3F.pdf>
Bourne, “Is This Time Different?”, 7.
Bourne, “Is This Time Different?”, 8.
Bourne, “Is This Time Different?”, 9.
Bourne, “Is This Time Different?”, 15.
Heuer, “Die Einfalt der Vervielfältiger”.
<https://de.statista.com/statistik/daten/studie/181577/umfrage/marktanteileder-hersteller-von-druckern-weltweit-seit2009/>
Bourne, “Is This Time Different?”, 9.
Liebowitz / Margolis, 267.
Gassmann, “Ewige Allmacht”.
Friedman, *Capitalismo*, 58.
Cowen, 84.
Citado em Meissner, 23.
Citado em Meissner, 24.
Citado em Meissner, 31.
Citado em Meissner, 91.
Meissner, 49.
DiLorenzo, 153.
Rhonheimer, “Ludwig Erhards Konzept”, 101.
Kirzner, *Competition and Entrepreneurship*, 22-23.
Rand, “America’s Persecuted Minority”, 52-53. Itálicos no original.
Rand, “America’s Persecuted Minority”, 55. Itálicos no original.
Rand, “America’s Persecuted Minority”, 57.
Zhang, *Ideas for China’s Future*, 54.
Zhang, *Ideas for China’s Future*, 55.
Erhard, 176 ss. Outros casos citados por Rhonheimer, “Ludwig Erhards Konzept”, 91 ss.

DiLorenzo, 154. Itálicos no original.

Cowen, 89.

Cowen, 95.

Cowen, 115.



“O capitalismo promove o egoísmo e a ganância”

Pensar na palavra *lucro* é quanto basta para muitas pessoas se sentirem desconfortáveis. Associam-na a ganância e a outros baixos instintos. Em 2019, Hermann Simon, um grande empresário alemão, com pensamento produzido na área da gestão e autor do influente livro *Hidden Champions* [“Campeões Ocultos”], foi para uma zona pedonal de uma cidade alemã e abordou 100 pessoas. Este método de efetuar um inquérito é conhecido como “amostragem de conveniência”, e não se deve esperar que produza resultados representativos. Mas não eram propriamente os números que preocupavam Simon; estava mais interessado em observar as reações das pessoas. Perguntou aos transeuntes: “Quanto é que fica de lucro, depois de deduzidos custos e impostos, quando uma empresa faz 100 euros de receitas?” Muitas das pessoas com quem ele falou acharam a pergunta difícil, e algumas recusaram-se a responder, argumentando que eram, por princípio, contra a ideia de lucro. “Passei a achar que devia ser exigido a todos os estudantes de gestão ou de economia que inquirissem pessoas normais sobre o tema do lucro. Eu próprio nunca o fiz enquanto estive na universidade, nem como estudante nem como professor.”³⁶⁸

Em média, os inquiridos por Simon apontaram para uma margem de retorno líquida nas vendas, ROS [*return on sales*]³⁶⁹, de 22,8%; a estimativa mediana era de 19%. Apesar da pequena dimensão da amostra, estes valores estavam muito próximos dos resultados de outros inquéritos representativos. As respostas dadas pelos entrevistados de Simon eram significativamente sobrestimadas: o verdadeiro valor médio da margem de retorno líquido nas vendas das empresas alemãs durante um período de 14 anos foi, na realidade, de 3,24%.³⁷⁰

O que parece mais curioso é que, embora o lucro seja tão importante para as empresas, quase não há livros sobre ele. Hermann Simon escreveu um. Começa por declarar que a afirmação “Eu sou a favor da maximização do lucro!” causaria indignação em vastos círculos da sociedade. Contudo, prossegue Simon, a maximização do lucro não passa, na sua essência, do contrário de desperdício ou, por outras palavras, da minimização do desperdício.³⁷¹

As empresas que não conseguem maximizar os seus lucros estão, na verdade, a agir de forma antissocial – sobretudo para com os seus próprios empregados, cujos empregos estão a pôr em risco. É bem sabido que a maioria das novas empresas não sobrevivem durante muito tempo e tendem a ir à falência alguns anos após a sua fundação. O que é menos conhecido é que, de um modo geral, muitas empresas quase não têm qualquer lucro. Isso é extremamente perigoso, porque um lucro muito pequeno está apenas a um pequeno passo de um prejuízo. E isso é algo que todos os que se opõem à “maximização do lucro” deviam ter em conta. Até muitos empresários subestimam a importância do lucro. No seu livro, Simon descreve casos de empresas que servem de exemplo para muitas outras: numa empresa altamente respeitada, o patrão tem 66 anos e trabalha 60 horas por semana. Quando questionado sobre lucro, responde: “Na verdade, não ganhamos dinheiro. Mas sempre nos mantivemos à tona, sempre investimos o suficiente e estamos em boa forma.” Sucede que, nos últimos oito anos, a empresa tinha registado um ligeiro lucro em quatro anos e perdas, embora não dramáticas, nos outros quatro. Os valores andavam sempre próximo do zero, pelo que as perdas não eram dramáticas, embora os lucros também fossem mínimos. O proprietário andava a tentar vender a sua empresa e não percebia porque é que ninguém estava disposto a comprar-lha pelo preço irrealista que estava a pedir.³⁷²

Uma outra empresa alemã que Simon descreve é uma empresa líder mundial em engenharia fabril que foi

³⁶⁸ Simon, 22-23.

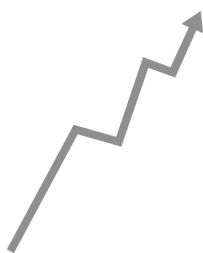
³⁶⁹ A margem de retorno nas vendas é dada pela divisão do resultado operacional (antes de impostos) pelas receitas (excluindo o imposto sobre as vendas [em Portugal, o IVA]).

³⁷⁰ Simon, 41.

³⁷¹ Simon, 1.

³⁷² Simon, 88-89.

MITO 7



“O capitalismo promove o egoísmo e a ganância”

Pensar na palavra *lucro* é quanto basta para muitas pessoas se sentirem desconfortáveis. Associam-na a ganância e a outros baixos instintos. Em 2019, Hermann Simon, um grande empresário alemão, com pensamento produzido na área da gestão e autor do influente livro *Hidden Champions* [“Campeões Ocultos”], foi para uma zona pedonal de uma cidade alemã e abordou 100 pessoas. Este método de efetuar um inquérito é conhecido como “amostragem de conveniência”, e não se deve esperar que produza resultados representativos. Mas não eram propriamente os números que preocupavam Simon; estava mais interessado em observar as reações das pessoas. Perguntou aos transeuntes: “Quanto é que fica de lucro, depois de deduzidos custos e impostos, quando uma empresa faz 100 euros de receitas?” Muitas das pessoas com quem ele falou acharam a pergunta difícil, e algumas recusaram-se a responder, argumentando que eram, por princípio, contra a ideia de lucro. “Passei a achar que devia ser exigido a todos os estudantes de gestão ou de economia que inquirissem pessoas normais sobre o tema do lucro. Eu próprio nunca o fiz enquanto estive na universidade, nem como estudante nem como professor.”³⁶⁸

Em média, os inquiridos por Simon apontaram para uma margem de retorno líquida nas vendas, ROS [*return on sales*]³⁶⁹, de 22,8%; a estimativa

mediana era de 19%. Apesar da pequena dimensão da amostra, estes valores estavam muito próximos dos resultados de outros inquéritos representativos. As respostas dadas pelos entrevistados de Simon eram significativamente sobrestimadas: o verdadeiro valor médio da margem de retorno líquido nas vendas das empresas alemãs durante um período de 14 anos foi, na realidade, de 3,24%.³⁷⁰

O que parece mais curioso é que, embora o lucro seja tão importante para as empresas, quase não há livros sobre ele. Hermann Simon escreveu um. Começa por declarar que a afirmação “Eu sou a favor da maximização do lucro!” causaria indignação em vastos círculos da sociedade. Contudo, prossegue Simon, a maximização do lucro não passa, na sua essência, do contrário de desperdício ou, por outras palavras, da minimização do desperdício.³⁷¹

As empresas que não conseguem maximizar os seus lucros estão, na verdade, a agir de forma antissocial – sobretudo para com os seus próprios empregados, cujos empregos estão a pôr em risco. É bem sabido que a maioria das novas empresas não sobrevivem durante muito tempo e tendem a ir à falência alguns anos após a sua fundação. O que é menos conhecido é que, de um modo geral, muitas empresas quase não têm qualquer lucro. Isso é extremamente perigoso, porque um lucro muito pequeno está apenas a um pequeno passo de um prejuízo. E isso é algo que todos os que se opõem à “maximização do lucro” deviam ter em conta. Até muitos empresários subestimam a importância do lucro. No seu livro, Simon descreve casos de empresas que servem de exemplo para muitas outras: numa empresa altamente respeitada, o patrão tem 66 anos e trabalha 60 horas por semana. Quando questionado sobre lucro, responde: “Na verdade, não ganhamos dinheiro. Mas sempre nos mantivemos à tona, sempre investimos o suficiente e estamos em boa forma.” Sucede que, nos últimos oito anos, a empresa tinha registado um ligeiro lucro em quatro anos e perdas, embora não dramáticas, nos outros quatro. Os valores andavam sempre próximo do zero, pelo que as perdas não eram dramáticas, embora os lucros também fossem mínimos. O proprietário andava a tentar vender a sua empresa e não percebia porque é que ninguém estava disposto a comprar-lha pelo preço

irrealista que estava a pedir.³⁷²

Uma outra empresa alemã que Simon descreve é uma empresa líder mundial em engenharia fabril que foi gerida nos últimos 36 anos por um engenheiro entusiasta, agora com 70 anos de idade. Nem um só empregado foi despedido, a mão de obra é altamente qualificada e a maquinaria de última geração. A empresa parece estar em boa forma e regista receitas entre 50 e 100 milhões de euros. No entanto, registou prejuízos em quatro dos nove anos anteriores e, noutros quatro, o resultado quase ficou a zeros. No ano remanescente, conseguiu uma margem de lucro líquida de 5%. O proprietário está satisfeito com o “capital de conhecimento” da sua empresa, com a sua marca e com as participações imobiliárias que detém, e acha estranho não conseguir encontrar um comprador. “Ele recusa-se a aceitar que o miserável histórico de resultados tenha reduzido o valor da empresa ao ponto de impossibilitar a venda.”³⁷³

O proprietário da empresa explica: “No meu mundo, a principal motivação para um negócio não são os grandes resultados financeiros. Para mim, não é isso o que mais conta na minha atividade. Um resultado financeiro normal, que cubra as necessidades básicas, é o que me basta. Além disso, existem outros motivos, como a busca da perfeição, a emoção da descoberta, a paixão de trabalhar com outros e a alegria partilhada nos nossos sucessos.”³⁷⁴ Eis um empresário que concitaria grande apoio da parte de quem critica os lucros, pois não está interessado num lucro imundo, mas sim na autorrealização. No entanto, a maneira como gere o negócio é altamente arriscada e irresponsável para com os seus empregados. Quem apresenta lucros tão escassos está, na verdade, a um passo do abismo.

“O lucro”, escreve Simon, “é e continuará a ser o único critério para o sucesso e a viabilidade sustentáveis de uma empresa.”³⁷⁵ Simon não acusa os empresários de lutarem por demasiado lucro, mas sim de se contentarem com demasiado pouco. Na sua opinião, muitas empresas estão demasiado preocupadas com as receitas das vendas e com as quotas de mercado, e demasiado pouco com os lucros. Isto apesar de o lucro ser um indicador tão importante do desempenho e um pré-requisito para a independência empresarial e, conseqüentemente, para a sobrevivência da empresa – e,

claro, para a prosperidade do empresário. Em sentido contrário, lucros negligenciáveis ou mesmo perdas produzem, segundo Simon, os efeitos opostos: frustração, falta de confiança, desmotivação e, em caso de insolvência, a destruição de ativos.

Muitas pessoas equiparam lucros e ganhos a egoísmo e ganância. Quer fale com defensores do capitalismo ou com anticapitalistas, ouvirá frequentemente dizer que o egoísmo e a ganância são os principais motores do sistema. Alguns defensores do capitalismo dizem: “Bem, as pessoas são inerentemente egoístas. É por isso que o socialismo não funciona. O capitalismo está mais em sintonia com a natureza humana.” Os anticapitalistas, por seu lado, dirão que o capitalismo promove as piores qualidades das pessoas, em especial a ganância.

Algumas pessoas pedem a abolição do capitalismo; outras acham que ele tem de ser “melhorado”. O economista britânico Paul Collier compilou uma série de propostas sobre como o capitalismo deveria ser “reformado”. Critica o “défice moral” que o “capitalismo moderno” enfrenta e afirma que a ideia de que “a ganância é boa” – o lema de Gordon Gekko no filme *Wall Street* de 1987 – é a máxima deste capitalismo moderno, e que por isso o capitalismo precisa urgentemente de uma correção ética.

Em 2020, Collier escreveu o livro *Greed Is Dead* [“A Ganância Morreu”] em coautoria com o seu colega britânico John Kay, e nele pintam um quadro tendencioso de um capitalismo dominado pelo “fundamentalismo de mercado” e pelo “individualismo”: “Os mercados não são vistos como mecanismos de troca mutuamente benéficos, mas sim como lugares onde as pessoas tentam enganar-se umas às outras em benefício próprio.”³⁷⁶ Collier e Kay também distorcem o pensamento de economistas, incluindo Milton Friedman, ao afirmarem que os seus “argumentos proporcionaram uma base tanto pragmática como filosófica para uma ideologia que aceitava, ou até abraçava, a ganância como a motivação humana dominante.”³⁷⁷

Com o capitalismo do século XXI tão fora dos eixos, Collier acredita que a solução está em fazer regressar o conceito de “interesse público” ao centro da vida económica e exigir que as empresas se alinhem com o “interesse público” e não apenas com a procura de lucro.

Collier descreve como é que tal deveria ser feito no seu anterior livro *O Futuro do Capitalismo*: “A melhor forma de ultrapassar estas limitações não é fortalecer a regulação, mas colocar o interesse público logo na sala das máquinas, onde as decisões são tomadas: o interesse público precisa de representação direta no conselho de administração.”³⁷⁸

A proposta de Collier pode levar a pensar numa espécie de “comissários políticos”, como os que existem nos sistemas totalitários para garantir o cumprimento das diretivas políticas. Mas Collier tem uma ideia diferente. Ele pede alterações legislativas que obriguem os líderes empresariais a tomar decisões não apenas no melhor interesse das suas empresas, mas de acordo com o “interesse público”. Isto, afirma, iria refrear o egoísmo e a ganância.

E, segundo Collier, qualquer empresa que não agisse de acordo com o interesse público deveria ser punida: “Como é que o interesse público pode ser incorporado no conselho de administração? A lei poderia ser alterada para tornar obrigatória a devida consideração do interesse público por parte de todos os membros da administração. Sendo legalmente responsáveis, caso os membros do *board* optem por ignorar um aspeto importante do interesse público, podem ser alvo de ações cíveis ou criminais.”³⁷⁹

Isto abriria as comportas da arbitrariedade. Afinal de contas, “interesse público” é um conceito tão vago e elástico, que poderia ser usado de qualquer forma por qualquer pessoa. Collier não está a sugerir que as empresas e os membros do conselho de administração devam cumprir regulamentos governamentais (a que já estão legalmente obrigados), mas sim que, no seu modelo de “capitalismo social”, cada decisão empresarial deve ser avaliada para determinar se serve o “interesse público”, o que hoje provavelmente significa que promove a “sustentabilidade”, que não contribui para as alterações climáticas e, claro, que salvaguarda tudo o que respeita ao “género”. Collier defende uma série de políticas a que se refere como “maternalismo social”. Mas não é tudo. Tem ideias ainda mais radicais. Quer que os cidadãos desempenhem o papel de “polícias” que vigiam as empresas para garantir que elas estão a agir de acordo com o interesse público. Não está a propor que um corpo de intervenção estatal,

mas sim ativistas automandados, que ninguém legitimou, espiem e controlem as empresas. “A regulação pode ser subvertida através de um conjunto de ações cirúrgicas: os impostos podem ser reduzidos através de contabilidade inteligente; os mandatos podem ser adulterados através de um raciocínio fundamentado. A única defesa para este tipo de ações é uma força policial onisciente... Este suave papel de fiscalização não exige que toda a gente o desempenhe: há uma massa crítica de participantes acima da qual os riscos decorrentes de uma ação dolosa da empresa são demasiado elevados para suportar.”³⁸⁰

Collier aposta no facto de que, em cada empresa, haveria um número suficiente de ativistas automeados dispostos a assumir alegremente este trabalho de monitorização e denúncia: “Todas as empresas têm um vasto conjunto de pessoas decentes que estariam dispostas a assumir uma nova identidade, em paralelo com as suas identidades existentes; sentir-se-iam orgulhosas por se tornarem guardiãs do interesse público... Não há falta de pessoas bem-intencionadas a trabalhar intencionalmente em grandes empresas.”³⁸¹

Embora Collier se declare constantemente pragmático e se irrite com os ideólogos e os populistas, as suas ideias são assustadoramente semelhantes às dos sistemas totalitários. Se simples indivíduos sem qualquer legitimidade podem desempenhar o papel da “força policial onisciente” proposta por Collier para garantir que os conselhos de administração das empresas estão a agir no “interesse público”, isso já nada teria a ver com uma economia de mercado ou com o capitalismo. No fim do dia, do capitalismo só fica a palavra – onze letras despojadas do seu verdadeiro significado.

Alonguei-me nesta parte porque Collier não é um marxista radical, mas um dos muitos autores que acha que tem de inventar sugestões para “melhorar” o capitalismo e pôr limites à suposta “ganância” entranhada no nosso sistema económico moderno.

A questão é: serão a ganância e o egoísmo desenfreado – e hoje mais do que nunca – as forças motrizes do capitalismo? O interesse próprio de cada ser humano é um impulsionador, embora certamente não o único, de toda a

ação humana. Mas isso nada tem a ver com um determinado sistema económico. Pelo contrário, é uma constante antropológica primordial. “Na aceção popular”, escreve Ayn Rand, “a palavra ‘egoísmo’ é um sinónimo de mal; a imagem que lhe está associada é a de um bruto assassino que espezinha pilhas de cadáveres para atingir os seus fins, que não se preocupa com nenhum ser vivo e que apenas busca a satisfação dos caprichos insensatos que naquele momento o assaltam. No entanto, o significado exato e a definição que consta no dicionário da palavra ‘egoísmo’ é: *preocupação com os seus próprios interesses.*”³⁸²

A palavra egoísta combina o elemento *ego-*, que transmite a ideia de “para si próprio”, com o sufixo *-ista*, que remete para “adepto de”. No seu livro sobre egoísmo, Julien Backhaus escreve: “O ‘ego’ é o ponto de partida de todas as suas experiências neste planeta. Não é bom nem é mau. Simplesmente, é. Forma o centro da sua vida. É o que o separa do ambiente que o rodeia.”³⁸³

As ideologias totalitárias procuram diminuir o “Eu”. Desejam precisamente subordiná-lo ao “Nós”, como o demonstram duas das máximas do nacional-socialismo: “*Du bist nichts, dein Volk ist alles*” (“Tu não és nada, o teu povo é tudo”) e “*Gemeinwohl vor Eigenwohl*” (“O interesse comum antes do interesse privado”). Num discurso em novembro de 1930, Adolf Hitler disse: “Em toda a esfera da vida económica, e até em toda a própria vida, ter-se-á de pôr de lado a ideia de que o benefício do indivíduo é o essencial e de que o benefício do todo é construído sobre o benefício do indivíduo, ou seja, que é o benefício do indivíduo que dá origem ao benefício do todo. O contrário é que é verdade: o benefício do todo determina o benefício do indivíduo... Se este princípio não for reconhecido, o egoísmo vai inevitavelmente instalar-se e dilacerar a comunidade.”³⁸⁴

Esta é uma convicção que une todos os pensadores totalitários, revolucionários e ditadores, desde Robespierre na Revolução Francesa até Lénine, Estaline, Hitler e Mao. Hannah Arendt, uma das maiores pensadoras do século XX, escreveu na sua obra *Sobre a Revolução*: “Não foi apenas na Revolução Francesa, mas em todas as revoluções, que o seu

exemplo inspirou, que o interesse comum apareceu sob a forma do inimigo comum e a teoria do terror, de Robespierre a Lénine e a Estaline, pressupõe que o interesse da totalidade deve de modo automático, e decerto permanente, ser hostil ao interesse particular do cidadão.”³⁸⁵ De facto, absurdamente, tem-se afirmado que agir contra o interesse próprio é a maior das virtudes, e o valor de uma pessoa tem sido julgado pelo quanto ela age contra os seus próprios interesses e impulsos.³⁸⁶

Adam Smith enfatizou os benefícios do egoísmo, salientando, não o puro interesse próprio, mas precisamente o facto de as pessoas precisarem constantemente da ajuda umas das outras. No entanto, também salientou o facto de que ninguém pode contar apenas com a boa vontade dos outros: “[O homem] terá maior probabilidade de alcançar o que deseja se conseguir interessar o egoísmo [dos seus congéneres] a seu favor e convencê-los de que terão vantagem em fazer aquilo que ele deles pretende... Não é da bondade do homem do talho, do cervejeiro ou do padeiro que podemos esperar o nosso jantar, mas da consideração em que eles têm o seu próprio interesse. Apelamos, não para a sua humanidade, mas para o seu egoísmo [*self-love*], e nunca lhes falamos das nossas necessidades, mas das vantagens deles.”³⁸⁷ Ludwig von Mises enfatizou que era um erro contrastar ações egoístas e altruístas. Felizmente, “[o] poder de escolher se as minhas ações e conduta devem servir a mim ou aos meus semelhantes não me é dado... Se fosse, a sociedade humana não seria possível.”³⁸⁸

Além de equipararem a procura do lucro à ganância, muitas pessoas sentem-se desconfortáveis com a procura do lucro porque acreditam que a vida económica funciona como um jogo de soma nula. A investigação científica demonstra que as pessoas que têm sentimentos de inveja para com os ricos aderem a uma ideia de soma nula. Mas o que significa “soma nula”? É a crença de que o ganho de uma pessoa tem de ser a perda de outra – como num jogo de ténis, onde há sempre um vencedor e um derrotado. Para quem acredita na soma nula, uma pessoa rica só pode tornar-se rica à custa dos outros – sobretudo dos trabalhadores, que explora. Imagina a economia como uma tarte que tem sempre o mesmo tamanho: se alguém tira uma fatia maior, fica a sobrar menos para os restantes.

Mas não é assim que o capitalismo funciona. O comércio e os ganhos de produtividade aumentam o tamanho da tarte. Quando a economia cresce, são muitas as pessoas que beneficiam – não são só os capitalistas; os empregados também beneficiam. E se houver uma crise económica, então, no pior cenário, o empresário teme pela existência da sua empresa e os empregados pelos seus empregos. A contradição de classe entre capitalistas, por um lado, e trabalhadores e empregados, por outro, não existe enquanto tal. É mais frequente os interesses de ambas as partes serem coincidentes, porque, numa empresa próspera, tanto o proprietário como os trabalhadores estão normalmente em melhor situação do que numa empresa com poucos lucros e que até possa estar ameaçada de falência.

Voltando ao tema: o egoísmo foi sempre uma característica humana, mas, no capitalismo, encontra-se restringido pelo facto de o sucesso só estar ao alcance do empresário que se foque primordialmente nas necessidades dos clientes. É a empatia, e não a ganância, que serve de base ao capitalismo. A empatia é a capacidade de reconhecer e compreender os sentimentos e os motivos de outra pessoa. E esta é a qualidade mais importante dos empreendedores de sucesso.

Tomemos o exemplo de Steve Jobs. Ele inventou produtos como o iPhone porque compreendeu melhor do que outros as necessidades e os desejos das pessoas na sociedade moderna. O mesmo se diga de Mark Zuckerberg, hoje uma das pessoas mais ricas do mundo. Inventou o Facebook porque percebeu, melhor do que outros empresários, a vontade dos seus contemporâneos de comunicarem através da Internet. Steve Jobs e Mark Zuckerberg alcançaram o êxito – como todos os empresários de sucesso – através dos seus clientes.

Os irmãos Karl e Theo Albrecht foram, durante muitos anos, as pessoas mais ricas da Alemanha. Tornaram-se ricos enquanto fundadores da cadeira de hipermercados Aldi, que fornece produtos de qualidade a preços baixos. Adotaram a mesma estratégia de Sam Walton, o fundador da Walmart, que também foi, durante muitos anos, uma das pessoas mais ricas dos EUA. Com as suas decisões de compra, os consumidores confirmaram que Jobs, Zuckerberg, os irmãos Albrecht e Sam Walton estavam certos quanto aos

desejos, necessidades e sentimentos de outras pessoas; na verdade, todos estes empresários sabiam o que os consumidores queriam antes mesmo de estes o saberem.

Claro que também há empresas que agem de uma forma excessivamente egoísta, perdendo de vista os interesses dos seus semelhantes. Um exemplo é o Deutsche Bank, que contestou milhares de ações judiciais movidas pelos seus clientes. Mas, no capitalismo, estas empresas são punidas – pelo mercado. O Deutsche Bank perdeu a sua posição como um dos bancos líderes mundiais porque colocou os interesses dos seus próprios banqueiros de investimento acima dos interesses dos seus clientes e acionistas.

Casos individuais de empresas ou membros de conselhos de administração que agem de forma desonesta são usados, vezes sem conta, para acusar o próprio capitalismo. Os exemplos são mais que muitos, como o escândalo com a fraude da empresa americana de energia Enron, em 2001, o escândalo “*dieselgate*” de 2015, envolvendo a Volkswagen e outros fabricantes de automóveis alemães, ou a fraude de muitos milhões de dólares levada a cabo pela empresa gestora de pagamentos Wirecard, denunciada na Alemanha em 2020. Por vezes, como no caso da Wirecard, fraudes em tão larga escala só foram possíveis porque os reguladores governamentais falharam redondamente no seu dever. Havia descrições detalhadas na imprensa económica, mas o regulador financeiro da Alemanha, o BaFin, não lhes deu seguimento. Neste, como em muitos outros casos, tratou-se mais de falha do Estado do que de falha do mercado.

Vigaristas e criminosos sempre existiram – fosse qual fosse o sistema. É um truque típico dos críticos do capitalismo retratarem factos antropológicos básicos – por exemplo, a existência de burlões – como se fossem uma característica distintiva do sistema. Contudo, não há indícios, ténues que sejam, de que exista mais fraude nos sistemas capitalistas do que nos não capitalistas. Na verdade, tudo aponta para que seja exatamente o contrário. As empresas que abusam da confiança dos seus clientes sofrem danos na sua reputação e são punidas pelos seus clientes ou pelos mercados financeiros. Os clientes perdem a confiança e mudam-se para a concorrência, e os investidores vendem as ações da empresa ou até a punem

através da chamada venda a descoberto [*short-selling*]. Vimos no Capítulo 6 que até os monopólios podem perder o seu poder e acabarem por deixar de ser monopólios ou desaparecerem por completo do mercado. Assim se vê a força do mercado num sistema capitalista.

Trabalhei na indústria imobiliária durante cerca de 20 anos, e infelizmente também lidei com alguns empresários que agiram de forma pouco ética ou chegaram até a infringir a lei. Mas, primeiro, esses foram uma pequena minoria e, segundo, a maior parte dos empresários pouco éticos acabavam por, mais tarde ou mais cedo, sofrer, no mínimo, danos significativos na sua imagem. Muitas vezes chegaram a desaparecer totalmente do mercado, enquanto outros foram punidos pelo sistema judicial. E muitas vezes os mercados financeiros e os clientes até são muito mais rápidos a punir uma empresa do que o sistema judicial.

Nos sistemas socialistas, por outro lado, os consumidores encontram-se indefesos, à mercê das empresas estatais, autênticos monopólios que não podem ir à falência ou sofrer as consequências económicas ou jurídicas das suas ações. No socialismo, se uma empresa estatal agir contra os interesses dos seus clientes, estes não têm alternativa porque não há concorrência. No capitalismo, os consumidores podem facilmente punir quem descure as suas necessidades. Todos os dias os clientes votam numa empresa – comprando ou não os seus produtos.

E é por demais evidente que as empresas capitalistas não têm o exclusivo das ações moralmente censuráveis. Tais problemas também existem na Igreja, nos sindicatos e nas organizações não governamentais (ONGs) que, supostamente, estão empenhadas em lutar pelos pobres e pelo ambiente e contra o capitalismo. Um exemplo recente envolveu a organização Oxfam, que, ano após ano, vem publicando “estudos” que denunciam os ricos e o capitalismo, estudos que os meios de comunicação social tratam de difundir com grande aparato. Em fevereiro de 2018, foi revelado que colaboradores da Oxfam forçaram mulheres que faziam voluntariado em lojas Oxfam a praticar atos sexuais a troco de assistência em situações de crise. Isto foi relatado por Helen Evans, uma antiga gestora de topo da Oxfam e antiga chefe da equipa de segurança da Oxfam UK. Segundo Evans, a Oxfam não

investigou adequadamente estes incidentes, sendo que um inquérito interno, levado a cabo em vários países, revelou que um em cada dez colaboradores tinha sido vítima direta de assédio sexual ou tinha pelo menos observado atos de assédio e agressão. Este é somente um dos muitos casos em que organizações sem fins lucrativos não conseguiram cumprir os seus deveres morais. Tal como seria injusto generalizar tais relatórios e pôr todas as ONGs no banco dos réus, é injusto culpar o capitalismo pelas falhas morais de algumas empresas.

Claro que há empresários gananciosos, mas seria absurdo considerar a procura de lucros em geral como uma expressão de ganância. “A ganância”, escreve o economista Thomas Sowell, “pode ser a explicação do *desejo* de um indivíduo por mais dinheiro, mas o rendimento é determinado por aquilo que *outras pessoas pagam*, quer essas outras pessoas sejam empregadores ou consumidores. Tirando os criminosos, a maioria das pessoas numa economia de mercado recebe rendimentos como resultado de transações voluntárias. O quanto alguém consegue auferir de forma voluntária depende da vontade de outras pessoas darem o seu dinheiro em troca do que quem o recebe possa oferecer, seja trabalho, uma mercadoria ou um serviço.”³⁸⁹

A um nível económico, as empresas precisam de ter lucro – caso contrário, não sobreviverão. Isto é verdade não só no capitalismo, como em qualquer sistema económico: se, por exemplo, num sistema socialista, a maioria das empresas registasse perdas, o sistema entraria rapidamente em colapso. Foi por isso que, no final dos anos 80, cerca de 70 anos após a sua fundação, a União Soviética “entrou em bancarrota”. O sistema – ou seja, todas as empresas soviéticas juntas – tinham acumulado tantas perdas que a economia já não era viável.

Hermann Simon sublinha que lucro e liberdade andam de mãos dadas. “Empresários que geram lucro reduzem a sua dependência face a bancos, clientes e fornecedores. Podem decidir por si o que fazer com os seus lucros. Podem distribuí-los, reinvesti-los no negócio existente, criar novos negócios, ou doá-los a qualquer causa ou instituição à sua escolha. O lucro traz liberdade.”³⁹⁰ Mas o inverso também é verdade: se um empresário não

tiver lucro, tem menos liberdade. Os bancos restringem-lhe a margem de manobra, fica dependente de cada encomenda que recebe, os empregados temem perder os empregos e podem mesmo ir trabalhar para um concorrente. A liberdade, aliás, é também um dos principais motivos para os empresários se tornarem empresários. A minha tese de doutoramento teve como tema a psicologia dos super-ricos, pelo que desejei descobrir o que é que o dinheiro significa para os muito abastados. A maior parte das pessoas quando pensa nos ricos pensa imediatamente em carros luxuosos, iates caros e vivendas magníficas. Os programas de televisão estão cheios de imagens dessas. E, como é evidente, há pessoas ricas para quem os bens materiais são importantes.

Fiz entrevistas aprofundadas, de uma a duas horas, a 45 pessoas ricas, para escrever a minha dissertação. No final, as transcrições destas conversas chegavam às 1700 páginas – a que se juntava um teste psicológico com 50 perguntas que cada entrevistado preencheu. O resultado:³⁹¹ os meus entrevistados associavam ter dinheiro, ou seja, uma grande fortuna, a vantagens muito diferentes nas suas vidas. Para melhor compreender os seus motivos, todos os entrevistados foram confrontados com seis afirmações que podem ser associadas a dinheiro. Foi-lhes pedido que classificassem cada uma destas afirmações de 0 (sem importância nenhuma) a 10 (muito importante).

A variedade das respostas dos entrevistados revela a abrangência das suas motivações individuais. Por exemplo, o objetivo de “conseguir ter acesso às coisas mais requintadas da vida” (isto é, carros caros, casas sumptuosas ou férias dispendiosas) foi muito importante para 13 entrevistados, enquanto dez afirmaram que isso não tinha para eles a menor importância. Para os restantes, este ponto não era nem extremamente importante nem completamente sem importância. O motivo da “segurança” foi referido como particularmente importante por cerca de metade dos entrevistados, mas houve também nove que não lhe atribuíram importância nenhuma.

Somente uma motivação foi partilhada por quase todos os entrevistados: a associação da riqueza à “liberdade e independência”. A imagem de ser financeiramente livre uniu quase todos os inquiridos e nenhuma outra

motivação teve uma classificação tão alta. Apenas cinco dos entrevistados classificaram esta afirmação com uma pontuação que não se situava no intervalo mais alto, entre 7 e 10 pontos, enquanto 23 lhe atribuíram o valor máximo de 10.

O segundo ponto mais importante foi: “A oportunidade de usar o dinheiro para coisas novas, para investir”, que foi classificado como muito importante por 23 dos entrevistados e menos importante por apenas um. Aqui chegados, algumas pessoas dirão certamente: “A liberdade está bem, é uma coisa boa; talvez até mesmo o lucro também o seja. Mas onde é que fica a humanidade em tudo isto?” Os sistemas socialistas prometem às pessoas felicidade e uma solução para todos os seus problemas, uma espécie de paraíso na Terra. Sabemos pelas experiências socialistas do século XX que esta promessa de paraíso acabou muitas vezes num inferno. Os cientistas contabilizaram mais de 100 milhões de mortes resultantes destas experiências socialistas – apresento três exemplos do caráter desumano dos sistemas socialistas no Capítulo 11.³⁹²

O capitalismo não promete o paraíso na Terra, mas sim uma ordem que assegura uma oferta fiável de bens. Demonstrei em capítulos anteriores que o capitalismo não só é o melhor remédio contra a fome e a pobreza, como também, por exemplo, para o ambiente. Mas o que o capitalismo não pode oferecer às pessoas é um sentido para as suas vidas ou uma promessa de felicidade. Uma pessoa deve ser livre para lutar pela felicidade, mas, se a alcança ou não, não é da responsabilidade do sistema económico. A filosofia do livre-mercado assenta na autorresponsabilidade de cada indivíduo.

“Sistemas económicos não capitalistas”, escreve o historiador económico alemão Werner Plumpe, “ainda não conseguiram em lado nenhum proporcionar o alívio material básico sem o qual é difícil imaginar uma ‘boa vida’, seja de que tipo for. Alívio material não significa felicidade, sobretudo por não estar disponível sempre e em todo o lado – mesmo em condições capitalistas. No fim do dia, a ordem capitalista é muito superior a todas as outras fórmulas imagináveis. E assim sendo, a frieza da economia é pelo menos uma condição necessária para uma vida satisfatória, se não

mesmo para uma vida realizada. Mas a economia também não é responsável por isso; as pessoas é que o são.”³⁹³

Os socialistas falam sempre em “nós”. Os defensores dos mercados livres acreditam que as pessoas devem ser mestras e senhoras dos seus próprios destinos, que é a elas que cabe a responsabilidade por viverem “uma vida satisfatória” e não ao Governo. No decurso das minhas investigações para um livro anterior, dediquei bastante atenção a pessoas com deficiência que eram bem-sucedidas e descobri que há muito a aprender com elas. Antes e acima de tudo, o assumir a responsabilidade – não culpar a sociedade, não culpar outras pessoas ou circunstâncias externas, mas assumir a responsabilidade pelo seu próprio destino.

Um exemplo que muito me impressionou foi a vida de um americano em particular: nasceu em 1930 numa das famílias mais pobres da sua cidade. Nunca conheceu o pai. A mãe morreu aos 31 anos de idade. Era negro, o que ainda era um problema muito maior nos Estados Unidos daquela altura do que é hoje. E, como se não bastasse, contraiu uma doença ocular incurável e ficou cego aos sete anos de idade.

O leitor já terá ouvido muitas das suas canções. O seu nome é Ray Charles. É venerado como o “Sumo Sacerdote da *Soul*”. Na lista dos “Melhores Cantores de Todos os Tempos” da revista *Rolling Stone*, aparece em primeiro lugar entre os homens, à frente de superestrelas como Elvis Presley, John Lennon, Bob Dylan e Paul McCartney. Apenas uma cantora, Aretha Franklin, aparece à sua frente, relegando-o para o segundo lugar na lista global dos “100 Melhores”. Foi não só cantor, mas também compositor e produtor, e recebeu o cobiçado Prémio Grammy 17 vezes em 37 nomeações. Com uma fortuna cujo valor líquido atingiu os 100 milhões de dólares, foi também um dos cantores mais ricos da sua época.

Mas também havia um lado negro na sua vida. Ray Charles foi durante 16 anos viciado em heroína. Mas não atribuiu as culpas pelo seu consumo de drogas a circunstâncias externas, à sua deficiência, ou à discriminação que sofreu. Escreve na sua autobiografia: “Ninguém me fez isto. Fui eu que o fiz a mim próprio. Não foi a sociedade que mo fez, não foi um traficante, não foi por ser cego ou ser negro ou ser pobre. Foi tudo obra minha.”³⁹⁴

Resume-se a isso: ser o autor da sua própria vida, para o melhor e para o pior. O filósofo e cientista cultural alemão Peter Sloterdijk chama a isso uma filosofia existencialista.³⁹⁵ É uma característica das pessoas de sucesso – “a figura da autoescolha, graças à qual o sujeito faz qualquer coisa com o que foi feito com ele.”³⁹⁶ Confronte isto com a filosofia dos socialistas, que declara: “És uma vítima das circunstâncias e não tens qualquer hipótese de uma vida melhor no seio destas estruturas capitalistas – por isso junta-te a nós e ajuda a derrubar estas estruturas.” Declarar que as pessoas são vítimas deste modo só as deixa desamparadas e impotentes. Pelo contrário, exemplos de pessoas que tomaram o seu destino nas suas próprias mãos, apesar de – e, por vezes, até devido a – circunstâncias externas adversas, podem ser uma valiosa fonte de encorajamento e inspiração.

O capitalismo é, admitidamente, o sistema mais desafiante, porque nem toda a gente adora a liberdade e a responsabilidade individual. Muitos acham mais fácil quando é o sistema a oferecer-lhes um propósito. Os Estados islâmicos oferecem aos seus cidadãos um propósito religioso, os Estados socialistas prometem uma sociedade sem classes num futuro comunista, e o Estado nacional-socialista deu a muitos alemães um sentido de vida e de valor no seio da *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional). Todos estes sistemas coletivistas oferecem instruções tremendamente precisas quanto ao papel que deverá – ou não – caber a cada indivíduo no seio da comunidade. Mas para pessoas com outras convicções, para pessoas de outros credos (ou, sob o nacional-socialismo, para grupos que fossem excluídos da *Volksgemeinschaft*), estes sistemas eram o inferno em vida, e muitas acabaram por morrer nos campos de concentração de Hitler ou no Gulag de Estaline.

O liberalismo clássico baseia-se no princípio de que nem o Estado nem a economia podem definir um sentido de vida que seja vinculativo para todos os cidadãos. Consegue definir o sentido da sua vida? Por exemplo, eu consigo compreender Arnold Schwarzenegger, quando disse que “o sentido da vida não é só existir, sobreviver, mas avançar, ascender, alcançar, conquistar.”³⁹⁷ Mesmo na sua juventude, disse ele, estabelecia grandes objetivos para si próprio. “Com os meus sonhos e ambição”, explicou

Schwarzenegger, “eu definitivamente não era normal. As pessoas normais conseguem ser felizes com uma vida normal. Eu era diferente. Sentia que estar vivo tinha de significar algo mais do que uma existência mediana.”³⁹⁸ Fascinam-me as pessoas que pensam assim. Mas nunca me passaria pela cabeça defender uma sociedade em que todos fossem obrigados a pensar e a sentir-se assim.

As pessoas têm sonhos e ideias muito diferentes sobre o que uma vida plena significa para si. Uma sociedade livre dá a pessoas como Schwarzenegger, que veio de uma pequena aldeia da Estíria, na Áustria, e depois se tornou o culturista mais famoso do mundo e uma das estrelas de cinema de ação mais bem pagas de Hollywood (e duas vezes eleito governador da Califórnia), mais oportunidades para realizarem os seus próprios sonhos do que outras sociedades. Mas não obriga ninguém a sonhar determinado sonho ou a exigir da vida algo em particular. Também isso cabe a cada um decidir.

Simon, 22-23.

A margem de retorno nas vendas é dada pela divisão do resultado operacional (antes de impostos) pelas receitas (excluindo o imposto sobre as vendas [em Portugal, o IVA]).

Simon, 41.

Simon, 1.

Simon, 88-89.

Simon, 88.

Simon, 88.

Simon, v.

Collier / Kay, 7.

Collier / Kay, 14.

Collier, *O Futuro do Capitalismo*, 133.

Collier, *O Futuro do Capitalismo*, 134. Itálicos no original.

Collier, *O Futuro do Capitalismo*, 135.

Collier, *O Futuro do Capitalismo*, 135-136.

Rand, *The Virtue of Selfishness*, 5. Itálicos no original.

Backhaus, 11.

Discurso de Hitler em 13 de novembro de 1930, citado em Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 301.

Arendt, 82-83.

Arendt, 83.

Smith, A., 94-95. Secção disponível em

<https://maisliberdade.pt/biblioteca/do-principio-que-da-origem-a-divisao-do-trabalho/>

Mises, *Socialism*, 357.

Sowell, *Intellectuals and Society*, 67-68. Itálicos no original.

Simon, *True Profit*, 69.

Para mais detalhes, cf. Zitelmann, *The Wealth Elite*, capítulo 12, 232-242.

Cf. também Courtois et al., *O Livro Negro do Comunismo*.

Plumpe, *Das kalte Herz*, 640.

Charles / Ritz, 108-109.

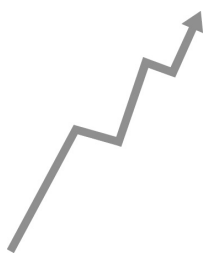
Sloterdijk, 64.

Sloterdijk, 64.

Schwarzenegger, citado em Andrews, 66.

Schwarzenegger, citado em Lommel, 25.

MITO 8



“O capitalismo incita as pessoas a comprar produtos de que não precisam”

Na sua encíclica *Laudato Si'* de 2015, toda ela um ardente libelo acusatório do capitalismo, o Papa Francisco proclamou: “Dado que o mercado tende a criar um mecanismo consumista compulsivo para vender os seus produtos, as pessoas acabam por ser arrastadas pelo turbilhão das compras e gastos supérfluos. O consumismo obsessivo é o reflexo subjetivo do paradigma tecno-económico.” Tal como outros anticapitalistas, o Papa Francisco afirma que isto acontece apenas no interesse dos ricos: “O referido paradigma faz crer a todos que são livres pois conservam uma suposta liberdade de consumir, quando na realidade apenas possui a liberdade a minoria que detém o poder económico e financeiro.”³⁹⁹ E, tal como todos os anticapitalistas, o Papa Francisco revela-se um crente na ideia de soma nula quando propõe, como solução para o problema, “aceitar um certo decréscimo do consumo nalgumas partes do mundo, fornecendo recursos para que se possa crescer de forma saudável noutras partes.”⁴⁰⁰

Em 2018, o sociólogo suíço Jean Ziegler escreveu: “A sociedade do consumo assenta nalguns princípios básicos: os seus membros são clientes que são seduzidos a comprar, consumir e deitar fora bens em número cada vez maior, e a adquirir novos bens, mesmo que não precisem deles.”⁴⁰¹

Novos desejos “são instilados no cérebro dos consumidores”⁴⁰² e daí resulta a “compulsão para o consumo” prevalecente no capitalismo.⁴⁰³

Estas críticas ao consumismo nada têm de novo. Quando a tese de que o capitalismo leva a um empobrecimento cada vez maior de vastas camadas da classe trabalhadora foi refutada pelos desenvolvimentos nos Estados Unidos e na Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial, a “Nova Esquerda” tratou de virar o argumento ao contrário: já não era na escassez, mas sim no excesso de consumo que residia o verdadeiro mal do capitalismo, afirmavam. Chegou até a falar-se do “terror do consumo”. Segundo este conceito, as empresas capitalistas primeiro criam “necessidades” artificialmente através da publicidade, e depois satisfazem-nas parcialmente com bens baratos e de fraca qualidade, seguindo o paradigma da “sociedade do descartável”. O filósofo britânico Roger Scruton caracterizou a crítica da “superabundância” e da “sociedade do consumo” quando escreveu, “Esta história transforma a prova da nossa liberdade – isto é, que conseguimos obter o que queremos – na prova da nossa escravidão, uma vez que as nossas vontades não são mesmo nossas.”⁴⁰⁴

De grande influência foi Herbert Marcuse, o mestre da Escola de Frankfurt, que argumentou, no seu livro *O Homem Unidimensional*, que as pessoas já não conseguiam distinguir as suas necessidades “verdadeiras” das suas necessidades “falsas”, porque a sua capacidade de recusar o que existia tinha sido ultrapassada pelo enorme progresso da produção de mercadorias. Os bens e serviços do mundo capitalista “endoutrinam e manipulam; promovem uma falsa consciência insensível à sua falsidade... Emerge assim um padrão de *pensamento e comportamento unidimensional*.”⁴⁰⁵ Para Marcuse, tratava-se de condições desumanas: “Aqueles cuja vida é o inferno da Sociedade da Abundância são mantidos na ordem por meio de uma brutalidade que ressuscita velhas práticas medievais e dos primórdios da Idade Moderna.”⁴⁰⁶ Assim, o consumo reforça a “alienação”, um termo que se mantém tão vago que permite a qualquer um desenvolver as suas próprias ideias sobre o que possa realmente significar e, em todo o caso, “reconhecer” os seus próprios

problemas como problemas da sociedade.

“Terror do consumo” tornou-se um dos *slogans* favoritos da geração de 68. Na sua aceção mais extrema, esta crítica radical ao consumo desencadeou os primeiros atos espetaculares de terrorismo na Alemanha, protagonizados por Andreas Baader e Gudrun Ensslin, que viriam a constituir o núcleo da Fação do Exército Vermelho (RAF – *Rote Armee Fraktion*, no original alemão) com Ulrike Meinhof e, mais tarde, a matar 33 pessoas. A 3 de abril de 1968, duas bombas incendiárias explodiram nos grandes armazéns Kaufhof & Schneider em Frankfurt. Os terroristas justificaram o atentado deste modo: “Incendiámos os grandes armazéns para que vocês parem de comprar. A compulsão para o consumo aterroriza-vos; nós aterrorizamos os bens.”⁴⁰⁷ Segundo a lógica que invocavam, o terror do consumo deve ser combatido com outra forma de terror, legitimando assim a violência na luta contra a escravidão do consumo.

Para alguns esquerdistas, o consumismo era, e é ainda, pior do que o fascismo – e portanto havia uma certa lógica em combatê-lo por todos os meios. O realizador de cinema italiano Pier Paolo Pasolini, de esquerda, atacou o “consumismo” e afirmou que: “Nunca nenhum centralismo fascista conseguiu fazer o que o centralismo da civilização consumista tão bem conseguiu.”⁴⁰⁸ Esta nova ideologia, disse ele, era “o pior tipo de repressão da história humana”, uma nova forma de totalitarismo que era “de tal modo abrangente e alienante que atingia o limite extremo da degradação antropológica ou do genocídio.”⁴⁰⁹ Proclamou que “os bens supérfluos tornam a vida supérflua” e apelou a uma nova cultura da pobreza.⁴¹⁰

Em muitas partes do mundo, Europa incluída, a crítica ao consumismo passou a estar estreitamente associada ao antiamericanismo: O imperialismo cultural americano, segundo esta argumentação, estava a destruir a verdadeira cultura e a fazer com que o mundo capitalista se estivesse a tornar cada vez mais superficial e uniformemente aborrecido.

Embora esta crítica tenha assumido grande importância nos anos 60 nos EUA e na Europa, na realidade é tão antiga como o próprio capitalismo – em bom rigor, é ainda mais antiga, remontando a filósofos como Platão, na Antiguidade. Werner Plumpe argumenta que as primeiras críticas ao

capitalismo emergente no século XVIII não se centravam nas questões sociais. Segundo Plumpe, o capitalismo constituía um problema para os primeiros críticos “porque fornecia bens de consumo baratos para um mercado de massas, bens que eram de qualidade inferior face aos padrões de quem até então dominava, as classes abastadas. Era, por assim dizer, com a crítica ao consumo que o mundo educado enfrentava o capitalismo emergente e expressava o primeiro desconforto que o capitalismo viria a provocar.”⁴¹¹

Esta crítica punha a nu muitos ressentimentos: o ressentimento dos “educados” em relação à “economia profana”, a que se juntava o desconforto sentido pela tradição cristã relativamente a um mundo em que “abundância, dinheiro e individualismo estavam não só a alterar a ordem sociomoral como a ameaçar dissolvê-la.”⁴¹²

No século XIX, esta tendência intensificou-se e os Estados Unidos tornaram-se objeto de uma crítica mordaz ao capitalismo. No entanto, não foi tanto por razões sociais que o capitalismo dos EUA passou a ser visado “tal não teria deixado de ser bastante absurdo face à fuga em massa da miséria europeia e às notícias que chegavam dos EUA dando conta de como era a vida lá; pelo contrário, tratou-se de uma aversão generalizada por parte do mundo europeu ‘arrogante’, que rejeitava tanto o consumo massificado como a suposta imoralidade de uma busca de progresso individual sem o freio de qualquer tradição.”⁴¹³ Do ponto de vista das classes médias educadas, o capitalismo não passava de um projeto das classes baixas, e o que estava a suceder na América do Norte parecia ser disso a prova provada.⁴¹⁴

A crítica à suposta superficialidade e ao consumismo partiu sempre dos intelectuais e assentava no receio de que os critérios de estima e reconhecimento dentro da sociedade estivessem a mudar. Se até então a reputação individual aos olhos da burguesia educada dependia do quão letrado alguém era, do quão bem dominava o cânone clássico da educação, agora, sob o capitalismo, qualquer pessoa com meios financeiros podia comprar “símbolos de estatuto”.

No seu livro *The Intellectuals and the Masses* [“Os Intelectuais e as

Massas”], o historiador de literatura britânico John Carey cita o escritor britânico George Gissing como um exemplo desta crítica. Gissing, segundo Carey, foi o primeiro escritor inglês a “assumir a posição dos intelectuais contra a cultura de massas.”⁴¹⁵ Nos seus romances, prossegue Carey, Gissing recorre a dois métodos-padrão para introduzir uma nova personagem. Um deles, explica Carey, é o de olhar para a biblioteca da personagem: “Prateleiras com poesia, literatura, história e nada de ciência natural pertencem a personagens sensíveis, imaginativas e inteligentes. Prateleiras com política, ciência social, tecnologia e pensamento moderno, seja de que área for, definem indelevelmente os seus donos como, na melhor das hipóteses, semieducados e, na pior, cruéis, grosseiros e desonestos.”⁴¹⁶

O comércio, escreve Carey, “está no âmago do descontentamento de Gissing para com o que é moderno. Os intelectuais, argumenta ele, deveriam ter direito a imunidade face às sórdidas pressões do mercado.”⁴¹⁷ Gissing abominava a publicidade sob que forma fosse, associando-a à vulgaridade e à má educação.⁴¹⁸

A crítica cultural anticapitalista passou a visar os grandes armazéns logo nos finais do século XIX. No seu romance *O Paraíso das Damas*, publicado em 1883, Émile Zola acusa a torpeza moral dos armazéns e descreve o declínio dos pequenos retalhistas num bairro parisiense. Na pesquisa para o seu romance, Zola levou a cabo aprofundados estudos comerciais e sociológicos e entrevistas, e a sua obra baseou-se em verdadeiros armazéns. Num outro romance, *Warenhaus Berlin* [“Grande Armazém de Berlim”] de Erich Köhrer, o bem-sucedido dono de um grande armazém, Friedrich Nielandt, acaba a pegar fogo ao seu estabelecimento, destruindo-o totalmente. Já então os grandes armazéns eram acusados de minar a moral das pessoas e de as flagelarem num frenesim de compras.⁴¹⁹

O historiador alemão Wolfgang König distingue três correntes na crítica à “sociedade do consumo”: uma crítica desde a perspetiva cultural, que ataca a superficialidade do consumo; uma “crítica à dominação”, em que o consumidor surge como um tonto, objeto de total manipulação, e uma marioneta cujas cordas são puxadas pelo capital; e uma crítica ao consumo

enquanto culpado da destruição ambiental: “Com o tempo, o foco da crítica ao consumo foi saltando da crítica cultural para a crítica à dominação e daí para a crítica ambiental. As manifestações individuais da crítica ao consumo provinham de um largo espectro político, desde a extrema-esquerda à extrema-direita, embora a ênfase na crítica cultural coubesse mais ao setor conservador do espectro e a ênfase nas críticas que incidiam mais na dominação e no ambiente viesse sobretudo da esquerda.”⁴²⁰

Um dos mais influentes intelectuais conservadores da Alemanha do pós-guerra foi Karl Korn, chefe da secção de cultura de um dos principais jornais alemães, *FAZ*, e editor do mesmo até 1973: “Alguém acredita”, perguntou ele uma vez, “que uma pessoa consiga assimilar o estilo de vida moderno, centrado no automóvel, e manter-se um sujeito culturalmente intacto? Quem quer que conduza um carro e ouça rádio com a mesma regularidade que presidia aos hábitos dos europeus que frequentavam a igreja, quem quer que vá ao cinema, ingira sulfamidas ou comprimidos hormonais e controle a sua reprodução vê alterada a sua consciência e o seu ser social.”⁴²¹

Enquanto a maioria dos alemães ocidentais se regozijava com uma maior panóplia de bens após os horrores da ditadura, da Guerra Mundial e do período de penúria do pós-guerra, Korn sentia a “barbárie” do consumo: “Num mundo cuja lei suprema é a satisfação das necessidades dos consumidores, que afasta a morte e a dor da consciência humana, a insegurança mesmo assim aumenta, como todos sabemos e já experimentámos, porque o medo e o vazio aumentam. Desde modo, a hiper-civilização e a barbárie acabam por coincidir.”⁴²² Korn desconfiava de toda a gente, exceto dos académicos, dos crentes, dos artistas e dos aldeões,⁴²³ que não estavam envolvidos no processo que ele designou de “massificação”.

Para os intelectuais – situem-se eles à esquerda ou à direita no espectro político – a crítica ao consumismo foi e é um meio de se distinguirem, tanto da elite económica como das massas. Os intelectuais, os que sustentam a crítica ao consumismo induzido pelo capitalismo, no fundo desprezam quem não seja como eles: as massas, que se entregam ao consumo estéril, e

os capitalistas, também falhos de educação e cultura adequadas. Quer as massas quer os capitalistas, postulam estes críticos, estão unidos por um materialismo desprezível, que constitui um contraste absoluto com o idealismo dos verdadeiros valores e da alta cultura que caracterizam a burguesia educada.

Esta crítica ao capitalismo e aos seus representantes veio a tornar-se especialmente popular nos anos 60. Ferdinand Lundberg, professor de ciências sociais e economia na Universidade de Nova Iorque, publicou em 1968 um livro amplamente aclamado, intitulado *The Rich and The Super-Rich* [“Os Ricos e os Super-Ricos”], no qual declarou: “Quanto ao tipo de pessoa do construtor de riqueza americano, seja ele novo ou velho, pode dizer-se que é normalmente um extrovertido, pouco dado à reflexão, pelo menos até se aproximar da senilidade. Frequentemente pouco escolarizado, com escassas leituras, e tendo, em grande parte, uma visão ingénua do mundo e do seu papel nele... As suas circunstâncias bastam para que seja um alienado.”⁴²⁴ A maior parte dos “capitalistas” que constituem a lista da *Fortune* dos indivíduos mais ricos da América, continuou Lundberg, poderia bem ser descrita como “os que fazem gazeta à alta cultura”⁴²⁵. O economista canadiano-americano de esquerda John Kenneth Galbraith começa o seu muito aclamado *best-seller* mundial, *A Sociedade da Abundância*, publicado em 1958, com a seguinte afirmação: “Mas fora de dúvida que a riqueza é o inimigo impiedoso do entendimento.”⁴²⁶

A crítica ao capitalismo de consumo continua a ser formulada por intelectuais até aos nossos dias, e está a tornar-se cada vez mais estridente e implacável. Em 2009, o autor britânico Neal Lawson publicou um artigo no jornal britânico de esquerda *The Guardian* com o título “Queremos ir às compras ou ser livres? É melhor escolhermos depressa.” Eis a sua crítica: “Consumimos para comprar identidade, ganhar respeito e reconhecimento, e assegurar um estatuto. As compras são o melhor meio para nos conhecermos a nós próprios e uns aos outros, e chegaram a um ponto em que estão prestes a excluir outras formas de ser, conhecer e viver. Isto deve-se ao complexo industrial de consumo, composto de *designers*, publicitários, psicólogos e consultores, que geram um fluxo constante de

novos desejos e transformam-nos em necessidades. O mercado compete como um tubarão; não tem moral mas alimenta-se incessantemente de nós, levando-nos a comprar mais porque as vendas e os lucros têm de estar sempre a aumentar.”⁴²⁷

A crítica de Lawson culmina na equiparação do Arquipélago Gulag, a rede de campos de concentração e trabalhos forçados na União Soviética de Estaline, onde milhões de pessoas encontraram a morte, com a marca de luxo italiana Gucci, que Lawson vê como a encarnação do capitalismo de consumo: “Dizia-se que o totalitarismo, uma sociedade em que não há alternativas, ia chegar nas botas da esquerda comunista ou da direita fascista. Chega-nos agora com um sorriso na cara, a seduzir-nos para mais uma compra. As botas têm a cor e o estilo desta estação. Somos observados, gravados e comandados, não pelas nossas crenças políticas, mas pelo que queremos comprar. O Gulag é substituído pela Gucci.”⁴²⁸

A crítica intelectual à sociedade capitalista de consumo toma como padrão os valores e os gostos da burguesia educada e denuncia como “falsas necessidades” – criadas por publicidade astuta para aumentar os lucros dos capitalistas – todos os desejos e necessidades de quem não concorda com as suas preferências.

O cientista cultural alemão Thomas Hecken faz uma crítica certa à opinião de que as “verdadeiras necessidades” dos compradores são ignoradas e de que as “falsas necessidades” são artificialmente criadas e manipuladas pelo mercado capitalista, ao classificar esta opinião como um “ato de retórica altamente manipulador”: “A sugestão de o leitor ser o único (quando comparado com todos os outros, que estão enganados) a saber quais são as verdadeiras e autênticas necessidades das pessoas é oca e presunçosa, dada a maleabilidade cultural do homem enquanto ser imperfeito. Intenções políticas e preferências estéticas pessoais são desse modo confundidas na falsa e infundada noção de um destino humano natural.”⁴²⁹

Esta distinção entre necessidades legítimas e “naturais”, por um lado, e necessidades absurdas e “artificiais”, por outro, não passa de um método a que os intelectuais recorrem para ficarem descansados quanto à sua própria

identidade e elegerem os seus valores, gostos e hábitos de consumo como única referência válida.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu socorre-se do termo *habitus*, o qual descreve, de modo algo complicado, como “um sistema de disposições estruturadas e estruturantes socialmente constituído, adquirido através da prática e constantemente orientado para funções práticas.”⁴³⁰ Nele inclui o estilo de vestir de um indivíduo, os passatempos e atividades de lazer que ele prefere, a maneira como fala, os círculos sociais em que se move, os desportos que pratica, a cultura geral que tem e, por fim, a autoconfiança que exhibe. As diferenças no *habitus*, segundo Bourdieu, demarcam as várias classes numa sociedade.

Os indivíduos, segundo Bourdieu, nascem em classes e grupos específicos na sociedade e aprendem e assimilam, desde a infância com os seus pais e na sua envolvente social, determinados modos de se comportarem e expressarem, desenvolvendo também preferências específicas ao nível dos gostos. Estes comportamentos e preferências combinam-se para criar um estilo de vida alinhado com o seu grupo social e o dos respetivos membros, diferenciando o seu grupo dos restantes estratos sociais.

Para a sua pesquisa empírica, Bourdieu elaborou um questionário onde perguntava aos inquiridos, por exemplo, que mobília tinham; os *hobbies* que praticavam; os músicos, cantores, escritores, artistas e filmes que preferiam; o que gostavam de vestir; e os pratos que serviam aos convidados.⁴³¹ Segundo Bourdieu, a totalidade destas preferências define os estilos de vida que distinguem entre si as classes e os grupos numa sociedade.

Como vimos nas citações de Gissing e Lundberg, o intelectual típico tem ideias claras sobre o que são necessidades “verdadeiras” e “falsas”. Deste modo, quem tiver lido poucos livros fica desacreditado por esse simples facto, tal como o fica quem tenha lido os livros errados, porque demonstra que lhe falta a verdadeira cultura e educação. E o não ter “boas leituras” e não ser capaz de apreciar a “verdadeira cultura” é, do ponto de vista dos intelectuais, o que liga os capitalistas desprezados às massas manipuladas

pela publicidade.

Mas, para o intelectual, ter boas leituras é apenas um dos critérios de distinção, ainda que talvez o mais importante. O gosto musical é outro traço característico. Quem quer que ouça música popular em vez de música clássica, ou mesmo música atonal, é tido como dando provas de um grau assustador de superficialidade. Theodor Adorno, uma das mentes da Escola de Frankfurt, por exemplo, adorava a música dodecafônica do compositor vienense Arnold Schönberg, e considerava a música popular, a dos Beatles, por exemplo, uma crueldade estética. O gosto próprio e pessoal torna-se assim um traço comum de formação de identidade na crítica à sociedade prevalecente.

É claro que o capitalismo cria toda uma série de produtos a que o leitor ou eu chamaríamos inúteis e supérfluos, simplesmente porque são inúteis e supérfluos para si e para mim. Mas o capitalismo é um sistema livre e democrático, no sentido em que deixa às pessoas a decisão sobre o que precisam ou não precisam (à exceção de produtos banidos por boas razões, como a pornografia infantil). A alternativa seria uma economia dirigida pelo Governo, em que políticos e funcionários públicos decidiriam quais os produtos de que as pessoas precisam ou não precisam. Ludwig Erhard, que introduziu a economia de mercado na Alemanha Ocidental após a Segunda Guerra Mundial, observou ironicamente, a propósito dos críticos da sociedade de consumo capitalista: “Se as senhoras querem cucos nos chapéus, que tenham cucos. Não serei eu a banir a produção de chapéus adornados com cucos.”⁴³²

Com efeito, quem é que estaria disposto a determinar o que são “verdadeiras” e o que são “falsas” necessidades? Em 2020, o investigador de consumo Carl Tillessen publicou um livro aclamado em toda a Alemanha. O livro passa de facto a impressão de que tudo costumava ser melhor do que é hoje. A globalização e a digitalização, aos olhos de Tillessen, têm tido no mundo um impacto sobretudo negativo. No passado, afirma, “quando tudo ainda era feito localmente”, as estruturas de preços eram “razoavelmente coerentes”. E continua: “Mas a globalização da produção de tantos bens de consumo diário virou o nosso mundo dos bens

de pernas para o ar... Hoje, uma camisa de manga curta pode custar vinte vezes mais do que uma camisa de manga comprida, porque a camisa de manga curta vem da Suíça e a camisa de manga comprida vem da China... O que não só parece ser errado, como é errado.”⁴³³ É errado, diz ele, porque, “para as pessoas que não estão tão próximas de nós geográfica e culturalmente, a globalização deu início a uma era deveras sombria.”⁴³⁴ No que respeita a esta linha de pensamento, já vimos no Capítulo 1 que isso simplesmente não é verdade.

Então, como é que eram os bons velhos tempos? O consumo, nessa altura, era supostamente guiado por princípios racionais, quando comparados com a crescente irracionalidade dos nossos dias. Como prova disso, escreve Tillessen: “Quando o nosso consumo ainda era racional, a classe baixa contava com o segmento barato do mercado para se abastecer, a classe média com o segmento médio e a classe alta com o segmento superior. O *Homo economicus* de séculos anteriores era racional e sempre ajustou automaticamente o seu consumo à sua riqueza.”⁴³⁵ Mas podia pôr-se isto de outra maneira: nos séculos passados, a maioria das pessoas em todo o mundo era indigente e, por isso, só conseguia comprar o absolutamente indispensável para viver. Estes é que eram os bons velhos tempos? Hoje, segundo Tillessen, tudo piorou: “E se hoje em dia não se consegue comprar uma mala Louis Vuitton, não se vai para uma mais barata, poupa-se até se conseguir a mala Louis Vuitton com o monograma impresso.”⁴³⁶ O que há assim de tão errado em as pessoas comuns poderem comprar hoje mais do que costumavam comprar? E quem é que decide se “precisam” ou não?

Tillessen rejeita as “compras de prazer” como totalmente irracionais – de onde resulta que, para ele, as compras racionais são as que apenas visam satisfazer necessidades físicas imediatas: “Sem remorsos financeiros, fazemos agora, regularmente, compras por puro prazer. Quando compramos uma coisa, já não podemos passar sem outra. Donde resulta ser o nosso consumo cada vez menos racional. Nunca na história da humanidade tiveram as compras tão pouco a ver com a satisfação de uma necessidade tangível.”⁴³⁷ E cita o perfume como exemplo de produtos “supérfluos”.⁴³⁸

Na verdade, deveríamos sentir-nos culpados por quase todas as nossas

compras, ou por pelo menos mais de 90% delas, porque, como explica Tillessen, “mais de 90% dos produtos que compramos são produzidos em condições injustas.”⁴³⁹ E, se comprar uma T-shirt barata, por exemplo, também deveria ter o recibo “emoldurado e pendurado na parede, porque isso faz de si um apoiante certificado da escravidão moderna.”⁴⁴⁰ Portanto, comprar coisas baratas é o pior pecado que se pode cometer. Por outro lado, se comprar uma T-shirt Gucci por €299 com a etiqueta “Made in Italy”, já é mais provável que tenha sido feita em “condições justas”, mas, mesmo assim, não se consegue estar 100% seguro.⁴⁴¹ Comprando artigos de luxo, de marca, explica Tillessen, “claro que não impedimos a escravidão moderna, mas pelo menos não a apoiámos ou encorajámos conscientemente.”⁴⁴²

Tudo isto leva-nos a perguntar porque é que as pessoas compram tantas coisas todos os dias, quando na verdade, segundo os críticos anticonsumismo, não precisam delas? A explicação simples, segundo Tillessen, é a de que estão doentes – doentes ao ponto de precisarem realmente de terapia. Tillessen fala do vício das compras. Existe sem dúvida uma tal doença, mas, para ele, somos todos viciados em compras. Cita exemplos extremos, como o de alguém que era viciado em CDs de música clássica e acabou a gastar 8000 dólares por dia neles.⁴⁴³ Estamos viciados porque “cada vez mais compramos coisas que não nos servem para nada, mesmo estando a futilidade económica e o dano ecológico dos nossos comportamentos a tornarem-se-nos cada vez mais evidentes. Se fôssemos honestos connosco mesmos, devíamos admitir a nossa crescente dependência mental e física das compras regulares por prazer. Sem disso nos apercebermos, há anos que todos temos estado viciados em consumo.”⁴⁴⁴ As pessoas chegam até a nem sequer desembulhar algumas das suas compras ou a dar-se ao trabalho de ler as instruções, escreve Tillessen, ficando as coisas por usar depois de compradas. Como podemos ver por estes exemplos, os críticos do consumismo pegam em comportamentos extremos e transformam-nos em fenómenos de massas que supostamente nos afetam a todos.

Mesmo comprando o que os críticos do consumidor entendem por

“certo”, o leitor deve sentir-se culpado se não o comprar pelas razões “certas”. Isto porque: “Se alguém prefere fruta e vegetais orgânicos por acreditar que são mais saudáveis, então isso não é consumo ético. E se alguém compra pão e ovos biológicos por causa do sabor, isso nada tem a ver com moralidade.”⁴⁴⁵ Tillessen conclui que 99,9% das decisões de compra são tomadas, em grande parte, à margem de considerações morais.

E quem está por detrás disto tudo? Conspiradores de dimensão global, como a Amazon, que sonham dominar o mundo: “Hoje em dia, são os retalhistas eletrónicos quem, tal como os vilões de James Bond, sonha em varrer completamente o comércio físico da face da terra e alcançar o domínio total do mundo.”⁴⁴⁶

Claro que tais críticos do consumismo estão bem cientes de que quase ninguém poderia ou quereria viver de uma forma que se alinhasse consistentemente com a lógica dos seus argumentos. Tillessen admite abertamente: “Mas se seguíssemos todos estes preceitos, as nossas vidas não iriam muito além de vegetais podres, chucrute e maçãs murchas, e roupas em segunda mão sujas e amarrotadas. A multiplicidade e rigor dos requisitos faz com que uma vida radicalmente sustentável se pareça com algo que não podemos nem queremos alcançar. Viver em total harmonia com os princípios da sustentabilidade e comprar apenas bens de comércio justo far-nos-ia recuar décadas no progresso da humanidade, tal como faria a recusa em utilizar os produtos Google, direta ou indiretamente. E, no fim do dia, a perceção da magnitude dos sacrifícios pessoais que cada um de nós teria de fazer seria absurdamente desproporcionada face à pequena contribuição que dela resultaria para melhorar o mundo. Assim, a maioria das pessoas desiste da tentativa de viver de forma mais sustentável e continua a fazer o que sempre fez. Infelizmente.”⁴⁴⁷

Portanto, Tillessen sabe que não há qualquer hipótese de as pessoas alterarem consistentemente, nas suas vidas, aquilo de que ele tanto se queixa. Mas podem pelo menos mudar pequenas coisas, diz ele, tais como ir de bicicleta para o trabalho de abril a setembro ou usar apenas comboio em vez de avião nas viagens domésticas. Além disso, sugere que todos devemos medir constantemente a nossa pegada de carbono, “embora esta

seja apenas uma das muitas iniciativas capazes de permitir alcançar a meta da neutralidade de carbono e que ignora completamente a questão da compatibilidade social do nosso consumo.”⁴⁴⁸

As suas propostas equivalem, no essencial, a fazer simbolicamente “alguma coisa” – com o fardo constante de uma consciência culpada, porque, façamos o que fizermos, isso será sempre muito pouco, uma vez que continuamos a destruir o ambiente, a causar alterações climáticas, a consumir sem sentido e, acima de tudo, ainda somos responsáveis pela exploração e escravatura de pessoas na Ásia, em África e na Europa de Leste. Como se recordará, comprar as coisas certas pelas razões erradas não vale. Onde resulta que, seja o que for que fizermos, fica-nos sempre um sentimento de culpa. Assim, o consumo mau é o consumo que nos faz sentir bem e o consumo menos condenável é o que nos deixa com um sentimento de culpa.

O que levanta a seguinte questão: Serão as pessoas mais felizes com um permanente peso na consciência? Serão cidadãos autoconfiantes? Ou estarão mais sujeitas à manipulação por parte de políticos que constroem as suas estratégias políticas com base em consciências culpadas e promessas de alívio psicológico para os cidadãos que aderirem ao movimento anticapitalista ou que, pelo menos, coloquem as suas cruzinhas ao lado do nome do partido “certo” nas urnas?

E tudo isto conduz-nos à pergunta seguinte: Como é que se ultrapassa esta contradição entre, por um lado, a condenação ideológica do consumo e, por outro, a nossa própria existência enquanto consumidores? A “solução” para esta contradição é a de “apenas designar como ‘consumo’ ações muito específicas – nomeadamente as compras e aquisições feitas por outras pessoas. As coisas que nós compramos surgem como muito menos comerciais e danosas do que as compradas pelos pequeno-burgueses e pelos trabalhadores; a perceção que os membros da classe média-alta (ou emergente) têm dos objetos de que se rodeiam, bem como as suas relações com eles, parece ser muito menos distante e desinteressada. Em suma, só o que parece ser inútil e pouco criativo é rotulado e rejeitado como consumo.”⁴⁴⁹

Segundo o professor alemão de estudos culturais Thomas Hecken, a rejeição do consumismo por parte dos intelectuais de esquerda apenas se aplica a áreas povoadas por outros objetos e gostos. É fácil desprezar uma “área” quando não a apreciamos; enquanto isso, acusamos quem nela entra “de fracasso cultural e por vezes também moral”, e declaramos que “seria preferível proibir a sua proliferação.”⁴⁵⁰

O que os “críticos do consumo” não mencionam na diferenciação que estabelecem entre necessidades “verdadeiras” e “falsas” é que quase todas as necessidades que vão além da alimentação e da sexualidade estão sujeitas a mudanças culturais. Sempre assim foi. No seu livro *Empire of Things* [“Império das Coisas”], o historiador alemão Frank Trentmann escreve, por exemplo, sobre a apetência por algodão indiano na Europa do século XVIII, por vestuário europeu na África do século XIX, e sobre a emergência de novos gostos europeus por produtos exóticos como o café, o chá e o chocolate: “As preferências por estes bens não eram nem pré-existentes nem universais; tiveram e têm de ser criadas.”⁴⁵¹

Houve sempre alturas na história em que tudo o que ia além da satisfação das necessidades básicas de sobrevivência era considerado supérfluo ou luxuoso – e só muito poucos tinham esse privilégio. No passado, janelas e casas de banho interiores eram vistas como um luxo sem sentido; hoje, são tão naturais como indispensáveis para a maioria das pessoas no mundo. No final da Idade Média e início da Era Moderna, os gastos com vestidos na moda, casamentos de luxo e mobiliário bonito eram alvo de condenação generalizada e até proibição: “Eram denunciados por desencadearem uma espiral de gastos competitivos – frequentemente referidos como ‘ir atrás dos vizinhos’ – e por minarem valores e hierarquias sociais... Pior ainda: dizia-se que a avareza e a cobiça desviavam os cristãos da verdadeira vida do espírito.”⁴⁵²

Para o sociólogo Helmut Schoeck, a guerra contra o luxo é tão antiga como o mundo. Legislação contra o luxo pode ser encontrada nas mais diversas sociedades, entre os povos primitivos, na Antiguidade, entre as civilizações avançadas do Extremo Oriente, na Europa da Idade Média e até nos nossos dias. “Por vezes, a um homem com posses suficientes podia

permitir-se a desigualdade, desde que pagasse por esse privilégio, subornando, por assim dizer, a inveja da comunidade, através, por exemplo, do pagamento de um imposto especial se a sua casa tivesse mais do que um certo número de janelas ou fogões, ou se a sua casaca tivesse mais do que o número de botões indispensáveis; hoje, em alguns países, o seu carro é tributado em função da respetiva potência.” Por vezes, prossegue Schoeck, um indivíduo da África Ocidental que tivesse colocado demasiadas folhas no telhado da sua cabana ou consumido o mel que havia encontrado na selva chegava a ser forçado a pagar esse “luxo” com a perda de um membro, ou até da vida.⁴⁵³

Trentmann, que analisa a história do consumo, escreve que eram normalmente os comentadores mais abastados, como era o caso do filósofo romano Sêneca, quem repreendia os outros por cederem às tentações materiais: “Raramente eram pessoas comuns”, observa Trentmann.⁴⁵⁴ E, por estranho que pareça, até os críticos mais ferozes do “consumo” capitalista fazem um uso excessivo dos produtos que o capitalismo produz. Um estudo na Alemanha concluiu que os deputados do Partido Verde, que constantemente apelam a sacrifícios pessoais, a limites no consumo e a que, por razões ambientais, as pessoas deixem de viajar de avião, utilizam mais frequentemente os voos domésticos do que os políticos de qualquer outro partido. E o leitor teria de se esforçar bastante para encontrar um anticapitalista disposto a viver sem os computadores, a Internet e os *smartphones* que o ajudam a espalhar as suas críticas ao capitalismo.

Vem a propósito referir que não foi apenas o capitalismo a prometer às pessoas consumo e bens de consumo sem restrições. Os regimes do socialismo e do nacional-socialismo também o fizeram. “Claro que o histórico da efetiva realização material”, escreve Trentmann, “foi bastante divergente. Mas o que é notável, numa perspetiva histórica global, é como a visão de padrões de consumo elevados e crescentes conseguiu instalar-se como ideal cultural indiscutível. Os ideais de autossuficiência frugal não têm sido muito cultivados, ou têm-se limitado a experiências de curta duração e autodestrutivas como a dos Khmers Vermelhos no Camboja, entre 1975 e 1979.”⁴⁵⁵

A expansão do Império das Coisas, como Trentmann lhe chama, deveu-se, em parte, ao facto de os bens terem passado a constituir importantes amuletos de identidade, memórias e emoções. Roupas, carros, relógios, *smartphones* e outros são valorizados “tanto pelos sentimentos que despertam nos seus proprietários, como pelo seu uso prático.”⁴⁵⁶

Os críticos anticapitalistas do consumo também rejeitam toda e *qualquer* forma de publicidade. Passemos novamente a palavra ao conhecido crítico do capitalismo, Jean Ziegler: “Os instrumentos com que os capitalistas criam estas necessidades chamam-se *marketing* e publicidade, duas das mais infelizes e estúpidas atividades alguma vez inventadas pela humanidade.”⁴⁵⁷ Os “publicitários”, segundo Ziegler, são “astutos” e “perseguem o consumidor por todo o lado, cercam-no, assediam-no com chamadas, bombardeiam-no com aquilo a que chamam mensagens.”⁴⁵⁸ Estes mercenários do *marketing* “dirigem o comportamento do consumidor.”⁴⁵⁹

Claro que há publicidade ridícula e supérflua – para si, para mim, e para muito mais gente – mas, para os anticapitalistas, qualquer forma de publicidade é repreensível. Noam Chomsky critica a indústria publicitária, que tenta que toda a gente seja “incitada a tornar-se consumidora”, por forma a conseguir “controlar as pessoas”.⁴⁶⁰ Chomsky critica o facto de as pessoas não decidirem racionalmente e apresenta o modelo do *homo economicus* de tal modo que nele as pessoas tomam as suas decisões despidas de qualquer emoção. Na sua opinião, o facto de as coisas não serem assim – de haver emoção nas decisões – confirma que o modelo está errado e demonstra ainda a natureza perversa das técnicas de manipulação dos publicitários: “Se os agentes publicitários se regessem pelos princípios do mercado, as empresas – a General Motors, por exemplo – fariam um breve anúncio dos seus produtos e respetivas características, acompanhado de comentários da revista *Consumer Reports* para que o cliente pudesse fazer uma avaliação... Se alguma vez ligou o seu televisor, sabe que centenas de milhões de dólares são investidos na tentativa de criar consumidores desinformados que farão escolhas irracionais – é nisso que consiste a publicidade.”⁴⁶¹ Por esta lógica de ideias, também se poderia

dizer que qualquer mulher que receba um pedido de casamento do seu amado que não seja sob a forma de um e-mail sóbrio e factual acompanhado de um breve resumo dos argumentos a favor do casamento está a ser irremediavelmente manipulada.

Os críticos da publicidade retratam as empresas como onipotentes e tentam criar a impressão de que os consumidores são vítimas indefesas nas suas garras. Para provarem a onipotência da indústria publicitária, há mais de meio século que os seus críticos andam a repetir alguns mitos. Um deles baseia-se no livro de Vance Packard de 1957, *The Hidden Persuaders* [“Os Persuasores Ocultos”], que teve grande cobertura mediática quando foi publicado pela primeira vez. O livro deu conta de uma técnica de publicidade particularmente manipuladora, que consistia na inserção de imagens de anúncios durante a exibição de filmes. Estas imagens apareciam e desapareciam tão depressa que as audiências nem sequer tinham consciência delas. A imprensa referiu-se à publicidade subliminar como “a mais oculta das persuasões ocultas” e àqueles que recorriam a tais técnicas como “monstros invisíveis”, culpados de “lavagem cerebral”.⁴⁶²

A atenção que o livro despertou ficou a dever-se a, no mesmo ano, James M. Vicary, proprietário de uma agência de publicidade, ter alegadamente conduzido uma experiência na qual inseriu subliminarmente os *slogans* “Beba Coca-Cola” e “Coma Pipocas” durante a projeção de um filme. Vicary afirmou que tal terá aumentado as vendas de Coca-Cola em 18,1% e as de pipocas teriam disparado até 57,7%. No entanto, verificou-se mais tarde que a experiência ou era falsa ou nunca tinha tido lugar. “O pretenso estudo não tinha passado de um truque publicitário para aumentar as vendas da empresa de Vicary.”⁴⁶³ Perdi a conta ao número de vezes que, ao longo da minha vida, as pessoas me falaram desta alegada experiência, retratando-a como um exemplo particularmente repreensível de terror e manipulação do consumidor através da publicidade.

Devo, no entanto, admitir que também acreditei durante muito tempo que a experiência tinha realmente sido levada a cabo, embora nunca tenha conseguido compreender a suprema indignação das outras pessoas. Afinal de contas, o que é que supostamente aconteceu? As pessoas estavam a ver

um filme que poderia ser sobre morte e carnificina, mas não foram dominadas por impulsos violentos; em vez disso, pediram uma garrafa de Coca-Cola durante o intervalo, porque lha tinham mostrado durante uma fração de segundo. Ainda assim, como disse, nada disto realmente aconteceu, e Vicary, o suposto rei da publicidade subliminar, sofreu a ignomínia da falência um ano depois da alegada experiência.

Claro que a publicidade pode funcionar, pode e deve “manipular”, mas está longe de ser tão onipotente e insidiosa como os seus críticos alegam. A maior parte das vezes é só ineficaz. Ao empresário americano Henry Ford é atribuída a afirmação de que “metade do dinheiro que gasto em publicidade é desperdiçado; o problema é que não sei qual a metade.” Em meados da década de 1980, a psicóloga social alemã e especialista em publicidade Eva Heller escreveu que a frase atribuída a Henry Ford já não era exata: “Hoje em dia, pode considerar-se que pelo menos três quartos dos orçamentos de publicidade são gastos sem se atingirem os resultados esperados.”⁴⁶⁴

E David Ogilvy, o grande guru da publicidade, fartou-se de ridicularizar as campanhas publicitárias criadas por outras agências de publicidade no seu livro *Confessions of an Advertising Man* [“Confissões de um Publicitário”], acusando-as de serem ineficientes, de geralmente em nada contribuírem para o aumento das vendas e de servirem mais para entreter do que para vender. Acusou outros publicitários de estarem mais interessados em ganhar prémios com as suas campanhas do que em vender os produtos dos seus clientes.

Desde 2003 que o perito alemão em *marketing* Bernd M. Samland vem inquirindo regularmente mais de 3000 pessoas acerca de vários *slogans* publicitários – e a maioria dos *slogans* ingleses ou eram mal entendidos ou nem eram sequer compreendidos pelos (potenciais) clientes.⁴⁶⁵

Os criativos de publicidade parecem ter-se esquecido da sua principal tarefa: aumentar as vendas.

Grandes sucessos de vendas, como o de Harry Potter, não se deveram principalmente à publicidade. Howard Schultz, o fundador e ex-presidente da Starbucks, disse uma vez: “Atualmente é difícil lançar um produto

através de publicidade dirigida aos clientes, porque estes já não prestam a atenção que antes prestavam, nem acreditam na mensagem... Olho para o dinheiro gasto em publicidade e espanta-me que as pessoas ainda acreditem que estão a ter retorno nos seus investimentos.”⁴⁶⁶

Em janeiro de 2021, os especialistas americanos em publicidade Bradley Shapiro, Günter Hitsch e Anna E. Tuchman publicaram um estudo baseado na sua meticulosa análise científica da publicidade televisiva para 288 bens de consumo. Conclusão chocante: a publicidade não só não compensou o investimento em 80 por cento das marcas, como teve mesmo um ROI (Retorno do Investimento) negativo.⁴⁶⁷

Claro que se pode argumentar que a publicidade direcionada, difundida *online* através das redes sociais, é hoje muito mais eficaz, mas também há dúvidas quanto a isso. Há alguns anos, a Procter & Gamble e a Unilever reduziram os seus gastos em publicidade *online* em 41% e 59%, respetivamente, sem qualquer impacto negativo nos resultados. A Uber também reduziu o seu orçamento *online* em dois terços após uma grande fraude, sem qualquer alteração no número de instalações da sua aplicação.⁴⁶⁸

A publicidade não é tão onipotente como as agências de publicidade e os anticapitalistas nos querem – por diversas razões – fazer crer, e a imagem do consumidor mentecapto a ser seduzido por anunciantes engenhosos para passar o dia inteiro a comprar coisas desnecessárias é um enorme exagero. Se alguém está a ser enganado, hão de ser sobretudo as empresas que gastam tanto dinheiro em publicidade ineficaz e que apenas aderem ao jogo publicitário porque os seus concorrentes também o fazem. As agências de publicidade conseguem principalmente convencer os seus clientes a gastar dinheiro – não tanto os clientes dos seus clientes.

Pessoalmente, sinto-me muitas vezes incomodado com publicidade primitiva, mas também não suporto muitas das produções de ópera moderna e não é por isso que me passaria pela cabeça que as óperas devessem ser banidas (a diferença está, evidentemente, no facto de, como contribuinte, não ter outro remédio que não seja ajudar a financiar a alta cultura na Alemanha, enquanto, como consumidor, só financio publicidade quando

compro os produtos que estão a ser anunciados).

Quando imagino um mundo sem publicidade para produtos e serviços, penso na monotonia do socialismo, onde cartazes aborrecidos estão espalhados pelas ruas, proclamando mensagens de propaganda do partido e *slogans* apelando ao cumprimento do Plano. Prefiro muito mais a publicidade capitalista, que, no seu melhor, atinge o estatuto de arte, como no caso de Andy Warhol, publicitário de profissão. O sociólogo Schoeck escreveu que, mal alguém referia “o terror do consumo” na sua presença, pedia-lhes que descrevessem a que processo da sua vida quotidiana se estavam a referir: “Nem em seminários universitários nem em quaisquer outros eventos alguma vez encontrei alguém que confessasse ser uma vítima. Parece que são sempre as necessidades erradas dos outros que estão a ser satisfeitas.”⁴⁶⁹

Outro grande papão da crítica anticapitalista ao consumo é a chamada “obsolescência”. O próprio termo é ambíguo, porque cobre questões muito diferentes que, no fundo, pouco têm a ver umas com as outras. A Wikipédia [em alemão] dá-lhe a seguinte definição: “Nos negócios e especialmente na indústria, a obsolescência consiste no envelhecimento de determinado produto – ou conhecimento – devido à durabilidade limitada dos seus componentes técnicos ou a mudanças nas modas ou na tecnologia disponível. Se esse processo for deliberadamente provocado pelo fabricante por razões estratégicas, é designado de obsolescência programada.”⁴⁷⁰

A obsolescência técnica e a obsolescência psicológica são frequente e deliberadamente confundidas para exagerar a dimensão do problema. O facto de os produtos serem eliminados, apesar de ainda funcionarem perfeitamente, não é, por si só, digno de crítica. A dada altura, desfiz-me do meu gira-discos e do meu gravador de cassetes porque o CD tinha sido inventado. Ambos os dispositivos teriam certamente durado muitos mais anos. Será que fui vítima de manipulação por parte de anunciantes capitalistas? Não. Foram muitas as vezes que me aborreci com discos riscados (para os leitores mais jovens: arranhões que faziam o disco “soluçar”) e com fita que ficava encravada ou emaranhada no meu gravador de cassetes (mais uma vez, para os leitores mais jovens: isto estragava as

cassetes) e fiquei contente por haver agora um equipamento que me poupava a estes dois problemas.

Também adorei o meu antigo telemóvel Nokia, que tinha uma bateria que durava dias. Cheguei mesmo a ter vários, não fosse o meu modelo favorito poder vir a ser descontinuado. Mais tarde, mudei para o iPhone. Será que o fiz porque maléficos estratégias publicitários da Apple me manipularam? Não. Foi simplesmente porque o novo aparelho me proporcionava muitas funcionalidades úteis que os meus antigos telemóveis Nokia não tinham. Também fui o orgulhoso proprietário de um gravador/leitor de cassetes de vídeo, mas, mais uma vez, estava sempre a aborrecer-me com a fita emaranhada, torcida ou até rasgada. Por isso, fiquei contente quando o DVD foi inventado, pois resolveu este problema. Deitei fora o gravador de vídeo, embora ainda estivesse tecnicamente a funcionar.

O tema da obsolescência não é novo, como o confirma o historiador de tecnologia alemão Wolfgang König. Os anticapitalistas e os chamados ativistas do consumo falam de uma grande conspiração orquestrada pelo comércio e pela indústria, que, alegam eles, adotam uma estratégia sistemática e massificada de “obsolescência programada”, ou seja, fabricar os produtos de modo a que se estraguem mais depressa.

Mas, já em 1976, um estudo do economista alemão Burckhardt Röper concluiu que as alegadas provas de que os fabricantes estavam deliberadamente a encurtar a vida dos seus produtos não eram consistentes. Muitos outros estudos, nas últimas décadas, chegaram a conclusões idênticas. Até o Öko-Institut [Instituto para a Ecologia Aplicada] da Alemanha admitiu, em 2015, que muitas dessas críticas eram exageradas. Ao mesmo tempo, porém, a análise do Öko-Institut confirmou que a vida útil inicial da maioria dos grupos de produtos estudados tinha de facto diminuído nos últimos anos. Verificou-se, por exemplo, que muitos dispositivos eletrónicos tinham sido substituídos por outros mais recentes, apesar de os antigos ainda funcionarem bem.⁴⁷¹

Em contraste com estas análises matizadas, somos frequentemente confrontados com reportagens impressionantes nos meios de comunicação, que criam a impressão de que a obsolescência planeada é um fenómeno

comum e generalizado e que os dispositivos são deliberadamente produzidos para se estragarem mais depressa – um tópico que também foi aproveitado por alguns políticos. Wolfgang König escreve que é impressionante que “na literatura da teoria da conspiração sejam constantemente usados os mesmos exemplos, alguns deles com mais de um século.”⁴⁷² A história inventada da lâmpada cujo tempo de vida tinha sido intencionalmente encurtado em prejuízo dos consumidores tem sido repetida centenas de vezes, diz König.⁴⁷³

O exemplo do fabricante de automóveis General Motors, que colocou no mercado uma série de modelos constantemente atualizados na década de 1920, vem sendo constantemente citado como prova da tese da obsolescência planejada. A cada novo modelo, a General Motors retirava quota de mercado a Henry Ford, que continuava obstinadamente agarrado ao seu conceito de modelo único. Para compreender devidamente a situação, talvez seja preciso saber que Henry Ford reagia impetuosamente sempre que alguém lhe dizia que tinha de acompanhar os tempos e fazer algumas alterações no seu famoso Modelo T. Uma vez, quando um empregado aproveitou a ausência de Ford e desenvolveu um modelo para suceder ao T, que deixou do lado de fora da porta, Ford ficou possesso, como descreveu um espectador: “Ele estende as mãos, agarra a porta, e pumba! Arrancou a porta! Meu Deus! Como é que o homem fez aquilo!? Saltou lá para dentro, e pumba!, lá se foi a outra porta. Pumba!, o parabrisas. Salta por cima do banco de trás e começa a bater no tejadilho, que rasga com o tacão do sapato.”⁴⁷⁴

Durante anos, Ford conseguiu impedir os seus empregados de desenvolverem novos modelos, mas não conseguiu travar a concorrência. A General Motors respondia à evolução das expectativas dos clientes e lançava modelo atrás de modelo. Desde então, o exemplo tem sido constantemente referido como prova das estratégias sinistras do capital e do quão reprovável é a sociedade de consumo capitalista. König comenta: “O que é suposto isto ter a ver com uma conspiração associada à obsolescência programada é algo que nos escapa.”⁴⁷⁵ Outros exemplos frequentemente citados – que vão desde carros modernos que, supostamente, enferrujam

mais depressa, até impressoras a jato de tinta que fazem os consumidores comprar tinta com mais frequência do que é realmente necessário – não resistem a uma análise mais aprofundada. Uma investigação da organização alemã de consumidores Stiftung Warentest concluiu que a tese da obsolescência incorporada é ilógica: “A situação ideal seria aquela em que todas as peças falhassem ao mesmo tempo, após atingirem o fim planeado da sua vida útil. Num tal cenário, a estratégia de incorporar propositadamente pontos fracos faz pouco sentido e seria um desperdício, porque muitas das restantes peças do aparelho seriam então qualitativamente superiores e desnecessariamente caras de produzir.”⁴⁷⁶

Além disso, que sentido faz produzir dispositivos que durem para sempre quando é evidente que, em todo o caso, estarão tecnologicamente obsoletos dentro de alguns anos? Suspeito que nem mesmo os mais assanhados críticos do capitalismo ainda terão em casa um gravador de fita ou um velho projetor de filme, assim como também não terão um velho telemóvel Nokia ou uma televisão a preto e branco – e os velhos gira-discos são, na melhor das hipóteses, algo para puristas de aparelhagens de som domésticas.

O exemplo do estrangulamento de desempenho em iPhones mais antigos é também frequentemente citado. A Apple admitiu que o seu *software* afeta o desempenho máximo dos aparelhos com baterias de iões de lítio mais antigas e não substituíveis, para garantir que estes se mantêm funcionais e evitar paragens inesperadas provocadas por queda súbita no fornecimento de energia. Foi intentada uma ação judicial contra a

Apple nos EUA, que terminou com um acordo em março de 2020; a Apple aceitou pagar um total de até 500 milhões de dólares às partes lesadas. Será isto prova de que os queixosos tinham razão? Constituiu uma admissão de culpa por parte da Apple? Não necessariamente. É sabido que, nos EUA, mesmo os processos de consumo mais disparatados podem acabar com o pagamento de quantias chorudas como compensação. A Red Bull, por exemplo, pagou 13 milhões de dólares para resolver dois processos de ação coletiva de consumidores – os consumidores queixaram-se do *slogan* “Red Bull dá-te asas”, por acharem que constituía uma falsa alegação de benefícios de desempenho.

Mesmo que existam exemplos isolados de empresas que deliberadamente introduziram pontos fracos nos seus produtos, tal não basta para provar que se trata de uma estratégia generalizada a que os capitalistas, ávidos de lucro, recorrem. Todas as empresas sabem que, conhecidas tais práticas, serão levadas ao pelourinho da Internet e da comunicação social, prejudicando gravemente o valor da sua marca e o preço das ações. No capitalismo, é ao consumidor que cabe a última palavra – e, do ponto de vista de uma empresa que age racionalmente, o risco de os consumidores a punirem por tais práticas é maior do que qualquer potencial lucro de curto prazo que pudesse ser obtido. O que, como todos sabemos, não significa que não haja, de tempos a tempos, empresas que perdem de vista os seus próprios interesses.

A crítica ao consumismo traz consigo a crítica ao estatuto do dinheiro nos sistemas capitalistas. Para os críticos do consumo, o capitalismo surge como um sistema em que o dinheiro é o alfa e o ómega. Mas o dinheiro, prossegue esta tese, não faz as pessoas felizes. E este ceticismo parece ter sido confirmado por estudos científicos. Já em 1974, o economista Richard Easterlin afirmava que não existe uma correlação positiva entre rendimentos mais elevados e maiores níveis de felicidade, pelo menos acima de um certo rendimento anual.⁴⁷⁷ Dois Prémios Nobel da Economia, Daniel Kahneman e Angus Deaton, desvalorizaram de certo modo a descoberta de Easterlin e relacionaram-na apenas com certas dimensões da sensação de felicidade. Mas também concluíram que a correlação entre rendimentos mais elevados e maior felicidade só se aplica até um certo limite, nomeadamente um rendimento anual de 75.000 dólares. Tudo o que ultrapasse esse nível, explicaram os dois economistas, já não tem um impacto significativo na felicidade de uma pessoa, uma vez que esta já se tinha habituado a viver em segurança financeira e só faria ajustamentos mínimos no seu estilo de vida a cada aumento salarial subsequente.⁴⁷⁸

Novas investigações refutaram esta tese. A análise mais recente vem do psicólogo Matthew A. Killingsworth, que concluiu que tanto o “bem-estar sentido” como o “bem-estar valorativo” aumentavam com o rendimento.⁴⁷⁹ O “bem-estar sentido” foi medido através da análise de 1,73 milhões de

relatos de experiência de 33 391 americanos. Estes foram contactados a horas diversas através dos seus *smartphones* e foi-lhes perguntado: “Como é que se sente neste momento?” Já o bem-estar valorativo foi medido pela pergunta, “Em geral, está satisfeito com a sua vida?” Eis o resultado: o limite de 75.000 dólares avançado no estudo de Kahneman e Deaton não existia. O estudo de Killingsworth confirma uma correlação clara entre ter um rendimento mais elevado e ser mais feliz, tanto para rendimentos até 80.000 dólares como superiores. Metodologicamente, o estudo apresenta algumas vantagens em relação a estudos mais antigos. Por exemplo, em estudos mais antigos, os inquiridos só podiam responder “sim” ou “não” a perguntas sobre a sua felicidade, enquanto este utiliza uma escala contínua. Outra grande vantagem foi a de, ao contactar os inquiridos através dos seus telemóveis, o investigador poder medir o estado emocional dos inquiridos no momento. Em estudos anteriores, era tão só pedido às pessoas que recordassem como se tinham sentido num determinado momento no passado. Contudo, tais memórias são frequentemente distorcidas e muito influenciadas pelos estados emocionais dos inquiridos na altura em que são questionados.

No entanto, desde uma perspetiva anticapitalista e anticonsumista, a busca de valores materiais é considerada superficial e “materialista”. O famoso crítico literário germano-polaco Marcel Reich-Ranicki encarava o assunto de um modo muito diferente: “As pessoas respeitáveis trabalham em busca de glória e dinheiro. As pessoas indecentes querem mudar o mundo e salvar os outros.” Claro que se trata de uma afirmação mordaz e exagerada, e somos capazes de pensar imediatamente em contraexemplos de idealistas como Henry Dunant ou Albert Schweitzer, que promoveram o bem, assim como em ditadores sedentos de poder e corruptos que trouxeram muita desgraça à humanidade. No entanto, Reich-Ranicki tem uma certa razão: a legião de idealistas que queriam melhorar o mundo e redimir as pessoas – e que, ao tentar fazê-lo, provocaram infundável sofrimento – é bastante longa. Inclui assassinos em massa, como Adolf Hitler e Mao Tsé-Tung, bem como líderes de cultos fanáticos e os seguidores do Estado islâmico. Por outro lado, há inúmeros exemplos de

empresários cuja procura “materialista” do lucro tem melhorado a vida de milhões de pessoas.

Um dos maiores erros é o de julgar pessoas ou empresas pelas suas intenções e não pelos resultados das suas ações. Alguém que apenas procura o lucro pode criar imensos benefícios para a sociedade – colocando no mercado novos produtos que facilitam a vida das pessoas ou conseguindo oferecer produtos da mesma qualidade a um preço significativamente mais baixo para que mais pessoas os consigam pagar.

Papa Francisco, *Laudato Si'*, parágrafo 203.

Papa Francisco, *Laudato Si'*, parágrafo 193.

Ziegler, 60-61.

Ziegler, 62.

Ziegler, 64.

Scruton, 71.

Marcuse, 34. Itálicos no original.

Marcuse, 49.

Citado em Hecken, 127.

Pasolini, “Um Desafio aos Executivos das Cadeias de Televisão”, *Corriere della Sera*, 9 de dezembro de 1973.

Pasolini, “Não Tenham Medo de ter Coração”, *Corriere della Sera*, 10 de março de 1975.

Pasolini, “Carta Aberta a Italo Calvino: De Pasolini - Aquilo de Que Tenho Saudades”, *Paese Sera*, 8 de julho de 1974.

Plumpe, *Das kalte Herz*, 78.

Plumpe, *Das kalte Herz*, 79.

Plumpe, *Das kalte Herz*, 213–214.

Plumpe, *Das kalte Herz*, 214.

Carey, 93.

Carey, 94.

Carey, 105.

Carey, 106.

Briesen, 12 ss.

König, *Konsumgesellschaft*, 272.

Korn, citado em Hecken, 37.

Korn, citado em Hecken, 50.

Korn, citado em Hecken, 49.

Lundberg, 70-71.

Lundberg, 68.

Galbraith, 36.

Lawson.

Lawson.
Hecken, 215.
Bourdieu e Wacquant, citado in Hartmann, *The Sociology of Elites*, 115.
Bourdieu, 764 ss.
Ludwig Erhard, citado em Hecken, 113.
Tillessen, 43.
Tillessen, 30.
Tillessen, 56.
Tillessen, 57.
Tillessen, 40.
Tillessen, 40.
Tillessen, 25.
Tillessen, 34.
Tillessen, 34.
Tillessen, 36.
Tillessen, 61.
Tillessen, 61.
Tillessen, 70.
Tillessen, 86.
Tillessen, 186.
Tillessen, 183.
Hecken, 148.
Hecken, 221.
Trentmann, 4.
Trentmann, 8.
Schoeck, *Envy*, 260.
Trentmann, 678.
Trentmann, 680.
Trentmann, 686.
Ziegler, 62. Itálicos no original.
Ziegler, 63. Itálicos no original.
Ziegler, 64.
Chomsky, *Requiem*, 123.
Chomsky, *Requiem*, 124.
Heller, 18.
Kürschner, 5.
Heller, 12.
Samland, 13–18.
Schultz, citado em Ries / Ries, 129.
Shapiro / Hitsch / Tuchman, 3.
Koch, “Wirkt Werbung überhaupt nicht?”

Schoeck, *Ungleichheit*, 176.

<https://de.wikipedia.org/wiki/Obsoleszenz>.

Cf. Prakash et al.: <https://www.umweltbundesamt.de/publikationen/einflussder-nutzungsdauer-von-produkten-auf-ihre1>

König, *Wegwerfgesellschaft*, 119.

König, *Wegwerfgesellschaft*, 118–119.

Snow, Ford, 299.

König, *Wegwerfgesellschaft*, 119.

Citado em König, *Wegwerfgesellschaft*, 121.

Easterlin, “Does Economic Growth Improve the Human Lot?”; A propósito de uma apresentação da pesquisa e da controvérsia envolvendo Easterlin., Cf. Weimann / Knabe / Schön, 17 ss.

Cf. Kahneman / Deaton, “High Income Improves...”.

Cf. Killingsworth: <https://www.pnas.org/content/118/4/e2016976118>

MITO 9



“O capitalismo conduz a guerras”

A ideia de que as guerras são travadas por serem sobretudo do interesse económico dos capitalistas começou por ser uma tese marxista, mas agora parece ter-se tornado um lugar-comum. Das guerras coloniais à Primeira Guerra Mundial e à guerra no Iraque – segundo os anticapitalistas, todos estes conflitos foram desencadeados no interesse das grandes empresas, que queriam assegurar novas fontes de matérias-primas e abrir novos mercados.

Em primeiro lugar, é importante notar que as guerras eram muito mais comuns na era pré-capitalista – *grosso modo*, antes do início do século XIX – do que na era capitalista. “Durante grande parte da história humana, a guerra era o passatempo natural dos governos, sendo a paz um simples intervalo entre guerras”, escreve Steven Pinker.⁴⁸⁰ No seu livro *Iluminismo Agora*, Pinker inclui um gráfico que mostra a percentagem de anos em que grandes potências estiveram em guerra. No século XVI e início do século XVII, esta percentagem variava entre cerca de 75% e quase 100%; no início do século XIX, a percentagem estava ainda bem acima dos 50%, acabando por cair para 25% – e para percentagens ainda menores nos séculos XX e XXI.⁴⁸¹ Por outro lado, o número de mortes em combate por milhão de pessoas atingiu máximos de todos os tempos no século XX, durante as

Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Desde então, tanto o número de guerras como o número de baixas diminuíram substancialmente.⁴⁸²

Antes de mais, pode afirmar-se que, mesmo com base numa análise puramente estatística, a tese do capitalismo belicista não resiste ao escrutínio. Com a ascensão do capitalismo, iniciada há 200 anos atrás, a frequência das guerras não aumentou; diminuiu significativamente.

Gostaria de dedicar este capítulo ao exame de três guerras a título de exemplo: a Primeira e Segunda Guerras Mundiais e a Guerra do Iraque de 2003. Irei analisar a questão de saber até que ponto estas guerras foram “guerras capitalistas”, ou seja, até que ponto foram desencadeadas exclusiva ou predominantemente por interesses capitalistas.

Porém, antes de passarmos a estes exemplos, gostaria de dar conta de alguns dos resultados das investigações levadas a cabo sobre guerra e conflitos. Durante muitos anos, a maioria dos investigadores sustentou a tese de que os países democráticos não fazem guerra uns contra os outros, ou que só muito raramente o fazem.⁴⁸³ Alguns investigadores suavizaram um pouco esta tese, aplicando-a apenas a democracias que também eram nações desenvolvidas e industrializadas. Mas, em geral, houve um amplo consenso, e a tese foi testada estatisticamente através da formação das chamadas díades, pares de Estados. Estas díades representam unidades de investigação para examinar a frequência e a razão do envolvimento em conflitos militares por parte de tais Estados.

Não houve e não há acordo entre os investigadores sobre a razão pela qual as democracias raramente – ou talvez nunca, numa definição restrita de democracia – se guerreiam.⁴⁸⁴ O sociólogo alemão Erich Weede, que investigou em profundidade todas estas questões, afirmou em 2005 que “o perigo de conflito é particularmente baixo nas díades em que ambos os Estados são governados democraticamente e têm estreitas relações comerciais ou são de outro modo economicamente interdependentes.”⁴⁸⁵

Dado que, ao longo da história, a maioria dos Estados democráticos têm sido também capitalistas e a maioria dos Estados capitalistas têm sido também democracias, nunca foi fácil decidir o que é mais importante para a paz: se um país ter uma ordem democrática ou ter um sistema capitalista.

Como disse, ambos têm tipicamente existido em simultâneo, embora tenha havido sempre exceções. O Chile de Pinochet, por exemplo, era capitalista, mas uma ditadura. Hoje, a China está a assumir cada vez mais traços do capitalismo, mas continua a ser uma ditadura.

Em 2007, o politólogo americano Erik Gartzke publicou uma extensa análise empírica onde explora precisamente esta questão: o papel mais importante em garantir que haja menos guerras é desempenhado pela democracia ou pelo capitalismo? Gartzke analisou décadas de 1950 a 1992 e examinou um total de 222 guerras.⁴⁸⁶ Recorreu a métricas a respeito de todos os países para mostrar até que ponto eram (politicamente) democráticos ou (economicamente) capitalistas. Utilizando estes rácios, Gartzke aplicou então uma análise de regressão para relacionar aquelas características do país com o facto de ter estado ou não envolvido num conflito militar. Concluiu: “Este estudo apresenta provas que sugerem ser o capitalismo, e não a democracia, a conduzir à paz.”⁴⁸⁷

Num outro estudo de 2010, Gartzke e Joseph Hewitt também analisaram conflitos militares de 1950 a 1992, debruçando-se, desta vez, apenas sobre os conflitos “que resultem de decisões ao mais alto nível da liderança da política externa de um Estado.” Os conflitos que possam ter resultado “de confrontos entre forças na linha da frente não autorizados diretamente pelos principais responsáveis” não foram considerados.⁴⁸⁸ Esta análise centrou-se, mais uma vez, na questão de saber qual a ordem mais suscetível de prevenir conflitos militares, se a ordem política democrática de um país ou a sua ordem económica capitalista. Mais uma vez, o resultado foi que o capitalismo, e não a democracia, era o fator mais importante para a ausência ou para a redução da frequência dos conflitos militares. Para Gartzke e Weede “são o desenvolvimento económico e as liberdades de mercado, mais do que a liberdade política, a promover a paz entre Estados.”⁴⁸⁹

Os apoiantes da teoria da “paz capitalista”, no entanto, têm respostas diferentes quanto à razão pela qual o capitalismo resulta em conflitos menos frequentes. Neste ponto, Weede enfatiza o fator da interdependência dos países através das relações comerciais, enquanto Gartzke acredita que a integração dos mercados financeiros é mais importante para a paz do que o

comércio.

O tema do comércio e da guerra não é novo. O industrial britânico e ativista político Richard Cobden (1804–1865), uma das figuras de proa do movimento pelo livre-comércio, era também um dedicado pacifista e salientou a importância do comércio e da interdependência econômica na prevenção da guerra. “Creio”, escreve Cobden, “que o motivo e a ambição de ter impérios grandes e poderosos, exércitos e marinhas gigantescas, materiais que são usados para destruir a vida e dar cabo dos frutos do trabalho, acabarão por desaparecer.”⁴⁹⁰ Gartzke, por outro lado, argumenta que o comércio desempenha um papel mais ambivalente na prevenção da guerra: “Pode dizer-se que tanto o desenvolvimento econômico, como os mercados financeiros e a coordenação da política monetária desempenham o papel mais determinante na promoção da paz.”⁴⁹¹

Em 2018, Weede questionou a validade metodológica de estudos que concluem que o comércio não desempenha um papel decisivo para que os conflitos militares se tornem menos prováveis e, “se todas essas deficiências forem corrigidas, então quase todos os estudos apoiam a proposição da *‘paz através do livre-comércio’*.”⁴⁹² Assim, Estados que se encontram estreitamente ligados pelo comércio são muito menos suscetíveis de se envolverem em conflitos militares entre si.

Embora os investigadores continuem a debater quais as características do capitalismo que desempenham o papel mais relevante para assegurar a existência de menos conflitos militares entre Estados capitalistas, ⁴⁹³pelo menos investigadores como Weede e Gartzke apresentaram argumentos convincentes para sustentar a opinião de que é o capitalismo e não a democracia o fator decisivo. “Uma vez que a democracia depende do capitalismo ou da liberdade econômica, bem como da prosperidade que estes geram, a paz democrática torna-se uma mera componente da paz capitalista.”⁴⁹⁴

No que toca ao frequentemente citado contra-argumento da Primeira Guerra Mundial, no qual países capitalistas (incluindo a Alemanha de um lado e a França e a Grã-Bretanha do outro) lutaram entre si, Weede argumenta que as dependências comerciais eram mais fracas entre a França

e a Alemanha (que lutaram uma contra a outra) do que entre a Grã-Bretanha e a França (que não entraram em guerra entre si).⁴⁹⁵ “No que respeita às ligações comerciais, eram mais fortes onde menos necessárias – entre a Grã-Bretanha e a França, entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, entre a Alemanha e a Áustria-Hungria. Estes pares acabaram por se encontrar no mesmo lado da guerra.”

Para mim, há outro argumento, mais fun⁴⁹⁶damental e que tem mais peso: é claro que os países capitalistas também podem travar guerras uns contra os outros, e a Primeira Guerra Mundial é apenas um exemplo disso. Os investigadores que estudam a teoria da “paz capitalista” têm geralmente analisado longas listas de conflitos militares e depois verificado se os países envolvidos eram ou não capitalistas. No entanto, na minha opinião, este método por si só não conduz a uma conclusão satisfatória. Em primeiro lugar, é possível que os países capitalistas façam guerra contra países não capitalistas, e, acima de tudo, é concebível que países cujo sistema económico é capitalista façam guerra uns contra os outros – mas por razões que nada têm a ver com os seus sistemas económicos. Pois de modo algum se pode responsabilizar sempre e em última instância o capitalismo quando países com sistemas económicos capitalistas entram em guerra uns contra os outros: afinal de contas, as decisões sobre a guerra e a paz não são tomadas por empresários capitalistas, mas por políticos, isto é, por Estados. Segundo a teoria marxista, bem sabemos, o Estado num regime capitalista não passa de agente e executor dos interesses da classe dominante, ou seja, dos capitalistas – um argumento que refutei no Capítulo 5.

Do meu ponto de vista, no entanto, é preciso analisar e determinar, para cada conflito específico, se e em que medida representantes da classe empresarial exerceram uma influência decisiva no processo que conduziu ao deflagrar da guerra, ou se os políticos permitiram que as suas ações e políticas fossem determinadas por interesses empresariais. Tomando como exemplo a Primeira Guerra Mundial, mostrarei que não foi este o caso e que os principais representantes das comunidades empresariais tanto na Alemanha como na Grã-Bretanha se opunham à ação militar e à guerra.

Há, obviamente, uma série de razões pelas quais os países se envolvem

em guerras. A par de considerações económicas, as razões geopolíticas podem também influenciar; por vezes as guerras são o resultado de um escalar de ameaças diplomáticas e ultimatatos que conduzem a um conflito militar mais accidental que intencional. As nações da Europa “resvalaram para a guerra” devido a asneiras e acidentes, explicou o primeiro-ministro britânico ao tempo da Primeira Guerra Mundial, David Lloyd George. Nalguns casos, os governantes usam as guerras para desviar a atenção de conflitos domésticos, e, em séculos idos, um motivo vulgar para desencadear a guerra era a necessidade ou a sede de prestígio de um governante. E obviamente que – em séculos passados, ainda mais do que hoje – a religião também teve a sua culpa. As guerras têm múltiplas causas e um livro de referência sobre teorias da guerra abarca dez capítulos, distinguindo as teorias antropológicas, biológicas, psicológicas, socio-psicológicas, políticas, geopolíticas, sociais, económicas, ecológicas e teológicas.⁴⁹⁷

Quando Estados com sistemas económicos capitalistas entram em guerra, isso não significa necessariamente que as razões da ação militar sejam económicas ou correspondam aos interesses dos empresários capitalistas do país. A Primeira Guerra Mundial foi e continua a ser citada pela historiografia marxista como um exemplo particularmente claro da natureza capitalista de uma guerra. Os críticos da teoria da “paz capitalista” também referem frequentemente a Primeira Guerra Mundial como um contra-argumento. É por esta razão que gostaria de abordar a Primeira Guerra Mundial em maior detalhe.

Sete anos antes do início da guerra, a resolução contra o militarismo e o imperialismo aprovada pela Segunda Internacional, uma federação de partidos socialistas e sindicatos, declarava: “As guerras entre Estados capitalistas são, regra geral, o resultado da sua rivalidade pelos mercados mundiais, já que cada Estado não pretende apenas consolidar o seu próprio mercado, mas sim conquistar novos mercados... Portanto, as guerras são inerentes à natureza do capitalismo; apenas chegarão ao fim quando a economia capitalista for abolida.”⁴⁹⁸

No prefácio escrito em 1920 para as edições francesa e alemã do seu livro

O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo, Lénine escreveu que este seu ensaio tinha provado “que a guerra de 1914-1918 foi, de ambos os lados, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem e de rapina), uma guerra pela partilha do mundo, pela divisão e redistribuição das colónias, das ‘esferas de influência’, do capital financeiro, etc.” Enquanto existisse propriedade privada dos meios de produção, tais guerras eram “absolutamente inevitáveis”.⁴⁹⁹

Contudo, numa análise das causas da Primeira Guerra Mundial, o historiador alemão Werner Plumpe conclui não existirem provas de que, no período anterior a agosto de 1914, as empresas alemãs visassem a guerra ou de algum modo apoiassem o início de uma ação militar.⁵⁰⁰ Como poderia uma guerra ter beneficiado a economia alemã? Nas décadas que antecederam a guerra, as grandes empresas do país, orientadas para a exportação, tinham tido um aumento sem precedentes dos negócios. Até grandes grupos da indústria pesada como a Krupp e a Thyssen tinham quotas de exportação substanciais, e uma guerra não ia com certeza ao encontro dos seus interesses.⁵⁰¹ “A guerra era também efetivamente o *pior cenário possível* para uma indústria alemã muito bem sucedida, que tinha ganhado uma tão destacada posição nos mercados mundiais em expansão que a guerra só lhe poderia ser prejudicial, sobretudo por ser altamente provável que viesse a ser travada contra a sua própria clientela.”⁵⁰²

Plumpe cita os capitães da indústria, a maior parte deles claramente contra a guerra. Os seus receios provaram-se bem fundados logo após o início da guerra: foi imposta uma proibição geral das exportações, a procura estrangeira entrou em colapso e a procura interna também diminuiu. “Face ao colapso global dos principais mercados, o choque da guerra foi violento.”⁵⁰³

A situação não era diferente noutros países. Em Londres, como relata o historiador britânico Niall Ferguson na sua grande obra sobre a Primeira Guerra Mundial, a esmagadora maioria dos banqueiros ficou horrorizada com a perspectiva de guerra, “acima de tudo por a guerra ameaçar levar à bancarrota as principais casas de aceite, senão mesmo todas, que se dedicavam ao financiamento do comércio internacional.”⁵⁰⁴

Os Rothschilds, os grandes papões dos antissemitas e anticapitalistas, esforçaram-se em vão por evitar um conflito anglo-alemão e, pelo muito que se esforçaram, acabaram acusados pelo editor de assuntos externos do *The Times*, Henry Wickham Steed, de “uma tentativa financeira internacional por parte de uns judeus alemães sujos para nos obrigar a defender a neutralidade.”⁵⁰⁵ Ferguson conclui que não há provas de um apetite capitalista por uma grande guerra europeia.⁵⁰⁶

Argumenta-se por vezes que as empresas se tornaram defensoras ativas do conflito militar depois de a guerra ter começado, e que algumas delas ganharam bastante com a guerra. Isto é verdade: as empresas normalmente adaptam-se às alterações de circunstâncias e de condições políticas, mas o mesmo faz a maioria das pessoas e não só os empresários. E em qualquer que seja o sistema. O comércio e a indústria podem desejar as melhores condições externas para as suas atividades económicas – mas não as podem determinar. Seja como for, a guerra não beneficiou a economia alemã, muito pelo contrário. As décadas do pós-guerra foram marcadas pela miséria económica – inflação, desemprego, etc. – que contrastaram flagrantemente com a prosperidade económica capitalista de 1896 a 1914. “A Primeira Guerra Mundial”, escreve Ferguson, “destruiu a primeira era de ouro da ‘globalização’ económica.”⁵⁰⁷

O capitalismo reduziu significativamente a importância económica e os concomitantes benefícios da conquista de territórios estrangeiros. Antes do capitalismo, quando as economias eram em grande medida estacionárias, a conquista de territórios estrangeiros para expandir o poder económico e garantir matérias-primas desempenhava um papel importante. Mas, hoje em dia, nem a dimensão de um país nem a extensão das suas matérias-primas relevam para o seu peso económico. “Os Estados têm sempre interesses distintos no que toca a questões territoriais ou de recursos, mas frequentemente as mudanças ocorridas nas economias modernas tornam estas diferenças triviais, pois os recursos podem ser obtidos mais facilmente pelo comércio”, explica Gartzke.⁵⁰⁸

O maior país do mundo em termos de massa terrestre é a Rússia, cobrindo uma área de 17,1 milhões de quilómetros quadrados. Ao mesmo tempo, a

Rússia tem os maiores depósitos de matérias-primas do mundo, com um valor estimado em 75,7 bilhões de dólares.⁵⁰⁹ Mas o seu PIB *per capita* é de apenas 11.774 dólares.⁵¹⁰ Em comparação, a pequena Singapura, que mede apenas 728,6 quilómetros quadrados e praticamente não tem depósitos de matérias-primas, tem um PIB *per capita* de 65.233 dólares,⁵¹¹ cinco vezes e meia superior ao da Rússia. A capitalização da bolsa de Singapura, cerca de 700 mil milhões de dólares⁵¹² é quase tão elevada como a da Rússia (745 mil milhões de dólares).⁵¹³ Uma explicação para isto é que Singapura é o país economicamente mais livre (ou seja, o mais capitalista) do mundo, ocupando o primeiro lugar no Índice de Liberdade Económica 2021, enquanto a Rússia surge num pobre nonagésimo segundo lugar.⁵¹⁴

A Alemanha tem uma área de apenas 357.588 quilómetros quadrados e poucas matérias-primas pelos padrões internacionais. Apesar da sua área e depósitos de matérias-primas serem desproporcionalmente menores, o PIB da Alemanha, de 3,8 bilhões de dólares,⁵¹⁵ é mais do dobro do da Rússia, e o seu PIB *per capita*, de 46.445⁵¹⁶ dólares, é quatro vezes superior ao da Rússia.

Na verdade, grandes depósitos de matérias-primas representam uma desvantagem económica para muitos países. Os economistas chamam a esse fenómeno a “doença holandesa” e o economista Paul Collier refere-se a ele como a “armadilha dos recursos naturais”.⁵¹⁷ Assim, os fatores que mais contam para a força económica de um país não são hoje os que eram em épocas anteriores.

Se analisarmos as causas da Segunda Guerra Mundial, quão importantes foram as considerações de natureza económica? Bem, foram mais importantes do que os investigadores frequentemente assumem, pois, no pensamento de Adolf Hitler, que foi o responsável pelo desencadear da Segunda Guerra Mundial, os aspetos económicos assumiam fundamental importância.⁵¹⁸

O objetivo de Hitler era a conquista de mais “espaço vital a Leste”, ou seja, na Rússia. Nunca fez segredo deste objetivo e declarou-o abertamente no seu livro *Mein Kampf*, no seu dito *Segundo Livro* e em numerosos discursos.

Hitler aderiu a uma teoria que já tinha sido defendida por teóricos marxistas como Rosa Luxemburgo e Nikolai Bukharin,⁵¹⁹ a teoria do “encolhimento dos mercados”. O caminho que as empresas alemãs tinham seguido, nomeadamente ao confiarem sobretudo nas exportações, afigurava-se-lhe um grande erro. Na opinião de Hitler, os mercados de destino das exportações iriam continuar a “encolher” devido à industrialização de antigos países em desenvolvimento. Por isso, a orientação exportadora do País era um beco sem saída; só um novo espaço vital a Leste poderia resolver a situação.

“O homem não vive de ideias, mas de milho e doutros cereais, de carvão, ferro, minério, de tudo aquilo que se encontra na terra. E se falta esta terra, todas as teorias são inúteis. Não é um problema da economia em si, mas de terra”, argumentou Hitler.⁵²⁰ Num discurso em 30 de maio de 1942, Hitler repetiu a sua teoria, que já havia regularmente perfilhado em anteriores discursos e no *Mein Kampf*: “Se não se quiser aumentar o *Lebensraum* [literalmente o “espaço vital”, o território adicional na Ucrânia e na Rússia que Hitler queria conquistar (nota do autor)], então um dia terá de surgir uma disparidade entre a população, que cresce constantemente, e o *Lebensraum*, que permanece o mesmo. É esta a intenção da natureza: por esta via, ela obriga o homem a lutar, tal como qualquer outra criatura no mundo. É a luta pelos víveres, a luta pelos pilares da vida, pelas matérias-primas que a terra oferece, pelos recursos naturais que nela se encontram e pelos frutos que ela oferece a quem a cultiva.”⁵²¹ E foi este *Lebensraum* adicional que Hitler tentou conquistar na Rússia.

Não será isto uma prova de que a Segunda Guerra Mundial foi travada por interesses do capitalismo? Antes pelo contrário: Hitler, afinal de contas, rejeitava firmemente aquilo a que chamava a política da “conquista economicamente pacífica do mundo”.⁵²² Na sua opinião, a política económica alemã orientada para a exportação era uma perigosa aberração. Hitler queria tornar a Alemanha autossuficiente e independente da economia mundial, conquistando espaço vital a Leste.

Não era, com certeza, a abertura de novas fontes de matérias-primas e de novos mercados para empresas capitalistas privadas o que o preocupava,

pois tinha em mente uma economia planificada para o período do pós-guerra e nos territórios conquistados. Pouco depois do ataque à União Soviética, a 28 de julho de 1941, declarou: “Um emprego adequado dos poderes de uma nação só pode ser alcançado por meio de uma economia planeada a partir de cima.”⁵²³ Cerca de duas semanas depois, disse: “No que respeita ao planeamento da economia, *ainda estamos praticamente a começar*.”⁵²⁴ Repetiu esta ideia cerca de um ano mais tarde: mesmo depois da guerra, não seria possível “*renunciar ao controlo estatal da economia*”, porque cada grupo de interesses iria pensar exclusivamente em satisfazer as suas próprias ambições.⁵²⁵

Hitler foi nutrindo uma crescente admiração pelo sistema económico soviético, que considerava muito superior ao capitalista.⁵²⁶ Numa conversa com o ditador italiano Benito Mussolini, nos finais de abril de 1944, confessou que tinha chegado à conclusão de que o capitalismo estava esgotado e de que as populações já não o tolerariam. Só o Nacional-Socialismo e o Fascismo e “talvez o Bolchevismo no Leste” sobreviveriam à guerra.⁵²⁷

Portanto: as considerações económicas tiveram um papel decisivo no conceito de *Lebensraum* de Hitler – e, conseqüentemente, também nas origens da Segunda Guerra Mundial – mas tal está longe de provar que o capitalismo conduz à guerra.

A propósito, o facto de a posição e influência dos capitalistas sobre a política económica, a sociedade e a política em geral ter sofrido um grande rombo com as duas guerras também contraria a tese de que a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais foram travadas ao serviço da ganância capitalista pelo lucro ou que os ricos instigaram essas guerras tendo em vista os seus próprios interesses económicos. Em *O Capital no Século XXI*, Thomas Piketty até argumenta que “o imposto progressivo no século XX é tanto o produto das guerras como da democracia.”⁵²⁸ Antes da Primeira Guerra Mundial, “as taxas aplicadas, incluindo no plano dos rendimentos mais astronómicos, permanecem extremamente moderadas... Isso é válido para todos os países, sem qualquer exceção.”⁵²⁹ Até 1914, as taxas de imposto sobre os rendimentos mais altos nos países desenvolvidos eram

incrivelmente baixas. Em França, escreve Piketty, o imposto sobre o rendimento ficava-se por uma taxa máxima de apenas 2% em 1914, que dispara para 72% em meados da década de 1920 – sobretudo por causa da Primeira Guerra Mundial.⁵³⁰ Na Prússia, a taxa máxima manteve-se estável nos 3% entre 1891 e 1914, antes de subir para 40% em 1919-1920. Nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, as taxas máximas foram subitamente aumentadas para 77% e mais de 40%, respetivamente, após a Primeira Guerra Mundial.⁵³¹

“É evidentemente impossível dizer hoje”, explica Piketty, “o que teria acontecido se não tivesse ocorrido o choque de 1914-1918. Um movimento nesse sentido estava já indiscutivelmente lançado. Mas parece óbvio que esse passo em frente na direção da progressividade teria sido muito mais lento – e talvez nunca tivesse alcançado esse nível.”⁵³²

Os impostos sucessórios e sobre doações na Alemanha também subiram abruptamente após a Primeira Guerra Mundial, de 0% para 35% nas maiores heranças. “O papel da guerra e das ruturas políticas que provoca parece absolutamente decisivo.”⁵³³ E o mesmo se diga para outros países. Por outras palavras, a Primeira Guerra Mundial levou a um aumento significativo dos impostos cobrados a indivíduos com alto rendimento ou avultado património.

A Segunda Guerra Mundial resultou numa carga fiscal ainda mais pesada sobre os ricos. Em 1942, a *Victory Tax Act* [Lei do “Imposto para a Vitória”] foi aprovada nos Estados Unidos, fazendo disparar a taxa máxima de impostos para 88%, um nível que, por meio de diversas sobretaxas, subiu para 94% em 1944.⁵³⁴ Os limiares para a aplicação das taxas máximas de impostos nos Estados Unidos foram também significativamente reduzidos, o que se traduziu no crescimento do número de contribuintes.

Na Grã-Bretanha, na década de 1940, as taxas que incidiam sobre os rendimentos e heranças mais elevados atingiram um pico de 98%.⁵³⁵ Na Alemanha, a taxa máxima de imposto subiu para 64,99% em 1941,⁵³⁶ enquanto em França a quota-parte dos rendimentos que cabia aos cidadãos mais ricos caiu 68 vezes mais depressa durante a Segunda Guerra Mundial do que nos 38 anos seguintes: 92% da descida da percentagem do

rendimento dos 1% que se encontravam no topo em 1939 ocorreu nos sete anos até ao fim da guerra em 1945.⁵³⁷

No Japão, os 1% mais ricos da população recebiam 19,9% de todos os rendimentos declarados antes de impostos e transferências em 1938. Porém, nos sete anos seguintes, esta percentagem encolheu dois terços, para 6,4%. E quem sofreu mais de metade desta perda foi a décima parte dos mais ricos deste escalão superior, cuja quota de rendimentos caiu de 9,2% para 1,9%, uma descida de quase quatro quintos.⁵³⁸ O valor real declarado das propriedades japonesas 1% mais valiosas caiu 90% entre 1936 e 1945 e quase 97% no período de 1936 a 1949. Os 0,1% do topo perderam ainda mais durante estes períodos, 93% e mais de 98%, respetivamente.⁵³⁹ O sistema económico japonês foi sendo gradualmente transformado numa economia planificada “que mantinha apenas uma fachada de capitalismo com mercado livre.”⁵⁴⁰ Os bónus dos executivos foram limitados, as rendas foram fixadas pelas autoridades e, entre 1935 e 1943, a taxa marginal do escalão mais elevado do imposto sobre o rendimento no Japão duplicou.⁵⁴¹

A análise de Walter Scheidel demonstra que as guerras têm sido uma das maiores causas das perdas gigantescas de riqueza inflingidas aos ricos na história moderna. Segundo Scheidel, as duas guerras mundiais estiveram “entre as maiores niveladoras da história.”⁵⁴² O declínio percentual médio das quotas dos rendimentos mais elevados nos países que tomaram parte ativa na Segunda Guerra Mundial como Estados da linha da frente foi de 31% do nível anterior à guerra, o que é tido como um resultado fiável dado esta amostra incluir uma dúzia de países.⁵⁴³ Os únicos dois países em que a desigualdade aumentou durante este período foram também os mais afastados dos teatros de guerra (Argentina e África do Sul).⁵⁴⁴

“As baixas taxas de poupança e a diminuição dos preços dos ativos, a destruição física e a perda de ativos externos, a inflação e a tributação progressiva, os controlos das rendas e dos preços e a nacionalização contribuíram todos de diversas formas para esses resultados.”⁵⁴⁵ A riqueza dos ricos foi drasticamente reduzida nas duas guerras mundiais, independentemente dos países terem perdido ou ganhado, de terem sofrido ocupação durante ou depois da guerra e de serem democracias ou dirigidos

por regimes autocráticos.⁵⁴⁶

Para os ricos, o impacto económico das duas guerras mundiais foi, portanto, devastador, um facto que contraria a tese de que os capitalistas instigaram as guerras para servirem os seus próprios interesses económicos. Contrariando a percepção popular de que foram as classes mais baixas quem mais sofreu durante as duas guerras mundiais, constata-se que, na realidade, foram os capitalistas os maiores perdedores em termos económicos, medidos tanto em perdas absolutas como relativas de rendimento e de riqueza.

Mas, e as guerras mais recentes? Os Estados Unidos têm estado envolvidos em vários conflitos militares desde a Segunda Guerra Mundial e, em cada caso, os críticos do capitalismo têm afirmado que essas guerras foram instigadas para promover os interesses económicos das grandes empresas. O exemplo mais significativo dessa tese talvez esteja relacionado com a Segunda Guerra do Iraque, que os Estados Unidos e outros países travaram em março e abril de 2003 e que levou ao derrube de Saddam Hussein.

Ainda antes do início da guerra, uma sondagem internacional revelou que 76% das pessoas na Rússia, 75% em França, 54% na Alemanha e 44% na Grã-Bretanha entendiam que os Estados Unidos estavam dispostos a invadir o Iraque para poderem controlar o petróleo iraquiano.⁵⁴⁷ A principal revista noticiosa alemã, *Der Spiegel*, publicou a provocadora reportagem de capa “Sangue por Petróleo. O Que Está Realmente em Causa no Iraque”, que apresentava pistolas de bomba de gasolina entrelaçadas com espingardas automáticas, tendo como fundo as estrelas da bandeira dos EUA.⁵⁴⁸ E o ativista de esquerda e realizador de cinema Michael Moore difundiu a mesma teoria em 2004 no seu filme *Fahrenheit 9/11*, que se tornou o documentário de maior sucesso de sempre nos Estados Unidos.⁵⁴⁹ Anticapitalistas como Noam Chomsky também escreveram que o objetivo da guerra era o de assegurar para os Estados Unidos o controlo dos recursos petrolíferos do Iraque.⁵⁵⁰ Segundo estes pontos de vista, a Segunda Guerra do Iraque era a confirmação plena da tese do capitalismo belicista.

Estas teorias pareciam ainda mais convincentes porque a justificação

oficial dos EUA para a guerra – a de que o ditador iraquiano Saddam Hussein se encontrava na posse de armas de destruição maciça e aliado a terroristas internacionais – não resistiu ao escrutínio depois de a guerra ter terminado. Ficou provado que as fontes de informação estavam pelo menos parcialmente erradas e, além disso, que a informação tinha sido unilateralmente interpretada pelo governo dos EUA. Investigações subsequentes provaram que o Iraque não estava na posse de armas de destruição maciça, como os EUA tinham alegado. Isto deitou mais achas para a fogueira da teoria da “guerra pelo petróleo”.

No entanto, análises académicas desta opinião popular chegaram a uma conclusão clara: “Não há provas de que a indústria petrolífera dos EUA tenha, seja de que forma for, apelado à invasão do Iraque. A ter tomado partido, fê-lo com a intenção oposta: as companhias petrolíferas americanas há muito que queriam que as sanções dos EUA e da ONU fossem levantadas, para não ficarem ainda mais atrás das suas concorrentes francesas, russas e chinesas na corrida às concessões petrolíferas iraquianas. Como quase sempre, as grandes empresas queriam negócio, não guerra. A ideia de que as empresas americanas poderiam extrair e vender petróleo iraquiano, sem qualquer tipo de consequência ou pagamento, num cenário de ocupação, é irrealista.”⁵⁵¹

Se os Estados Unidos estivessem preocupados em garantir o acesso a melhores fontes de petróleo e a preços mais baixos, bastava-lhes ter alinhado com as posições russa e francesa no Conselho de Segurança da ONU no sentido de acabar com as restrições à exportação. “Acresce ainda que a Arábia Saudita, que tem maiores reservas de petróleo e teria sido um adversário mais fácil, teria dado um alvo militar muito mais conveniente – não o fortemente armado e populoso Iraque.”⁵⁵² A propósito, também não há provas de que os Estados Unidos tenham feito qualquer tentativa, durante ou após a ocupação, de atribuir às empresas americanas uma posição privilegiada na indústria petrolífera iraquiana.⁵⁵³

No seu livro sobre a guerra do Iraque, o cientista político alemão Stephan Bierling chega a esta inequívoca conclusão: “Deem-lhe as voltas que derem, o argumento de ‘Não derramar sangue por petróleo’ continua sem

qualquer apoio nos factos.”⁵⁵⁴ A principal razão para a guerra, segundo as suas análises, era a de os Estados Unidos quererem estabelecer um precedente ao demonstrarem o seu poderio militar e, deste modo, alterarem o cálculo de risco de todos os potenciais inimigos dos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro. A guerra pretendia demonstrar tanto a amigos como a inimigos que os EUA deviam ser levados a sério, que eram capazes de tomar medidas decisivas, e passar um forte sinal de que os países que cooperassem com terroristas pagariam um preço elevado.

Em termos da correlação entre o capitalismo e a guerra, há outro ponto de vista que precisa de ser considerado. O cientista político americano John Mueller argumenta que a direção causal é na verdade ao contrário: não é sobretudo o capitalismo de livre-mercado a conduzir à paz, mas a paz a desencadear – ou facilitar – o capitalismo e o seu consequente desenvolvimento económico.⁵⁵⁵ Também assinala que a fixação característica do capitalismo com o bem-estar económico e a busca da riqueza colide com a ideia de guerra tal como tem sido defendida há séculos – se não milénios. Que a paz prolongada degrada e enfraquece o carácter de uma nação ao favorecer a cobardia e efeminá-la foi uma tese avançada por numerosos filósofos, de Aristóteles a Nietzsche.⁵⁵⁶ Pensadores e políticos queixaram-se vezes sem conta que o hedonismo, a superficialidade e o egoísmo tomavam o lugar de valores supostamente superiores como o heroísmo, o sacrifício e a honra durante longos períodos de paz, ou que a guerra era o verdadeiro motor do progresso.⁵⁵⁷ Só quando outras ideias substituíram estas convicções – por exemplo: que o comércio era mais benéfico do que a conquista, que a paz servia mais o progresso do que a guerra e que o crescimento económico e a prosperidade eram os objetivos primordiais – é que tais convicções, que serviam para legitimar as guerras, perderam o seu significado.

Outra tese hoje com grande aceitação entre os anticapitalistas é a de que o capitalismo está sobretudo enraizado no colonialismo. As guerras coloniais são imputadas ao capitalismo, mesmo tendo o capitalismo tido mais sucesso precisamente nos países que foram os menos ativos em termos de expansão colonial. A América do Norte ou os Estados Unidos não foram, para usar a

linguagem dos críticos anticolonialistas do colonialismo, “perpetradores”; contavam-se até inicialmente entre as vítimas do colonialismo. As atividades coloniais por si levadas a cabo tiveram uma importância muito secundária nos Estados Unidos e no seu desenvolvimento económico. E embora hoje se fale muito sobre o passado colonial da Alemanha, o facto de os empreendimentos coloniais da Alemanha, iniciados na década de 1880, terem tido uma importância económica diminuta milita contra a ênfase posta no colonialismo como a raiz do capitalismo. “Os desenvolvimentos nos Estados Unidos e no Império Alemão caracterizaram-se pela substituição de matérias-primas até então de origem colonial, pelo menos quando tecnicamente possível, por produtos domésticos, emancipando assim as duas economias, em alguns aspetos, de fontes de abastecimento coloniais.”⁵⁵⁸ As que eram inicialmente nações líderes, Grã-Bretanha, Países Baixos e França, ficaram na verdade para trás em termos relativos na segunda metade do século XIX.⁵⁵⁹ Portugal e Espanha, as primeiras potências imperialistas, com colónias desde o México até Macau, eram as mais pobres da Europa Ocidental quando o capitalismo emergiu. E países como a Suécia e a Áustria tornaram-se ricos mesmo sem territórios coloniais ultramarinos significativos.

Assim, há muitos argumentos contra a tese de que as guerras têm as suas raízes no capitalismo ou de que o capitalismo é um sistema particularmente belicista: as guerras eram muito mais frequentes nos tempos pré-capitalistas do que na era do capitalismo, e as guerras que são repetidamente avançadas como prova da tese (desde a Primeira Guerra Mundial até à Segunda Guerra do Iraque) tiveram causas em nada relacionadas com os interesses económicos dos capitalistas.

Pinker, 185.

Pinker, 185.

Rosling, 124.

Gartzke, “Capitalist Peace”, 168. Nota de rodapé 10, com inúmeras referências.

Weede, “Frieden durch Kapitalismus,” 67.

Weede, “Frieden durch Kapitalismus,” 68.

Gartzke, “Capitalist Peace”, 180.

Gartzke, “Capitalist Peace”, 180.

Gartzke / Hewitt, 129.

Gartzke / Hewitt, 138.

Cobden, 71.

Gartzke, “Capitalist Peace”, 170.

Weede, “The Expansion”, 821. Itálicos no original.

Cf. Schneider / Gleditsch / Peter, 3 ss., que faz a distinção entre quatro argumentos principais.

Weede, “The Expansion”, 824.

Weede, “The Expansion”, 823.

Weede, “The Capitalist Peace and the Rise of China”, 159.

Jäger / Beckmann, 9-146.

Citado em Ferguson, *O Horror da Guerra*, 77.

Lenin, “O Imperialismo”, 293-294.

Plumpe, “Logik des modernen Krieges”, 327.

Plumpe, “Logik des modernen Krieges”, 328.

Plumpe, “Logik des modernen Krieges”, 332. Itálicos no original.

Plumpe, “Logik des modernen Krieges”, 343.

Ferguson, *O Horror da Guerra*, 78.

Steed, citado em Ferguson, *O Horror da Guerra*, 79.

Ferguson, *O Horror da Guerra*, 79-80.

Ferguson, *O Horror da Guerra*, 493.

Gartzke, “The Capitalist Peace”, 171

Dados revistos pela última vez em 2015, consultados em 25 de maio de 2021:

[http://commons.ch/deutsch/wp-content/uploads/Top-15-L%C3%A4nder-nach-Gesamtwert-
aller-ihre-Rohstoffvorkommen.pdf](http://commons.ch/deutsch/wp-content/uploads/Top-15-L%C3%A4nder-nach-Gesamtwert-aller-ihre-Rohstoffvorkommen.pdf)

Dados até 2019, consultados em 25 de maio de 2021: <https://data.worldbank.org/>

Dados até 2019, consultados em 25 de maio de 2021: <https://data.worldbank.org/>

Consultado em 25 de maio de 2021: <https://www.tradinghours.com/markets/sqx>

Consultado em 25 de maio de 2021: <https://www.tradinghours.com/markets/sqx>

Miller / Kim / Roberts, *Heritage Foundation Index of Economic Freedom 2021*.

Dados até 2019, consultado em 25 de maio de 2021: <https://data.worldbank.org/>

Dados até 2019, consultado em 25 de maio de 2021: <https://data.worldbank.org/>

Collier, *Os Milhões da Pobreza*, 59 ss.

Cf. Zitelmann, “Zur Begründung des ‘Lebensraum’-Motivs in Hitlers Weltanschauung.”

Cf. Bukharine, 150-154; Luxemburgo, 430.

Citado em Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 372-373.

Citado em Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 375.

Citado em Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 346.

Citado em Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 301.

Citado em Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 301. Itálicos no original.

Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 301. Itálicos no original.

Cf. Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 513-514.

Citado em Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 303.

Piketty, *O Capital no Século XXI*, 752.

Piketty, *O Capital no Século XXI*, 753-754.

Piketty, *O Capital no Século XXI*, 754.

Piketty, *O Capital no Século XXI*, 755-756.

Piketty, *O Capital no Século XXI*, 756.

Piketty, *O Capital no Século XXI*, 761.

Piketty, *O Capital no Século XXI*, 764; Scheidel, 215.

Piketty, *O Capital no Século XXI*, 765.

Banken, 390.

Scheidel, 199.

Scheidel, 173.

Scheidel, 173.

Scheidel, 179.

Scheidel, 179.

Scheidel, 28.

Scheidel, 197-198.

Scheidel, 197.

Scheidel, 221.

Scheidel, 236.

Bierling, 107.

<https://www.amazon.de/Spiegel-Nr2003-13-01-2003-Blut/dp/B00RI3V8QC>

https://en.wikipedia.org/wiki/Fahrenheit_9/11

Chomsky, entrevistado por Christopher Cramer: <https://www.pressenza.com/2018/05/noam-chomsky-discusses-iraq/>

Bierling, 109.

Bierling, 110.

Bierling, 109.

Bierling, 110.

Mueller, 180.

Mueller, 172.

Mueller, 172.

Plumpe, *Das kalte Herz*, 171.

Plumpe, *Das kalte Herz*, 171.

MITO 10



“O capitalismo significa que há sempre o perigo do fascismo”

Max Horkheimer, proeminente filósofo da Escola de Frankfurt, ficou famoso por uma frase que ainda hoje é citada: “quem não quiser falar de capitalismo também não deve falar de fascismo.”⁵⁶⁰ Ao usar o termo “fascismo”, Horkheimer referia-se ao nacional-socialismo. Os teóricos de esquerda evitam o termo “nacional-socialismo” e preferem falar de fascismo, porque entendem que o “socialismo” contido em “nacional-socialismo” desacredita o tipo de socialismo que defendem – o “bom” e “verdadeiro”. O “fascismo”, segundo a definição clássica oferecida por Georgi Dimitrov, Secretário-Geral da Internacional Comunista, era “a ditadura claramente terrorista dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro.”⁵⁶¹ Na opinião dos marxistas, os capitalistas procuravam assegurar o seu domínio através da “ditadura fascista”. Ainda hoje, muita gente acredita que a verdadeira causa do fascismo foi o capitalismo e que Adolf Hitler chegou ao poder apenas porque era apoiado pelo dinheiro das grandes empresas.

Dado que o nacional-socialismo é sempre citado pelos anticapitalistas como oferecendo o que afirmam ser uma prova conclusiva da ligação entre capitalismo e fascismo (é, por exemplo, muito mais frequentemente citado

do que o fascismo italiano), e uma vez que eu próprio fiz muita investigação neste campo, irei examinar se os factos históricos apoiam esta tese.

Nos seus primeiros discursos, Hitler atacava duramente o “capital financeiro” e o “capital bolsista” como complemento às suas descrições dos judeus: “Portanto, este capital cresceu e hoje governa praticamente o mundo inteiro, incomensurável nos seus montantes, inconcebível nas suas relações gigantescas, crescendo desmesuradamente e – o que é pior – corrompendo completamente todo o trabalho honesto, porque é isso que é horrível: que o ser humano normal que hoje tem de suportar o fardo dos juros deste capital tenha de ficar quieto a ver como, apesar da sua diligência, empenho, parcimónia, apesar do trabalho sério, quase nada lhe resta para se alimentar, quanto mais para se vestir, enquanto este capital internacional devora milhões só em juros que ele tem de ajudar a pagar, ao mesmo tempo que uma classe racial se espalha pelo Estado, nada mais fazendo que não seja cobrar juros e cortar cupões.”⁵⁶²

Nos seus discursos do início da década de 1920, Hitler defendia a “nacionalização de todos os bancos e de todo o setor financeiro”⁵⁶³ e a “nacionalização dos recursos minerais, dos fertilizantes artificiais [e] dos produtos químicos”⁵⁶⁴, embora se tenha oposto a uma “nacionalização total”. De um modo algo confuso, o manifesto de 1920 do Partido Nacional-Socialista proclamava: “Exigimos a nacionalização de todas as empresas (cartelizadas) já socializadas (até ao momento).”⁵⁶⁵

No Parlamento, os nacionais-socialistas acompanharam frequentemente o sentido de voto de dois partidos de esquerda, os sociais-democratas e os comunistas, em questões de política social.⁵⁶⁶ Os nacionais-socialistas apresentaram moções no Parlamento exigindo a nacionalização de todos os principais bancos e a proibição da negociação de valores mobiliários. Os deputados do Partido também apresentaram moções apelando ao confisco “da fortuna dos príncipes da banca e da bolsa” e de todos os “lucros provenientes da guerra, da inflação e – mais tarde – da depressão.”⁵⁶⁷

Face a tais reivindicações, a revista *Deutsche Bergwerk-Zeitung*, ligada ao mundo empresarial, comentou que o Partido Nacional-Socialista

representava uma ameaça à propriedade privada e só marginalmente se distinguia dos comunistas. O *Deutsche Allgemeine Zeitung*, jornal publicado em Berlim, propriedade de um consórcio de industriais, banqueiros e proprietários de companhias de navegação no Ruhr, observava que, mesmo que os sociais-democratas se estivessem a distanciar do marxismo, os nacionais-socialistas pareciam querer assumir essa herança.⁵⁶⁸

Walter Rademacher, figura destacada da indústria carbonífera da Saxónia, que tinha sido deputado do Partido Popular Nacional Alemão (DNVP), reconheceu bem cedo que o compromisso dos nacionais-socialistas com a propriedade privada não valia grande coisa. Isto porque, para os nacionais-socialistas, as atividades dos empresários privados só eram aceitáveis se preenchessem a condição de servir o interesse público. A autoridade para determinar o que servia esse interesse público, observou Rademacher, parecia residir inteiramente no Estado. Se, concluiu ele, o Estado pudesse violar os direitos dos empresários em qualquer momento, bastando para tal declarar que estes tinham utilizado indevidamente a sua propriedade, nada restaria da iniciativa privada ou do controlo do empresário sobre a sua propriedade.⁵⁶⁹

Rademacher tinha assim compreendido algo que viria muito mais tarde a ser formulado pelo economista alemão Frederick Pollock. Pollock foi cofundador do Instituto de Investigação Social de Frankfurt, que mais tarde se tornou o núcleo da Escola de Frankfurt acima mencionada. Sendo também um amigo íntimo de Horkheimer, Pollock escreveu em 1941 um ensaio sobre a ordem económica do Nacional-Socialismo, no qual afirmava: “Concordo inteiramente que a instituição jurídica da propriedade privada foi mantida e que muitas das características que surgem como inerentes ao nacional-socialismo são já aparentes, talvez apenas num estágio embrionário, em países não totalitários. Mas quererá isto dizer que a função da propriedade privada se mantém inalterada? Será o mero ‘aumento do poder de alguns grupos’ realmente o resultado principal da mudança que se verificou? Estou em crer que a mudança foi muito mais profunda e deve ser descrita como a destruição de todas as características essenciais da propriedade privada, com a exceção de apenas uma. Até mesmo os

conglomerados mais poderosos se viram privados do direito de estabelecer um negócio onde fossem expectáveis os lucros mais atrativos; ou de suspender a produção quando ela deixa de ser rentável. Estes direitos foram globalmente transferidos para os grupos dirigentes. É do compromisso entre os grupos de controlo que provém a decisão sobre a extensão e a direcção do processo produtivo; contra tal decisão o título de propriedade de nada serve, mesmo titulando a propriedade de uma maioria esmagadora de ações, para já não falar de quem seja proprietário das parcelas minoritárias.”⁵⁷⁰

Esta é certamente uma das caracterizações mais certas do sistema económico nacional-socialista. Poucos previram este desenvolvimento posterior durante a fase de ascensão ao poder do Partido Nacional-Socialista antes de 1933. No entanto, a maioria dos empresários da época desconfiava dos objetivos dos nacionais-socialistas. Em finais de 1929, Paul Reusch, um dos mais influentes líderes empresariais da época,⁵⁷¹ escreveu um conjunto de orientações editoriais para os editores dos jornais controlados pela sua empresa, no qual nomeou o Partido Nacional-Socialista, a par dos comunistas, dos sociais-democratas e dos sindicatos, como estando entre os arautos do marxismo, da sua perniciosa “ideia de conflito de classes” e dos seus “objetivos utópicos no campo da política económica”.⁵⁷²

Tais receios foram alimentados por publicações do Partido Nacional-Socialista, como a revista quinzenal *Arbeitertum*, órgão da Organização Nacional Socialista das Células de Trabalhadores (NSBO), que apelava ao fim do “sistema económico liberal-capitalista”, à “nacionalização estatal socialista das indústrias fundamentais” e ao saneamento e perseguição das “hienas da economia”.⁵⁷³

Por motivos táticos, Hitler, Hermann Göring e outros proeminentes nacionais-socialistas tentaram convencer os empresários alemães de que o partido era inofensivo. Dado Hitler, como explicou em numerosos discursos, ser da opinião de que eram os capitalistas quem realmente mandava no Estado,⁵⁷⁴ tentou “neutralizar”⁵⁷⁵ e apaziguar as grandes empresas em conversas mantidas em círculos confidenciais.

Após os primeiros grandes sucessos eleitorais do Partido Nacional-

Socialista nas eleições do Reichstag de 1930, alguns membros da comunidade empresarial também se juntaram aos nacionais-socialistas, mas a maioria deles sem grande militância. O mais conhecido foi o industrial Emil Kirdorf, que aderiu ao partido de Hitler em 1927, mas desiludiu-se e abandonou-o um ano mais tarde (não regressando até 1934).⁵⁷⁶

Tal como Kirdorf, vários empresários esperavam conseguir de algum modo influenciar o Partido Nacional-Socialista e ter uma intervenção moderadora nas suas políticas económicas, o que se veio a revelar uma ilusão.⁵⁷⁷ Seja como for, a lenda de que o Partido Nacional-Socialista era, em grande parte, financiado pelas “grandes empresas” é falsa. Como resultado da extensa investigação que desenvolveu sobre esta questão, o historiador americano Henry A. Turner concluiu que “os fundos que chegavam aos nazis provenientes das grandes empresas não passavam de uma pequena fração dos que iam para os seus opositores e rivais. Em suma, o dinheiro das grandes empresas movia-se esmagadoramente contra os nazis.”⁵⁷⁸

Ao contrário dos partidos burgueses, como o DVP [*Deutsche Volkspartei*, Partido Popular Alemão], que era favorecido por muitos empresários e recebeu grandes donativos ao longo de muitos anos, o partido de Hitler não estava dependente de grandes doadores. O Partido Nacional-Socialista tinha conseguido chegar a fontes de financiamento que o tornavam independente de doações de grandes empresas ou de indivíduos ricos. A partir do final dos anos 20, o Partido foi recebendo cada vez mais dinheiro das quotas dos filiados, cujo número subiu de 25.000 em 1925 para 919.000 em 1932.⁵⁷⁹ O Partido alterou o valor das quotas várias vezes; em 1930, a quota normal era de 0,80 marcos – um trabalhador qualificado ganhava 200 marcos por mês e um beneficiário da assistência social recebia 50 marcos.⁵⁸⁰ Além disso, havia campanhas especiais de angariação de fundos entre os membros efetivos. Os membros da ala paramilitar do Partido, a SA [*Sturmabteilung* – Destacamento Tempestade], tinham de comprar cigarros com a marca da organização e também contribuía para um seguro particular.

Acresce que, ao contrário de outros partidos, os nacionais-socialistas cobravam pela entrada nos seus numerosos comícios partidários. De acordo

com a polícia, o Partido realizava uma média de 100 comícios por dia em toda a Alemanha – e ganhava dinheiro com cada um deles. A entrada custava um marco – na altura, um típico funcionário dos correios ganhava menos de 0,90 marcos por hora.⁵⁸¹

Nas eleições de 1932 para o Reichstag, o NSDAP [*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*, Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães] tornou-se, de longe, o partido mais votado da Alemanha, com 37,4% dos votos, à frente do SPD [*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*, Partido Social Democrata Alemão] (21,6%). A participação no Governo parecia estar próxima. Agora o partido conseguia obter mais donativos da comunidade empresarial alemã. “Tal não sucedeu”, escreve Henry Ashby Turner Jr. na sua principal obra, *Big German Business & The Rise of Hitler* [“As Grandes Empresas Alemãs e a Ascensão de Hitler”], “por um maior número de grandes empresários se ter convertido ao nacional-socialismo. Apesar dos esforços de Hitler e de outros porta-vozes do Nazismo para contrariar as desconfianças sobre o seu movimento, entre os grandes empresários foram muito poucos os que não se mantiveram afastados dele... Praticamente todas as contribuições feitas aos nazis por grandes empresas durante a primeira metade de 1932 tiveram, portanto, outras motivações que não a convicção. E a maioria delas também não resultou de um desejo de ver os nazis serem bem-sucedidos.”⁵⁸²

Alguns empresários deram dinheiro a certos nacionais-socialistas que consideravam mais “favoráveis ao mundo dos negócios” (caso de Hermann Göring) e de quem esperavam que pudessem conter os ímpetos dos socialistas radicais do Partido. Outros doaram dinheiro a vários partidos, incluindo aos nacionais-socialistas, para não deixarem nenhum de fora caso estes últimos chegassem ao poder. O industrial Friedrich Flick e a empresa IG Farben doaram dinheiro a todos os partidos “burgueses” e aos nacionais-socialistas, mas estes receberam muito menos do que os outros. A IG Farben, por exemplo, doou um total de 200.000 a 300.000 marcos a vários partidos em 1932, não tendo os nacionais-socialistas recebido mais do que 10 a 15%.⁵⁸³

Perante a possibilidade de os nacionais-socialistas alcançarem uma

posição forte no Governo, alguns empresários que consideravam a sua situação particularmente insegura ou politicamente vulnerável “começaram a ter dos nazis o receio que tais homens costumam ter relativamente a governantes ou mesmo a potenciais governantes. Trataram, assim, de incluir os nazis entre os beneficiários dos ‘prêmios de seguro’ político com que tentavam precaver-se face a alterações na distribuição interna do poder na Alemanha. Outros agiram de modo oportunista face à perspectiva de o NSDAP conseguir uma quota de poder.”⁵⁸⁴

Nos meses decisivos que antecederam a nomeação de Hitler como Chanceler do Reich, as grandes empresas, ao contrário do propalado pelo mito anticapitalista, não tiveram qualquer papel. A popularidade de Hitler foi muito baixa nos círculos empresariais durante esses meses porque o seu partido lançou uma série de ataques mordazes contra o governo de Franz von Papen,⁵⁸⁵ a quem os grandes industriais do País eram favoráveis. As intrigas que precederam a nomeação de Hitler, protagonizadas em grande medida pelo Presidente do Reich, von Hindenburg, não envolveram os grandes empresários, quanto mais não seja porque – ao contrário dos militares, por exemplo – eles não tinham acesso a Hindenburg. “Os principais capitalistas da Alemanha”, escreve Turner, “mantiveram-se espectadores passivos e mal informados enquanto duraram as intrigas de bastidores nos círculos em torno do Presidente Hindenburg, que culminaram na nomeação de Hitler como chanceler.”⁵⁸⁶

Após a nomeação de Hitler em 30 de janeiro de 1933, vastos setores da comunidade empresarial reagiram como muitos alemães: com oportunismo. A filiação no Partido Nacional-Socialista triplicou em poucos meses de 922.000 para 2,63 milhões.⁵⁸⁷ Funcionários públicos, trabalhadores por conta de outrem ou por conta própria – numa palavra, pessoas de todas as classes – correram para o Partido. O afluxo foi tão grande que, a 1 de maio de 1933, os nacionais-socialistas decidiram suspender novas admissões.⁵⁸⁸ O Partido já tinha conseguido conquistar uma parte substancial dos trabalhadores nas eleições na República de Weimar. E mesmo entre os membros do Partido, os trabalhadores tinham uma proeminência muito maior do que antes se pensava, representando 40% dos membros, como

demonstrou o cientista político alemão Jürgen W. Falter.⁵⁸⁹

Também a comunidade empresarial se voltou para o regime de Hitler – em parte por entusiasmo, em parte por oportunismo, e em parte porque avaliaram mal a verdadeira essência do novo governo: pensavam que Franz von Papen continuaria a ser o homem forte e não Hitler. Muitos pensavam que, uma vez no poder, Hitler iria moderar o seu comportamento e abandonar o seu programa radical. Como hoje sabemos, tal não passou de um tremendo engano e autoilusão.

Os teóricos esquerdistas do fascismo afirmam que a propaganda anticapitalista do Partido Nacional-Socialista no período anterior à tomada do poder apenas serviu para enganar os eleitores enquanto, na realidade, Hitler estava a agir no interesse dos capitalistas. A investigação histórica, contudo, mostrou que essa afirmação também é falsa.

Em 2005 foi publicado o livro *O Estado Popular de Hitler*, de Götz Aly. O historiador alemão faz notar que uma razão para a popularidade do nacional-socialismo foram as “influências que o nacional-socialismo foi buscar ao fundo ideológico do socialismo de esquerda”.⁵⁹⁰ Nas suas memórias, Adolf Eichmann, o arquiteto do assassinato em massa dos judeus, afirmou repetidamente: “Os meus sentimentos políticos intuitivos estavam à esquerda, e entre eles o socialista era pelo menos tão poderoso como o nacionalista.”⁵⁹¹ Para milhões de alemães, o apelo do nacional-socialismo residia nas “promessas de igualdade entre os *Volksgenossen* [membros da comunidade nacional]”, afirma Aly: “Para aqueles que pertenciam ao maior grupo homogêneo, definido etnicamente – que representava 95 por cento dos alemães – as diferenças nas relações internas reduziram-se. Muitos podiam constatar esse nivelamento das diferenças de estatuto promovido pelo Estado, fosse na Organização Juvenil Estatal (*Staatsjugend*), fosse no serviço de trabalho do Reich (*Reichsarbeitsdienst*, RAD), fosse nas grandes organizações do Partido e, a pouco e pouco, inclusivamente na *Wehrmacht* [Forças Armadas da Alemanha Nazi].”⁵⁹²

Aly explica que grande parte dos empregados e funcionários alemães não contribuíram diretamente para os impostos de guerra, até 8 de maio de 1945, “um único cêntimo”.⁵⁹³ Fala mesmo em “suavização dos impostos

para as massas”,⁵⁹⁴ enquanto, em simultâneo, o regime prosseguia uma política paralela que Aly refere como sendo de “endurecimento dos impostos para os capitalistas”. Aly avança inúmeros exemplos do empenho do Governo em tributar as empresas e os ricos do País, incluindo o chamado *Hauszinssteuer* (imposto sobre as rendas urbanas), que custou aos proprietários da Alemanha 8,1 mil milhões de marcos só em 1942.⁵⁹⁵ “Quanto ao caso descrito, verificamos que em momento nenhum do período nacional-socialista decorreu qualquer debate legislativo que pudesse conduzir a uma sobrecarga tributária, nem sequer comparável, dos trabalhadores. Na discussão do imposto sobre as rendas, fica bem documentado e torna-se muito evidente o princípio de fazer recair sobre os mais abastados uma parte claramente mais alta dos custos da guerra.”⁵⁹⁶

Entre setembro de 1939 e março de 1942, segundo Aly, a tesouraria do Reich registou 12 mil milhões de marcos em receitas de impostos de guerra de vários tipos. Olhando para a distribuição entre as classes sociais, apenas o imposto adicional sobre o tabaco, bebidas espirituosas e cerveja, que rendeu um total de 2,5 mil milhões de marcos de setembro de 1939 até ao início de 1942, afetou a carteira da maioria dos alemães.⁵⁹⁷ As empresas e os beneficiários de rendimentos elevados foram quem cobriu 75% do aumento das receitas internas necessárias para pagar a guerra. Nem os operários, nem os empregados ou os funcionários públicos com rendimentos médios e baixos deveriam ser sobrecarregados com impostos de guerra em montante significativo. “Também [isso] constituía uma diferença essencial em relação à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos. [Paralelamente], essa melhoria da situação tributária da grande maioria dos contribuintes alemães foi acompanhada por um aumento considerável da carga fiscal sobre os estratos sociais com rendimentos elevados ou muito elevados.”⁵⁹⁸

Contudo, as teses de Aly foram recentemente contestadas pelo historiador alemão Ralf Banken, no seu livro *Hitlers Steuerstaat* (“O Estado Fiscal de Hitler”). Banken afirma que Aly sobrestima o fardo imposto sobre os altos rendimentos no Terceiro Reich e critica o facto de a investigação de Aly se basear numa seleção demasiado restrita de fontes.⁵⁹⁹ No entanto, também

Banken pormenoriza o acentuado aumento da carga fiscal sobre as empresas alemãs antes da guerra. Nota uma “tendência clara de aumento acentuado da carga fiscal sobre as empresas alemãs, para as quais o imposto sobre as sociedades aumentou até uma taxa máxima de quase 35% e o imposto sobre o rendimento podia ascender a quase 52%.”⁶⁰⁰ Mas tais taxas de imposto nem sequer são, só por si, o fator mais decisivo. Pelo menos igualmente importante, explica Banken, foi o facto de as amortizações por depreciação terem sido drasticamente reduzidas. “Além disso, os inspetores fiscais começaram a estar cada vez mais bem preparados após 1935, o que os habilitou a avaliar os contribuintes em função de médias e padrões ou outros rácios recolhidos no material de auditoria do respetivo setor, com base nos quais quantificavam e avaliavam os casos específicos... Acresce ainda que o recurso aos tribunais fiscais se tornou cada vez mais dificultado para as empresas, e as mais pequenas, sem apoio de um lóbi, nem sequer conseguiam fazer chegar ao Ministério das Finanças as suas petições.”⁶⁰¹

Durante a guerra, a carga fiscal aumentou para mais de 70% em alguns casos, afetando em particular as grandes empresas.⁶⁰² A situação era bem diferente para os funcionários do Partido Nacional-Socialista e sobretudo para os principais representantes do regime, que conseguiram obter numerosas concessões e generosas isenções fiscais da parte da Autoridade Tributária.

Hitler adotou um tom cada vez mais estridente em assuntos relacionados com a economia. No seu “Memorando ao Plano Quadrienal 1936”, em agosto de 1936, Hitler escreveu: “O Ministério da Economia só tem de definir as tarefas económicas nacionais e a indústria privada só tem de as cumprir. Mas se a indústria privada acreditar que não é capaz de o fazer, então o Estado Nacional-Socialista saberá levar a cabo esta tarefa à sua maneira.” E ameaçou sem rodeios: “A indústria alemã aprenderá, contudo, a entender estas novas tarefas económicas, ou então ter-se-á revelado incapaz de continuar a existir nestes tempos modernos, nos quais o Estado Soviético avança com um plano gigantesco. *Nesse caso não será a Alemanha a afundar-se; serão, quando muito, uns quantos industriais.*”⁶⁰³

No mesmo ano, Hitler declarou no Congresso Nacional do Partido: “Se o

comunismo só tivesse realmente querido fazer uma limpeza pontual de certos elementos decadentes do grupo dos chamados dez mil do topo – ou dos *petit bourgeois* [pequeno-burgueses], para nós igualmente inúteis – tê-lo-íamos facilmente deixado andar durante uns tempos.”⁶⁰⁴

Hitler advertiu repetidamente que, se as empresas privadas não fossem capazes de executar as tarefas que lhes eram atribuídas pelo Estado, o Estado interviria e assumiria o controlo. E não se ficou pelas ameaças. Em 1937, por exemplo, iniciou a criação do *Reichswerke Hermann Göring* [Conglomerado Industrial Hermann Göring], que, em 1940, empregava 600.000 pessoas. A fábrica de Salzgitter veio a tornar-se a maior da Europa. O Estado Nacional-Socialista mostrava assim que o seu tão proclamado “primado da política” era para ser levado a sério, e que não hesitaria em lançar mãos à obra e construir empresas controladas pelo Estado em áreas onde a indústria privada resistisse à execução de diretivas estatais.⁶⁰⁵

Voltemos a Pollock, que, na sua análise de 1941 do sistema económico nacional-socialista, afirmou: “Enquanto até há pouco tempo, na era capitalista, o poder social derivava sobretudo da propriedade de cada qual, sob o nacional-socialismo o estatuto de cada qual é determinado pela sua função social.”⁶⁰⁶ Acrescenta ainda que: “O dinheiro por si só apenas confere um poder limitado ou (como no caso dos judeus) poder nenhum. Ao invés, o poder político, que equivale ao controlo dos meios de produção, pode tornar-se a fonte de um rendimento praticamente inesgotável.”⁶⁰⁷ O respeito por uma esfera económica em que o Estado não possa interferir, uma característica tão essencial para o capitalismo privado, era completamente ignorado no nacional-socialismo, escreve Pollock. “Em consequência, a execução do programa é imposta pelo poder estatal e nada de essencial é deixado ao funcionamento das leis do mercado ou de outras ‘leis’ económicas. O primado da política sobre a economia, tão discutido na democracia, fica claramente estabelecido.”⁶⁰⁸

O historiador germano-israelita Avraham Barkai, no seu influente estudo sobre o sistema económico nacional-socialista, conclui que “o âmbito e a profundidade da intervenção estatal na Alemanha Nazi não teve precedente ou paralelo em tempo de paz em nenhum país capitalista, incluindo a Itália

Fascista.”⁶⁰⁹

Os salários e os preços, que no capitalismo são formados pela livre interação entre a oferta e a procura, eram fixados pelo Estado no nacional-socialismo. Embora houvesse um Comissário Nacional dos Preços na Alemanha desde 1931, a nomeação de um Comissário Nacional para a Formação de Preços no final de outubro de 1936 foi, segundo o historiador de economia alemão Dietmar Petzina, “mais do que a mera restauração de uma instituição já bem conhecida com um novo nome; tratou-se, sim, da sua evolução para uma instituição central de direcionamento da política económica no âmbito do Plano Quadrienal.”⁶¹⁰ A tarefa do Comissário dos Preços não era apenas a de “monitorizar” e corrigir os preços de mercado, mas sim a de “determinar oficialmente os preços”.⁶¹¹

Aly explica que a uniformização social, por um lado, e a brutal arianização, por outro, se equivaliam, e descreve o entusiasmo com que a propriedade dos judeus europeus foi nacionalizada em benefício da maioria alemã: “De facto, tal entusiasmo pode geralmente observar-se sempre que uma parte da sociedade reivindica o direito de nacionalizar a propriedade de outras pessoas, justificando esse ato com o argumento de que os beneficiários constituem uma maioria homogénea e, portanto, desfavorecida, que constituem o próprio ‘povo’. O afã com que as pessoas adotaram esta posição é um elemento fundamental na história da violência no século XX.”⁶¹²

A política de extermínio dos judeus, por um lado, e as iniciativas de política social, por outro, não eram opostas mas sim relacionadas. “A liderança Nazi estabeleceu com a maioria da Alemanha um enquadramento para a partilha direta dos despojos das suas vitórias militares – os lucros derivados da paralisação das economias dos países ocupados e dependentes, a exploração do trabalho forçado, os bens confiscados aos judeus assassinados e a fome deliberada de milhões de pessoas, sobretudo na União Soviética.”⁶¹³ Deste modo, o nacional-socialismo partilha muitas das características doutros sistemas socialistas-totalitários. “A ideia de promoção social das massas, impulsionada pelos mais diversos métodos, mas muito frequentemente em detrimento de terceiros, faz parte do fundo

essencial das ideias políticas do século XX, às quais não era alheio o socialismo nacional do NSDAP.”⁶¹⁴

Hitler e a máquina de propaganda nacional-socialista invocavam uma *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional) no Terceiro Reich. Para a corrente de esquerda da teoria do fascismo – mas também para alguns outros historiadores – este termo constituía uma manobra de diversão e não tinha qualquer apoio na realidade. Mas, nos últimos anos, a investigação tem mostrado que essa tese não resiste ao escrutínio.

O historiador alemão Norbert Götz sublinha que a visão, muito aceite, de que a *Volksgemeinschaft* não passava de um “simples mito” ou de uma mera “promessa” do nacional-socialismo é tão míope quanto a visão que afirma que o Terceiro Reich implementou o conceito de *Volksgemeinschaft* como realidade social.⁶¹⁵ Embora o significado preciso do termo *Volksgemeinschaft* seja ainda objeto de aceso debate, as conclusões publicadas por Schmiechen-Ackermann em 2012 são uma boa referência: “Abordagens interpretativas que ignorem por completo a eficácia e o poder integrador, pelo menos no curto prazo, do fenómeno ‘Volksgemeinschaft’ não continuarão a ser consideradas plausíveis.”⁶¹⁶

Os nacionais-socialistas tencionavam prolongar a economia planificada para o pós-guerra, como sabemos por muitas das observações feitas por Hitler.⁶¹⁷ A sua admiração pelo sistema económico soviético era cada vez maior. “Se Estaline tivesse continuado a trabalhar mais dez ou quinze anos”, disse Hitler a um grupo restrito em agosto de 1942, “a Rússia Soviética ter-se-ia tornado a nação mais poderosa do mundo; podem passar 150, 200, 300 anos, que isto continuará a ser um fenómeno único! O nível geral de vida subiu, disso não haja dúvidas. O povo não sofreu com fome. Tudo somado, temos de reconhecer: construíram fábricas aqui, onde há dois anos só havia aldeias esquecidas, fábricas tão grandes como as do Conglomerado Hermann Göring.”⁶¹⁸ Noutra ocasião, sempre para o seu círculo restrito, disse que Estaline era um “génio” por quem se deve ter “respeito incondicional”, especialmente dado o seu planeamento económico aprofundado. Não tinha dúvidas, acrescentou Hitler, de que na Rússia Soviética, ao contrário do que sucedia em países capitalistas como os

Estados Unidos, nunca tinha havido desemprego.⁶¹⁹

O ditador alemão mencionou várias vezes aos seus mais próximos apaniguados que era preciso nacionalizar as grandes sociedades anónimas, a indústria energética e todos os outros ramos da economia que produziam “matérias-primas essenciais” (por exemplo, a indústria do ferro).⁶²⁰ Obviamente, o ambiente de guerra não era o mais propício para levar a cabo nacionalizações tão radicais. Hitler e os nacional-socialistas estavam bem cientes disso e, em qualquer caso, tinham vindo a fazer todos os esforços para acalmar os receios de nacionalizações junto da comunidade empresarial do País. Assim, num memorando do chefe das SS [*Schutzstaffel*, Milícia do Partido Nazi] Heinrich Himmler, de outubro de 1942, consta que “durante a guerra” uma mudança de fundo na economia capitalista da Alemanha não seria possível. Quem quer que “lutasse” contra isto desencadearia uma “caça às bruxas” contra si próprio.⁶²¹ Num relatório elaborado por um *Hauptsturmführer* [oficial de nível correspondente a capitão] das SS em julho de 1944, a pergunta “Porque é que as SS se envolvem em atividades comerciais?” era assim respondida: “Esta questão foi levantada especificamente por círculos que só pensam em termos de capitalismo e que não gostam de ver empresas que são públicas, ou pelo menos de natureza pública, a desenvolverem-se. A era do sistema liberal exigia o primado dos negócios, por outras palavras, primeiro vinham os negócios e depois o Estado. Ao invés, o nacional-socialismo adota a seguinte posição: o Estado dirige a economia, o Estado não está lá para os negócios, os negócios é que estão lá para o Estado.”⁶²²

Como vimos, esta tinha sido a máxima de Hitler logo desde o princípio, o que explica a razão de a maioria dos empresários da República de Weimar serem hostis ou pelo menos céticos em relação aos nacionais-socialistas. Os que prestaram apoio financeiro ativo a Hitler foram a exceção. No entanto, quanto mais Hitler se aproximava do poder, mais oportunistas surgiam na comunidade empresarial a adular os nacionais-socialistas em obediência antecipada. E, nos primeiros anos do regime, foram muitos os empresários que se juntaram entusiasticamente às fileiras dos acólitos de Hitler. Mas, ao fazê-lo, não se comportavam de forma muito diferente da de muitos

operários, empregados e funcionários públicos. Seja como for, a tese de que o fascismo era uma forma de governo dominada pelo capital financeiro ou que as grandes empresas levaram Hitler ao poder através dos seus donativos e influência é refutada pela investigação histórica.

Horkheimer, “The Jews and Europe”, 78.

Dimitrov, citado em McDermott, 131.

Hitler, citado em Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 336. (“Cortar cupões” refere-se ao recebimento de juros em títulos de dívida pública e empresarial. À época, tal implicava a apresentação de um cupão ao banco, cupão esse que era cortado do certificado de dívida).

Hitler, 7 de agosto de 1920, citado em Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 311.

Hitler, 25 de agosto de 1920, citado em Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 312.

Citado em Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 311.

Turner, *German Big Business*, 127.

Turner, *German Big Business*, 66.

Turner, *German Big Business*, 127.

Turner, *German Big Business*, 135.

Pollock, 442.

Reusch foi, durante muitos anos, presidente do conselho de administração do conglomerado Gutehoffnungshütte, uma grande companhia a operar na área do carvão e do aço na região do Ruhr.

Turner, *German Big Business*, 98.

Turner, *German Big Business*, 181.

Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 425-428.

Turner, *Big German Big Business*, 342.

Turner, “Emil Kirdorf and the Nazi Party”, 324-344.

Turner, “Big Business and the Rise of Hitler”, 64.

Turner, “Big Business and the Rise of Hitler”, 66.

Falter, Mitglieder, 74.

Falter, 29.

Turner, *Big German Business*, 118.

Turner, *Big German Business*, 253.

Turner, “Big Business and the Rise of Hitler”, 63.

Turner, *Big German Business*, 254.

Franz von Papen foi o imediato antecessor de Hitler como chanceler em 1933. Até 1932, von Papen pertenceu ao “Center”, um partido Católico, passando depois a governar como independente.

Turner, *Big German Business*, 345.

Falter, 81.

Falter, 76.

Falter, 187.

Aly, 15.

Citado em Aly, 15.

Aly, 29.
Aly, 74.
Aly, 72.
Aly, 41, 84 ss. (O imposto sobre as rendas urbanas taxava o valor bruto das rendas e não o rendimento líquido obtido).
Aly, 87.
Aly, 84.
Aly, 41.
Banken, 347 ss.
Banken, 424. "Körperschaftsteuer" (imposto sobre as sociedades) e "Einkommensteuer" (imposto sobre o rendimento, no caso de empreendimentos que não estivessem sujeitos ao imposto sobre as sociedades). [Nota da tradução]
Banken, 439.
Banken, 426.
Hitler, citado em Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 323. Itálicos no original.
Hitler, 14 de setembro de 1936, citado em Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 208.
Cf. Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 325.
Pollock, 441.
Pollock, 444.
Pollock, 453.
Barkai, 203.
Petzina, 162.
Petzina, 159 ss.
Aly, 6 (edição inglesa).
Aly, 4 (edição inglesa).
Aly, 424.
Götz, 56.
Schmiechen-Ackermann, 36.
Cf. as citações feitas no Cap. 8 do presente livro.
Hitler, 26 de agosto de 1942, citado em Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 513.
Hitler, 22 de julho de 1942, citado em Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 302.
Hitler, 24 de março de 1942, cf. Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 329.
Citado em Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 332.
Citado em Zitelmann, *Hitler's National Socialism*, 332-333.

PARTE B

Alternativas Anticapitalistas



CAPÍTULO 11



O socialismo é muito bonito no papel (exceto no dos livros de história)

Os dez capítulos anteriores, onde se refutaram os argumentos mais frequentes contra o capitalismo, mostram que não há necessidade de alternativas ao capitalismo, porque o capitalismo não é – como muitos acreditam – responsável pela fome, pela pobreza, pela guerra, e assim por diante. No entanto, tudo tem alternativa, e este capítulo irá explorar os contra-modelos propostos ao capitalismo.

Todos os dias, alguém, algures, sonha com novas alternativas ao capitalismo. Há inúmeros livros e teorias, por exemplo, sobre a “economia pós-crescimento” ou novas variantes do socialismo. Não quero abordar tais teorias, que só existem no papel e nunca foram experimentadas na prática. Primeiro, porque há demasiadas e, segundo, porque penso que não se deve comparar a realidade com uma teoria, um livro ou uma construção mental. Tal equivaleria a comparar o seu casamento com as descrições do amor ideal de um romance cor-de-rosa, em vez de o comparar com outros casamentos da vida real. Como é lógico, o seu casamento – tal como qualquer outro casamento – tem os seus altos e baixos e nunca será perfeito. Ou seja: nunca seria melhor do que uma fantasia idealizada. Se eu me pusesse a criticar o seu casamento por não ser tão perfeito como uma das

relações sonhadas por um romancista, o leitor objetaria – e com razão – que faria muito mais sentido comparar a sua relação com outros casamentos reais. E é esse conselho que vou seguir neste capítulo.

O maior erro que os anticapitalistas cometem é o de criarem uma ordem social ou económica perfeita nas suas cabeças e acreditarem que lhes basta conseguir que um número suficiente de pessoas partilhe a sua visão para que seja possível implementar a sua construção intelectual no mundo real. Com efeito, também há pró-capitalistas que caem na mesma armadilha: fazem críticas certas às deficiências dos sistemas mistos existentes e sonham com uma utopia libertária do capitalismo “puro” e idealizado, que, no entanto, não existe nem nunca existiu em qualquer parte do mundo. Também eles comparam um sistema real, que existe, com uma construção intelectual.

O capitalismo, ao contrário do socialismo, não é um sistema concebido por intelectuais; é uma ordem económica que evoluiu organicamente, tal como os animais e as plantas evoluíram e continuam a evoluir no mundo natural, sem necessidade de um plano ou teoria central orientadora. Uma das perspetivas mais fecundas de Friedrich August von Hayek é a que explica que a origem das instituições capazes de funcionar “não reside num artifício ou num desígnio, mas na sobrevivência dos mais bem sucedidos,”⁶²³ através da “seleção por imitação das instituições e dos costumes bem-sucedidos.”⁶²⁴

É evidente que o capitalismo também se irá desenvolver e evoluir. De facto, um dos seus principais pontos fortes enquanto sistema é o de estar em constante mudança e adaptação – caso contrário, não teria tanto sucesso. E tal como o capitalismo mudou muitas vezes ao longo dos últimos 200 anos, irá continuar a mudar no futuro. Estas mudanças serão desencadeadas por grandes crises e desenvolvimentos evolutivos, mas irão acontecer na realidade da vida económica e não na torre de marfim de um intelectual a sonhar com uma sociedade perfeita.

No seu livro *Socialism: The Failed Idea That Never Dies* [“Socialismo: A Ideia Falhada Que Nunca Morre”], Kristian Niemietz conta um total de mais de duas dúzias de experiências socialistas ao longo dos últimos 100

anos. A grande maioria destas experiências invocou Karl Marx. Muitas pessoas hoje não sabem nada, ou quase nada, sobre estas experiências, e é isso que me leva a discutir algumas delas em maior detalhe neste capítulo. No entanto, gostaria de começar por notar que os socialistas não se irão deixar impressionar. Irão argumentar que nenhuma destas experiências merece o título de “verdadeiro socialismo”, porque o mundo ainda não viu o “verdadeiro socialismo”.

Quem quer que aponte o facto de, nos últimos cerca de 100 anos, todos os sistemas que se arrogaram das ideias de Karl Marx terem falhado, será confrontado com a acusação de que estes sistemas se apropriaram do seu nome e aplicaram de forma errada os seus pensamentos intrinsecamente corretos. Esta é a principal estratégia de imunização utilizada pelos anticapitalistas: dissociar o “bom Karl Marx” da prática política falhada do marxismo.

Pode-se culpar um pensador ou profeta por ser mal compreendido? Claro que não. No fundo, é um fenómeno banal. Quantas vezes as pessoas invocam Jesus Cristo, mesmo comportando-se de uma forma completamente anticristã! No entanto, houve e há também muitos cristãos espalhados pelo mundo que compreendem bem os seus ensinamentos. E Jesus, afinal, nunca afirmou ter concebido uma utopia para a realização do paraíso na terra: “O meu reino não é deste mundo”,⁶²⁵ disse ele aos seus discípulos. O reino de Karl Marx, porém, era suposto ser deste mundo.

Esse fenómeno, contudo, é bastante diferente de afirmar que um pensador foi *sempre e sem exceção* mal compreendido e que *nem um único sistema* implementou “corretamente” as suas ideias. E, no entanto, é exatamente isto que os anticapitalistas dizem sobre Marx. Se perguntar a alguém que queira dissociar os pensamentos do homem que inventou o marxismo da sua aplicação no mundo real, em que países as suas ideias foram “corretamente” executadas, não obterá resposta. Por uma simples razão: Todos os sistemas socialistas que invocam ou invocaram Marx falharam, sem exceção, seja na União Soviética, na China, na Jugoslávia, na RDA, na Coreia do Norte, ou na Albânia. Cada um destes países experimentou o marxismo de uma forma diferente, mas todos acabaram por falhar porque

eram economicamente ineficientes.

A tese de que uma teoria foi sempre e exclusivamente mal compreendida durante um período de mais de 100 anos é extremamente descarada e constituiria, na verdade, uma grave insinuação para qualquer teórico. Afinal de contas, isso significaria que ele não foi capaz de se expressar com clareza e que só conseguiu semear confusão. Mas, no caso de Marx, tal afirmação seria injusta. A sua escrita é bastante deliberada, e ele tinha de facto a intenção de se manter extremamente vago ao formular as suas noções de uma futura sociedade socialista ou comunista. Só existem umas quantas afirmações taxativas isoladas, por exemplo nos seus primeiros escritos. Marx declarou que não queria ser um “socialista utópico”, que concebesse um modelo padronizado de sociedade socialista. Mas sobre uma coisa não restam dúvidas: o socialismo – como fase de transição rumo à sociedade sem classes do comunismo – teria de assentar na abolição da propriedade privada dos meios de produção. Este é um dos pontos que Marx definiu com extrema clareza vezes sem conta. E foi precisamente isso que aconteceu em todos os sistemas socialistas que o mundo alguma vez viu. A abolição da propriedade privada dos meios de produção, e a substituição de uma ordem de mercado, em que os empresários decidem o que é produzido e os preços são a fonte essencial de informação, por uma economia dirigida pelo Estado, tem sido – apesar das muitas diferenças – a característica comum a todos os sistemas socialistas, seja na União Soviética ou na China, em Cuba ou na Coreia do Norte, na RDA ou em qualquer outro país do bloco de Leste. Lénine e Mao, Fidel Castro e Kim Il-sung, Walter Ulbricht e todos os outros líderes comunistas compreenderam Marx na perfeição quanto a este ponto essencial.

As razões de um tal sistema estar sempre condenado ao fracasso foram teoricamente explicadas por Ludwig von Mises em 1922 (ou seja, cinco anos após a criação do primeiro Estado socialista na União Soviética), no seu livro *Die Gemeinwirtschaft: Untersuchungen über den Sozialismus* [“A Economia Comunitária: Investigações sobre o Socialismo”, mais tarde popularizado como “Socialismo: Uma Análise Económica e Sociológica”]. Para Gertrude E. Schroeder, Professora de Economia na Universidade da

Virgínia, os desenvolvimentos históricos dos últimos 100 anos confirmaram tudo o que Ludwig von Mises escreveu⁶²⁶ e, na prática, também se traduziram na refutação categórica de Karl Marx, constituindo provavelmente o mais claro repúdio de qualquer teoria alguma vez concebida.

Após várias tentativas de implementar o socialismo, com a maior parte a falhar rapidamente (como a da Comuna de Paris em 1871), a primeira grande tentativa foi lançada na União Soviética como resultado da Revolução de Outubro.

Hoje, dificilmente alguém defenderá o sistema soviético, mas na década de 1930 era diferente. Os mais proeminentes intelectuais, escritores, poetas e jornalistas comungavam do entusiasmo em relação à União Soviética e ao seu líder Estaline. O famoso escritor francês Henri Barbusse dá pormenorizada conta do que ia pensando ao caminhar pela Praça Vermelha em Moscovo, onde ficou impressionado por, no seu túmulo, Lénine “ser a única pessoa no mundo que não está adormecida... ele é o irmão paternal que de todos cuida. Embora o não conheça, ele conhece-o e pensa em si.” E quando o transeunte tardio contempla o Kremlin, onde ainda há uma luz acesa (Estaline era uma ave noturna), fá-lo com a segurança tranquila de saber que, “quem quer que sejas, a melhor parte do teu destino está nas mãos daquele outro homem... que também toma conta de ti e trabalha para ti – o homem com a mente de um académico, a cara de um operário e a indumentária de um soldado raso.”⁶²⁷

Muitos intelectuais desvalorizaram o terror de Estaline – ou até o apoiaram. Após uma viagem à União Soviética em 1931, o dramaturgo irlandês George Bernard Shaw, que viria a ganhar o Prémio Nobel da Literatura em 1939, adaptou as famosas palavras de Hamlet: “A questão não é matar ou não matar, mas como escolher as pessoas certas para matar.”⁶²⁸ O ilustre escritor e crítico de teatro alemão Alfred Kerr escreveu em 1933: “A realidade da ‘República Soviética’ é para a minha consciência um dos maiores e mais gratificantes factos. Porque aqui, pela primeira vez em 2000 anos, está a ser feita uma tentativa muito honesta de trazer justiça ao mundo com energia. Se eu morrer amanhã, a ideia deste fenómeno

isolado no meio de um mundo tímido e retrógrado será o meu último e único verdadeiro consolo.”⁶²⁹

Elogios destes ao bolchevismo e a Estaline não eram raridades, e quem os fazia estava longe de ser estranho aos círculos intelectuais, mas sim figuras literárias veneradas até hoje, como Jean-Paul Sartre e Bertolt Brecht. Se quiser provas, encontra dezenas de citações em livros, como os do historiador húngaro-americano Paul Hollander e os de Kristian Niemietz. O filósofo russo Michail Ryklin escreve que a “grande maioria” dos escritores europeus “ou elogiou o sistema Soviético ou absteve-se de o julgar.”⁶³⁰

Mesmo que já quase ninguém defenda Estaline, ainda há muitos políticos de esquerda que veneram Lénine e Trotsky. Falam de “estalinismo” com desdém, mas depois manifestam o seu apoio a Lénine e Trotsky. Um exemplo é o de John McDonnell, até há poucos anos uma das principais figuras do Partido Trabalhista Britânico. Nas eleições para a liderança do partido, em 2015, apoiou Jeremy Corbyn, que depois o nomeou para uma posição de destaque (*chancellor*) no seu governo-sombra [*shadow cabinet*]. McDonnell referia-se às suas influências intelectuais mais significativas como sendo “Marx, Lénine e Trotsky.”⁶³¹ Janine Wissler, líder do partido de esquerda alemão Die Linke, foi também membro do grupo Trotskyist Marx21 até à sua eleição como líder do partido, em fevereiro de 2021. Segundo os trostkistas, a União Soviética socialista estava no seu melhor quando Lénine e Trotsky lideravam as políticas e os tempos maus apareceram sob Estaline, após a morte de Lénine.

Porém, os crimes do comunismo começaram assim que os bolcheviques tomaram o poder e deram início à sua guerra contra a maioria do povo russo. Começaram com a luta contra a burguesia, contra os ricos. Em dezembro de 1917, Lénine exigiu que fosse usada a máxima força contra “esses detritos da humanidade, esses membros irremissivelmente podres e mortos, esse contágio, essa peste, essa chaga”, especificamente “os ricos e os seus sequazes”, e os intelectuais burgueses.⁶³² O seu objetivo era “limpar a terra da Rússia de todos os insetos nocivos”, os ricos e outros malfeitores. Explicou em palavras brutais como é que tal deveria ser feito: “Num lugar, metem na cadeia uma dezena de ricos, uma dúzia de vigaristas, meia dúzia

de operários que fogem ao trabalho... Noutro, põem-nos a limpar as latrinas... No quarto, fuzilam imediatamente um em cada dez culpados de parasitismo.”⁶³³

Em dezembro de 1917, os bolcheviques nacionalizaram terras e bens imobiliários. Em todas as cidades com mais de 10.000 habitantes, os proprietários foram expropriados. Em fevereiro de 1918, os bolcheviques começaram a expulsar famílias abastadas dos seus apartamentos para alojarem proletários e soldados desempregados. “Comités de Habitação”, nomeados por conselhos, registavam os proprietários e expulsavam-nos das suas casas. “A nova era ofereceu muitas novas oportunidades aos trabalhadores e camponeses, mas para a velha elite significou o fim de tudo o que tinha feito a vida valer a pena.”⁶³⁴

Em certos lugares, os trabalhadores vingaram-se de um modo sanguinário nos gerentes e engenheiros das fábricas, mas por vezes faziam-no tão só em qualquer pessoa que considerassem burguês – o que, em caso de dúvida, era qualquer pessoa que usasse um fato ou não tivesse um trabalho manual.⁶³⁵ Os camponeses expulsaram os donos das terras e ficaram com elas. “A revolução permitiu às classes baixas ocupar as propriedades e expulsar os donos. Também permitiu aos trabalhadores saírem dos seus guetos e irem para os centros das cidades, conquistarem espaços públicos, e imporem as suas regras ao que restava da sociedade.”⁶³⁶

Como resultado da guerra mundial, da guerra civil, da revolução e do socialismo, a produção agrícola caiu 57 % entre 1914 e 1921. O gado diminuiu 33% entre 1916 e 1922, e a quantidade de terra cultivada diminuiu 35%.⁶³⁷ No tocante à alimentação, a situação era, portanto, muito difícil. No entanto, os bolcheviques usaram a fome como arma na luta de classes contra a burguesia. Lénine culpou “os ricos” pela fome – eram o bode expiatório contra quem o ódio devia ser dirigido: “A fome não é devida à falta de cereais na Rússia”, explicou Lénine, “mas é devida a que a burguesia e todos os ricos travam o combate final, decisivo, contra o domínio dos trabalhadores, contra o Estado dos operários, contra o Poder Soviético, na questão mais importante e aguda, a questão dos cereais. A burguesia e todos os ricos, incluindo os ricos do campo, os culaques,

torpedeiam o monopólio dos cereais, destroem a distribuição estatal de cereais, implantada em benefício e no interesse do abastecimento de cereais de toda a população...”⁶³⁸

Em Petrogrado, atualmente São Petersburgo, no outono de 1918 havia cartazes que anunciavam a ração calórica *per capita*: os trabalhadores tinham direito a uma ração diária de 100 gramas de pão, 2 ovos, 10 gramas de gordura e 10 gramas de legumes secos, enquanto os “burgueses, proprietários, comerciantes, lojistas, etc.” apenas recebiam 25 gramas de pão e não tinham direito a ovos, gordura ou legumes.⁶³⁹ Já os membros do partido podiam comer em cantinas, recebiam “pacotes de comida” (*pajoks*), e tinham acesso exclusivo a lojas especiais criadas para as famílias dos altos funcionários do partido.⁶⁴⁰

Martin Ivanovich Latsis, um dos primeiros dirigentes da polícia política Soviética, a 1 de novembro de 1918 instruía assim os seus subordinados: “Nós não fazemos guerra contra as pessoas em particular. Exterminamos a burguesia como classe. Não procurem, nas investigações, documentos ou provas sobre o que o acusado fez, por actos ou palavras, contra a autoridade soviética. A primeira pergunta que devem fazer-lhe, é a que classe pertence, quais são a sua origem, a sua educação, a sua instrução, a sua profissão.”⁶⁴¹

Muitos dos burgueses fugiram das grandes cidades, chegando a ir para a Crimeia. Mas onde quer que fossem encontrados, esperava-os o terror. Num massacre, 10.000 a 20.000 pessoas foram baleadas ou linchadas: “A avenida Nakhimovski [em Sebastopol, na Crimeia] estava cheia de cadáveres enforcados de oficiais, de soldados, de civis presos nas ruas... A cidade estava morta, a população escondia-se nas caves e nos sótãos. Todos os tapumes, as paredes das casas, os postes do telégrafo, as vitrinas das lojas estavam cobertas de cartazes que diziam ‘Morte aos traidores!’... Enforcava-se nas ruas para dar o exemplo.”⁶⁴²

Onde a “burguesia” não foi imediatamente expropriada, enfrentou impostos extremamente elevados. A fim de assegurar o pagamento dos seus impostos, centenas de “burgueses” foram feitos reféns e encarcerados em campos de concentração. “Conformemente às resoluções do soviete dos trabalhadores, neste 13 de Maio foi decretada a expropriação da burguesia”,

anunciou o jornal *Izvestia*, em notícia sobre o Conselho dos Deputados Operários que teve lugar em Odessa a 13 de maio de 1919. “As classes possuidoras deverão preencher um questionário pormenorizado repertoriando os produtos alimentares, o calçado, as roupas, as jóias, as bicicletas, as mantas, os lençóis, as pratas, a baixela e outros objetos indispensáveis ao povo trabalhador... Todos devem assistir as comissões de expropriação nesta tarefa sagrada... Quem não obedecer às ordens das comissões de expropriação será imediatamente preso. Quem resistir será fuzilado.”⁶⁴³

Um tema popular que se tornou recorrente em muitos artigos da imprensa bolchevique foi a humilhação da burguesia, forçada a limpar as latrinas e as camaratas dos “chequistas” – os membros da *Cheka*, a “Comissão Extraordinária PanRussa de Combate à Contrarrevolução, Especulação e Sabotagem” – e dos Guardas Vermelhos. O já referido *Izvestia* noticiou: “Se executarmos uma dúzia desses tratantes e desses idiotas, se os reduzirmos a varrer as ruas, se obrigarmos as mulheres deles a varrerem as casernas dos Guardas Vermelhos (e não seria pequena honra para elas) então compreenderão que o nosso poder é sólido.”⁶⁴⁴

Todos estes atos de violência eram justificados com o “nobre” propósito de eliminar de uma vez por todas a exploração e a opressão. E como este objetivo era tão grandioso, justificava todos os meios, como explicou aos seus leitores o editorial do jornal *Krasnyi Metsch* (A Espada Vermelha) da *Cheka* em Kiev: “Rejeitamos os velhos sistemas de moralidade e de ‘humanidade’ inventados pela burguesia com o objectivo de oprimir e explorar as ‘classes inferiores’. A nossa moralidade não tem precedentes, a nossa humanidade é absoluta porque repousa num novo ideal: destruir toda e qualquer forma de opressão e de violência. Para nós, tudo é permitido, porque somos os primeiros no mundo a erguer a espada não para oprimir e reduzir à escravidão, mas para libertar a humanidade das suas correntes... Sangue? Que o sangue corra a jorros! Uma vez que só o sangue poderá colorir para todo o sempre a bandeira negra da burguesia pirata e transformá-la em estandarte vermelho, bandeira da Revolução. Uma vez que só a morte final do velho mundo pode libertar-nos para sempre do

regresso dos chacais!”⁶⁴⁵

Grigory Zinoviev, líder do partido em Petrogrado e membro do núcleo duro da liderança bolchevique, escreveu em setembro de 1918: “Para derrotar os nossos inimigos, devemos ter o nosso próprio terror socialista. Devemos ter do nosso lado, digamos, noventa dos cem milhões de habitantes da Rússia soviética. Quanto aos outros, não temos nada a dizer-lhes. Devem ser aniquilados.”⁶⁴⁶

O ódio visava inicialmente os ricos e a burguesia, mas não tardou a que os bolcheviques declarassem guerra a toda a população, sobretudo aos trabalhadores e camponeses, em cujo nome alegavam agir. Trotsky viu na militarização da mão de obra um meio de aumentar a produção, que tinha caído drasticamente com a turbulência da Guerra Civil e a campanha de expropriações. Entre 1914 e 1921, a produção industrial na Rússia caiu 85%.⁶⁴⁷ As greves dos trabalhadores eram frequentes e foram duramente reprimidas. Os líderes grevistas eram frequentemente fuzilados, afogados ou executados sumariamente.

Mesmo assim, na primavera de 1920, quase três quartos de todos os trabalhadores industriais na Rússia entraram em greve. Os bolcheviques invadiram as fábricas, os líderes do movimento grevista foram fuzilados e os seus familiares enviados para campos de concentração como medida dissuasora.⁶⁴⁸ A brutalidade destas medidas tomadas por um suposto governo operário foi ainda mais dura que a experimentada pelos trabalhadores na era czarista.

Em fevereiro e março de 1921, os trabalhadores pousaram as ferramentas e entraram em greve em toda a Rússia – um dos centros desta ação laboral era Petrogrado. Unidades especiais da *Cheka* abriram fogo sobre manifestações de trabalhadores. O pânico instalou-se entre os bolcheviques quando trabalhadores e soldados começaram a confraternizar. Em Kronstadt, uma base naval e cidade portuária numa ilha ao largo de Petrogrado, irrompeu um motim de marinheiros de dois cruzadores. A 1 de março, reuniram-se mais de 15.000 pessoas, representando um quarto da população civil e militar da base naval. As greves e manifestações foram violentamente reprimidas e o número de mortos atingiu os milhares. Cerca

de 8000 insurgentes fugiram para a Finlândia, regressando mais tarde à Rússia por lhes ter sido prometida uma amnistia. Apesar da promessa de clemência, foram imediatamente presos e levados para um campo de concentração, onde muitos morreram.⁶⁴⁹ O historiador alemão Gerd Koenen faz esta avaliação: “O triunfo e a ditadura dos bolcheviques assentou em grande medida na completa aniquilação do movimento operário russo.”⁶⁵⁰

Lénine não teve outra escolha que não fosse reconhecer que persistir numa política económica radical ameaçaria as fundações do poder soviético. A produção industrial já tinha caído para um décimo do seu nível de 1913 e havia gente a morrer à fome por toda a Rússia.

Em resposta, Lénine iniciou uma inversão de marcha e propôs uma Nova Política Económica (NPE), que foi adotada no Décimo Congresso do Partido Comunista Russo, em março de 1921. Lénine reconheceu que “sofremos uma derrota muito séria na frente económica.”⁶⁵¹ A política económica dos bolcheviques, como eufemisticamente se lhe referiu, não conseguiu “promover aquele desenvolvimento das forças produtivas que o Programa do nosso Partido considera vital e urgente.”⁶⁵² Em termos mais claros: a economia planificada socialista começou a falhar mal foi introduzida. No fim de contas, Lénine foi inteligente o suficiente para perceber que a única solução que tinha era a de “regressar em grande medida ao capitalismo”. Foram exatamente estas as palavras que Lénine usou para formular a sua mudança política.⁶⁵³

A NPE legalizou a produção orientada para o lucro, a propriedade privada na produção de bens de consumo e a aquisição de riqueza. Também integrou os camponeses no sistema económico através da introdução de um “imposto natural”. Os comunistas autorizaram as empresas estatais a arrendarem as suas fábricas a particulares e a entregarem as questões financeiras, logísticas e de novos empreendimentos a mãos privadas. Em julho de 1921, a liberdade de comércio chegou até a ser restaurada para os artesãos e pequenas empresas industriais.⁶⁵⁴

As novas orientações adotadas no outono de 1921 contrariavam frontalmente o ideal de igualdade entre trabalhadores com diferentes níveis de qualificação. A distribuição gratuita de alimentos, a produção em massa

de bens de consumo e serviços estatais – ainda recentemente celebradas como grandes “conquistas” socialistas – foram canceladas, e as rendas foram restabelecidas. Já ninguém falava em abolir o dinheiro. O historiador alemão Helmut Altrichter escreve: “O Estado manteve o controlo das ‘alavancas da economia’: a banca, a moeda, o sistema de transportes, o comércio externo, a grande e média indústria. Abaixo deste patamar, no entanto, esforçou-se em conseguir maior produtividade e eficiência, mais concorrência, menos domínio desde o topo e mais iniciativa desde baixo.”⁶⁵⁵

A seguir aconteceu o que sempre acontece quando se junta uma dose de capitalismo de livre mercado, mesmo que pequena, a uma economia gerida pelo Estado: a economia recuperou. A fome (em 1921/22, pelo menos 5 milhões dos 29 milhões de pessoas famintas morreram de fome; algumas estimativas apontam para até 14 milhões de mortes por fome⁶⁵⁶) diminuiu entre 1923 e 1928; a produtividade aumentou e, em 1925/26, tinha voltado aos níveis anteriores à guerra em muitas das principais indústrias.⁶⁵⁷ A Nova Política Económica foi a admissão pelos comunistas de que a narrativa oficial, que culpava “sabotadores e agentes estrangeiros” e outros fatores externos por falhas nas colheitas, pela fome e pelos declínios na produção, não tinha correspondência nos factos. As principais causas dos males da Rússia residiam nas políticas económicas socialistas.

Mas, para os comunistas, a NPE mais não foi do que um recuo tático. Em dezembro de 1926, Estaline declarou que “introduzimos a NPE, permitimos o capital privado, e de certo modo recuámos, para reagrupar as nossas forças e mais tarde passar à ofensiva.”⁶⁵⁸ Em 1929, Estaline dava início à fase seguinte da revolução socialista, e desta vez o seu foco estava na agricultura. Até então, os bolcheviques nunca tinham sido efetivamente capazes de afirmar o seu domínio no campo. Jörg Baberowski descreve de forma elucidativa como grande parte dos camponeses viviam afastados dos seus governantes comunistas, não só geográfica como também ideológica e economicamente. Em muitas aldeias não havia qualquer célula do partido comunista ou órgão estatal e, se os havia, pouco poder tinham. “Para os camponeses, os funcionários comunistas não passavam, de um modo geral, de representantes de uma autoridade estranha que exigia impostos e falava

uma linguagem incompreensível.”⁶⁵⁹

Na verdade, os bolcheviques não compreendiam a realidade da vida dos camponeses. Pensavam em termos da sua ideologia de luta de classes e acreditavam que podiam estabelecer o seu domínio no campo, pondo os camponeses pobres contra os culaques mais ricos, tal como tinham posto os trabalhadores contra os capitalistas. “Para os camponeses, no entanto”, escreve Baberowski, “o suposto antagonismo entre ricos e pobres não fazia qualquer sentido. Quando os camponeses se zangavam por causa da terra ou de influências, tratava-se de disputas entre famílias ou clãs... Os culaques eram não só os senhores da aldeia, como também os seus protetores. Em tempos de aflição e pobreza, o seu poder e influência sobre os restantes camponeses até aumentava.”⁶⁶⁰

“A eliminação dos culaques [isto é, os camponeses mais ricos] enquanto classe” era um objetivo oficial bolchevique. Na *História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S.*, o manual de referência pelo qual todos os comunistas do mundo tiveram de estudar, afirma-se, no entanto, que a característica distintiva da revolução contra o “cukaquismo” foi “ter sido levada a cabo *por cima*, por iniciativa do poder de Estado, apoiado diretamente pela base, por milhões de camponeses em luta contra a empresa culaque, pela livre via colcoziana.” Esta revolução tinha eliminado “a classe de exploradores mais numerosa do nosso país, a classe dos culaques, apoio da restauração do capitalismo.”⁶⁶¹ Em 1929, Estaline justificou assim a decisão de liquidar a classe culaque: “Vemos desabar e reduzir-se a pó a esperança última dos capitalistas de todos os países, que sonhavam em restaurar na U.R.S.S. o capitalismo, o ‘sagrado princípio da propriedade privada’. Os camponeses, que eles consideravam como um terreno destinado a preparar o caminho para o capitalismo, abandonam em massa a bandeira tão exaltada da ‘propriedade privada’, metendo-se pela via do coletivismo, pela via do socialismo. Desaba a última esperança de ver restaurado o capitalismo.”⁶⁶²

Em junho de 1930, Estaline declarou orgulhosamente no XVI Congresso do Partido Comunista Russo “que o processo de liquidação dos culaques como classe se opera com grande velocidade.”⁶⁶³ O método da

“coletivização integral”, continuou Estaline, era “necessário”: “Como pode renunciar-se a esse método sem trair o comunismo, sem atraiçoar os interesses do proletariado e dos camponeses?”⁶⁶⁴

Vyacheslav Molotov, um dos mais próximos colaboradores de Estaline de 1930 a 1949 como chefe de governo soviético e ministro dos negócios estrangeiros, disse, numa reunião de secretários do Partido em fevereiro de 1930, que os culaques que resistissem deviam ser afogados como gatos nos rios. “Acolheremos todas as propostas úteis que venham das províncias (*na mestakh*)”. Uns teriam de ser fuzilados, outros deportados para a Sibéria.⁶⁶⁵

Em 1930-31, durante a campanha de coletivização da agricultura, dois milhões de pessoas foram deportadas como culaques e 30.000 foram fuziladas.⁶⁶⁶ Muitos camponeses resistiram à coletivização e abateram milhões de reses suas em protesto contra a coletivização do gado. Além disso, milhões de animais pereceram durante uma nova fome. Entre 1928 e 1933, o número de suínos e bovinos diminuiu para metade e o de ovinos para um terço. O número de cavalos e bois de trabalho diminuiu de 29,7 milhões em 1928 para 18,8 milhões em 1932.⁶⁶⁷

Os comunistas continuaram a impor requisições cada vez mais pesadas sobre os produtos agrícolas produzidos pelos camponeses, e quem não cumprisse podia ser fuzilado como “ladrão da propriedade socialista”. Em 1932 foi aprovada uma lei que previa uma pena de prisão de dez anos ou a morte pela prática de “qualquer roubo ou delapidação da propriedade socialista”. Só entre agosto de 1932 e dezembro de 1933, mais de 125.000 pessoas foram condenadas ao abrigo desta lei, das quais 5400 à morte.⁶⁶⁸

Até a *História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S.*, autorizada pelo próprio Estaline, teve de admitir que “o princípio do *livre consentimento* estava a ser violado na construção dos colcozes” e que, “em certas zonas... *constrangiam-se* os camponeses a entrar nos colcozes, ameaçando-os de ‘expropriação’, de os privar dos direitos eleitorais, etc.”⁶⁶⁹ – uma crítica invulgar num trabalho estalinista, mas que, na prática, acabava por menorizar as mortes bárbaras e o regime coercivo, falando apenas de “faltas e erros cometidos pelas organizações locais.”⁶⁷⁰ Do que de facto se tratou foi de uma campanha sangrenta contra os camponeses, na

qual milhões de pessoas foram levadas à fome, à deportação e à morte.

Muitos intelectuais e jornalistas no Ocidente minimizaram ou até elogiaram a campanha de terror e coletivização. Walter Duranty, correspondente em Moscovo do *The New York Times*, que recebeu o Prémio Pulitzer de melhor correspondente estrangeiro em 1932, abordou a coletivização: “Os futuros historiadores... podem muito bem considerar a luta russa pela coletivização como um período heroico no progresso humano... O setor mais retrógrado da população passaria a ter a oportunidade de aceder àquilo de que mais necessitava, nomeadamente educação... as mulheres também teriam a oportunidade de gozar de lazer e liberdade... mesmo que as aldeias preferissem a sua sujidade e ignorância ao Progresso, o Progresso ser-lhes-ia despejado em cima.”⁶⁷¹

O historiador e crítico literário americano Waldo Frank elogiou o sistema económico soviético por os trabalhadores não trabalharem para um patrão: “Eis trabalhadores felizes, porque são homens e mulheres por inteiro... Sonho, pensamento, amor ajudam no trabalho aborrecido de fazer componentes eléctricos, porque estes trabalhadores não estão ao serviço de um patrão.”⁶⁷²

O pano de fundo da política de coletivização era o objetivo de Estaline de industrializar a Rússia à força. As divisas provenientes da venda de cereais foram utilizadas para criar a indústria pesada, que cresceu rapidamente. O preço foi elevado – o historiador Helmut Altrichter escreve sobre a “mobilização terrorista de toda a população” ao serviço da indústria em expansão.⁶⁷³ Nos distritos agrícolas à volta de Moscovo, a taxa de mortalidade aumentou 50% entre janeiro e junho de 1933. No início da década de 1930, houve mais 6 milhões de mortos do que o habitual e cerca de 300.000 pessoas morreram durante as deportações.⁶⁷⁴

Enquanto isso, os comunistas começaram a criar um sistema nacional de campos de concentração e de trabalho, o chamado Gulag. No início de 1935, havia 965.000 prisioneiros no sistema Gulag, 725.000 em “campos de trabalho” e 240.000 em “colónias de trabalho”.⁶⁷⁵ Embora houvesse também muitos prisioneiros políticos e criminosos comuns, a maioria dos reclusos eram cidadãos comuns que tinham infringido leis cada vez mais severas

como, por exemplo, “infração da lei sobre os passaportes” (que eliminou a liberdade de circulação no País), “incumprimento do número mínimo de dias de trabalho” ou “delapidação da propriedade socialista”.⁶⁷⁶

A 1 de janeiro de 1941, havia nos campos Gulag mais de 1,9 milhões de reclusos.⁶⁷⁷ O regime, que se propusera libertar os trabalhadores, estava a tornar-se cada vez mais um sistema de trabalho forçado e de dominação. Não havendo incentivos económicos como os que existem no capitalismo, o processo de industrialização só podia ser levado a cabo com recurso à força mais brutal.

É claro que o sistema não criou apenas perdedores – também houve vencedores. Quando os chamados especialistas técnicos, isto é, engenheiros, técnicos, diretores de fábricas, e assim por diante, eram presos ou fuzilados, abriam vagas para novos alpinistas sociais. No início do segundo Plano Quinquenal, escreve Baberowski, mais de metade de todos os diretores de fábricas eram antigos trabalhadores. Nas universidades e escolas prevaleceu o sistema de quotas, que conferia tratamento preferencial aos trabalhadores e aos seus filhos na atribuição de lugares na universidade.⁶⁷⁸ Estaline tinha-se posicionado como um homem do povo, um aliado do proletariado em ascensão, um homem que vinha de baixo, de origens humildes, e que – ao contrário do intelectual Trotsky – falava a mesma linguagem simples e rude do povo comum.⁶⁷⁹

A política comunista caracterizava-se por uma constante alternância do terror mais brutal com fases em que o terror diminuía um pouco e eram feitas concessões económicas aos camponeses, antes de se passar a uma nova vaga de terror. Os comunistas estavam sempre a testar os limites e só fomes extremas podiam persuadi-los a desviarem-se da pureza doutrinal e a aplicarem, por fim, alguns elementos de propriedade privada e princípios de mercado.

Se os comunistas tivessem prosseguido consistentemente com a sua linha também na agricultura, permitindo apenas a propriedade estatal, o sistema teria entrado em total colapso e ainda mais gente teria morrido à fome.

Isto porque, fruto da coletivização, a produção agrícola entrou em colapso, mesmo tendo Estaline proclamado no XVI Congresso que era um

“facto que estamos agora em posição não só de substituir a produção culaque pela produção agrícola coletiva e estatal, como também de a exceder várias vezes.”⁶⁸⁰ O contrário é que era verdade, e o próprio Estaline teve de recuar e permitir mais propriedade privada na agricultura. Aos camponeses foram concedidos pequenos lotes de terreno agrícola para uso privado. A superioridade da propriedade privada e do mercado sobre o socialismo torna-se patente com os seguintes números: “Embora os terrenos de uso privado representassem menos de 5% do total de terrenos agrícolas, na década de 1950 aqueles forneciam mais de 70% das batatas, cerca de 70% do leite, e perto de 90% dos ovos. Na década de 1930, garantiram o sustento dos agricultores nos colchozes. O que aí recebiam em salários não chegava para sobreviverem.”⁶⁸¹ A industrialização foi conseguida sobretudo à custa da agricultura – como o demonstra o facto de só nos anos 50 a produção agrícola *per capita* ter voltado ao nível que tinha tido em 1928.

O desastre da coletivização não dissuadiu os comunistas de outros países. Verdade seja dita, Estaline, com base na sua própria experiência, aconselhou o líder revolucionário chinês Mao Tsé-Tung em 1950 a não tocar nos bens dos camponeses ricos, para conseguir acelerar a recuperação agrícola da China após os anos da guerra civil. Mas Mao ignorou os conselhos de Estaline. Via na redistribuição da terra uma maneira fácil de obter o apoio dos camponeses. A terra foi medida e distribuída aos pobres. Os ricos foram humilhados, despojados e até assassinados. “Ao tornar a maioria um cúmplice no assassinato de uma minoria cuidadosamente definida, Mao conseguiu ligar permanentemente o Povo ao Partido,” escreve o historiador e sinólogo holandês Frank Dikötter, que estima que o número de “inimigos de classe” assassinados entre 1947 e 1952 tenha sido de 1,5 a 2 milhões de pessoas.⁶⁸²

Após a morte de Estaline em 1953, Mao acelerou o ritmo da coletivização na China. Nesse mesmo ano, foi introduzido um monopólio para os cereais, obrigando os camponeses a vender as suas colheitas a preços fixados pelo Estado. Em 1955-56, foram introduzidas comunas agrícolas, semelhantes aos colchozes na União Soviética. Estas comunas tomaram de volta as terras que tinham acabado de ser entregues aos camponeses pobres e a população

rural ficou reduzida à condição de serva às ordens do Estado.⁶⁸³

Em 1958, teve início a maior experiência socialista da história da humanidade, o Grande Salto em Frente de Mao. Faço uma descrição detalhada deste episódio no primeiro capítulo do meu livro *The Power of Capitalism* e refiro-o de passagem nos Capítulos 1 e 3 deste livro.

As atrocidades cometidas neste período são indescritíveis. Ao todo, morreram, de fome ou assassinadas, cerca de 45 milhões de pessoas. Frank Dikötter descreve este período horrível: “Quem não trabalhasse o suficiente era pendurado e espancado; alguns afogados em tanques. Outros foram mergulhados em urina e forçados a comer excrementos. Outros eram mutilados. Um relatório que chegou à liderança de topo, incluindo ao Presidente Mao, descreve como é que a um homem chamado Wang Ziyou foi cortada uma das orelhas, as pernas atadas com arame e deixada cair uma pedra de 10 quilos nas suas costas antes de ser marcado com um ferro em brasa – como castigo por desenterrar uma batata. Houve até casos de pessoas que foram enterradas vivas. Quando um rapaz roubou um punhado de cereais numa aldeia de Hunan, o chefe local, Xiong Dechang, forçou o pai a enterrar o filho vivo. O homem morreu de desgosto alguns dias mais tarde.”⁶⁸⁴

Após estes terríveis acontecimentos, Mao foi, pelo menos por uns tempos, alvo de críticas. Numa reunião de quadros do Partido, em Pequim, o chefe de estado Liu Shaoqi (presidente da República Popular da China entre 1959 e 1968) descreveu a fome como um desastre causado pelo homem, e o apoio a Mao atingiu um mínimo histórico.

Por esta altura, alguma propriedade privada acabou por ser permitida e aos camponeses foi autorizado o cultivo de pequenas parcelas de terra para si próprios. Mas Mao estava sempre a chamar a atenção para o facto de a luta de classes estar longe de ter terminado; para onde quer que olhasse, via sinais de forças capitalistas. E, quanto a isso, não andava muito longe da verdade, pois foram surgindo espontânea e ilegalmente empresas por toda a China. Em Shenyang (Manchúria), havia uns impressionantes 20.000 empresários privados, enquanto em Wuhan, o centro comercial e industrial no meio do rio Yangtzé, 3000 especuladores ganhavam a vida explorando

as lacunas da economia planificada. “Muitos faziam o seu comércio em várias províncias. Foram constituídas redes privadas de grande abrangência, envolvendo não só produtos agrícolas mas também ouro e prata... Uma economia clandestina floresceu nos interstícios das comunas. Havia fábricas clandestinas, equipas de construção clandestinas, serviço de transporte clandestino.”⁶⁸⁵

Sem a autorização dada aos camponeses para poderem cultivar parcelas privadas de terra e sem a economia subterrânea, o sistema socialista teria certamente entrado em colapso. Mas Mao não estava disposto a aceitar estas degenerescências capitalistas. Declarou que um terço do poder no País já não pertencia aos comunistas,⁶⁸⁶ e Liu Shaoqui lançou uma importante “Campanha de Educação Socialista”. Províncias inteiras foram acusadas de “seguirem a via capitalista”. Mais de 5 milhões de membros do partido foram punidos e mais de 77.000 pessoas foram perseguidas até à morte.⁶⁸⁷

Mao, ao contrário de Estaline, acreditava que a luta de classes tinha de continuar a vir de baixo, do seio do povo, para evitar o risco de uma restauração do capitalismo. Decidiu lançar a Grande Revolução Cultural Proletária, que teve início a 1 de junho de 1966, com um apelo no *Diário do Povo*. O título exortava os leitores a “Varrer Todos os Monstros e Demónios!” Era o sinal de partida para a Revolução Cultural. O povo era chamado a erguer-se e a perseguir os representantes da burguesia, que estariam a tentar transformar a ditadura do proletariado numa ditadura da burguesia.⁶⁸⁸

Foram mobilizados sobretudo crianças em idade escolar e estudantes dos ensinos médio e superior. Revoltaram-se nas ruas e viraram-se contra os “os camponeses ricos imundos”, “os filhos da puta dos senhorios”, “os sanguessugas capitalistas”, “a neo-burguesia” e “os inimigos de classe”⁶⁸⁹, mas a maior parte das vezes tão-só contra os professores, que eram acusados de pensamento capitalista. A primeira morte ocorreu numa escola feminina administrada pela Universidade Normal de Pequim, onde a vice-reitora foi torturada. As estudantes cuspiram-lhe na cara, encheram-lhe a boca de terra, ataram-lhe as mãos atrás das costas e depois espancaram-na, inclusive com bastões com pregos. Após várias horas de tortura, a vice-

reitora perdeu os sentidos e morreu.⁶⁹⁰

Ao diretor de uma escola em Pequim foi ordenado que ficasse de pé sob um sol escaldante enquanto os Guardas Vermelhos lhe despejavam água a ferver em cima. Uma professora de biologia foi torturada durante horas até morrer, após o que os outros professores foram obrigados a espancar o seu cadáver. Nas escolas básicas, onde os alunos não tinham mais de treze anos, houve professores forçados a engolir alfinetes e excrementos, a outros raparam-lhes o cabelo e obrigaram-nos a esbofetearem-se mutuamente.⁶⁹¹ Colegas dos estudantes também foram humilhados e por vezes torturados até à morte por terem “maus antecedentes familiares” ou provirem de “famílias exploradoras”.⁶⁹²

Num distrito periférico de Pequim, os quadros do Partido Comunista local ordenaram que todos os proprietários de terras e todos os outros “maus elementos”, incluindo os seus familiares, fossem exterminados. Uns foram espancados até à morte, outros golpeados com roçadoiras ou estrangulados com arame. Vários foram eletrocutados, e as crianças foram penduradas pelos pés e chicoteadas. Uma menina de oito anos e a sua avó foram enterradas vivas.⁶⁹³

Os jovens Guardas Vermelhos invadiram casas de pessoas com “maus antecedentes de classe”. A viúva de um antigo gerente da companhia petrolífera Shell em Xangai foi espancada no seu apartamento; todo o recheio foi partido e vandalizado. Um funcionário do Partido perguntou-lhe: “Acha bem você e a sua filha viverem numa casa de nove assoalhadas e quatro casas de banho quando há uma escassez tão grande de habitações em Xangai? Acha bem usar carpetes de lã e ter os quartos cheios de mobília de pau-rosa e pau-preto quando há falta de madeira e de mobiliário básico para os outros? Acha bem usar seda e peles e dormir debaixo de edredões de penas?” Pouco depois, a viúva foi levada para uma prisão local e várias famílias da classe trabalhadora mudaram-se para a sua casa.⁶⁹⁴ Houve uma vaga de expropriações em Xangai, e 30.000 famílias foram forçadas a entregar os seus bens ao Estado. A muitas foi concedido um pequeno espaço de habitação pelo qual pagavam renda. A grande maioria das vítimas foram classificadas como “maus elementos exploradores do

proletariado”.⁶⁹⁵

Enquanto os Revolucionários Culturais perseguiram “elementos capitalistas” por alegadamente viverem no luxo, foram construídas 50 mansões para Mao durante os 27 anos do seu governo, não menos do que cinco só em Pequim. As mansões eram em terrenos enormes, na sua maioria em localizações privilegiadas. Em muitos locais de grande beleza, uma montanha inteira ou uma longa extensão de lagos era isolada para seu uso exclusivo.⁶⁹⁶ Uma vez que Mao adorava nadar, as suas mansões tinham piscinas luxuosas que eram aquecidas meses a fio, para o caso de Mao, de repente, se lembrar de dar um mergulho.⁶⁹⁷ Mao era também um gastrónomo que recebia os seus acepipes preferidos vindos de mais de 1000 quilómetros de distância.⁶⁹⁸ Além disso, Mao, que exigia renúncia sexual aos seus compatriotas, era constantemente abastecido de mulheres jovens e bonitas que tinham de satisfazer os seus caprichos.⁶⁹⁹ Mao ganhou uma fortuna com a venda dos seus livros, que todos eram obrigados a ter. Os seus biógrafos Jung Chang e Jon Halliday afirmam: “Mao foi o único milionário criado pela China de Mao.”⁷⁰⁰

Mas os chineses nada sabiam disto. Uma vez que coisas como roupas decentes, sapatos de salto alto, maquilhagem, porcelana, e muitas mais, eram consideradas capitalistas e quem as tivesse arriscava-se a ser ridicularizado ou até espancado, a produção de todos estes artigos foi rapidamente interrompida. Em vez disso, foram produzidos vários milhares de milhões (!) de crachás de Mao por toda a China, para que as pessoas os pusessem na lapela, por cima do coração.⁷⁰¹ Foram instalados altifalantes em todas as esquinas e nos campos, que, de manhã à noite e em altos berros, gritavam *slogans* contra o capitalismo e a favor do socialismo. Foram mudados os nomes de todas as lojas e ruas para apagar da memória lembranças do passado capitalista ou feudal. Os nomes mais correntes de lojas passaram a ser “Bandeira Vermelha”, “Guarda Vermelho”, “O Oriente é Vermelho”, “Trabalhadores”, “Camponeses”, “O Povo”, etc. Só em Xangai havia mais de uma centena de lojas “Guarda Vermelho”.⁷⁰²

As *Citações do Presidente Mao Tsé-Tung*, também conhecidas no Ocidente como *O Pequeno Livro Vermelho*, foram impressas aos milhões e

eram entusiasticamente brandidas e recitadas pelos ativistas da Guarda Vermelha. Uma das citações de Mao era: “A revolução não é o convite para um jantar, a composição duma obra literária, a pintura dum quadro ou a confeção dum bordado; ela não pode ser tão refinada, calma e delicada, tão branda, tão afável e cortês, comedida e generosa. A revolução é uma insurreição, é um ato de violência pelo qual uma classe derruba outra.”⁷⁰³ A classe dominante há muito que tinha sido derrubada, mas, segundo a filosofia de Mao, a luta entre os campos capitalista e socialista era permanente – e a Revolução Cultural era um meio de manter essa luta.

Mao afirmava que os elementos capitalistas se tinham infiltrado no Partido. Ao princípio, os funcionários do Partido conseguiram canalizar o ódio dos jovens Guardas Vermelhos contra os seus professores – ou contra pessoas comuns que se tivessem tornado bodes expiatórios por terem “maus antecedentes de classe”. Mas não tardou que os Guardas Vermelhos passassem a visar nos seus ataques os quadros do Partido. “Parecia uma revolução do povo. Tal como tinha incitado os estudantes a revoltarem-se contra os seus professores meses antes, Mao lançava agora pessoas comuns contra os seus líderes partidários. Ao fazê-lo, desencadeou uma profunda onda de ressentimento. Parecia não ter fim o número de pessoas que tinham razões de queixa dos dirigentes do Partido.”⁷⁰⁴

Ao princípio, o exército manteve-se afastado da contenda, mas não tardou a intervir. Os campos não estavam bem definidos. Muitos militares consideravam os rebeldes contrarrevolucionários, agitadores que só estavam a usar a Revolução Cultural como pretexto para atacar o Partido e o socialismo. A situação foi-se tornando cada vez mais confusa à medida que insurreições contra o exército irrompiam por todo o País, logo seguidas de ataques diretos aos militares. Em junho de 1967, a China estava num caos. Os contrarrevolucionários estavam a armar-se e a situação ameaçava ficar completamente fora de controlo quando Mao assinou um decreto a autorizar o exército a defender-se dos rebeldes.⁷⁰⁵ Em algumas partes do País seguiu-se uma autêntica guerra civil com recurso a metralhadoras, morteiros e *napalm*.⁷⁰⁶

Só na província de Guangxi foram mortas 80.000 pessoas no verão de

1968. A milícia local aliou-se ao exército para caçar os alegados rebeldes. Em Liujang, algumas das vítimas foram decapitadas em público, sendo as cabeças exibidas com uma nota onde se lia “contrarrevolucionário”. Numa comuna popular circularam rumores sobre um golpe contrarrevolucionário iminente, que traria os proprietários de volta para reclamarem as suas antigas terras. Daí resultou que cerca de 60 pessoas foram levadas à força para um terreno onde foram obrigadas a ajoelharem-se e lhes foram esmagadas as cabeças à martelada.⁷⁰⁷

Houve lugares onde os “inimigos de classe” foram esquartejados vivos; os corações e fígados foram arrancados e comidos. Não era canibalismo, disseram os rebeldes, porque se tratava de carne de senhorios e espiões.⁷⁰⁸

Em setembro de 1968, o dirigente Zhou Enlai anunciou uma vitória “total”. Mas agora ia ter início uma campanha a partir de cima para limpar o partido de “espiões” e “traidores”. Entre 1968 e 1980, 17 milhões de estudantes foram expulsos das cidades para o campo, onde deveriam ser “reeducados” pelos camponeses. Na realidade, a maior parte dos que foram enviados para o campo vivia separada dos camponeses. Muitos viviam em grutas, chiqueiros ou barracões, e muitos sofriam de subnutrição ou outras doenças provocadas por défices vitamínicos. Muitas jovens mulheres foram molestadas ou violadas.

E não foram só os jovens a ser banidos para as zonas rurais. Juntaram-se-lhes os mais fracos da sociedade – desempregados, vagabundos, inválidos e trabalhadores reformados que nunca tinham cultivado nas suas vidas e que agora se esperava que conseguissem sobreviver longe das cidades. Muitos foram enviados para campos de reeducação em zonas rurais, mas eram campos que nem os seus residentes conseguiam sustentar.

A Revolução Cultural levou ao caos, e o Partido foi perdendo o controlo à medida que os seus funcionários iam sendo consumidos nos conflitos. Isto permitiu que, em várias províncias, pessoas reivindicassem as liberdades que os comunistas lhes tinham tirado. Muitos agricultores começaram a cultivar legumes para seu próprio consumo. “O desejo de possuir terra vinha das bases e só muito mais tarde veio a ser ratificado pelas autoridades locais.”⁷⁰⁹

Aqueles que permaneciam nas comunas populares e obedeciam às diretivas do Partido tinham uma vida muito pior do que aqueles que desobedeciam. “Era um mundo socialista virado do avesso, pois aqueles que respondiam ao apelo do mercado prosperavam enquanto os membros do coletivo continuavam atolados na pobreza.”⁷¹⁰

Grandes mercados ilegais surgiram em tudo o que era campo, onde as pessoas ofereciam os seus produtos. Os inspetores do Partido nada conseguiam fazer, porque se tentassem intervir eram ameaçados pelos comerciantes. Um processo de descoletivização foi tendo lugar à medida que muitos milhares deixavam as comunas populares onde tinham sido obrigados a fixarem-se, ou expandiam as suas terras agrícolas privadas muito além do permitido. Na província de Guangzhou, surgiram fábricas clandestinas inteiramente dedicadas a alimentar o mercado negro.⁷¹¹ Uma vez que a economia planificada não conseguia produzir bens suficientes para satisfazer a procura da população comum, as estruturas da economia de mercado surgiram espontaneamente por todo o lado. Em algumas partes do País não havia madeira, pelo que se viam casas inacabadas por todo o lado, abandonadas por falta de madeira e outros materiais de construção. Em resposta, centenas de fábricas irromperam para negociar madeira ilegalmente.⁷¹²

Dikötter descreve uma longa “revolução silenciosa” que ganha ímpeto após a Revolução Cultural: “Por todo o País as pessoas começaram a voltar a ligar-se calmamente ao passado, desde os líderes locais que se concentraram no crescimento económico até aos aldeões que reorganizaram os mercados populares... Por vezes, um agricultor limitava-se a ultrapassar os limites da economia planeada, trazendo algum milho para o mercado ou passando mais tempo numa parcela privada. Noutros casos eram mais ousados, abrindo fábricas clandestinas ou especulando com mercadorias normalmente controladas pelo Estado. Mas por todo o lado, de uma maneira ou doutra, o fracasso da Revolução Cultural encorajava as pessoas a serem elas a tratar das coisas. Como um observador astuto notou, ‘as pessoas decidiram que não queriam continuar a viver como tinham vivido até aí, e estavam a arranjar maneiras de saírem da situação difícil em que se

encontravam.’ Foi uma revolução acidentada, irregular, vinda de baixo, que foi sobretudo silenciosa, mas que acabaria por abarcar todo o País.”⁷¹³

Um fator crucial para compreender a dinâmica das reformas chinesas iniciadas por Deng Xiaoping após a morte de Mao é o de que só em parte elas foram iniciadas “a partir de cima”. Muitos dos desenvolvimentos foram espontâneos – as forças do mercado venciam, por assim dizer, o Estado. O economista chinês Weiyang Zhang escreve que Deng Xiaoping foi chamado o “arquiteto” das reformas na China: “No entanto, Deng Xiaoping compreendeu que as reformas económicas e sociais não são o mesmo que construir edifícios. Não podem ser levadas a cabo a partir de projetos pré-definidos. Em vez disso, tem de ser adotada uma abordagem ao estilo de ‘apalpar terreno’.”⁷¹⁴

Deng, argumenta Zhang, adotou uma estratégia de reforma pela via da experimentação. Nada que fosse importante era simplesmente decretado – não o foi a reforma dos preços, a reforma do mercado de trabalho, a reforma fiscal ou a reforma do comércio externo. A abordagem de Deng foi sempre a de experimentar novas abordagens em certas áreas ou setores (por exemplo, zonas económicas especiais). Se funcionavam, eram alargadas; se não, eram abandonadas.⁷¹⁵ Um papel-chave coube ao incentivo dado às iniciativas “vindas de baixo”, em vez de serem tomadas centralmente. O maior talento de Deng, no dizer de Zhang, foi que “Deng Xiaoping sabia o que não sabia!”⁷¹⁶

Os intelectuais ocidentais foram moderando o seu entusiasmo pela China à medida que o capitalismo se instalava. Durante e após a Revolução Cultural, Mao e a China foram uma fonte de inspiração para os intelectuais de todo o mundo. Simone de Beauvoir, a famosa feminista e teórica social Francesa, escreveu na altura, “A vida é hoje na China excecionalmente agradável... Podemos acalantar os sonhos mais belos com a ideia de um país... onde generais e estadistas são estudiosos e poetas.”⁷¹⁷ E o seu companheiro, o filósofo Jean-Paul Sartre, um admirador confesso de Estaline que tinha anteriormente desvalorizado os Gulags, escreveu o seguinte sobre a China de Mao: “Um regime revolucionário tem de se ver livre de um certo número de indivíduos que o ameaçam e não vejo que isso

possa ser feito doutra maneira que não seja a morte; é sempre possível sair duma prisão; os revolucionários de 1793 provavelmente não mataram gente suficiente.”⁷¹⁸

Em França, onde o anticapitalismo é mais acentuado que em qualquer outro país ocidental, a admiração por ditadores como Estaline e Mao sempre foi muito grande nos círculos intelectuais. O livro *Geração Estaline: Escritores Franceses, a Pátria e o Culto da Personalidade*⁷¹⁹ apresenta numerosos testemunhos de admiradores de Estaline, pelo que não terá sido um acaso que a experiência socialista mais radical da história, o regime dos Khmers Vermelhos no Camboja, tenha sido concebida nas universidades parisienses.

No seu decurso, desde meados de 1975 até ao início de 1979, entre um quinto e um quarto da população do Camboja pereceu – as estimativas variam entre 1,6 a 2,2 milhões de pessoas.⁷²⁰ Esta experiência, que o líder dos Khmers Vermelhos Pol Pot (também conhecido como “Irmão Número Um”) chamou de “Super Grande Salto em Frente”⁷²¹ em honra do Grande Salto em Frente de Mao, é muito reveladora porque oferece uma demonstração extrema da crença de que uma sociedade pode ser artificialmente planeada num estirador.

Hoje afirma-se, por vezes, que Pol Pot e os seus camaradas queriam criar uma forma puritana de “comunismo primitivo”, e o seu regime é pintado como uma manifestação de irracionalidade desenfreada. Sucede que tal visão não podia estar mais longe da verdade. Os ideólogos e líderes dos Khmers Vermelhos eram intelectuais oriundos de famílias respeitáveis, tinham estudado em Paris e eram membros do Partido Comunista Francês. “Partindo de conceitos marxistas e maoístas, a elite intelectual do Partido desenvolveu a sua própria teoria da exploração capitalista mundial, o seu próprio modelo de sociedade cambojana e as linhas de clivagem histórica que encurralaram o País num círculo de subdesenvolvimento e dependência.”⁷²²

Dois dos ideólogos, Khieu Samphan e Hu Nim, tinham escrito dissertações marxistas e maoístas em Paris.⁷²³ A elite intelectual que tinha estudado em Paris ocupou quase todas as posições de liderança no Governo,

após a tomada do poder.⁷²⁴

Tinham elaborado um Plano Quadrienal detalhado que enumerava com precisão todos os produtos de que o País iria necessitar (agulhas, tesouras, isqueiros, chávenas, pentes, etc.). O grau de detalhe era por demais invulgar, mesmo para uma economia planificada. Do plano constava, por exemplo: “O comer e o beber são coletivizados. A sobremesa também é preparada coletivamente. Em suma, elevar o nível de vida das pessoas no nosso próprio país significa fazê-lo coletivamente. Em 1977, deverá haver duas sobremesas por semana. Em 1978, uma sobremesa de dois em dois dias. Depois, em 1979, uma sobremesa por dia, e assim por diante. Deste modo, as pessoas vivem coletivamente com o suficiente para comer; são alimentadas com refeições ligeiras. Ficam felizes por viverem neste sistema.”⁷²⁵

O Partido, escreve o sociólogo alemão Daniel Bultmannn na sua análise, “planeou a vida da população como que num estirador, encaixando-a em espaços e necessidades pré-determinadas.”⁷²⁶ Por todo o lado, sistemas e campos de irrigação gigantescos deveriam ser construídos segundo um modelo uniforme e retilíneo. Todas as regiões tinham os mesmos objetivos, pois o Partido acreditava que condições padronizadas em campos exatamente do mesmo tamanho produziriam também rendimentos padronizados. “Com o novo sistema de irrigação e os campos de arroz divididos em talhões uniformes, a natureza seria domada para servir a realidade utópica de uma ordem totalmente coletivista que eliminasse a desigualdade logo a partir do primeiro dia.”⁷²⁷

No entanto, a disposição das zonas de alagamento em quadrados iguais com arrozais igualmente quadrados no seu centro levou a inundações frequentes. Os projetos rigorosos do Partido não tinham considerado os fluxos naturais da água e a maioria dos funcionários do Partido tinha pouco ou nenhum conhecimento técnico da construção de represas. Os sistemas de irrigação foram construídos com trabalho forçado, seguindo escrupulosamente os planos gizados no topo – e 80% deles não funcionavam.⁷²⁸

A propriedade privada deveria ser completamente abolida – tal como se

tem visto em numerosos romances utópicos. Mas o “Irmão Número Um” e os seus camaradas não se limitaram a coletivizar a terra e os meios de produção. A partir de setembro de 1976, as pessoas tinham de entregar absolutamente tudo, incluindo os seus relógios, rádios, ferramentas, arados, sementes, utensílios de cozinha, e o mais que tivessem.⁷²⁹ Todos tinham de usar o mesmo uniforme preto e cada sexo tinha o seu próprio corte de cabelo “revolucionário”. Não havia joias; no entanto, os quadros do Partido puderam ficar com blocos de notas, bicicletas e canetas, o que os distinguia claramente da multidão – e eles exibiam-nos com orgulho.⁷³⁰

Para começar a construir uma sociedade justa de raiz, quase todos foram expulsos das cidades. Os comunistas mentiram ao povo, dizendo-lhes que estavam prestes a ser bombardeados pelos EUA e que só teriam de abandonar as suas casas durante alguns dias. Por isso, também não teriam de levar muitos dos seus bens ou mesmo trancar as portas. Foram-lhes dadas 24 horas para deixarem as suas casas, mas desde o início que o plano era o de nunca mais os deixar regressar. Famílias eram frequentemente desfeitas, as comunidades eram separadas e as pessoas eram enfiadas em comunas. Na maioria dos casos, as pessoas não eram mudadas só uma vez – estavam constantemente a mudar de lugar.

Às pessoas era perguntado insidiosamente se queriam regressar às suas casas. Mas era apenas uma pergunta ardilosa para identificar os que não eram ideologicamente firmes e precisavam de um reforço de reeducação. Quem respondesse “sim” era levado para outro lugar – que não era a sua antiga casa – onde as condições de vida eram ainda mais insuportáveis.⁷³¹

Os comunistas comparavam as pessoas ao gado: “Vocês veem este boi que puxa a charrua. Ele come onde nós mandamos. Se o deixarmos pastar neste campo, ele come. Se o levarmos para outro campo onde não haja erva suficiente, ele pasta apesar de tudo. Não se pode deslocar. É vigiado. E quando lhe dizemos que puxe a charrua, ele puxa-a. Ele nunca pensa na mulher nem nos filhos...”⁷³² O coletivo chegou mesmo a assumir o papel de escolher com quem as pessoas deviam casar. Quem rejeitasse um noivo mais do que uma vez era imediatamente classificado como inimigo do sistema.

No dia em que os Khmers Vermelhos tomaram o poder, 17 de abril de 1975, o seu líder Pol Pot apresentou o seu plano para as próximas semanas e meses. O plano continha uma série de medidas, incluindo:

- a evacuação das cidades,
- a abolição de todos os mercados,
- a abolição do dinheiro.

Nesse mesmo dia, uma explosão destruiu o banco central e o dinheiro foi totalmente abolido. As notas esvoaçavam sem valor pelas ruas desertas da cidade. O ouro e as joias foram confiscados pelo Estado, tal como toda a propriedade privada.

A economia planificada falhou rápida e radicalmente. O povo tinha fome. Mas, claro, os comunistas não viram a causa dos seus fracassos na manifesta impossibilidade de desenhar uma sociedade no estirador. Culparam alegados sabotadores. Dezenas de milhares foram presos e encarcerados em centros de tortura. Os Khmers Vermelhos afirmavam que não tinham prisões, o que, de certo modo, era verdade, porque eram locais de tortura e morte de onde quase ninguém conseguiu sair vivo.⁷³³

Sob tortura, foram extorquidas “confissões” como: “Dei instruções para destruir as culturas, colhendo-as quando ainda não estavam maduras. Mandeí o Chaet pegar fogo ao arroz... O que eu queria era dividir o povo, especialmente o Novo Povo do Velho Povo. Isto prejudicou o plano do Partido.”⁷³⁴

Ou: “Sou um falso revolucionário. Na verdade, sou um inimigo, um inimigo do povo, da nação cambojana e do Partido Comunista do Camboja. Sou um intelectual desprezível e reacionário que se faz passar por revolucionário.”⁷³⁵

As pessoas tinham de confessar que trabalhavam para a CIA, embora muitos nem sequer soubessem o que era a CIA (alguns pensavam que era o nome de uma pessoa). Algumas das confissões eram absurdas

e contraditórias, por exemplo: “Não sou membro da CIA. Confessei pertencer à CIA quando fui confrontado com a minha culpa. Peço ao

Partido que me mate porque não segui a revolução.”⁷³⁶

Por todo o País foi montada uma rede de 196 centros denominados de segurança e reeducação, com estrutura, função e procedimentos internos exatamente iguais. Escolas e pagodes budistas foram fechados e transformados em campos de internamento para a classe inimiga.

O núcleo do aparelho de segurança assentava sobretudo no recrutamento de crianças entre os 12 e 16 anos de idade, que na opinião de Pol Pot eram folhas em branco, prontas a serem preenchidas com o pensamento socialista. Fazia parte do treino das crianças serem obrigadas a ver outras serem torturadas ou horivelmente assassinadas em morte lenta. Não podiam mostrar qualquer emoção, pois isso seria interpretado como um sinal de simpatia para com o inimigo e teria de ser punido em conformidade.⁷³⁷

No princípio, o terror era dirigido principalmente contra os “ricos” e letrados. “De repente, os residentes urbanos ricos e instruídos viram-se literalmente na base da cadeia alimentar. Abundavam os relatos de comportamento sádico da parte de quadros do Partido, que viviam eles próprios em opulência e atormentavam a velha elite.”⁷³⁸ O Partido Comunista declarou as classes com padrões económicos e educacionais elevados como sendo especiais inimigos do povo e assassinava os seus membros à menor ofensa que cometessem nos campos de reeducação.⁷³⁹ “Quem quiser aderir ao Partido tem de vir das classes baixas, sobretudo do campesinato pobre.”⁷⁴⁰

Mas o círculo de inimigos começou rapidamente a crescer, não deixando ninguém de fora. Qualquer pessoa podia ser apontada como inimiga do sistema em qualquer altura, mesmo que pertencesse ao Partido Comunista – pelo menos metade dos seus próprios quadros foram assassinados.⁷⁴¹ Quem não quisesse ser considerado “inimigo” tinha de estar constantemente a apontar e denunciar outros “inimigos”, o que redundou numa espiral de violência. Mais tarde, foram encontradas perto de 20.000 valas comuns, espalhadas por todo o País, contendo vítimas do regime.

O poder que em tudo mandava adotou a designação de “*Angkar*” (“Organização”) e as pessoas nem sequer sabiam que organização era esta.

Apenas sabiam que não lhe podiam resistir e que ela governava tudo o que às suas vidas dizia respeito – tal como o Grande Irmão do 1984 de George Orwell. “Todas as leis e regulamentos revolucionários eram promulgados em nome da *Angkar*; todas as transgressões eram conhecidas e punidas pela *Angkar*. A *Angkar* estava por todo o lado, uma onnipresença a que ninguém conseguia escapar. ‘A *Angkar* tem mais olhos do que um ananás’, dizia um funcionário. Marido e mulher só falavam da *Angkar* em privado, num sussurro, receando serem ouvidos. Ninguém criticava a *Angkar* em público; a mínima alusão crítica era quanto bastava para a detenção, interrogatório e subsequente desaparecimento para reeducação. O perigo era constante; nunca se sabia se os espiões da *Angkar* não estariam à escuta.”⁷⁴²

O regime entrou em colapso alguns anos mais tarde. Os Khmers Vermelhos oferecem um exemplo extremo da estratégia de criar utopias socialistas por meio de um construtivismo radical. Pol Pot e os seus camaradas acreditavam que da igualdade total resultaria uma sociedade justa e feliz. Tinham a obrigação de saber que não, sobretudo depois do Grande Salto em Frente de Mao, na China, já ter falhado tão estrondosamente, custando a vida a 45 milhões de pessoas. Para Pol Pot, a experiência socialista do Grande Salto em Frente de Mao serviu de modelo – só lhe faltara ser levada à prática de forma suficientemente radical e consistente, e por isso se referiu à sua experiência como o “Super Grande Salto em Frente”. O novo hino nacional terminava assim: “Construamos a nossa pátria para que ela realize um Grande Salto em Frente! Um imenso, um glorioso, um prodigioso Salto em Frente!”⁷⁴³

Um intelectual, funcionário com experiência no estrangeiro, declarava orgulhosamente: “Estamos em vias de fazer uma revolução única. Conhece algum país que ouse, como nós, suprimir o mercado e a moeda? Nós batemos de longe os chineses, que nos admiram. Eles tentam imitar-nos, mas ainda não o conseguiram. Seremos um bom modelo para o mundo inteiro.” Mesmo após Pol Pot ter sido deposto, continuou a acreditar que 17 de abril de 1975 era a data da maior de todas as revoluções da história, “com exceção da Comuna de Paris em 1871.”⁷⁴⁴

Assistimos, assim, a uma contínua procissão de experiências socialistas

fracassadas – desde a União Soviética, à China, até à variante mais radical no Camboja. Por muito diferentes que fossem nos detalhes, tinham em comum a ilusão construtivista de que só abolindo a propriedade privada, combatendo “os ricos” e pondo uma economia planificada em funcionamento é que as pessoas se conseguem libertar da miséria do feudalismo e do capitalismo.

E todos estes regimes – de Estaline a Mao e a Pol Pot – encontraram apologistas e admiradores entre intelectuais de renome. Entre os intelectuais que banalizaram o regime de terror socialista no Camboja estava, por exemplo, Noam Chomsky, que se opôs à difamação do regime dizendo que os relatos de assassínios em massa eram forjados.⁷⁴⁵

O filósofo anticapitalista Slavoj Žižek chegou mesmo a declarar que os Khmers Vermelhos não tinham ido suficientemente longe: “Os Khmers Vermelhos foram, de certo modo, *insuficientemente radicais*: enquanto levavam ao limite a negação abstrata do passado, não inventaram nenhuma nova forma de coletividade.” Mesmo assim, acrescentou: “... a violência revolucionária deve ser celebrada como ‘redentora’ e até ‘divina’.”⁷⁴⁶

Deve também ficar aqui registado que Žižek era um admirador de Che Guevara e descreveu o terror de Estaline nos anos de 1930 como “terror humanista”: “O Estalinismo salvou efetivamente o que entendemos como a humanidade do Homem.”⁷⁴⁷

Paul Hollander comenta deste modo: “As crenças de Žižek parecem estar enraizadas numa convicção inabalável de que nada consegue ser pior do que os males do capitalismo e a violência que ele gera. Esta era uma convicção partilhada em diferentes graus por muitos intelectuais ocidentais que se sentiram atraídos por ditadores de diferentes convicções políticas e comungavam de uma inclinação anticapitalista.”⁷⁴⁸

O anticapitalismo está na base da admiração até pelos piores regimes de terror socialista da história. Claro que nem todos os regimes socialistas foram tão violentamente sanguinários como os de Estaline, Mao e Pol Pot. Mesmo assim, até aquelas experiências socialistas que começam de um modo muito mais inócuo atingem rapidamente o colapso económico e a restrição das liberdades num processo de radicalização cumulativa, como o

mais recente exemplo de uma experiência socialista falhada confirma: o “Socialismo do século XXI” de Hugo Chávez na Venezuela. Chávez foi eleito democraticamente e, nos primeiros tempos do seu regime, prometeu defender os direitos de propriedade e jurou que nunca “expropriaria nada a ninguém.”⁷⁴⁹ Antes das eleições, Chávez usou de uma retórica surpreendentemente conciliadora, apresentando-se como um grande admirador dos valores ocidentais, que acolhia investidores estrangeiros, um “Tony Blair Caribenho”.⁷⁵⁰ Até certo ponto, tratou-se de um logro. No entanto, Chávez não desejava conduzir o seu país ao desastre económico e à ditadura. Mas foi precisamente isso o que aconteceu, pois existe uma lógica inerente ao facto de a eliminação da liberdade económica conduzir sempre ao declínio económico e depois, a certa altura, à eliminação das liberdades políticas.

Não se deve acreditar nas palavras e nas garantias dos socialistas quando falam de liberdade e democracia. O Partido Comunista da Alemanha (KPD) afirmava, na apresentação do seu programa, em 11 de junho de 1945: “Com a destruição do regime de Hitler é também importante completar a democratização da Alemanha, aquela transição burguesa-democrática que começou em 1848... Somos de opinião que forçar o sistema soviético na Alemanha seria um caminho errado... Somos, antes, da opinião de que os interesses mais prementes do povo alemão na situação atual exigem que a Alemanha enverede por um caminho diferente, o caminho do estabelecimento de um regime antifascista e democrático, uma república parlamentar e democrática com todos os direitos e liberdades democráticas para o povo.”⁷⁵¹

Como a história mostra, foi exatamente o contrário o que sucedeu na RDA durante os anos seguintes. Sob o pretexto do antifascismo, a terra e os meios de produção essenciais foram nacionalizados e foi estabelecida uma ditadura modelada segundo a da União Soviética.

Frederich Engels prometeu que, após a socialização dos meios de produção, o Estado iria “*deperecer*”: “O primeiro ato em que o Estado se apresenta como representante real da sociedade toda – a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade – é, ao mesmo tempo, o seu

último ato autónomo como Estado. A intervenção de um poder de Estado nas relações sociais torna-se, num domínio após outro, supérflua, e acaba por apagar-se por si. O governo sobre pessoas dá lugar à administração de coisas e à direção de processos de produção. O Estado não é ‘abolido’, *deperece*.⁷⁵² E, “na medida em que a anarquia da produção social [para Engels, sinónimo de economia capitalista (nota do autor)] se desvanence, apaga-se também a autoridade política do Estado. Os homens, finalmente donos do seu próprio modo de socialização, tornam-se assim, ao mesmo tempo, senhores da Natureza, senhores de si próprios – livres.”⁷⁵³

Em *O Estado e a Revolução*, Lénine descreveu o seu objetivo final como sendo a “supressão do Estado, isto é, de toda a violência organizada e sistemática, de toda a violência sobre os homens em geral.”⁷⁵⁴ Bastava uma fase intermédia do socialismo e da ditadura do proletariado para realizar este estado final da sociedade comunista. Marx já tinha escrito na sua “Crítica do Programa de Gotha”: “Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista, fica o período da transformação revolucionária de uma na outra. A isto corresponde também um período de transição política em que o Estado não pode deixar de ser a *ditadura revolucionária do proletariado*.”⁷⁵⁵

Mas sucede que não houve ditadura do proletariado em nenhum Estado socialista. Como vimos, a União Soviética dos primeiros tempos começou precisamente por esmagar o movimento operário e evoluir rapidamente para a ditadura de um partido e, por fim, de um déspota. Segundo a ficção de Marx, Engels e Lénine, a um período de transição deveria seguir-se um estágio final em que não haveria Estado. “Finalmente”, escreve Lénine, “só o comunismo torna o Estado completamente desnecessário, pois não há *ninguém* para reprimir – ‘ninguém’ no sentido de uma classe, no sentido de uma luta sistemática contra uma parte determinada da população.”⁷⁵⁶ Assim, por esta lógica, quando os meios de produção são socializados e as classes despojadas da sua base económica, o Estado morrerá de morte natural.

Como é bem sabido, nunca, em nenhum país do mundo, tal aconteceu. O Estado não só não se extinguiu, como se tornou cada vez mais forte; a violência não só não deixou de ser precisa, como foi até um dos traços

característicos dos sistemas socialistas – da União Soviética à Venezuela. E mesmo nos períodos que se seguiram às piores fases do domínio de Estaline, tal não deixou de ser verdade: a União Soviética pós-Estaline pode não ter visto os mesmos excessos da década de 1930, mas continuou a ser uma ditadura onde as pessoas eram privadas de direitos básicos, como a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão e a liberdade de reunião.

As pessoas continuaram a ser consoladas com promessas de uma utopia comunista que, garantiam-lhes, já não era um sonho distante. No seu 22.º Congresso, em 1961, o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) adotou um programa que prometia construir o comunismo em 20 anos. “A construção comunista”, dizia, “tornou-se a tarefa essencial do Partido, a causa de todo o povo soviético.”⁷⁵⁷ Em 1970, o programa prometia que a União Soviética ultrapassaria “o país capitalista mais forte e mais rico, os EUA, em produção por habitante.” Depois, em 1980, “*uma sociedade comunista iria ser construída sobretudo na URSS.*”⁷⁵⁸ A União Soviética iria garantir aos seus cidadãos um nível de vida “*superior ao de qualquer dos países capitalistas*”⁷⁵⁹ e iria tornar-se no país “com a jornada de trabalho mais curta, além da mais produtiva e mais bem paga.”⁷⁶⁰ Toda a população iria ser capaz de “satisfazer adequadamente as suas necessidades com alimentos variados e de alta qualidade”⁷⁶¹ e tal “abundância de benefícios materiais e culturais para toda a população iria ser alcançada” até 1980, sendo então possível a transição “para o princípio comunista da distribuição segundo as necessidades” proclamado por Marx.⁷⁶²

O programa referia-se, assim, expressamente à “Crítica do Programa de Gotha”, onde Marx prometia que: “Numa fase superior da sociedade comunista, depois de ter desaparecido a servil subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, também a oposição entre trabalho espiritual e corporal; depois de o trabalho se ter tornado, não só meio de vida, mas, ele próprio, a primeira necessidade vital; depois de, com o desenvolvimento omnilateral dos indivíduos, as suas forças produtivas terem também crescido e todas as fontes manantes da riqueza co-operativa jorrarem com abundância – só então o horizonte estreito do direito burguês poderá ser totalmente ultrapassado e a sociedade poderá inscrever na sua

bandeira: De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!”⁷⁶³

Foi isto o que o PCUS prometeu alcançar até 1980, o mais tardar. Mas nenhuma das suas promessas foi alguma vez cumprida. A União Soviética tinha uma população de 270 milhões de habitantes em 1982, mais 16% do que os EUA (232 milhões). No entanto, 44 milhões de rádios foram vendidos nos EUA nesse ano, contra apenas 6 milhões na URSS; 8 milhões de carros foram vendidos nos EUA, contra apenas 1,4 milhões na URSS; e 29 milhões de gravadores foram vendidos nos EUA, enquanto a URSS se ficou por apenas 3,2 milhões.⁷⁶⁴

Em 1981, ano em que o programa prometia já ter sido construída uma sociedade comunista, uma comparação entre os Estados Unidos e a União Soviética revelou: “Na década de 1980, o nível de vida na URSS irá provavelmente melhorar muito mais lentamente do que antes, devido à forte diminuição prevista para o crescimento económico. Estas são algumas das principais conclusões resultantes da comparação alargada do consumo *per capita* na URSS e nos Estados Unidos em 1976, tendo por base os dados detalhados de despesas e as novas paridades de poder de compra. Em 1976, o consumo real *per capita* na União Soviética correspondia a 34,4% do dos Estados Unidos: este valor é a média geométrica das comparações em rublos (27,6%) e em dólares (42,8%). Além disso, é de crer que estas comparações estejam enviesadas a favor da URSS, devido à sua manifesta incapacidade em reconhecer plenamente a notória má qualidade e pouca variedade dos bens e serviços de consumo soviéticos. As comparações também não conseguem ter em conta o sistema de distribuição errático e primitivo e as carências aleatórias que dificultam as compras aos consumidores soviéticos. Com base numa comparação de médias geométricas, os consumidores soviéticos aproximam-se dos seus homólogos americanos no consumo de alimentos, bebidas e tabaco (54%) e de produtos têxteis (39%). O atraso soviético é enorme (menos de 20% do nível dos EUA) no consumo de bens duradouros e serviços domésticos.”⁷⁶⁵

Quando Mikhail Gorbachev iniciou profundas reformas na União Soviética, em meados dos anos 80, o sistema escorregou completamente

para o caos. O que então surgiu não foi, contudo, uma sociedade livre e capitalista, mas um sistema de “Capitalismo Clientelar”⁷⁶⁶, que é economicamente ineficiente e cujo produto interno bruto consegue ser inferior ao da Itália, apesar da dimensão do País e dos seus vastos recursos ao nível de matérias-primas.⁷⁶⁷ Os defensores do “socialismo democrático” distanciam-se de sistemas como os que existiam na União Soviética e nos países do bloco de Leste, mas agem como se fosse possível separar arbitrariamente a economia da política: quando de facto criticam os sistemas socialistas, tendem a abordar a constituição económica quase como uma questão secundária, ao invés de a tornarem no alvo principal da sua condenação. Em vez disso, centram-se na eliminação das liberdades políticas e democráticas (por exemplo, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, etc.). As propostas económicas provenientes de muitos dos apoiantes do “socialismo democrático” são bastante semelhantes às dos seus camaradas não democráticos, ao caracterizarem-se por uma profunda desconfiança das forças do mercado e uma confiança quase ilimitada no Estado.

Os “socialistas democráticos” querem apenas corrigir o “erro” cometido por todos os Estados socialistas do mundo real nos últimos 100 anos, desejando, para isso, combinar o sistema económico socialista com uma constituição política democrática. É isto que, em última análise, significa o termo “socialismo democrático”. Embora Marx não pudesse ter sido mais claro ao enfatizar a estreita interdependência da economia com

a política, da base com a superestrutura, os “socialistas democráticos”, por muito que reverenciem o pensador de Trier, parecem negar qualquer ligação desta natureza.

Na famosa passagem do prefácio de *Para a Crítica da Economia Política*, na qual Marx descreve esta relação, lê-se: “A minha investigação desembocou no resultado de que relações jurídicas, tal como formas de Estado, não podem ser compreendidas a partir de si mesmas nem a partir do chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas enraízam-se, isso sim, nas relações materiais da vida... [N]a produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da

sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual.”⁷⁶⁸

É uma contradição flagrante o facto de os socialistas, sempre tão propensos a citar Marx noutras circunstâncias, negarem esta relação entre economia e política assim que começam a criticar as sociedades socialistas. Para eles, é aparentemente uma coincidência que sociedades com uma base não capitalista, caracterizada pela ausência de liberdade económica, tenham também uma “superestrutura” totalmente desprovida de liberdades políticas.

Niemietz resume adequadamente esta relação: “A limitação da liberdade individual é, portanto, inevitável e, na lógica do sistema, justificável. As restrições à emigração são disso um exemplo.”⁷⁶⁹ Um exemplo da relação existente entre a eliminação da liberdade económica e a eliminação da liberdade política foi a RDA: primeiro, a liberdade económica foi eliminada através da nacionalização da terra e dos meios de produção. Daí resultou uma enorme disparidade entre o desempenho económico da Alemanha Oriental e Ocidental. O nível de vida no Ocidente era muito superior, pelo que 2,8 milhões de pessoas fugiram da RDA – principalmente, mas não só, empresários e profissionais qualificados. Por isso, a construção do Muro em 1961 correspondeu certamente a uma inevitabilidade económica, pois de outra forma o sistema na Alemanha Oriental teria ficado rapidamente exangue. “É por isso”, explica Niemietz, “que o Muro de Berlim não foi uma aberração do ideal ‘nobre’ do socialismo, mas sim um complemento lógico a uma economia planificada.”⁷⁷⁰

A eliminação da liberdade económica conduz inevitavelmente a uma expansão do poder do Estado, uma vez que a política e a burocracia já não ficam limitadas à tomada de decisões políticas, tomando também decisões económicas. Enquanto nos países capitalistas existe uma elite económica

que exerce poder e influência a par da elite política, numa economia gerida pelo Estado existe apenas uma elite que exerce poder em todos os domínios.

Claro que é possível imaginar sistemas em que a liberdade e o socialismo coexistam. E, pelo menos temporariamente, pode até ser possível a sua coexistência. Os exemplos incluem os namoros com o “socialismo democrático” na Grã-Bretanha e na Suécia nos anos 70. Em ambos os sistemas, o Estado ganhava cada vez mais poder à medida que os impostos iam aumentando, enquanto, em paralelo, os principais setores da economia eram nacionalizados. A dada altura, estes países viram-se numa encruzilhada: Os apoiantes mais radicais do “socialismo democrático”, por exemplo no Partido Trabalhista Britânico, exigiam ao Governo que fosse cada vez mais interventivo. Para eles, todos os problemas económicos que os seus países estivessem a enfrentar resultavam do facto de ainda existir demasiado capitalismo. Se esta posição tivesse vingado, o declínio económico teria sido acelerado e, a certa altura, teria havido uma transição da quantidade para uma nova qualidade, e o socialismo democrático teria evoluído para a forma normal de socialismo, ou seja, um sistema de repressão política – como veio mais tarde a acontecer na Venezuela, por exemplo. Felizmente, os opositores dos socialistas conseguiram convencer maiorias na Grã-Bretanha e na Suécia a votar neles e lançaram reformas capitalistas que fizeram recuar o poder do Estado sobre a economia – através de baixas de impostos, privatizações e desregulamentação.

Hayek, *A Constituição da Liberdade*, 88.

Hayek, *Constituição*, 91.

João, 18:36.

Schroeder, “The Dismal Fate”.

Henri Barbusse citado em Hollander, 132.

Shaw, 112.

Alfred Kerr, citado em Ryklin, 74.

Ryklin, 139.

Citado em Easton, “Labour’s manifesto.”

Lénine, “Como Organizar a Emulação?”, 444.

Lénine, “Como Organizar a Emulação?”, 447. Itálicos no original.

Baberowski, *Scorched Earth*, 39.

Baberowski, *Scorched Earth*, 36.

Baberowski, *Scorched Earth*, 36.
Wemheuer, 45.
Lenine, “Sobre a Fome”, 618.
Koenen, 805.
Koenen, 805.
Citado em Courtois, 24.
Citado em Werth, 130.
Citado em Werth, 127-128.
Citado em Werth, 128.
Citado em Werth, 125.
Citado em Werth, 95.
Wemheuer, 45.
Koenen, 813.
Werth, 137.
Koenen, 814.
Lénine, “The New Economic Policy and the Tasks of the Political Education Departments”, 63.
Lénine, “The New Economic Policy and the Tasks of the Political Education Departments”, 63–64.
Lénine, “The New Economic Policy and the Tasks of the Political Education Departments”, 64.
Baberowski, *Scorched Earth*, 68.
Altrichter, 53-54.
Werth, 148; Wemheuer, 59.
Altrichter, 54.
Estaline, “The Seventh Enlarged Plenum of the E.C.C.I.”, 37.
Baberowski, *Scorched Earth*, 78.
Baberowski, *Scorched Earth*, 76.
Comissão do Comité Central do Partido Comunista da U.R.S.S., *História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S.*, 135. Itálicos no original.
Estaline, citado na *História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S.*, 136.
Estaline, *Três Anos de Execução do Plano Quinquenal*, 76.
Estaline, *Três Anos de Execução do Plano Quinquenal*, 118.
Baberowski, *Scorched Earth*, 149. Itálicos no original.
Wemheuer, 67.
Wemheuer, 69.
Werth, 190.
História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S., 138. Itálicos no original.
História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S., 139.
Duranty, citado em Hollander, *From Benito*, 124.
Waldo Frank, citado em Niemietz, *Socialism*, 69.
Altrichter, 84.
Werth, 184, 194.
Werth, 235-236.

Werth, 238.
Werth, 246.
Baberowski, *Der Rote Terror*, 116.
Baberowski, *Scorched Earth*, 98.
Estaline, “Political Report of the Central Committee to the Sixteenth Congress of the C.P.S.U.(B.)”, 317.
Altrichter, 88.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 5.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 5.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 9-10.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 19.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 22.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 24.
Dikötter, *Cultural Revolution*, xi.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 62.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 73.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 75.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 75.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 78.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 87, 92.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 92.
Chang / Halliday, 374.
Chang / Halliday, 376.
Chang / Halliday, 377.
Chang / Halliday, 378.
Chang / Halliday, 378.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 100.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 96.
Mao, *Citações*, 17.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 119.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 164.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 174.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 176.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 176.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 278.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 274.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 225.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 277.
Dikötter, *Cultural Revolution*, 284.
Zhang, *Ideas for China's Future*, 142.
Zhang, *Ideas for China's Future*, 143.

Zhang, *Ideas for China's Future*, 144.

Simone de Beauvoir, citada em Niemiets, *Socialism*, 106.

Jean-Paul Sartre, citado em Niemiets, *Socialism*, 108.

Cf. Sobanet.

Para o número de vítimas dos Khmer Vermelhos, cf. Bultmann, *Kambodscha*, 160–161.

Bultmann, *Kambodscha*, 95.

Bultmann, *Kambodscha*, 72.

Bultmann, *Kambodscha*, 72 ss.

Bultmann, *Kambodscha*, 88.

Citado em Chandler et al., 107.

Bultmann, *Kambodscha*, 92.

Bultmann, *Kambodscha*, 138.

Bultmann, *Kambodscha*, 138.

Bultmann, *Kambodscha*, 97.

Bultmann, *Kambodscha*, 99.

Margolin, “Cambodja”, 667.

Margolin, “Cambodja”, 682.

Margolin, “Cambodja,” 718.

Citado em Bultmann, *Kambodscha*, 137.

Citado em Bultmann, *Kambodscha*, 120.

Bultmann, *Kambodscha*, 121.

Bultmann, *Kambodscha*, 148.

Bultmann, *Kambodscha*, 141.

Bultmann, *Kambodscha*, 8.

Bultmann, *Kambodscha*, 144.

Bultmann, *Kambodscha*, 126.

Stuart-Fox, citado em Bultmann, *Inside Cambodian Insurgency*, 98.

Margolin, “Cambodja”, 716.

Margolin, “Cambodja”, 704.

Cf. inúmeras declarações de Chomsky em Hollander, *From Benito*, 201.

Žižek, citado em Gray, *The Violent Visions*,
<https://www.nybooks.com/articles/2012/07/12/violent-visions-slavoj-zizek/>.

Žižek, citado em Hollander, *From Benito*, 29.

Hollander, *From Benito*, 30.

Citado em Gallegos, 80.

Citado em Clark, 60.

Proclamação do Comité Central do Partido Comunista da Alemanha de 11 de junho de 1945:
https://ghdi.ghi-dc.org/docpage.cfm?docpage_id=3252&language=english.

Engels, *O Desenvolvimento...*, 95. Itálicos no original.

Engels, *O Desenvolvimento...*, 101.

Lénine, “O Estado e a Revolução”, 278.

Marx, “Crítica do Programa de Gotha”, 25. Itálicos no original.

Lénine, “O Estado e a Revolução”, Obras Escolhidas, Vol. II, 283. Itálicos no original.

Documentos do 22.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, outubro de 1961, 319.

Documentos do 22.º . Congresso do Partido Comunista da União Soviética, outubro de 1961, 512.
Itálicos no original.

Documentos do 22.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, outubro de 1961, 537.
Itálicos no original.

Documentos do 22.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, outubro de 1961, 542.

Documentos do 22.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, outubro de 1961, 539.

Documentos do 22.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, outubro de 1961, 540.

Marx, “Crítica do Programa de Gotha”, 17.

https://de.statista.com/themen/5811/kalter-krieg/#dossierSummary__chapter2

[https://www.jec.senate.gov/reports/97th%20Congress/Consumption%20in%20the%20USSR%20-%20An%20International%20Comparison%20\(1058\).pdf](https://www.jec.senate.gov/reports/97th%20Congress/Consumption%20in%20the%20USSR%20-%20An%20International%20Comparison%20(1058).pdf).

Aslund, Russia’s Crony Capitalism.

Em 2020.

Marx, “Para a Crítica da Economia Política”, 545-549.

Niemietz, *Socialism*, 48–49.

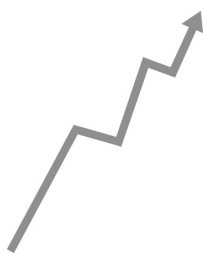
Niemietz, *Socialism*, 48–49.

PARTE C

Perceções das opiniões públicas a respeito do capitalismo



CAPÍTULO 12



O que pensam as pessoas em Portugal a respeito do capitalismo?

Nos 11 capítulos anteriores, examinámos os factos do capitalismo e do socialismo. Neste e no próximo capítulos, abordaremos as opiniões públicas a respeito do capitalismo. Antes de apresentar números e gráficos sobre como as pessoas em Portugal se sentem a respeito do capitalismo (seguidos de um capítulo que analisa as conclusões do inquérito noutros 32 países), gostaria de fornecer alguns detalhes sobre os itens e métodos utilizados no inquérito.

No passado, foram frequentemente realizados inquéritos para apurar o que a população de um determinado país – ou mesmo de vários – sente a respeito do capitalismo e da economia de mercado. É frequente esses inquéritos limitarem-se a perguntar de forma genérica aos inquiridos se consideram ou não o capitalismo um bom sistema económico. O *Edelman Trust Barometer 2020*⁷⁷¹, um inquérito que abrange 28 países, refere que uma média de 56% dos inquiridos acredita que “o capitalismo, tal como hoje existe, faz mais mal do que bem ao mundo”.

Na Europa, as pessoas em França foram as que mais concordaram com esta opinião (69%), seguidas pelas de Itália (61%), Espanha (60%), Alemanha (55%) e Reino Unido (53%). Tanto nos Estados Unidos como no

Canadá, 47% dos inquiridos concordaram com esta crítica ao capitalismo. O inquérito encontrou as proporções mais reduzidas de críticos do capitalismo no Japão (35%), Hong Kong (45%), e Coreia do Sul (46%). No entanto, no inquérito *Edelman* e em similares, fez-se apenas uma pergunta sobre o capitalismo, o que significa que embora saibamos se as pessoas são a favor ou contra o capitalismo, não sabemos porquê.

Eu queria saber mais, e, por isso, juntamente com o Instituto Allensbach e a Ipsos MORI, concebi um inquérito internacional em 33 países, com o objetivo de obter informação bem mais detalhada. Mesmo antes do início do inquérito, já suspeitava – com base em inquéritos anteriores – que, na maior parte dos países, as maiorias tenderiam a ser críticas do capitalismo. Não era preciso nenhum novo inquérito para confirmar isto.

Acima de tudo, o que eu pretendia era descobrir o porquê de haver um tão grande número de pessoas, em todo o mundo, a rejeitar o capitalismo. Que características negativas – e, claro, positivas – associam as pessoas ao termo capitalismo? O que é que exatamente criticam no capitalismo (e o que é que aprovam)? Como é que as perceções variam entre os diferentes países? E no mesmo país, como é que pessoas com diferentes rendimentos e de diferentes faixas etárias se sentem a respeito do capitalismo? Que tipo de relação as pessoas que tendem mais para a esquerda ou mais para a direita (e, claro, entre as que “estão ao centro”) têm com o capitalismo? Também queria saber se existe alguma ligação entre a adesão a teorias da conspiração e o anticapitalismo.

O inquérito foi realizado entre julho de 2021 e novembro de 2022, num total de 33 países. Em Portugal, a Ipsos MORI inquiriu uma amostra representativa de 1000 pessoas. No total, foram 33.452 os inquiridos que participaram no conjunto de todos os países.

Este estudo difere de muitos dos restantes sobre capitalismo, não só pela sua profundidade (ou seja, pelo nível de detalhe das perguntas feitas), mas também por usar um método particular: tomámos por hipótese que algumas pessoas se sentem repelidas pela própria palavra “capitalismo” mesmo que as suas verdadeiras opiniões as coloquem mais no campo pró-capitalista. Pode haver uma série de razões para isso: algumas pessoas fazem apenas

associações vagas e pouco claras ao termo “capitalismo”, e outras relacionam o termo com todos os males deste mundo.

Assim, um conjunto de questões (sobre liberdade económica) evitou sistematicamente a palavra “capitalismo”. Os inquiridos foram confrontados com um total de seis afirmações, das quais três são a favor da liberdade económica e da economia de mercado e três defendem um papel forte para o Estado. Pode encontrar a formulação exata de todos os itens do inquérito no apêndice.

O conjunto de perguntas sobre liberdade económica incluía, por exemplo, a afirmação: “Precisamos de muito mais intervenção estatal na economia, uma vez que o mercado falha repetidas vezes.” Outra, pelo contrário, afirmava: “Defendo um sistema económico em que o Estado estabelece as regras, mas não interfere de outra maneira.” Concordar com uma ou outra das declarações não torna automaticamente alguém pró ou anticapitalista, mas permitiu-nos estabelecer uma clara distinção entre quem, por exemplo, apoia duas ou três declarações pró-liberdade económica, rejeitando simultaneamente declarações a favor de mais intervenção estatal, e quem é favorável a mais controlo estatal e se mostra cético quanto ao livre mercado. Para cada país, calculámos os níveis médios de apoio ao “livre mercado” e à “intervenção estatal” e utilizámos estes dados para calcular como é que as pessoas de cada um dos países se posicionam acerca da liberdade económica.

Por outro lado, o termo “capitalismo” foi utilizado em dois outros conjuntos de questões. Primeiro, queríamos saber exatamente o que os inquiridos associam à palavra “capitalismo”. A sondagem incluía uma lista de 10 termos – “prosperidade”, “inovação”, “ganância”, “frieza”, “progresso”, “corrupção”, “liberdade”, “foco no desempenho, pressão constante para alcançar resultados”, “uma vasta gama de produtos” e “degradação ambiental”. As respostas a estes conjuntos de questões permitiram-nos aferir a percentagem média de inquiridos que associam características positivas (como liberdade ou prosperidade) ou características negativas (como degradação ambiental ou ganância) à palavra “capitalismo”.

O conjunto de perguntas mais importante foi o terceiro. A cada inquirido foi apresentado um total de 18 afirmações sobre o capitalismo. As afirmações negativas incluíam, por exemplo: “O capitalismo é responsável pela fome e pela pobreza”; “O capitalismo leva a desigualdade crescente”; “O capitalismo estimula as pessoas a comprar produtos de que não precisam”. Afirmações positivas incluíam, por exemplo: “O capitalismo melhorou as condições para pessoas comuns em muitos países”; “O capitalismo é um sistema económico especialmente eficiente”; e “O capitalismo significa que os consumidores determinam o que é oferecido, e não o Estado”. Mais uma vez, tal como no conjunto de perguntas anterior, analisámos os dados para determinar a percentagem média de inquiridos que apoiaram cada uma destas afirmações positivas e negativas.

Ao combinar os dados destes dois últimos conjuntos de perguntas, conseguimos determinar o que as pessoas pensam do capitalismo quando a própria palavra “capitalismo” é usada. É interessante comparar estes resultados com os do primeiro conjunto de perguntas, onde as respostas revelam o que as pessoas sentem acerca do capitalismo quando a palavra não é mencionada. Comparando as respostas dos três conjuntos de perguntas, podemos ver exatamente o papel que a palavra “capitalismo” desempenha. Em quase todos os países onde decorreu o inquérito, a aprovação do capitalismo aumenta significativamente quando este é descrito sem recurso à palavra “capitalismo”. Em Portugal, o apoio ao capitalismo aumentou 7% quando a palavra não foi utilizada.

Combinámos os resultados para cada um dos três conjuntos de perguntas em três coeficientes separados, donde foi apurado um único coeficiente que oferece uma indicação geral do que as pessoas, em determinado país, pensam do capitalismo. Este valor pode também ser utilizado para comparar o grau de rejeição/aprovação do capitalismo em diferentes países (ver Capítulo 13).

E não é tudo. Para cada país, podemos, por exemplo, retratar com precisão o que os inquiridos homens e mulheres, mais jovens e mais velhos, de rendimento baixo e mais elevado, de educação básica e superior – assim como os que se posicionam à direita, ao centro ou à esquerda do espectro

político – pensam do capitalismo.

Atitudes em relação à liberdade económica em Portugal

No primeiro conjunto de perguntas, a declaração que colheu maior apoio em Portugal foi “O Estado deve fixar os preços dos alugueres e alimentos, e fixar salários mínimos e máximos; caso contrário, o sistema será socialmente injusto” (40%), enquanto a que teve menor acolhimento foi “Penso que as empresas privadas devem decidir, por si mesmas, quais produtos fabricar e que preços cobrar pelos mesmos; o Estado não se deve envolver” (17%) (Figura 12.1).

Uma análise das respostas às declarações favoráveis ao Estado e favoráveis ao mercado revela que as declarações a favor de um papel mais forte para o Governo colhem 32% de aprovação, em comparação com 24% de aprovação das declarações pró-mercado favoráveis a um papel reduzido para o Governo. Dividindo a média das declarações positivas pela média das negativas, obtém-se um coeficiente de 0,75. Doravante referirei este coeficiente frequentemente. Quando superior a 1,0, significa que prevalecem as atitudes favoráveis à liberdade económica; se inferior a 1,0, a prevalência cabe às opiniões contrárias ao mercado livre.

Figura 12.1

Portugal: Seis afirmações sobre um bom sistema económico

Pergunta: "Segue abaixo uma lista de várias coisas que as pessoas disseram que consideram ser um bom sistema económico. Qual destas afirmações também faria?"



Nota: Todos os dados estão em percentagem dos inquiridos.

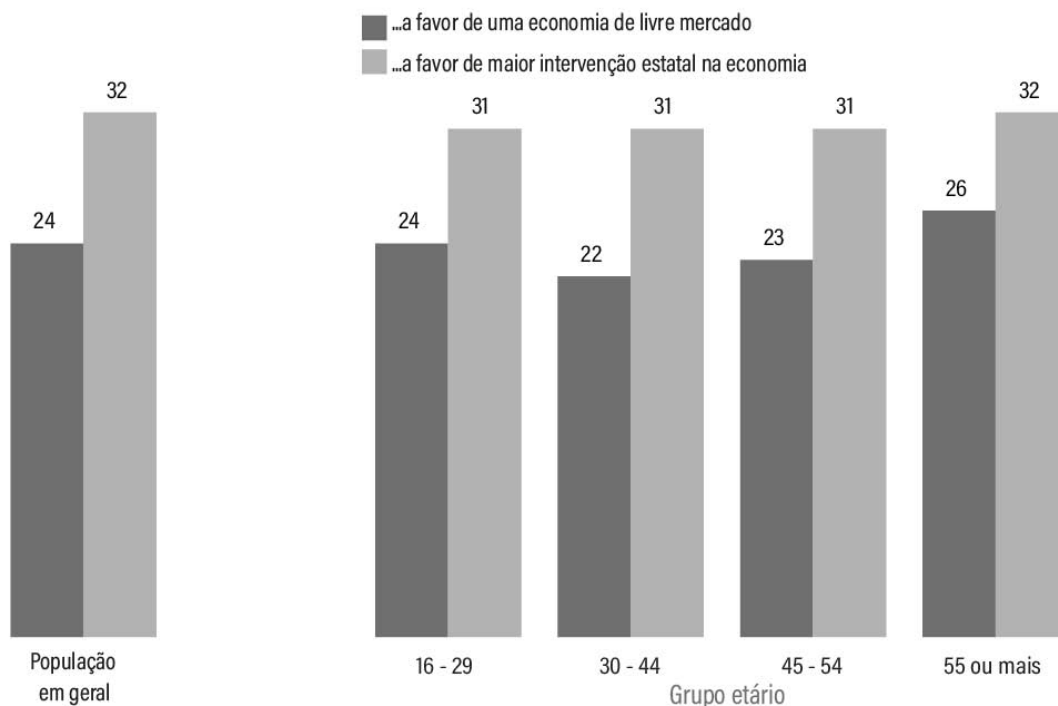
Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

Não houve variações significativas entre os grupos etários: dos inquiridos com idade inferior a 30 anos, 24% apoiam afirmações pró-mercado e 31% pró-Estado. Entre os maiores de 55 anos, o equilíbrio entre o apoio a opiniões pró-mercado (26%) e a um papel mais forte do Estado (32%) é semelhante (Figura 12.2).

Figura 12.2

Portugal: Seis afirmações sobre um bom sistema económico — Médias por grupo etário

Pergunta: "Segue abaixo uma lista de várias coisas que as pessoas disseram que consideram ser um bom sistema económico. Qual destas afirmações também faria?"



Nota: Todos os dados estão em percentagem dos inquiridos.

Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

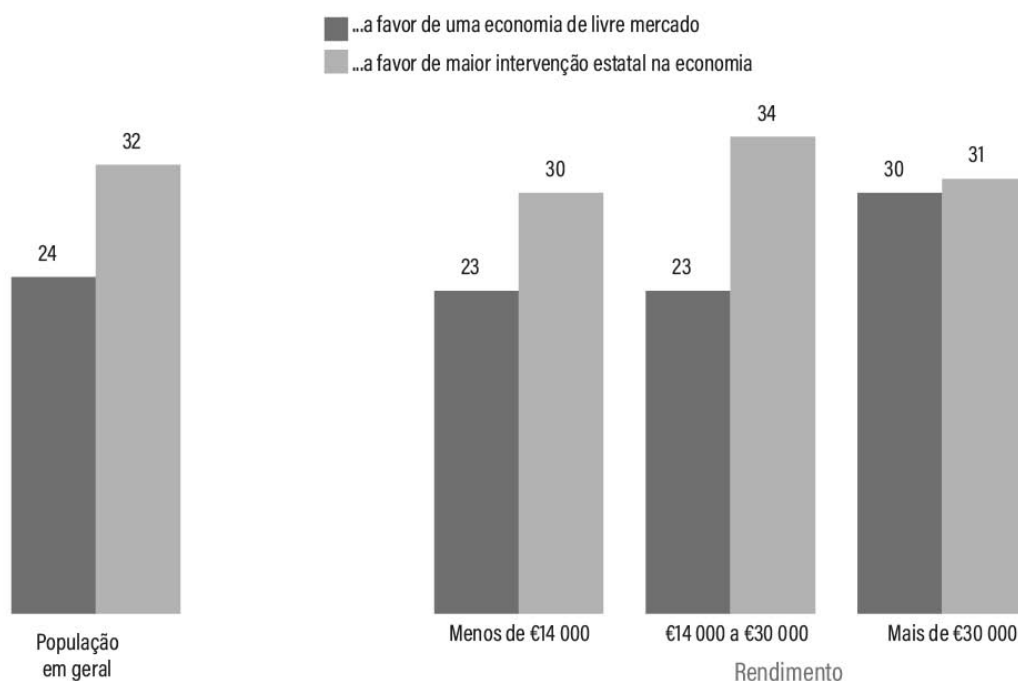
Como era de esperar, as pessoas com baixos rendimentos (rendimentos familiares anuais inferiores a €14.000) são mais céticas em relação ao mercado e mais favoráveis a um Estado forte: 30% apoiam declarações pró-Estado, em comparação com 23% a favor de declarações pró-mercado. Entre os que ganham mais (rendimentos familiares anuais de mais de €30.000), as atitudes pró-mercado (30%) e pró-Estado (31%) equivalem-se (Figura 12.3).

Figura 12.3

Portugal: Seis afirmações sobre um bom sistema económico — Médias por rendimento

Pergunta: "Segue abaixo uma lista de várias coisas que as

peças disseram que consideram ser um bom sistema económico. Qual destas afirmações também faria?”



Nota: Todos os dados estão em percentagem dos inquiridos.

Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

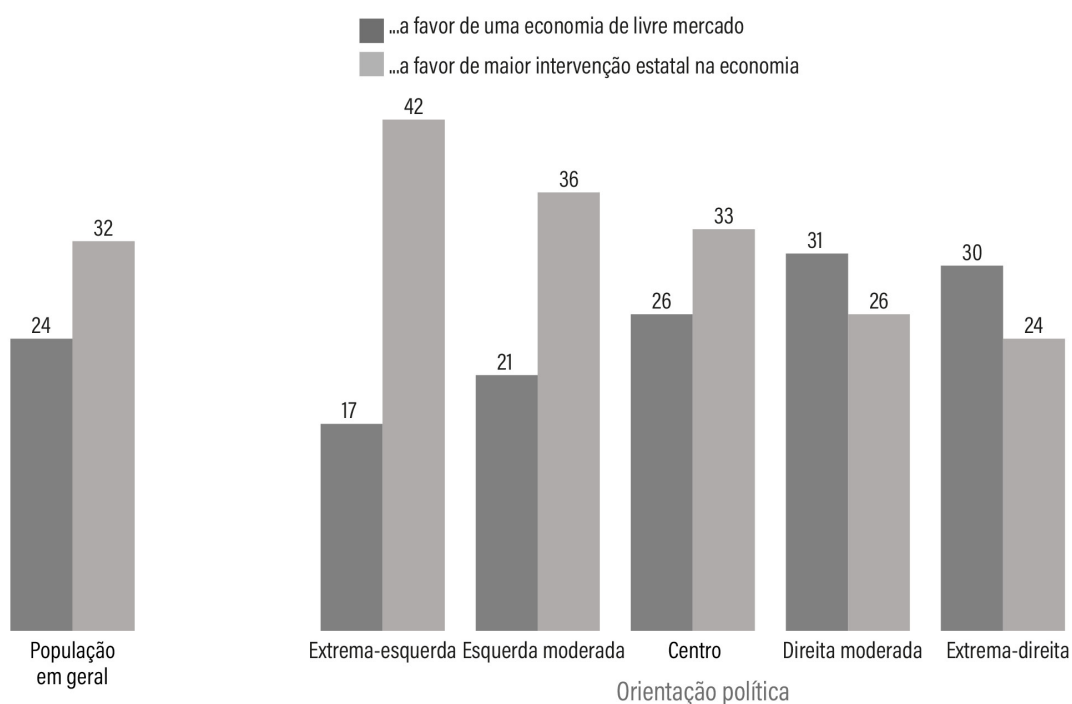
Pedimos a todos os inquiridos que se definissem, numa escala esquerda-direita, de 0 (muito à esquerda) a 10 (muito à direita): 0-2 significa “extrema-esquerda”, 3-4 “esquerda moderada”, 5 “centro”, 6-7 “direita moderada” e 8-10 “extrema-direita”. É sem surpresa que se constata concordarem mais frequentemente com as declarações pró-Estado (42%) e menos com as declarações pró-mercado (17%) os inquiridos que se posicionaram na extrema-esquerda do espectro político. As opiniões pró-Estado também predominam claramente entre os da esquerda moderada (36%, contra 21% para as opiniões pró-mercado). No centro do espectro político, as opiniões pró-Estado (33%) também excedem claramente o sentimento pró-mercado (26%). O apoio à economia de mercado surge no espectro da direita moderada, onde 31% dos inquiridos têm opiniões pró-mercado, enquanto 26% defendem um papel mais forte para o Estado. Entre os inquiridos de extrema-direita, a proporção é semelhante: as declarações pró-mercado obtêm apoio de 30% e as declarações pró-Estado de 24% dos

nossos inquiridos portugueses (Figura 12.4).

Figura 12.4

Portugal: Seis afirmações sobre um bom sistema económico — Médias por orientação política

Pergunta: “Segue abaixo uma lista de várias coisas que as pessoas disseram que consideram ser um bom sistema económico. Qual destas afirmações também faria?”



Nota: Todos os dados estão em percentagem dos inquiridos.

Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

O que é que as pessoas em Portugal associam a “capitalismo”?

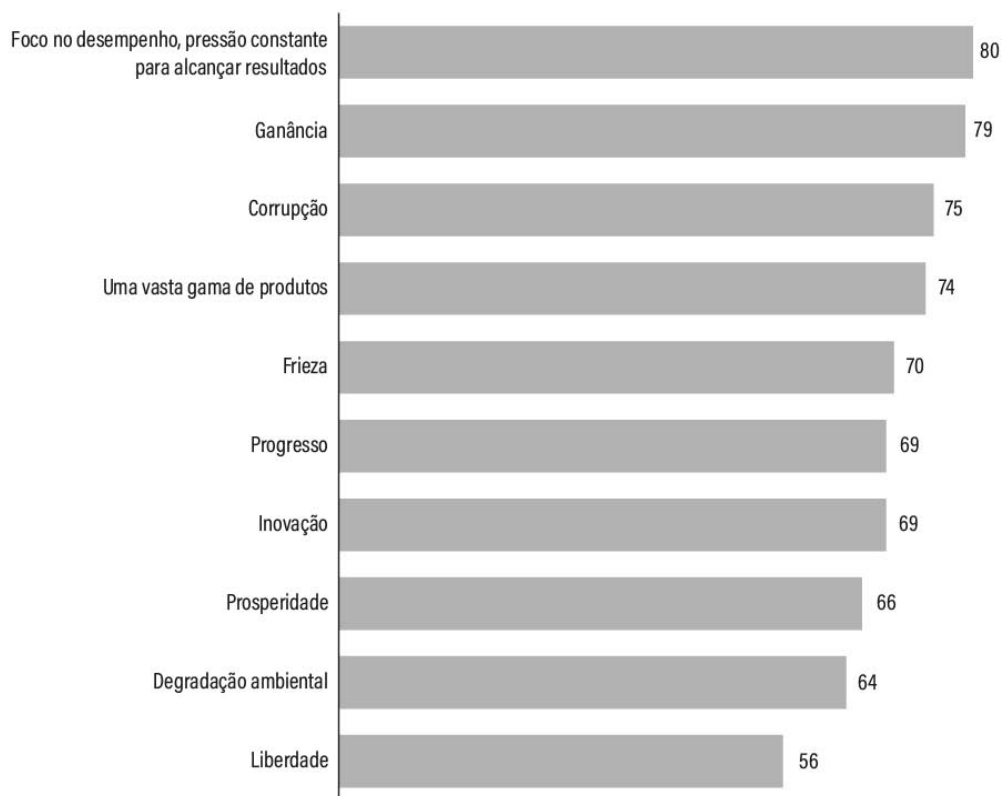
A todos os inquiridos foram apresentadas 10 termos – cinco positivos e cinco negativos – sendo-lhes perguntado quais associavam à palavra “capitalismo”. Resultado: as pessoas em Portugal associam a palavra “capitalismo” a coisas negativas. A percentagem média para termos negativos, como “ganância”, “corrupção” ou “frieza” é de 74%. Por seu

lado, referências positivas como “prosperidade”, “progresso”, “inovação” ou “liberdade” são selecionadas por uma média de 67% (Figura 12.5).

Figura 12.5

Portugal: Associações a “capitalismo”

Pergunta: “Agora, pense na palavra capitalismo. Para cada uma das afirmações a seguir, selecione se é algo que associa ao capitalismo.”



Nota: Todos os dados estão em percentagem dos inquiridos.

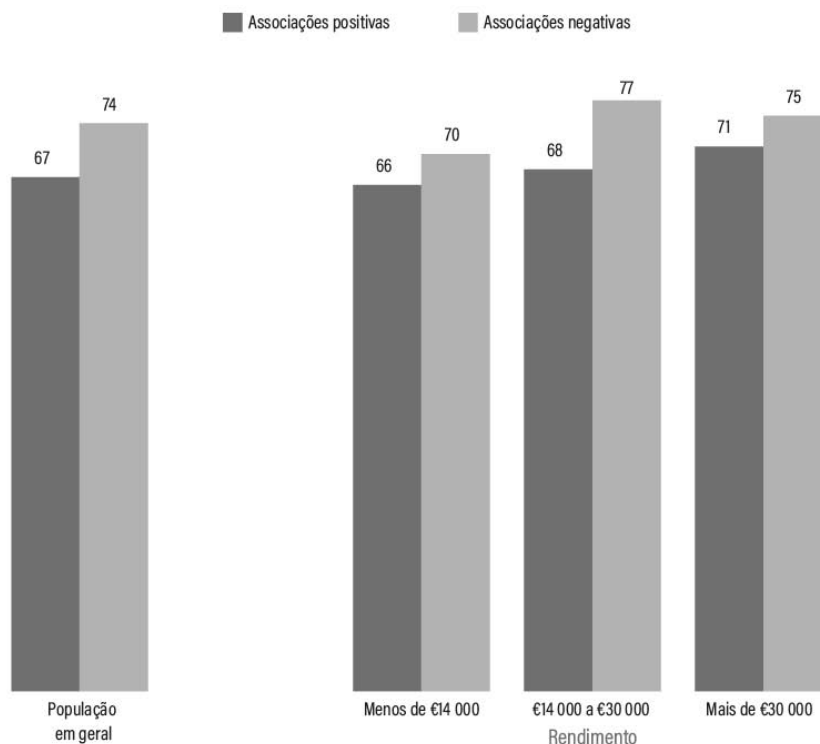
Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

E que influência tem o rendimento nas associações dos inquiridos à palavra “capitalismo”? Praticamente nenhuma – ganhem os nossos inquiridos portugueses muito ou pouco, esse aspeto quase nenhuma influência tem no que associam ao capitalismo (Figuras 12.6 e 12.7).

Figura 12.6

Portugal: Associações a “capitalismo” — Médias por rendimento

Pergunta: “Agora, pense na palavra capitalismo. Para cada uma das afirmações a seguir, selecione se é algo que associa ao capitalismo.”



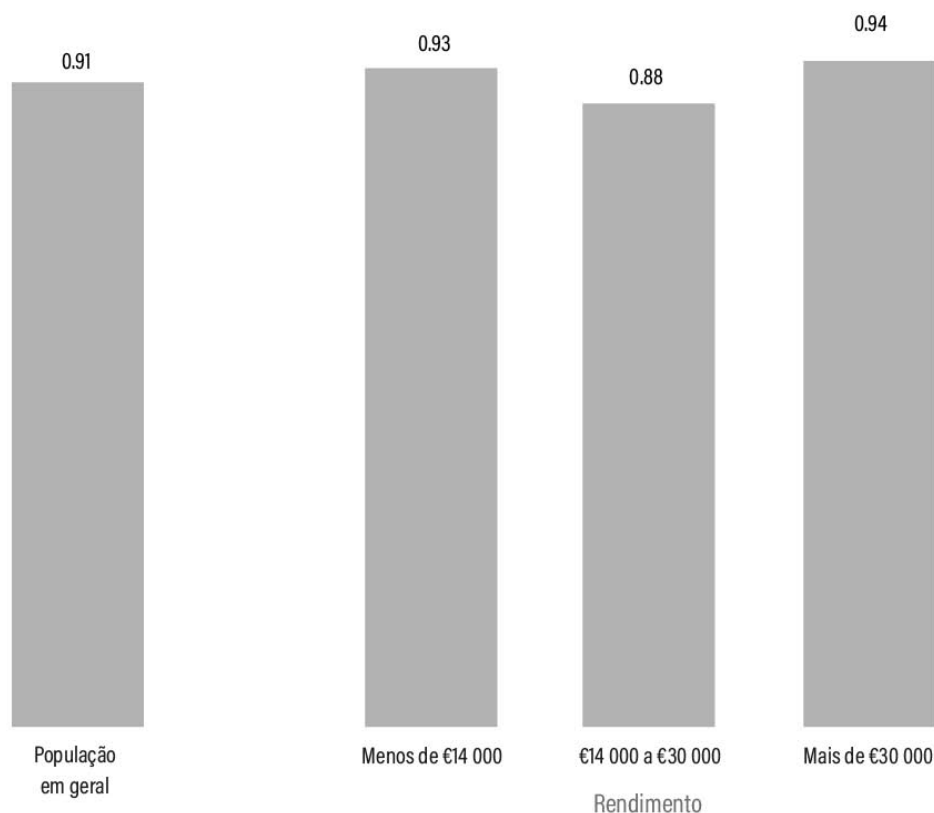
Nota: Todos os dados estão em percentagem dos inquiridos.

Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

Figura 12.7

Portugal: O Coeficiente de Associação — Análise por rendimento

Pergunta: “Agora, pense na palavra capitalismo. Para cada uma das afirmações a seguir, selecione se é algo que associa ao capitalismo.”



Nota: Quanto menor o coeficiente, mais acentuada a atitude anticapitalista.

Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

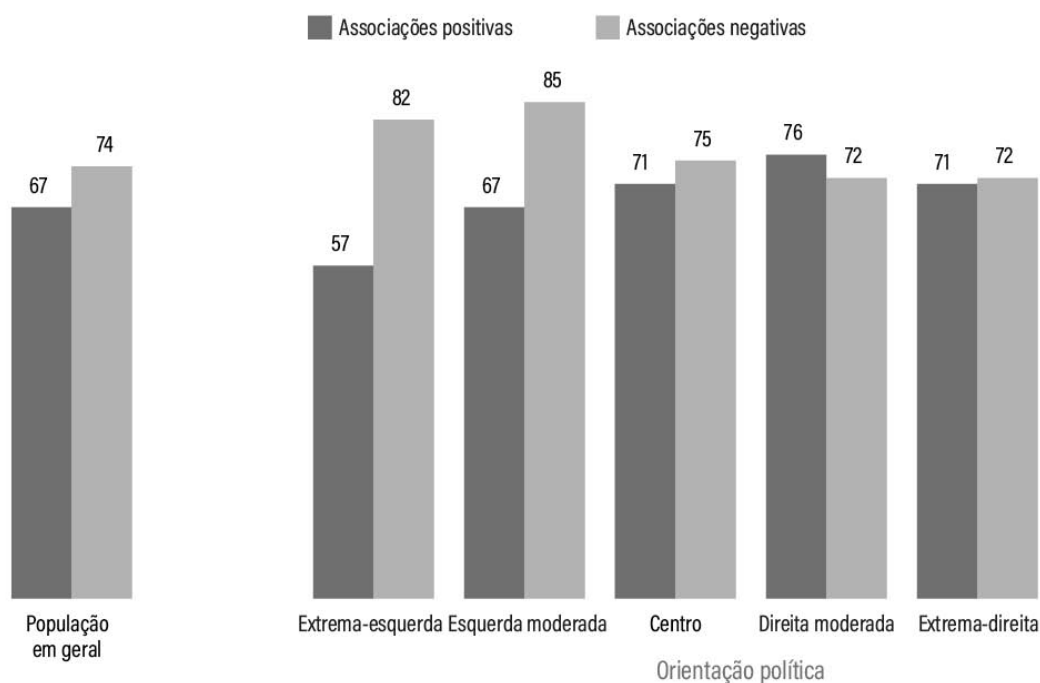
Como era de esperar, as associações negativas com o capitalismo são mais acentuadas à esquerda do que à direita do espectro político. Dividindo a percentagem média de associações positivas pela de associações negativas obtém-se um coeficiente de 0,69 para os inquiridos que tendem para a extrema-esquerda (quanto menor o número, mais negativa a atitude em relação ao capitalismo). O coeficiente para os da esquerda moderada é de 0,79. Por sua vez, entre os inquiridos portugueses que se definem como centristas, de direita moderada ou de extrema-direita, as associações positivas e negativas a “capitalismo” quase se equiparam (Figuras 12.8 e 12.9).

Figura 12.8

Portugal: Associações a “capitalismo” — Médias por orientação política

Pergunta: “Agora, pense na palavra capitalismo. Para cada uma

das afirmações a seguir, selecione se é algo que associa ao capitalismo.”



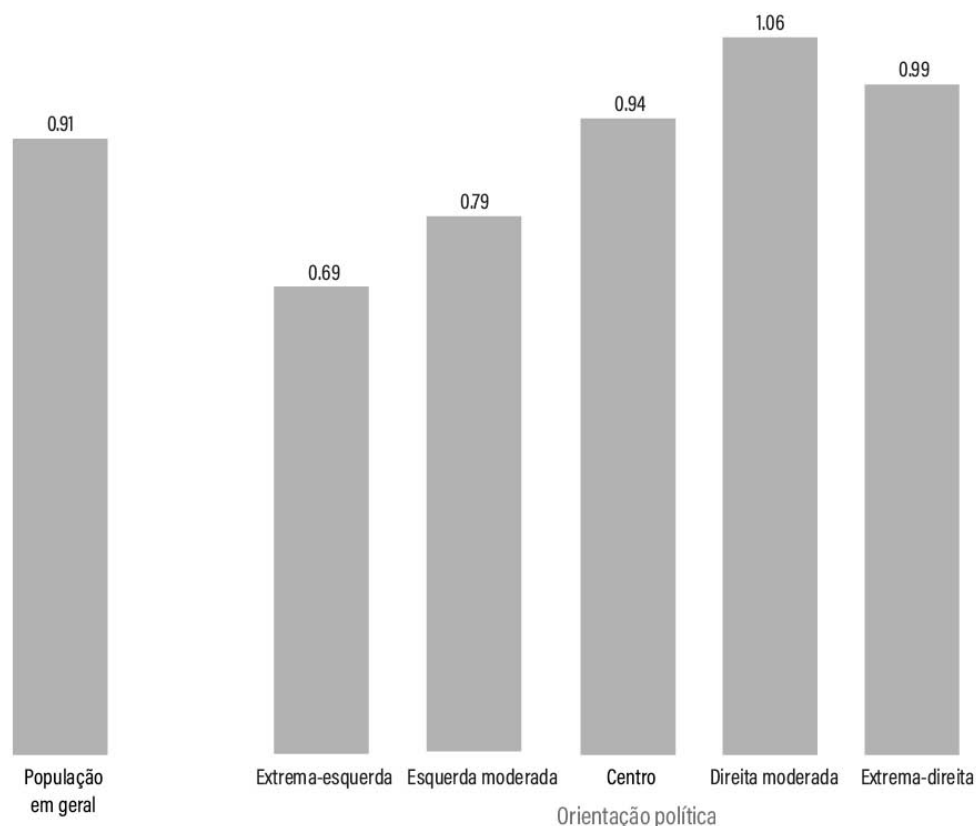
Nota: Todos os dados estão em percentagem dos inquiridos.

Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

Figura 12.9

Portugal: O Coeficiente de Associação — Análise por orientação política

Pergunta: “Agora, pense na palavra capitalismo. Para cada uma das afirmações a seguir, selecione se é algo que associa ao capitalismo.”



Nota: Quanto menor o coeficiente, mais acentuada a atitude anticapitalista.

Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

18 afirmações positivas e negativas sobre o capitalismo

Aos inquiridos foram apresentadas 18 declarações sobre o capitalismo, 10 delas negativas e 8 positivas. Claramente, a concordância com declarações negativas (com uma média de 33%) supera a concordância com declarações positivas (com uma média de 16%). A divisão da percentagem das declarações positivas pela das negativas dá-nos um coeficiente de 0,48 (todos os números inferiores a 1,0 indicam uma atitude anticapitalista).

Sem exceção, as nove afirmações mais frequentemente seleccionadas foram todas negativas.

Por exemplo, 43% dos inquiridos portugueses dizem que “O capitalismo leva a desigualdade crescente”, a par de 43% que acreditam que “O capitalismo promove o egoísmo e a ganância”; 42% concordam que “O capitalismo é dominado pelos ricos, que definem a agenda política”; 38%

afirmam que “O capitalismo leva a monopólios em que empresas individuais (por exemplo, Google ou Amazon) controlam todo o Mercado”; 33% são de opinião que “O capitalismo estimula as pessoas a comprar produtos de que não precisam”; e 30% pensam que “O capitalismo é responsável pela destruição ambiental e pelas mudanças climáticas.” As nossas conclusões são, portanto, bastante claras: em Portugal, a opinião pública é dominada pelo anticapitalismo (Figura 12.10).

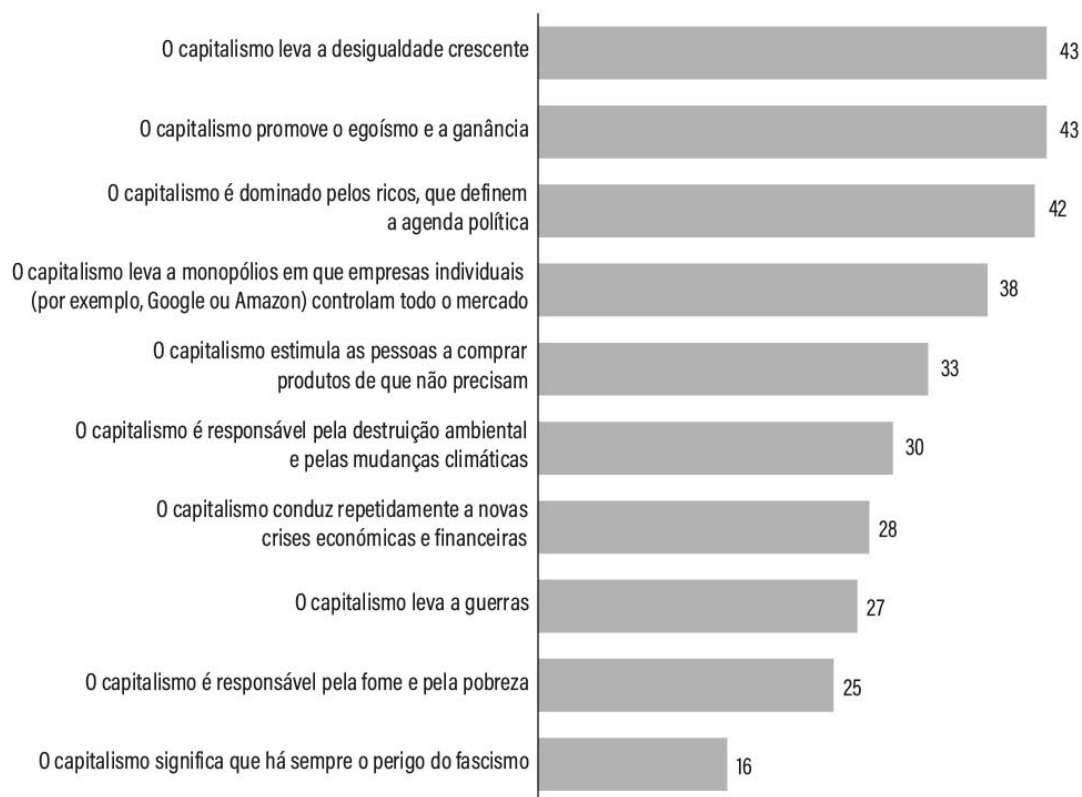
No Capítulo 1, vimos – com base em dados objetivos – que o capitalismo fez um trabalho incrível na redução da fome e da pobreza e melhorou as condições do cidadão comum em muitos países. Nenhum economista sério o pode negar – e, no entanto, apenas 16% dos inquiridos portugueses reconhecem que “O capitalismo melhorou as condições para pessoas comuns em muitos países” (Figura 12.11).

No Capítulo 11 deste livro, vimos que todas as tentativas de implementar sistemas anticapitalistas nos últimos 100 anos falharam. No entanto, apenas 20% dos inquiridos em Portugal concordam que “O capitalismo pode não ser ideal, mas é melhor do que todos os outros sistemas económicos” (Figura 12.11). E, apesar do sofrimento sem paralelo e dos mais de 100 milhões de mortos que resultaram destas experiências socialistas falhadas, apenas 15% dos inquiridos em Portugal acreditam que “O capitalismo é insubstituível; as tentativas passadas de substituir o capitalismo resultaram sempre em ditaduras e sofrimento” (Figura 12.11).

Figura 12.10

Portugal: Afirmações sobre o capitalismo — 10 afirmações negativas

Pergunta: “Com qual das seguintes afirmações sobre o capitalismo concorda, caso haja alguma?”



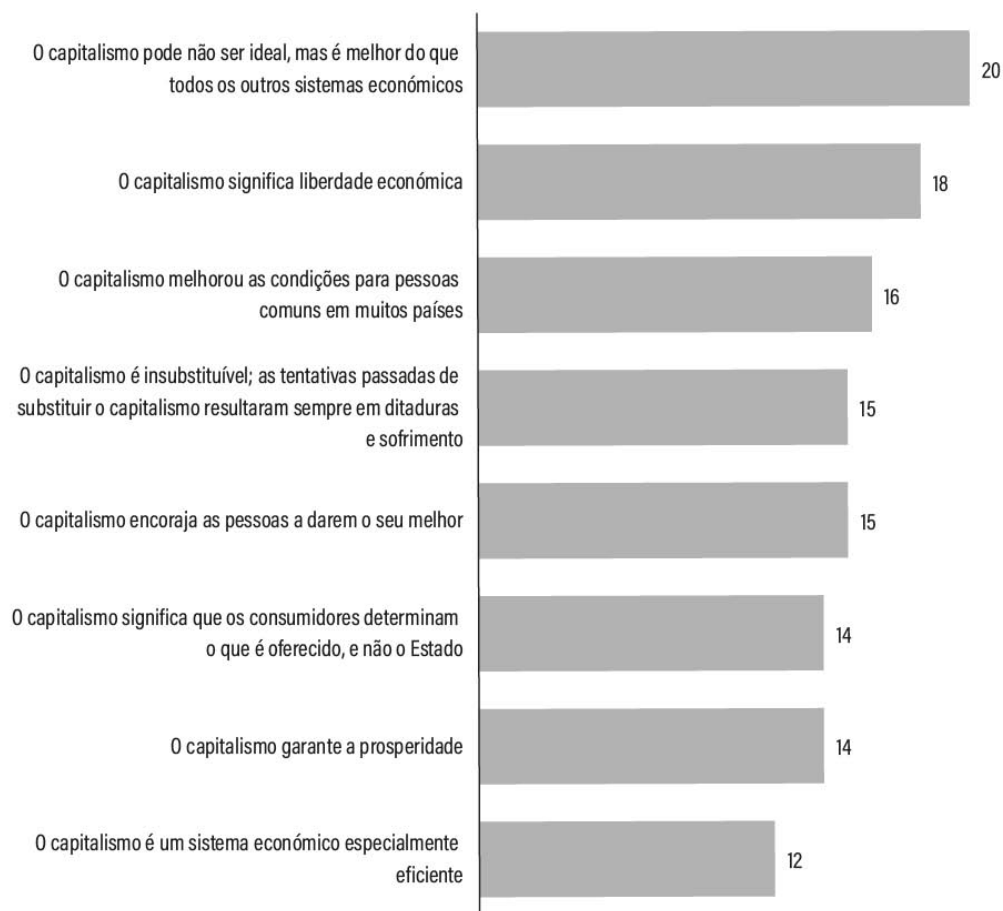
Nota: Todos os dados estão em percentagem dos inquiridos.

Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

Figura 12.11

Portugal: Afirmações sobre o capitalismo — 8 afirmações positivas

Pergunta: "Com qual das seguintes afirmações sobre o capitalismo concorda, caso haja alguma?"



Nota: Todos os dados estão em percentagem dos inquiridos.

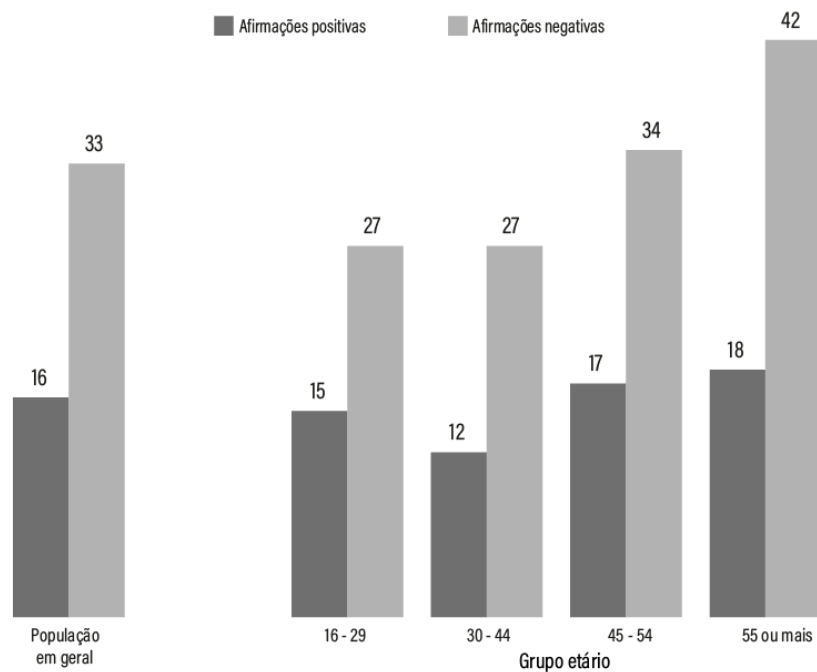
Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

Embora surjam diferenças entre grupos etários, as atitudes negativas a respeito do capitalismo dominam claramente em todas as idades (Figuras 12.12 e 12.13).

Figura 12.12

Portugal: 18 afirmações sobre o capitalismo — Médias por grupo etário

Pergunta: “Com qual das seguintes afirmações sobre o capitalismo concorda, caso haja alguma?”



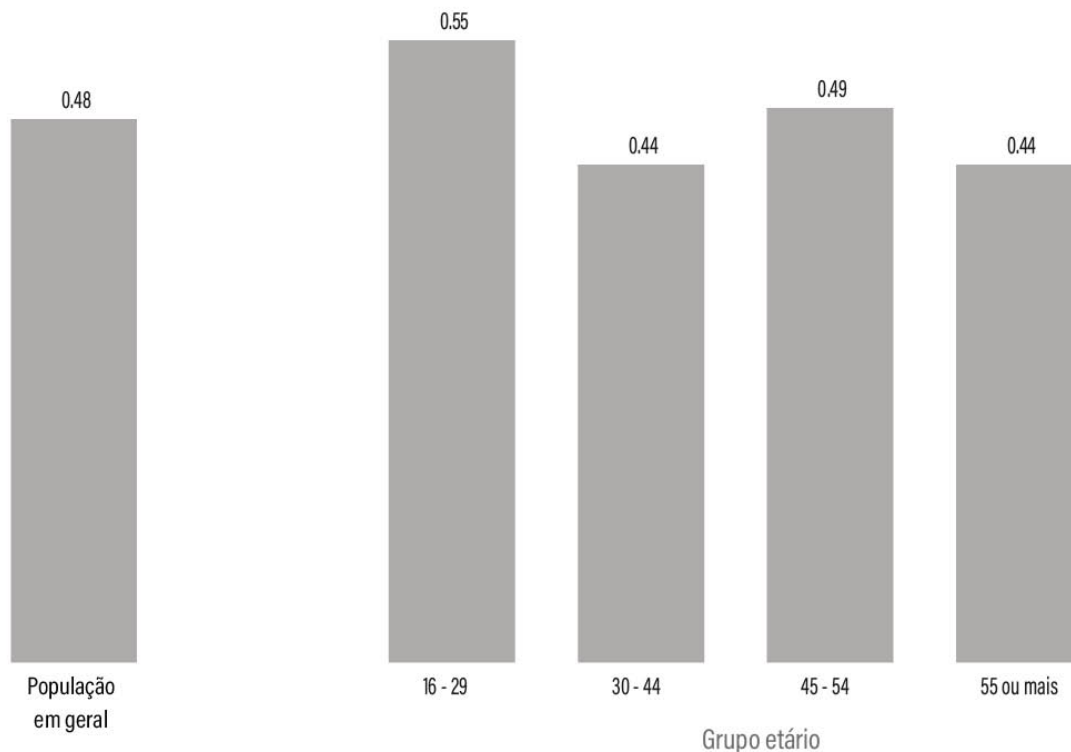
Nota: Todos os dados estão em percentagem dos inquiridos

Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

Figura 12.13

Portugal: 18 afirmações sobre o capitalismo — Coeficiente por grupo etário

Pergunta: "Com qual das seguintes afirmações sobre o capitalismo concorda, caso haja alguma?"



Nota: Quanto menor o coeficiente, mais acentuada a atitude anticapitalista.

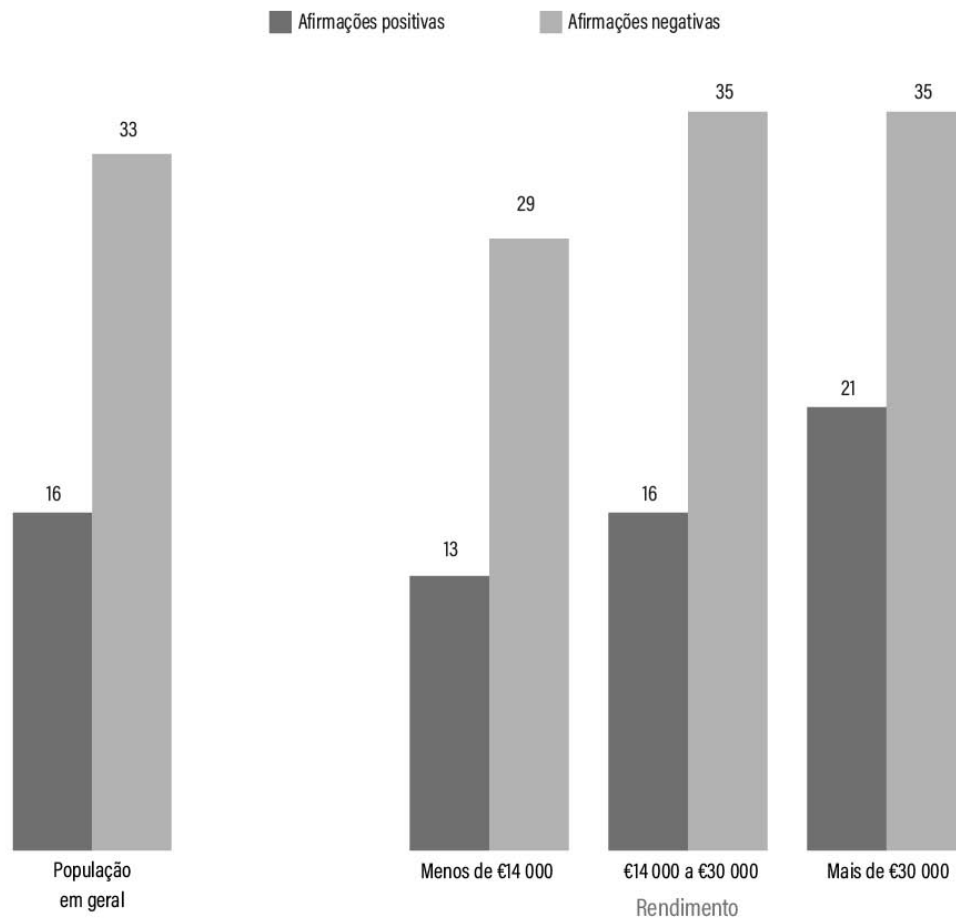
Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

Em termos de escalões de rendimento, existem variações, mas, em todos eles, quer respeitem a rendimentos baixos ou altos, as declarações negativas sobre o capitalismo colhem muito mais anuência do que as positivas (Figuras 12.14 e 12.15).

Figura 12.14

Portugal: 18 afirmações sobre o capitalismo — Médias por escalão de rendimento

Pergunta: "Com qual das seguintes afirmações sobre o capitalismo concorda, caso haja alguma?"



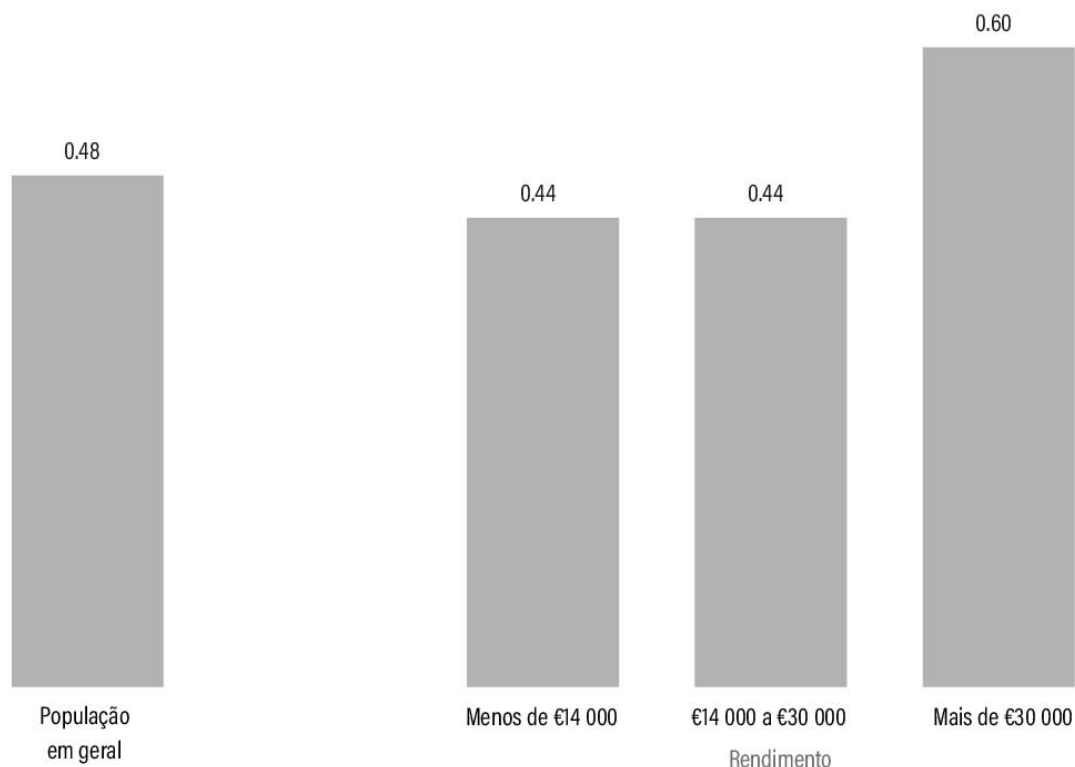
Nota: Todos os dados estão em percentagem dos inquiridos.

Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

Figura 12.15

Portugal: 18 afirmações sobre o capitalismo — Coeficiente por escalão de rendimento

Pergunta: "Com qual das seguintes afirmações sobre o capitalismo concorda, caso haja alguma?"



Nota: Quanto menor o coeficiente, mais acentuada a atitude anticapitalista.

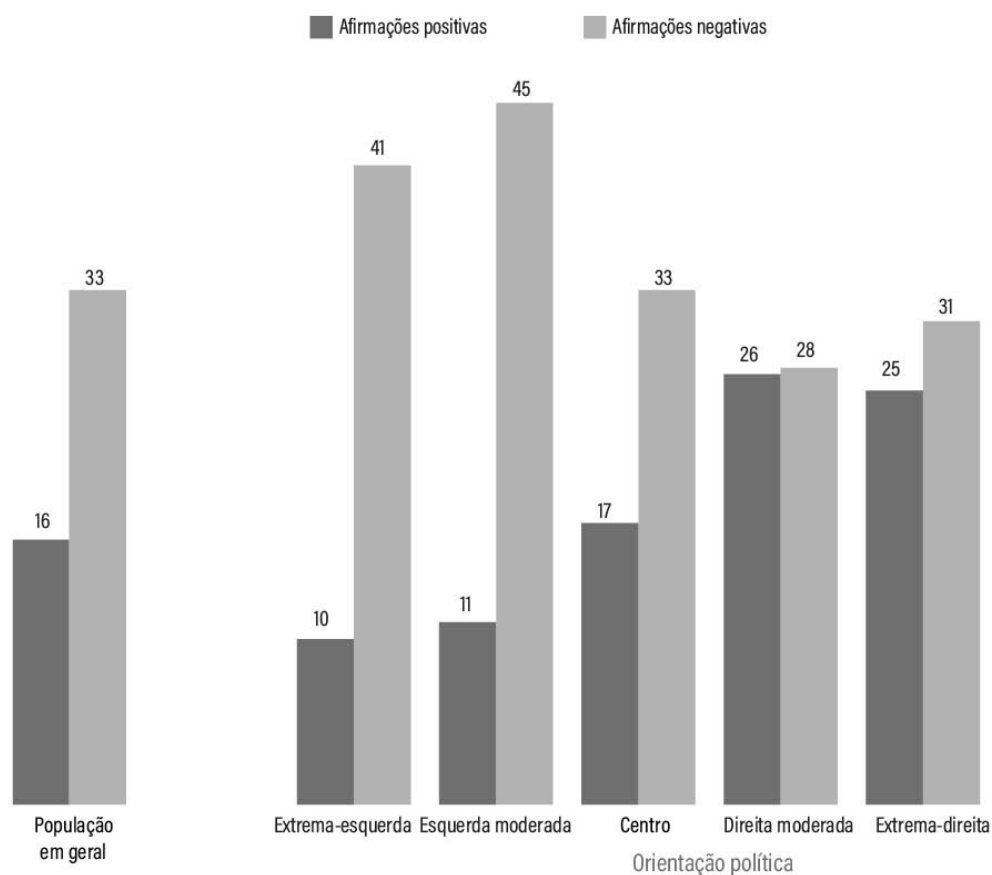
Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

E que imagem surge quando comparamos as respostas a estas afirmações com base nas posições dos nossos inquiridos portugueses no espectro esquerda-direita? Aqui, surge o mesmo padrão das perguntas anteriores: os inquiridos de extrema-esquerda são manifestamente anticapitalistas, com um coeficiente de 0,24; o mesmo coeficiente de 0,24 surge entre os inquiridos de esquerda moderada. Com os centristas portugueses chegamos a um coeficiente de 0,52. E mesmo entre os inquiridos que se definem à direita do espectro político a concordância com afirmações negativas sobre o capitalismo é um pouco mais acentuada do que com as positivas (direita moderada 0,92; extrema-direita 0,81), conforme ilustrado nas Figuras 12.16 e 12.17.

Figuras 12.16

Portugal: 18 afirmações sobre o capitalismo — Médias por orientação política

Pergunta: "Com qual das seguintes afirmações sobre o capitalismo concorda, caso haja alguma?"



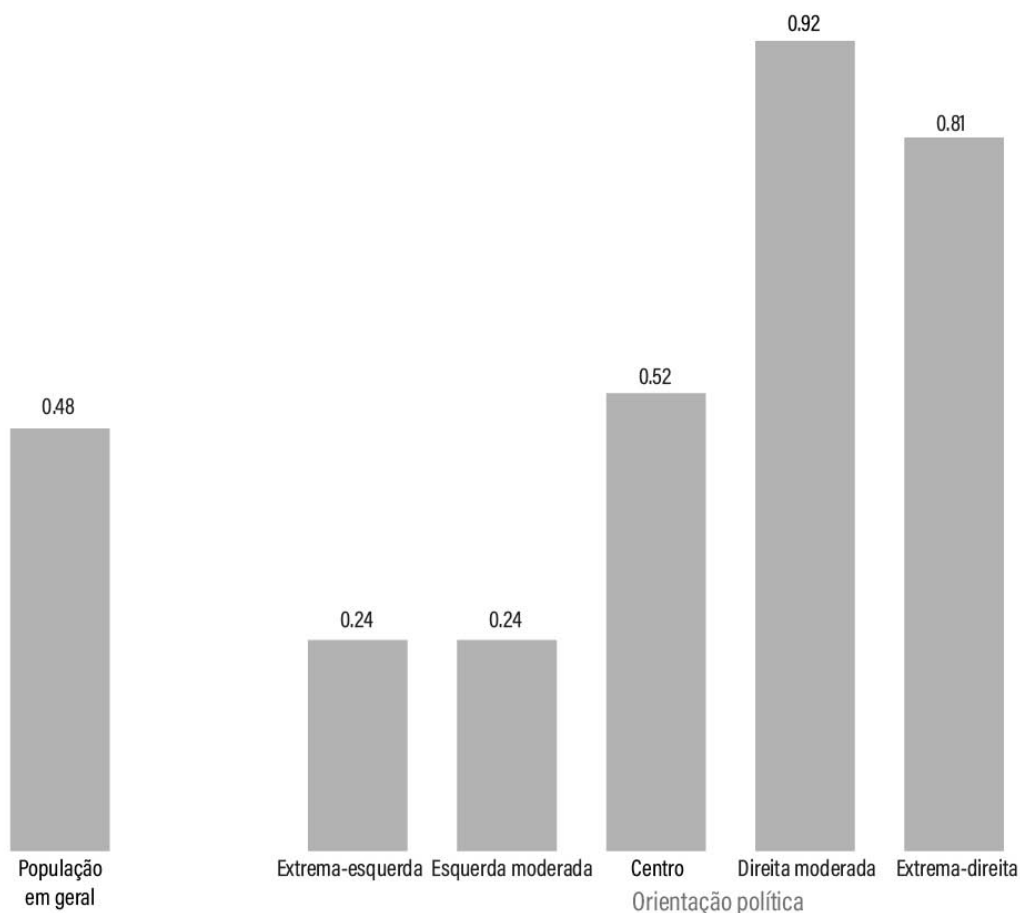
Nota: Todos os dados estão em percentagem dos inquiridos.

Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

Figura 12.17

Portugal: 18 afirmações sobre o capitalismo — Coeficiente por orientação política

Pergunta: "Com qual das seguintes afirmações sobre o capitalismo concorda, caso haja alguma?"



Nota: Quanto menor o coeficiente, mais acentuada a atitude anticapitalista.

Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

Género e Educação

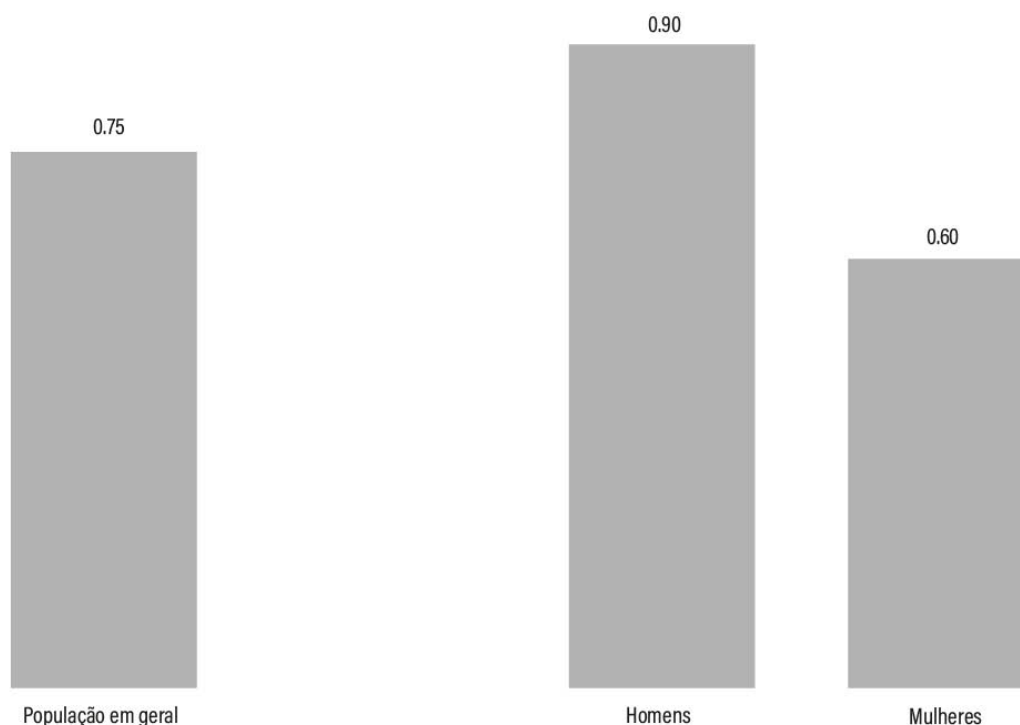
As inquiridas em Portugal são muito mais céticas a respeito da liberdade económica do que os inquiridos, e são claramente a favor de um papel forte para o Estado. Entre os inquiridos, em comparação, o apoio às afirmações a favor da liberdade económica e às de mais Estado é bastante equilibrado (Figura 12.18).

Figura 12.18

Portugal: Coeficiente de liberdade económica — Análise por género

Pergunta: "Segue abaixo uma lista de várias coisas que as pessoas disseram que consideram ser um bom sistema

económico. Qual destas afirmações também faria?"



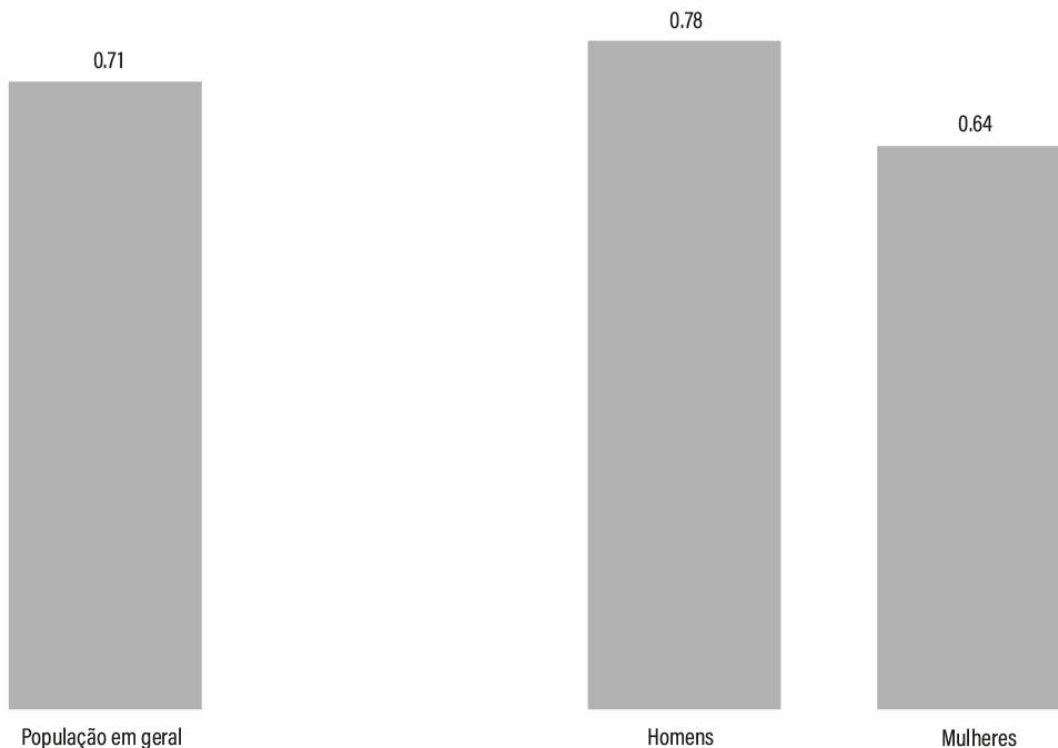
Nota: Quanto menor o coeficiente, mais acentuada a atitude anticapitalista.

Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

Combinando as respostas de homens e mulheres às 18 declarações positivas e negativas com o teste de associação à palavra “capitalismo”, fica ainda mais confirmado que as mulheres portuguesas tendem a nutrir convicções ligeiramente mais anticapitalistas do que os homens (Figura 12.19).

Figura 12.19

Portugal: Coeficiente global das atitudes a respeito do capitalismo —
Análise por género



Nota: Quanto menor o coeficiente, mais acentuada a atitude anticapitalista.

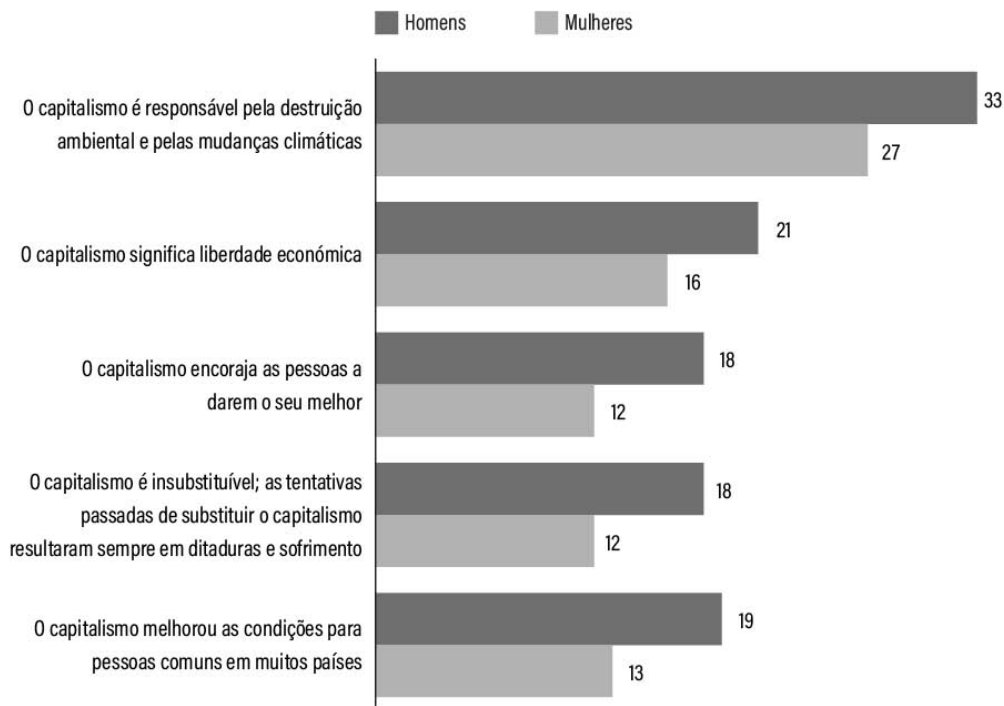
Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

Na figura 12.20 surgem as afirmações que suscitaram as maiores diferenças nas respostas dos nossos inquiridos masculinos e femininos em Portugal:

Figura 12.20

Portugal: 18 afirmações sobre o capitalismo — As maiores diferenças entre homens e mulheres inquiridos

Pergunta: "Com qual das seguintes afirmações sobre o capitalismo concorda, caso haja alguma?"



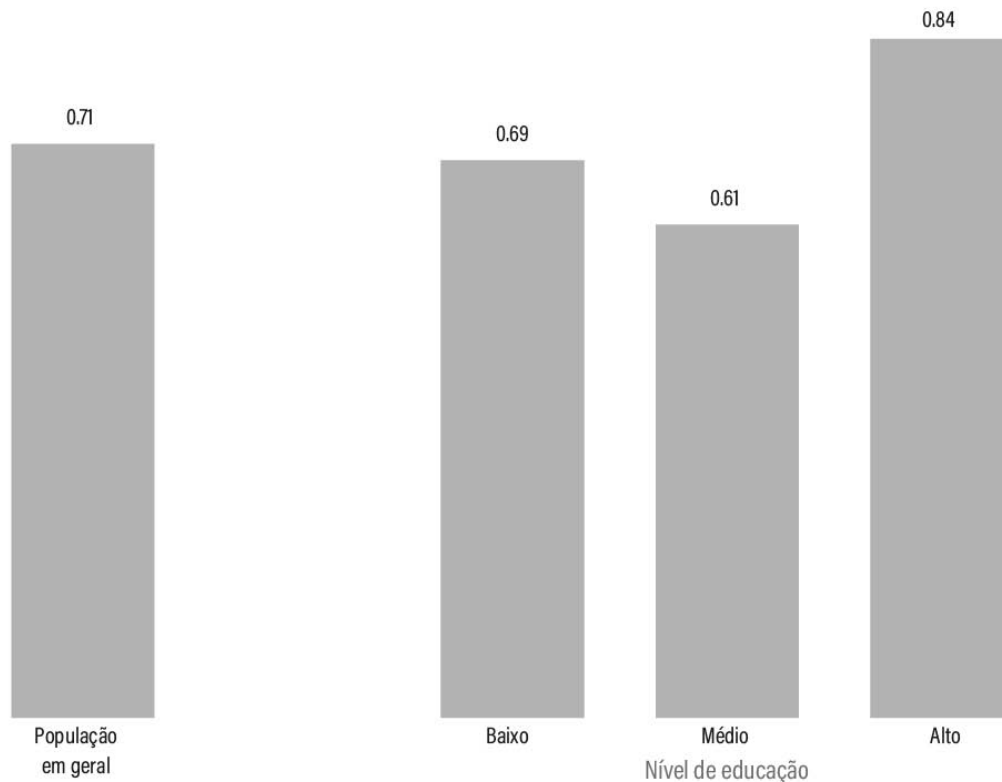
Nota: Todos os dados estão em percentagem dos inquiridos.

Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

Tanto os inquiridos portugueses com níveis de educação baixa e intermédia, como os que têm níveis mais elevados, têm mais probabilidade de ser anticapitalistas do que pró-capitalistas (Figura 12.21).

Figura 12.21

Portugal: Coeficiente global das atitudes a respeito do capitalismo —
Análise por nível de educação



Nota: Quanto menor o coeficiente, mais acentuada a atitude anticapitalista.

Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

Teorias da conspiração e atitudes a respeito do capitalismo

Os crentes em teorias da conspiração são pessoas que acreditam que um acontecimento ou uma situação – como sejam uma crise ou pandemia – resultam de um plano secreto gizado por gente poderosa. “Uma teoria da conspiração”, avança uma definição, “é a crença de que indivíduos ou grupos vistos como poderosos estão a influenciar os principais acontecimentos globais, prejudicando deliberadamente a população enquanto a mantêm na ignorância quanto aos seus verdadeiros objetivos.”⁷⁷²

Os bichos-papões destes seguidores de teorias da conspiração são, no caso dos de direita, indivíduos super-ricos como George Soros e a família Rothschild, ao passo que, para os de esquerda, são pessoas super-ricas como os irmãos americanos Koch ou “lobistas” anónimos ou obscuros que se acredita estarem a puxar os cordelinhos por detrás dos desenvolvimentos políticos. É frequente, no entanto, que tanto os crentes em teorias da

conspiração de extrema-direita como os de extrema-esquerda visem as mesmas figuras – como Bill Gates, que atraiu imensa hostilidade durante a crise do coronavírus. Aquando da Crise Financeira Global de 2008, “banqueiros gananciosos” e “especuladores financeiros” foram os culpados escolhidos.

Num estudo empírico em grande escala, os psicólogos sociais alemães Roland Imhoff e Martin Bruder concluíram: “A mentalidade da conspiração pode ser entendida como uma atitude política generalizada, distinta de atitudes políticas já estabelecidas, como o autoritarismo de direita e a orientação para a dominância social [em inglês, ‘social dominance orientation’, SDO].”⁷⁷³

Quem é dado a teorias da conspiração tem fortes ressentimentos contra grupos sociais poderosos, ou contra grupos que veja como tal. A análise dos investigadores revelou uma correlação nítida entre o imaginário conspirativo e afirmações como:

- “As empresas multinacionais são culpadas pela maioria dos problemas mundiais.”
- “Toda a gente estaria melhor se houvesse menos especuladores financeiros internacionais”.
- “Devido à ganância, os CEOs [gestores de topo] desprezam toda a moral.”⁷⁷⁴

A mentalidade da conspiração, como se pode ver por estas afirmações, está intimamente relacionada com a criação de bodes expiatórios. Num estudo internacional em onze países, que realizei como parte do projeto *The Rich in Public Opinion* [“Os Ricos na Opinião Pública”], ficou claro que quem tem uma forte inclinação para a inveja social estará muito mais inclinado do que os não-invejosos a concordar com a afirmação: “Os super-ricos, que querem cada vez mais poder, são os culpados por muitos problemas no mundo, como, por exemplo, crises financeiras ou crises humanitárias.”⁷⁷⁵

No âmbito do inquérito para este livro, a Ipsos MORI confrontou todos os

inquiridos com estas duas afirmações:

- “Na realidade, os políticos não decidem nada. São fantoches controlados por forças poderosas nos bastidores.”
- “Muitas coisas na política só podem ser devidamente compreendidas se souber que há um plano maior por detrás, algo que a maioria das pessoas, no entanto, não conhece.”

Os indivíduos que concordaram com ambas as declarações foram identificados como tendo uma mentalidade dada a conspirações. E, através de uma análise fatorial, construímos – com base nas respostas dos inquiridos a 6 das 18 perguntas sobre o capitalismo – uma escala de anticapitalismo. Isto permitiu-nos determinar que inquiridos eram “convictamente anticapitalistas” e os que eram “convictamente pró-capitalistas”.

Verificou-se que, em Portugal, são significativamente mais os anticapitalistas convictos que concordam com as afirmações acima citadas do que os pró-capitalistas convictos. A divisão das percentagens de inquiridos que concordam com estas afirmações dá um coeficiente de 1,4 para quem é convictamente pró-capitalista, mas um coeficiente significativamente mais elevado de 3,8 para os convictamente anticapitalistas (Figura 12.22).

Figura 12.22

Portugal: Atitudes anticapitalistas e a tendência para acreditar em teorias da conspiração

Coeficiente da teoria da conspiração: Percentagem média de inquiridos que concordam com estas duas afirmações:

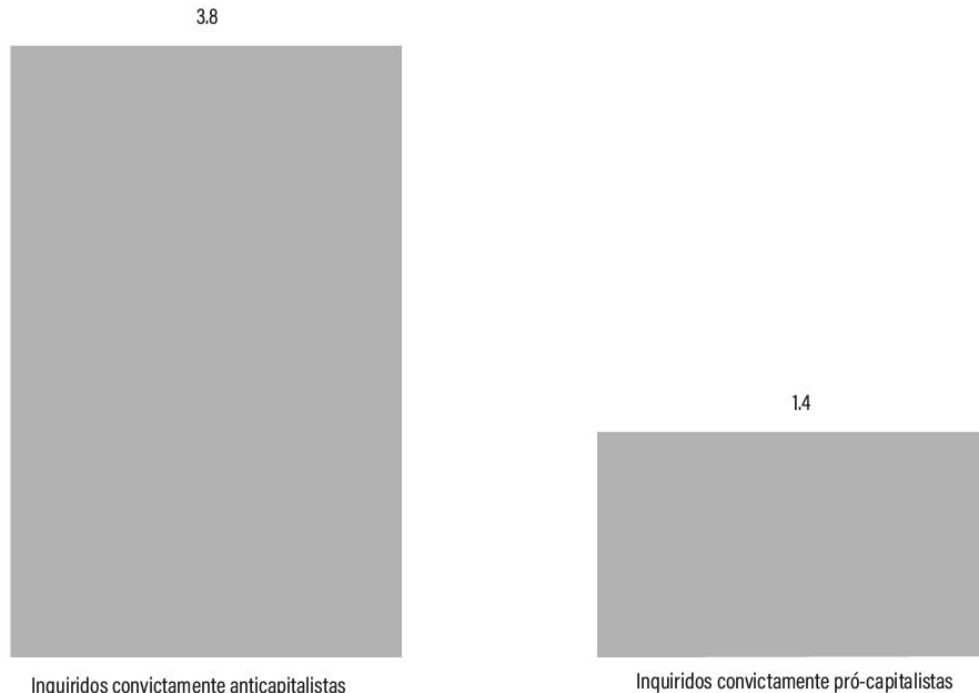
“Na realidade, os políticos não decidem nada. São fantoches controlados por forças poderosas nos bastidores.”

e

“Muitas coisas na política só podem ser devidamente compreendidas se souber que há um plano maior por detrás, algo que a maioria das

peçoas, no entanto, não conhece.”

dividida pela percentagem média de inquiridos que não concordam com nenhuma delas.



Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

Resumo

Este enorme volume de dados pode ser confuso, pelo que faz sentido resumir tudo num punhado de números, nos quais o total das 34 respostas aos três conjuntos de perguntas (6 afirmações sobre liberdade económica, 10 associações à palavra “capitalismo”, e 18 afirmações sobre o capitalismo) são condensadas.

As declarações favoráveis à intervenção governamental colheram, como se viu, a aprovação de 32% dos inquiridos portugueses, enquanto as declarações favoráveis ao mercado/liberdade económica obtiveram a aprovação de 24%. Isto resulta num coeficiente de 0,75. Recorde-se que um coeficiente menor do que 1,0 significa que as opiniões anticapitalistas predominam, enquanto um coeficiente superior a 1,0 significa que o predomínio cabe às opiniões pró-capitalistas.

O conjunto de perguntas a respeito das associações à palavra “capitalismo” revelou que uma média de 74% dos portugueses inquiridos associam “capitalismo” a termos negativos como “ganância”, “corrupção” e “degradação ambiental”. Em contrapartida, termos positivos, como “prosperidade”, “progresso”, “inovação” e “liberdade”, são mencionados por apenas 67%, resultando num coeficiente de 0,91.

Quanto às respostas às 18 afirmações sobre o capitalismo, a concordância com as declarações negativas foi de 33% e com as positivas de 16%, o que dá um coeficiente de 0,48.

Constata-se que o uso da palavra “capitalismo” tem impacto, ainda que reduzido: a combinação dos coeficientes dos dois conjuntos de perguntas – constituídos pelas associações à palavra “capitalismo” e pelas 18 declarações sobre o capitalismo – resulta num coeficiente de 0,70, que não difere muito do coeficiente das perguntas que omitiram a palavra “capitalismo” e se referiram antes à liberdade económica (0,75). Isto significa que o apoio ao capitalismo aumenta em 7% (de 0,70 para 0,75) quando o sistema económico é descrito sem utilizar a palavra “capitalismo”. Dito de outra forma, o uso da palavra “capitalismo” pouco peso tem – as atitudes anticapitalistas são predominantes mesmo quando a palavra “capitalismo” não é utilizada.

Quando os números da liberdade económica e os dos dois conjuntos de questões sobre capitalismo são combinados, resultam num coeficiente de 0,71 (Figura 12.23). Este coeficiente também virá a ser importante para a comparação com outros países.

Figura 12.23

Portugal: Coeficiente das atitudes a respeito do capitalismo — Visão geral

Coeficiente A:

Média das afirmações favoráveis a um sistema económico liberal dividida pela média das que privilegiam um sistema económico controlado pelo governo (sem utilizar o termo “capitalismo”).

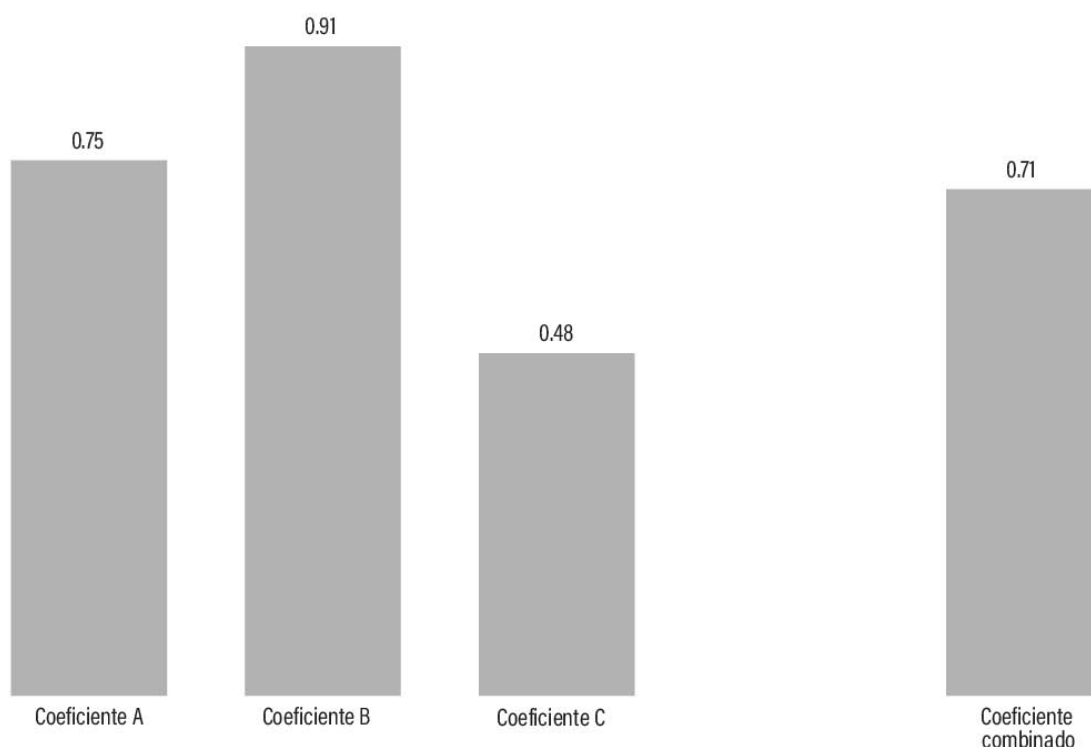
Coeficiente B:

Média das associações positivas ao termo “capitalismo” dividida pela média das associações negativas ao termo “capitalismo”.

Coeficiente C:

Média das afirmações positivas a respeito do capitalismo dividida pela média das afirmações negativas a respeito do capitalismo.

Coeficiente combinado das atitudes a respeito do capitalismo: $(A + B + C) : 3$



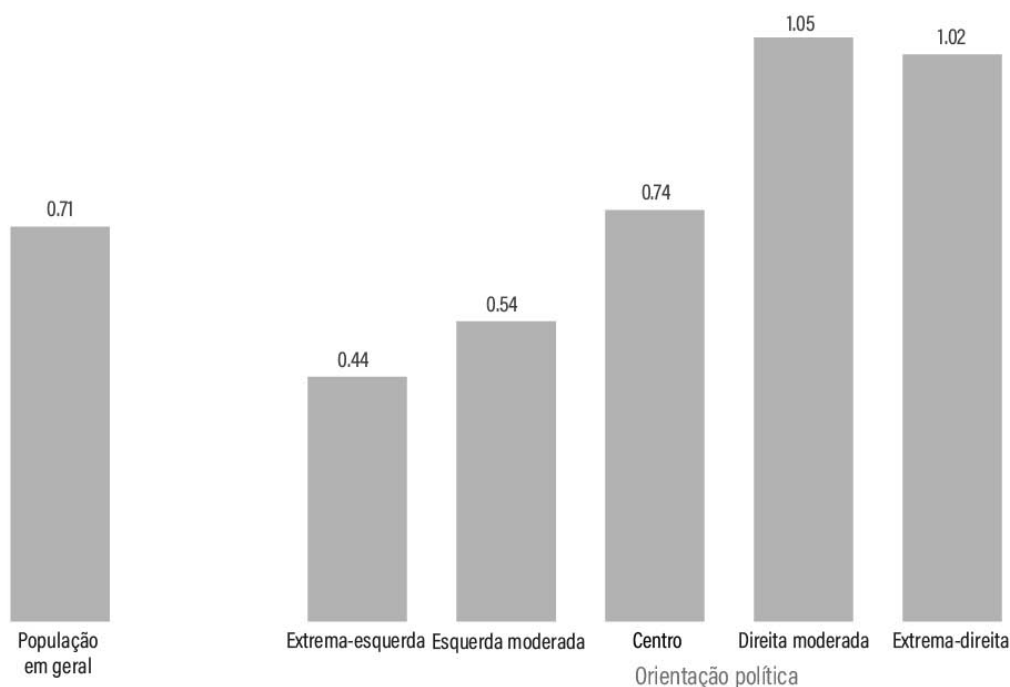
Nota: Quanto menor o coeficiente, mais acentuada a atitude anticapitalista.

Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

Combinando os dados relativos às respostas a todas as perguntas, vemos que o anticapitalismo prevalece entre os inquiridos portugueses que se definem à esquerda e ao centro do espectro político, enquanto as atitudes pró e anticapitalistas se equiparam entre os inquiridos de direita (Figura 12.24).

Figura 12.24

Portugal: Coeficiente combinado das atitudes a respeito do capitalismo — Análise por orientação política



Nota: Quanto menor o coeficiente, mais acentuada a atitude anticapitalista.

Fonte: Inquérito Ipsos MORI 21-087515-07

A relação entre a mentalidade da conspiração e o anticapitalismo também é nítida: os anticapitalistas expressam uma concordância muito mais acentuada com teorias da conspiração do que os pró-capitalistas. Veremos no próximo capítulo que não é só em Portugal que tal sucede, mas em todos os países inquiridos.

Edelman Trust Barometer 2020.

Nocun / Lamberty, 18.

Imhoff / Bruder.

Imhoff / Bruder.

Zitelmann, *The Rich in Public Opinion*.

CAPÍTULO 13



O que se pensa a respeito do capitalismo na Europa, nos Estados Unidos, na América do Sul e na Ásia?

Neste capítulo, analisarei os resultados do nosso inquérito de opinião a respeito do capitalismo em 33 países. Desenhei-o em parceria com o Instituto Allensbach na Alemanha e encarreguei a Ipsos MORI da sua realização em todo o mundo.⁷⁷⁶ O inquérito foi levado a cabo nos EUA e em pequenos, médios e grandes países na Europa, na América do Sul e na Ásia. Os inquéritos individuais tiveram lugar entre julho de 2021 e novembro de 2022, nos seguintes países:

- Albânia
- Alemanha
- Argentina
- Áustria
- Bósnia-Herzegovina
- Brasil
- Bulgária
- Chile
- Coreia do Sul
- Eslováquia

- Espanha
- Estados Unidos da América
- França
- Grã-Bretanha
- Grécia
- Itália
- Japão
- Mongólia
- Montenegro
- Nepal
- Nigéria
- Paquistão Polónia
- Portugal
- República Checa
- Roménia
- Rússia
- Sérvia
- Suécia
- Suíça
- Turquia
- Uganda
- Vietname

Foram consideradas amostras representativas de cerca de 1000 inquiridos por país. No total, participaram 33.452 inquiridos, o que torna este inquérito algo único, não só em termos de âmbito geográfico, como também pela sua profundidade. Ao todo, cada inquirido foi questionado sobre 34 itens acerca do capitalismo, agrupados em três conjuntos temáticos. O inquérito visou apurar o que as pessoas em diferentes países pensam do capitalismo, cruzando os resultados com as diferenças existentes ao nível de opiniões políticas, idade, educação, sexo e rendimento. Além disso, os quesitos foram concebidos de modo a permitirem determinar até que ponto as perceções negativas do capitalismo são devidas à conotação negativa da

própria palavra e quanto é que efetivamente se deve à rejeição ou apoio das pessoas aos princípios basilares do sistema económico capitalista.

A análise que se segue apenas permite *descrever* as diferenças entre países, escalões de rendimento, grupos etários, etc. A *explicação* destas diferenças exigiria um esforço muito mais extenso, integrado num projeto de maior envergadura. Historiadores, sociólogos, cientistas políticos, economistas e outros especialistas dos 33 países estudados teriam de procurar explicações na história, economia e psicologia social de cada país. Além disso, teriam de ser feitas análises de regressão para se compreenderem melhor as relações entre as variáveis aqui apresentadas. Tudo isto extravasa o âmbito do presente capítulo. No entanto, espero que esta panorâmica inicial e a exploração sistemática dos dados do inquérito possam inspirar outros estudiosos a procurar as razões para as diferenças entre os países onde o inquérito foi levado a cabo e até as existentes dentro do próprio país. A este respeito, os pontos seguintes devem ser considerados como um primeiro passo na investigação comparativa das perceções populares sobre liberdade económica, intervenção estatal e capitalismo em diferentes países.

13.1. O que pensam as pessoas a respeito da liberdade económica?

Enquanto preparava este inquérito, coloquei a hipótese de a própria palavra “capitalismo” causar repulsa a algumas pessoas, apesar de terem opiniões essencialmente pró-capitalistas. Um conjunto de perguntas (“liberdade económica”) evitou, assim, usar a palavra “capitalismo”. Aos inquiridos foram apresentadas um total de seis afirmações, das quais três são favoráveis à liberdade económica e à economia de mercado. As outras três afirmações defendem a restrição da liberdade económica e um significativo reforço do papel do Estado. A formulação exata de cada um dos itens do inquérito pode ser consultada no apêndice.

Por exemplo, uma afirmação no conjunto de perguntas sobre “liberdade económica” foi: “Precisamos de muito mais intervenção estatal na economia, uma vez que o mercado falha repetidas vezes”. Noutra, consta:

“Defendo um sistema económico em que o Estado estabelece as regras, mas não interfere de outra maneira”. Para cada país, a média percentual da concordância com as afirmações “a favor da liberdade económica” e a concordância média com as afirmações “a favor do Estado” foram calculadas para estabelecer o Coeficiente de Liberdade Económica, que retrata a atitude em relação à liberdade económica prevalecente em cada país inquirido.

Ao longo deste capítulo, voltaremos frequentemente a este coeficiente. Um coeficiente de exatamente 1,0 significa que não existe uma tendência clara nesse país e que os inquiridos se repartem de modo equilibrado entre os que têm uma mentalidade mais favorável ao livre mercado e os que preferem um papel forte do Estado na economia. Assim, todos os países com coeficientes entre 0,9 e 1,1 foram colocados num grupo “neutro” (os coeficientes são arredondados a uma casa decimal). Os dez “países neutros” são o Brasil, a Bulgária, a Suíça, a Grã-Bretanha, a Alemanha, a Sérvia, a Eslováquia, o Uganda, o Nepal e a Mongólia. Ainda assim, existem diferenças dentro deste grupo. Por exemplo, os brasileiros e os suíços, com coeficientes de 1,04 e 1,02 respetivamente, têm atitudes um pouco mais positivas em relação à liberdade económica do que os britânicos (0,88).

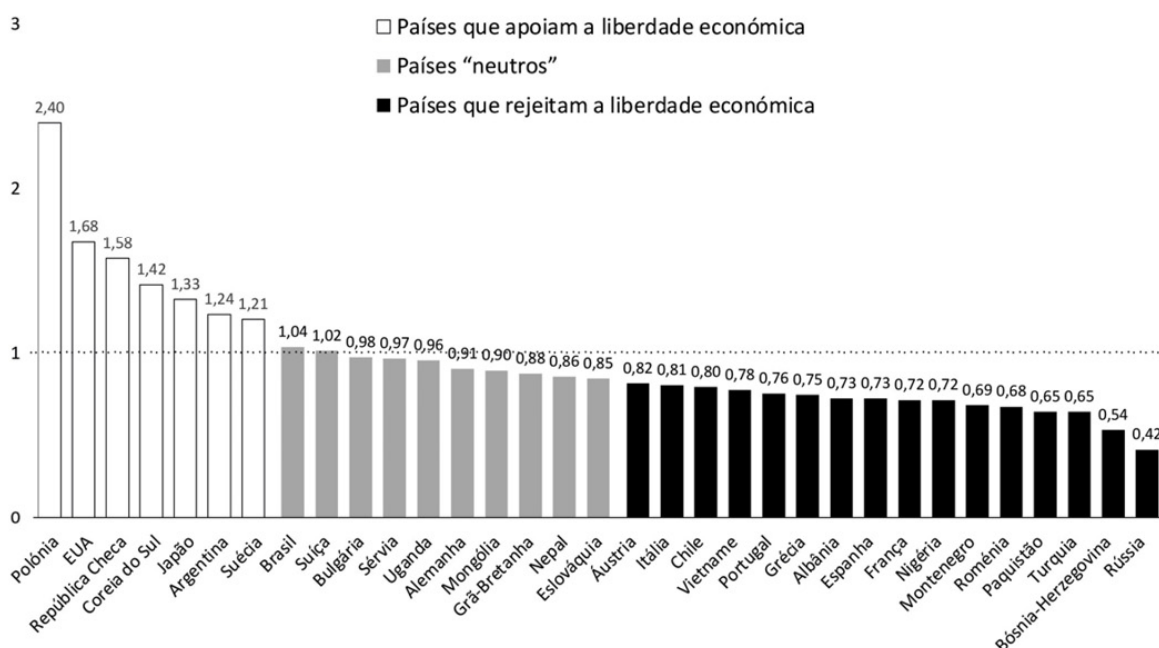
Um coeficiente superior a 1,1 significa que as pessoas são claramente orientadas para o mercado, e um coeficiente inferior a 0,9 significa que confiam muito na intervenção do Estado. No cômputo geral, as afirmações positivas sobre a liberdade económica predominam de forma clara em 7 países. À frente está a Polónia, com um valor de 2,40, seguida pelos EUA com 1,68 e a República Checa com 1,58. Num total de 16 países, as pessoas são mais favoráveis à intervenção do Estado do que à liberdade económica. Quem ficou mais atrás foi a Turquia, a Bósnia-Herzegovina e a Rússia (Figura 13.1).

Figura 13.1

Atitudes a respeito da liberdade económica em 33 países

Média das afirmações favoráveis a um sistema económico liberal dividida

pela média das afirmações favoráveis a um sistema económico controlado pelo Estado (sem usar o termo “capitalismo”)



Nota: Quanto menor o coeficiente, mais acentuada a atitude anticapitalista.

Fontes: Inquérito do Instituto Allensbach 12038, inquéritos Sant Maral Foundation e Ipsos MORI 20-091774-30, 21-087515-07, 22-014242-04-03 e 22-087515-44, Indochina Research, FACTS Research & Analytics Pvt. Ltd. e Research World International Ltd.

13.2. Em geral, o que pensam as pessoas a respeito do capitalismo?

Embora o termo “capitalismo” tenha sido deliberadamente omitido no primeiro conjunto de perguntas, foi explicitamente mencionado nos outros dois. No segundo conjunto de perguntas, queríamos saber o que é que os inquiridos associavam à palavra “capitalismo”. Este conjunto de perguntas utilizou uma lista de 10 termos: prosperidade, inovação, ganância, frieza, progresso, corrupção, liberdade, pressão para alcançar resultados, uma vasta gama de bens e degradação ambiental. Mais uma vez, determinámos a percentagem média de inquiridos que associam características positivas (por exemplo, liberdade e prosperidade) e características negativas (por exemplo, degradação ambiental e ganância) com a palavra “capitalismo”.

No nosso terceiro conjunto de perguntas, foram apresentadas aos

inquiridos um total de 18 afirmações positivas e negativas sobre o capitalismo. As afirmações negativas incluíam, por exemplo: “O capitalismo é responsável pela fome e pela pobreza”; “O capitalismo leva a desigualdade crescente”; e “O capitalismo estimula as pessoas a comprar produtos de que não precisam”. As afirmações positivas incluíram, por exemplo: “O capitalismo melhorou as condições para pessoas comuns em muitos países”; “O capitalismo é um sistema económico especialmente eficiente”; e “O capitalismo significa que os consumidores determinam o que é oferecido, e não o Estado”. Voltámos, tal como nos conjuntos de perguntas anteriores, a calcular a percentagem média de inquiridos que concordaram com as afirmações positivas e negativas e utilizámos estes números para calcular um coeficiente.

A combinação dos resultados dos três conjuntos de perguntas permite-nos obter uma noção geral sobre o que os inquiridos, em cada um dos países, pensam do capitalismo. Somámos os coeficientes dos três conjuntos de perguntas e dividimo-los por três.

Isto dá-nos novamente três grupos de países: dado o termo “capitalismo” ter uma conotação negativa para muitas pessoas, o resultado aqui é um pouco diferente do do nosso conjunto de perguntas sobre “liberdade económica” – e o grupo de países em que as atitudes anticapitalistas predominam é maior.

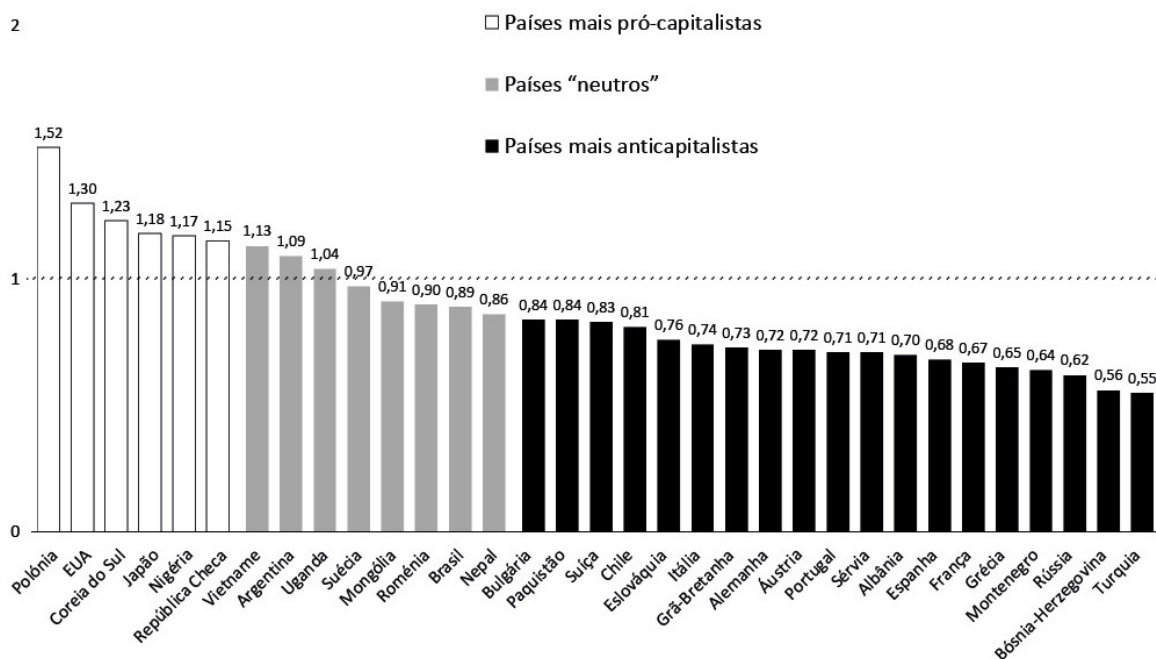
De um modo geral, as atitudes pró-capitalistas predominam em seis países – Polónia, Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão, Nigéria e República Checa. Os países “neutros” são, desta vez, Argentina, Suécia, Mongólia, Roménia, Brasil, Nepal, Uganda e Vietname. As atitudes anticapitalistas predominam na maioria dos países inquiridos (19), com Montenegro, Rússia, Bósnia-Herzegovina e Turquia a destacarem-se. Surpreendentemente, a Suíça pertence a este grupo, ainda que apenas de forma tangencial (Figura 13.2). O facto de as pessoas na Nigéria terem uma visão tão positiva do capitalismo pode ser uma surpresa, especialmente porque também veem a economia de mercado de forma negativa. Mas na Nigéria o capitalismo é simplesmente uma palavra de esperança: As pessoas neste país em desenvolvimento associam-no ao tipo de

prosperidade que veem nos países ocidentais. Esta explicação pode também aplicar-se, pelo menos em parte, ao Uganda, onde o coeficiente é globalmente neutro, mas os inquiridos atribuem frequentemente características positivas ao capitalismo.

O Vietname está apenas ligeiramente abaixo do limiar de ser classificado como um país pró-capitalista (a pontuação do Vietname de 1,13 é superior a qualquer dos outros países que classificamos como “neutros”). Para os conjuntos de questões onde a palavra “capitalismo” foi utilizada, os vietnamitas eram claramente pró-capitalistas (com um coeficiente de 1,31). Por outro lado, onde a palavra “capitalismo” não foi utilizada, as respostas vietnamitas foram moderadamente anti-mercado (0,78). A palavra “capitalismo” tem conotações positivas no Vietname – embora o país se autodenomine “socialista” – porque os vietnamitas tiveram muito boas experiências com as reformas “Doi Moi” viradas para a economia de mercado, que tiveram início em 1986.

Figura 13.2

Coeficiente global das atitudes a respeito do capitalismo em 33 países



Nota: Quanto menor o coeficiente, mais acentuada a atitude anticapitalista.

Fontes: Inquérito do Instituto Allensbach 12038, inquéritos Sant Maral Foundation e Ipsos MORI 20-091774-30, 21-087515-07, 22-014242-04-03 e 22-087515-44, Indochina Research, FACTS Research & Analytics Pvt. Ltd. e Research World International Ltd.

13.3. Qual o impacto do uso da palavra “capitalismo”?

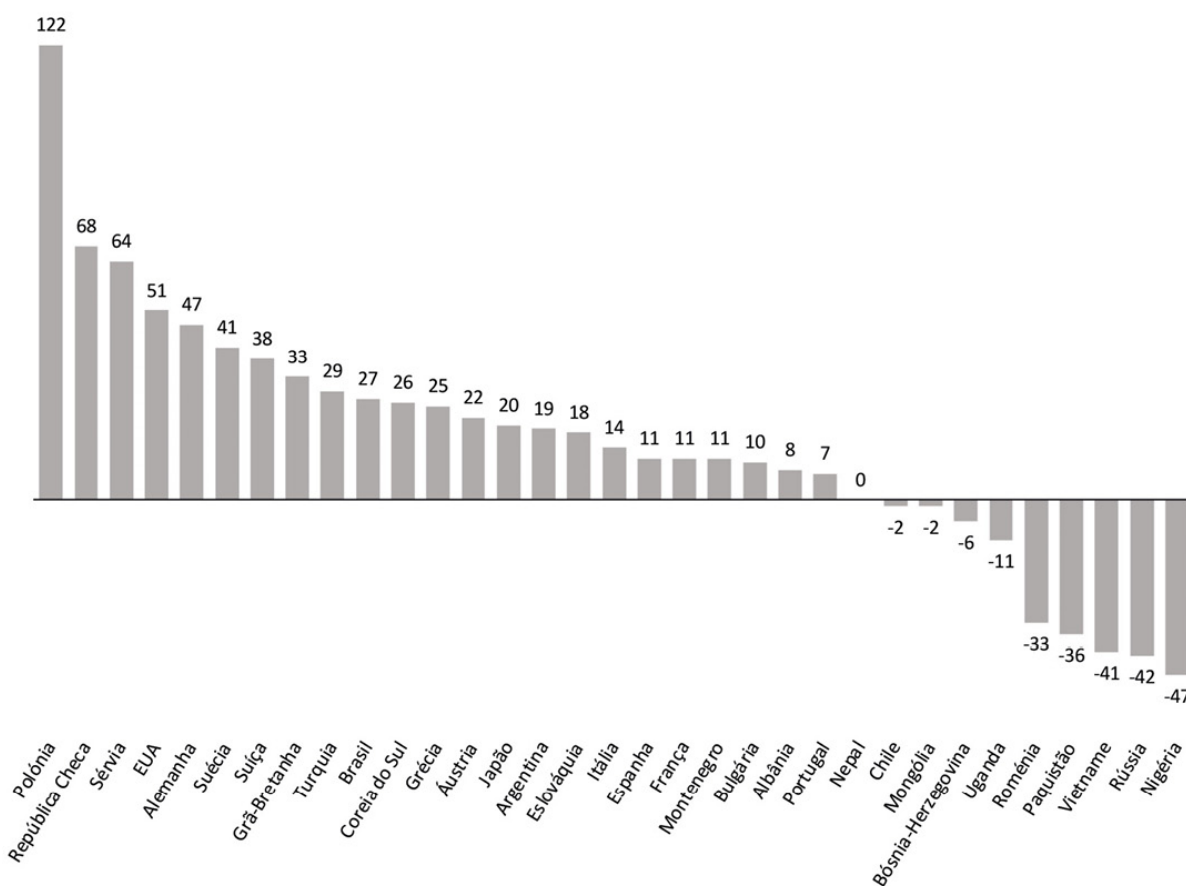
São patentes as semelhanças, bem como as diferenças, entre estes países quanto à posição que ocupam e ao modo como se agrupam. Estas diferenças entre o *ranking* da “liberdade económica” e o do “capitalismo” podem ser explicadas sobretudo pelo facto de, em muitos países, o termo “capitalismo” ter uma conotação negativa. Podemos avaliar a magnitude deste efeito calculando a diferença entre os coeficientes dos dois conjuntos de questões em que a palavra “capitalismo” surgiu (as 10 características associadas a “capitalismo” e as 18 afirmações sobre o capitalismo) e o coeficiente das 6 questões sobre liberdade económica em que a palavra “capitalismo” não foi usada. Por exemplo, a aprovação do capitalismo nos Estados Unidos aumenta 51% quando a palavra “capitalismo” é omitida do item do inquérito. Esta é a diferença entre o coeficiente relativo à liberdade económica (1,68) e o coeficiente das questões em que a palavra “capitalismo” foi mencionada (1,11). A diferença aqui é de 0,57 pontos, o que significa que a aprovação de uma economia de mercado sobe 51% quando é descrita sem recurso à palavra “capitalismo”.

É possível verificar que o efeito tanto pode ser muito grande – como na Polónia, Sérvia, República Checa ou nos Estados Unidos, por exemplo – como muito pequeno, tal como em França, Espanha ou Portugal, ou não existente, como no Nepal. Em países onde há um significativo aumento do apoio à economia de mercado quando a palavra “capitalismo” não é usada, como na Polónia, Sérvia, República Checa e Estados Unidos, pode concluir-se que as pessoas tendem a sentir-se mais desconfortáveis com a palavra em si do que com o que o capitalismo efetivamente representa. Onde o efeito é pequeno, casos da Espanha ou França, não é tanto a palavra que incomoda as pessoas, mas o próprio significado do capitalismo. Isto é igualmente válido para a Roménia, Paquistão e Rússia, que constituem uma

exceção porque, nesses países, as atitudes negativas para com a economia de mercado **umentam** uns substanciais 33%, 36% e 42%, respetivamente, quando **não** é usada a palavra “capitalismo”. Isto revela que a hostilidade para com o capitalismo nestes países não está, de modo algum, apenas relacionada com a palavra, mas, acima de tudo, com o seu real conteúdo (Figura 13.3).

Figura 13.3

Alteração percentual na aprovação do capitalismo quando a palavra “capitalismo” é omitida



Fontes: Inquérito do Instituto Allensbach 12038, inquéritos Sant Maral Foundation e Ipsos MORI 20-091774-30, 21-087515-07, 22-014242-04-03 e 22-087515-44, Indochina Research, FACTS Research & Analytics Pvt. Ltd. e Research World International Ltd.

Por um lado, isto significa que usar ou não o termo “capitalismo” pesa

consideravelmente nas atitudes das pessoas ao avaliarem estas questões. No entanto, e por outro lado, as questões sobre a liberdade económica deixaram claro que a rejeição do capitalismo está longe de se dever apenas a esta palavra claramente impopular. Apenas em 7 dos 33 países – Polónia, EUA, Japão, Coreia do Sul, Argentina, Suécia e República Checa – predomina claramente uma atitude positiva em relação à liberdade económica.

13.4. Quais são as opiniões positivas e negativas mais comuns a respeito do capitalismo?

Um dos principais objetivos do nosso inquérito era não só o de determinar o que é que as pessoas em diferentes países e grupos sociodemográficos pensam sobre o capitalismo – ou seja, se tendem a ser críticas ou a aprová-lo – mas também o de descobrir quais as críticas que predominam e quais os aspetos positivos que são particularmente valorizados.

Apresentámos aos inquiridos em 33 países uma lista com 18 afirmações sobre o capitalismo – positivas e negativas. Seguidamente, mostra-se com que frequência cada uma das 18 afirmações se encontrou entre as cinco que maior anuência colheram.⁷⁷⁷ Por exemplo, a afirmação “O capitalismo leva a monopólios” ficou entre as cinco declarações mais frequentemente selecionadas em 25 países.

O resultado mostra o que é que no capitalismo incomoda particularmente as pessoas – e o que é que menos as incomoda. Em 32 dos 33 países (a exceção foi o Vietname), a afirmação crítica de que o capitalismo é dominado pelos ricos, que mandam na política, está entre as cinco afirmações mais frequentemente selecionadas. Em 18 países – Áustria, Bósnia-Herzgovina, Bulgária, Chile, Eslováquia, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Grécia, Mongólia, Montenegro, Nepal, Nigéria, Paquistão, Polónia, República Checa e Roménia – esta crítica é a que mais anuência colhe de entre todas as afirmações.

A noção de que o capitalismo promove a desigualdade surge no grupo das cinco mais selecionadas em 30 dos 33 países e ocupa mesmo o primeiro lugar em França (com a mesma percentagem que “os ricos é que definem a

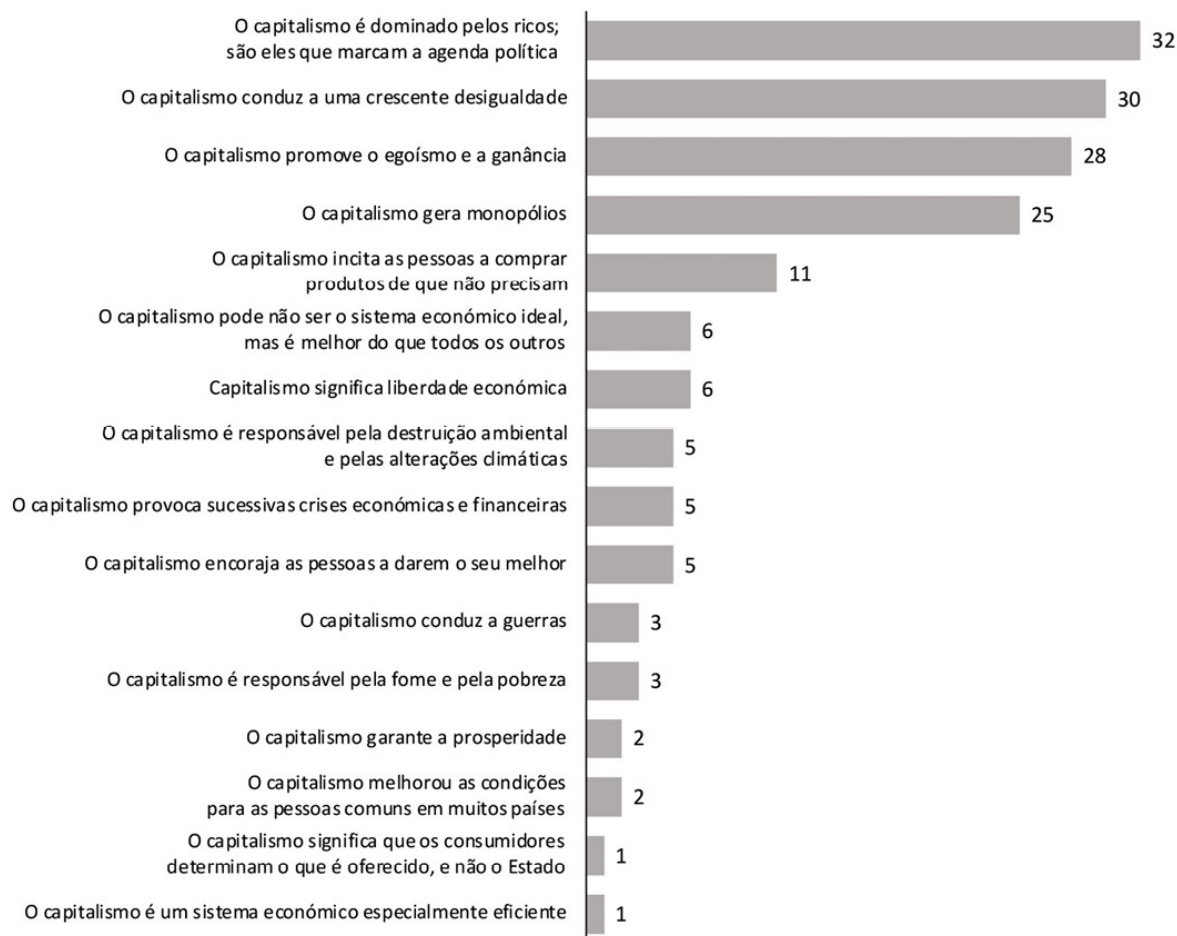
agenda política”), Albânia, Itália, Espanha, Suíça, Turquia e Rússia.

A crença crítica de que o capitalismo promove o egoísmo e a ganância encontra-se no grupo das cinco primeiras em 28 dos 33 países analisados (na Alemanha e em Portugal ocupa o primeiro lugar).

Já a acusação de que o capitalismo é responsável pela destruição ambiental e pelas alterações climáticas só surge destacada em apenas 5 dos 33 países, a saber: no Uganda, onde merece a concordância de 87% dos inquiridos (4.º lugar), no Brasil, onde 35% dos inquiridos concordam com esta afirmação (5.º lugar), no Chile, onde 32% concordam (5.º lugar), Sérvia (5.º lugar com 39% de concordância) e na Alemanha, onde 48% concordam (também 5.º lugar). Surpreendentemente, a crítica “o capitalismo conduz repetidamente a novas crises económicas e financeiras” só alcança o grupo das cinco mais aceites em dois países (Figura 13.4).

Figura 13.4

Número de países nos quais as seguintes afirmações surgem entre as cinco que mais anuência colheram entre as dezoito apresentadas



Fontes: Inquérito do Instituto Allensbach 12038, inquéritos Sant Maral Foundation e Ipsos MORI 20-091774-30, 21-087515-07, 22-014242-04-03 e 22-087515-44, Indochina Research, FACTS Research & Analytics Pvt. Ltd. e Research World International Ltd.

É interessante ver em que países é maior a concordância com as afirmações favoráveis ao capitalismo. Um país destaca-se de todos os outros – 33 no total – pois aí as cinco afirmações que receberam maior concordância foram todas, sem exceção, positivas: trata-se do Vietname. Se analisarmos o coeficiente para cada uma das 18 afirmações isoladamente, o Vietname apresenta um coeficiente altamente positivo de 1,44.

No Japão, no Vietname e na Coreia do Sul, a afirmação “Capitalismo significa liberdade económica” foi a que atingiu o nível mais elevado de concordância de entre as 18. Na Roménia e na Nigéria, esta foi a quarta afirmação mais mencionada e na Albânia foi a sexta. Pelo contrário, esta afirmação só surge no 10.º lugar na Alemanha e na Mongólia, 8.º na

República Checa e 6.º na Argentina, enquanto no Brasil, França, Eslováquia, Espanha, Grã-Bretanha, Grécia, Itália, Áustria, Suíça, Bósnia-Herzgovina, Turquia, Portugal, Nepal e Rússia nem ao grupo dos 10 primeiros chegou. Nos Estados Unidos, no Vietname, no Uganda e no Japão, a afirmação de que o capitalismo encoraja as pessoas a darem o seu melhor também ficou nos cinco primeiros lugares.

A afirmação mais descritiva, de que capitalismo significa liberdade económica, situou-se nos cinco primeiros lugares em seis países, e a mais defensiva, de que o capitalismo pode não ser o ideal, mas é melhor do que todos os outros sistemas económicos, também ficou no grupo das cinco mais aceites em seis países.

Deveria dar que pensar o facto de a afirmação inquestionável de que o capitalismo melhorou a situação do cidadão comum em muitos países só ter chegado aos cinco primeiros lugares em apenas dois países: no Vietname, onde a afirmação recebeu o segundo maior nível de concordância com 73,7%, e na Nigéria, onde as pessoas associam o capitalismo à esperança de erradicar a pobreza e de ter uma vida melhor, ficou em 5.º lugar. Só em quatro países é que esta afirmação ficou classificada em 7.º, 9.º ou 10.º lugares; em todos os restantes nem sequer chegou aos dez primeiros. Na Alemanha, os inquiridos concordaram menos com ela do que com qualquer outra a respeito do capitalismo, sendo que a afirmação de que “O capitalismo é responsável pela fome e pela pobreza” recebeu três vezes mais apoio. No entanto, existem muitos exemplos nas últimas décadas – como a China, o Vietname, a Coreia do Sul e a Índia, juntamente com a Polónia, a República Checa e a antiga RDA – que confirmam que o capitalismo melhorou a situação do cidadão comum. Se se tiver em conta que, desde o surgimento do capitalismo, a percentagem de pessoas que, em todo o mundo, vivem em extrema pobreza caiu de 90% para menos de 10% na atualidade, o nível da desinformação sobre o capitalismo torna-se evidente.

A afirmação de que o capitalismo é insubstituível e de que as tentativas passadas de o substituir redundaram sempre em ditaduras e sofrimento não conseguiu fazer parte das 10 mais aceites em nenhum dos países inquiridos

– sendo as únicas exceções os Estados Unidos, onde ficou em 10.º lugar, e a Mongólia e o Paquistão, onde ficou em 6.º.

“Capitalismo significa que os consumidores determinam o que é oferecido, e não o Estado” – o facto de esta afirmação só ter integrado as cinco mais aceites na Polónia e ficado em 6.º lugar na República Checa não é certamente coincidência, pois refere-se a algo que muita gente nos antigos países socialistas ainda não dá por garantido (ao contrário do que sucede no Ocidente).

13.5. Qual o papel da filiação política?

Pedimos a todos os nossos inquiridos que se situassem numa escala esquerda-direita de 0 (extrema-esquerda) a 10 (extrema-direita). Quem se descrevesse como centrista deveria, desse modo, atribuir-se cinco pontos.

Extrema-esquerda: foi sem surpresa que, em todos os países onde decorreu o inquérito, os inquiridos que se descrevem como situando-se na extrema-esquerda do espectro político (0 a 2 na escala) são os que mais se opõem ao capitalismo ou os menos pró-capitalistas. No entanto, persistem algumas diferenças significativas. No Japão (0,92) e na Coreia do Sul (0,97), dois países onde os inquiridos tendem geralmente a ser mais pró-capitalistas, mesmo os inquiridos que se classificam como de extrema-esquerda não são veementemente anticapitalistas, mas sim neutros. Pelo contrário, nos países onde os inquiridos tendem geralmente a ser mais críticos do capitalismo, as atitudes dos que se classificam como de extrema-esquerda são acentuadamente anticapitalistas (França 0,35, Alemanha 0,36, Espanha 0,36).

Esquerda moderada: A avaliação nesta faixa (3 a 4 na escala) acompanha a tendência. Nos países anticapitalistas, a esquerda moderada é também acentuadamente anticapitalista (França 0,51, Portugal 0,54, Espanha 0,56), enquanto nos países pró-capitalistas a esquerda moderada tende para uma posição neutra (Coreia do Sul 0,96, República Checa 1,01, Japão, 0,92 e Estados Unidos 0,89). A Sérvia é uma exceção porque, apesar de em geral ser anticapitalista, a esquerda moderada tem um coeficiente (neutro)

comparativamente alto de 0,95.

Centrista: Nos países onde a maioria da população é anticapitalista ou neutra, os centristas também tendem a ser mais anticapitalistas. Isto é válido, por exemplo, para a Grã-Bretanha, Alemanha, Grécia, Suécia, Portugal, Turquia, Bulgária ou França. Nos Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul, por outro lado, onde a população é em geral pró-capitalista, tal também se reflete nos que se encontram no centro do espectro político.

Direita moderada e extrema-direita: Os inquiridos que se situam na direita do espectro político tendem a ter uma perceção positiva do capitalismo na maior parte dos países inquiridos. No entanto, existem também grandes diferenças: em 10 países – Estados Unidos, Suécia, Argentina, Chile, Coreia do Sul, Roménia, Espanha, Eslováquia, Nepal e Suíça – a correlação mantém-se: quanto mais à direita, mais pró-capitalista. Os que se posicionam no intervalo 8-10 da escala esquerda-direita, ou seja, como estando na extrema-direita do espectro político, são os mais favoráveis ao capitalismo em alguns países (nos Estados Unidos 2,88, na Suécia 2,65, na Argentina 2,32, no Chile 2,01, Espanha 2,05, na Coreia do Sul 1,80, na Roménia 1,33, e na Eslováquia 1,31). Entre a direita moderada (os que se posicionam em 6 ou 7 na escala esquerda-direita) nos Estados Unidos, Argentina, Suécia, Chile, Coreia do Sul e Espanha, o apoio ao capitalismo também é forte (Estados Unidos 2,45, Argentina 1,98, Suécia 1,78, Chile 1,46, Coreia do Sul 1,43, Espanha 1,38), mas não é tão forte entre a direita moderada como entre a extrema-direita (Figuras 13.5.1 e 13.5.2).

Há, no entanto, mais países (15) onde surge uma correlação diferente: na Alemanha, França, Grã-Bretanha, Brasil, Japão, Itália, República Checa, Rússia, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Sérvia, Montenegro, Paquistão, Polónia e Áustria, quem é de direita moderada (inquiridos que se auto-classificaram em 6 ou 7 na escala esquerda-direita) tem a atitude mais positiva em relação ao capitalismo (ou, em alguns, como na Rússia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro e Sérvia menos negativa), enquanto os inquiridos situados ainda mais à direita (8-10) são menos favoráveis ao capitalismo. Por exemplo, entre a direita moderada no Brasil, a aprovação do

capitalismo é de 1,58; entre a extrema-direita baixa para 1,44. O mesmo vale para a Grã-Bretanha, onde a aprovação do capitalismo é de 1,33 entre a direita moderada e de 1,18 entre a extrema-direita. Em Espanha, entre a direita moderada, a aprovação é de 1,19; entre a extrema-direita, de 0,97. Na República Checa, o apoio ao capitalismo é maior entre a direita moderada (1,98) do que entre a extrema-direita (1,68), como se constata nas Figuras 13.6.1 e 13.6.2. Na Grécia e na Albânia, o coeficiente foi igual (0,91 e 0,77, respetivamente) para os inquiridos que se situaram na direita moderada e para os que o fizeram na extrema-direita, e na Turquia, Mongólia e Portugal também não há praticamente quaisquer diferenças entre inquiridos das direitas moderada e extrema.⁷⁷⁸

Em alguns países, como a Nigéria, a distinção entre esquerda e direita, que desempenha um papel importante na Europa e nos Estados Unidos, não tem aparentemente qualquer significado. No Vietname, que tem um sistema de partido único, nem sequer colocámos a questão da orientação esquerda-direita, porque não teria sentido fazê-lo. Decidimos também não colocar esta questão em concreto no Uganda.

A Polónia é um caso singular. Os resultados aí surpreenderam-nos e diferiram significativamente dos de todos os outros países inquiridos, onde os mais à esquerda do espectro político foram sempre mais fortemente anticapitalistas (ou, em alguns países, pelo menos muito menos pró-capitalistas) do que os inquiridos da direita. De acordo com os nossos dados, os inquiridos polacos que se classificam como moderadamente de esquerda são os mais pró-mercado, com 44% a concordar com as afirmações de mercado livre e apenas 14% a concordar com as afirmações pró-Estado. Mesmo na extrema esquerda, as atitudes pró-mercado dominam claramente com 37%, à frente das atitudes pró-Estado (17%).

Os descritores “de esquerda” e “de direita” assumiram um significado muito diferente na Polónia do que noutros países da Europa Ocidental. O partido de governo Prawo i Sprawiedliwość (Lei e Justiça) é deveras estatista. O partido é considerado de direita, mas os apoiantes da economia de mercado que conheci na Polónia classificam o PiS como socialista porque prossegue políticas de redistribuição, nacionalização e mais Estado.

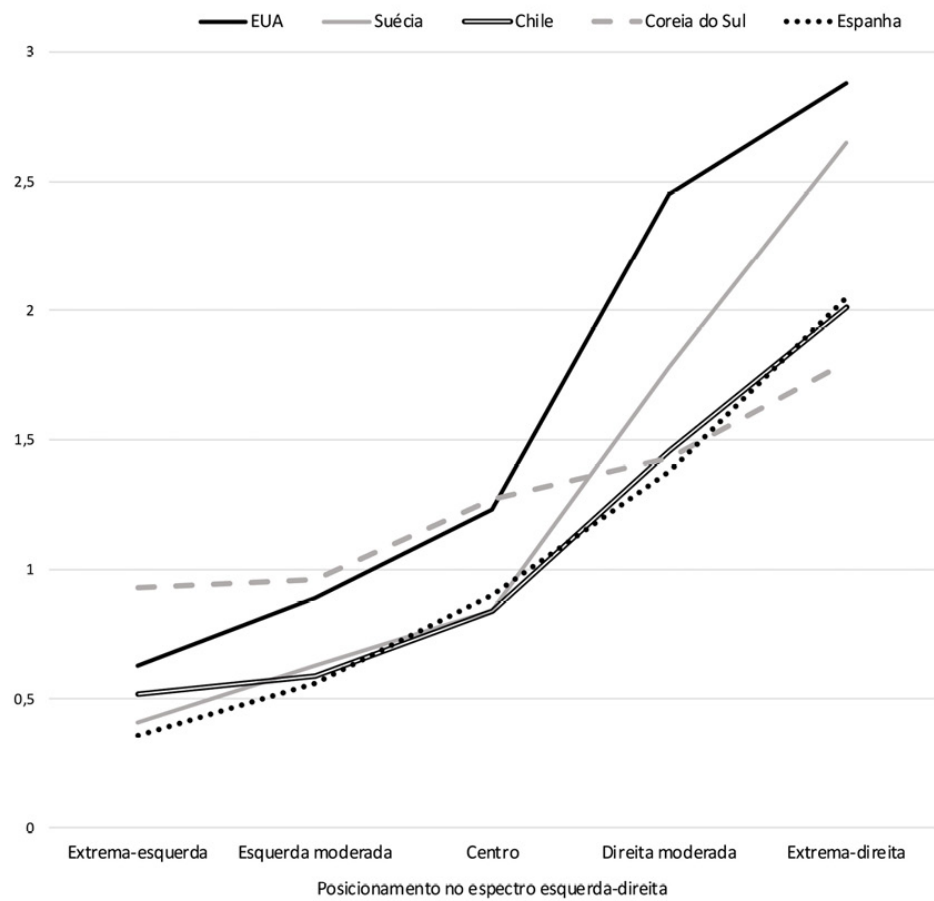
Inicialmente, questioneei a validade dos nossos dados e pensei que algo devia ter corrido mal com a atribuição de orientação política de direita e esquerda na Polónia, talvez um erro na codificação. A nosso pedido, a Ipsos MORI verificou meteticulosamente tudo – todos os dados, a tradução do questionário, a codificação, etc. – mas não havia dúvida: os dados estavam corretos. Só fiquei convencido após uma das minhas visitas à Polónia, em Setembro de 2022. O presidente do partido pró-mercado *Nowoczesna*, Adam Szlachetka, explicou-me em conversa: “O que se aplica na Europa Ocidental não se aplica de todo aqui. No nosso país, os antigos comunistas são mais pró-mercado-livre do que o partido PiS, que é considerado de direita.” Ele esclareceu que o partido PiS combina nacionalismo com anticapitalismo e tem sido particularmente bem sucedido na atração de eleitores, afirmando que a privatização de empresas estatais é uma oferta aos capitalistas estrangeiros. O PiS pôs fim e até reverteu parcialmente as privatizações, algumas das quais tinham sido levadas a cabo pela “esquerda”. Por vezes é mesmo necessário visitar o país objeto de inquérito para se conseguir compreender plenamente os dados.

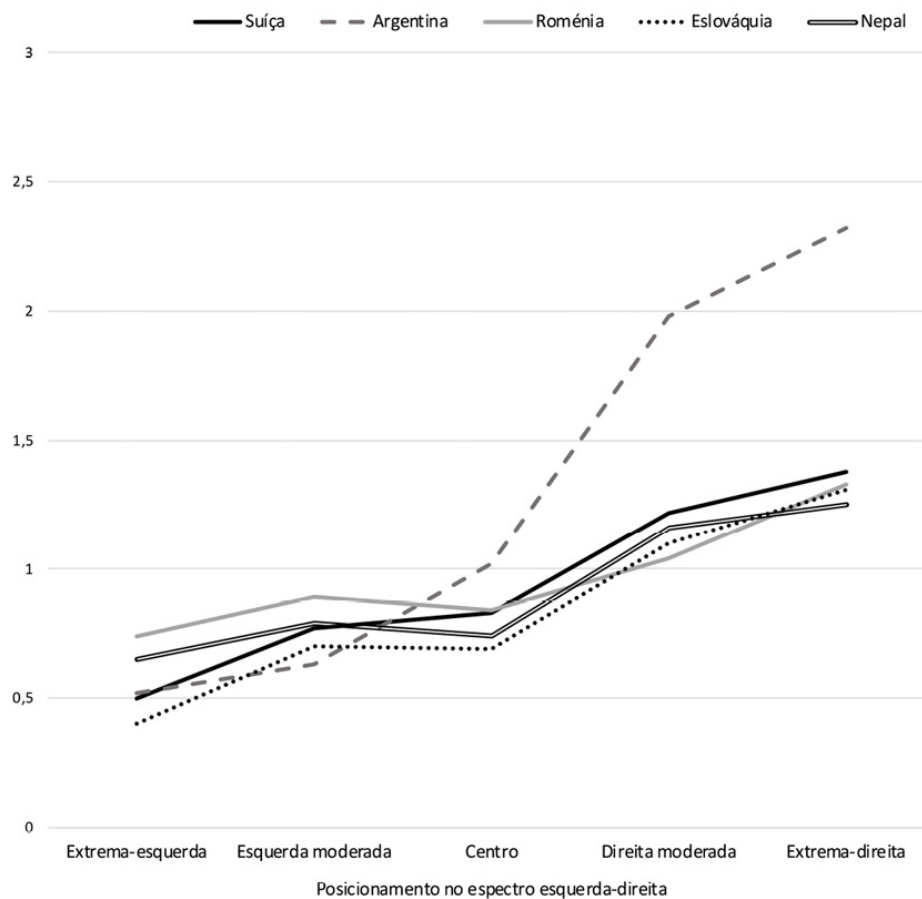
Em alguns países, como o Nepal e o Paquistão, que têm uma cultura política completamente diferente, tornou-se evidente que as posições dos inquiridos no espectro “esquerda-direita”, que é particularmente importante na Europa e nos Estados Unidos, não têm importância e não revelaram qualquer relação discernível com o tema do “capitalismo”.

Figuras 13.5.1 e 13.5.2

Países onde “quanto mais à direita, mais pró-capitalista”

Coeficiente das atitudes gerais em relação ao capitalismo





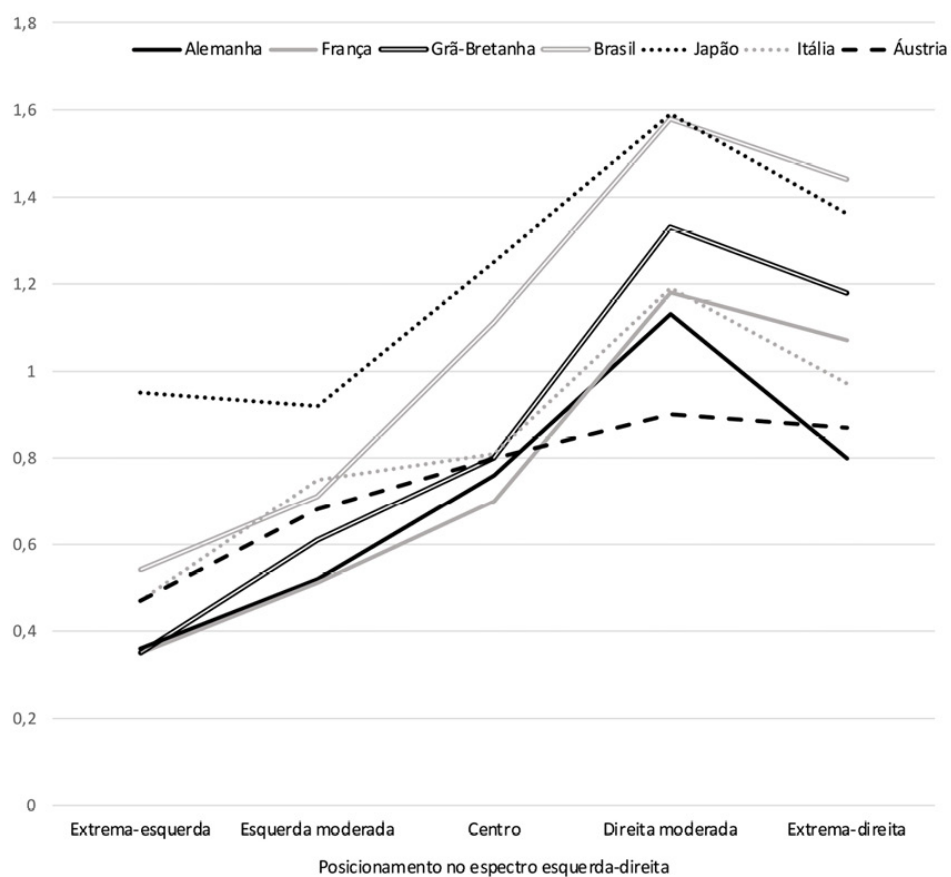
Nota: Quanto menor o coeficiente, mais acentuada a atitude anticapitalista.

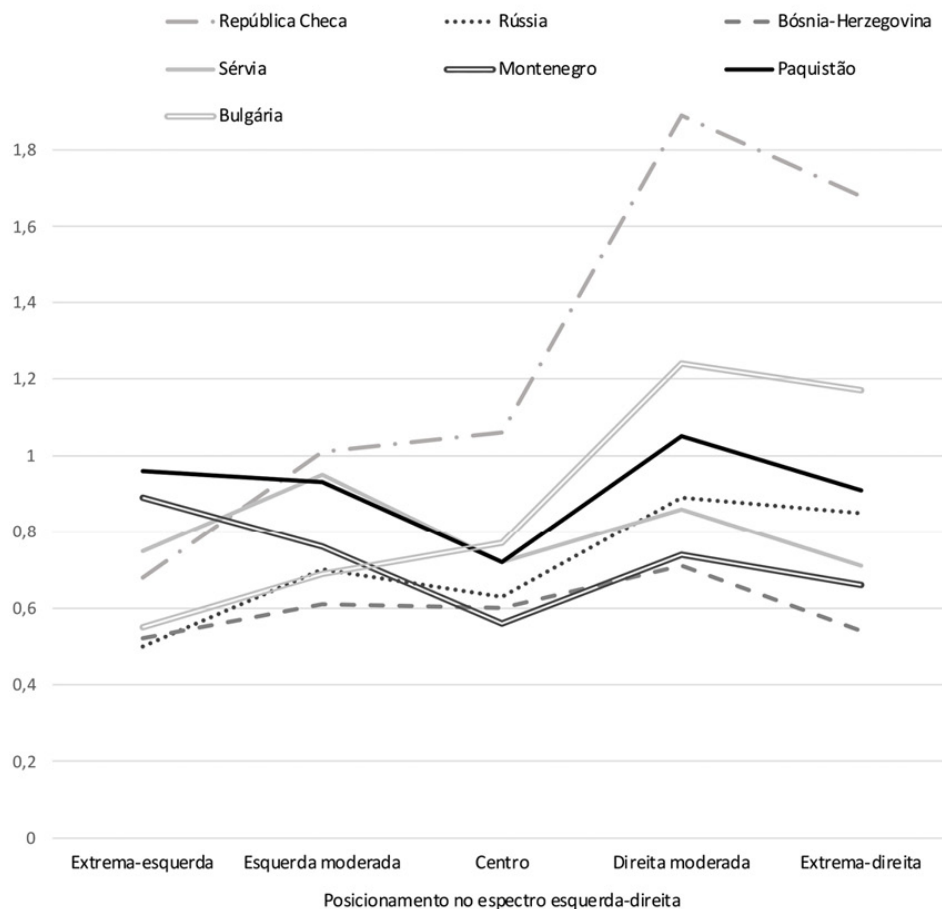
Fonte: Inquérito Ipsos MORI 20-091774-30 e FACTS Research & Analytics Pvt. Ltd.

Figura 13.6.1 e 13.6.2

Países onde a direita moderada é mais pró-capitalista

Coeficiente das atitudes gerais em relação ao capitalismo





Nota: Quanto menor o coeficiente, mais acentuada a atitude anticapitalista.

Fontes: Inquérito do Instituto Allensbach 12038, inquéritos Sant Maral Foundation e Ipsos MORI 20-091774-30, 21-087515-07 e 22-014242-04-03.

13.6. Qual a influência da idade?

Terão os mais jovens tendência para serem mais críticos do capitalismo do que os mais velhos? Ou será o contrário? Há países onde a idade quase não conta nas atitudes em relação ao capitalismo. Em França, por exemplo, o coeficiente é de 0,75 para os inquiridos com idade inferior a 30 anos e de 0,71 para os inquiridos com idade superior a 60 anos. Na Suíça, de 0,80 para os menores de 30 anos e de 0,82 para os maiores de 60 anos. Na Grécia, 0,71 abaixo de 30, 0,65 acima de 55. Na República Checa, 0,98 abaixo de 30, 1,06 acima de 55 (embora na República Checa a aprovação do capitalismo seja maior no grupo etário 30-54). Também não existe uma

relação palpável entre idade e percepções do capitalismo na Grã-Bretanha, Portugal ou Itália.

Noutros países, no entanto, surge uma ligação clara entre a idade e as atitudes em relação ao capitalismo. Isto é mais evidente nos Estados Unidos, onde os inquiridos com mais de 60 anos de idade têm uma atitude muito positiva em relação ao capitalismo (2,27), enquanto a dos mais jovens é neutra ou ligeiramente negativa (abaixo dos 30 anos: 0,90). E, contrariamente ao que alguns poderiam afirmar, isto não se deve, de modo algum, ao facto de os americanos mais jovens não entenderem a palavra “capitalismo”. Pelo contrário, a correlação nos Estados Unidos é ainda mais clara para o conjunto de questões em que a palavra “capitalismo” não foi usada: entre os americanos com mais de 60 anos, as atitudes em relação à liberdade económica são extraordinariamente positivas, atingindo os 3,72, enquanto entre os americanos mais jovens, abaixo dos 30 anos, as atitudes são neutras ou, quando muito, ligeiramente positivas, nos 1,13. Na Argentina, Brasil, Chile, Sérvia, Roménia e Espanha, também: quanto mais jovens os inquiridos, mais críticos são do capitalismo, embora a diferença não seja tão acentuada como nos Estados Unidos. Em países pró-capitalistas, como a Coreia do Sul e o Japão, os inquiridos mais jovens tendem a ser neutros e os mais velhos são firmemente pró-capitalistas.

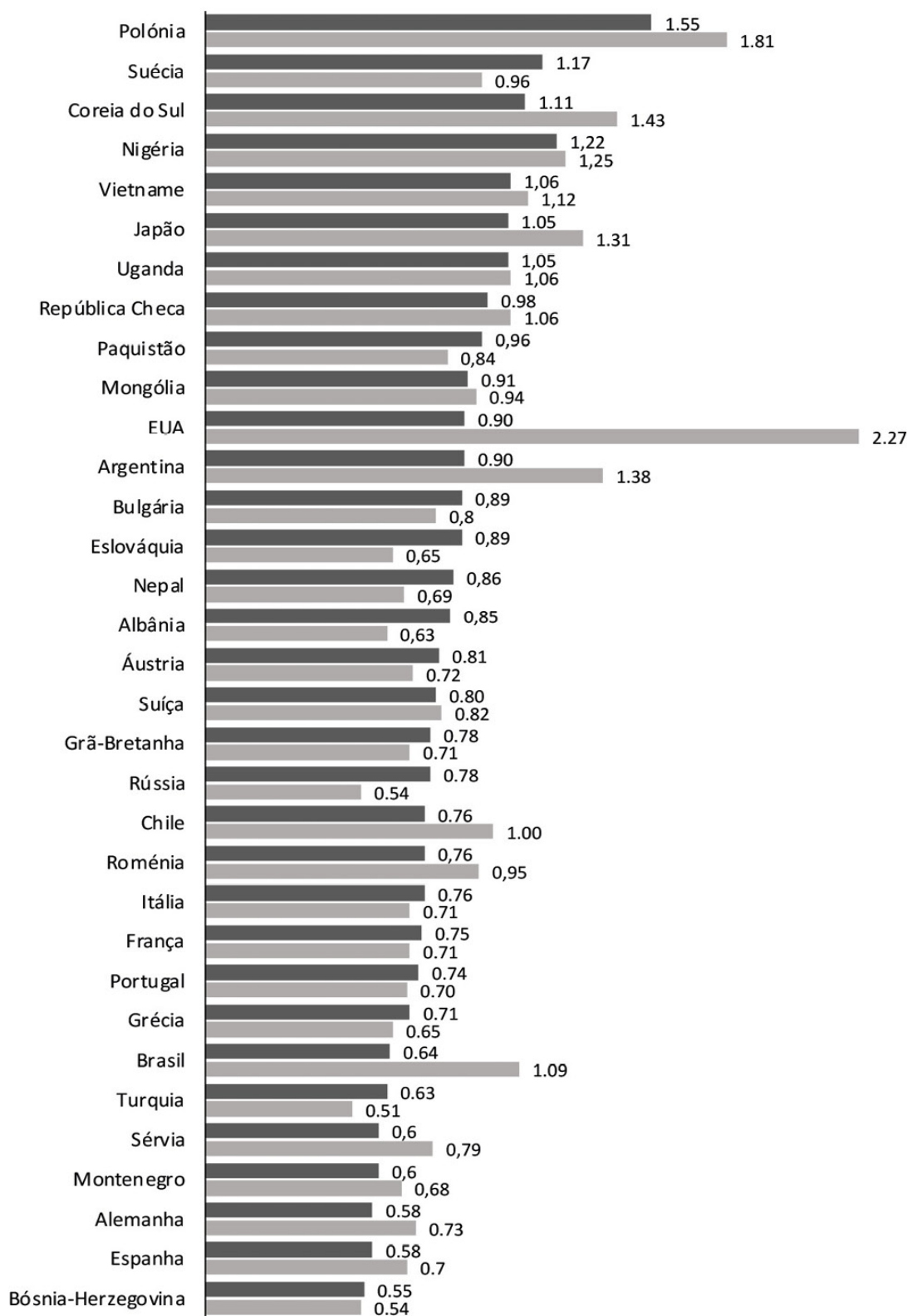
Na Polónia, os inquiridos mais velhos (1,81) são um pouco mais pró-capitalistas do que os mais jovens (1,55). Na Suécia, França, Grã-Bretanha, Eslováquia, Albânia, Nepal, Paquistão e Áustria, os inquiridos mais jovens são mais favoráveis ao capitalismo do que os seus compatriotas mais velhos, ainda que apenas ligeiramente. No entanto, e dado as diferenças serem tão pequenas, dever-se-ia (exceto talvez para a Suécia) falar de um empate nestes países (Figura 13.7).

Figura 13.7

Diferenças nas atitudes a respeito do capitalismo em função do grupo etário

Coeficiente das atitudes gerais em relação ao capitalismo

■ Inquiridos com idade abaixo dos 30 ■ Inquiridos com idade acima dos 55/60*



* Em alguns países, o grupo etário mais velho começou nos 60 anos; noutros, começou nos 55 anos.

Nota: Quanto menor o coeficiente, mais acentuada a atitude anticapitalista.

Fontes: Inquérito do Instituto Allensbach 12038, inquéritos Sant Maral Foundation e Ipsos MORI 20-091774-30, 21-087515-07, 22-014242-04-03 e 22-087515-44, Indochina Research, FACTS Research & Analytics Pvt. Ltd e Research World International Ltd.

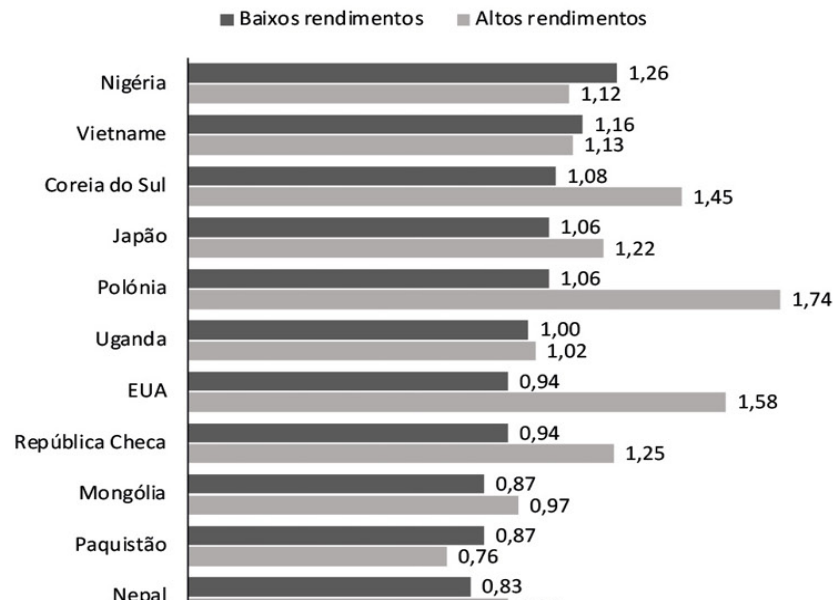
13.7. Qual a influência do rendimento?

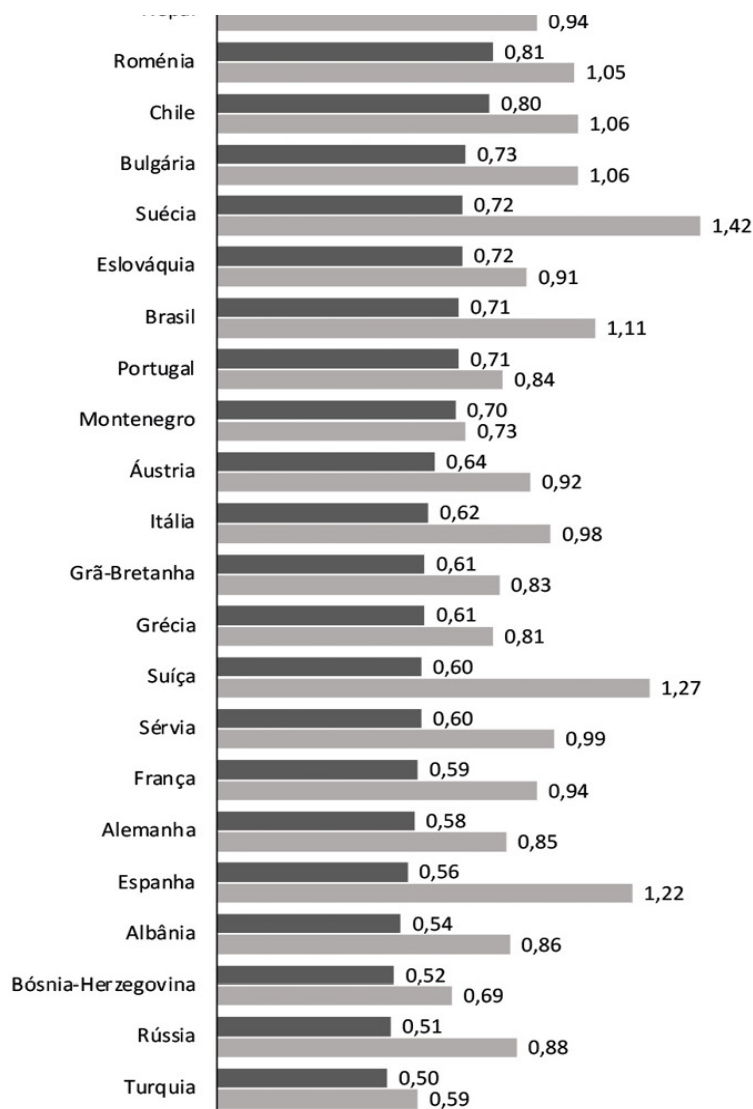
Não é de estranhar que, em quase todos os países, quem tem rendimentos baixos tenda a ser anticapitalista ou, quando muito, neutro, e quem auferir rendimentos elevados seja comparativamente mais favorável (ou menos contrário) ao capitalismo. As únicas três exceções são o Vietname, a Nigéria e o Paquistão. Mas existem também diferenças consideráveis entre países: há países em que as diferenças entre escalões de rendimento são moderadas (casos da Grã-Bretanha, Turquia, Montenegro e Bósnia-Herzegovina). A Suíça, Estados Unidos, Coreia do Sul, Polónia, Brasil, Itália, Albânia, Bulgária, Sérvia e Espanha, por seu lado, apresentam diferenças muito mais significativas entre escalões de rendimento. Estas diferenças são mais acentuadas em Espanha e na Suíça, onde quem tem baixos rendimentos é veementemente anticapitalista e quem tem altos é esmagadoramente pró-capitalista (Figura 13.8).

Figura 13.8

Diferenças nas atitudes a respeito do capitalismo em função do rendimento

Coeficiente das atitudes gerais em relação ao capitalismo





Nota: Quanto menor o coeficiente, mais acentuada a atitude anticapitalista. Na Argentina não foi possível escalonar os rendimentos.

Fontes: Inquérito do Instituto Allensbach 12038, inquéritos Sant Maral Foundation e Ipsos MORI 20-091774-30, 21-087515-07, 22-014242-04-03 e 22-087515-44, Indochina Research, FACTS Research & Analytics Pvt. Ltd e Research World International Ltd.

13.8. Qual a influência do género?

Na maioria dos países (com exceção da Coreia do Sul, Vietname, Albânia, Paquistão, Uganda e Rússia), os homens são mais favoráveis ao capitalismo do que (ou, pelo menos, não tão críticos como) as mulheres. O Vietname, como já tínhamos visto noutro inquérito, é o único país em que um maior

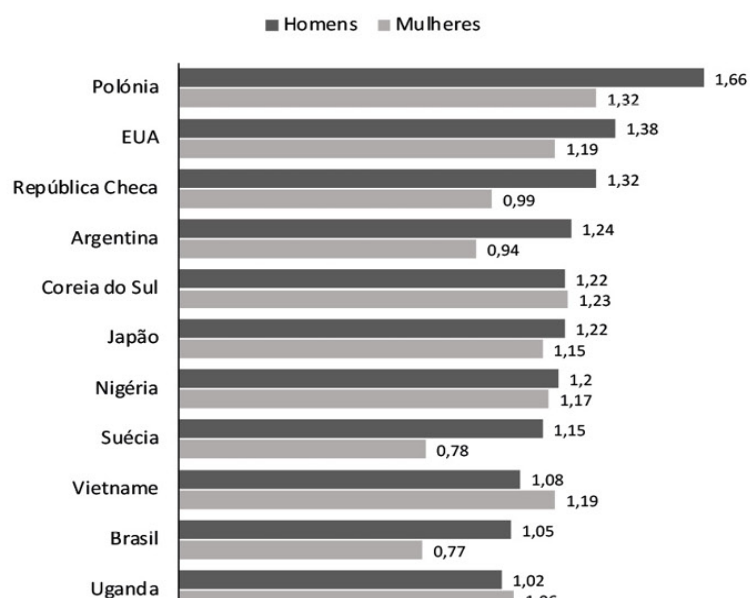
número de mulheres do que de homens afirma ser importante para si pessoalmente tornar-se rico. E as mulheres no Vietname são ainda mais positivas do que os homens na sua atitude a respeito do capitalismo. Na maioria dos outros países, verifica-se o contrário. Mas há diferenças: em alguns países, o sexo influencia as atitudes em relação ao capitalismo. Na Polónia, Bulgária, República Checa, Suécia, Brasil, Argentina, Chile, Portugal e Espanha, por exemplo, os homens são significativamente mais favoráveis ao capitalismo do que as mulheres. Noutros países, no entanto, as diferenças entre homens e mulheres são pequenas. Em França, por exemplo, as mulheres só marginalmente são mais críticas em relação ao capitalismo (0,65) do que os homens (0,71) e o mesmo sucede na Turquia (homens 0,67 e mulheres 0,64 e na Roménia (homens 0,92 e mulheres 0,88)), enquanto na Coreia do Sul e na Rússia não há qualquer diferença entre homens e mulheres.

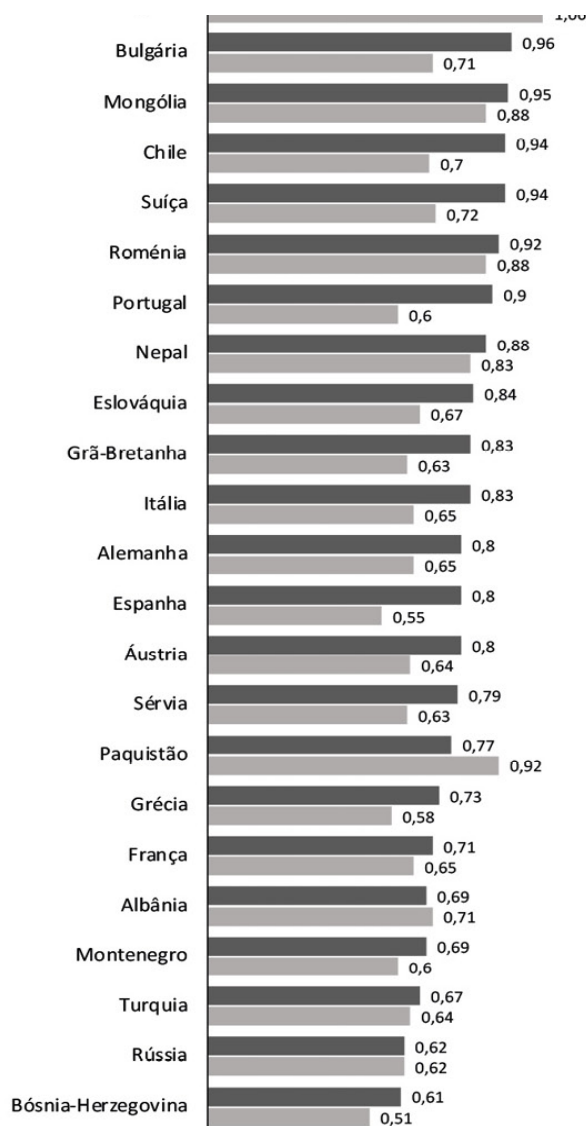
Parece interessante constatar que as diferenças, embora pequenas, vão invariavelmente no mesmo sentido – as mulheres são menos favoráveis ao capitalismo do que os homens (Figura 13.9).

Figura 13.9

Diferenças nas atitudes a respeito do capitalismo em função do género

Coeficiente das atitudes gerais em relação ao capitalismo





Nota: Quanto menor o coeficiente, mais acentuada a atitude anticapitalista.

Fontes: Inquérito do Instituto Allensbach 12038, inquéritos Sant Maral Foundation e Ipsos MORI 20-091774-30 21-087515-07, 22-014242-04-03 e 22-087515-44, Indochina Research, FACTS Research & Analytics Pvt. Ltd e Research World International Ltd.

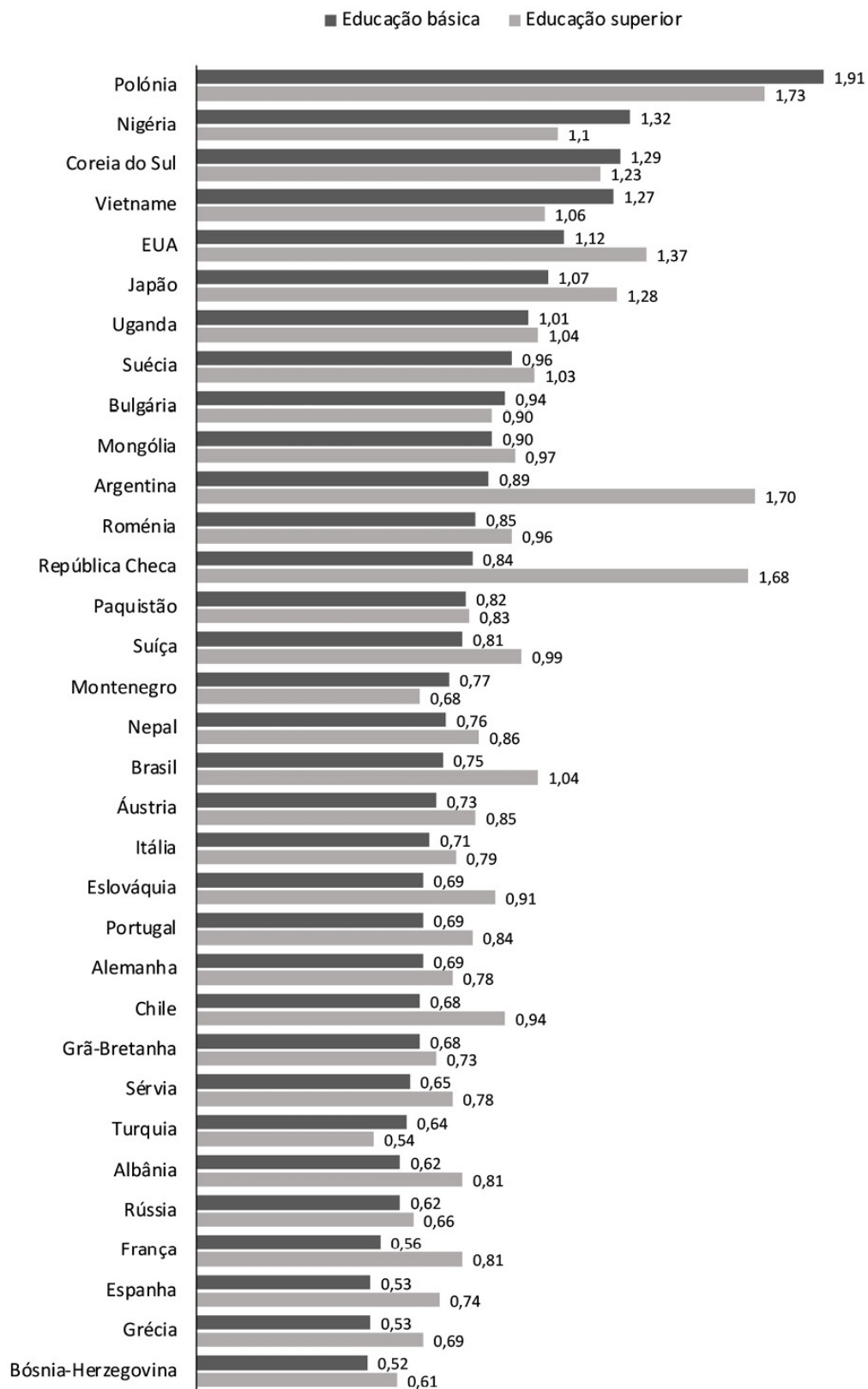
13.9. Qual a influência da educação?

Em 25 dos 33 países, as diferenças entre pessoas com educação básica e as que têm educação superior apontam sempre na mesma direção: as pessoas com um nível de educação mais elevado têm uma atitude (ligeiramente) mais favorável ou menos negativa em relação ao capitalismo do que as pessoas com um nível de educação básico. Isto é assim em todos os países onde decorreu o inquérito, com exceção da Coreia do Sul, Vietname, Bulgária, Montenegro, Paquistão, Nigéria, Turquia e Polónia. No Vietname, os inquiridos com um nível de educação básico são fortemente pró-capitalistas e aqueles com educação superior são neutros. Na maioria dos países, contudo, os inquiridos com educação superior são mais fortemente pró-capitalistas (ou, pelo menos, menos anticapitalistas) do que os que têm uma educação mais básica. Em alguns destes países (casos da Argentina, França, República Checa, Albânia, Portugal, Brasil e Espanha), esta tendência é um pouco mais acentuada, enquanto noutros (Grã-Bretanha, Suécia, Bulgária e Itália) é muito ligeira (Figura 13.10).

Figura 13.10

Diferenças nas atitudes a respeito do capitalismo em função da educação

Coeficiente das atitudes gerais em relação ao capitalismo



Nota: Quanto menor o coeficiente, mais acentuada a atitude anticapitalista.

Fontes: Inquérito do Instituto Allensbach 12038, inquéritos Sant Maral Foundation e Ipsos MORI 20-091774-30, 21-087515-07, 22-014242-04-03 e 22-087515-44, Indochina Research, FACTS Research & Analytics Pvt. Ltd e Research World International Ltd.

13.10. A influência das teorias da conspiração

Entre as afirmações que apresentámos aos inquiridos, encontravam-se duas que são características das pessoas com tendência para teorias da conspiração. A primeira foi:

“‘Na realidade, os políticos não decidem nada. São fantoches controlados por forças poderosas nos bastidores.’ Concorda?”

E a segunda:

“‘Muitas coisas na política só podem ser devidamente compreendidas se souber que há um plano maior por detrás, algo que a maioria das pessoas, no entanto, não conhece.’ Concorda?”

Estas são duas afirmações típicas de pessoas dadas a teorias da conspiração.

Recorrendo a métodos de análise fatorial, construámos – a partir das respostas a 6 das 18 afirmações sobre o capitalismo – uma escala anticapitalista. A classificação dos inquiridos em dois grupos – “pró-capitalistas” e “anticapitalistas” – assenta nas posições que assumiram face às 18 afirmações sobre o capitalismo, onde lhes foi pedido que indicassem com quais delas concordavam. Como seria desnecessariamente demorado considerar as respostas individuais a todos os 18 itens para os fins da presente classificação, os resultados desta pergunta foram inicialmente sujeitos a uma análise fatorial.

Uma análise fatorial é um processo matemático-estatístico a que se pode recorrer para determinar quais os conjuntos de respostas mais frequentemente seleccionados pelos inquiridos. Por exemplo, uma análise fatorial determina qual a probabilidade de quem respondeu que o capitalismo conduz ao aumento da desigualdade também dizer que o capitalismo promove o egoísmo e a especulação. Se se constatar que várias afirmações são seleccionadas em conjunto com particular frequência, então é

possível concluir que existem sobreposições entre estes pontos no que toca ao seu conteúdo, ou seja, que se baseiam num fator comum.

No nosso caso, a análise revelou três fatores: o primeiro abrange praticamente todas as afirmações em que o capitalismo está associado à injustiça social. O segundo engloba todas as afirmações favoráveis ao capitalismo, e o terceiro os itens em que o capitalismo surge associado à tirania e à guerra.

Foram selecionadas três afirmações favoráveis e três desfavoráveis ao capitalismo para construir a escala: As duas afirmações que, estatisticamente, têm mais forte ligação ao primeiro fator, as três mais fortemente associadas ao segundo, e uma que tem mais forte ligação ao terceiro fator (constituído, no total, apenas por três afirmações, sendo um pouco menos relevante).

Em concreto, a escala foi calculada do seguinte modo:

Foi atribuído um ponto a cada inquirido que concordou com as seguintes afirmações:

- O capitalismo leva a desigualdade crescente.
- O capitalismo promove o egoísmo e a ganância.
- O capitalismo significa que há sempre o perigo do fascismo.

Além disso, foi atribuído um ponto a cada inquirido que não concordou com as seguintes afirmações:

- O capitalismo pode não ser ideal, mas é melhor do que todos os outros sistemas económicos.
- O capitalismo garante a prosperidade.
- O capitalismo significa liberdade económica.

Esta análise fatorial permitiu-nos atribuir a cada inquirido uma pontuação entre 0 e 6 pontos. Os inquiridos com 5 ou 6 pontos são classificados como anticapitalistas e os inquiridos com 0 ou 1 ponto são classificados como pró-capitalistas.

Verificou-se que os anticapitalistas convictos concordam muito mais

fortemente com as duas teorias da conspiração acima referidas do que os pró-capitalistas convictos. Isto é válido para todos os países, embora nos Estados Unidos (e no Nepal) as diferenças não sejam tão pronunciadas. Para os Estados Unidos, pode supor-se que os apoiantes do partido Republicano – sobretudo os incondicionais de Trump – são frequentemente tanto pró-capitalistas como dados a teorias da conspiração. Nos outros países, as diferenças entre pró- e anticapitalistas são muito mais nítidas – e, significativamente, apontam sempre na mesma direção. Em apenas um dos 33 países onde o inquérito foi levado a cabo (a Albânia, onde o coeficiente para os pró- e anticapitalistas é quase idêntico) se apurou que pró-capitalistas sejam mais propensos a aceitarem teorias da conspiração do que anticapitalistas, o que constitui prova clara do elo existente entre o anticapitalismo e o pensamento conspirativo.

Em alguns países, como República Checa, Alemanha, Suíça e Suécia, os pró-capitalistas tendem a desdenhar bastante das teorias da conspiração. E na Grécia, Chile, Bulgária, Polónia, Japão, França, Turquia, Paquistão, Eslováquia e Rússia os anticapitalistas tendem a ser adeptos particularmente ferrenhos de teorias da conspiração (Figuras 13.11 e 13.12).

Figura 13.11

Acordo e desacordo com teorias da conspiração

O Coeficiente da Teoria da Conspiração: Proporção média de inquiridos que concordam com as duas seguintes afirmações:

“Na realidade, os políticos não decidem nada. São fantoches controlados por forças poderosas nos bastidores.”

e

“Muitas coisas na política só podem ser devidamente compreendidas se souber que há um plano maior por detrás, algo que a maioria das pessoas, no entanto, não conhece.”

dividida pela proporção média de inquiridos que discordam explicitamente das duas teses.

	Áustria		Polónia	
	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos
A: Concordância média com as duas afirmações conspirativas	57	54	66	48
B: Discordância média das duas afirmações conspirativas	20	35	14	25
A : B	2,9	1,5	4,7	1,9

	Itália		Espanha	
	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos
A: Concordância média com as duas afirmações conspirativas	68	49	65	58
B: Discordância média das duas afirmações conspirativas	22	39	18	26

afirmações conspirativas				
A : B	3,1	1,3	3,6	2,2

	Coreia do Sul		Grã-Bretanha	
	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos
A: Concordância média com as duas afirmações conspirativas	62	56	58	42
B: Discordância média das duas afirmações conspirativas	22	34	21	29
A : B	2,8	1,6	2,8	1,4

	Chile		Brasil	
	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos
A: Concordância média com as duas afirmações conspirativas	72	58	66	58
B: Discordância média das duas afirmações conspirativas	13	24	19	30
A : B	5,5	2,4	3,5	1,9

	Suécia		França	
	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos
A: Concordância média com as duas afirmações conspirativas	43	32	58	54
B: Discordância média das duas afirmações conspirativas	30	50	14	28
A : B	1,4	0,6	4,1	1,9

	EUA		Alemanha	
	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos
A: Concordância média com as duas afirmações conspirativas	56	57	42	25
B: Discordância média das duas afirmações conspirativas				

média das duas afirmações conspirativas	20	25	35	53
A : B	2,8	2,3	1,2	0,5

	Japão		Suíça	
	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos
A: Concordância média com as duas afirmações conspirativas	68	44	53	34
B: Discordância média das duas afirmações conspirativas	13	18	23	48
A : B	5,2	2,4	2,3	0,7

	Bósnia-Herzegovina		Rússia	
	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos
A: Concordância média com as duas afirmações conspirativas	72	55	77	61
B: Discordância média das duas afirmações conspirativas	17	33	11	28
A : B	4,2	1,7	7,0	2,2

	Argentina		Grécia	
	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos
A: Concordância média com as duas afirmações conspirativas	65	54	78	58
B: Discordância média das duas afirmações conspirativas	19	30	6	28
A : B	3,4	1,8	13,0	2,1

	República Checa		Portugal	
	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos
A: Concordância média com as duas afirmações conspirativas	76	39	65	45
B: Discordância média das duas afirmações	11	48	17	33

afirmações conspirativas				
A : B	6,9	0,8	3,8	1,4

	Turquia		Mongólia	
	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos
A: Concordância média com as duas afirmações conspirativas	77	59	76	61
B: Discordância média das duas afirmações conspirativas	11	25	12	27
A : B	7,0	2,4	6,3	2,3

	Roménia		Sérvia	
	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos
A: Concordância média com as duas afirmações conspirativas	81	55	75	50
B: Discordância média das duas afirmações conspirativas	8	26	10	32
A : B	10,1	2,1	7,5	1,6

	Montenegro		Eslováquia	
	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos
A: Concordância média com as duas afirmações conspirativas	78	57	83	48
B: Discordância média das duas afirmações conspirativas	12	33	9	31
A : B	6,5	1,7	9,2	1,5

	Nepal		Albânia	
	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos
A: Concordância média com as duas afirmações conspirativas	79	75	54	60
B: Discordância média das duas afirmações conspirativas				

média das duas afirmações conspirativas	11	12	26	27
A : B	7,2	6,3	2,1	2,2

	Paquistão		Nigéria	
	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos
A: Concordância média com as duas afirmações conspirativas	89	85	77	76
B: Discordância média das duas afirmações conspirativas	7	9	14	14
A : B	12,7	9,4	5,5	4,0

	Bulgária		Vietname	
	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos
A: Concordância média com as duas afirmações conspirativas	82	61	53	30
B: Discordância média das duas afirmações conspirativas	8	23	45	66
A : B	10,3	2,7	1,2	0,5

	Uganda	
	Anticapitalistas convictos	Pró-capitalistas convictos
A: Concordância média com as duas afirmações conspirativas	85	78
B: Discordância média das duas afirmações conspirativas	6	9
A : B	14,2	8,7

Figura 13.12

Anticapitalismo e tendência para teorias da conspiração

O Coeficiente da Teoria da Conspiração: Proporção média de inquiridos que concordam com as duas seguintes afirmações:

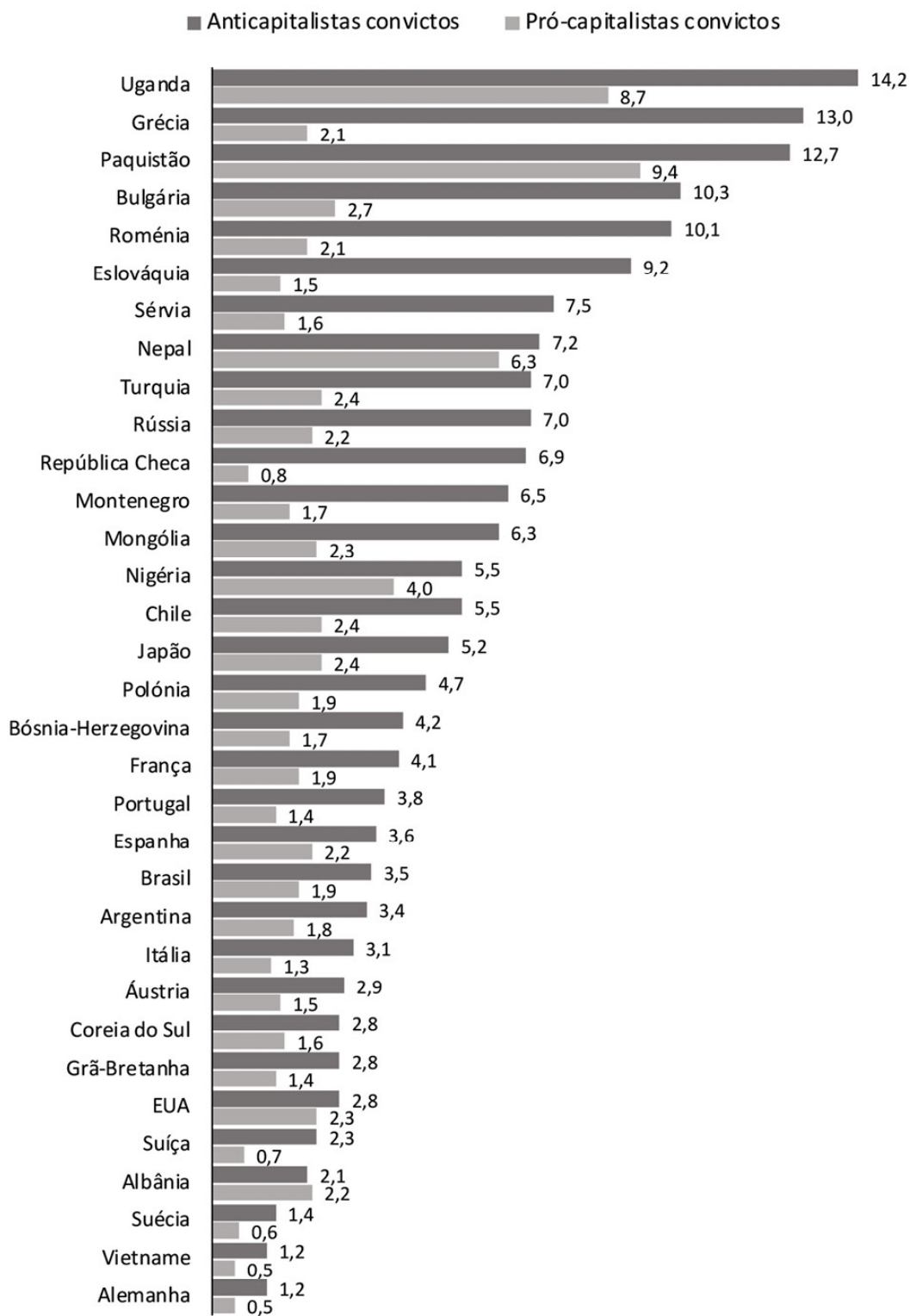
“Na realidade, os políticos não decidem nada. São fantoches

controlados por forças poderosas nos bastidores.”

e

“Muitas coisas na política só podem ser devidamente compreendidas se souber que há um plano maior por detrás, algo que a maioria das pessoas, no entanto, não conhece.”

dividida pela proporção média de inquiridos que discordam explicitamente das duas teses.



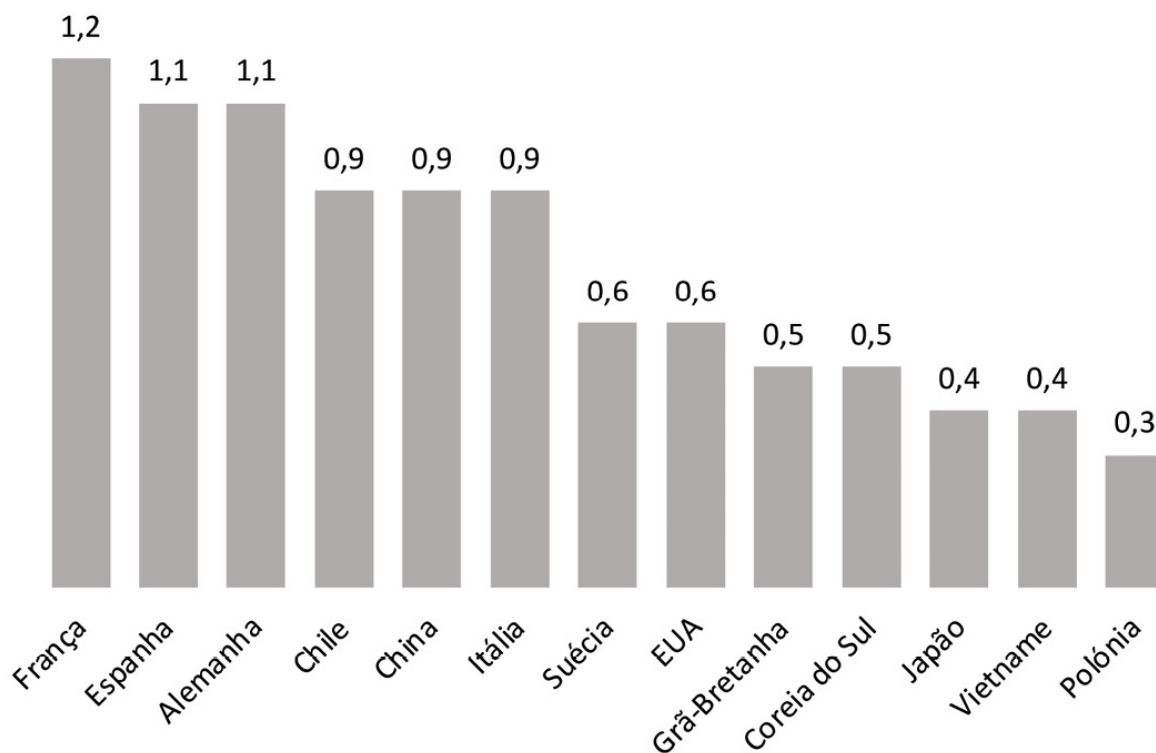
Fonte: Inquérito do Instituto Allensbach 12038, inquéritos Sant Maral Foundation e Ipsos MORI 20-091774-30, 21-087515-07, 22-014242-04-03 e 22-087515-44, Indochina Research, FACTS Research & Analytics Pvt. Ltd e Research World International Ltd.

13.11. Atitudes a respeito do capitalismo e aos ricos

Para o meu projeto de investigação *The Rich in Public Opinion* [“Os Ricos na Opinião Pública”], recolhi dados sobre as atitudes a respeito dos ricos em 13 países.⁷⁷⁹ Para comparar opiniões em diferentes países, o estudo desenvolveu um Coeficiente de Inveja Social, que nos permite medir a prevalência da inveja social em determinado país. O estudo foi também concebido de forma a encontrar os traços de personalidade mais frequentemente atribuídos a pessoas ricas – e se tendem a ser mais positivos ou mais negativos. Estes dados abrangentes são então combinados para apurar o Índice do Sentimento face aos Ricos (Figura 13.13).

Figura 13.13

Índice do Sentimento face aos Ricos (ISR) em treze países



Nota: ISR superior a 1: Predominam os aspetos negativos. ISR inferior a 1: Predominam os aspetos positivos.

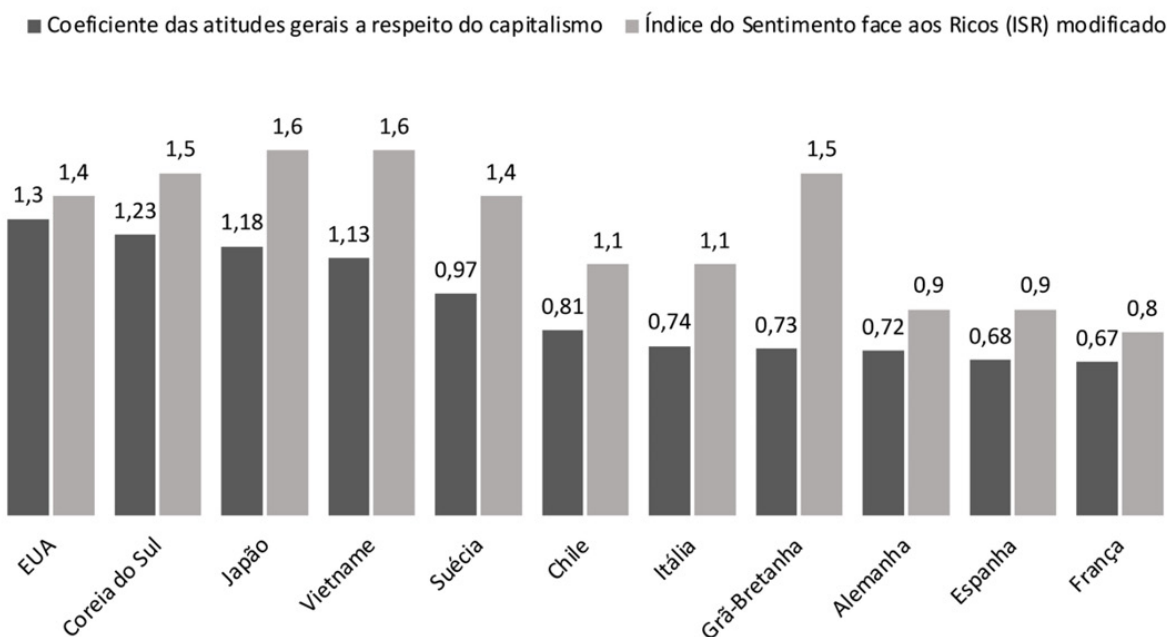
Fontes: Inquérito do Instituto Allensbach 11085, 8271, inquéritos Ipsos MORI 18-031911-01-02, 19-01009-29, 19-01009-47, 20-091774-05, 21-041026-01 e 22-087515-44 e Indochina Research.

Um ISR superior a 1 indica uma perceção negativa e um valor inferior a 1 indica um sentimento positivo face aos ricos num determinado país. Em nove países realizámos ambos os inquéritos – ou seja, o inquérito sobre as atitudes face aos ricos e a sondagem sobre as atitudes face ao capitalismo. É possível constatar que, em países onde a população tem uma perceção mais positiva do capitalismo, as atitudes para com os ricos também são mais positivas – por exemplo, nos Estados Unidos, Coreia do Sul, Vietname, Polónia e Japão. Pelo contrário, nos países onde as pessoas tendem a ser mais críticas do capitalismo, também veem os ricos de forma mais negativa – por exemplo, na Alemanha, Espanha e França.

A única exceção é a Grã-Bretanha, onde as pessoas têm uma atitude positiva quanto aos ricos, mas crítica quanto ao capitalismo.

Figura 13.14

A relação entre o Índice do Sentimento face aos Ricos (ISR) e o coeficiente das atitudes gerais a respeito do capitalismo.



Nota: Para uma melhor comparabilidade, o ISR foi invertido. A diferença entre a pontuação do ISR e o valor de referência 1 é subtraída ou adicionada ao valor de referência. Assim, um ISR de 1,2 torna-se um ISR modificado de 0,8, um ISR de 0,6 torna-se um ISR modificado de 1,4.

Isto assegura que o ISR modificado corresponde à lógica do coeficiente das atitudes gerais a respeito do capitalismo: um valor superior a 1 significa que as percepções positivas em relação aos ricos ou ao capitalismo predominam, e um valor inferior a 1 indica que são as percepções negativas a predominar.

Fontes: Inquérito Allensbach Institute 11085, inquéritos Ipsos MORI 18-031911-01-02, 19-01009-29, 19-01009-47, 20-091774-05, 20-09-1774-30, 21-041026-01, 22-087515-44 e Indochina Research.

Sumário:

Só em 7 dos 33 países – Polónia, Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão, República Checa, Argentina e Suécia – prevalece claramente uma atitude positiva em relação à liberdade económica. Ao incluir-se a palavra “capitalismo”, reduz-se para 6 em 33 países – Polónia, Estados Unidos, República Checa, Japão, Nigéria e Coreia do Sul. Na maioria dos países, o sentimento anticapitalista predomina.

O que é que, em concreto, mais incomoda as pessoas no capitalismo? Se olharmos para as conclusões gerais do inquérito, é, por esta ordem, sobretudo a opinião de que:

- o capitalismo é dominado pelos ricos, que definem a agenda política;
- o capitalismo leva a desigualdade crescente;
- o capitalismo promove o egoísmo e a ganância;
- o capitalismo leva a monopólios;
- o capitalismo estimula as pessoas a comprar produtos de que não precisam.

Não é de admirar, portanto, que o anticapitalismo seja mais pronunciado entre as pessoas à esquerda no espectro político e que os mais acérrimos pró-capitalistas se encontrem à direita. Mas, enquanto em alguns países a fórmula é “quanto mais à direita, mais pró-capitalistas”, outros há em que os moderados de direita apoiam mais o capitalismo do que os que se situam na extrema-direita do espectro político.

A idade influencia as atitudes em relação ao capitalismo na maioria dos

países: Os inquiridos mais jovens são ligeiramente mais críticos do capitalismo do que os mais velhos. Na maioria dos países, a diferença é pequena. A única exceção são os Estados Unidos, onde os inquiridos com idade inferior a 30 anos têm uma atitude neutra ou ligeiramente negativa em relação ao capitalismo e os inquiridos com mais de 60 anos são claramente pró-capitalismo.

Sem surpresas, na maioria dos países, os que auferem baixos rendimentos tendem a ser anticapitalistas (ou, na melhor das hipóteses, neutros), enquanto os que auferem altos rendimentos são mais acentuadamente pró-capitalismo (ou, pelo menos, não tão negativos nas suas opiniões sobre o capitalismo). Em alguns países, no entanto, as diferenças são deveras pequenas – casos, por exemplo, da Grã-Bretanha e da Turquia. Em contrapartida, as diferenças entre escalões de rendimento são muito mais acentuadas em Espanha, Bulgária, Suécia e Suíça.

Em todos os países (exceto Coreia do Sul, Vietname, Albânia, Paquistão, Uganda e Rússia), os homens são mais positivos (ou, pelo menos, não tão críticos) em relação ao capitalismo do que as mulheres. Mas há diferenças: Em alguns países, o sexo dos inquiridos é determinante nas atitudes em relação ao capitalismo: na Polónia, Bulgária, Brasil, Chile, na República Checa, Suécia, Portugal e Espanha, por exemplo, os homens são significativamente mais favoráveis ao capitalismo do que as mulheres. Noutros países, contudo, as diferenças entre homens e mulheres inquiridos são muito menores, e, na Coreia do Sul, tanto os homens como as mulheres são igualmente positivos em relação ao capitalismo.

Em 25 dos 33 países, as diferenças entre pessoas com nível de educação básico e nível superior apontam na mesma direção: os inquiridos com um nível de educação mais elevado são um pouco mais favoráveis (ou, pelo menos, não tão desfavoráveis) ao capitalismo do que os seus compatriotas com uma educação básica. Isto é válido para todos os países, exceto Coreia do Sul, Vietname, Polónia, Montenegro, Eslováquia e Turquia. A diferença é particularmente acentuada na Argentina, onde as atitudes face ao capitalismo dos inquiridos com nível de educação mais baixo vão da neutralidade à ligeira negatividade, enquanto os que têm um nível mais

elevado assumem atitudes fortemente positivas.

Em todos os países – sem exceção – constata-se que os anticapitalistas são muito mais propensos a subscrever teorias da conspiração do que os pró-capitalistas. A análise demonstra claramente o forte elo existente entre as atitudes anticapitalistas e as teorias da conspiração. A consistência deste resultado é espantosa: em nenhum dos 33 países onde decorreu o inquérito se verificou serem os anticapitalistas menos dados às teorias da conspiração do que os pró-capitalistas.

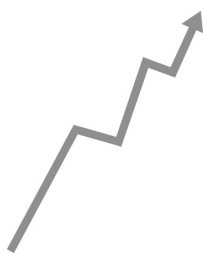
O inquérito foi conduzido pelo Instituto Allensbach na Alemanha, pela Fundação Sant Maral na Mongólia pela FACTS Research & Analytics Pvt. Ltd. no Nepal, pela Indochina Research no Vietname e pela Research World International Ltd. no Uganda. Nos restantes países, a tarefa coube à Ipsos MORI.

Esta comparação das classificações das afirmações, ou seja, a frequência com que uma afirmação surge entre as 5 mais seleccionadas ou se foi a mais frequentemente seleccionada, a segunda mais frequentemente seleccionada, etc., proporciona uma comparação mais significativa que a simples comparação de percentagens entre países. Por exemplo, na Grã-Bretanha, a percentagem de inquiridos que se recusam a dar uma opinião ou seleccionam “nenhuma destas” é geralmente bastante elevada em muitos inquéritos (para este item: 27%); em alguns países (França, Suécia, Japão), é de 11% a 14%, enquanto na Alemanha é apenas de 2% e na Coreia do Sul 5%. Isto faz com que qualquer comparação das percentagens das concordâncias dos inquiridos com cada uma das afirmações se torne algo problemática.

Como as variações nestes quatro países, Grécia, Turquia, Mongólia e Portugal, vão de diminutas a inexistentes, estes foram omitidos dos dois gráficos, 13.5 e 13.6.

Para mais detalhes, cf. Zitelmann, “Attitudes to wealth in seven countries: The Social Envy Coefficient and the Rich Sentiment Index”: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ecaf.12468>

CONCLUSÃO



O Anticapitalismo como Religião Política

Nos dois capítulos anteriores, o leitor viu quão grande é o fosso entre os factos sobre o capitalismo, por um lado, e as opiniões das pessoas, por outro. Todos estes factos confirmam que, ao longo da história, o capitalismo melhorou significativamente a vida do cidadão comum em inúmeros países – na Europa e nos Estados Unidos nos últimos 200 anos e, na Ásia, nos últimos 50 anos. No entanto, também vimos, no nosso inquérito, que foram muito poucos os que concordaram com a afirmação de que o capitalismo melhorou as condições de vida do cidadão comum em muitos países. Na Alemanha, apenas 15% dos inquiridos concordaram – menos do que com qualquer outra afirmação sobre o capitalismo! Em contrapartida, foram três vezes mais (45%) os que disseram que o capitalismo é responsável pela fome e pela pobreza – uma tese que, como ficou demonstrado no Capítulo 1, não resiste a qualquer exame dos factos. O nosso inquérito também mostrou uma clara ligação entre a adesão a teorias da conspiração e o anticapitalismo.

Assim sendo, torna-se evidente que o anticapitalismo não tem a ver com razão ou racionalidade – é, acima de tudo, uma rejeição emocional. Os promotores do anticapitalismo são elites intelectuais. De Lénine a Hayek, os teóricos concordaram⁷⁸⁰ que o anticapitalismo não nasceu no seio do

movimento operário, mas sim entre intelectuais. Se desejar ler uma análise mais detalhada sobre as razões pelas quais a maioria dos intelectuais não gosta do capitalismo, pode encontrá-la no Capítulo 10 do meu livro *The Power of Capitalism*.

Mas, para conseguir ser bem-sucedido, o anticapitalismo dos intelectuais precisa de uma caixa de ressonância social que torne as pessoas recetivas. Em estádios mais primitivos da sociedade, as pessoas aceitavam a desigualdade porque a viam sobretudo como natural ou como um desígnio de Deus. Uma característica da sociedade burguesa é, segundo Marx, o facto de “o conceito da igualdade humana possuir já a solidez de um preconceito do povo.”⁷⁸¹ Embora a igualdade tenha começado por ser encarada apenas como a igualdade das pessoas perante a lei e a igualdade na dignidade humana, a ideia de que qualquer desigualdade deve ser “estrutural”, e que tais estruturas merecem ser criticadas, tem vindo a impor-se ao longo dos últimos 200 anos. Isto é válido não só a respeito da desigualdade material, mas para quase todas as formas de desigualdade.

Indivíduos e grupos que não estejam numa situação supostamente “privilegiada” atribuem a contradição entre a igualdade postulada e a desigualdade real a causas “estruturais” e “sistémicas”. Cada desigualdade constitui mais uma prova de injustiça no seio da sociedade. Daí que a sinonímia entre “igualdade” e “justiça” seja cada vez maior.

É isto que torna a religião do anticapitalismo tão atractiva. Falo de religião no sentido de “religião política”, termo inicialmente desenvolvido pelo cientista político americano Eric Voegelin no seu livro de 1938 com o mesmo título.⁷⁸² Um ano mais tarde, o sociólogo e filósofo francês Raymond Aron também recorreu ao termo “*religion politique*”. Na esteira de Marx, que tinha chamado à religião o “*ópio do povo*”⁷⁸³, Aron referiu-se ao comunismo como uma “religião dos intelectuais”.⁷⁸⁴

Até os contemporâneos de Marx ficaram impressionados com a analogia da religião. Em 1868, o jornal *The Times* de Londres escreveu sobre a Primeira Internacional, cuja génese Marx patrocinou: “É preciso recuar ao nascimento do cristianismo e ao rejuvenescimento do mundo antigo pelas nações germânicas para encontrar algo que se pareça com o movimento

operário.” Visava nem mais nem menos que a renovação da humanidade, “certamente o objetivo mais abrangente a que qualquer instituição, à exceção da Igreja Cristã, alguma vez aspirou.”⁷⁸⁵

Sabemos, por testemunhos de marxistas, que o marxismo – pesem embora todas as pretensões científicas que esta teoria se arroga – está bastante ancorado no reino do emocional. Arthur Koestler, que tinha sido comunista, começa a sua contribuição para o livro *The God That Failed* [“O Deus que Falhou”] com estas frases: “A afeição não é fruto do raciocínio. Não nos apaixonamos por uma mulher ou entramos numa igreja por persuasão lógica. A razão pode defender um ato de fé – mas só depois de o ato ter sido praticado e de o homem se ter comprometido com ele.”⁷⁸⁶ Koestler relata que começou por ter uma “forte antipatia pelos obviamente ricos”, e que projetava os seus problemas pessoais “na estrutura da sociedade em geral”.⁷⁸⁷

Trata-se, também, de duas características típicas do anticapitalismo, que não só justificam invejar os ricos – o que, obviamente, nunca é assumido como inveja⁷⁸⁸ – como transformam o fracasso pessoal num problema “sistémico” ou “estrutural”, no sentido que lhe é dado pelos psicólogos, de uma atribuição de primazia aos fatores externos pelo desenrolar das situações, em detrimento da assunção de responsabilidade pessoal. Assim, a antipática inveja pode ser racionalizada e reinterpretada como compromisso para com a “justiça social”.

Com base nesta interpretação, transformam o seu fracasso pessoal numa falha do mercado. No início da década de 1950, ao escrever o seu livro *The Appeals of Communism* [“Os Apelos do Comunismo”], o cientista político americano Gabriel Almond perguntou a 221 ex-comunistas de quatro países por que razão tinham aderido ao partido. Verificou-se que, para 52% deles, as dificuldades económicas pessoais por que passavam no período antes da adesão tiveram influência. Entre os entrevistados que tinham atingido posições mais elevadas, a percentagem era de 67%.⁷⁸⁹

Mas os problemas pessoais não se esgotam, de forma alguma, nos problemas económicos. A par de outros autores, o psicanalista austro-americano Wilhelm Reich, que combinou o marxismo com a psicanálise,

tentou provar que inúmeros problemas psicológicos – sexualidade insatisfeita, neuroses, etc. – tinham a sua causa última no capitalismo e que “só uma grande reviravolta nas instituições e ideologias da sociedade, uma reviravolta que dependerá do resultado das lutas políticas do nosso século, poderá criar as condições para uma profilaxia abrangente das neuroses.”⁷⁹⁰

O psicólogo marxista Dieter Duhm, que adotou esta abordagem, argumenta, no seu livro *Angst im Kapitalismus* [“Medo no Capitalismo”], que o medo é o estado emocional onnipresente no capitalismo: “Aparece sob as mais diversas formas. Nos ‘saudáveis’, manifesta-se como medo do que os outros possam pensar, medo de falar em frente a outras pessoas, medo de autoridades e de instituições, medo de, ou durante as, relações sexuais, medo do futuro ou da doença.” Este medo, disse ele, é “uma parte indissociável não só das nossas vidas, mas também da nossa sociedade. Faz parte do capitalismo, não só como resultado, mas como parte integrante da sua construção, como um elemento estrutural sem o qual tudo se desmoronaria.”⁷⁹¹ Dado a ansiedade neurótica estar enraizada no capitalismo, argumenta ele, só desaparecerá se o capitalismo desaparecer. Num outro livro, Duhm invoca o “poder mobilizador do apelo psíquico”⁷⁹² para a luta contra o capitalismo.

O capitalismo, segundo esta linha de raciocínio, não só explica todos os males do mundo, como está na raiz de todos os nossos problemas pessoais e das nossas neuroses. Assim, a redenção de todos os males não terá lugar apenas num paraíso do além, mas numa sociedade em que a propriedade privada dos meios de produção seja abolida, segundo a promessa redentora dos anticapitalistas. A própria luta contra o capitalismo tem um “importante efeito terapêutico... nomeadamente ao fragilizar psicologicamente as autoridades sociais.”⁷⁹³

As religiões políticas satisfazem anseios e necessidades humanas que antes eram satisfeitas por outras religiões. Aron chamou a tais doutrinas “religiões seculares... que, nas almas dos nossos contemporâneos, substituem a fé que já não existe, trazendo a salvação da humanidade para este mundo, num futuro mais ou menos distante, e sob a forma de uma ordem social ainda por inventar.”⁷⁹⁴

Nas religiões clássicas, existe normalmente uma figura diabólica, que se apresenta como símbolo de todo o mal do mundo. Na religião política do anticapitalismo, o capitalismo é a encarnação do mal. É responsável por todos os males da sociedade e por todos os problemas pessoais. Cabe-lhe, assim, a responsabilidade pela fome, pobreza, desigualdade, alterações climáticas, poluição, guerra, alienação, fascismo, racismo, opressão das mulheres, escravatura, colonialismo, corrupção, crime, ansiedade, decadência cultural, neurose e outras doenças mentais. O capitalismo é até culpado pelo facto de os sistemas socialistas não funcionarem, pois o boicote económico liderado pelos “imperialistas americanos” é responsável por as pessoas em Cuba ou na Venezuela, por exemplo, não terem uma vida melhor apesar do socialismo.

Se há *poucos* bens, a culpa é do capitalismo. Mas o mesmo se diz quando há *demasiados* (“o terror do consumo”). E mesmo quando vou às compras e não consigo encontrar o que procuro, a culpa é do capitalismo. A famosa e premiada escritora americana Eula Biss começa o seu livro sobre a posse, o capitalismo e o valor das coisas, *Having and Being Had* (2020) [“*Ter e Ser Tido*”], com esta anedota: “Estávamos outra vez de regresso a casa vindos de uma loja de móveis. O que é que isto diz sobre o capitalismo? – perguntou o John – Temos dinheiro, queremos gastá-lo, mas não conseguimos encontrar nada que valha a pena comprar. Estivemos quase a comprar algo chamado *credenza* [aparador], mas o John abriu as gavetas e descobriu que a construção não era feita para durar. Tem de haver limites, digo eu, àquilo que a produção em massa pode produzir.”⁷⁹⁵ Mais adiante, a autora conta uma conversa com a sua mãe, que lhe pergunta se ela acha que o capitalismo é bom ou mau. “Digamos que me sinto tentada a achar que é algo mau, mas não sei exactamente o quê.”⁷⁹⁶

Estes são padrões de pensamento e reflexos que confirmam duas coisas: primeiro, o facto de, para muita gente, o anticapitalismo ser uma questão emocional – um sentimento difuso de protesto contra a ordem estabelecida. Segundo, que não há nenhum mal, quer na sociedade como um todo, quer na vida pessoal seja de quem for, que não possa ser imputado ao “sistema” capitalista, mesmo que seja apenas o facto de não conseguirem encontrar

mobília que lhes agrade.

Os “desafortunados” são sempre “vítimas das circunstâncias” e nunca são responsáveis ou cúmplices da sua própria miséria, enquanto os ricos são sempre os “perpetradores” que nunca merecem a sua riqueza, a qual acumularam apenas graças à sorte ou à herança e/ou à exploração.

O capitalismo, prossegue o argumento, é apoiado por um pequeno grupo de super-ricos, retratados como sendo os verdadeiros dirigentes dos acontecimentos mundiais (examinei a relação entre o anticapitalismo e as teorias da conspiração no capítulo anterior).

Como na maioria das religiões, os anticapitalistas acreditam num grande colapso vindouro, que chegará ou sob a forma de uma crise económica ou – nos nossos dias – sob a forma de uma catástrofe ecológica destruidora do mundo. Os escritos e cartas de Marx estão cheios de “prenúncios do colapso vindouro”.⁷⁹⁷ O historiador alemão Heiner Schulz contou um total de mais de 3000 previsões de crise e revolução nos escritos de Marx.⁷⁹⁸ Previsões anticapitalistas sobre o fim iminente do capitalismo nos 139 anos que decorreram desde a morte de Karl Marx devem ascender às dezenas ou mesmo às centenas de milhar – e os tambores voltaram a rufar com a crise financeira de 2008 e a crise do coronavírus de 2020. “Podem-se encher pastas e pastas com relatórios sobre o colapso vindouro”, observou o biógrafo de Marx, Jürgen Neffe, em 2017.⁷⁹⁹ E as previsões de desgraça estão longe de caber só a marxistas empedernidos. No início de 2013, até a *Forbes* perguntava: “Estará o capitalismo a morrer?”⁸⁰⁰

Segundo as promessas dos profetas de uma sociedade “nova”, “melhor” e, acima de tudo, “mais justa”, o “apocalipse” ou o regresso à barbárie só poderão ser prevenidos derrotando o capitalismo.

Mas será o anticapitalismo realmente uma “religião política”, no sentido adotado por Eric Voegelin, Raymond Aron, Hans Maier e outros para definir o termo? Os dois principais argumentos contra chamar ao anticapitalismo uma “religião política” poderiam ser o de que os anticapitalistas não têm “líder”, nem partido unificado, e o de que o anticapitalismo não constitui uma visão única, unificada do mundo.

Mas é precisamente aí que reside a força do anticapitalismo: ele pode

manifestar-se das mais diversas formas: marxismo, socialismo, ambientalismo, mas também conservadorismo, nacional-socialismo e fascismo. É compatível tanto com o cristianismo (a encíclica social *Laudato si'* do Papa Francisco em 2015 é uma acusação inflamada ao capitalismo⁸⁰¹) como com o islamismo radical, onde se manifesta principalmente sob a forma de antiamericanismo. Tanto pode assumir a forma de “socialismo científico” (enquanto marxismo, por exemplo), como a de um “socialismo cristão” de base emocional ou ética e moral (como a doutrina social da igreja católica). Esta maleabilidade e compatibilidade com as mais diversas, e até opostas, mundivisões distingue o anticapitalismo de outras religiões políticas, tornando-o assim atrativo, poderoso e um sucesso global.

Na sua mutabilidade e adaptabilidade a diferentes culturas e credos, o anticapitalismo assemelha-se à sua antítese, o capitalismo. Embora o capitalismo não seja compatível com tantas ideologias como o anticapitalismo, é também capaz de assumir muitas e diversas formas, está em constante evolução e é compatível com diferentes sistemas políticos e religiões.

No entanto, o capitalismo surge em desvantagem quando comparado com o anticapitalismo, porque não é uma religião política – ainda que Walter Benjamin, um dos filósofos da Escola de Frankfurt, tenha afirmado o contrário no seu ensaio inacabado “Kapitalismus als Religion” [“Capitalismo como Religião”] (publicado postumamente). O seu ensaio não consegue justificar a descrição que faz do capitalismo como uma religião, tal como não consegue definir, aproximadamente que seja, o próprio conceito. Na primeira frase do ensaio, Benjamin escreve: “Pode-se encarar o capitalismo como uma religião, ou seja, o capitalismo serve essencialmente para responder às mesmas preocupações, angústias e inquietudes de que anteriormente se ocupavam as ditas religiões.”⁸⁰² Esta é a única afirmação concreta no ensaio, que, quanto ao mais, está escrito no jargão de palavreado nebuloso tão típico dos filósofos da Escola de Frankfurt.

Contudo, será que o capitalismo pretende realmente responder às mesmas perguntas a que respondem as religiões? Não. O capitalismo responde à

questão de saber como é que as pessoas podem organizar as suas relações económicas de modo a “conseguirem bens e serviços suficientes a preços razoáveis”⁸⁰³, assegurando assim uma boa vida ao maior número de gente possível. Se as religiões tentassem responder a esta questão, seriam teorias económicas. Portanto, não – o capitalismo não dá sentido à vida das pessoas e não pretende fazê-lo. Não promete nem a abolição da desigualdade nem a solução de todos os problemas terrenos; não é utópico e não promete nenhum paraíso, seja neste, seja no outro mundo. É pragmático e – Benjamin reconhece-o – claramente não dogmático. No entanto, não satisfaz as necessidades sentidas pelas pessoas de encontrarem um significado metafísico neste mundo secularizado. Assim sendo, o capitalismo não é uma religião, embora a sua antítese, o anticapitalismo, o seja.

Após todas as experiências anticapitalistas dos últimos 100 anos terem falhado sem exceção, deveria estar claro que a última coisa de que o mundo precisa é de novas experiências socialistas. Mas à medida que o número de anos decorridos desde o colapso do socialismo real na União Soviética e na Europa de Leste cresce, assiste-se a um renascimento do pensamento socialista. Até Karl Marx está novamente na moda. Em 2013, a UNESCO acrescentou o *Manifesto Comunista* e o primeiro livro de *O Capital* à sua Memória do Registo Internacional Mundial de documentos notáveis – nenhum outro autor conseguiu entrar na lista da organização mundial com um texto comparável.⁸⁰⁴ E, no ano seguinte, “Marx Surge Novamente” apareceu como manchete no *The New York Times*.⁸⁰⁵

Um dos filósofos de esquerda contemporâneos mais respeitados, o esloveno Slavoj Žižek, apela sem pruridos à reabilitação de toda a linha de pensadores antiliberais defensores de uma sociedade “fechada”, a começar por Platão.⁸⁰⁶ E prossegue: “O que é preciso é uma repolitização da economia: a vida económica deve ser controlada e regulada pelas livres deliberações da comunidade e não dirigida pelas interações cegas e caóticas das forças de mercado, aceites como necessidade objetiva.”⁸⁰⁷

No seu livro de 2021, *A Left That Dares Speak Its Name* [“Uma Esquerda que se Atreva a Dizer o Seu Nome”], escreve: “Do que hoje precisamos é

de uma Esquerda que se atreva a dizer o seu nome, não de uma Esquerda que envergonhadamente esconde a sua essência com uma parra cultural qualquer. O seu nome é comunismo.”⁸⁰⁸ A Esquerda, defende, deveria finalmente abandonar o sonho socialista de um “capitalismo ‘justo’” e mais equitativo e adotar medidas “comunistas” mais radicais.⁸⁰⁹ Como objetivo claramente formulado, propõe que “a classe inimiga tem de ser destruída.”⁸¹⁰

Žižek extasia-se com “a grandeza de Lénine”, que residira no facto de, após a tomada do poder pelos bolcheviques, se ter agarrado firmemente aos seus princípios socialistas, ainda que não existissem condições para uma verdadeira “construção do socialismo”.⁸¹¹ Segundo as teorias desenvolvidas por Marx e Lénine, o “socialismo” é uma fase transitória necessária até ser atingido o objetivo final do comunismo. Žižek sugere que se inverta esta sequência e se aponte diretamente ao comunismo, que acabará então por evoluir ou regredir para o socialismo. O Grande Salto em Frente de Mao, no final da década de 1950 (que custou a vida a 45 milhões de chineses, um facto que Žižek omite), constituiu uma oportunidade para “contornar o socialismo e entrar diretamente no comunismo.”⁸¹²

No seu livro de 2018, o sociólogo suíço Jean Ziegler escreve: “O sistema capitalista não pode ser reformado de forma gradual e pacífica. Temos de partir as pernas aos oligarcas, esmagar o seu poder.”⁸¹³ A destruição do capitalismo, afirma, tem de ser “completa, radical, para que uma nova ordem social e económica possa ser mundialmente estabelecida... Aspiramos ao diferente, à utopia – que é o horizonte para onde devemos orientar o nosso comportamento.”⁸¹⁴ Ziegler cita Karl Marx e Che Guevara para indicar em que direção deve a jornada prosseguir. Porém, quando lhe perguntam o que sabe sobre o sistema social e económico que deverá substituir o capitalismo, responde: “Nada. Pelo menos nada de preciso.”⁸¹⁵ A única coisa que tem a certeza de conhecer é o cerne do problema, a raiz do “capitalismo monstruoso”, nomeadamente a propriedade privada.⁸¹⁶

Aparentemente, os anticapitalistas nunca se cansam de sonhar os seus sonhos. Enquanto escrevia este livro, o líder de um partido declaradamente marxista-leninista foi eleito presidente do Peru. Vai começar uma nova

experiência socialista. E não é só no Peru. Muitos países ocidentais estão também a caminhar para uma economia planificada. Claro que já não lhe chamam economia planificada, preferindo falar em transformação ambiental da sociedade, justiça social e luta contra as alterações climáticas.

O marxismo e a noção de que eliminando a propriedade privada todos os problemas do mundo se resolveriam foram declarados mortos após o fracasso do socialismo real. No entanto, escassas décadas depois, o socialismo está a viver um renascimento. Nas semanas em que escrevia estas linhas (setembro de 2021), realizou-se um referendo em Berlim, no qual uma maioria (56,4%) dos residentes votou a favor da expropriação de grandes empresas imobiliárias, e em Graz, na Áustria, o Partido Comunista Austríaco venceu as eleições.

Mas o anticapitalismo tem muitos disfarces: pode apresentar-se como ambientalismo radical ou como esta última tendência do movimento woke [“despertos”]. Aparece também nas fantasias onnipotentes dos bancos centrais. As receitas, por muito diferentes que possam parecer, têm uma coisa em comum: a crença de que cabe ao Estado resolver todo e qualquer problema, porque os políticos e os funcionários públicos sabem mais do que o mercado, ou seja, mais do que todos aqueles que individualmente participam na economia. Muitos anticapitalistas contemporâneos deixaram de falar na necessidade de abolir o capitalismo e começaram a defender que este seja “controlado”, “reformado” ou “melhorado”. O capitalismo é descrito como um animal selvagem (“capitalismo predatório”) que precisa de ser “domado”. Os intelectuais estão constantemente a pensar em novos conceitos para “melhorar” o sistema económico ou limitar os seus “males”. Os que acreditam que podem desenhar um sistema económico num estirador sofrem da mesma ilusão dos que pensam que conseguem construir uma linguagem artificialmente – só que insistem sempre que tal tem de ser feito em prol da justiça ou da igualdade.

Hayek descreveu a ideia de “um grupo de indivíduos inteligentes reunido para deliberar a criação de um mundo novo” como um sério problema.⁸¹⁷ Foi este tipo de “construtivismo” ou “racionalismo social” que esteve na origem do totalitarismo e de “todo o socialismo moderno”.⁸¹⁸ Mas os

intelectuais são incansáveis em sonhar constantemente com novas variantes de socialismo.

Thomas Piketty é o mais recente exemplo desta tendência. Na sua muito aclamada obra *O Capital no Século XXI*, enfatizou que: “Faço parte dessa geração que se tornou adulta a ouvir na rádio falar da queda das ditaduras comunistas, e que jamais sentiu a mais pequena ternura ou nostalgia por esses regimes e pelo sovietismo. Estou perpetuamente vacinado contra os discursos anticapitalistas convenientes e preguiçosos, que por vezes parecem ignorar esse fracasso histórico fundamental, e que com frequência recusam os meios intelectuais para os ultrapassar. Não me interessa denunciar as desigualdades ou o capitalismo enquanto tal.”⁸¹⁹

À primeira vista, tudo isto soa bastante inofensivo. Contudo, Piketty é um radical anticapitalista e defensor do socialismo, como demonstra no seu livro *Capital e Ideologia*. De forma tipicamente construtivista, imagina um sistema social e económico ideal a que chama “socialismo participativo” (para o distinguir do socialismo real que falhou miseravelmente em 24 tentativas). Tem toda a razão em chamar ao seu sistema “socialismo”, porque no fundo trata-se de “superar o sistema atual de propriedade privada”.⁸²⁰

Em concreto, a visão de Piketty traduz-se no seguinte: cada jovem adulto deveria receber, ao atingir a idade de 25 anos, uma grande soma de dinheiro a título de doação do Estado, a que Piketty chama de “sistema público de herança para todos”.⁸²¹ Esta dádiva seria financiada por um imposto progressivo sobre a riqueza privada, que atingiria os 90% sobre as maiores fortunas, e sobre as heranças, que também seriam tributadas até 90%.⁸²² Rejeita a objeção de que alguns dos bens poderão não gerar qualquer rendimento corrente, obrigando o herdeiro a vendê-los. Pelo contrário, para Piketty, tal teria a vantagem de contribuir “para uma útil circulação do património em direção a detentores mais dinâmicos.”⁸²³

É claro que Piketty também propõe um imposto igualmente elevado sobre os rendimentos, podendo igualmente chegar aos 90%.⁸²⁴ E também aplicaria esta mesma taxa a dividendos, juros, rendas, lucros, e assim por diante.⁸²⁵

Para “transcender” a propriedade privada, Piketty defende uma

abordagem pela via da regulamentação das sociedades anónimas que, à primeira vista, parece inspirada no sistema alemão de codecisão, o qual confere aos representantes dos trabalhadores metade dos lugares no conselho de administração de uma empresa. No entanto, para Piketty esta abordagem tem “limitações”, entre elas o facto de os acionistas terem voto de qualidade em caso de empate. Se Piketty pudesse, eliminaria esta “limitação”, quebrando a relação entre o montante de capital investido e o poder económico do acionista na empresa: “as entradas de capital superiores a 10% do capital apenas confeririam direitos de voto por um terço do seu montante”.⁸²⁶ Piketty também apela à revogação do princípio “uma ação, um voto” no modelo de organização empresarial.⁸²⁷

Evidentemente, Piketty reconhece que tanto património como proprietários se apressariam a abandonar tal país. “Com um tal sistema, a única estratégia de evasão possível para os detentores de bens residenciais ou profissionais... seria deixar o território e vender os ativos correspondentes.”⁸²⁸ Para contrariar isto, sugere Piketty, o Governo deveria introduzir um “imposto à saída” [*exit tax*] (de, digamos, 40%).⁸²⁹ De facto, isto criaria uma barreira fiscal capaz de impedir que os empresários e outros indivíduos ricos pouco interessados em viver sob o “socialismo participativo” de Piketty virassem as costas ao país, pois perderiam os seus bens, ou uma grande parte deles. No entanto, sendo o capital mais importante de qualquer país o seu capital humano, ou seja, o conhecimento na mente das suas pessoas, e vivendo-se tempos em que os empresários e as pessoas altamente qualificadas integram um mercado de trabalho global e os laços que os unem a um país já não são tão fortes como eram, os muros acabarão por voltar a ser necessários para impedir as pessoas de migrarem.

As propostas de Piketty provam o que eu disse antes: quaisquer tentativas de “melhorar”, “corrigir” ou “reformular” o capitalismo, que à partida parecem inofensivas, acabam sempre em socialismo e servidão. A única diferença em relação ao socialismo tradicional é que a propriedade privada não é aqui nacionalizada de supetão, a mando de um partido, devendo o mesmo objetivo ser alcançado ao fim de alguns anos com recurso à tributação e ao código das sociedades. Seja como for, um título de

propriedade nada significa se forem outros a decidir o que fazer com ela.

Eu, por outro lado, estou convencido de que o capitalismo não carece de ser melhorado por intelectuais; ele está constantemente a autocorrigir-se e a melhorar-se – onde lho permitem. É por isso que a monografia de Werner Plumpe sobre a história do capitalismo tem o subtítulo extremamente adequado de “A História de uma Revolução em Curso”.⁸³⁰ A essência do capitalismo reside no facto de ser um sistema capaz de aprender. Desenvolvi a ideia de que, na realidade, os sistemas existentes são sempre mistos, e que *alterações no peso relativo dos dois componentes, Estado e Mercado, num determinado sistema, determinam se as vidas das pessoas melhoram ou pioram*. Assim, uma alteração significativa na sociedade não se alcança virando tudo de pernas para o ar, de acordo com algum plano diretor ou com alguma teoria, mas sim – se julgado necessário – afastando o Governo para deixar mais espaço ao Mercado.

Por conseguinte, o único melhoramento que proponho é este: o governo manter-se afastado das esferas social e económica mais do que está hoje. Isto não quer dizer que o governo seja supérfluo ou despidendo. Quer sim dizer que, nos nossos dias, os políticos, os partidos e os funcionários públicos se levam demasiado a sério. Não é preciso ir muito longe para ver que muitos governos ocidentais não são capazes de cumprir com muitas das suas principais responsabilidades, como ficou demonstrado pelo modo frequentemente amador como lidaram com a pandemia do coronavírus. O mesmo se vê nas infraestruturas decadentes, nos sistemas educativos em colapso e nas graves carências ao nível da segurança, tanto interna como externa.

O Estado é muitas vezes fraco precisamente onde deveria ser forte – e demasiado forte onde deveria ser fraco, ou seja, na economia. Os políticos passam grande parte do seu tempo a apresentar novas ideias sobre redistribuição e regulamentação estatal, descurando as soluções para muitos dos problemas mais urgentes – como uma política de imigração racional e eficiente.

Atrevamo-nos, portanto, a ter menos governo e mais capitalismo! Não no sentido de uma revolução generalizada ou de uma sublevação repentina,

mas do modo como Reagan e Thatcher começaram – mas não continuaram –, dando muito mais liberdade ao mercado. As pessoas sempre saíram a ganhar com mais mercado, seja na China, no Vietname, na Polónia, na Coreia do Sul ou na Suécia. Porém, não pode haver dogmatismo. A utopia do capitalismo 100% puro é apenas isso – uma utopia. E as visões utópicas de um mundo perfeito já causaram demasiados sofrimentos ao longo da história. Mais confiança no mercado em vez de confiança cega no Estado – eis algo por que vale a pena lutar, pois já se provou que funciona. E também porque é o mais moral dos sistemas, não só por reduzir a pobreza e a fome, mas sobretudo por dar às pessoas mais liberdade para sonharem os seus próprios sonhos. Só por isso, o capitalismo já é superior aos outros sistemas.

Se o capitalismo viesse mesmo a acabar, não seria por causa de contradições internas ou de fraquezas sistémicas, mas sim por os anticapitalistas terem mais sucesso na frente ideológica do que os apoiantes do livre-mercado. São muitas as razões para os anticapitalistas serem frequentemente mais bem sucedidos do que os apoiantes do mercado. As pessoas que mantêm vivo o capitalismo – empresários, trabalhadores e empregados – estão totalmente ocupadas em ser produtivas e criar valor. Têm normalmente pouco tempo para participar em debates sociopolíticos. Os intelectuais, os meios de comunicação e os políticos têm, pelo contrário, muito mais tempo para tais debates e têm frequentemente uma maior competência linguística – por vezes, infelizmente, essa é a sua única competência. Não têm de criar valor porque os seus salários são, na sua maioria, financiados pelo contribuinte.

Os empresários estão habituados a adaptar-se de forma flexível à evolução das circunstâncias. Esta característica é tremendamente importante numa economia de mercado, e quem não a domina paga frequentemente

por isso com o fracasso da sua empresa. Porém, o oportunismo, no sentido de adaptação permanente e pragmática à alteração das circunstâncias, ainda que seja uma virtude nos negócios, é, na maior parte das vezes, um flagelo na política.

O verdadeiro problema de hoje não são os anticapitalistas ideologicamente encarniçados, mas a fraqueza e oportunismo daqueles a quem caberia defender e promover o capitalismo. Quando muito, defendem o capitalismo de forma pouco convicta e defensiva; são muitas vezes rápidos a recuar face aos ataques lançados pelos anticapitalistas, calando-se. Muitos vivem no engano de pensar que, se conseguirem de algum modo apaziguar os anticapitalistas, eles perderão o ímpeto e acabarão por se acalmar. Os anticapitalistas interpretam corretamente este recuo como um sinal de fraqueza, daí que se sintam reforçados, façam novas exigências e intensifiquem os seus ataques.

Há dois anos, em Londres, jantei com Madsen Pirie, presidente do prestigiado Adam Smith Institute. A nossa conversa encaminhou-se para o futuro do capitalismo. Pirie tinha 80 anos na altura – tinha conhecido pessoalmente muitos dos grandes pensadores e executores do capitalismo, de Friedrich August von Hayek a Margaret Thatcher. A certa altura, disse-me: “O capitalismo poderá dissipar-se em alguns países, mas haverá sempre outros a redescobri-lo e a ter sucesso. E esses países enviarão um sinal ao resto do mundo que ninguém poderá ignorar.” Pensei nas suas palavras ao olhar com mais atenção para o Vietname. Tal como a China, é um país governado por um partido que se diz comunista e onde quase não existem liberdades políticas, mas onde a economia de mercado conta provavelmente com mais adeptos do que em muitos países ocidentais, e fez enormes progressos no sentido da liberdade económica desde os anos 80.

Porém, quer se olhe para a China, para a Europa ou para os Estados Unidos, por todo o mundo se trava uma feroz batalha entre dois conceitos – o socialista e o capitalista. É a luta entre os crentes no Estado grande, que estão sempre à procura de enlear as pessoas em novos grilhões de regulamentos, e as forças da liberdade, que querem quebrar esses grilhões.

Há quatro décadas, os defensores do capitalismo obtiveram uma série de importantes vitórias intercalares – na China, nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e até na Suécia. Mas, à medida que o colapso do socialismo vai ficando cada vez mais enterrado no passado, o campo socialista recupera forças e está a ganhar adeptos por todo o mundo. Os inimigos da liberdade,

que se aproveitam dos lapsos da memória coletiva, estão ao ataque, e o capitalismo à defesa.

O facto de o capitalismo ter sobrevivido até agora, apesar de todas as previsões sobre o seu desaparecimento, não garante que sobreviva nas próximas décadas ou séculos. Mas se o capitalismo acabar, não será por se ter autodestruído, mas por terem sido criados problemas cada vez maiores pela intervenção estatal, culminando numa crise de proporções sem precedentes. Para aqueles cujo pensamento se encontra toldado por preconceitos anticapitalistas, essa crise será vista como uma crise do capitalismo, e os anticapitalistas, que de facto criaram a crise com as suas próprias ações, sentir-se-ão justificados por as suas profecias se tornarem finalmente realidade. A crise – provocada por novas intervenções governamentais cada vez mais violentas – e o fracasso do Estado irão então parecer às pessoas um fracasso do mercado e um fracasso do capitalismo. E será então da maior importância que vozes se ergam e proclamem: O capitalismo não é o problema, mas sim a solução.

Hayek, *Intellectuals*, 9; Lénine, *Que fazer?*

Marx, *O Capital*. Livro Primeiro. Tomo I, 74.

Voegelin, “The Political Religions”.

Marx, “Introdução” a *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, 6. Itálicos no original.

Aron, *O Ópio dos Intelectuais*, 451.

The Times, citado em Braunthal, 135.

Koestler, 15.

Koestler, 15.

Koestler até argumenta não ter sido a inveja a provocar a sua grande antipatia pelos ricos.

Almond, 201.

Reich, xxv.

Duhm, *Angst*, 8.

Duhm, *Warenstruktur*, 19.

Duhm, *Angst*, 151. [Dieter Duhm lidera em Portugal o “Projeto Tamera”. Cf. <https://www.tamera.org/pt/>]

Aron, citado em Rabbinbach, 114.

Biss, 3.

Biss, 43.

Neffe, *Marx*, 354.

Cf. Neffe, *Marx*, 354.

Neffe, *Marx*, 464.

Greenwald, “Is Capitalism Dying?”

Para uma perspectiva crítica, cf. Rhonheimer, *Politik für den Menschen*, 225 ss.

Benjamin, 259.

Plumpe, *Das kalte Herz*, 640.

Neffe, *Marx*, 19.

Douthat.

Žižek, “The Will Not to Know”.

Žižek, “The Will Not to Know,”.

Žižek, *A Left that Dares*, 6.

Žižek, *A Left that Dares*, 15.

Žižek, *A Left that Dares*, 12.

Žižek, *A Left that Dares*, 5

Žižek, *A Left that Dares*, 14

Ziegler, 121.

Ziegler, 116.

Ziegler, 126.

Ziegler, 36.

Hayek, *Constituição*, 88.

Hayek, “Kinds of Rationalism,” 85.

Piketty, *O Capital no Século XXI*, 55.

Piketty, *Capital e Ideologia*, 1140.

Piketty, *Capital e Ideologia*, 1133.

Piketty, *Capital e Ideologia*, 1132.

Piketty, *Capital e Ideologia*, 1126, nota 1

Piketty, *Capital e Ideologia*, 1132.

Piketty, *Capital e Ideologia*, 1139.

Piketty, *Capital e Ideologia*, 1122.

Piketty, *Capital e Ideologia*, 1123.

Piketty, *Capital e Ideologia*, 1146.

Piketty, *Capital e Ideologia*, 1146. Uma forma mitigada de imposto à saída já existe na Alemanha e em muitos outros países ocidentais.

Plumpe, *Das kalte Herz*, 2019.

Economia de Mercado e Prosperidade Comum

por Weiyang Zhang

Nota preliminar: Este é um artigo da autoria do meu amigo Weiyang Zhang, professor na Escola Nacional de Desenvolvimento da Universidade de Pequim. Zhang utiliza o termo “economia de mercado” como sinónimo de “capitalismo”, o qual também é mal visto na China.

Introdução

Recentemente, o Partido Comunista Chinês lançou uma campanha em prol da “prosperidade comum”. A campanha coloca um ênfase especial e acentuado na redução do fosso de rendimentos, por meio de uma política governamental de redistribuição e da chamada “terceira distribuição”, que se refere à caridade e aos donativos.⁸³¹ Embora os benefícios de uma prosperidade comum sejam incontestáveis e a ideia de prosperidade comum não seja uma novidade na China, a acentuada escalada da retórica oficial, a par da repressão de “excessos” em diversos setores, incluindo as tecnologias e o ensino privado, provocou grande ansiedade entre empresários e investidores chineses. “A terceira distribuição” é um novo *slogan* oficial. Tem gerado grande pressão sobre os empresários. A Alibaba Holdings e a Tencent Holdings, duas empresas líderes na Internet, depressa trataram de anunciar contribuições de, respetivamente, 100 mil milhões e 50 mil milhões de RMB [*Renminbi*, moeda oficial na China, cuja unidade de conta é o *yuan*], para fundos de assistência e caridade, na sequência do apelo oficial à prosperidade comum. Foram logo seguidas por muitas outras empresas. Alguns governos locais começaram até a pedir donativos de caridade aos empresários que planeiem investir nas suas localidades. A confiança dos empresários está a ser abalada.

Embora, para serenar os empresários ansiosos, um alto funcionário do Partido tenha dito que “prosperidade comum” não significa igualitarismo e não quer dizer “matar os ricos para ajudar os pobres”, as preocupações dos

empresários não são totalmente infundadas, dado o clima político e ideológico que atualmente circunda a opinião pública na China. Reduzir o papel do mercado e intensificar as intervenções governamentais tem sido a prática política dominante na última década. Esta nova campanha pela prosperidade comum pode muito bem ser entendida como mais um passo rumo à reversão do mercado na China.

Creio que a campanha pela prosperidade comum assenta numa comum desconfiança em relação ao mercado livre e numa também comum conceção errada sobre os empresários e o lucro, embora a busca da prosperidade comum tenha a sua legitimidade. Na minha opinião, a economia de mercado é o único sistema capaz de permitir alcançar a prosperidade comum. O lucro empresarial é essencial para que o mercado funcione em prol da prosperidade comum. Se a China tentar alcançar a prosperidade comum pela via da eliminação do mercado e de uma política de redistribuição dominada pelo Governo, em vez de pelo contínuo funcionamento do mercado, o resultado só pode ser o regresso à pobreza comum.

A economia de mercado é, tal como um organismo vivo, uma ordem complexa de formação espontânea e não artificialmente concebida; nela não há um planeador.⁸³² Dadas as imperfeições dos seres humanos, a economia de mercado é sempre insatisfatória, seja de uma forma ou de outra, e, na realidade, não existe uma economia de mercado “pura”⁸³³. Mas os seres humanos são idealistas, e a ideia de uma utopia é sempre fascinante. Quando as pessoas comparam a realidade da economia de mercado com a idealização de uma sociedade utópica, descortinam-lhe sempre os problemas e nunca as vantagens. Hayek criticou o pensamento do tipo “cientificista” ou “racionalista construtivista”, que se baseia em sistemas simples (como os dos fenómenos físicos) e considera o conhecimento científico como o único conhecimento, sobrestimando o poder da razão e deturpando a compreensão que as pessoas deveriam ter do mercado.⁸³⁴ Sobretudo quando uma intervenção inadequada do Governo ou de um certo poder político perturba o normal funcionamento da economia de mercado e faz com que esta se comporte como uma economia mórbida, as pessoas

pensam muitas vezes que a culpa é da própria economia de mercado. A consequência disso é uma mentalidade antimercado generalizada, especialmente entre os intelectuais. Um grande número de intelectuais ocidentais, incluindo o físico Albert Einstein, o filósofo Bertrand Russell e o dramaturgo Bernard Shaw, foram ativistas antimercado.

Cabe aos economistas assumir a defesa da economia de mercado e fazer com que as pessoas compreendam corretamente o mercado. Infelizmente, as correntes dominantes na economia não nos oferecem uma boa teoria do mercado.⁸³⁵ O principal defeito de tais correntes é a ausência do empreendedor na sua concepção de mercado. Uma teoria do mercado que não leve em conta o empreendedorismo não pode estar correta.⁸³⁶ As teorias dominantes na economia assumem que toda a gente é perfeitamente racional e sabe tudo (pelo menos num sentido probabilístico) e que preferências, recursos e tecnologia são todos dados como adquiridos e conhecidos. Sob estes pressupostos, a tomada de decisões equivale a um cálculo, o que até um computador pode fazer, não havendo necessidade de imaginação, serendipidade e deliberação. Por conseguinte, o empreendedorismo para nada serve neste mercado imaginário. Apesar de Adam Smith há muito ter mudado o nosso pensamento de um jogo de soma nula para um jogo de soma positiva, a economia neoclássica dominante, na verdade, faz-nos regressar ao pensamento de soma nula. Quando recursos e tecnologias são dados como adquiridos, o “bolo” também o tem de ser, e a produção e distribuição podem ser separadas, donde resulta que mesmo economistas como Joseph Stiglitz, laureado com o Prémio Nobel da Economia, não consigam compreender realmente o mercado, e portanto se tornem na vanguarda do antimercado.

Neste artigo, tento apresentar uma breve e correta teoria de como a economia de mercado gera prosperidade comum, argumentando que: (1) a economia de mercado é essencialmente uma cooperação entre estranhos através da qual todos podem fazer o melhor uso dos seus talentos e recursos para enriquecer; (2) o lucro é um sistema de responsabilização em que só se obtém rendimento quando se cria valor para os outros; (3) os empresários são os principais motores da criação de riqueza; e (4) os cidadãos comuns

são os maiores beneficiários da economia de mercado. Ao longo do artigo, apresento também argumentos teóricos e dados empíricos para mostrar que o desenvolvimento futuro da China depende das nossas convicções. Se perdermos a confiança no mercado e introduzirmos cada vez mais intervenções governamentais, a China só poderá regressar à pobreza comum.

Uma visão histórica do milagre da economia de mercado

Para se falar sobre o contributo da economia de mercado para a humanidade, tem de se olhar para a história. O economista americano Bradford DeLong, da Universidade da Califórnia, em Berkeley, nos Estados Unidos, analisou a história económica desde a Era Paleolítica, há 2,5 milhões de anos atrás, até ao ano 2000 d.C.. De acordo com a sua investigação, no período até há 15.000 anos atrás, que corresponde a 99,4% da história da humanidade, o PIB *per capita* mundial atingiu no máximo os 90 dólares internacionais (uma medida de riqueza baseada no poder de compra internacional em 1990). Depois, foi preciso mais 0,59% do tempo, até 1750, para o PIB *per capita* mundial duplicar para os 180 dólares internacionais. E de 1750 a 2000, ou seja, em 0,01% do tempo, o PIB *per capita* mundial aumentou 37 vezes, atingindo 6600 dólares internacionais. Por outras palavras, 97% da riqueza da humanidade foi criada nos últimos 250 anos – ou seja, em 0,01% do tempo.⁸³⁷

Se desenharmos um gráfico com os dados de DeLong, podemos ver que, desde há 2,5 milhões de anos atrás até ao presente, em 99,99% do tempo, o PIB *per capita* mundial foi basicamente uma linha horizontal, mas que, nos últimos 250 anos, houve um súbito aumento quase vertical. Seja nos chamados países “derivados” da Europa Ocidental, como os Estados Unidos, o Canadá ou a Austrália, seja nos próprios 12 países que constituem a Europa Ocidental e incluem países como o Reino Unido, a França ou a Alemanha, ou seja no emergente Japão, o crescimento económico teve lugar nos últimos cem ou duzentos anos. E o crescimento económico da China ocorreu principalmente nos últimos 40 anos.

Os números não chegam para contar toda a história. Os nossos antepassados, isto é, o chinês comum há mais de 100 anos, e até os camponeses chineses há 40 anos, consumiam coisas que não eram muito diferentes das das dinastias Qin, Han, Sui e Tang, e ainda piores que as da dinastia Song. Na Europa foi igual. Os antigos romanos podiam desfrutar do que um inglês comum podia consumir em 1800, ou até de mais. E o que hoje consumimos é algo que as pessoas não conseguiam imaginar há 100 anos, nem mesmo há trinta.

A melhoria das condições de vida aumentou significativamente a esperança de vida das pessoas. Em 1820, esta era, a nível mundial, de 26 anos, quase a mesma que na Roma antiga, mas em 2019 tinha atingido os 72,6 anos (estimativa das Nações Unidas). Hoje, a esperança média de vida na China atingiu os 77 anos. O maior “senão” da economia de mercado talvez seja o envelhecimento da população como um todo e o facto de as pessoas estarem a viver mais tempo do que nunca.

Jovens haverá que não conhecem a história e podem não saber que as senhas de alimentação na China foram abolidas em 1993. Antes da abolição deste sistema de racionamento, era preciso ter uma senha quando se ia a uma loja comprar comida, era preciso uma senha de óleo alimentar para óleo alimentar, uma senha de roupa para roupa, e assim por diante. Há quarenta anos, o salário mensal de um funcionário chefe de divisão, na China, era pouco mais de 60 *yuan*. Nessa altura, um *katy* (500 gramas) de ovos custava mais de 60 cêntimos. Por outras palavras, um mês de salário de chefe de divisão só conseguia comprar 100 *katys* de ovos. Hoje, o salário mensal de uma ama em Pequim é de cerca de 5500 *yuan*, o suficiente para comprar 1000 *katys* de ovos. Mesmo comendo 10 ovos por dia, a ama não conseguiria consumir tantos ovos em dois anos. Quando vivia no campo, os pontos de trabalho que os camponeses recebiam num dia de trabalho valiam 20 cêntimos, o custo de meio *katy* de farinha branca. Hoje, na cidade onde vivo, um trabalhador indiferenciado que só tenha frequentado o ensino básico ou o 1.º ciclo do secundário e trabalha a tempo parcial pode ganhar um salário diário de 150 *yuan*, o suficiente para comprar quase 50 quilos de farinha branca.

Porque é que os milagres humanos apareceram nos últimos 250 anos e o crescimento económico da China só apareceu nos últimos 40 anos? Será que as pessoas se tornaram mais inteligentes, mais sábias do que no passado? Claro que não. O QI e a sabedoria não registaram grandes progressos no período até onde a história alcança. Por muito inteligentes que os chineses sejam hoje em dia, poucos serão os que conseguem ultrapassar Confúcio, Mencius e Laozi. O mesmo é válido para o Ocidente. A inteligência humana não mudou muito nos últimos milhares de anos.

Será que os recursos aumentaram? Não, não é o caso. A Terra em que vivemos continua a ser a Terra original. Não só os recursos não aumentaram, como, pelo contrário, os recursos naturais associados à terra estão a diminuir lentamente. O que é que mudou? A única resposta que consigo dar é que a humanidade desenvolveu um novo sistema económico, a economia de mercado. A Grã-Bretanha começou a virar-se para a economia de mercado há mais de 200 anos, pelo que a sua economia começou a descolar há mais de 200 anos. A China começou a avançar para uma economia de mercado há 40 anos, pelo que deu um enorme salto nos últimos 40 anos.

Existe uma crença generalizada que associa a melhoria do nível de vida humano ao progresso tecnológico. A questão que se coloca é: o que é que impulsiona o progresso tecnológico? Porque é que a tecnologia se desenvolve nuns sistemas e não noutros? Os factos do desenvolvimento histórico demonstram que só uma economia de mercado consegue promover significativamente o progresso tecnológico e comercializar rapidamente as novas tecnologias em benefício do público em geral. Antigamente também surgiam algumas invenções tecnológicas, mas era raro criarem valor para os consumidores e riqueza para a sociedade, porque não eram produzidas sob a pressão da concorrência do mercado e eram difíceis de comercializar. A inspiração das pessoas inteligentes pode não corresponder exatamente ao que os consumidores precisam.

Economia de mercado significa cooperação entre estranhos

Como é que, e porque é que, a economia de mercado gera um milagre económico? A razão de fundo é o facto de a economia de mercado alargar a escala e o âmbito da cooperação humana a um nível inalcançável em qualquer outro sistema económico. A economia de mercado significa cooperação entre estranhos. A cooperação entre estranhos expande as oportunidades de todos enriquecerem através da especialização – objetivo impossível de atingir se as pessoas trabalharem apenas no seio de grupos pequenos e familiares. A cooperação entre estranhos tem de assentar na confiança, a qual possibilita o sistema de lucro e garante a prosperidade comum no mercado. A economia planeada falha porque não consegue disponibilizar a informação necessária ou incentivos para a cooperação entre estranhos.

A cooperação pode criar valor. Este é um princípio básico em economia. A cooperação numa economia de mercado não é como a cooperação numa comuna, onde todas as pessoas trabalham em conjunto e fazem o mesmo trabalho. É, antes, uma cooperação baseada na divisão do trabalho e na especialização. Pessoas diferentes fazem coisas diferentes e depois negociam entre si. A divisão do trabalho e a especialização podem maximizar as vantagens de cada um, dar melhor uso aos seus talentos e promover o progresso tecnológico; as transações permitem que cada um obtenha o que precisa. Como ninguém está disposto a negociar sem beneficiar, a economia de mercado tem de ser um jogo de soma positiva, não um jogo de soma nula.

Na sociedade tradicional, a cooperação circunscreve-se aos conhecidos e aos familiares, como irmãos e irmãs, ou pessoas da mesma aldeia, ou da mesma igreja. É difícil conseguir que estranhos cooperem. Mas a cooperação humana nos nossos dias não só transcende sangue e afinidades, como também transcende regiões, transcende as fronteiras nacionais, e torna-se global. O leitor desconhece quem produziu 99,9% dos produtos que hoje consome; uma empresa, ao vender os seus produtos, desconhece a grande maioria dos consumidores do que produz. Hayek chamou “ordem alargada”⁸³⁸ a esta cooperação em larga escala entre estranhos, que fez crescer a riqueza do mundo a um ritmo impressionante.

Mas, para conseguir a cooperação entre estranhos, há uma questão essencial que tem de ser resolvida: a confiança. Se o comprador não confia no vendedor, não lhe compra os bens, que ficam por vender. Assim, a especialização de nada serve ao vendedor. Donde resulta que cada um terá de produzir para si próprio, retornando a uma economia natural de autossuficiência.

Portanto, numa economia de mercado, não temos apenas uma “mão invisível”; também temos um “olho invisível”.⁸³⁹ Os estranhos conseguem cooperar porque existe um olho invisível a observar-nos. Todos têm de se comportar como deve ser e de se responsabilizar pelas suas ações. As críticas feitas à economia de mercado devem-se, sobretudo, ao facto de as pessoas apenas conhecerem a “mão invisível” e não se aperceberem dos efeitos do “olho invisível”, daí que tenham tendência para achar que o mercado está cheio de fraude. Na verdade, já vimos que quanto mais desenvolvida é a economia de mercado, mais as pessoas cuidam do seu crédito. Para que uma empresa tenha sucesso no mercado, tem de criar uma boa reputação. Uma empresa com má reputação não granjeia a confiança de ninguém e acaba eliminada.

Lucro significa deixar o patrão assumir a responsabilidade

Como é que se cria a confiança no mercado? Vou-me centrar em três conceitos: empresa, lucro e empresário. São a chave para compreender a economia de mercado.⁸⁴⁰

Existem 1,4 mil milhões de pessoas na China. Se todas produzissem os seus próprios bens e os vendessem no mercado, em quem se poderia confiar? Ou se as marcas registadas e as patentes de todos os produtos existentes no mercado fossem retiradas, que produtos o leitor se atreveria a comprar? Talvez só quisesse produtos simples, como batatas, arroz e frutas. Mas arriscaria comprar carros, computadores, água mineral e projetores, que são difíceis de distinguir tanto em termos de qualidade como de funcionalidade? Claro que não! Seria incapaz de confiar em 99% dos bens existentes no mercado. Como procederia? Há uma maneira. 1,4 mil milhões

de pessoas podem ser divididas em diferentes grupos, por exemplo, em 30 grupos, como o povo de Henan, o povo de Hebei, o povo de Shandong, o povo de Shaanxi, o povo de Beijing e assim por diante. Depois desta organização em grupos, embora não conheçamos toda a gente, sabemos que esta pessoa é shandonguesa, a outra é cantonesa, e podemos estabelecer um certo tipo de responsabilidade de grupo. Se alguém nos enganasse, saberíamos pelo menos se era um cantonês ou um shandonguês.

As empresas também são uma espécie de agrupamentos sociais. Cada empresa tem a sua própria firma (marca registada). Quem quer que nos tenha mentido pode ser processado, ou então “ele mentiu-me desta vez, não volto a comprar-lhe nada, não vai aguentar muito tempo.” Deste modo, quando as atividades de produção surgem através de empresas, cada empresa tem de ser responsável pelos seus próprios produtos, para que possamos gerar confiança. Não havendo empresa, existe apenas produção individual e a confiança não se consegue criar.

Como é que a atividade comercial nos leva a confiar uns nos outros? A resposta prende-se com a alocação de propriedade e o sistema de lucro. Por exemplo, uma empresa integra 10.000 indivíduos e, em teoria, todos se podem tornar os seus proprietários. O rendimento anual desta empresa é de 100 milhões de *yuan*, que são equitativamente divididos pelos 10.000 empregados, cabendo a cada um 10.000 *yuan*. Parece justo; mas pense nisto: se algo correr mal, quem é o responsável? Se todos têm de partilhar a responsabilidade, então ninguém é responsável, e a empresa acabará por não ter receitas disponíveis para distribuir.

Sucedem que as empresas recorrem a outra forma de atribuir responsabilidade: há pessoas a quem cabe uma responsabilidade subjetiva e pessoas cuja responsabilidade é objetiva. A pessoa subjetivamente responsável recebe o rendimento contratado (salário), ou seja, se não chega atrasado nem sai antes da hora, não se ausenta do trabalho, não viola os regulamentos laborais, e trabalha durante um mês, recebe um mês de salário no final do mês. É o empregado. O outro grupo de pessoas, os empresários, obtêm lucros e assumem uma responsabilidade objetiva. Simplificando: se outros não descobrirem os seus erros, o leitor não é responsável: é um

empregado. Se não puder responsabilizar outros pelos erros, então a responsabilidade por todos os erros é sua: é um empresário. O empresário não pode invocar o não ter cometido erros como razão para obter receitas das vendas, nem pode levar os seus empregados a tribunal por ter tido prejuízo; mas o empregado pode exigir remuneração ao empresário desde que não tenha cometido um erro. Se o empresário se recusar a pagar-lhe, o empregado pode levá-lo, ou à empresa, a tribunal. É esta a diferença entre um empresário e um empregado.

O lucro é o que sobra do rendimento da empresa após a dedução de custos como os salários. Pode ser positivo ou negativo e é, por isso, muito diferente dos salários e de outras formas de rendimento, que não podem ser negativas. Para ter lucro é preciso assumir riscos, pelo que o lucro é um incentivo. Quando um empregado comete um erro, o empresário é o primeiro responsável. Um exemplo simples: Se for dono de um restaurante onde o cozinheiro não tem a cozinha limpa e os clientes vão parar ao hospital com diarreia, é você o responsável. Portanto, cabe ao proprietário supervisionar e regular o comportamento dos empregados, garantido assim aos clientes que podem comprar os produtos da empresa com confiança.

Além disso, a responsabilidade do empresário não se esgota na relação com os empregados. Quando os fornecedores da empresa cometem erros, os patrões desta têm de assumir a responsabilidade. Por exemplo, se comprou um computador de marca e se um certo componente, como o ecrã, um *chip* ou o ventilador, não funciona, ou a bateria explodiu, é o fabricante do computador, e não o fornecedor das peças, o primeiro responsável. Por outras palavras, uma empresa está a utilizar a sua própria marca para fazer uma promessa aos seus consumidores em que lhes garante que, se comprarem os seus produtos, aceitará a responsabilidade por quaisquer defeitos. Deste modo, cria-se um mercado em que todos podem confiar, a cooperação entre estranhos pode prosseguir de forma ordenada e o aumento contínuo da riqueza social está garantido.

Foi por isto que disse que o lucro é um sistema de responsabilização e avaliação. Em grande medida, o lucro é determinado pela capacidade do proprietário de assumir responsabilidade pelos outros. O mercado divide as

unidades contabilísticas por meio da estrutura organizacional da empresa e determina as responsabilidades dos lucros, garantindo que todos são responsáveis pelas suas ações e que há confiança no mercado.

Os ricos na economia de mercado são eleitos pelos consumidores com votos monetários

Porque é que umas pessoas se tornam empresários que auferem lucros, enquanto outras se tornam empregados assalariados? Isso é determinado pelas diferenças nas capacidades empreendedoras das pessoas.⁸⁴¹ Numa economia de mercado, todos têm a liberdade de escolher entre ser um empresário ou um empregado. Não existe uma regra discriminatória a dizer que o Sr. A pode ser empresário e o Sr. B só pode ser empregado. Mas o resultado da concorrência é que só os que têm capacidade empreendedora suficiente se tornarão empresários. Empreendedorismo também significa aptidão para assumir responsabilidade pelos outros. De um modo geral, o montante do lucro depende da capacidade do empresário. Mas, como o mercado é muito incerto, por muito capazes que os empresários sejam, estão sempre sujeitos a perder dinheiro! Por detrás de um empresário de sucesso, há sempre muitos que fracassaram. Não podemos olhar só para os empresários que ganharam muito dinheiro e ignorar os que perderam tudo. Quem tiver inveja do dinheiro ganho por um empresário pode decidir tornar-se um empresário. Mas uma coisa deve ter presente: se não for suficientemente competente, vai perder tudo.

O que é o mercado? O mercado é um sistema onde cabe a outros – e não a si – a última palavra sobre se o produto ou serviço que ofereceu é o melhor. O que tem ou não valor deve ser o mercado a avaliar, e os compradores têm a última palavra. Por isso, a gabarolice de nada serve. Quem não cria valor para os outros não consegue obter rendimentos. Quando duas empresas estão em concorrência e nós dizemos que uma delas tem mais vantagens, tal significa que ela acrescenta mais valor para os consumidores (ou seja, alcança o melhor equilíbrio entre qualidade e preço). A concorrência entre empresas é a concorrência na criação de valor acrescentado para os

consumidores.

Há quem diga que os empresários ganham o dinheiro dos consumidores, e que os consumidores são explorados pelos empresários. Esta afirmação está errada. Num mercado competitivo sem privilégios, os lucros só podem vir do valor criado pelos empresários para os consumidores, e estes não estarão dispostos a pagar 10,01 *yuan* por algo que vale 10 *yuan*. Na verdade, o dinheiro que um empresário ganha é apenas uma pequena parte da riqueza que cria; é mesmo uma minúscula fatia, pois a maior parte resulta em valor acrescentado para o consumidor. De nada interessa saber o quão rico Bill Gates é, pois essa riqueza será sempre uma gota num oceano quando comparada com o valor que a Microsoft criou para a humanidade!

Numa economia de mercado, o dinheiro que um empresário ganha é, em média, proporcional ao número de clientes que serve. Um empresário que apenas fornece produtos e serviços a umas quantas pessoas não consegue ganhar muito dinheiro. Só empresários que servem as massas é que conseguem ganhar muito dinheiro.⁸⁴² Deste modo, os (empresários) mais ricos da economia de mercado são seleccionados pelos consumidores, que no fundo votam com o seu dinheiro. Cada um de nós é um consumidor. Se tivermos inveja de um certo empresário porque ganha muito dinheiro, a culpa é só nossa porque compramos os seus produtos. Se a maioria dos consumidores deixar de usar os produtos fornecidos pela Tencent, e deixar de utilizar WeChat, QQ, e jogos *online*, o Sr. Ma Huateng deixará de ser rico. Só que nenhum de nós está disposto a deixar de usar os produtos da Tencent – não por sermos estúpidos ou benevolentes, mas por eles nos trazerem grandes benefícios e acharmos que valem o que custam. Por um lado, compramos os seus produtos de boa vontade; por outro, ficamos zangados com ele por ganhar tanto dinheiro. Isso é uma contradição!

O cidadão comum é quem mais beneficia com a economia de mercado

Quem é que mais beneficia com economia de mercado? Serão os ricos? Não! Os maiores beneficiários da economia de mercado são os cidadãos

comuns. Tomemos um exemplo simples. Thomas Edison inventou a lâmpada, o que foi vantajoso para todos. Mas as lâmpadas têm menos valor para os ricos do que para os pobres, porque, quando não existiam lâmpadas, os ricos podiam acender muitas velas, mas os pobres nem uma conseguiam comprar. Outro exemplo: agora que a televisão existe, toda a gente pode assistir a espetáculos com grandes estrelas. Mas, no passado, somente uns quantos ricos e nobres dos palacetes se podiam dar a tal luxo. O mesmo se diga dos automóveis. No passado, os ricos podiam andar de coche e os pobres contentavam-se com andar a pé. Mas hoje qualquer pessoa pode ter um carro como meio de transporte. A diferença entre guiar um Audi e um Xiali é muito menor do que a diferença entre ir sentado num coche e ir a pé. Isto é válido para todos os novos produtos e novas tecnologias. O *takeaway* proporciona-nos grande comodidade, e a *app* WeChat permite ao cidadão comum enveredar pelo jornalismo autónomo [*self-media*]. Sim, alguns dos novos produtos, quando surgem, apenas são consumidos pelos ricos e são considerados bens de luxo, mas, à medida que o custo baixa, vão-se rapidamente tornando indispensáveis para a maioria das pessoas – exatamente o que os empresários pretendiam ao criar o produto. Os ricos limitam-se a pagar os custos da investigação e desenvolvimento de novos produtos para as pessoas comuns.⁸⁴³ Por conseguinte, os maiores beneficiários da economia de mercado são os cidadãos comuns e não a classe privilegiada. Pelo menos do ponto de vista do consumo, a economia de mercado tornou as pessoas mais iguais.

Como é que os consumidores conseguem pagar os produtos produzidos pelos empresários? Quando os empresários fornecem os consumidores no mercado de produtos, estão, simultaneamente, a criar oportunidades para que os consumidores auferam rendimentos no mercado de trabalho. Numa economia de mercado, os salários constituem o grosso dos rendimentos da maioria das pessoas. Os salários vêm do trabalho e sem trabalho não há salário. Quem criou o emprego? Os empresários! As oportunidades de emprego numa sociedade não caem do céu; são criadas por empresários. Sem empresários, a maioria das pessoas não teria oportunidades de emprego, pelo que também não teria nenhum rendimento. Além disso, o

quanto os trabalhadores assalariados podem receber depende em grande medida da aptidão dos empresários, pois a produtividade do trabalhador está diretamente relacionada com a aptidão dos empresários. O valor criado sob a direção de empresários com muita aptidão é superior ao criado sob a direção de empresários com pouca aptidão. Portanto, quanto maior for o número de empresários numa sociedade, e quanto maior for a sua aptidão, mais elevados serão os salários dos trabalhadores.

Ao dizer isto não estou, evidentemente, a dizer que os trabalhadores são alimentados pelos empresários. Numa economia de mercado, cada qual sustenta-se a si próprio. Mas as oportunidades de emprego para os trabalhadores são, de facto, criadas pelos empresários. A este respeito, a experiência da China pode fornecer uma demonstração convincente. Na era da economia planificada, a população urbana da China representava menos de 20% da população total. Mesmo com uma taxa de urbanização tão baixa, as pessoas nascidas nas cidades não conseguiam aí encontrar oportunidades de emprego e o Governo teve de enviar para o campo 20 milhões de “jovens instruídos”. Após a reforma e a abertura, centenas de milhões de pessoas oriundas das zonas rurais foram atraídas para trabalhar nas cidades, e, de vez em quando, algumas empresas até têm tido dificuldades em recrutar trabalhadores.

Os dados transregionais mostram que quanto mais empresários uma região tem, maior é o número de empregados e mais elevado é o seu salário médio. Por exemplo, em 2016, o salário médio anual de um empregado do setor privado tinha uma correlação positiva com o índice de expansão do mercado a nível provincial (o coeficiente de correlação foi de +0,71), e, em média, cada acréscimo de um ponto nessa expansão resulta num aumento de 1,826 *yuan* no salário médio anual.⁸⁴⁴ A correlação mantém-se consistente. Portanto, a melhor maneira de aumentar o rendimento dos trabalhadores é garantindo aos empresários um mercado mais livre e concorrencial, e não o contrário! Se os empresários forem eliminados, a grande maioria da população chinesa regressará à pobreza absoluta.

O mercado torna a distribuição de rendimentos mais justa

É compreensível que muitas pessoas estejam preocupadas com a pobreza e com a desigualdade de rendimentos na sociedade. No entanto, há quem atribua este fenómeno a reformas orientadas para o mercado, e até quem acredite que uma economia de mercado alargará inevitavelmente o fosso entre ricos e pobres. Trata-se de um mal-entendido.

Antes da economia de mercado, fosse no Oriente ou no Ocidente, a grande maioria das pessoas lutava para se manter acima do limiar de sobrevivência. Era comum as pessoas morrerem de fome. A economia de mercado constitui a única forma eficaz de resolver o problema da pobreza. Quanto maior for a liberdade de exercício de atividades económicas, menor será o número de pessoas pobres. Um estudo do Banco Mundial mostrou que, em 2005, entre os países em desenvolvimento, a taxa de pobreza extrema nos países mais orientados para o mercado era de apenas 2,7%, enquanto a taxa de pobreza extrema dos países sem mercado livre estava nos 41,5%.⁸⁴⁵ A China é um exemplo muito convincente. Segundo o Banco Mundial, a taxa de pobreza da China caiu de 88% em 1981 para 0,7% em 2015, medida pela percentagem de pessoas que vivem com o equivalente a 1,90 dólares EUA ou menos, por dia, em termos de paridade do poder de compra de 2011.⁸⁴⁶ O coeficiente de correlação entre a expansão do mercado e a taxa de pobreza da população rural a nível provincial em 2016 foi de -0,85. Em média, sempre que o coeficiente de expansão do mercado de uma região aumenta um ponto, a taxa de pobreza da população rural nessa região cai 1,1 pontos percentuais. Das 12 regiões com uma pontuação do coeficiente de expansão do mercado inferior a 8, apenas 2 têm uma taxa de pobreza da população rural inferior a 5%; e das 19 regiões com uma pontuação superior a 8, apenas duas têm uma taxa de pobreza rural superior a 5%. Entre as sete regiões com uma pontuação superior a 10, nenhuma taxa de pobreza rural ultrapassa os 2%. Quarenta anos após a reforma e a abertura, o problema da pobreza absoluta na sociedade chinesa está praticamente resolvido.

A economia de mercado consegue resolver o problema da pobreza de forma mais eficaz porque proporciona aos cidadãos comuns oportunidades para fazerem fortuna. Numa economia que não seja de mercado, tais

oportunidades só estão ao alcance de alguns grupos privilegiados. Os trabalhadores independentes urbanos na China, na década de 1980, provinham todos dos grupos sociais mais pobres. Os privilegiados podem ir para a tropa e trabalhar no Governo ou nas empresas estatais, mas o que é que fazem os que não são privilegiados nem têm contactos? Tiveram de criar os seus próprios negócios! Pegaram nuns farrapos, montaram umas bancas nas ruas e venderam umas sementes de melão, chá e roupas. E foi assim que ficaram ricos. Isto é impossível numa economia planificada. A propósito, a recolha de lixo e a proteção ambiental na China devem muito a quem recolhe farrapos. Estas pessoas deveriam receber um grande prémio.

É inegável que o Governo e as instituições de solidariedade podem ajudar a resolver o problema da pobreza. Mas temos de ver que o dinheiro para minorar a pobreza, canalizado por organizações governamentais ou de solidariedade, é essencialmente criado por empresários. O que o Governo e as organizações de solidariedade podem fazer é transferir riqueza de um grupo de pessoas para outro. É impossível criar seja o que for a partir do nada. É por os empresários criarem riqueza que os governos e as instituições de beneficência têm dinheiro que pode ser usado para reduzir a pobreza. Assim, não é de estranhar que os fundos de ajuda internacional fluam sempre de países com economia de mercado para países sem economia de mercado, e não o contrário; do mesmo modo, os fundos para combate à pobreza na China também fluem de regiões com economias de mercado evoluídas para regiões onde elas são incipientes. Se os empresários não tiverem o incentivo para criar riqueza, o governo não terá dinheiro para transferir, e as pessoas terão de, cada vez mais, estender a mão à caridade. Convém ter isto em mente.

As estatísticas de distribuição de rendimentos são muito enganadoras, uma vez que o mesmo grupo de rendimentos nas estatísticas pode incluir pessoas diferentes de ano para ano.⁸⁴⁷ Ao discutirem a diferença de rendimentos, as pessoas ignoram frequentemente o fluxo vertical entre os ricos e os pobres. Um exemplo típico é Piketty,⁸⁴⁸ que argumenta que os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres no século passado, mas assume que não houve qualquer alteração no grupo dos ricos e no grupo dos

pobres. Na verdade, uma das características mais significativas de uma economia de mercado é a fluidez entre ricos e pobres. Como disse Schumpeter, numa economia de mercado o clube dos ricos é como um hotel de luxo: está sempre cheio; mas os nomes dos hóspedes estão sempre a mudar.⁸⁴⁹ Do mesmo modo, a chamada “classe de baixos rendimentos” é como um hotel barato, que também está sempre a abarrotar. De vez em quando, umas pessoas saem e outras entram, as quais podem ter sido VIPs habituados a passar a vida em hotéis de luxo.

De acordo com a Lista Hurun dos Ricos da China, só 30 das 100 pessoas mais ricas em 2010 ainda se mantêm na lista 10 anos depois. Entre as 20 primeiras em 2010, só 3 pessoas continuam neste patamar passados 10 anos e 6 delas já nem sequer estão na lista das 100. Um estudo dos Professores Khor e Pencavel da Universidade de Stanford revelou que 50,4% do quinto da população chinesa com o rendimento mais baixo em 1990 tinha saído deste grupo em 1995, e 2,1% deles tinham entrado no grupo com o rendimento mais alto. Entretanto, do quinto mais rico da população, só 43,9% ainda pertenciam ao grupo de rendimento mais elevado em 1995, e perto de 5% tinham caído para o grupo de rendimento mais baixo.⁸⁵⁰ Isto mostra que a reforma e a abertura melhoraram em muito a mobilidade vertical na sociedade chinesa. A maioria dos empresários chineses que estão agora na lista dos ricos vivia na pobreza relativa há algumas décadas atrás, alguns deles há apenas uma década. É também de prever que, continuando a China a aderir às reformas orientadas para o mercado, muitos deles deixarão de estar na lista dentro de poucos anos.

Mesmo sem considerar a mobilidade vertical, e utilizando apenas o coeficiente de Gini para medir a disparidade de rendimentos, realizei uma análise estatística que desafia a narrativa comum. Tomando 2001 como exemplo, entre as 30 províncias, municípios e regiões autónomas da China, em média, as regiões com mercados mais desenvolvidos, com menos setores económicos geridos pelo Estado e com menor carga fiscal em proporção do PIB são as que apresentam menor disparidade de rendimentos.⁸⁵¹ Os sinais das correlações mantêm-se consistentes.⁸⁵² Dado a despesa pública ser normalmente vista como uma importante via de

redistribuição dos ricos para os pobres, é surpreendente que uma maior proporção das despesas governamentais no PIB tenha redundado numa maior diferença de rendimentos. Mas é um facto!

O que é que isto revela? Que estando o Governo menos envolvido em atividades económicas, as pessoas terão mais liberdade para se envolverem em iniciativas empresariais, a concorrência será feroz, e os lucros das atividades empresariais serão baixos; se em determinada região apenas umas quantas pessoas privilegiadas e com os contactos necessários conseguirem fazer negócios, ou só as muito ousadas se atreverem a fazê-los, os lucros serão muito elevados. Por exemplo, há mais pessoas na província de Zhejiang a fazer negócios, e há mais ricos, mas a rentabilidade é muito baixa. Porém, em lugares como o Nordeste da China, a maioria das pessoas é alheia aos negócios, embora as poucas que os fazem consigam ganhar muito dinheiro. Porquê? Porque o ambiente não é favorável ao mercado. Vemos, assim, que quanto mais aberto for o mercado e menor for a intervenção governamental, menor será a diferença de rendimentos.

Além disso, a igualdade não se reflete apenas no rendimento monetário, mas também noutros aspetos como a liberdade, os direitos e a possibilidade de escolha. Que liberdade tinha o cidadão comum no passado? Quando eu vivia no campo, as melancias e as maçãs produzidas nas courelas privadas dos agricultores eram vendidas no mercado negro e os agricultores eram vistos como perpetradores de um crime de especulação. Eram publicamente castigados ou até presos. Nem sequer tinham o direito básico de serem um ser humano. Nesses tempos, os camponeses não tinham dinheiro para comer carne durante todo o ano, nem conseguiam comprar massas, mas assim que os quadros da comuna chegavam à aldeia, todos corriam para os receber com farinha branca e carne. Porquê? Porque só estabelecendo uma relação com eles é que as crianças podiam aspirar a entrar para o exército ou serem recrutadas para empregos públicos, mesmo sendo a esperança muito ténue. É por isso que não considero que a reforma e a abertura tenham tornado a sociedade chinesa mais desigual, mas sim mais equitativa e mais justa.

Cuidado com a “inveja” disfarçada de “justiça”

No seu livro *The Birth of Plenty* [“O Nascimento da Abundância”], o acadêmico americano William Bernstein olhou para a ascensão do Ocidente moderno da perspectiva dos sistemas económicos, militares e históricos. Fez notar que, na base da criação de uma sociedade e economia modernas e florescentes, estão quatro condições prévias: a primeira é o enquadramento legal do direito de propriedade, a segunda é a ciência e a racionalidade, a terceira é o mercado de capitais e a quarta a redução dos custos de transporte. Vale a pena pensar nisto.

Ao longo dos 40 anos de reforma e abertura, o PIB *per capita* da China duplicou a cada 10 anos, e a vida de todos os chineses melhorou imenso. É um feito notável. A capacidade da China para o fazer tem muito a ver com a reforma do direito de propriedade, embora esta parte do direito civil chinês ainda careça de melhorias. Por exemplo, em relação aos terrenos agrícolas, o período contratual para os agricultores começou por ser de um ano, e os agricultores, embora motivados a produzir, não o estavam para investir. O Governo alargou o período contratual para 5 anos; 5 anos é melhor do que um, mas ninguém tinha incentivo para pôr em marcha projetos de conservação de água. O período de contrato foi então prolongado para 10 anos; mesmo assim, ninguém queria plantar árvores; por fim, foi estendido até aos 30 anos. Mesmo hoje o sistema continua sem funcionar. Se a terra não pode ser transacionada, muitos dos agricultores não conseguirão tornar-se cidadãos urbanos.

O mercado de capitais da China nasceu do nada e está em constante desenvolvimento. As empresas estatais e os bancos estatais podem não ser capazes de grandes mudanças no curto prazo quando estão cotados a nível interno e externo, mas, numa perspectiva de longo prazo, estão a ir na direção certa. A criação de transportes rodoviários reduziu grandemente os custos de transporte e contribuiu decisivamente para o crescimento económico da China. Claro que persistem muitos problemas na sociedade, mas são precisas mais reformas para os resolver.

O sucesso da China está muito relacionado com a mudança de ideias. Nos

anos 80, quando apareceram os trabalhadores independentes e os sistemas de bônus, a China sofria da “dor de cotovelo”, e havia quem nem sequer aceitasse a “distribuição segundo o trabalho”. Se a “distribuição segundo o trabalho” não for aceite, a economia não se desenvolve e todos viverão na pobreza. Através de esforços dos economistas e de outros trabalhadores das ciências sociais, a “distribuição segundo o trabalho” tem vindo a ser generalizadamente aceite. É a maneira de as pessoas terem entusiasmo pelo trabalho. Mais tarde, a ideia de o capital e outros fatores de produção participarem na distribuição de rendimentos foi aceite e os lucros empresariais foram reconhecidos. Foi, assim, dada ao espírito empresarial do povo chinês a possibilidade de florescer, tornando-se a China um país de empreendedorismo, e melhorando a vida de todos.

Lamentavelmente, em termos de ideias, parecemos estar a recuar. A “dor de cotovelo”, a inveja, está enraizada na natureza humana. Inveja significa ficar ressentido e achar que a sociedade é injusta enquanto houver alguém em melhor situação do que nós – com um rendimento mais elevado, aparência mais atraente, mais força e inteligência, com filhos a frequentarem uma escola melhor, etc. As pessoas invejosas nem sequer se importam com o quanto recebem. Preferem ser mais pobres a ver os outros mais ricos do que elas. Por isso, o que mais gozo lhes dá é verem os ricos pedirem insolvência e as celebridades passarem vergonhas. A base epistemológica da inveja é o raciocínio do jogo de soma nula, ou seja, a crença de que a riqueza é uma quantia fixa.⁸⁵³ O que um ganha, outro perde. Para alguns ficarem ricos, outros têm de empobrecer. É por isso que as pessoas dadas ao raciocínio do jogo de soma nula apreciam muito a luta de classes.

Se os seres humanos não conseguirem travar eficazmente a “dor de cotovelo” e a inveja, a sociedade não consegue progredir.⁸⁵⁴ Daí que “dor de cotovelo” e inveja sejam ambas termos depreciativos. A Bíblia considera a inveja um dos sete pecados mortais. Os atos inspirados pela inveja são socialmente reprovados. Em público, as pessoas tentam sempre esconder ou negar a sua inveja. O problema é que, graças ao empenho de alguns esquerdistas ocidentais, a “inveja” surge agora com as vestes de

“distribuição justa” e de “justiça social”, e granjeou legitimidade moral. É fácil confundir o público e promover a inveja junto de alguns. As propostas políticas de “Equidade” e “Justiça” podem parecer atraentes, mas visam desviar a atenção das pessoas da criação de riqueza para a distribuição da riqueza, o que acabará por prejudicar quem tiver a esperança de enriquecer pelo seu próprio esforço, que são justamente as pessoas que os defensores dessas políticas afirmam estar a ajudar.

Isto traz-nos de volta à questão inicial deste artigo: a responsabilidade dos economistas. Porque é que a sociedade precisa de economistas? Porque a economia de mercado é demasiado frágil e demasiado vulnerável, precisa que alguém a defenda. A economia planificada foi concebida por um pequeno número de intelectuais e depois imposta à sociedade de cima para baixo pelo poder, daí que haja sempre alguns poderosos a defendê-la. A economia de mercado é diferente. Não foi concebida por intelectuais nem por ninguém. Emergiu espontaneamente da base para o topo. Significa isto, também, que a economia de mercado é como uma criança sem mãe: qualquer um a pode agredir e estigmatizar sem que ninguém o responsabilize. As pessoas que vivam num sistema de economia planificada e que critiquem a economia planificada correm inevitavelmente riscos políticos e até legais; mas, seja qual for o sistema em que se viva, não há qualquer risco em criticar a economia de mercado. De facto, inúmeras pessoas foram presas, e até pagaram com as suas vidas, pelas críticas feitas à economia planificada, mas nunca ninguém se meteu em quaisquer sarilhos por criticar a economia de mercado. Neste sentido, a economia de mercado é deveras benevolente, e devíamos valorizar este seu traço.

A economia de mercado tem um problema: quando se tem a oportunidade de desfrutar dos seus benefícios, estes são dados por garantidos e só se repara nos seus defeitos; e quando não se tem a oportunidade de usufruir dos seus benefícios, não há maneira de apreciar as suas vantagens. Se estragar alguma coisa, pode culpar-se a si próprio. Se for excluído e se sentir impotente, não consegue encontrar explicação para a sua situação ser tão má.

Todos os chineses conhecem o quadro “Vender Muletas” do comediante

Zhao Benshan. A perna do Sr. Fan Wei não estava partida, mas Zhao Benshan disse-lhe repetidamente que estava. É o próprio Fan Wei que acaba por sentir que a sua perna está realmente partida e, por isso, mal pode esperar para comprar as muletas de Zhao Benshan. Na verdade, o problema não estava nas pernas de Fan Wei, mas sim na sua mente. Há hoje muita gente a “vender muletas”. Que “muletas” são essas? Argumentos antimercado. E muitas das chamadas falhas da economia de mercado são na verdade inventadas.

Ao dizer isto, só tenho um propósito, que é o de proporcionar a todos uma melhor compreensão do que é uma economia de mercado e reforçar a nossa crença nela. Qual é a coisa mais preocupante sobre o futuro da China? Não são as questões energéticas ou ambientais – estas são obviamente muito importantes, mas não as mais importantes, porque o progresso tecnológico estimulado pela concorrência do mercado irá certamente encontrar-nos a resposta. Não precisamos de ser tão pessimistas como Malthus há 200 anos, ou o Clube de Roma há 50. O desenvolvimento futuro da China depende das nossas crenças – daquilo em que acreditamos e daquilo em que não acreditamos. Como argumentei noutra ocasião, os sucessos económicos da China nos últimos 40 anos resultam das reformas que se traduziram na adoção da economia de mercado e do aumento do empreendedorismo.⁸⁵⁵ E o crescimento futuro da China depende de empresários inovadores.⁸⁵⁶ Se reforçarmos a nossa confiança na economia de mercado e continuarmos a promover um ambiente institucional favorável aos empresários, através de reformas orientadas para o mercado, a China avançará para a prosperidade comum. Se perdermos a confiança no mercado e adotarmos cada vez mais intervenções governamentais em nome da prosperidade comum, a China sacrificará o progresso feito e regressará à pobreza comum. Não esqueçamos que a intenção original da economia planificada era a de beneficiar os pobres, mas que o resultado foi o de engrossar as suas fileiras, tornando-lhes o destino mais miserável do que antes.

Em resumo, a economia de mercado é a única estrada para a prosperidade comum, e a economia planificada é uma rua de sentido único para a pobreza comum!

Este capítulo foi originalmente publicado como “Market economy and China’s ‘common prosperity’ campaign,” no *Journal of Chinese Economic and Business Studies*, 2021, 1-15.

Para relatos desta campanha na imprensa Ocidental ver, por ex.

<https://www.thetimes.co.uk/article/xi-promises-third-distribution-of-wealth-in-billionairecrackdown-c9xxl5hsc>;

<https://www.reuters.com/world/china/what-is-chinas-common-prosperity-drive-why-does-it-matter2021-09-02/>

Cf. Hayek, *Arrogância Fatal*.

Zitelmann, *The Power of Capitalism*, vi-vii.

Cf. Hayek, *Arrogância Fatal*.

Cf. Zhang, “A paradigmatic change”.

Cf. Kirzner.

Cf. Beinhocker, 9–10.

Cf. Hayek, *Arrogância Fatal*.

Klein, 2.

Zhang, *The Logic of the Market*, 9–12.

Cf. Zhang, The Origin of the Capitalist Firm.

Cf. Mises, *The Anti-Capitalistic Mentality*, Capítulo 1.

Hayek, *A Constituição da Liberdade*, 73-75.

Os índices de expansão do mercado tanto a nível nacional como provincial são compilados pelo Instituto Nacional de Investigação Económica de Pequim. O desenvolvimento do setor privado é um dos cinco componentes do índice e está intimamente correlacionado com os restantes quatro (que incluem a relação governo-mercado, o desenvolvimento do mercado de produtos, o desenvolvimento do mercado de fatores, e o desenvolvimento de organizações intermediárias e do enquadramento legal). O índice de expansão do mercado em 2016 situa-se entre 1.29 (o mais baixo) e 15.98 (o mais elevado), o que constitui os dados mais recentes disponíveis. Ver Wang *et al.* (2017) para definições técnicas e cálculo do índice.

Zitelmann, *The Power of Capitalism*, 129.

“Poverty headcount ratio at \$1.90 a day (2011 PPP) (% of population) | Data”: data.worldbank.org. Consultado em 1 de junho de 2019.

Cf. Sowell, *Intellectuals and Society*, Capítulo 3, e *Discrimination and Disparities*, Capítulo 4.

Cf. Piketty, *O Capital no Século XXI*.

Schumpeter, *Teoria do Desenvolvimento Económico*, 341.

Cf. Khor / Pencavel.

Cf. Zhang, *The Logic of the Market*, Capítulo 13.

A expansão do mercado está relacionada com a liberdade económica. A literatura sobre a relação entre liberdade económica e a desigualdade nos vários países tem chegado a resultados díspares. Para Bennet e Nikolaev (2017) os resultados dos estudos anteriores são influenciados pela escolha da amostra de países, pelo período de tempo e/ou pela métrica da desigualdade usada. Uma análise

detalhada desta literatura extravasa o âmbito deste artigo.

Cf. Rubin, “Folk Economics” e Zitelmann, *The Rich in Public Opinion*, Capítulo 5.

Cf. Schoeck, *Envy*, Capítulo 5.

Zhang, “The China model view is factually false”.

Zhang, “China’s future growth depends on innovation entrepreneurs”.

INQUÉRITO

Versão portuguesa

Q1. Segue abaixo uma lista de várias coisas que as pessoas disseram que consideram ser um bom sistema económico. Qual destas afirmações também faria?

1. Defendo um sistema económico em que o Estado estabelece as regras, mas não interfere de outra maneira.
2. O Estado deve fixar os preços dos alugueres e alimentos, e fixar salários mínimos e máximos; caso contrário, o sistema será socialmente injusto.
3. Penso que as empresas privadas devem decidir, por si mesmas, quais produtos fabricar e que preços cobrar pelos mesmos; o Estado não se deve envolver.
4. Precisamos de muito mais intervenção estatal na economia, uma vez que o mercado falha repetidas vezes.
5. Num bom sistema económico, penso que o Estado só deve possuir propriedade em certas áreas; a maior parte da propriedade deve ser propriedade privada.
6. A justiça social é mais importante num sistema económico do que a liberdade económica.
7. Nenhuma das anteriores.

Q2. Agora, pense na palavra capitalismo. Para cada uma das afirmações a seguir, selecione se é algo que associa ao capitalismo.

	1. Sim	2. Sim –	3. Não –	4. Não	5. Não

	- Com certeza	Provavelmente	Provavelmente não	definitivamente não	Não sei
1. Prosperidade					
2. Inovação					
3. Ganância					
4. Frieza					
5. Progresso					
6. Corrupção					
7. Liberdade					
8. Foco no desempenho, pressão constante para alcançar resultados					
9. Uma vasta gama de produtos					
10. Degradação ambiental					

Q3. Com qual das seguintes afirmações sobre o capitalismo concorda, caso haja alguma?

Selecione todas as opções aplicáveis

O capitalismo...

1. garante a prosperidade.
2. é responsável pela fome e pela pobreza.
3. é um sistema económico especialmente eficiente.
4. leva a desigualdade crescente.
5. significa que os consumidores determinam o que é oferecido, e não o Estado.
6. é responsável pela destruição ambiental e pelas mudanças climáticas.
7. significa liberdade económica.
8. conduz repetidamente a novas crises económicas e financeiras.
9. melhorou as condições para pessoas comuns em muitos países.
10. é dominado pelos ricos, que definem a agenda política.

11. encoraja as pessoas a darem o seu melhor.
12. leva a monopólios em que empresas individuais (por exemplo, Google ou Amazon) controlam todo o mercado.
13. promove o egoísmo e a ganância.
14. pode não ser ideal, mas é melhor do que todos os outros sistemas económicos.
15. leva a guerras.
16. é insubstituível; as tentativas passadas de substituir o capitalismo resultaram sempre em ditaduras e sofrimento.
17. estimula as pessoas a comprar produtos de que não precisam.
18. significa que há sempre o perigo do fascismo.
19. nenhuma das anteriores.

Q4. Os partidos políticos são frequentemente classificados como estando à esquerda, no centro ou à direita. Como descreveria a sua posição política?

Dê a sua resposta numa escala de zero a dez, em que zero significa que está na extrema-esquerda e dez significa que está na extrema-direita.

1. Extrema-esquerda
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
6. Centro
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
11. Extrema-direita
12. Não sei
13. Prefiro não dizer

Q5. Diga se concorda ou discorda com a seguinte afirmação:

Na realidade, os políticos não decidem nada. São fantoches controlados por forças poderosas nos bastidores.

1. Concordo.
2. Discordo.
3. Indeciso.

Q6. Diga se concorda ou discorda com a seguinte afirmação:

Muitas coisas na política só podem ser devidamente compreendidas se souber que há um plano maior por detrás, algo que a maioria das pessoas, no entanto, não conhece.

1. Concordo.
2. Discordo.
3. Indeciso.

BIBLIOGRAFIA

- Almond, Gabriel A. *The Appeals of Communism*. Princeton University Press, 1954.
- Altrichter, Helmut. *Kleine Geschichte der Sowjetunion 1917–1991*. Verlag C.H. Beck, 3.^a Edição, 2007.
- Aly, Götz. *O Estado Popular de Hitler*. Texto Editores, 2009. Versão inglesa: *Hitler's Beneficiaries. Plunder, Racial War, and the Nazi Welfare State*. Metropolitan Books, 2006.
- Andreä, Johann Valentin. “Christianopolis. An Ideal State of the Seventeenth Century” em Held, Felix Emil (tradutor), *Johann Valentin Andreae's Christianopolis. An Ideal State of the Seventeenth Century*. University of Illinois, 1914.
- Andrews, Nigel. *True Myths: The Life and Times of Arnold Schwarzenegger*. Bloomsbury, 2003.
- Antweiler, Werner, Brian R. Copeland, e M. Scott Taylor. “Is Free Trade Good for the Environment?” Working Paper 6707. National Bureau of Economic Research, Agosto 1998. <https://www.jstor.org/stable/2677817>
- Arendt, Hannah. *Sobre a Revolução*. Relógio d'Água, 2019.
- Arnott, Robert, William Bernstein, e Lillian Wu. “The Rich Get Poorer: The Myth of Dynastic Wealth”. *Cato Journal*, Vol. 35, n.º 3, Outono 2015.
- Aron, Raymond. *O Ópio dos Intelectuais*. Coimbra Editora, 1980.
- Aslund, Anders. *Russia's Crony Capitalism. The Path from Market Economy to Kleptocracy*. Yale University Press, 2019.
- Auer, Dirk, e Nicolas Petit. “Two Systems of Belief About Monopoly: The Press vs. Antitrust”. *Cato Journal*, Vol. 39, n.º 1 (Inverno 2019), 99–132. <https://www.cato.org/cato-journal/winter-2019/two-systems-belief-about-monopoly-press-vs-antitrust>.
- Ausubel, Jesse H. “The Return of Nature. How Technology Liberates the Environment”. *The Breakthrough Journal*. 12 de maio de 2015. <https://thebreakthrough.org/journal/issue-5/the-return-of-nature>.
- Baader, Roland. *Geld, Gold und Gottspieler. Am Vorabend der nächsten Wirtschaftskrise*. Resch Verlag, 2004.
- Baader, Roland. *Geldsozialismus. Die wirklichen Ursachen der neuen globalen Depression*. Resch Verlag, 2010.
- Baberowski, Jörg. *Der rote Terror. Die Geschichte des Stalinismus, Third Edition*. Fischer Taschenbuch, 2014.
- Baberowski, Jörg. *Scorched Earth: Stalin's Reign of Terror*. Yale University Press, 2016.
- Backhaus, Julien. *Ego. Gewinner sind gute Egoisten*. Finanzbuch Verlag, 2020.
- Banken, Ralf. *Hitlers Steuerstaat. Die Steuerpolitik im Dritten Reich*. De Gruyter, 2018.
- Barkai, Avraham. *Nazi Economics: Ideology, Theory, and Policy*. Yale University Press, 1990.
- Bartels, Larry M. *Unequal Democracy. The Political Economy of the New Gilded Age, Second Edition*. Russel Sage Foundation New York, Princeton University Press, 2016.
- Beinhocker, William Oliver. *The Origin of Wealth: Evolution, Complexity and Radical Remaking of Economics*. Harvard Business School Press, 2006.
- Beleites, Michael. *Dicke Luft: Zwischen Ruß und Revolte. Die unabhängige Umweltbewegung in der DDR*.

- Evangelische Verlagsanstalt, 2016.
- Benjamin, Walter. "Capitalism as Religion" em Mendieta, Eduardo (ed.) *The Frankfurt School on Religion. Key Writings by the Major Thinkers*. Routledge, 2005, 259–262.
- Bernstein, William J., e Grover Gardner. *The Birth of Plenty* (Vol. 165). McGraw-Hill, 2004.
- Bierling, Stephan. *Geschichte des Irakkrieges. Der Sturz Saddams und Amerikas Albtraum im Mittleren Osten*, Verlag C.H. Beck, 2010.
- Biss, Eula. *Having and Being Had*. Riverhead Books, 2020.
- Boldt, Klaus. "Top-Manager Reitzle wirft Bundesregierung bei Corona-Politik Versagen vor". *Die Welt*, 3 de abril de 2021. <https://www.welt.de/wirtschaft/article229695277/Corona-Politik-Wolfgang-Reitzle-uebt-scharfe-Kritik-an-Bundesregierung.html>
- Bookstaber, Richard. *A Demon of Our Own Design: Markets, Hedge Funds, and the Perils of Financial Innovation*. John Wiley & Sons, 2007.
- Bourdieu, Pierre. *A Distinção: Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*. Edições 70, 2010.
- Bourne, Ryan. "Is This Time Different? Schumpeter, the Tech Giants, and Monopoly Fatalism". *Cato Institute, Policy Analysis*, n.º 872, 17 de junho de 2019.
- Braudel, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII - 1.º Volume, As Estruturas do Quotidiano: o Possível e o Impossível*. Teorema, 1992.
- Braunthal, Julius. *History of the International. Volume 1: 1864–1914*. Frederick A. Praeger Publishers, 1967.
- Brecht, Bertolt. "Alfabet" (1934) em *The Collected Poems of Bertolt Brecht, translated by David Constantine and Tom Kuhn*. Liveright, 2018.
- Briesen, Detlef. *Warenhaus, Massenkonsum und Sozialmoral. Zur Geschichte der Konsumkritik im 20. Jahrhundert*. Campus Verlag, 2001.
- Brook, Yaron, e Don Watkins. *Free Market Revolution. How Ayn Rand's Ideas Can End Big Government*. Ayn Rand Institute, Palgrave Macmillan, 2012.
- Bukharine, Nikolai. *O Imperialismo e a Economia Mundial*. Centelha, 1976.
- Bundesstiftung zur Aufarbeitung der SED-Diktatur, Bericht 1990: <https://deutsche-einheit-1990.de/ministerien/muner/verschmutzung/>.
- Bultmann, Daniel. *Inside Cambodian Insurgency. A Sociological Perspective on Civil Wars and Conflict*. Taylor & Francis, 2016.
- Bultmann, Daniel. *Kambodscha unter den Roten Khmer. Die Erschaffung des perfekten Sozialisten*. Brill | Schöningh, 2017.
- Campanella, Tommaso. *A Cidade do Sol*. Guimarães Editora, 2018.
- Carey, John. *The Intellectuals and the Masses. Pride and Prejudice Among the Literary Intelligentsia, 1880–1939*. St. Martin's Press, 1993.
- Chandler, David P. et al. *Pol Pot Plans the Future: Confidential Leadership Documents from Democratic Kampuchea, 1976–1977*. Yale University South East Asia Studies, 1988.
- Chang, Jung, e Jon Halliday. *Mao: A História Desconhecida*. Quetzal, 2013.
- Charles, Ray, e David Ritz. *Brother Ray. Ray Charles' Own Story*. Da Capo Press, 2004.
- Chomsky, Noam. *Requiem para o Sonho Americano*. Presença, 2018.
- Chomsky, Noam. Entrevista com Christopher Cramer para *Presenza International Press Agency*. 1 de maio de 2018. <https://www.pressenza.com/2018/05/noam-chomsky-discusses-iraq/>.
- Clark, A.C. *The Revolutionary Has No Clothes. Hugo Chávez's Bolivarian Farce*. Encounter Books, 2009.
- Cobden, Richard. "On the Total and Immediate Repeal of the Corn Laws". *The National Review*, Vol. X,

- Setembro a Fevereiro 1887–8. 1888.
- Collier, Paul. *Os Milhões da Pobreza: Por que Motivo os Países Mais Carenciados do Mundo Estão a Ficar Cada Vez Mais Pobres?* Casa das Letras, 2010.
- Collier, Paul. *O Futuro do Capitalismo: Enfrentar as Novas Ansiedades*. D. Quixote, 2019.
- Collier, Paul, e John Kay. *Greed Is Dead: Politics After Individualism*. Allan Lane, 2020.
- Comissão do Comité Central do Partido Comunista da U.R.S.S. *História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S.* Manuel Miranda, 1974.
- Courtois, Stéphane, Nicolas Werth, Jean-Louis Panné, Andrzej Paczkowski, Karel Bartosek, e Jean-Louis Margolin. *O Livro Negro do Comunismo: Crimes, Terror e Repressão*. Quetzal, 1998.
- Cowen, Tyler. *Big Business. A Love Letter to an American Anti-Hero*. St. Martin's Press, 2019.
- Davies, William. "The Last Global Crisis didn't Change the World. But This One Could". *The Guardian*, 24 de março de 2020. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/mar/24/coronavirus-crisis-change-world-financial-global-capitalism>
- Deaton, Angus. *A Grande Evasão: Saúde, Riqueza e as Origens da Desigualdade*. Presença, 2016.
- Delsol, Jean-Philippe, Nicolas Lecaussin, e Emmanuel Martin (eds.). *Anti-Piketty: Capital for the 21st Century*. Cato Institute, 2017.
- Delsol, Jean-Philippe. "The Great Process of Equalization of Conditions" em Delsol, Jean-Philippe, Nicolas Lecaussin, e Emmanuel Martin (eds.). *Anti-Piketty: Capital for the 21st Century*. Cato Institute, 2017, 5-18.
- Dikötter, Frank. *Mao's Great Famine: The History of China's Most Devastating Catastrophe, 1958–62*. Bloomsbury, 2010.
- Dikötter, Frank. *The Cultural Revolution. A People's History. 1962–1976*. Bloomsbury Press, 2017.
- DiLorenzo, Thomas J. *How Capitalism Saved America. The Untold History of Our Country, from the Pilgrims to the Present*. Crown Forum, 2004.
- Dimitrov, Georgi. "The Fascist Offensive and the Tasks of the Communist International in the Struggle of the Working Class against Fascism". Main report delivered at the Seventh World Congress of the Communist International on August 2, 1935. https://www.marxists.org/reference/archive/dimitrov/works/1935/08_02.htm.
- Documents of the 22nd Congress of the Communist Party of the Soviet Union, October 17–31, 1961*. Foreign Language Publishing House, 1961.
- Douthat, Ross. "Marx Rises Again". *The New York Times*, 19 de abril de 2014.
- Duhm, Dieter. *Angst im Kapitalismus. Zweiter Versuch der gesellschaftlichen Begründung zwischenmenschlicher Angst in der kapitalistischen Warengesellschaft*. Verlag Kübler KG, 11.ª Edição, 1975.
- Duhm, Dieter. *Warenstruktur und zerstörte Zwischenmenschlichkeit. Zur politökonomischen Begründung der psychischen Situation des Individuums im Kapitalismus*. Verlag Rolf Horst, 1975.
- Easterlin, Richard A., "Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence" em David, Paul A., e Melvin Reder (eds.). *Nations and Households in Economic Growth*. Stanford University Press, 1974, 90-125.
- Easton, George. "Labour's manifesto is more Keynesian than Marxist". *The New Statesman*, Junho 2015.
- Edelman. *Edelman Trust Barometer 2020*. <https://www.edelman.com/trust/2020-trust-barometer>.
- Edwards, Chris, e Ryan Bourne. "Exploring Wealth Inequality". *Cato Institute Policy Analysis*, n.º 881, 5 de novembro de 2019. <https://www.cato.org/policy-analysis/exploring-wealth-inequality>

- Engels, Frederick. *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*. Afrontamento, 1975.
- Engels, Frederick. *O Desenvolvimento do Socialismo da Utopia à Ciência*. Avante!, 2018.
- Erhard, Ludwig. *Bem-Estar para Todos*. Bertrand, 1962.
- Estaline, José. “The Seventh Enlarged Plenum of the E.C.C.I.” em Stalin, Joseph. *Works*, Vol. 9, December 1926–July 1927. Foreign Languages Publishing House, 1954.
- Estaline, José. *Três Anos de Execução do Plano Quinquenal: A Situação Económica da Rússia e a Crise Mundial do Capitalismo*. Edições do Povo, 1974.
- Falter, Jürgen W. *Hitlers Parteigenossen. Die Mitglieder der NSDAP 1919–1945*. Campus Verlag, 2020.
- Ferguson, Niall. *O Horror da Guerra, 1914-1918*. Temas e Debates, 2018.
- Feshbach, Murry, e Alfred Friendly Jr. *Ecocide in the USSR. Health and Nature Under Siege*. Basic Books, 1992.
- Fink, Alexander, e Kalle Kappner. “Globale Armut: Positive Entwicklung, negative Einschätzung” em de.irefeuropa.org.
- Fink, Alexander, Alexander Mengden, e Fabian Kurz. “Umweltdesaster DDR: Bitteres aus Bitterfeld”. *IREF*, 16 de agosto de 2019. <https://www.derfreidenker.de/2019/11/05/umweltdesaster-ddr-bitteres-aus-bitterfeld/>.
- Follett, Andrew. “7 Enviro Predictions From Earth Day 1970 That Were Just Dead Wrong”. 22 de abril de 2016. <https://dailycaller.com/2016/04/22/7-enviro-predictions-from-earth-day-1970-that-were-just-dead-wrong/>
- Foster, George M. “The Anatomy of Envy: A Study in Symbolic Behavior”. *The University of Chicago Press Journals*, Vol. 13, n.º 2, Abril 1972, 165-202.
- Frankfurter Allgemeine Zeitung. “Doppelt so viele Unternehmer im neuen Bundestag”. 30 de setembro de 2017. <https://www.faz.net/aktuell/wirtschaft/deutlich-mehr-unternehmer-im-bundestag-15225816.html>
- Friedman, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. Actual, 2014.
- Galbraith, John Kenneth. *A Sociedade da Abundância*. Publicações Europa-América, 1976.
- Gallegos, Raúl. *Crude Nation. How Oil Riches Ruined Venezuela*. Potomac Books, University of Nebraska Press, 2016.
- Gartzke, Erik. “The Capitalist Peace”. *American Journal of Political Science*, Vol. 51, n.º 1, Janeiro 2007, 166-191. <https://www.jstor.org/stable/4122913>.
- Gartzke, Erik, e Joseph Hewitt. “International Crises and the Capitalist Peace”. *International Interactions*, 36:2, 18 maio 2010, 115 – 45. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03050621003784846>.
- Gassmann, Michael. “Ewige Allmacht? Plötzlich wankt Amazons Monopol”. *Die Welt*, 6 de fevereiro de 2021. <https://www.welt.de/wirtschaft/plus225775833/D2C-Trend-Amazon-muss-um-sein-Monopol-fuerchten.html>.
- Gates, Bill. *Como Evitar um Desastre Climático*. Porto Editora, 2021.
- Gilens, Martin. *Affluence & Influence. Economic Inequality and Political Power in America*. Russell Sage Foundation, Princeton University Press, 2012.
- Governo da República Federal da Alemanha (Bundesregierung der Bundesrepublik Deutschland). *Lebenslagen in Deutschland. Der Sechste Armuts- und Reichtumsbericht der Bundesregierung, Kurzfassung*. 2021. <https://www.armuts-und-reichtumsbericht.de/SharedDocs/Downloads/Berichte/entwurf->

sechster-armuts-reichttumsbericht-kurzfassung.pdf?

- Götz, Norbert. "Die nationalsozialistische Volksgemeinschaft im synchronen und diachronen Vergleich" em Detlef Schmiechen-Ackermann (ed.). *"Volksgemeinschaft": Mythos, wirkungsmächtige soziale Verheißung oder soziale Realität im „Dritten Reich“? Zwischenbilanz einer kontroversen Debatte*. Ferdinand Schöningh Verlag, 2012, 55-68.
- Graw, Ansgar. *Die Grünen an der Macht. Eine kritische Bilanz*. Finanzbuch Verlag, 2020.
- Gray, John. "The Violent Visions of Slavoj Žižek". *New York Review of Books*, 12 de julho de 2012, 23. <https://www.nybooks.com/articles/2012/07/12/violent-visions-slavoj-zizek/>.
- Greenspan, Alan. *A Era da Turbulência: Contribuições para um Mundo em Mudança*. Presença, 2009.
- Greenwald, Igor. "Is Capitalism Dying?" *Forbes.com*, 7 de janeiro de 2013. <https://www.forbes.com/sites/igorgreenwald/2013/01/07/is-capitalism-dying/?sh=4fe3cc432820>.
- Hagemann, Harald. "Schumpeter und die Weltwirtschaftskrise: Die Vorzüge schlechter Zeiten oder eine pathologische Depression?" em Frambach, Hans, Norbert Koubek, Heinz D. Kurz, e Reinhard Pfriem. *Schöpferische Zerstörung und der Wandel des Unternehmertums. Zur Aktualität von Joseph A. Schumpeter*. Metropolis Verlag, 2019, 433-454.
- Hartmann, Michael. *The Sociology of Elites*. Routledge, 2006.
- Hayek, F. A., e W. W. Bartley III (ed.). *Arrogância Fatal: Os Erros do Socialismo*. Guerra & Paz, 2022.
- Hayek, F. A. *O Caminho para a Servidão*. Edições 70, 2008.
- Hayek, F. A. "Kinds of Rationalism" em *Studies in Philosophy, Politics, and Economics*. The University Press of Chicago, 1967.
- Hayek, F. A. *A Constituição da Liberdade*. Edições 70, 2018.
- Hecken, Thomas. *Das Versagen der Intellektuellen. Eine Verteidigung des Konsums gegen seine deutschen Verächter*. Transcript Verlag, 2010.
- Heller, Eva. *Wie Werbung wirkt: Theorien und Tatsachen*. Fischer Taschenbuch Verlag, 1996.
- Heuer, Steffan. "Die Einfalt der Vervielfältiger". *brand eins*, Heft 2/2001. <https://www.brandeins.de/magazine/brand-eins-wirtschaftsmagazin/2001/organisation/die-einfalt-der-vervielfaeltiger>.
- Higginbotham, Adam. *Meia-Noite em Chernobyl*, Desassossego, 2020.
- Hollander, Paul. *From Benito Mussolini to Hugo Chávez. Intellectuals and a Century of Political Hero Worship*. Cambridge University Press, 2016.
- Horkheimer, Max. "The Jews and Europe" em Bronner, Steven Eric, e Douglas MacKay Kellner (eds.). *Critical Theory and Society: A Reader*. Routledge, 1989.
- Imhoff, Roland, e Martin Bruder. "Speaking (Un-)Truth to Power: Conspiracy Mentality as A Generalised Political Attitude". *European Journal of Personality* 28(1), Janeiro de 2014, 25-43.
- Jäger, Thomas, e Rasmus Beckmann (eds.). *Handbuch Kriegstheorien*. VS Verlag für Sozialwissenschaften, Springer Fachmedien, 2011.
- Jungbluth, Rüdiger. *Die Oetkers. Geschäfte und Geheimnisse der bekanntesten Wirtschaftsdynastie Deutschlands*. Bastei Lübbe Verlag, 2004.
- Kahneman, Daniel, e Angus Deaton. "High income improves evaluation of life but not emotional well-being". *Proceedings of the National Academy of Sciences* 107 (2010), 16489-16493.
- Kamarck, Elaine. "If money can't buy you votes, what can it buy? Lessons from Michael Bloomberg's 2020 run". *Brookings*, 5 de março de 2020. <https://www.brookings.edu/blog/fixgov/2020/03/05/if-money-cant-buy-you-votes-what-can-it-buy-lessons-from-michael-bloombergs-2020->

- Kelley, Jonathan, e M.D.R. Evans. "Societal inequality and individual subjective well-being: Results from 68 societies and over 200.000 individuals, 1981–2008". *Social Science Research* 62 (2016), 1-23. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28126092/>.
- Kepplinger, Hans Mathias. *Risikofallen und wie man sie vermeidet*. Herbert von Halem Verlag, 2021.
- Khor, N., e J. Pencavel, J. "Income mobility of individuals in China and the United States". *Economics of Transition*, 14 (3), 2006, 417-458.
- Killingsworth, Matthew, A. "Experienced well-being rises with income, even above \$75,000 per year". *PNAS Vol. 118 No. 4 e2016976118*, January 26, 2021. <https://doi.org/10.1073/pnas.2016976118>
- Kirzner, Israel M. *Competition and Entrepreneurship*. The University of Chicago Press, 1973.
- Klein, Daniel B. *Reputation: Studies in the Voluntary Elicitation of Good Conduct*. The University of Michigan Press, 1997.
- Klein, Naomi. *Tudo Pode Mudar: Capitalismo vs. Clima*. Editorial Presença, 2016.
- Knabe, Hubertus. "Klimakiller DDR". 19 de setembro de 2019. <https://hubertus-knabe.de/klimakiller-ddr/>
- Knight, Damien, e Harry McCreddie. "Understanding the 'facts' about top pay" em Shackleton, J.R. (ed.), *Top Dogs & Fat Cats. The Debate on High Pay*. Institute of Economic Affairs, 2019, 40-56.
- Koch, Thomas. "Wirkt Werbung überhaupt nicht? Oder nur falsch?" *Wirtschaftswoche*, 2 de março de 2021. <https://www.wiwo.de/unternehmen/dienstleister/werbesprech-wirkt-werbung-ueberhaupt-nicht-oder-nur-falsch/26962092.html>.
- Koenen, Gerd. *Die Farbe Rot. Ursprünge und Geschichte des Kommunismus*. Beck Verlag, 2017.
- König, Wolfgang. *Kleine Geschichte der Konsumgesellschaft. Konsum als Lebensform der Moderne*. Franz Steiner Verlag, 2008.
- König, Wolfgang. *Geschichte der Wegwerfgesellschaft. Die Kehrseite des Konsums*. Franz Steiner Verlag, 2019.
- Koestler, Arthur. Em Crossmann, Richard (ed.), *The God That Failed. Six Studies in Communism*. Harper Collins, 1950.
- Kreutzer, Ralf T., e Karl-Heinz Land. *Dematerialisierung. Die Neuverteilung der Welt in Zeiten des digitalen Darwinismus*. Future Vision Press, 2015.
- Krugman, Paul. "Oligarchy, American Style". *The New York Times*, 3 de novembro de 2011. <https://www.nytimes.com/2011/11/04/opinion/oligarchy-american-style.html>.
- Kürschner, Jens. *Unterschwellige Werbung als Priming-Instrument. Eine Untersuchung*. Grin Verlag, Books on Demand, 2012.
- Lawson, Neal. "Do we want to shop or to be free? We'd better choose fast". *The Guardian*, 2 de Agosto de 2009. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2009/aug/02/consumerism-society-shopping>.
- Lee, Felix. *Macht und Moderne. Chinas großer Reformator Deng Xiaoping. Die Biographie*. Rotbuch Verlag, 2014.
- Lénine, Vladimir Ilyich. "O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo", em *Obras Escolhidas em Três Tomos*, Tomo I. Avante!, 1979, 575-671.
- Lénine, Vladimir Ilyich. "O Estado e a Revolução", em *Obras Escolhidas em Três Tomos*, Tomo II. Avante!, 1980, 219-305.
- Lénine, Vladimir Ilyich. "Como Organizar a Emulação?", em *Obras Escolhidas em Três Tomos*, Tomo II. Avante!, 1980, 441-447.
- Lénine, Vladimir Ilyich. "Sobre a Fome (Carta aos operários de Petrogrado)", em *Obras Escolhidas em Três Tomos*, Tomo II. Avante!, 1980, 618-623.
- Lénine, Vladimir Ilyich. *Que Fazer?*, Avante!, 1978.

- Lénine, Vladimir Ilyich. “The New Economic Policy and the Tasks of the Political Education Departments” em *V. I. Lenin Collected Works, Vol. 33, August 1921 – March 1923, 2nd English Edition*. Progress Publishers, 1965, 60–79.
<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1921/oct/17.htm>
- Liebowitz, Stan J., e Stephen E. Margolis. *Winners, Losers & Microsoft. Competition and Antitrust in High Technology*. The Independent Institute, 1999.
- Lindert, Peter H., e Jeffrey G Williamson. “English Workers’ Living Standards During the Industrial Revolution: A New Look” em Mokyr, Joel (ed.), *The Economics of the Industrial Revolution*. Routledge, 2011, 177-205.
- Lommel, Cookie. *Schwarzenegger. A Man with a Plan*. Heyne Verlag, 2004.
- Lundberg, Ferdinand. *The Rich and the Super-Rich. A Study in the Power of Money Today*. Lyle Stuart, 1968.
- Luxemburg, Rosa. *Gesammelte Werke, Vol. 5: Ökonomische Schriften*. Karl Dietz Verlag, 1975.
- Maddison, Angus. *Contours of the World Economy 1–2030 AD, Essays in Macro-Economic History*. Oxford University Press, 2007.
- Maier, Hans. *Politische Religionen. Die totalitären Regime und das Christentum*. Herder Verlag, 1995.
- Maier, Hans (ed.). *Totalitarismus und Politische Religionen. Band III: Deutungsgeschichte und Theorie*. Schöningh Verlag, 2003.
- Mao Tsetung. *Citações do Presidente Mao Tsetung*. Minerva, 1974.
- Marcuse, Herbert. *O Homem Unidimensional: Sobre a Ideologia da Sociedade Industrial Avançada*. Letra Livre, 2011.
- Margolin, Jean-Louis. “Cambodja: no país do crime desconcertante” em Courtois, Stéphane, Nicolas Werth, Jean-Louis Panné, Andrzej Paczkowski, Karel Bartosek, e Jean-Louis Margolin. *O Livro Negro do Comunismo: Crimes, Terror e Repressão*. Quetzal, 1998.
- Marx, Karl. “Prefácio” a “Para a Crítica da Economia Política”, em *Obras Escolhidas de Marx e Engels em Três Tomos*. Tomo I. Avante!, 1982, 545-549.
- Marx, Karl. “Crítica do Programa de Gotha”, em *Obras Escolhidas de Marx e Engels em Três Tomos*. Tomo III. Avante!, 1982, 5-30
- Marx, Karl. *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy*. Harmondsworth: Penguin Books, 1973.
- Marx, Karl. *O Capital: Livro Primeiro*. Tomo III. Avante!, 1997.
- Marx, Karl. *O Capital: Livro Terceiro*. Tomo VIII. Avante!, 2017.
- Marx, Karl. “Introdução” a *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. LusoSofia, 2008.
http://www.lusosofia.net/textos/marx_karl_para_a_critica_da_filosofia_do_direito_de_hegel.pdf
- Mavragani, Amaryllis, Ioannis E. Nikolaou, e Konstantino P. Tsagarakis. “Open Economy, Institutional Quality, and Environmental Performance: A Macroeconomic Approach”. *Sustainability* 2016, 8, 601, 1–13.
- McAfee, Andrew. *The Surprising Story of How We Learned to Prosper Using Fewer Resources – and What Happens Next*. Scribner, 2019.
- McCloskey, Deirdre Nansen, e Art Carden. *Leave Me Alone and I’ll Make You Rich. How the Bourgeois Deal Enriched the World*. The University of Chicago Press, 2020.
- McDermott, Kevin, e Jeremy Agnew. *The Comintern: A History of International Communism from Lenin to Stalin*. Macmillan Press, 1996.
- McKenzie, Richard B., e Dwight R. Lee. *In Defense of Monopoly. How Market Power Fosters Creative Production*. The University of Michigan Press, 2008.

- Medvedev, Zhores A. "Environmental Destruction of the Soviet Union". *The Ecologist*, Vol. 20, n.º 1, Janeiro/Fevereiro 1990.
- Meissner, Gerd. *SAP – Die heimliche Software-Macht. Wie ein mittelständisches Unternehmen den Weltmarkt erobert*. Hoffmann und Campe, 1997.
- Melcher, Jacqueline. "Kinderarbeit: Alarmierende Entwicklung laut UN-Studie". *FAZ*, 10 de junho de 2021: <https://www.faz.net/aktuell/wirtschaft/kinderarbeit-alarmierende-entwicklung-laut-un-studie-17380670.html>.
- Meltzer, Allan H. *Why Capitalism?* Oxford University Press, 2012.
- Méndez, Daniel Fernández. "The Real Relationship Between Capitalism and the Environment". 1 de dezembro de 2018: <https://mises.org/ko/wire/real-relationship-between-capitalism-and-environment>
- Miller, Terry, Anthony B. Kim, e James M. Roberts. *2021 Index of Economic Freedom*. The Heritage Foundation, 2021.
- Mises, Ludwig von. *Socialism: An Economic and Sociological Analysis*. Liberty Fund, 1981.
- Mises, Ludwig von. *The Anti-Capitalistic Mentality*. Liberty Fund, 1972.
- More, Thomas. *Utopia*. Tradução de Regina Pereira. Ad Astra et Ultra, 2010.
- Moyo, Dambisa. *Dead Aid: Why Aid is not working and How There Is A Better Way For Africa*. Farrar, Straus and Giroux, 2009.
- Mueller, John. "Capitalism, Peace, and the Historical Movement of Ideas". *International Interactions*, 36, 2010, 169-184.
- Neffe, Jürgen. *Marx. Der Unvollendete*. C. Bertelsmann, 3.ª Edição, 2017.
- Neubauer, Alexander. *Ökofimmel. Wie wir versuchen, die Welt zu retten – und was wir damit anrichten*. Deutsche Verlags Anstalt, 2012.
- Neuhäuser, Christian. *Reichtum als moralisches Problem*. Suhrkamp Verlag, 2018.
- Niemietz, Kristian. "Der Mythos vom Globalisierungsverlierer. Armut im Westen" em Hoffmann, Christian, e Pierre Bessard (eds.). *Das Ende der Armut. Chancen einer globalen Marktwirtschaft*. Liberales Institut Zürich, 2012, 141–159.
- Niemietz, Kristian. *Socialism. The Failed Idea That Never Dies*. Institute of Economic Affairs, 2019.
- Niskanen, William A., e Stephan Moore. "Supply-Side Tax Cuts and the Truth about the Reagan Economic Record". *Cato Policy Analysis*, 22 de outubro de 1996.
- Nocun, Katharina, e Pia Lamberty. *Fake Facts. Wie Verschwörungstheorien unser Denken bestimmen*. Bastei Lübbe, 2020.
- Norberg, Johan. *In Defense of Global Capitalism*. Cato Institute, 2003.
- Norberg, Johan. *Financial Fiasco. How America's Infatuation with Homeownership and Easy Money Created the Economic Crisis*. Cato Institute, 2009.
- Norberg, Johan. *Progresso*. Temas e Debates, 2017.
- Ogilvy, David. *Confessions of an Advertising Man*. Atheneum, 1963.
- Oxford Poverty & Human Development Initiative, Global MPI 2021.
- Page, Benjamin I., e Martin Gilens. *Democracy in America? What Has Gone Wrong and What We Can Do About It*. The University of Chicago Press, 2017.
- Page, Benjamin I., Larry M. Bartels, e Jason Seawright. "Democracy and the Policy Preferences of Wealthy Americans". *Cambridge University Press Perspectives on Politics*, Março 2013, Vol. 11, n.º 1. <https://www.cambridge.org/core/journals/perspectives-on-politics/article/abs/democracy-and-the-policy-preferences-of-wealthy->

americans/B783EEF6785FEE093198ABED8D2C3D61.

- Palmer, Tom G. “Foreword” em Delsol, Jean-Philippe, Nicolas Lecaussin, e Emmanuel Martin (eds.). *Anti-Piketty: Capital for the 21st Century*. Cato Institute, 2017, xi–xvi.
- Pasolini, Pier Paolo. “A Challenge to Television Network Executives”. *Corriere della Sera*, 9 de dezembro de 1973.
- Pasolini, Pier Paolo. “Open Letter to Italo Calvino: From Pasolini – What I Feel Nostalgic About”. *Paese Sera*, 8 de julho de 1974.
- Pasolini, Pier Paolo. “Don’t Be Afraid to Have a Heart”. *Corriere della Sera*, 10 de março de 1975.
- Petit, Nicolas. *Big Tech and The Digital Economy. The Monigopoly Scenario*. Oxford University Press, 2020.
- Pettinger, Tejvan. “Advantages and Disadvantages of Monopolies”. *Economics Help*, 4 de outubro de 2020. <https://www.economicshelp.org/blog/265/economics/are-monopolies-always-bad/>.
- Petzina, Dieter. *Autarkiepolitik im Dritten Reich. Der nationalsozialistische Vierjahresplan*. dva, 1968.
- Piketty, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Temas e Debates, 2021.
- Piketty, Thomas. *Capital e Ideologia*. Temas e Debates, 2020.
- Pinker, Steven. *O Iluminismo Agora: Em Defesa da Razão, Ciência, Humanismo e Progresso*. Presença, 2018.
- Plumpe, Werner. *Das kalte Herz. Kapitalismus: Die Geschichte einer andauernden Revolution*. Rowohlt Verlag, 2019.
- Plumpe, Werner. “Die Logik des modernen Krieges und die Unternehmen: Überlegungen zum Ersten Weltkrieg”. *Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte* 2015; 56 (2), 325–357.
- Polleit, Thorsten. *Der Antikapitalist. Ein Weltverbesserer, der keiner ist*. Finanzbuch Verlag, 2020.
- Pollock, Frederick. “Is National Socialism a New Order?” *Zeitschrift für Sozialforschung* 9.3 (1941), 440–455.
- Ponciano, Jonathan. “The Forbes 400 Self-Made Score: From Silver Spooners to Bootstrappers”. *Forbes.com*, 8 de setembro de 2020. <https://www.forbes.com/sites/jonathanponciano/2020/09/08/self-made-score/?sh=6a41b14d41e4>.
- Papa Francisco. “Carta Encíclica *Laudato Si’* do Santo Padre Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum”. 2015. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html.
- Prakash, Siddharth, Günther Dehoust, Martin Gsell, Tobias Schleicher, e Rainer Stamminger. *Einfluss der Nutzungsdauer von Produkten auf ihre Umweltwirkung: Schaffung einer Informationsgrundlage und Entwicklung von Strategien gegen ‘Obsoleszenz.’* Umweltbundesamt, 2016. <https://www.umweltbundesamt.de/publikationen/einfluss-der-nutzungsdauer-von-produkten-auf-ihre-1>.
- Rabbinbach, Anson, “Anti-Totalitarianism as Anti-Communism” em Frei, Norbert e Dominik Rigoll (eds.). *Weltanschauung und Politik in Deutschland, Europa und den USA*. Wallstein Verlag, 2017.
- Rand, Ayn. *The Virtue of Selfishness. A New Concept of Egoism*. Signet, 1964.
- Rand, Ayn. “America’s Persecuted Minority” em *Capitalism: The Unknown Ideal (50th Anniversary Edition)*. *With Additional Articles by Nathaniel Branden, Alan Greenspan, and Robert Hessen*. New American Library, 1967, 40–62.
- Ravie, Adrián, e Peter Lewin. “The Subprime Crisis”. *Quarterly Journal of Austrian Economics*, Vol. 15, n.º

- 1, 2012, 45-74.
- Reich, Wilhelm. *Character Analysis. Third Enlarged Edition*. Pocket Books, 1976.
- Rhonheimer, Martin. “Ludwig Erhards Konzept der sozialen Marktwirtschaft und seine wettbewerbstheoretischen Grundlagen”. *Zeitschrift für Marktwirtschaft und Ethik* 5 (2), 2017, 83-106.
- Rhonheimer, Martin. “Politik für den Menschen braucht weder ‘christlich’ noch ‘sozial’ zu sein” em Rausch, Bettina, e Simon Varga. *Christlich-soziale Signaturen. Grundlagen einer politischen Debatte*. Edition noir, 2020, 215-246.
- Ries, Al, and Laura Ries. *The Fall of Advertising and the Rise of PR*. HarperCollins, 2002.
- Rosdolsky, Roman. *The Making of Marx's Capital*. Pluto Press, 1977.
- Rosling, Hans, com Anna Rosling Rönnlund e Ola Rosling. *Factfulness = Factualidade: Dez Razões pelas quais Estamos Errados Acerca do Mundo e Porque as Coisas estão Melhor do que Pensamos*. Temas e Debates, 2019.
- Rubin, Paul. “Folk Economics”. *Southern Journal of Economics* 70 (1), 2003, 157–171.
- Ruprecht, Götz, and Horst-Joachim Lüdecke. *Kernenergie. Der Weg in die Zukunft*. TvR Medienverlag, 2018.
- Ryklin, Michail. *Kommunismus als Religion. Die Intellektuellen und die Oktoberrevolution*. Verlag der Weltreligionen im Insel Verlag, 2008.
- Sachweh, Patrick. *Deutungsmuster sozialer Ungleichheit. Wahrnehmung und Legitimation gesellschaftlicher Privilegierung und Benachteiligung*, também apresentado como dissertação de doutoramento na Universidade de Bremen em 2009, Campus Verlag, 2009.
- Samland, Bernd M. *Übersetzt du noch oder verstehst du schon? Werbe-Englisch für Anfänger*. Herder Verlag, 2011.
- Scheidel, Walter. *A Violência e a História da Desigualdade: da Idade da Pedra ao Século XXI*. Edições 70, 2018.
- Schmiechen-Ackermann, Detlef (ed.). “Volksgemeinschaft”: Mythos, wirkungsmächtige soziale Verheißung oder soziale Realität im “Dritten Reich”? *Zwischenbilanz einer kontroversen Debatte*. Ferdinand Schöningh Verlag, 2012.
- Schneider, Gerald, and Nils Petter Gleditsch (eds.). *Assessing the Capitalist Peace*. Routledge, 2015.
- Schoeck, Helmut. *Envy: A Theory of Social Behaviour*. Liberty Fund, 1966.
- Schoeck, Helmut. *Das Recht auf Ungleichheit*. Herbig, 3.º Edição Alargada, 1990.
- Schroeder, Gertrude. “The Dismal Fate of Soviet-Type Economies: Mises was Right”. *Cato Journal*, Vol. 11, n.º 1, 1991, 13-25.
- Schumpeter, Joseph. *Teoria do Desenvolvimento Económico*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.
- Schumpeter, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Actual, 2017.
- Schumpeter, Joseph. “Unternehmerfunktion und Arbeiterinteresse” em Herzog, Lisa, e Axel Honneth (eds.). *Schumpeter, Joseph, Schriften zur Ökonomie und Soziologie*. Suhrkamp Verlag, 2016, 222–240.
- Scruton, Roger. *Tolos, Impostores e Incendiários: Pensadores da Nova Esquerda*. Quetzal, 2018.
- Shackleton, J.R. (ed.). *Top Dogs & Fat Cats. The Debate on High Pay*. Institute of Economic Affairs, 2019.
- Shapiro, Bradley T., Günter J. Hitsch, e Anna E. Tuchmann. “TV Advertising Effectiveness and Profitability: Generalizable Results from 288 Brands”. *Econometrica. Journal of the Econometric Society*, Vol. 89, n.º 4, Julho 2021, 1855-1879.
- Shaw, George Bernard. *The Rationalization of Russia*. Indiana University Press, 1964.
- Shellenberger, Michael. *Apocalypse Nunca. Como o Alarmismo Ambiental nos Prejudica a Todos*. D. Quixote, 2021.
- Simon, Hermann. *True Profit! No Company Ever Went Broke Turning a Profit*. Copernicus, 2021.

- Sloterdijk, Peter. *Tens de Mudar de Vida: Sobre Antropotécnica*. Relógio d'Água, 2018.
- Smith, Adam. *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- Smith, Bradley A. "The Power of Political Money is Overrated". *The New York Times*, 29 de fevereiro de 2016. <https://www.nytimes.com/roomfordebate/2016/02/25/does-money-really-matter-in-politics/the-power-of-political-money-is-overrated>
- Snow, Richard. *I Invented the Modern Age. The Rise of Henry Ford*. Scribner, Reimpressão, 2013.
- Sobanet, Andrew. *Generation Stalin. French Writers, the Fatherland, and the Cult of Personality*. Indiana University Press, 2018.
- Sombart, Werner. *Der moderne Kapitalismus. Band III. Das Wirtschaftsleben im Zeitalter des Hochkapitalismus, Zweiter Halbband*. Duncker & Humblot, 1969.
- Sowell, Thomas. *Intellectuals and Society. Revised and Enlarged Edition*. Basic Books, 2011.
- Sowell, Thomas. *Discrimination and Disparities*. Basic Books, 2019.
- Stiglitz, Joseph. *O Fim da Desigualdade: Sociedades Desiguais e Como as Mudar*. Bertrand, 2018.
- Stone, Brad. *Amazon Unbound. Jeff Bezos and the Invention of a Global Empire*. Simon & Schuster, 2021.
- The Economist*. "Our crony-capitalism index: Planet Plutocrat". *The Economist*, 15 de março de 2014. <https://www.economist.com/international/2014/03/15/planet-plutocrat>.
- Tempelman, Jerry H. "Austrian Business Cycle Theory and the Global Financial Crisis: Confessions of a Mainstream Economist". *Quarterly Journal of Austrian Economics*, Vol. 13, n.º 1, 2010, 3-15.
- Tillessen, Carl. *Konsum. Warum wir kaufen, was wir nicht brauchen*. Harper Collins, 2020.
- Transparency International. *Corruption Perceptions Index* 2020. <https://www.transparency.org/en/cpi/2020/index/nzl>.
- Trentmann, Frank. *Empire of Things: How We Became a World of Consumers, from the Fifteenth Century to the Twenty-First*. Penguin, 2017.
- Turner Jr., Henry Ashby. "Emil Kirdorf and the Nazi Party". *Central European History* Vol. 1 (Dezembro 1968), 324-344.
- Turner Jr., Henry Ashby. "Big Business and the Rise of Hitler". *The American Historical Review* Vol. 75 n.º 1 (Outubro 1969), 56-70.
- Turner Jr., Henry Ashby. *German Big Business and the Rise of Hitler*. Oxford University Press, 1985.
- UNICEF. "Kinderarbeit: Die 7 wichtigsten Fragen und Antworten". <https://www.unicef.de/informieren/aktuelles/blog/kinderarbeit-fragen-und-antworten/166982>.
- Voegeli, William. *Never Enough: America's Limitless Welfare State*. Encounter Books, 2010.
- Voegelin, Eric. "The Political Religions" em Voegelin, Eric. *Modernity Without Restraint: The Political Religions, The New Science of Politics, and Science, Politics, and Gnosticism (Collected Works of Eric Voegelin, Volume 5)*. University of Missouri Press, 1999.
- Wagenknecht, Sagra. *Die Selbstgerechten: Mein Gegenprogramm – für Gemeinsinn und Zusammenhalt*. Campus Verlag, 2021.
- Walter, Franz, e Stine Marg (eds.). *Sprachlose Elite? Wie Unternehmer Politik und Gesellschaft sehen*. BP-Gesellschaftsstudie, Rowohlt Verlag, 2015.
- Wang, Xiaolu, Fan Gang, e Yu Jingwen. *Marketization Index of China's Provinces (Zhongguo fensheng shichanghua zhishu baogao)*. Social Sciences, 2017.
- Watkins, Don, e Yaron Brook. *Equal is Unfair: America's Misguided Fight Against Income Inequality*. St. Martin's Press, 2016.

- Weede, Erich. “Frieden durch Kapitalismus. Eine Ergänzung und Alternative zum demokratischen Frieden”. *Internationale Politik IP*, Julho 2005, 65-73.
- Weede, Erich. “Wirtschaftliche Freiheit. Hintergrundbedingungen, Auswirkungen und Gefährdungen”. *Wirtschaftspolitische Blätter* 3-4, 2014, 443-455.
- Weede, Erich. “The Capitalist Peace and the Rise of China: Establishing Global Harmony by Economic Interdependence” em Schneider, Gerald e Nils Petter Gleditsch (eds.). *Assessing the Capitalist Peace*. Routledge, 2015, 158–165.
- Weede, Erich. “The Expansion of Economic Freedom and the Capitalist Peace” em Thompson, William R. (ed.). *Oxford Encyclopedia for Empirical International Relations Theory*, 2018, 820-836. <https://www.pollux-fid.de/r/cr-10.1093/acrefore/9780190228637.013.276>.
- Weimann, Joachim, Andreas Knabe, e Ronnie Schön. *Geld macht doch glücklich. Wo die ökonomische Glücksforschung irrt*. Schäffer Poeschel Verlag, 2012.
- Weimer, Wolfram. “Sogar Bill Gates setzt darauf: Warum Kernenergie wieder angesagt ist”. *Focus.de*, 23 de julho de 2021. https://www.focus.de/finanzen/nur-in-deutschland-gibt-es-kein-comeback-verblueffend-die-kernenergie-erlebt-ein-globales-comeback_id_13519732.html.
- Wemheuer, Felix. *Der große Hunger. Hungersnöte unter Stalin und Mao*. Rotbuch Verlag, 2012.
- Wendling, Z.A., J.W. Emerson, A. de Sherbinin, D. C. Esty, et al. *Environmental Performance Index 2020. Global metrics for the environment: Ranking country performance on sustainability issues*. Yale Center for Environmental Law & Policy, Yale University, 2020.
- Werth, Nicolas. “Um Estado Contra o seu Povo: Violências, repressões e terrores na União Soviética” em Courtois, Stéphane, Nicolas Werth, Jean-Louis Panné, Andrzej Paczkowski, Karel Bartosek, e Jean-Louis Margolin. *O Livro Negro do Comunismo: Crimes, Terror e Repressão*. Quetzal, 1998.
- Williams, Walter E. “Environmentalists Are Dead Wrong”. 26 de abril de 2017. <https://www.creators.com/read/walter-williams/04/17/environmentalists-are-dead-wrong>.
- Woods Jr., Thomas E. *Meltdown. A Free-Market Look at Why the Stock Market Collapsed, the Economy Tanked, and Government Bailouts Will Make Things Worse*. Regnery Publishing, 2009.
- Wall Street Journal*. “World’s Dumbest Energy Policy. After giving up nuclear power Germany now wants to abandon coal”. *Wall Street Journal*, 29 de janeiro de 2019. <https://www.wsj.com/articles/worlds-dumbest-energy-policy-11548807424>.
- York, John. “Does Rising Income Inequality Threaten Democracy?” *Poverty and Inequality Report*. The Heritage Foundation, 30 de junho de 2017. <https://www.heritage.org/poverty-and-inequality/report/does-rising-income-inequality-threaten-democracy>.
- Zhang, Weiying. *The Logic of the Market. An Insider’s View of Chinese Economic Reform*. Cato Institute, 2015.
- Zhang, Weiying. “China’s future growth depends on innovation entrepreneurs”. *Journal of Chinese Economic and Business Studies*, 15 (1), 2017, 19-40.
- Zhang, Weiying. *The Origin of the Capitalist Firm: An Entrepreneurial/Contractual Theory of the Firm*. Springer Nature, 2018.
- Zhang, Weiying. “The China model view is factually false”. *Journal of Chinese Economic and Business Studies*, 2019. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14765284.2019.1663696>.
- Zhang, Weiying. *Ideas for China’s Future*. Palgrave Macmillan, 2020.
- Zhang, Weiying. “A paradigmatic change is needed for understanding the real market”. *China Economic Review*, Vol. 66 (C), 2021. https://www.researchgate.net/publication/349085342_A_paradigmatic_change_is_needed

_for understanding the real market.

- Zhang, Weiying. "Market economy and China's 'common prosperity' campaign". *Journal of Chinese Economic and Business Studies*, 2021, 1-15.
- Ziegler, Jean. *Was ist so schlimm am Kapitalismus? Antworten auf die Fragen meiner Enkelin*. C. Bertelsmann, 2018.
- Zitelmann, Rainer. "Zur Argumentationsstrategie linker Umweltpolitik" em *3 Aufsätze von einem Insider, der keine Lust mehr an dem Verein hat*. N.P., 1977. <https://www.rainer-zitelmann.de/jahr-1977/>.
- Zitelmann, Rainer. "Zur Begründung des 'Lebensraum'-Motivs in Hitlers Weltanschauung" em Zitelmann, Rainer. *Hitler. Selbstverständnis eines Revolutionärs*. Lau Verlag, 5.^a Edição Alargada, 2017, 557-576.
- Zitelmann, Rainer. *The Wealth Elite. A Groundbreaking Study of the Psychology of the Super Rich*. LiD Publishing Limited, 2018.
- Zitelmann, Rainer. *The Power of Capitalism*. LiD Publishing Limited, 2019.
- Zitelmann, Rainer. "Left-Wing Intellectuals Are Thrilled: Corona And Dreams of the End of Capitalism". *Forbes.com*, 30 de março de 2020. <https://www.forbes.com/sites/rainerzitelmann/2020/03/30/left-wing-intellectuals-are-thrilled-corona-and-dreams-of-the-end-of-capitalism/?sh=130c65d57420>.
- Zitelmann, Rainer. *The Rich in Public Opinion: What We Think About When We Think About Wealth*. Cato Institute, 2020.
- Zitelmann, Rainer. *Hitler's National Socialism*. Management Books 2000, 2022.
- Žižek, Slavoj. *A Left that Dares Speak Its Name: 34 Untimely Interventions*. Polity Press, 2020.
- Žižek, Slavoj. "The Will Not to Know". 24 de agosto de 2020. <https://thephilosophicalsalon.com/the-will-not-to-know/>.

O AUTOR

Rainer Zitelmann nasceu em Frankfurt am Main, na Alemanha, em 1957. Estudou história e ciência política de 1978 a 1983 e formou-se com distinção. Em 1986, doutorou-se com a tese *Hitler. Selbstverständnis eines Revolutionärs* (publicada em inglês com o título *Hitler's National Socialism*) sob a orientação do Professor Freiherr von Aretin. Este estudo, classificado *summa cum laude*, recebeu atenção e reconhecimento a nível mundial.

De 1987 a 1992, Zitelmann trabalhou no Instituto Central de Investigação em Ciências Sociais da Universidade Livre de Berlim. Tornou-se depois chefe de redação na editora Ullstein-Propyläen, à época o terceiro maior grupo editorial alemão, e chefiou vários departamentos do principal jornal diário alemão *Die Welt*. Em 2000, criou o seu próprio negócio, a Dr. ZitelmannPB. GmbH, que se veio a tornar líder em consultoria de mercado para empresas imobiliárias, na Alemanha. Vendeu o negócio em 2016.

Neste mesmo ano, Zitelmann obteve o seu segundo doutoramento, desta vez em sociologia, com uma tese sobre a psicologia dos super-ricos, sob a orientação do Professor Wolfgang Lauterbach da Universidade de Potsdam. Esta segunda dissertação de doutoramento foi publicada em inglês com o título *The Wealth Elite*.

Zitelmann escreveu um total de 26 livros, que obtiveram substancial sucesso e foram publicados em várias línguas por todo o mundo. É um conferencista muito solicitado na Ásia, nos Estados Unidos e na Europa. Nos últimos anos, escreveu artigos e deu entrevistas a muitos dos principais jornais do mundo, incluindo *Le Monde*, *Le Point*, *Corriere della Sera*, *Il Giornale*, *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, *Die Welt*, *Der Spiegel*, *Neue Zürcher Zeitung*, *The Daily Telegraph*, *The Times*, *National Interest*, *Forbes* e a numerosos meios de comunicação social na China e no Vietname. Aos

leitores deste livro recomenda-se especialmente a leitura das suas outras obras *The Power of Capitalism* e *The Rich in Public Opinion*. Informação detalhada sobre a biografia de Rainer Zitelmann pode ser consultada em rainer-zitelmann.com.

